SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

AROM Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 20 de Abril de 2018 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO IX | Nº 2191

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA EXECUTIVA DO CIMCERO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/CIMCERO/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/CIMCERO/2018
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DE RONDÔNIA – CIMCERO, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), designada pela Portaria nº185/2017, de 31/08/17, **"TORNA PÚBLICO"** que fará realizar, **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por **ITEM**, visando o Registro de Preços **(SRP)** para futura e eventual **Aquisição de Equipamentos para Atender as Necessidades do CIMCERO**, conforme disposições descritas no edital e seus anexos, e, será regida pelas disposições da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e de forma subsidiária pela Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações, além das demais normas e regulamentos atinentes à matéria.
DATA DE ABERTURA: **04 DE MAIO 2018**, impreterivelmente às **10h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).**
DO VALOR ESTIMADO: O valor total estimado é de R$ 184.782,48 (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos). O Edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão obter maiores informações junto à Superintendência de Licitações do CIMCERO pelos telefones (69) 3423-0401/3423-5221 no horário das 07h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h30min, e, também se preferir pelo E-mail: licitaçãoconsorcio@gmail.com.

Ji-paraná-RO, 18 de outubro de 2018.

FÁBIO JUNIOR DE SOUZA
Pregoeiro
CIMCERO
Portaria nº 0185/2017

Publicado por:
Hudson Barbosa de Oliveira
Código Identificador:25C1F1BA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

PODER EXECUTIVO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2017, ORIUNDO DA TOMADA DE PREÇOS 06, LICITADA ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 834/2017.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D' OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob nº. 15.834.732/0001-54, com sede à Av. Nilo Peçanha, nº 4513, na cidade de Alta Floresta D' Oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito o Sr. Carlos Borges da Silva doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nº 04.772.065/00001-06, com sede na Av. Jorge Teixeira, nº 4163, Bairro Centro, no Município de Urupá-RO, resolvem Aditivar o Contrato nº 22/2017, oriundo do processo Administrativo n. 834/2017 nos seguintes termos:

CLAÚSULA PRIMEIRA - O presente termo tem por objetivo Aditivar o valor do Contrato nº 22/2017, em R$ 36.891,90 (trinta e seis mil oitocentos e noventa e um reais e noventa centavos), conforme autorizado pelo Termo de Ampliação e Metas do Convênio Nº 027/17/PJ/DER-RO.
CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato, que não entrem em contradição com o descrito neste termo aditivo.
CLAÚSULA TERCEIRA - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Alta Floresta D' Oeste 18 de Abril de 2018

CARLOS BORGES DA SILVA
Prefeito Municipal

JR CONSTRUÇOES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP
Representante Legal

Expediente:
Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2016/2018

Conselho Deliberativo

Presidente: JURANDIR DE OLIVEIRA ARAÚJO
Vice-Presidente: AIRTON GOMES
Secretário Geral: IZAEL MOREIRA
Tesoureira: GISLAINE CLEMENTE

Conselho Fiscal

Titular: LUIZ SCHOCK
Titular: LUIZ AMARAL DE BRITO

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Deliberativo

Presidente:LAERTE GOMES
Vice-presidente:Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral:Kleber Calistode Souza
Membros:Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular:Luiz Gomes Furtado
Titular:Augusto Tunes Plaça
Titular:Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/AROM
e-mail de contato: arom@arom.org.br

Publicado por:
Reginaldo Silva
Código Identificador:78434835

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 020/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2018 REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, designada através da Portaria nº 0112 de 29 de Julho de 2016, torna público que fara realizar Licitação sob a modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA** do tipo **MENOR PREÇO POR MENOR** por **ITEM**, **PARA REGISTRO DE PREÇOS, TENDO COMO**:
OBJETO: o objetivo do presente procedimento licitatório é **REGISTRAR PREÇO**, para futura e eventual aquisição de material de consumo NO TIPO TONER PARA IMPRESSORA, cuja especificação minuciosamente detalhada dos itens e quantitativos encontra-se descrito no termo de referencia;
PROCESSO: Nº 183/SEMFAP/2018, Secretaria Municipal de Finanças, Administração e Planejamento e demais Secretarias participantes;
ORIGEM DO RECURSO: Orçamento Vigente;
VALOR PREVISTO: **R$ 153.291,00 (cento e cinquenta e três mil duzentos e noventa um reais)**;
INICIO CADASTRAR PROPOSTAS: Dia 23/04/2018 a partir das 09h00min (Horário de Brasília-DF);
FIM DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 04/05/2018 a partir das 09h00min (Horário de Brasília-DF);
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia **04/05/2018** a partir das 09h05min (Horário de Brasília-DF);
INICIO DA SESSÃO DO PREGÃO: Dia **04/05/2018** a partir das 10h00min (Horário de Brasília-DF);
ENDEREÇO ELETRONICO: www.licitanet.com.br;
O Edital bem como os seus anexos, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, podendo, ser adquirido via impressa, na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena nº 3370, Centro, nos dias uteis, no horário de 07h00min as 13h00min, mediante a apresentação do carimbo de CNPJ da empresa e a permuta de 01 (uma) resma de sulfite.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 18 de abril de 2018.

JOVANA POSSE
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Alex Franique da Costa
Código Identificador:822CA566

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 018/2018 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2018

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, por intermédio de sua Pregoeira, designada através da Portaria nº 0112 de 29 de Julho de 2016, torna público que realizará a Licitação sob a modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2018**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como:
OBJETO: Aquisição de **VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4**, conforme minuciosamente detalhado no Termo de Referencia e **Emenda Parlamentar nº 29470004/Proposta de Emenda Parlamentar nº 11913.577000/1170-01 – Ministério da Saúde**;
PROCESSO: Nº 213/SEMUSA/2018, interessado a Secretaria Municipal de Saúde;
ORIGEM DOS RECURSOS: Emenda Parlamentar nº 29470004/Proposta de Emenda Parlamentar nº 11913.577000/1170-01 – Ministério da Saúde;
VALOR R$: 136.890,00 (Cento e trinta e seis mil oitocentos e noventa reais);
INICIO DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 25/04/2018 a partir das 09h00min (Horário de Brasília-DF);
FIM DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 08/05/2018 ás 09h00min (Horário de Brasília-DF);
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 08/05/2018 a partir das 09h05min (Horário de Brasília-DF);
INICIO DO PREGÃO: Dia 08/05/2018 a partir das 10h00min (Horário de Brasília-DF);
ENDEREÇO ELETRÔNICO: Licitações On-Line - www.licitanet.com.br;
O Edital bem como os seus anexos, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico **Licitações On-Line - www.licitanet.com.br** e www.altoalegre.ro.gov.br/licitacoes.php, ou pelo telefone (69) 3643-1104, podendo, ser adquirido via impressa, na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis - RO, sito à Av. Afonso Pena nº 3370, Centro, nos dias uteis, no horário de 07h00min as 13h00min, mediante a apresentação do carimbo de CNPJ da empresa e a permuta de 01 (uma) resma de sulfite.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 19 de Abril de 2018.

JOVANA POSSE.
Pregoeira

Publicado por:
Tania Lucia Compagnoni
Código Identificador:3B3105C3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 009/2018

Excelentíssimo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis o Senhor Marcos Aurélio Marques Flores, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO os autos do Processo Licitatório referente ao **Pregão Eletrônico 009/2018,** cujo objeto é Aquisição de Material Permanente – **Coletor e Compactador de Resíduos Sólidos,** proveniente do Processo Administrativo 137/SEMADS/2018, conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico, constante nos autos.
CONSIDERANDO a inexistência de interposição de recursos e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto do referido Pregão Eletrônico, como segue:

01	Modalidade	Pregão Eletrônico;
02	Tipo	Menor Preço por Item;
03	Processo Administrativo	137/SEMADS/2018;
04	Objeto	Aquisição de Material Permanente – **Coletor e Compactador de Resíduos Sólidos;**
05	Beneficiária	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
06	Vencedores	**Item** 01 **– CIMASP COMERCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E PEÇAS EIRELI;**
07	Valores Adjudicados	**Item** 01 **- R$ 83.500,00** (Oitenta e três mil e quinhentos reais);
08	CNPJ/MF	**Item** 01 **– 04.686.643/0001-91;**

CONSIDERANDO que no referido no processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceitua a Lei 10.520/2002 e a Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes,
RESOLVE:
I - **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referenciado, com fundamento no artigo 43, inciso VI da Lei 8.666/93;
II - **DETERMINAR** que a empresa vencedora seja convocada para assinatura do Termo de Contrato.
III - **PUBLIQUE-SE** na forma da Lei

Alto Alegre dos Parecis/RO, 19 de Abril de 2018.

MARCOS AURÉLIO MARQUES FLORES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tania Lucia Compagnoni
Código Identificador:B3AABD47

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/CPL/2018

Excelentíssimo Prefeito do Município de Alto Alegre dos Parecis o Marcos Aurélio Marques Flores, no uso de suas atribuições legais e, baseado nos valores, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Licitação na Modalidade Tomada de Preço **001/CPL/2018**, do tipo Menor Preço Global, do Processo Administrativo **003/SEMFAP/2018**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO CENTRO ALTERNATIVO (COMPREENDENDO EVENTOS EDUCACIONAIS, RELIGIOSOS, CULTURAIS E FEIRA DO PRODUTOR RURAL) NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, CONFORME PLANO DE TRABALHO. OS RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS É PROVENIENTE DO CONVÊNIO 042/DPCN/2016**. No valor global de R$ **191.176,74** (Cento e noventa e um mil cento e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos) em favor da empresa **CONSTRUTORA STORCH**; inscrita no CNPJ/MF **21.432.974/0001-14**. Por ser a proposta que apresentou critérios mais vantajosos para esta Administração Pública.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 19 de Abril de 2018.

MARCOS AURÉLIO MARQUES FLORES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tania Lucia Compagnoni
Código Identificador:914182FC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/CPL/2018

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 899/SEMAGRI/2017
O município de Alto Paraíso – RO, através do Pregoeiro, torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que será julgado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM,** nos termos da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93, o Decreto Federal nº. 5450 de 31/05/2005, Decreto Municipal 024 de 05/03/2007. Objeto: **AQUISIÇÃO DE UMA CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE (COM SISTEMA DE INCLINAÇÃO), 02 EIXOS, 04 RODAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 04 (QUATRO) TONELADAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES COMPLEMENTARES DESCRITAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, RECURSO ORIUNDO CONTRATO DE REPASSE Nº827102/2016/MAPA/CAIXA**. Valor total estimado: R$ 18.875,00. As propostas de preços poderão ser cadastradas a partir das 09:00 horas do dia 25/04/2018 até às 09:00 horas do dia 08/05/2018. Abertura das propostas preços: ás 09:00 horas do dia 08/05/2018. **Inicio da sessão pública de lances: dia 08/05/2018 às 10:00 horas, horário de Brasília, local www.portaldecompraspublicas.com.br.** Maiores informações através do telefone (69) 3534-2981 de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 12h00min, na CPL da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO, à Rua Marechal Cândido Rondon, 3031 - e através do e-mail: cpl.pmap.ro@hotmail.com.

Alto Paraíso – RO, 19 de abril de 2018.

EMERSON GOMES DOS REIS
Decreto Nº 2228/2018
Pregoeiro

Publicado por:
Emerson Gomes dos Reis
Código Identificador:901C0926

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

SEMEDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato
Contrato **Nº 047/2015.**
Processo **Nº 1973/2014.**
Contratante: **Município de Alvorada D'Oeste - RO**
Contratado: **RAMOS CONSTRUTORA LTDA EPP.**
Objeto: **Prorrogação do prazo de execução do Contrato acima epigrafado, por mais 100 (cem) dias, tendo início no dia 07 de abril de 2018 e o término no dia 15 de julho de 2018**.
Data**: 06/04/2018**
Prazo**: 100 (cem) dias**
Assinam:
RAMOS CONSTRUTORA LTDA EPP.
– Empresa Contratada
***José Walter da Silva* -** Prefeito Municipal
***Luciana da Silva* –** Secretária Municipal de Educação - Interveniente
Obs.: Aditivo assinado nos autos respectivo.

Publicado por:
Luciana da Silva
Código Identificador:C30018CA

SEMEDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato
Contrato **Nº 025/2015.**
Processo **Nº 1974/2014.**
Contratante: **Município de Alvorada D'Oeste - RO**
Contratado: **INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES VERA CRUZ LTDA EPP.**
Objeto: **O presente termo aditivo tem por objeto a suplementação de valores no contrato acima epigrafado, no montante de R$ 20.098,93 (vinte mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos), referente a construção de fossa séptica, com vigência até 18/05/2018**.
Suplementação: **R$ 20.098,93 (vinte mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos)**
Data**: 13/04/2018**
Assinam:
INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES VERA CRUZ LTDA EPP.
– Empresa Contratada
***José Walter da Silva* -** Prefeito Municipal
***Luciana da Silva* –** Secretária Municipal de Educação - Interveniente
Obs.: Aditivo assinado nos autos respectivo.

Publicado por:
Luciana da Silva
Código Identificador:DCDC8A11

SEMEDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Nono Termo Aditivo ao Contrato
Contrato **Nº 047/2015.**
Processo **Nº 1973/2014.**
Contratante: **Município de Alvorada D'Oeste - RO**

Contratado: **RAMOS CONSTRUTORA LTDA EPP.**
Objeto: **O presente termo tem por objeto a suplementação de valores no contrato acima epigrafado, no montante de R$ 20.098,93 (vinte mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos), referente à construção de fossa séptica.**
Suplementação: **R$ 20.098,93 (vinte mil, noventa e oito reais e noventa e três centavos).**
Data**: 11/04/2018**
Assinam:
RAMOS CONSTRUTORA LTDA EPP.
– Empresa Contratada
***José Walter da Silva* -** Prefeito Municipal
***Luciana da Silva* –** Secretária Municipal de Educação - Interveniente
Obs.: Aditivo assinado nos autos respectivo

Publicado por:
Luciana da Silva
Código Identificador:F6982026

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO
PORTARIA Nº 004/AMR/2018

PORTARIA Nº 004/AMR/2018

ERRATA

ERRATA: Esta errata tem o objetivo de corrigir a falha de digitação na PORTARIA Nº 003/AMR/2018, sendo que:

Onde lê-se: Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **CLEDIANE DE SOUZA CERQUEIRA**, para desempenhar a função de Diretora-Presidente no período **17/04/2018 a 26/04/2018** da Agência Municipal de Regulação - AMR"

Leia-se: "Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **CLEDIANE DE SOUZA CERQUEIRA**, para desempenhar a função de Diretora-Presidente, com remuneração equivalente ao cargo no período 17/04/2018 a 26/04/2018 da Agência Municipal de Regulação - AMR".
;

Ariquemes/RO,19 de abril de 2018.

BRUNO MARTINS DE AZEVEDO
Diretor Presidente da AMR
Decreto nº 12.451/PGM/2016

Publicado por:
Bruno Martins de Azevedo
Código Identificador:EAD26C80

CASA DOS CONSELHOS
ATA CONSELHO DA CIDADE MÊS DE MARÇO

Ata da 52ª (quinquagésima segunda) reunião ordinária do **Conselho da Cidade** de Ariquemes realizada em 14 de março de 2018 (dois mil e dezoito) nas dependências da Casa dos Conselhos às 16:00 hs com pauta conforme edital número 001/2018: **1-** Leitura e aprovação da ata anterior; **2 -** Apresentação do calendário anual. **3** – Aprovação do parecer 001/2018 . **4 –** Aprovação do parecer 002/2018. **5** – Ofício 0103/2018 gabinete vereador Natan Lima. **6 –** Outros assuntos pendentes. A reunião inicia-se às 16:22 hrs contando com a presença de 12 instituições representadas, sendo 08 titulares e 06 suplente e ainda com a presença de 05 convidados conforme livro de presença: Marcelo Graeff – SEMPOG (titular), Marco Antonio Lazaretti do Prado- SEMPOG (suplente); Antonio Sérgio Castro Alves – SEMOSP (titular), Bruno Cesar Kaim – SEMMA (suplente), Lafaiete Ribeiro Batista – FUNCET (titular), Fábio Marques de Oliveira – SEMSAU (suplente), Licélio José Pinto Ribeiro - Ass.Mor./st 06 (titular), Vilian Sousa do Nascimento – Ass. Mor. Monte Cristo (titular), Luciana Bandeira de Souza – SINDUR (suplente), José Aparecido de Lara – SINTIEMA (titular), Acácio da Silva Campos CRECI (titular), Vagner Lopes dos Santos – CRECI (suplente), Claudenir de Oliveira Rocha – CREA (titular); após os cumprimentos o presidente solicita ao **1)** secretário que faça a leitura da ata da reunião do mês de novembro de 2017, na qual é aprovado por todos presentes. Após lida e aprovada, **2)** o presidente apresenta o calendário das reuniões ordinárias do ano de 2018 para apreciação da plenária: 11/04, 09/05, 16/06, 11/07, 08/08, 12/09, 10/10, 14/11, 12/12, todas na segunda quarta feira do mês `as 16:00, **3)** em seguida passa a palavra ao relator do parecer 001/2018, referente ao processo administrativo nº 10426/2017 do "Loteamento Jardim Vila Nova" da empresa PIRETTE ENGENHARIA EIRELE – EPP; o conselheiro relator senhor Acácio da Silva Campos, faz a leitura e apresenta as observações do Comitê Técnico, dizendo que APROVA o projeto em questão, com ressalvas e que ..."depois de concluído o processo em todas as suas etapas, o executivo encaminhar ao Conselho da Cidade cópia do Termo de Aprovação e da Planilha de Execução dos Serviços e Cronograma de Implantação para os devidos acompanhamentos" **(sic)**, fica observada a cobrança por parte da comissão técnica, do estudo ambiental da área no caso Eiv Rivi no loteamento do Piretti. É ele quem vai indicar várias medidas para implantar a drenagem e o esgoto, visando mitigar os impactos com as atividades de tanques de peixe e pesque pague que está próximo ao empreendimento. Após leitura o presidente faz suas considerações e coloca o parecer do Comitê Técnico para a aprovação da plenária, na qual fica **APROVADO** por unanimidade. **4) –** O presidente explica aos presentes que este conselho é colaborador da administração pública e que prima pelo bom andamento dos processos e projetos propostos, principalmente aqueles que trazem investimentos substanciais na construção civil de nosso município, solicita ao conselheiro relator do parecer 002/2018 referente ao processo ADMINISTRATIVO nº 004751/2016 e 6787/2017 do "Condomínio Jardim Eldorado" da empresa M.L CONSTRUTORA E EMPREENDEDORA –LTDA – EPP , o senhor Licélio José Pinto Ribeiro faz a leitura preliminar do referido parecer e conclui dizendo que o Comitê Técnico realizou visita "In Loco" e ressaltou que este Comitê APROVA com ressalvas e que deverão ser observadas tanto pelo proprietário quanto os agentes da Prefeitura ..." depois de concluído o processo em todas as suas etapas, o executivo encaminhar ao Conselho da Cidade cópia do Termo de Aprovação e da Planilha de Execução dos Serviços e Cronograma de Implantação para os devidos acompanhamentos" **(sic)**, os conselheiros após breve discussão **APROVAM** por unanimidade o parecer 002/2018. **5)** O presidente apresenta o ofício do gabinete do vereador Natan Lima e explica aos conselheiros que trata de um pedido de solicitação de um novo CEP para a nova entrada do Condomínio Duque de Caxias na Avenida Tancredo Neves, e que este conselho fará uma resolução para cooperar com os agentes do poder público, o conselheiro José de Lara observa que no bairro Zona Sul também não existe um CEP oficial e que os moradores passam por inúmeros constrangimentos, o Secretário de Planejamento e também conselheiro, informa que esta discussão já se encontra em trâmite e que existe um TAC a este respeito e que o Executivo está tentando solucionar. **6)** A respeito dos outros assuntos pendentes e pelo avançado da hora, houve apenas um pequeno debate a respeito da Pista Multiuso, ficando para a próxima reunião uma discussão mais aprofundada. O presidente abre a palavras aos convidados, o engenheiro Paulo da empresa Coliseu e o Advogado Fabiano fez a apresentação de um projeto 500 (quinhentos) lotes com casas que atendem o programa do Governo federal "Minha Casa Minha Vida" faixa um e 100 (cem) lotes com recurso próprio, empreendimento "Residencial Pedra Alta", projeto de infraestrutura com rede de esgoto. O presidente sugere que a empresa formalize ao conselho da cidade o quanto antes para adiantar os procedimentos que é de imensa relevância para o Município, sem mais delongas às 17:48 o presidente dá por encerrada a reunião Não tendo nada mais a registrar, eu, Marco Antonio Lazaretti do Prado, secretário executivo do Conselho da Cidade, leio e assino a presente ata, juntamente com o presidente e demais Conselheiros, conforme consta no Livro de Registro de Presença página 20 verso/21. **Aprovaram esta ata :**

ANTONIO SERGIO CASTRO ALVES

BRUNO CESAR KAIN

MARCELO GRAEFF

MARCO ANTONIO LAZARETTI DO PRADO

LAFAIETE RIBEIRO BATISTA

FÁBIO MARQUES DE OLIVEIRA

LICÉLIO JOSÉ PINTO RIBEIRO

LUCIANA BANDEIRA DE SOUZA

JOSÉ APARECIDO DE LARA

ACÁCIO DA SILVA CAMPOS

VAGNER LOPES DOS SANTOS

CLAUDENIR DE OLIVEIRA ROCHA

VILIAN SOUSA DO NASCIMENTO

Publicado por:
Marco Antonio Lazaretti do Prado
Código Identificador:EDD1FEBB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.067 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.067, de 9 de abril de 2.018.

"Dispõe sobre a concessão de Licença para tratar de assuntos particulares a servidora JAKELINA PEREIRA DOS SANTOS e da outras providências."

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº2.694/2018 de, 15 de março de 2018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença para tratar de assuntos particulares, a servidora JAKELINA PEREIRA DOS SANTOS, admitido em 22 de março de 2000, no cargo de agente de Professor, nível IV, 20 horas, sob matricula nº31488, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, conforme parecer do Secretário da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 9 de abril de 2.018, 40ª de emancipação político-administrativo.
.
THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:FA7CDA58

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.080 DE 12 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº14.080, de 12 de abril de 2018.

"Dispõe sobre a exoneração, a pedido, do Servidor TIAGO VIEIRA DE OLIVEIRA e da outras providências."

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
Considerando o teor do processo administrativo nº2.726/2018 de, 15 de março de 2.018.
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor TIAGO VIEIRA DE OLIVEIRA, admitido em 30 de junho de 2016, no cargo de Agente Operacional de Saúde função motorista de ambulância, nível II, com carga horária de 40 horas semanais, sob matricula nº11003, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Fica vago o cargo de Agente Operacional de Saúde função motorista de ambulância.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 2 de abril de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª de emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:C2002858

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO DE Nº 14.082 DE 12 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº14.082, de 12 de abril de 2.018.

"Dispõe sobre a interrupção e retorno, a pedido, da servidora HELEN JOSIANY DE ANGELO NARDO e da outras providências."

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 1.959/2018 de, 26 de fevereiro de 2018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica INTERROMPIDO, a pedido, licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 2 (dois) anos, concedida por meio do decreto nº13.189, de 7 de junho de 2017 e RETORNA, a servidora HELEN JOSIANY DE ANGELO NARDO, as atividades inerentes ao cargo de Especialista da Saúde função Medico Anestesista, nível I, sob matricula nº 62855, a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme ciência e parecer do Secretário da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de março de 2018, revogados as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª de emancipação político-administrativo..

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:8722650B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.077 DE 12 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.077, de 12 de abril de 2.018.

"Dispõe sobre nomeação de ADRIANA KALCH no cargo de Assessor Especial VI/SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ."

O Prefeito Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o teor do memorando nº072/SEMFAZ/2018 de, 3 de abril de 2018.
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, a contar de 1º de abril de 2018, **ADRIANA KALCH**, no cargo em Comissão de Assessor Especial VI – CDS 01, vinculado a Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal Dr. Capintero, 12 de abril de 2.018, 40ª de emancipação de político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:8AF1D6A7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº14.079 DE 12 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.079, de 12 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora DIEINE EIRE KONDRATOWSKI e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 3.450/2018 de, 4 de abril de 2.018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora DIEINE EIRE KONDRATOWSKI, admitida em 8 de abril de 2.008, no cargo de Guarda Municipal FUNÇÃO Agente de Fiscalização de Trânsito, 40 horas semanais, sob matricula nº65390, lotada na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, para o período de 1º a 30 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:B681453A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.078 DE 12 DE 2018.

Decreto nº 14.078, de 12 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora WANDERLEIA DE MATTOS e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 3.264/2018 de, 29 de março de 2.018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora WANDERLEIA DE MATTOS, admitida em 1º de abril de 2.008, no cargo de Guarda Municipal FUNÇÃO Guarda Comunitário, 40 horas semanais, sob matricula nº64700, lotada na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, para o período de 1º a 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:0755EA88

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.081 DE 12 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº14.081, de 12 de abril de 2018.

"Dispõe sobre a exoneração, a pedido, do Servidor DIRCEU BARBOSA DA SILVA e da outras providências."

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
Considerando o teor do processo administrativo nº2.729/2018 de, 16 de março de 2.018.
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor DIRCEU BARBOSA DA SILVA, admitido em 16 de maio de 2008, no cargo de Especialista da Saúde função Médico Ginecologista Obstetra, nível I, com carga horária de 40 horas semanais, sob matricula nº67636, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Fica vago o cargo de Especialista da Saúde função Médico Ginecologista Obstetra.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 16 de março de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª de emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:A5F00432

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.059 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.059, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor IRACI NATAL GALDINO e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 10.594/2017 de, 31 de agosto de 2.017.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor IRACI NATAL GALDINO, admitido em 22 de março de 2000, no cargo de Agente de Transporte Escolar, 40 horas semanais, sob matricula nº31720, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 2 de abril a 30 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2010 a 2015, conforme ciência e parecer d Secretário da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 2 de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:43F14E76

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.060 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.060, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora APARECIDA PEREIRA CHAVES e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 2360/2018 de, 7 de março de 2.018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora APARECIDA PEREIRA CHAVES, admitida em 1º de março de 1999, no cargo de Agente de Serviço Escolar, nível III, 40 horas semanais, sob matricula nº28193, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 26 de março a 23 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014, conforme ciência e parecer d Secretário da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 26 de março de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:5FF70406

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.061 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.061, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora FELICIA CAMILO e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 2249/2018 de, 5 de março de 2.018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora FELICIA CAMILO, admitida em 22 de março de 1999, no cargo de Agente de Serviço Escolar, nível II, 40 horas semanais, sob matricula nº70807, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 1º de abril a 29 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2004 a 2009, conforme ciência e parecer d Secretário da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:FD9B1FDD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.062 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.062, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora LOURDES PRATES FERNANDES e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 11.913/2017 de, 10 de outubro de 2.017.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora LOURDES PRATES FERNANDES, admitida em 9 de maio de 2012, no cargo de Agente de Serviço Escolar, 40 horas semanais, sob matricula nº90174, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 2 de abril a 1º de maio de 2018, referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 2 de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:D97C1688

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.063 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.063, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade a Servidora JOHN DOS SANTOS LIMA e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 2.411/2018 de, 8 de março de 2.018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor JOHN DOS SANTOS LIMA, admitida em 6 de maio de 2013, no cargo de Agente de Serviço Escolar, 40 horas semanais, sob matricula nº95877, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 1º a 30 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:D0862084

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.064 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.064, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora MARCILEIDE APARECIDA DA SILVA e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 14.614/2017 de, 21 de dezembro de 2.017.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora MARCILEIDE APARECIDA DA SILVA, admitida em 30 de junho de 2008, no cargo de Professora, 40 horas semanais,

sob matricula nº68918, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 4 de abril a 2 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 4 de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:A1A8642F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.065 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.065, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora MARTA DE OLIVEIRA RICARDO e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 2.212/2018 de, 2 de março de 2.018.

DECRETO:

Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora MARTA DE OLIVEIRA RICARDO, admitida em 27 de fevereiro de 2.004, no cargo de Assistente da Saúde/Função Auxiliar de Laboratório, nível III, 40 horas semanais, sob matricula nº35874, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para o período de 1º a 30 de abril de 2018, referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Torna sem efeito o decreto nº14.040 de, 26 de março de 2018.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:A71301EC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.066 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.066, de 9 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora MARINALVA GOMES DE LIMA e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 1.005/2018 de, 26 de janeiro de 2.018.

DECRETO:

Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora MARINALVA GOMES DE LIMA, admitida em 2 de abril de 2.009, no cargo de Professor, 40 horas semanais, sob matricula nº75183, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 2 de abril a 30 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2009 a 2014, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 2 de abril de 2018.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:B11E0DB4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.088 DE 18 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº14.088, de 18 de abril de 2.018.

Dispõe sobre a Designação de SILANE GUEDES SILVA e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
R E S O L V E:
Art. 1º Designar, a servidora SILANE GUEDES SILVA, para responder interinamente pelo cargo de Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 6 de abril de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª de emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:50DB8B0E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.089 DE 18 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.089, de 18 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora IRACI PINHEIRO DA SILVA e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 578/2018 de, 16 de janeiro de 2.018.

DECRETO:

Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora IRACI PINHEIRO DA SILVA, admitida em 29 de março de 2.006, no cargo de Agente de Serviço função Serviços Gerais, nível III, 40 horas semanais, sob matricula nº43087, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 18 de abril a 17 de maio de 2018, referente ao período aquisitivo de 2011 a 2016, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:34003443

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 14.090 DE 18 DE ABRIL DE 2018.

Decreto nº 14.090, de 18 de abril de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à Servidora DIRCE MARINHO DE AZEVEDO MARTINS e da outras providências.

O Prefeito do Município de Ariquemes/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve editar o presente;
Considerando o teor do processo administrativo nº 3.152/2017 de, 30 de março de 2.018.
D E C R E T O:
Art. 1º Fica concedido Licença Prêmio por Assiduidade à servidora DIRCE MARINHO DE AZEVEDO MARTINS, admitida em 1º de março de 1.999, no cargo de PROFESSORA, 20 horas semanais, sob matricula nº25771, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 18 de abril a 16 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017, conforme ciência e parecer da Secretária da Pasta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 40ª emancipação político-administrativo.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito do Município de Ariquemes/RO

Publicado por:
Gleiciane Natal Babolim Arantes
Código Identificador:C752D143

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECISÃO AUTOS Nº 5866/2017

Autos nº 5866/2017

Ariquemes, 17 de abril de 2018.

DECISÃO

Versam os presentes autos sobre procedimento sancionatório instaurado em face da empresa C. V. MOREIRA EIRELI – DATAPLEX, para apuração de responsabilidade em razão do descumprimento parcial do Contrato Administrativo nº 252/2016.

Devidamente notificada sobre a aplicação de penalidades, a empresa apresentou defesa e, logo após, foi proferida decisão pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, queaplicou à licitante as penalidades de multa compensatória de 10% sobre o valor da contratação (art. 87, II, Lei nº 8.666/93), no valor de R$ 121.992,00 (cento e vinte e um mil novecentos e noventa e dois reais) e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Em face da decisão do Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a licitante apresentou pedido de reconsideração, os qual foi objeto de análise no Parecer nº 414/PGM/2018.

Sobre a motivação dos atos administrativos, entre os quais se incluem decisões com a presente, dispõe o art. 50, VIII e § 1º da Lei 9.784/99:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:
(...)
VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Como se verifica, a legislação faculta que os atos administrativos possuam motivação aliunde ou "per relationem", a qual é definida como uma motivação por meio de remissão a outras manifestações ou peças constantes nos autos e cujos fundamentos integram o ato decisório, o que encontra respaldo nos princípios da economia e eficiência.

Ante o exposto, acolhendo os fundamentos jurídicos do Parecer nº 414/PGM/2018, CONHEÇO o pedido de reconsideração apresentado pela empresa C. V. MOREIRA EIRELI – DATAPLEX e, no mérito, DOU PARCIAL PROVIMENTO para afastar a aplicação da penalidade de suspensão temporária e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo período de 02 (dois) anos, de modo que fica mantida a penalidade de multa moratória nos termos da decisão recorrida.

Notifique-se a licitante do teor da decisão.

Encaminhem-se os autos à SEMFAZ para providências relativas o recolhimento da multa moratória.

Após, arquive-se.

THIAGO LEITE FLORES PEREIRA
Prefeito de Ariquemes

Publicado por:
Mateus Henrique Souza Peres
Código Identificador:15DFA7FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2018/SML/PMA

PROCESSO N° 14.381/2017/SEMSAU
Comunicamos aos interessados a ANULAÇÃO da licitação em epígrafe uma vez que foram detectadas falhas no descritivo, o que incide em adequação do objeto conforme determinação do gestor da SEMSAU. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Tablets (cor cinza, branco ou preto, desbloqueado). Fonte de Recursos: Convênio 074/PGE/2017 - SUS. Informações: fone: (69) 3516-2022, e-mail: pregaopma@hotmail.com.

Ariquemes (RO), 19 de abril de 2018.

DÁRIO GERALDO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Dario Geraldo da Silva
Código Identificador:6D8F173A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº033/2017/PREGÃO/SEMPOG/PMA, PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 11.675/10/SEMSAU/2017 - LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO, RESERVA DE COTAS E LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS–ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de mobiliários hospitalares tipo: Autoclave horizontal 75 litros, balança antropométrica infantil e adulto, berço para recém nascido, biombo triplo, cadeira de banho, cadeira de rodas, cama hospitalar tipo fawler elétrica, estetoscópio, foco refletor, laringoscópio infantil, mesa

ginecológica, oxímetro de pulso, etc..., para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ariquemes, por um período de 12 (doze) meses, com o valor total estimado em R$ 583.445,36.
A Prefeitura Municipal de Ariquemes através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº. 13.885 de 15 de Janeiro de 2018, torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **nº 033/2018** do tipo **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM**, **Cód. UASG: 450522,** na forma da Lei nº. 10.520/02, conforme edital e anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Ariquemes. Envio das propostas poderá ser feito **das 09h00min do dia 24/04/2018 até às 09h00min do dia 08/05/2018. Início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 08/05/2018 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível no site **www.comprasgovernamentais.gov.br** e **www.ariquemes.ro.gov.br**, sendo que a sessão pública será pelo site **www.comprasgovernamentais.gov.br.** Informações na Sala da Superintendência Municipal de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min. (Horário Local). Mais informações, através do telefone (69) 3516-2022/2021 ou pelo e-mail pregaopma@hotmail.com

Ariquemes (RO), 19 de Abril de 2018.

ADRIANO DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Adriano dos Santos
Código Identificador:78205B7D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1058/2016

Processo nº 1-1058/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1058/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.

Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:78021625

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1058/2016

Processo nº 1-1058/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:50299882

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1061/2016.

Processo nº 1-1061/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1061/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.

Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:8762F441

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1061/2016.

Processo nº 1-1061/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:C78FC5ED

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1273/2016

Processo nº 1-1273/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância supracitada.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando- se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial, se encerrará o prazo no próximo dia 19.04.2018. Solicitamos a prorrogação do prazo a partir de 20.04.2018 com previsão legal inserida no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97.

Tal medida faz-se necessária para realização do Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:54FEED16

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1273/2016

Processo nº 1-1273/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências da Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:94A4A742

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1059/2016

Processo nº 1-1059/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1059/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:2BA2090E

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA 1-1059/2016

Processo nº 1-1059/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1059/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:F60E901C

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1059/2017

Processo nº 1-1059/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:FDE199BA

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1365/2016

Processo nº 1-1365/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1365/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.

Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:1D2D43F2

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1365/2016

Processo nº 1-1365/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:644FBCCE

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-806/2016

Processo nº 1-806/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-806/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.

Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:D59A4D8C

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-806/2016

Processo nº 1-806/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:32A9A44B

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-205/2013

Processo nº 1-205/2013.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-205/2013.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.

Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:3F12D5EB

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-205/2013

Processo nº 1-205/2013.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:FCF31653

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1060/2016

Processo nº 1-1060/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1060/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:B01B6612

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1060/2016

PROCESSO: 1-1060/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste ATO prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018, para apresentação de conclusões do procedimento da Sindicância supracitada sem prejuízos aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:A9894444

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1057/2016

Processo nº 1-1057/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1057/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:B868496E

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1057/2016

Processo nº 1-1057/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:F3190593

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1621/2017

Processo nº 1-1621/2017.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1621/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018 Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:A1B7DD68

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1621/2017

PROCESSO: 1-1621/2017

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste ATO prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018, para apresentação de conclusões do procedimento da Sindicância supracitada sem prejuízos aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:DB63DE8F

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1621/2017

PROCESSO: 1-1621/2017

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste ATO prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018, para apresentação de conclusões do procedimento da Sindicância supracitada sem prejuízos aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:E31C1040

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1165/2016

Processo nº 1-1165/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1165/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:647B5313

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1165/2016

Processo nº 1-1165/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:0152CF9E

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1512/2016

Processo nº 1-1512/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1512/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:61BA5C60

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1512/2016

Processo nº 1-1512/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:1BCBDB41

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1068/2016

Processo nº 1-1068/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1068/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:696DB32D

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1068/2016

Processo nº 1-1068/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:17C5CC49

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1359/2016

Processo nº 1-1359/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1359/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:37A50E38

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA N º 1-1359/2016

Processo nº 1-1359/2016.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:2460666D

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-833/2014

Processo nº 1-833/2014.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-833/2014.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:EFD0D4A7

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-833/2014

PROCESSO: 1-833/2014

ASSUNTO: Sindicância para apurar os fatos relacionados à multa de veículos pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância da Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:4FD3F4D9

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-755/2017

Processo nº 1-755/2017.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-755/2017.

Buritis, 18 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:368B361B

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-775/2017

Processo nº 1-755/2017.

Buritis, 18 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:10B871A9

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1655/2017

Processo nº 1-1655/2017.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1655/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018 Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:456D7222

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1655/2017

PROCESSO: 1-1655/2017

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste ATO prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018, para apresentação de conclusões do procedimento da Sindicância supracitada sem prejuízos aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:BF046A94

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1383/2017

Processo nº 1-1383/2017.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1383/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:BA5DAD0F

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1383/2017

Processo nº 1-1383/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:7612A934

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-890/2017

Processo nº 1-890/2017.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-890/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:B82D1112

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-890/2017

Processo nº 1-890/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:54CBEB72

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1125/2017

Processo nº 1-1125/2017.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1125/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 19.04.2018. Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 20.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:60D1039F

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1125/2017

Processo nº 1-1125/2017.

Buritis, 16 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste Ato prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 20 de abril de 2018 para apresentação de conclusão e outras providências Sindicância Administrativa sem prejuízo aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:CD856B26

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1221/2016

Processo nº 1-1221/2016.

Assunto: Pedido de Prorrogação de prazo de Sindicância nº 1-1221/2016, a qual apura possíveis irregularidades constantes no Processo 1-986/2015.

Buritis, 18 de abril de 2018.

Solicitação de Prorrogação de Prazo de Sindicância

Considerando-se que o prazo de 30 (trinta) dias para conclusões dos trabalhos desta Comissão de Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar e Tomada de Contas Especial se encerrará na data de 21.04.2018 Solicitamos prorrogação de prazo com fundamento no artigo 128, parágrafo único da Lei 021/97 a partir de 23.04.2018.
Tal medida faz-se necessária para realização de oitivas e posterior Relatório Final.

SILVANA CRISTINA MARQUES CAMPANA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:5ECA36BA

ASSESSORIA JURÍDICA
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE SINDICÂNCIA Nº 1-1221/2016

PROCESSO: 1-1221/2016.

Buritis, 18 de abril de 2018.

ATO DO EXECUTIVO

Fica por meio deste ATO prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 23 de abril de 2018, para apresentação de conclusões do procedimento da Sindicância supracitada sem prejuízos aos prazos já decorrentes.

Diante dos fatos assim deliberados.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviana Aparecida de Oliveira
Código Identificador:2E5B7FBC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018/CPLMS 2º ATO

No dia 19 (dezenove) de Abril de 2018, às 09h00min, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços, nomeada pelo Decreto 7795/GAB/2018, sendo que o senhor: HANNAH CAROLINA GARCIA DE ALMEIDA CPF: 817.047.042-00 e o senhor OSVALDO PEDRO MARCELINO Protocolaram os envelopes 1 e 2 no dia 19 de Abril nesta CPLMS.
A presente Chamada Pública teve sua divulgação realizada através de publicação nos seguintes jornais: Diário Oficial dos Municípios; jornal "A Gazeta de Rondônia", mural da Prefeitura, Câmara Municipal e Ministério Público no dia 04/04/2018, os comprovantes das citadas publicações encontram-se aos autos, bem como o edital foi disponibilizado gratuitamente no Portal da Transparência da Prefeitura de Buritis.
O Presidente abriu a sessão pública na presença dos membros da Comissão, sendo a partir desse momento inadmissível a aceitação de novos envelopes. Foi recolhido os envelopes contendo os documentos de Habilitação e propostas de Preços, onde foi aberto somente a documentação de Habilitação, as propostas permaneceram lacrada sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação.
Posteriormente realizou-se a análise dos documentos de habilitação, e após minuciosa vistoria e conferência dos documentos apresentados, a senhora HANNAH CAROLINA GARCIA DE ALMEIDA apresentou a documentação conforme solicitada no edital, e o presidente declarou a mesma **HABILITADA.** Ao analisar a documentação do senhor OSVALDO PEDRO MARCELINO foi constatado as certidões

negativas em nome de sua esposa CONCEIÇÃO MOREIRA MARCELINO CPF: 908.437.382-00 e a documentação do imóvel em nome de OSVALDO PEDRO MARCELINO, informamos que conforme consta no edital temos duas formas em participar do certame uma por pessoa física e outra por pessoa jurídica, sendo que toda a documentação deve estar em nome de apenas uma pessoa física ou uma pessoa jurídica não podendo duas empresas nem duas pessoa física participar em conjunto com partes em documentação. O senhor OSVALDO PEDRO MARCELINO não apresentou a documentação conforme solicitado no edital, e o presidente declarou o mesmo **INABILITADO.**
Ficando aberto o prazo para recurso até 27 de Abril de 2018, atendendo o artigo 109 da Lei 8.666/93. Não havendo interposição de recurso ou o mesmo for intempestivo ficará marcado a data do dia 02 de Maio de 2018 para a abertura do envelope de proposta do participante habilitado.
O resultado da licitação será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM) e no portal da Transparência site www.buritis.ro.gov.br.

Concluída a sessão e nada mais havendo a relatar, a Comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que, após lida e achada em conforme, vai devidamente assinada pelo Presidente, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos presentes, finalizando a sessão às 11h23min.

Buritis, 19 de Abril de 2018.

THIAGO ALVES DE SOUSA
Presidente da CPLMS
Decreto: 7795/ GAB/PMB/2018

Publicado por:
Thiago Alves de Sousa
Código Identificador:F9C86AE5

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Buritis, **Ronaldi Rodrigues de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baseados nos procedimentos licitatórios efetuados pela Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviço através do **Pregão Eletrônico nº 16/CPLMS/2018,** Processo Administrativo de nº. **1-349/SEMECE/2018**, de acordo com as Leis n° 8.666/93, e 10.520/2002 e suas alterações e demais legislação vigente, **HOMOLOGA e ADJUDICA** e autoriza as despesas na forma da Lei em favor das empresas:

• **OLMI INFORMÁTICA LTDA – CNPJ 00.789.321/0001-17** a proposta no valor de R$ 22.889,97 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos).

• **PORTO TECNOLOGIA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ 05.587.568/0001-74** a proposta no valor de R$ 75.399,00 (setenta e cinco mil trezentos e noventa e nove reais).

Buritis, 18 de abril de 2018.

RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:CAFC62EF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2018. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTE CULTURA E LAZER – SEMECE

A Secretaria Municipal de Educação Esporte, Cultura e Lazer - SEMECE, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, constituída através do Decreto Nº 7958/GAB/PMB/2018, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, convoca através deste edital os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Recursos Humanos RH desta Secretária, situada na Rua Theobroma, nº 11580, Setor 02, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do Edital de Convocação, munidos da documentação abaixo descrita para tomarem posse.

Cargo Zona Rural	**Carga Horária Semanal**	**Habilitação**	**Vencimentos**	**Vagas Imediata**
Professor Pedagogo (ESCOLAS POLOS E MULTISSERIADAS)	30 horas	Licenciatura Plena em Pedagogia.	R$ 1.831,83	05
Nº	Inscrição	Nome do candidato		
29°	100.082	Ellen De Oliveira		
30°	100.670	Barbara Maria De Jesus Pinto Bastos		
31°	100.426	Andressa Ohishi Ramos		
32°	100.497	Luciana Brandao De Souza Oliveira		
33°	100.199	Ismael Marques Aquiles De Souza		

Cargo Zona Rural (ESCOLAS POLOS E MULTISSERIADAS)	**Carga Horária Semanal**	**Habilitação**	**Vencimentos**	**Vagas Imediata**
Professor História	30 horas	Licenciatura Plena em História	R$ 1.831,83	02
Nº	Inscrição	Nome do candidato		
8º	100.683	Leandro Almeida da Silva		
9º	100.038	Nilma Freitas doa Santos		

Cargo Zona Rural (ESCOLAS POLOS E MULTISSERIADAS)	**Carga Horária Semanal**	**Habilitação**	**Vencimentos**	**Vagas Imediata**
Professor Geografia	30 horas	Licenciatura Plena em Geografia	R$ 1.831,83	01
Nº	Inscrição	Nome do candidato		
6º	110.709	Gilson Jose Pessoa		

DOCUMENTOS EXIGIDA.

02 (uma) foto 3X4
01 (uma) Cópia e original do RG, CPF
01 (uma) Cópia e original da Carteira de Trabalho e Previdência Social
01 (uma) Cópia e original do Titulo de Eleitor e Comprovante de votação
01 (uma) Cópia do Comprovante de Residência (Atual)
Atestado de Saúde, emitido pela junta Médica Oficial do Posto de Saúde Municipal de Buritis
01 (uma) Cópia da Carteira do PIS/PASEP ou Declaração que não é cadastrado
01 (uma) Cópia e original da Certidão de Nascimento ou Casamento
01 (uma) Cópia e original de Nascimento do (s) Dependente (s)
Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Autenticidade da Certidão (se emitida via Internet: www.sefin.ro.gov.br)
Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Autenticidade da Certidão (se emitida via internet: www.tce.ro.gov.br)
Certidão Negativa Civil e Criminal (Fórum) (WWW.tjro.jus.br.)
Certidão Negativa de Protesto (Cartório de Buritis)
Certidão Negativa de Tributos Municipais (Prefeitura de Buritis)
01 (uma) Cópia e original do Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
Declaração de que não acumula Cargos Públicos ou tem vínculo empregatício na esfera Federal, Estadual e Municipal
01 (uma) Declaração de grau de parentesco
01 (uma) Declaração de Bens ou Cópia da declaração de IRRF, referente ao exercício anterior a nomeação do cargo
01 (uma) Declaração de concordância para participação em cursos e treinamentos oferecidos pela administração pelo Município.
01 (uma) Cópia e original do Certificado ou Histórico Escolar
01 (uma) Cópia do da Conta Salário no Banco do Bradesco de Buritis
01 (uma) Cópia da CNH (se for cargo de motorista)
Certidão SIGAP (http://www.tce.ro.gov.br/)
Teste de Gravidez
Declaração de Penalidade

O candidato convocado deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do Edital de Convocação, munidos da documentação constante no item 9.e deste edital, para entrega de documentos e destinação ao seu local de trabalho, ficando assinatura do contrato para a data estabelecida pela Administração Pública, respeitando a data da posse e entrada do exercício de suas funções. O não comparecimento no prazo estipulado importará na desistência

tácita da contratação, facultando à Administração Pública Municipal a convocação do próximo candidato obedecendo à ordem de classificação.

Buritis/RO, 19 de abril de 2018.

JOYCE DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão do Teste Seletivo
Decreto Nº 7958/GAB/PMB/2018.

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:CA500789

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO 001/2018. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, ESPORTE CULTURA E LAZER – SEMECE

A Secretaria Municipal de Educação Esporte, Cultura e Lazer - SEMECE, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, constituída através do Decreto Nº 7958/GAB/PMB/2018, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, convoca através deste edital os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Recursos Humanos RH desta Secretária, situada na Rua Theobroma, nº 11580, Setor 02, no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do Edital de Convocação, munidos da documentação abaixo descrita para tomarem posse.

Cargo Zona Rural (ESCOLAS POLOS E MULTISSERIADAS)	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimentos	Vagas Imediata
Professor Matemática	30 horas	Licenciatura Plena em Matemática	R$ 1.831,83	05
Nº	Inscrição	Nome do candidato		
1º	100.871	Edimar Pereira		
2º	100.140	Andreia De Lima Guarin		
3º	100.631	Joicelene Batista Da Silva		
4º	100.103	Mariana De Sousa Lopes		
5º	100.127	Gilka Goncalves Da Silva		

Cargo Zona Rural (ESCOLAS POLOS E MULTISSERIADAS)	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimentos	Vagas Imediata
Professor Geografia	30 horas	Licenciatura Plena em Geografia	R$ 1.831,83	02
Nº	Inscrição	Nome do candidato		
2º	100.062	Jos Caeiro Lopes		
3º	100.718	Hemerson Falcao		

DOCUMENTOS EXIGIDA.

02 (uma) foto 3X4
01 (uma) Cópia e original do RG, CPF
01 (uma) Cópia e original da Carteira de Trabalho e Previdência Social
01 (uma) Cópia e original do Titulo de Eleitor e Comprovante de votação
01 (uma) Cópia do Comprovante de Residência (Atual)
Atestado de Saúde, emitido pela junta Médica Oficial do Posto de Saúde Municipal de Buritis
01 (uma) Cópia da Carteira do PIS/PASEP ou Declaração que não é cadastrado
01 (uma) Cópia e original da Certidão de Nascimento ou Casamento
01 (uma) Cópia e original de Nascimento do (s) Dependente (s)
Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Autenticidade da Certidão (se emitida via Internet: www.sefin.ro.gov.br)
Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Autenticidade da Certidão (se emitida via internet: www.tce.ro.gov.br)
Certidão Negativa Civil e Criminal (Fórum) (WWW.tjro.jus.br.)
Certidão Negativa de Protesto (Cartório de Buritis)
Certidão Negativa de Tributos Municipais (Prefeitura de Buritis)
01 (uma) Cópia e original do Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
Declaração de que não acumula Cargos Públicos ou tem vínculo empregatício na esfera Federal, Estadual e Municipal
01 (uma) Declaração de grau de parentesco
01 (uma) Declaração de Bens ou Cópia da declaração de IRRF, referente ao exercício anterior a nomeação do cargo
01 (uma) Declaração de concordância para participação em cursos e treinamentos oferecidos pela administração pelo Município.
01 (uma) Cópia e original do Certificado ou Histórico Escolar
01 (uma) Cópia do da Conta Salário no Banco do Bradesco de Buritis
01 (uma) Cópia da CNH (se for cargo de motorista)
Certidão SIGAP (http://www.tce.ro.gov.br/)
Teste de Gravidez
Declaração de Penalidade

O candidato convocado deverá comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do Edital de Convocação, munidos da documentação constante no item 9.e deste edital, para entrega de documentos e destinação ao seu local de trabalho, ficando assinatura do contrato para a data estabelecida pela Administração Pública, respeitando a data da posse e entrada do exercício de suas funções. O não comparecimento no prazo estipulado importará na desistência tácita da contratação, facultando à Administração Pública Municipal a convocação do próximo candidato obedecendo à ordem de classificação.

Buritis/RO, 19 de abril de 2018.

JOYCE DE SOUZA PEREIRA
Presidente da Comissão do Teste Seletivo
Decreto Nº 7958/GAB/PMB/2018.

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:041B429A

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro – Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R$ 1
RECEITAS			PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestr(b)e	SALDO NÃO REALIZADO(c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)			1.022.000,00	1.058.536,14	-36.536,14
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	14.706.259,98	8.171.291,84	6.857.719,90	1.313.571,94	6.534.968,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	14.706.259,98	8.171.291,84	6.857.719,90	1.313.571,94	6.534.968,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.684.259,98	-7.112.755,70	-	-	-6.571.504,28
	<(a-d)>	<(b-e)>			<(c-f)>
Notas:					
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>					
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:					
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;					
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.					

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:9E8F0740

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro – Dezembro

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (a)	Em 31 Out 2017 (b)	Em 31 Dez 2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.896.858,4-7	5.518.445,4-4	5.723.956,3-8
DEDUÇÕES (II)	9.528.424,3-9	11.028.557,7-5	9.277.720,0-6
Disponibilidade de Caixa	9.528.424,3-9	11.021.992,9-4	9.277.334,2-0
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.820.105,4-9	11.189.062,9-2	10.855.693,9-7
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	291.681,1-0	167.069,9-8	1.578.359,7-7
Demais Haveres Financeiros	0,0-0	6.564,8-1	385,8-6
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	0,0-0	0,0-0	0,0-0
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,0-0	0,0-0	0,0-0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,0-0	0,0-0	0,0-0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III+IV-V)	0,0-0	0,0-0	0,0-0

RESULTADO NOMINAL	PERIODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	JAN A DEZ 2017 (VIc - VIa)
RESULTADO NOMINAL	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:4E249A53

GABINETE DO PREFEITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro – Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14	R$ 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial da Receita	75.498.972,-46
Previsão Atualizada da Receita	75.619.300,-72
Receitas Realizadas	76.351.324,-94
Deficit Orçamentário	0,-00
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	4.962.369,-26
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	66.983.184,-22
Créditos Adicionais	12.716.397,-40
Dotação Atualizada	79.699.581,-62
Despesas Empenhadas	66.994.798,-27
Despesas Líquidadas	63.962.678,-62
Despesas Pagas	62.414.416,-01
Superavit Orçamentário	12.388.646,-32
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	66.994.798,-27
Despesas Líquidadas	63.962.678,-62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	64.546.013,-28
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	-
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,-00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,-00
Resultado Previdenciário (III)=(I-II)	0,-00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	10.777.042,-92
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	2.077.336,-92
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	8.699.706,-00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	-2.153.099,34	7.617.101,31	0,00

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	291.681,10	-4.275,00	271.240,91	16.165,19
Poder Executivo	291.681,10	-4.275,00	271.240,91	16.165,19
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	10.355.468,06	-1.110.462,03	3.973.095,29	5.271.910,74
Poder Executivo	10.355.468,06	-1.110.462,03	3.973.095,29	5.271.910,74
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.647.149,16	-1.114.737,03	4.244.336,20	5.288.075,93

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	11.187.100,75	25,00	29,12
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB, Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	10.714.920,35	60,00	66,11
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		1.058.536,14	-36.536,14
Despesa de Capital Líquida		6.857.719,90	6.534.968,14

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	7.991.136,40	12.603.092,58	16.196.988,69	18.600.395,71
Despesas Previdenciárias (V)	2.241.928,08	5.281.996,21	11.238.735,19	19.444.267,69
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	5.749.208,32	7.321.096,37	4.958.253,50	-843.871,98

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	%Aplicado até o Bimestre
Despeas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	6.179.290,08	15,00	16,72
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente	
Total das Despesas / RCL(%)		0,00	

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:5F5292EC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 012/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2018/PMC

A Prefeitura Municipal de Cabixi, através de sua Pregoeira, designada por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 016 de 02 de Fevereiro de 2018, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico exclusivo ME/EPP sob o nº 012/2018/PMC, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM, conforme descrito no edital e seus anexos, em conformidade com a Lei 10.520, de 17 de Julho de 2002 e Decreto Municipal nº 053 de 2007, e subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda, o que determina a Lei complementar n°123/06, Lei Complementar 147/14, suas alterações, Objeto: O presente processo versa sobre a formação de Registro de Preço, para futura aquisição de Materiais de Expediente que serão utilizados nos setores que fazem parte dos departamentos administrativos em diversas áreas da Prefeitura Municipal de Cabixi e nas áreas da Saúde, Assistência Social e Educação sendo nas Escolas Urbanas e Distritos, ficando adstrita a Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 049/2014 e subsidiariamente à Lei Federal 8.666/93 e cumprindo ainda o que determina o Art. 3º, I e III da Lei Federal 10.520/2002, processo administrativo n.º 384/2018 - Data para cadastramento de propostas a partir do dia, 20/04/2018 as 13:00h, fim do recebimento das propostas dia 07/05/2018 as 8:00 horas, Inicio de abertura das propostas 07/05/2018 as 8:05 horas, fim da abertura das propostas 07/05/2018 as 08:55 horas, Início da disputa 07/05/2018 as 09:00 horas, todos horário de Brasília, local www.licitanet.com.br e no site eletrônico www.cabixi.ro.gov.br Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e cpl_cabixi@hotmail.com, ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cabixi-RO, sito à Av. Tamoios, 4031 - Centro para maiores informações através do fone/fax 69-3345-2553 ou 69-3345-2308.

Cabixi – RO, 19 de abril de 2018.

LAURECI TEREZINHA DOS SANTOS
Pregoeira
Dec. nº 016/2018

Publicado por:
Allison Maicon Bento Pretto
Código Identificador:34B6C5F3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2018 PROCESSO Nº 0148/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI CONTRATADA: ELIAS GUIMARAES DA SILVA & CIA – EPP

OBJETO: O objeto do presente termo é a contratação de empresa, através do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Consumo (carga de gás liquefeito de petróleo e água mineral) para atender a demanda da Prefeitura do Município de Cabixi, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e condições minuciosamente descritas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 003/2018 e seus anexos, cujos elementos a integra.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 (Pregão Eletrônico).

PRAZO: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com validade a partir de sua assinatura.

VALOR: O valor global da despesa com a execução do presente Contrato importa em R$ 24.892,77 (vinte e quatro mil oitocentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos).

ORÇAMENTO:
Reserva Orçamentária
0200 – Gabinete do Prefeito:
Projeto/Atividade
2.002 – Atividade do Projeto
Elemento de Despesa 33.90.30 – Material de Consumo.
0601 – Assistência Social:
2.034 – Ações a criança e ao adolescente;
2.035 – Manutenção da casa de abrigo e menores;
2.039 – Programa de atenção integral a família;
2.043 – Canfinanciamento do serviço de convivência;
Elementos de despesas;
33.90.30 – Material de Consumo;
33.90.30.04 – Gás e outros materiais engarrafados;
0400 – SEMEC:
2.006 – Manutenção das atividades da SEMEC
33.90.30 – Material de consumo;
2.015 – Apoio as ações do ensino infantil de zero a seis anos;
33.90.30 – Material de consumo;
0500 – SEMUSA:
2.021 – Apoio as ações de atenção básica;
2.030 – Atendimento hospitalar e ambulatório;
2.031 – Ações de programa nacional hospitalar;
30.90.30 -- Material de Consumo;

FORO: Comarca de Colorado do Oeste

DATA: 19 de abril de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL
Contratante

ELIAS GUIMARAES DA SILVA & CIA – EPP
Contratado

Publicado por:
Rafael Mendes da Silva
Código Identificador:46176D01

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2018 PROCESSO Nº 0148/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI CONTRATADA: CANOFF & VIEIRA LTDA - EPP

OBJETO: O objeto do presente termo é a contratação de empresa, através do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Consumo (carga de gás liquefeito de petróleo e água mineral) para atender a demanda da Prefeitura do Município de Cabixi, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas e condições minuciosamente descritas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 003/2018 e seus anexos, cujos elementos a integra.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 (Pregão Eletrônico).

PRAZO: O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com validade a partir de sua assinatura.

VALOR: o valor global da despesa com a execução do presente contrato importa em R$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais).

ORÇAMENTO:
Reserva Orçamentária
0200 – Gabinete do Prefeito:
Projeto/Atividade
2.002 – Atividade do Projeto
Elemento de Despesa 33.90.30 – Material de Consumo.
0601 – Assistência Social:
2.034 – Ações a criança e ao adolescente;
2.035 – Manutenção da casa de abrigo e menores;
2.039 – Programa de atenção integral a família;
2.043 – Canfinanciamento do serviço de convivência;
Elementos de despesas;
33.90.30 – Material de Consumo;
33.90.30.04 – Gás e outros materiais engarrafados;
0400 – SEMEC:
2.006 – Manutenção das atividades da SEMEC
33.90.30 – Material de consumo;
2.015 – Apoio as ações do ensino infantil de zero a seis anos;
33.90.30 – Material de consumo;
0500 – SEMUSA:
2.021 – Apoio as ações de atenção básica;
2.030 – Atendimento hospitalar e ambulatório;
2.031 – Ações de programa nacional hospitalar;
30.90.30 -- Material de Consumo;

FORO: Comarca de Colorado do Oeste

DATA: 19 de abril de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL
Contratante

CANOFF & VIEIRA LTDA - EPP
Contratado

Publicado por:
Rafael Mendes da Silva
Código Identificador:54FA75CE

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº0459/2018

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e CONSIDERANDO que no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO do PROCEDIMENTO referente ao Processo nº 0459/2018, conforme Parecer Jurídico.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à aquisição, conforme abaixo descrito:

Aquisição de Medicamentos para ROSALINA MACHADO BUSSOLARO, ROMILDA PALOSCHI SANTOS, JOÃO MACHADO FILHO, ERMINDO GONÇALVES.

Favorecido (s): **FARMÁCIA PREÇO BAIXO VILHENA LTDA CNPJ 20.069.935/0001-31**
Valor Total: R$4.209,00 (Quatro Mil Duzentos e Nove Reais).

DA DISPENSA: Fundamento Legal: *A Lei 8.666/93 ressalta em seu Artigo 24,* IV que:
"IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"
Elemento de Despesas: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33.90.30 – Material de Consumo
Seguem os autos para as devidas providências, nos termos da legislação em vigor.

Cabixi-RO, 19 de Abril de 2018.

JAIR GODINHO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Karina Carvalho Dias Moreira
Código Identificador:CC2E231A

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº0460/2018

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e CONSIDERANDO que no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO do PROCEDIMENTO referente ao Processo nº 0460/2018, conforme Parecer Jurídico.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à aquisição, conforme abaixo descrito:

Aquisição de Medicamentos para LIETE SANTOS PEREIRA DE JESUS.

Favorecido (s): **FARMÁCIA PREÇO BAIXO VILHENA LTDA CNPJ 20.069.935/0001-31**
Valor Total: R$493,65 (Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

DA DISPENSA: Fundamento Legal: *A Lei 8.666/93 ressalta em seu Artigo 24,* IV que:
"IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"
Elemento de Despesas: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33.90.30 – Material de Consumo
Seguem os autos para as devidas providências, nos termos da legislação em vigor.

Cabixi-RO, 19 de Abril de 2018.

JAIR GODINHO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Karina Carvalho Dias Moreira
Código Identificador:228B4A78

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº0455/2018

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e CONSIDERANDO que no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO do PROCEDIMENTO referente ao Processo nº 0455/2018, conforme Parecer Jurídico.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à aquisição, conforme abaixo descrito:

Aquisição de Medicamentos para ADAIR GONÇALVES DA SILVA, EVA LEONORA DA SILVA CAMPANHA, LUZIA MARIA MACHADO, FIORENTINO OLDONI.

Favorecido (s): **FARMÁCIA PREÇO BAIXO VILHENA LTDA CNPJ 20.069.935/0001-31**
Valor Total: R$2.364,96 (Dois Mil Trezentos e Sessenta e Quatro Reais e Noventa e Seis Centavos).

Favorecido (s): **SOUZA & FELTRIN LTDA – ME CNPJ 04.927.794/0001-94**
Valor Total: R$1.008,00 (Mil e Oito Reais).

DA DISPENSA: Fundamento Legal: *A Lei 8.666/93 ressalta em seu Artigo 24,* IV que:
"IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias

consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"
Elemento de Despesas: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33.90.30 – Material de Consumo
Seguem os autos para as devidas providências, nos termos da legislação em vigor.

Cabixi-RO, 19 de Abril de 2018.

JAIR GODINHO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Karina Carvalho Dias Moreira
Código Identificador:065C9ADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
RATIFICAÇÃO PROC 091/2018

PROCESSO Nº 091/2018

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que prevê a inexigibilidade em conformidade ao disposto no art. 24, inciso V**,** da Lei Federal nº 8.666/93, CONSIDERANDO, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO do PROCEDIMENTO referente ao Processo nº 091/2018.

Autorizo em conseqüência, a proceder-se à aquisição, conforme abaixo descrito:

Aquisição refeições tipo SELF-SERVICE E ÁGUA MINERAL SEM GÁS.

Favorecido (s): RESTAURANTE E LANCHONETE PLANALTO
CNPJ: 22.209.458/0001-98
Valor Total de: R$ 10.760,00 (dez mil setecentos e sessenta reais)
Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93.
Elemento de despesa: 33.90.30 – Material de Consumo
Elemento de despesa: 33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

Seguem os autos para as devidas providências, nos termos da legislação em vigor.

Cabixi-RO, 19 de abril de 2018.

JAILTON LOPES FERREIRA
Secretário Mun. de Educ. Cultura, Esporte e Turismo.
Decreto nº 008/2017

Publicado por:
Lucilene Lopes Ferreira
Código Identificador:F0EFCBE5

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2018

LICITAÇÃO COM PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NO AMBITO REGIONAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para eventual e futura **aquisição material de limpeza, higiene e outros,** para atender as Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura**,** com o valor total estimado em **R$ 96.719,66 (Noventa e seis mil setecentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos)**
A Prefeitura Municipal de Cacaulândia através do pregoeiro designado pelo Decreto nº. 3.177/PMC/2017 torna público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº. 16/2018, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO,** na forma da Lei nº. 10.520/02, conforme edital e anexo, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Cacaulândia. Envio das propostas poderá ser feito até as 08h55min do dia 03/05/2018. **O início da Sessão Pública virtual será às 09h00min do dia 03/05/2018 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital está disponível nos sites **www.portaldecompraspublicas.com.br e www.cacaulandia.ro.gov.br.** Informações na Sala do Pregão na sede da Prefeitura Municipal de Cacaulândia, de segunda a sexta-feira das 07h30min às 12h00min. (Horário Local). Mais informações, através do cpl2@cacaulandia.ro.gov.br

Cacaulândia, 19 de Abril de 2018.

LUCIANA DE ALMEIDA LEAL RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Luciana Almeida de Leal Ribeiro
Código Identificador:6A9123BE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO1º TERMO ADITIVO AO CONTRATON. 029/PMC/17

PROC. 481/GLOBAL/2017 VOL. I ao VI
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACOAL/SEMOSP.
CONTRATADA: JZB CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato.
PRAZO: 180(cento e oitenta) dias.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n. 029/PMC/2017.
DATA: 11/04/2018.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:9C48C9ED

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº: 126/NFP/PMC/2018

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

A Prefeita do Município de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 103 a 110 da Lei 2.735/PMC/2010, regulamentado pelo Decreto nº 4.318/PMC/2011 alterado pelos Decretos 4.487/PMC/2012, 5.130/PMC/2014 e 5.316/PMC/2014.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário:		**Cargo/**		
		Função/		
		Matrícula		
FABIANA FELIX DA SILVA		ASSESSOR TÉCNICO		
		NIVEL I –		
		Matr.: 5055		
CPF	**Identidade**	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**
797.986.162-00	36.535.143-X/SSP/SP	1	1179-7	31799-3
DADOS DA VIAGEM				
Destino		**Data de Início**	**Data de Retorno**	
PORTO VELHO		01/04/2018	04/04/2018	

Finalidade:DESIGNAR A SERVIDORA FABIANA FELIX DA SILVA, POIS A MESMA TEM A NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE PORTO VELHO/RO, PARA ACOMPANHAR A EMA PREFEITA, QUE IRA TRATAR

DE ASSUNTOS DE INTERESSE PÚBLICO DO MUNICIPIO REFERENTE AOS PROJETOS DE CONV~ENIO QUE ESTÃO EM ANALISE PARA FORMALIZAÇÃO DO TERMO,TAMBEM DOS PROJETOS DE INSUMOS PARA PAVIMENTAÇÃO,PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PROTOCOLAR DOCUMENTOS E FITHA/2018.VALOR R$;1.350,00 CONFORME A DISPONIBILIDADE DE SALDO ORÇAMENTÁRIO NO REDUZIDO 02 E SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº1674/2018 E PROCESSO Nº158/ORD/2018.

PERIODO DA VIAGEM:01/04/2018 A 04/04/2018

MEIO DE TRANSPORTE:VEICULO OFICIAL - PLACA - NBX - 5042

ARBITRAR E CONCEDER

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor
4,0	337,50	1.350,00	0,00	1.350,00

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

29/03/2018

GLAUCIONE M RODRIGUES NERI
Prefeita

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:0AD691D6

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº: 156/NFP/PMC/2018

"Dispõe sobre a concessão de diárias"

A Prefeita do Município de Cacoal, no uso das atribuições legais, e no que dispõe os artigos 103 a 110 da Lei 2.735/PMC/2010, regulamentado pelo Decreto nº 4.318/PMC/2011 alterado pelos Decretos 4.487/PMC/2012, 5.130/PMC/2014 e 5.316/PMC/2014.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder a diária abaixo especificada:

Proposto/Beneficiário:		**Cargo/**		
		Função/		
		Matrícula		
TEREZA BORGES RODRIGUES.		ASSESSORIA TÉCNICA –		
		NIVEL II –		
		Matr		
CPF	**Identidade**	**Banco**	**Agência**	**Conta Corrente**
238.140.472-49	294.620/SSP/RO	1	1179-7	10226-1
DADOS DA VIAGEM				
Destino		**Data de Início**	**Data de Retorno**	
BRASILIA		23/04/2018	26/04/2018	

Finalidade:DESIGNAR A SERVIDORA TEREZA BORGES ROSRIGUES, POIS A MESMA TEM A NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO ATÉ A CIDADE DE BRASILIA/DF, PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PÚBLICO, ESPECIALMENTE PARA TRATAR FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE PARA DISCUTIR POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO Nº 019/PMC/2016, DEVIDO FALHA NA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO. VALOR R$:2.700,00 CONFORME A DISPONIBILIDADE DE SSALDO ORÇAMENTÁRIO NO REDUZIDO 02 E SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº1850/2018 E PROCESSO Nº 570/ORD/2018.

PERIODO DA VIAGEM:23/04/2018 A 26/04/2018

MEIO DE TRANSPORTE:AÉREO

ARBITRAR E CONCEDER

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Desconto	Valor
4,0	675,00	2.700,00	0,00	2.700,00

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogandas as disposições em contrário.

19/04/2018

GLAUCIONE M RODRIGUES NERI
Prefeita

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:1BF148D3

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/PMC/17

CONTRATANTE: Município de Cacoal/SEMED
CONTRATADA: PLENA TRANSPORTES LTDA ME
PROCESSO: 569/GLOBAL/2017 – Vol. I ao V
OBJETO: alteração de trajetos do Contrato n. 011/PMC/17
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato n. 011/PMC/17.
DATA: 06/04/2018.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:B200EADB

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/PMC/17

CONTRATANTE: Município de Cacoal/SEMED
CONTRATADA: WR TRANSPORTES EIRELI ME
PROCESSO: 569/GLOBAL/2017 – Vol. V
OBJETO: alteração de trajetos do Contrato n. 012/PMC/17.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato n. 012/PMC/17.
DATA: 06/04/2018.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:6FECCE5F

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013/PMC/17

CONTRATANTE: Município de Cacoal/SEMED
CONTRATADA: PRINCESA TUR LTDA EPP
PROCESSO: 569/GLOBAL/2017 – Vol. I ao V
OBJETO: alteração de trajetos do Contrato n. 013/PMC/17.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato n. 013/PMC/17.

DATA: 06/04/2018.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:D68C183A

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATON. 051/PMC/17

PROC. 4602/GLOBAL/2017, Vol. I ao III

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACOAL/SEMUSA.
CONTRATADA: EMPRESA ALMEIDA & NERY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato.
PRAZO: 30(trinta) dias.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n. 051/PMC/2017.
DATA: 26/03/2018.

JOELMA SESANA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:0AFD74E7

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 12/SEMUSA/2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PACIENTES DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2018.

A Secretária Municipal de Saúde de Cacoal, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º - Fica constituída a **COMISSÃO**, composta dos seguintes servidores municipais para recebimento do Serviço de Transporte Intermunicipal de Pacientes.
I-PRESIDENTE: João Carlos Zeferino – CPF 289.557.652-15
II- Membro: Valdecir Bortoleto – CPF 029.342.508-65
III- Membro: Manoel Gomes Cardoso – CPF 618.571.309-87
IV- Membro: Mara Lucia Kischener – CPF 207.796.582-72
Art. 2º - As funções dos servidores que compõem a Comissão Especial de Recebimento do Transporte de Pacientes a que se refere o artigo anterior são considerados serviços público relevante;
Art.3º Esta Portaria não se vincula a recebimento de remuneração;
Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cacoal – RO, 19 de Abril de 2018.

JOELMA SESANA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 6.542/PMC/2017

Publicado por:
Clemilda Zulmira dos Santos
Código Identificador:53B17C39

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
PORTARIA Nº 13/SEMUSA/2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA VISTORIA, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PACIENTES DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2018.

A Secretária Municipal de Saúde de Cacoal, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR os servidores municipais abaixo relacionados para exercerem a vistoria, acompanhamento e fiscalização do Serviço de Transporte intermunicipal de Pacientes.
PRESIDENTE: João Carlos Zeferino – CPF 289.557.652-15
Membro: Valdecir Bortoleto – CPF 029.342.508-65
Membro: Manoel Gomes Cardoso – CPF 618.571.309-87
Membro: Mara Lucia Kischener – CPF 207.796.582-72
Art. 2º - ATRIBUIÇÕES dos fiscais designados:
Cumprir a portaria e as resoluções do Município;
Verificar e exigir as condições de habilitação das contratadas;
Acompanhar a execução da prestação do serviço de transportes de pacientes;
Notificar as empresas, quando detectada qualquer tipo de falha parcial ou total na execução do serviço;
Conferir os boletins mensais da prestação de serviços, certificados pela direção do transporte para efeito de pagamento;
Obrigatoriamente realizar as vistorias previstas no Projeto Básico que originou os presentes contratos;
Em caso de problemas na execução do serviço solicitar as medidas de punição estabelecidas nos contratos;
Certificar os pagamentos de acordo os quilômetros percorridos na execução do serviço do transporte de pacientes;
Cumprir as demais atribuições estipuladas aos fiscais nos contratos supracitados.
Art.3º - Esta Portaria não se vincula a recebimento de remuneração;
Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cacoal – RO, 19 de Abril de 2018.

JOELMA SESANA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 6.542/PMC/2017

Publicado por:
Clemilda Zulmira dos Santos
Código Identificador:41A73907

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
PORTARIA SAAE Nº 012/2018

Dispõe sobre a nomeação de Comissão responsável pela fiscalização dos serviços objeto dos contratos Nº 09/SAAE/2017 e Nº 10/SAAE/2017.

A Presidente do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
Considerando a necessidade de nomear Comissão para Comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto dos contratos supracitados.

RESOLVE :

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo para Comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços objeto do termo de compromisso nº 424.385-13/2015 Ministério das cidades/Caixa processo n º2627.424-15 e contrato nº 10/SAAE/2017 e serviços objeto do termo de compromisso nº424.368-05/2015/ Ministério das cidades/ Caixa (processo nº2627.424.368-05/2015) e contrato nº 09/SAAE/2017**:**

1º Membro: Helton Pires Morais- Engenheiro Civil CREA 88106/D-PR

2ºMembro: Wilque Alves de Carvais - Engenheiro Ambiental CREA 6634D/RO
3º Membro: Clério Gomes da Silva-Engenheiro Eletricista CREA 230768840-4

4º Membro: Antônio Luciano Volpato Alves- Engenheiro Químico CRQ 14300130 14º região.

Art. 1º As atividades inerentes a esta comissão não serão remuneradas.

Art. 2º A comissão tem seus poderes definidos no edital de licitação e em especial poderes de receber os serviços, solicitar informações e correções sobre os serviços, atestar a prestação dos serviços e as medições.

Art. 3º - Entra esta portaria em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cacoal – RO, 19 de abril de 2018.

CLÁUDIA MAXIMINA RODRIGUES
Presidente do SAAE
Decreto 6.217/PMC/2017

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:1753BD3A

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: **Nº 136/PMC/2017**. PROCESSO LICITATÓRIO: **Nº 063/SAAE/2017**O BJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS COLABORADORES DO SAAE DE CACOAL/RO**. PRAZO DE VALIDADE: de 12 (doze) meses. EMPRESA DETENTORA:**BELÍSSIMAUNIFORMES E CONFECÇÕES LTDA - ME**, CNPJ**07.805.458/0001-67**. ITEM E VALOR REGISTRADO: Item 01: R$ 11,94, Item 02: R$ 14,99, Item 03: R$ 12,00, Item 04: R$ 17,99. A íntegra da Ata Nº 055/2017, poderá ser obtida no Portal da Transparência do SAAE,www.saaecacoal.com.br.

Cacoal - 19 de abril de 2018.

ALEXANDRE WELBER S. ARAÚJO
Coordenador de Registro de Preços

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:300789A9

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: **Nº 136/PMC/2017**. PROCESSO LICITATÓRIO: **Nº 063/SAAE/2017**O BJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS COLABORADORES DO SAAE DE CACOAL/RO**. PRAZO DE VALIDADE: de 12 (doze) meses. EMPRESA DETENTORA: **CONEXÃO CHINELOS E CONFECÇÕES EIRELI**, CNPJ**20.919.806/0001-95**. ITEM E VALOR REGISTRADO: Item 01: R$ 15,53. A íntegra da Ata Nº 056/2017, poderá ser obtida no Portal da Transparência do SAAE,www.saaecacoal.com.br.

Cacoal - 19 de abril de 2018.

ALEXANDRE WELBER S. ARAÚJO
Coordenador de Registro de Preços

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:21EF3C8F

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: **Nº 136/PMC/2017**. PROCESSO LICITATÓRIO: **Nº 063/SAAE/2017**OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS COLABORADORES DO SAAE DE CACOAL/RO**. PRAZO DE VALIDADE: de 12 (doze) meses. EMPRESA DETENTORA: **FIBRATEX COMERCIAL EIRELI - ME**, CNPJ**02.889.493/0001-98**. ITEM E VALOR REGISTRADO: Item 01: R$ 42,00, Item 02: R$ 41,49, Item 03: R$ 44,79, Item 04: R$ 47,69, Item 05: R$ 11,66. A íntegra da Ata Nº 057/2017, poderá ser obtida no Portal da Transparência do SAAE,www.saaecacoal.com.br.

Cacoal - 19 de abril de 2018.

ALEXANDRE WELBER S. ARAÚJO
Coordenador de Registro de Preços

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:5AC629AE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: **Nº 136/PMC/2017**. PROCESSO LICITATÓRIO: **Nº 063/SAAE/2017**OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS COLABORADORES DO SAAE DE CACOAL/RO**. PRAZO DE VALIDADE: de 12 (doze) meses. EMPRESA DETENTORA: **GLOBAL BANDEIRAS EIRELI ME**, CNPJ**21.280.962/0001-11**. ITEM E VALOR REGISTRADO: Item 01: R$ 20,00. A íntegra da Ata Nº 058/2017, poderá ser obtida no Portal da Transparência do SAAE,www.saaecacoal.com.br.

Cacoal - 19 de abril de 2018.

ALEXANDRE WELBER S. ARAÚJO
Coordenador de Registro de Preços

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:615F784D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: **Nº 136/PMC/2017**. PROCESSO LICITATÓRIO: **Nº 063/SAAE/2017**OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS COLABORADORES DO SAAE DE CACOAL/RO**. PRAZO DE VALIDADE: de 12 (doze) meses. EMPRESA DETENTORA: **KLEMPS MÁQUINAS TÊXTEIS LTDA**, CNPJ**09.381.250/0001-93**. ITEM E VALOR REGISTRADO: Item 01: R$ 19,88. A íntegra da Ata Nº 059/2017, poderá ser obtida no Portal da Transparência do SAAE,www.saaecacoal.com.br.

Cacoal - 19 de abril de 2018.

ALEXANDRE WELBER S. ARAÚJO
Coordenador de Registro de Preços

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:2C3EBA1D

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
EXTRATO DO CONTRATO N. 03/SAAE/2018

Processo: n° 98/2017
Contratante: Serviço Autônomo De Água E Esgoto De Cacoal-RO, CNPJ 04.395.067/0001-23
Contratada:Net Way Informática LTDA – ME, cnPJ nº 10.563.381/0001-70
Valor: R$6.588,00 (seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO IP PERMANENTE, DEDICADO E EXCLUSIVO ENTRE A REDE DE DADOS DO SAAE CACOAL E A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET (PARA O ESCRITÓRIO DO SAAE NO DISTRITO DO RIOZINHO).
Nota de Empenho n. 140/2018
Dotação Orçamentária: 17.122.0002.2.133 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00
Data assinatura contrato: 10/04/2018
Data de vencimento: 10/04/2019
Assinam: Cláudia Maximina Rodrigues – Presidente do SAAE
Ademir Mendes Santiago - Representante legal da contratada

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:69B931D9

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÀGUA E ESGOSTO DE CACOAL
EXTRATO DO CONTRATO N. 04/SAAE/2018

Processo: n° 98/SAAE/2017
Contratante: Serviço Autônomo De Água E Esgoto De Cacoal-RO, CNPJ 04.395.067/0001-23
Contratada:SpeedTravel Comunicação Multimídia Ltda., CNPJ 07.304.055/0001-34
Valor: R$11.199,60 (onze mil, cento e noventa e nove reais e sessenta centavos)
Objeto: Contratação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede de dados do SAAE Cacoal e a rede mundial de computadores – INTERNET (para a sede do SAAE de Cacoal)
Nota de Empenho n. 141/2018
Dotação Orçamentária: 17.122.0002.2.133 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00
Data assinatura contrato: 10/04/2018
Data de vencimento: 10/04/2019
Assinam: Cláudia Maximina Rodrigues – Presidente do SAAE
Ed Carlo Rocha Saboia - Representante legal da contratada

Publicado por:
Daniel Oliveira da Paixão
Código Identificador:8CC7ECF6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 61/2018

Processo nº: 563/2018
Interessado: Secretaria Municipal de Educação.

Assunto: Aquisição de peças para o veículo Micro Ônibus de placa NCT-1602, sendo o mesmo utilizado no transporte de Crianças e Adolescentes Especiais que frequentam APAE.

Valor Total: R$ 210,00 (duzentos e dez reais).
Prazo de Entrega/Execução: Conforme, solicitação da secretaria.
Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias corridos após o aceite definitivo e protocolo da respectiva Nota Fiscal acompanhada das CNDs de FGTS e INSS, dentro dos prazos de validade.
Orçamento: 12.361.0002.2009.0000 – Atividades Administrativas de Educação Elemento de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo ficha: 062.
Fornecedor: IMPEL DISTR. DE AUTO PEÇAS LTDA CNPJ: 18.484.538/0001-84.
Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Campo Novo de Rondônia, 17 de Abril de 2018.

WILMA APARECIDA DO CARMO FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

RATIFICO o procedimento nos termos do Parecer Jurídico. Em 17/04/2018

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzeni Cordeiro de Almeida
Código Identificador:FE209412

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 21

O Prefeito do Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer da Assessoria Jurídica e da Adjudicação da Comissão de Pregão, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** nos termos do Art. 43, Inciso VI da Lei Federal nº: 8.666/93 e posteriores alterações, a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº	**110/2018**
b) Licitação Nrº	**21/2018**
c) Modalidade	**Pregão Eletrônico**
d) Objeto da Homologação	**Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores.**

e) Fornecedores declarados vencedores após realização do certame licitatório:

Fornecedor: ELVIS DIAS DE SOUZA-ME R$: 1.394,00 (mil e trezentos e noventa e quatro) CNPJ: 13.436.844/0001-21.

Fornecedor: P.D.V. PEÇAS EIRELI-ME R$: 42.516,00 (quarenta e dois mil e quinhentos e dezesseis) CNPJ: 28.737.608/0001-12.

Fornecedor: RALLY PNEUS.COM. DE PNEUS E PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA-EPP. R$: 78.314,50 (setenta e oito mil trezentos e quatorze reais e cinquenta centavos). CNPJ: 34.745.729/0001-09.

Valor Total Adjudicado: R$: 122.224,50 (cento e vinte e dois mil e duzentos e vinte quatro reais e cinquenta centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho(s), liquidação(ões) e pagamento(s) correspondente(s), na forma da Lei.

Campo Novo de Rondônia, 19 de Abril de 2018.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Suzeni Cordeiro de Almeida
Código Identificador:C0BC478C

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2018/PMCNR

PREGÃO ELETRÔNICONº. 021/PMCNR-CPL/2018
PROCESSO Nº 110/2018
PREGAO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Aos 19 dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA,** inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 com sede na Av. Tancredo Neves nº 2250 – setor 02 em Campo Novo de Rondônia, e a empresa abaixo qualificada na **Cláusula II,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883/1994, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 7.892/2013, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRONICO nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP,** em virtude de deliberação da Pregoeira, e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, firmam a presente ata para registrar os preços ofertados pela empresa para fornecimento dos objetos conforme especificações do Anexo 1 do Edital de Pregão respectivo e a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. Os registros de preços no âmbito do Município de Campo Novo de Rondônia reger-se-á pelo Decreto Federal 7.892/2013.
2. O registro de preços terá vigência máxima de **12 (Doze) meses**, vedada qualquer prorrogação que ultrapasse esse prazo, fixado no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.
3. Será permitido o aditamento dos quantitativos dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993.
4. São permitidas aquisições ou contratações adicionais por órgãos não participantes da licitação que não exceda, na totalidade, ao

quíntuplo do quantitativo dos itens consignados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
4.1. Serão permitidas aquisições ou contratações adicionais (caronas), por qualquer órgão da Administração ou Secretaria Municipal de Campo Novo de Rondônia.

CLÁUSULA II – DO OBJETO
1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços **Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores.** Conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no Edital de **Pregão ELETRÔNICO 021/2018/CPL/PMCNR-RP** e seus anexos, cujos elementos a integra.
2. A quantidade de serviços a ser prestado estimado para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, apenas quanto aos acréscimos.
3. A existência de preços registrados não obriga o Município de Campo Novo de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

FORNECEDOR: ELVIS DIAS DE SOUZA-ME
C.N.P.J. 13.436.844/0001-21
TEL: (69) 3421-0030/3422-1314
END: AVENIDA TRANSCONTINENTAL Nº2. 182- BAIRRO: 02 DE ABRIL CEP: 76.900-837 JI-PARANÁ/RO.
REPRESENTANTE: ELVIS DIAS DE SOUZA**VENCEDORA DO(S) ITENS:**

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	V. Unit.	V. Total.
15	50	Un.	Protetor aro 20 de fabricação nacional e certificado pelo inmetro de primeira linha. (ônibus)	G. Aflex	25,00	1.250,00
16	08	Un.	Protetor aro 16 de fabricação nacional e certificado pelo inmetro de primeira linha.	G.aflex	18,00	144,00
Total R$ 1.394,00						

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de **12 meses**, contado da data da assinatura, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA IV – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e o gerenciamento da presente ata caberão ao Secretário (a) de Educação Cultura e Esporte. Srª Wilma Aparecida do Carmo Ferreira.

CLÁUSULA V – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração desta Corte.
2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, consolidadas no Decreto Federal nº 7.892/2013.
3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhados à cada Secretaria.

CLÁUSULA VI – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula II deste instrumento.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA VII – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA RECEBIMENTO E CONTROLE
1. Em cada contratação, o prazo de entrega do objeto será **em prazo razoável para a prestação do serviço nunca maior que 05 dias**, podendo esse prazo ser prorrogado por uma única vez desde que devidamente justificado e acolhida esta pela Administração Publica, contado a partir do contato feito pelo gestor da Ata de Registro de Preços.
2. A FORNECEDORA obriga-se a fornecer o objeto desta, em conformidade com as especificações descritas no Termo de referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
3. Os serviços prestados deverão estar no ato da entrega, apropriados para o devido funcionamento dos veículos e maquinas. A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os produtos que não atenderem ao que ficou estabelecido no edital e nesta ARP e/ou que não estejam adequados.
4. Caso haja interrupção ou atraso no fornecimento dos serviços solicitados, a FORNECEDORA entregará justificativa escrita em até 24 horas contadas do prazo de entrega constante do item 1 desta cláusula. A justificativa será analisada pela Administração que tomará as providências necessárias para adequação do fornecimento, sob pena de multa e outras penalidades possíveis.
5. Os serviços serão prestados somente à pessoa credenciada pela Administração, que procederá a conferência com base no pedido escrito. Caso o objeto da entrega esteja de acordo com o pedido, a nota fiscal será atestada;
6. A FORNECEDORA não poderá receber e/ou enviar para recebimento requisições rasuradas, posto que as mesmas não serão aceitas para efeito de pagamento;
7. Em caso de dúvida sobre a autenticidade dos produtos e serviços, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos Próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.
8. Todas as despesas relativas às prestações de serviços fora da sede da empresa tais como fretes e/ou transportes, alimentação, hospedagem, correrão à custa exclusivamente da FORNECEDORA.
9. A conferência e o recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do Secretário ou servidor que o mesmo designar para tal função
10. Os produtos deverão ser fornecidos mediante Nota Fiscal Eletrônica – modelo 55, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF). A Nota Fiscal Eletrônica e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO
1. Nas contratações decorrentes deste registro, o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, no prazo máximo de ate **30 (trinta)** dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, atestado pelo setor competente mediante a apresentação da fatura/nota fiscal.

CLÁUSULA IX – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. A Ata de Registro de Preços será formalizada nos termos do edital de Pregão Eletrônico **nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP**.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
3. Se o fornecimento não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a FORNECEDORA será intimada à sua substituição **imediatamente**.
4. As faturas deverão ser entregues com a devida comprovação de manutenção das condições habilitatórias previstas no certame, na forma exigida pelo edital de licitação.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor.

6. **O licitante vencedor declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre o fornecimento, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente**.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada contratação decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico **nº021/2018/CPL/PMCNR-RP**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual recusa no recebimento não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a FORNECEDORA da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos contratos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES
1. No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com a Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, a detentora desta ata ficará sujeita as penalidades previstas no item 15 do Edital de Pregão Eletrônico **nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às cominações previstas no edital.

CLÁUSULA XI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. O recebimento do objeto mediante aposição de "atesto" na fatura/nota fiscal far-se-á nos prazos e condições estabelecidos no edital de licitação que precedeu o presente registro, em consonância com o art. 73, II da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. **Pela Administração**, quando:
1.1.1. O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
1.1.4. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
1.2. **Pelo licitante vencedor** quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação na AROM, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA XIV – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As contratações dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Secretaria de Educação Cultura e Esporte.

CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o edital de Pregão Eletrônico **021/2018/CPL/PMCNR-RP**, a proposta das empresas vencedoras que esta subscreve.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº **021/2018/CPL/PMCNR-RP**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Novo de Rondônia.

Campo Novo de Rondônia 19 de Abril de 2018.

WILMA A. DO CARMO FERREIRA	*ELVIS DIAS DE SOUZA-ME*
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.	C.N.P. J: 13.436.844/0001-21

MARCIO SCHULTZ
Procurador do Município

Publicado por:
Suzeni Cordeiro de Almeida
Código Identificador:CA6FA686

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 018/2018
PROCESSO N. 282-01/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA.
CONTRATADO: TOYOTA DO BRASIL CNPJ: 59.104.760/0001-91.
OBJETO: FINALIDADE AQUISIÇÃO DE CAMINHONETE PICK-UP, CABINE SIMPLES.
VALOR: R$ 120.530,00 (CENTO E VINTE MIL QUINHENTOS E TRINTA REAIS).
PRAZO: 12 (DOZE) MESES.
GESTOR: SECRETARIA DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E TURISMO.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONVÊNIO N.: 266/2017-PGE, ENTRE OUTROS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, 02 DE ABRIL DE 2018.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzeni Cordeiro de Almeida
Código Identificador:7402A998

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
ERRATA Nº 009-2018/GP-PMCNR DE 19 DE ABRIL DE 2018

A Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, por meio do Signatário da presente nota, certifica para devidos fins de direito e a quem possa interessar que veiculou neste canal de publicação, Portaria nº 154/2018, de 17 de abril de 2018, que concede Férias a Servidora **IRANILDA IZABEL DA SILVA**, e dá outras providências.

Onde se lê:

Art. 1º Conceder férias a servidora **IRANILDA IZABEL DA SILVA,** Vice-Diretora Escolar, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para o gozo no período de 09/04/2018 a 08/08/2018, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Lê-se e considera:

Art. 1º Conceder férias a servidora **IRANILDA IZABEL DA SILVA,** Vice-Diretora Escolar, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para o gozo no período de 09/04/2018 a 08/05/2018, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 31/12/2016.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:B7DB8763

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 129-2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 941.985,06 (novecentos e quarenta e um mil e novecentos e oitenta e cinco reais e seis centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 14.230,00
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 7.878,23
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 771,00
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 14.780,00
02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 65.650,00
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 990,00
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.47.00.00 Obrigações Tributárias e Contributivas 1.200,00
02.02.02.28.846.0100.2091 Pagamento da Dívida Fundada
4.6.90.91.00.00 Sentenças Judiciais 6.000,00
02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 53.852,00
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 4.160,00
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.3.90.93.00.00 Indenizações e Restituições 3.245,43
02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 8.649,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.802,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 69.779,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 717,00
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 11.420,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 332.227,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 53.185,00
02.02.07.12.361.0027.2040 Transferência de Recursos Destinados as Escolas APPs
3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais 654,00
02.02.07.12.361.0033.2029 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 2.710,00
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 7.460,00
02.02.07.27.812.0031.2009 Manutenção das Atividades de Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 440,00
02.02.07.27.812.0031.2009 Manutenção das Atividades de Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 218,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.1007 Construção, Ampliação e Reformas de Postos de Saúde
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 15.000,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 84.686,40
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 981,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 250,00
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 163.050,00

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.122.0002.2099 Manutenção das Atividades do IPECAN
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 9.450,00
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.200,00
02.02.13.08.243.0008.2042 Manut. Atividades Socioassistêncial c/ Criança e Adolescência.

3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 350,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 1.200,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 17.945,43
02.02.02.28.846.0100.2039 Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.91.00.00 Sentenças Judiciais 6.000,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.26.782.0004.2024 Manutenção e recuperação de Estradas, Pontes e Bueiros
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 32.769,87
02.02.03.26.782.0004.2041 Man. Recuperação Máquinas e Veículos do Parque Rodoviário
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 13.905,02
02.02.03.26.782.0004.2041 Man. Recuperação Máquinas e Veículos do Parque Rodoviário
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 9.415,34
02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 3.364,00
02.02.07.12.361.0027.1003 Construção, Ampliação e Reformas de Escolas
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 793.850,00
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 13.460,00
02.02.07.12.364.0033.1106 Aquisição de Veículos de Transporte para Universitários
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 1.000,00
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 4.000,00
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 1.420,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 250,00
02.02.08.10.302.0005.2076 Manutenção das Atividades da Média e Alta Complexidade SUS
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 16.700,00
02.02.08.10.302.0005.2093 Manutenção das Atividades do SAMU
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 6.250,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 1.100,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 3.600,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 1.170,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 2.550,00

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.122.0002.2099 Manutenção das Atividades do IPECAN
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 3.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.243.0008.2042 Manut. Atividades Socioassistencial c/ Criança e Adolescente
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 3.135,40

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 2.100,00
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 2.600,00
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 1.200,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:D75AB7A5

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 069/2017, DE 13 DE JUNHO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Remanejamento de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 249.800,00 (duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 3.000,00

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 3.000,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretária de Administração
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 1.200,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretária de Administração
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 7.500,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.126.0002.2011 Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 7.100,00
02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 10.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 3.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 40.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 20.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 20.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 1.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 7.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 15.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Man. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 50.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2076 Manut. das Atividades da Média e Alta Complexidade - SUS
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 50.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 6.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.244.0008.2107 Manut. das Atividades da Gestão do Programa Bolsa Família
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 6.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso provenientes de remanejamento de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 3.000,00

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 3.000,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretária de Administração
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 8.700,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.126.0002.2011 Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 7.100,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 13.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 40.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 40.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 1.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 7.000,00
02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 15.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Man. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 50.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2076 Manut. das Atividades da Média e Alta Complexidade - SUS
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 50.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 6.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.244.0008.2107 Manut. das Atividades da Gestão do Programa Bolsa Família
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:A96184FD

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 109-2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Remanejamento de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$36.832,57 (Trinta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e sete centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades da Gabinete do Prefeito
019 - 3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 7.200,00

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
025 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 1.500,00

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
028 - 3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 2.500,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
030 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 4.400,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda 02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
032 - 3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 831,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
103 - 3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 500,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
129 - 3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.541,57

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.122.0002.2099 Manutenção das Atividades do IPECAN
260 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 10.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
275 - 3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.430,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
314 - 3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 2.930,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso provenientes de remanejamento de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades da Gabinete do Prefeito
017 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 7.200,00

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
029 - 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 4.000,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
033 - 3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 5.231,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
102 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 500,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
128 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 2.541,57

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.122.0002.2099 Manutenção das Atividades do IPECAN
257 - 3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 5.000,00

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.122.0002.2099 Manutenção das Atividades do IPECAN
264 - 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 5.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
273 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 4.430,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
312 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 2.930,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

VALDENICE DOMINGOS FERREIRA
Prefeita em Exercício

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:79220BEE

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 110/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 308.451,35 (trezentos e oito mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
016 - 3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 4.000,00
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
015 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 7.300,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.2002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
360 - 3.3.90.47.00.00 Obrigações Tributárias e Contributivas 1.000,00
02.02.02.28.846.0100.2091 Pagamento de Dívida Fundada
332 - 4.6.90.91.00.00 Sentenças Judiciais 18.000,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
054 - 3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 1.200,00
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
055 - 3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.800,00
02.02.03.15.452.0014.2020 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
071 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 500,00
02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
107 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 1.000,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
109 - 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.500,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
129 - 3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 3.400,00
02.02.07.12.361.0027.2040 Transferências de Recursos Destinados as Escolas APPs
358 - 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais 2.598,79
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
147 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 23.852,56
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento Ensino Infantil
152 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 32.900,00
02.02.07.27.812.0031.2009 Manutenção das Atividades de Cultura, Esporte e Lazer
168 - 3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
219 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 198.500,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.18.122.0002.2005 Manutenção das Atividade de Controle Ambiental
306 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 4.200,00
02.02.14.18.122.0002.2005 Manutenção das Atividade de Controle Ambiental
308 - 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 2.700,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
029 - 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 1.000,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.2002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
036 - 3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 3.300,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
056 - 3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 12.300,00
02.02.03.17.512.0012.2104 Manutenção dos Serviços de Coleta de Resíduos Recicláveis
080 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 500,00
02.02.03.17.512.0015.2023 Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água Potável
086 - 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 3.100,00
02.02.03.26.782.0004.2024 Manutenção e Recuperação Estradas, Pontes e Bueiros
091 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 22.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.306.0036.2079 Manutenção da Merenda Escolar
100 - 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 2.000,00

02.02.07.12.361.0027.1003 Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
116 - 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 5.098,79
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
132 - 3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 2.121,33
02.02.07.12.361.0027.2040 Transferências de Recursos Destinados as Escolas APPs
137 - 3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais 21.631,23
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
146 - 3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 3.500,00
02.02.07.12.366.0027.2087 Educação de Jovens e Adultos
158 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 32.900,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
176 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 50.000,00
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
184 - 3.3.90.93.00.00 Indenização e Restituições 1.500,00
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
185 - 3.3.90.93.00.00 Indenização e Restituições 1.500,00
02.02.08.10.301.0005.2050 Manutenção do Atendimento da Farmácia Básica
196 - 3.3.90.32.00.00 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 20.500,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
204 - 3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 14.000,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
205 - 3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 45.000,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
210 - 3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 15.000,00
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimentos Hospitalar e Ambulatorial
223 - 3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 5.000,00
02.02.08.10.302.0005.2093 Manutenção das Atividade do SAMU
238 - 3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 30.000,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividade da Vigilância em Saúde
246 - 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 10.000,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividade da Vigilância em Saúde
251 - 3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 6.000,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.606.0030.1036 Aquisição de Caminhões, Tratores e Equipamentos Agrícolas
4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente 500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

VALDENICE DOMINGOS FERREIRA
Prefeita em Exercício

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:278BA1E3

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 114-2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 433.921,71 (quatrocentos e trinta e três mil e novecentos e vinte e um reais e setenta e um centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.2002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 10.500,00
02.02.02.04.122.2002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.47.00.00 Obrigações Tributárias e Contributivas 1.474,00
02.02.02.28.846.0100.2016 Contribuição ao PASEP
3.3.90.47.00.00 Obrigações Tributárias e Contributivas 40.000,00
02.02.02.28.846.0100.2091 Pagamento da Dívida Fundada
4.6.90.71.00.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado 98.000,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 6.804,00
02.02.03.15.452.0012.2021 Manutenção dos Serviços de Recuperação de Ruas e Avenidas
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 8.391,00
02.02.03.15.452.0012.2021 Manutenção dos Serviços de Recuperação de Ruas e Avenidas
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 8.876,00
02.02.03.15.452.0014.2020 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 31.404,11
02.02.03.15.452.0014.2020 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 17.000,00
02.02.03.17.512.0012.2022 Manutenção dos Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 29.400,00
02.02.03.26.782.0004.2024 Manutenção e Recuperação Estradas, Pontes e Bueiros
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 33.800,00
02.02.03.26.782.0004.2024 Manutenção e Recuperação Estradas, Pontes e Bueiros
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 99.494,60
02.02.03.26.782.0004.2041 Manut. e Recup. Máquinas e Veículos do Parque Rodoviário
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 30.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 14.078,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 4.700,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 120,00
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.3.90.33.00.00 Passagens e Despesas com Locomoção 1.634,30
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 1.000,00
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.538,21
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 2.668,61

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 4.213,75
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 3.385,76
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.92.00.00 Despesas de Exercícios Anteriores 784,00
02.02.02.04.126.0002.2011 Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.530,00
02.02.02.04.128.0006.2013 Manut. das Atividades de Capacitação e Treinamento Servidores
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 20,00
02.02.02.04.128.0006.2013 Manut. das Atividades de Capacitação e Treinamento Servidores
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 500,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.990,11
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 200,00
02.02.03.15.451.0013.1010 Pavimentação Urbana
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 800,00
02.02.03.15.451.0013.1010 Pavimentação Urbana
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 339.278,00
02.02.03.15.452.0014.2020 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 125,00
02.02.03.17.512.0012.2103 Participação no Consórcio Intermunicipal de Saneamento
3.3.71.70.00.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público 60,96
02.02.03.17.512.0012.2103 Participação no Consórcio Intermunicipal de Saneamento
4.4.71.70.00.00 Rateio pela Participação em Consórcio Público 338,00
02.02.03.17.512.0012.2104 Manutenção dos Serviços de Coleta de Resíduos Recicláveis
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 715,03
02.02.03.17.512.0015.2023 Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água Potável
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 9.462,11
02.02.03.26.782.0004.1034 Construção de Pontes e Bueiros de Concreto
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 26,26
02.02.03.26.782.0004.2024 Manutenção e Recuperação Estradas, Pontes e Bueiros
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 73,07
02.02.03.26.782.0004.2024 Manutenção e Recuperação Estradas, Pontes e Bueiros
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 90,00
02.02.03.26.782.0004.2041 Manut. e Recup. de Máquinas e Veículos do Parque Rodoviário
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 31.412,23

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 1.810,00
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 7.007,00
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 200,00
02.02.13.08.243.0008.2042 Man. das Atividades Socioassistencial c/ Criança e Adolescente
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 2.000,00
02.02.13.08.243.0008.2042 Man. das Atividades Socioassistencial c/ Criança e Adolescente
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 1.184,00
02.02.13.08.243.0008.2042 Man. das Atividades Socioassistencial c/ Criança e Adolescente
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 132,00
02.02.13.08.244.0008.2107 Manut. das Atividades da Gestão do Programa Bolsa Família
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 6.130,82
02.02.13.08.244.0008.2108 Manut. das Atividades de Aprimoramento da Gestão do SUAS
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 3.636,84
02.02.13.08.244.0008.2108 Manut. das Atividades de Aprimoramento da Gestão do SUAS
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 4.588,55

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.18.122.0002.2005 Manutenção das Atividades de Controle Ambiental
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 1.120,00
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 550,00
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 600,00
02.02.14.20.606.0030.1036 Aquisição de Caminhões, Tratores e Equipamentos Agrícolas
4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente 1.716,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:08353050

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 115/2017, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 27.883,33 (vinte e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.17.512.0012.2022 Manutenção dos Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.750,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 25.233,33

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.122.0002.2099 Manutenção das Atividades do IPECAN
3.3.90.35.00.00 Serviços de Consultoria 900,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 25.233,33

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.122.0002.2099 Manutenção das Atividades do IPECAN
3.3.90.33.00.00 Passagens e Despesas com Locomoção 900,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.606.0030.1036 Aquisição de Caminhões, Tratores e Equipamentos Agrícolas
4.4.90.52.00.00 Equipamento e Material Permanente 1.750,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:904035E1

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 116-2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 148.695,40 (cento e quarenta e oito mil e seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.26.782.0004.2024 Manutenção e Recuperação Estradas, Pontes e Bueiros FITHA
096 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 23.695,40

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
363 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 24.000,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
361 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 45.000,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
364 4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 12.000,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
247 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 28.000,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
253 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 16.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recursos provenientes de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:FB4FA52D

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 117-2017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 213.098,15 (duzentos e treze mil e noventa e oito reais e quinze centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.47.00.00 Obrigações Tributárias e Contributivas 360,00

02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 583,27

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 1.200,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 2.500,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 6.000,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.050,00
02.02.07.12.361.0027.2040 Transferência de Recursos Destinados as Escolas APPs
3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais 2.088,16
02.02.07.12.361.0033.2029 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 30.386,70
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 8.286,10
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 6.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 16.878,92
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 1.005,00
02.02.08.10.302.0005.2076 Manut. das Atividades da Média e Alta Complexidade - SUS
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 35.760,00

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.272.0003.2096 Despesa com Benefícios Previdenciários
3.1.90.01.00.00 Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada 100.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.244.0008.2108 Manut. das Atividades de Aprimoramento da Gestão do SUAS
3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 1.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 360,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 583,27

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.1003 Construção, Ampliação e Reformas de Escolas
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 5.788,16
02.02.07.12.361.0027.1028 Construção, Ampliação e Reforma de Quadra Poliesportiva 4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 6.000,00
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.000,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 9,78
02.02.07.12.361.0027.2106 Manutenção das Atividades do Programa Aprende Brasil
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 1.253,00
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 6.000,00
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 8.073,32
02.02.07.12.366.0027.2087 Educação de Jovens e Adultos
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.000,00
02.02.07.13.392.0032.2028 Prom. de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos
3.3.50.43.00.00 Subvenções Sociais 5.000,00
02.02.07.13.392.0032.2028 Prom. de Eventos Turísticos, Culturais, Artísticos e Folclóricos
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 8.073,32
02.02.07.13.392.0032.2035 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento da Cultura
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 64,40
02.02.07.13.392.0032.2035 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento da Cultura
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 262,20
02.02.07.27.812.0031.2009 Manutenção das Atividades de Cultura, Esporte e Lazer
3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 920,00
02.02.07.27.812.0031.2009 Manutenção das Atividades de Cultura, Esporte e Lazer
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 7.240,10
02.02.07.27.812.0031.2036 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento do Esporte
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 2.100,00
02.02.07.27.812.0031.2036 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento do Esporte
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.500,00
02.02.07.27.813.0031.1027 Construção do Parque de Lazer Municipal
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 5.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 8.380,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 8.498,92
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 1.005,00
02.02.08.10.302.0005.2076 Manut. das Atividades da Média e Alta Complexidade - SUS
3.3.90.36.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 35.760,00

02.02.09.00.000.0000.0000 Instituto de Previdência Social de Campo Novo de Rondônia
02.02.09.09.272.0003.2096 Despesas com Benefícios Previdenciários
3.1.90.08.00.00 Outros Benefícios Assistenciais 100.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.244.0008.2107 Manut. das Atividades da Gestão do Programa Bolsa Família
3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:65F0B6D9

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 118-2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 1.564.558,66 (um milhão e quinhentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 749,00
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 16.960,00
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 1.790,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 76.214,00
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 1.167,00
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 700,00
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.600,00
02.02.02.28.846.0100.2039 Pagamento de Precatório e Sentenças Judiciais
3.3.90.91.00.00 Sentença Judiciais 6.000,00
02.02.02.28.846.0100.2091 Pagamento da Dívida Fundada
4.6.90.71.00.00 Principal da Dívida Contratual Resgatado 250.000,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 6.300,00
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.270,00
02.02.03.17.512.0015.2023 Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água Potável
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 400,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 15.880,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 11.010,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 460,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.14.00.00 Diárias - Civil 100,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 59.812,50
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 22.900,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 457.870,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 64.500,00
02.02.07.12.361.0027.2030 Manutenção de Outras Despesas da Educação FUNDEB 40%
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 7.564,09
02.02.07.12.361.0033.2029 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 180.741,22
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 1.352,10
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 60.840,00
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 12.000,00
02.02.07.27.812.0031.2009 Manutenção das Atividades de Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 503,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 10,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 7.633,14
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 266.982,71
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 870,00
02.02.08.10.302.0005.2093 Manutenção das Atividades do SAMU
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 20.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.212,00
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 3.206,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 1.962,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 7.680,00
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 5.040,00
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 54.940,00
02.02.01.04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 6.490,00
02.02.01.04.124.0002.2059 Manutenção das Atividades da Controladoria
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 5.770,00

02.02.02.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 3.190,00
02.02.02.04.122.0002.2085 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 10.490,00
02.02.02.28.846.0100.2091 Pagamento da Dívida Fundada
4.6.90.91.00.00 Sentença Judiciais 6.000,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 28.570,00
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 3.000,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.306.0036.2079 Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 25.611,17
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 70.170,00
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 4.810,95
02.02.07.12.361.0027.1003 Construção, Ampliação e Reformas de Escolas
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 7.841,05
02.02.07.12.361.0027.1003 Construção, Ampliação e Reformas de Escolas
4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações 821.274,55
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 88.700,00
02.02.07.12.361.0033.2029 Manutenção das Atividades do Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 5.350,00
02.02.07.12.361.0033.2083 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB 40%
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 8.916,09
02.02.07.12.365.0027.2032 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 7.040,00
02.02.07.27.812.0031.2009 Manutenção das Atividades de Cultura, Esporte e Lazer
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 250,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 17.500,00
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 1.570,00
02.02.08.10.122.0002.2080 Manutenção das Atividades Administrativas do FMS
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 13.350,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 123.230,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 3.440,00
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 18.551,27
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 7.633,14
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 22.850,00
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 11.100,00
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 7.830,00
02.02.08.10.302.0005.2093 Manutenção das Atividades do SAMU
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 20.000,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 31.100,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 1.072,00
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 8.769,44
02.02.08.10.305.0005.2075 Manutenção das Atividades da Vigilância em Saúde
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 7.500,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 15.517,00
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 21.340,00
02.02.13.08.243.0008.2042 Manut. Atividades Socioassistencial c/ Criança e Adolescente
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 51.100,00

02.02.13.08.243.0008.2042 Manut. Atividades Socioassistencial c/ Criança e Adolescente
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 2.800,00
02.02.13.08.243.0008.2042 Manut. Atividades Socioassistencial c/ Criança e Adolescente
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.852,00

02.02.14.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 1.330,00
02.02.14.20.122.0002.2004 Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 2.990,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:7A96806E

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 122-2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMETNO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentaria:
01.00.00.00.000.0000.0000 Poder Legislativo
01.01.01.00.000.0000.0000 Secretaria Geral da Câmara Municipal
01.01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 22.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso o remanejamento de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:
01.00.00.00.000.0000.0000 Poder Legislativo
01.01.01.00.000.0000.0000 Secretaria Geral da Câmara Municipal
01.01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas 22.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:13C6E0CC

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 124-2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMETNO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentaria:
01.00.00.00.000.0000.0000 Poder Legislativo
01.01.01.00.000.0000.0000 Secretaria Geral da Câmara Municipal
01.01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas
3.3.90.14.00.00 Diária – Pessoal Civil 12.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso o remanejamento de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:
01.00.00.00.000.0000.0000 Poder Legislativo
01.01.01.00.000.0000.0000 Secretaria Geral da Câmara Municipal
01.01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 8.680,00
3.3.90.33.00.00 Passagens e Despesas com Locomoção 3.320,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:97E38560

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 126-2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR REMANEJAMETNO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), destinados ao reforço da seguinte dotação orçamentaria:
01.00.00.00.000.0000.0000 Poder Legislativo
01.01.01.00.000.0000.0000 Secretaria Geral da Câmara Municipal
01.01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas 23.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso o remanejamento de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:
01.00.00.00.000.0000.0000 Poder Legislativo
01.01.01.00.000.0000.0000 Secretaria Geral da Câmara Municipal
01.01.01.01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 23.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:0BF5004B

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 130-2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Remanejamento de Dotação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$152.764,27 (Cento e cinquenta e dois mil e setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 1.637,60

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos 3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 2.882,81

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.93.00.00 Indenizações e Restituições 2.838,71

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.90.94.00.00 Indenizações e Restituições Trabalhistas 62.550,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 12.530,00
02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 1.800,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 62.500,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 6.025,15

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recursos provenientes de remanejamento de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo:

02.02.01.00.000.0000.0000 Gabinete do Prefeito
02.02.01.03.092.0002.2060 Apoio as Atividades da Assessoria Jurídica
3.3.90.14.00.00 Diárias – Civil 1.637,60

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 2.000,00

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos 3.3.90.92.00.00 Despesas de Exercícios Anteriores 882,81

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0002.2008 Manutenção das Atividades de Educação
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 2.838,71

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 60.780,00

02.02.07.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
02.02.07.12.361.0027.2027 Remuneração dos Docentes do Ensino Fundamental
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 1.770,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 11.780,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 1.800,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.3.90.48.00.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas 750,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.90.13.00.00 Obrigações Patronais 2.500,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 35.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.3.90.30.00.00 Material de Consumo 9.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15.000,00

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.302.0005.2052 Manut. dos Serviços de Atendimento Hospitalar e Ambulatorial
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e Material Permanente 1.000,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social

02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.1.91.13.00.00 Obrigações Patronais 4.250,00

02.02.13.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Assistência Social
02.02.13.08.122.0002.2010 Manutenção das Atividades de Assistência Social
3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.775,15

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:A819D12F

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 131-2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 55.364,80 (cinquenta e cinco mil e trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.08.00.000.0000.0000 Fundo Municipal de Saúde
02.02.08.10.301.0005.2105 Manutenção das Atividades da Atenção Básica PAB
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 55.364,80

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:9CF7D0A3

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO Nº 132-2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro no Orçamento do Município de Campo Novo de Rondônia para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei específica nº 760/2016, de 20 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 12.093,57 (doze mil e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentarias:

02.00.00.00.000.0000.0000 Poder Executivo

02.02.03.00.000.0000.0000 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
02.02.03.04.122.0002.2003 Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Públicos
3.3.90.93.00.00 Indenizações e Restituições 12.093,57

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto servirá como recurso de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

OSCIMAR APARECIDO FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafael Rodrigues de Castro
Código Identificador:9508A4DD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
ATO Nº 017/GP/CMCJ - 2018.

Dispõe sobre exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão.

Presidente da Câmara Municipal de Candeias do Jamari-RO, em consonância com os membros da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 23, Inciso I, alínea "c", Art. 28, alínea "i" do Regimento Interno, na forma legal:

RESOLVE:

Art. 1º -**EXONERAR** o Senhor **VITOR LUCAS DA SILVA GUILLEN,** cadastro nº 344, do cargo de provimento em comissão de **Assessor das Sessões Plenárias CC4 -**da Câmara Municipal de Candeias do Jamari – RO.

Art. 2º - Este ATO entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Em Candeias do Jamari (RO), 19 de abril de 2018.

EDCARLOS DOS SANTOS
Vereador Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS DE MATOS
Vereador Vice-Presidente

RAIMUNDO DE ASSIS TEIXEIRA
Vereador – 1º Secretário

MARCOS ALMEIDA DA HORA
Vereador – 2º Secretário

Publicado por:
Edmar Oliveira Amorim
Código Identificador:167352F1

GABINETE DO PREFEITO-GP
ERRATA DO DECRETO Nº 3.424/2018 E DA SUA PUBLICAÇÃO

Matéria Publicada no diário oficial do Estado de Rondônia no dia 16/04/2018, Edição 2187.
ONDE LÊ-SE:

Art. 1º - Fica **EXONERADO A PEDIDO,** a partir desta data, **FRANCLIN LEUDO DA SILVA MARTINS,** servidor do Cargo

efetivo de Agente de Vigilância, cad.5146, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, desta Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando - se as disposições em contrario..
LEIA-SE:
Art. 1º - Fica **EXONERADO A PEDIDO,** a partir do dia **01/05/2018**, **FRANCLIN LEUDO DA SILVA MARTINS,** servidor do Cargo efetivo de Agente de Vigilância, cad.5146, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, desta Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data **01/05/2018**, revogando - se as disposições em contrario.
Justificativa: A errata dar-se pelo fato do servidor ter solicitado exoneração estando de férias.

I – Permanecendo os demais assuntos inalterados.

Candeias do Jamari, 19 de Abril de 2018.

Publicado por:
Maiara Mendonça Miranda de Queiroz
Código Identificador:3FF9AEB3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 001/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Castanheiras-RO, Senhor vereador Malvino Santos Silva – SD, no uso de suas atribuições legais que dispõe a Resolução n. 001/1993, Regimento Interno, combinado com a Lei Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o Srº. **ILTO PEREIRA DE JESUS JÚNIOR**, inscrito no CPF n. 402.968.838-16, residente e domiciliado na Rua Independência, nº 2677, Centro, Presidente Médici/RO, do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal Castanheiras/RO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação e revogar-se as disposições em contrário.

Plenário Deliberativo, 19 de Abril de 2018.

Atenciosamente;

MALVINO SANTOS SILVA
Presidente
CMC

Publicado por:
Graciele fim De Souza
Código Identificador:23A06CAB

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

«DotaçãoCompleta»

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	9/2018
b) Licitação Nrº :	2/2018
c) Modalidade :	Dispensa
d) Data Adjuticação :	«DataAdjudicação»
e) Objeto da Licitação :	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: PAPELARIA E CONFECÇOES AQUARELA LTDA-ME
CNPJ/CPF: 13.236.729/0001-03

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
5	PERFURADOR MEDIO	3,00	R$ 21,90	R$ 65,70
10	CLIPES ACC 2/0 CX C/100 NIQUELADO	15,00	R$ 2,90	R$ 43,50
11	CLIPES ACC 3/0	20,00	R$ 2,67	R$ 53,40
12	CLIPES ACC 6/0 CX C/50	8,00	R$ 3,97	R$ 31,76
15	PAPEL SULFITE A 4	7,00	R$ 172,50	R$ 1.207,50
16	TONER XPRESS M2070 FW MLT-D111S/ELS	5,00	R$ 74,50	R$ 372,50
17	TONER LEXMARK MX 310	3,00	R$ 447,55	R$ 1.342,65
18	LAPIS PRETO	1,00	R$ 32,77	R$ 32,77
19	FITA ADESIVA 50 mm X50M TRANSPARENTE	15,00	R$ 2,50	R$ 37,50
23	COLCHETES N. 10	10,00	R$ 6,25	R$ 62,50
24	COLCHETES N° 12	15,00	R$ 9,42	R$ 141,30
28	EXTRATOR DE GRAMPO	4,00	R$ 3,25	R$ 13,00
33	TESOURA DE PICOTAR PROFISSIONAL - CORTA PAPEL	1,00	R$ 68,00	R$ 68,00
34	FOLHA EM EVA 600X400X2MM	4,00	R$ 14,00	R$ 56,00
35	CHAPA ISOPOR F1 1000X500X25MM	10,00	R$ 6,20	R$ 62,00
38	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE	2,00	R$ 24,00	R$ 48,00

Valor Total Homologado - «TotalAdjudicado»
02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).
Castanheiras,«DataAdjudicaçãoExtenso».

Publicado por:
Graciele fim De Souza
Código Identificador:6917DFEE

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	9/2018
b) Licitação Nrº :	2/2018
c) Modalidade :	Dispensa
d) Data Adjuticação :	«DataAdjudicação»
e) Objeto da Licitação :	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: PAPELARIA LUPI LTDA-ME
CNPJ/CPF: 03.174.759/0001-89

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	ENVELOPE 24X34	100,00	R$ 0,17	R$ 17,00
2	PASTA PLASTICA COM ELASTICO	20,00	R$ 1,45	R$ 29,00
3	CANETA MARCA TEXTO	10,00	R$ 1,20	R$ 12,00
4	PEN DRIVE 8 GB	8,00	R$ 39,60	R$ 316,80
6	CAPA PVC FOSCA PRETA	30,00	R$ 0,50	R$ 15,00
7	CAPA PVC TRANSP. BRANCA	30,00	R$ 0,50	R$ 15,00
8	PINCEL ATOMICO	10,00	R$ 2,80	R$ 28,00
9	ESTILETE PEQUENO MXE - 9	6,00	R$ 2,98	R$ 17,88
13	CANETA CX C/ 50 AZUL	3,00	R$ 47,70	R$ 143,10
14	CANETA CX C/ 50 PRETA	1,00	R$ 47,70	R$ 47,70
20	COLA BASTAO	20,00	R$ 1,85	R$ 37,00
21	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/6 - 20 FOLHAS	5,00	R$ 5,00	R$ 25,00
22	GRAMPEADOR DE MESA 26/6 20 FOLHA MEDIO	7,00	R$ 16,50	R$ 115,50

25	ESTILETE	5,00	R$ 2,25	R$ 11,25
26	PERFURADOR DE PAPEL COM 02 FUROS P/ 40 FLS	3,00	R$ 44,30	R$ 132,90
27	ARQUIVO MORTO 250X130X350XMM (PLASTICO)	30,00	R$ 3,45	R$ 103,50
29	LIVRO ATA S/ MARGEM 200 FLS	10,00	R$ 20,80	R$ 208,00
30	LIVRO DE PROTOCOLO 1/4 100 FLS	3,00	R$ 7,85	R$ 23,55
31	PORTA LAPIS/CLIPS/LEMBRETE FUMÊ	6,00	R$ 8,00	R$ 48,00
32	TESOURA MEDIA	3,00	R$ 6,85	R$ 20,55
36	ALFINETE PARA MAPA E MURAL TIPO TAÇA-SORTIDO	10,00	R$ 3,45	R$ 34,50
37	BASTAO COLA QUENTE	20,00	R$ 0,93	R$ 18,60
39	COLA UNIVERSAL 20 G	5,00	R$ 8,50	R$ 42,50
40	ALMOFADA PARA CARIMBO	2,00	R$ 10,60	R$ 21,20
41	CALCULADORA 12 GIG. GRANDE	2,00	R$ 26,10	R$ 52,20

Valor Total Homologado - «TotalAdjudicado»

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Castanheiras,«DataAdjudicaçãoExtenso».

MALVINO SANTOS SILVA
Pres, da CMC

Publicado por:
Graciele fim De Souza
Código Identificador:EAB6AC9C

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01.001.01.031.0002.2.003.3.3.90.39.00.00. - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2018
b) Licitação Nrº :	3/2018
c) Modalidade :	Dispensa
d) Data Adjuticação :	13/04/2018
e) Objeto da Licitação :	ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CONFECÇÃO DE CARIMBOS, CAPAS DE PROCESSO, BALANCETES REQUERIMENTOS E PROJETOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: A & M EDITORA E GRAFICA LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.940.647/0001-54

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS DO TIPO CAPA DE PROCESSO, EM CARTOLINA, NA COR VERDE, MEDINDO 24,0X33,0 CM COM DOIS FUROS UNIVERSAL	200	R$ 1,55	R$ 310,00
2	SERVIÇO DE CONFCÇÃO DE IMPRESSOS DO TIPO CAPA DE PROJETOS EM CARTOLINA COR AZUL MEDINDO 24,0X33,0 CM, COM DOIS FUROS UNIVERSAL.	200	R$ 1,55	R$ 310,00
3	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS DO TIPO CAPA DE BALANCETES, EM CARTOLINA, COM CINZA, MEDINDO 24,0X33,0 CM COM DOIS FUROS UNIVERSAL	100	R$ 1,70	R$ 170,00
4	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS DO TIPO CAPA DE REQUERIMENTO, EM CARTOLINA, NA COR CINZA, MEDINDO 24,0X33,0 CM COM DOIS FUROS UNIVERSAL	200	R$ 1,55	R$ 310,00
5	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CARIMBOS AUTOMATICOS 4911	7	R$ 35,00	R$ 245,00
6	SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CARIMBOS AUTOMATICOS 4927	2	R$ 90,00	R$ 180,00
7	CARIMBOS REDONDO EMN PLASTICO MEDINDO 40MM	2	R$ 65,00	R$ 130,00
8	CARIMBOS PLASTICO MEDINDO 40X65MM	1	R$ 65,00	R$ 65,00
9	CARIMBOS PLASTICO MEDINDO 30X50MM	2	R$ 55,00	R$ 110,00
Valor Total Homologado - R$ 1.830,00				

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Castanheiras,13 de abril de 2018.

MALVINO SANTOS SILVA
Presidente
CMC

Publicado por:
Graciele fim De Souza
Código Identificador:103DA439

GABINETE
AVISO DE LICITAÇÃO 10-2018

EQUIPE LICITACAO MODALIDADE PREGAO LEI 10.520/2002 DECRETO designação PREGOEIRA **nº 218/GAB/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 010/2018

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS-RO, através do Pregoeiro nomeado por meio do Decreto Municipal nº. 218/2017, no exercício das atribuições que lhe são conferidas da sua designação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação com sessão Virtual (Onn-Line) no dia 07 de Maio de 2018, com abertura às 10:00(Horário de Brasília) horas e inicio das disputas as 10:05Horas(Horário de Brasília), no endereço eletrônico *www.licitanet.com.br "Acessar o Sistema*" cujo Objeto: AQUISICAO DE CONSUMO, sendo COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVOS, para atender as necessidades de todos os órgãos da administração direta e indireta do poder executivo do Município de CASTANHEIRAS**,** nos termos, especificações técnicas e condições do Edital de Licitação.

RESUMO DE EDITAL
EDITAL DE LICITACAO nº 010/2018

Tipo: PREGÃO
Modalidade: ELETRONICO
Finalidade: REGISTRO DE PRECOS POR PERIODO DE 12 MESES
Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE, conforme Edital de LICITAÇÃO
Processo Administrativo: 195/2018-PMC
Órgão Solicitante: Secretarias/Órgãos Municipais, SEMAD, SEMEC, SEMUSA, SEMOSPE, SEMAGRI e SEMAS;
Função Programática: Projetos Atividades, segundo LOA 2018: 2020; 2022; 2033; 2043; 2049; 2044; 2045; 2015; 2052;2031; 2050;
Financiamento: Segundo as fontes de recursos e financeiros para o financiamento de cada Projeto Atividade, na forma da Lei e disponibilidades financeiras.

1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente procedimento licitacional é disciplinado pela Lei Federal n° 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal n° 8.666/93, de 21/06/1993, e demais condições fixadas neste edital, e subsidiariamente a Lei 8.078/1990 e alterações.

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO
A presente Licitação tem por objeto AQUISICAO DE CONSUMO, sendo COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVOS**,** nos termos, especificações técnicas e condições do Edital de Licitação**, conforme especificacoes e condicoes contantes nos autos do Processo Administrativo, para atender as necessidades de todas as secretarias e Órgãos Municipais, da Administração Direta e Indireta,** nos termos, especificações técnicas e condições do Edital de Licitação, com pagamento CONFORME retiradas na Bomba da Contratada na sede do Município de Castanheiras-RO.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3.1. Poderão participar desta Licitação pessoas jurídicas interessadas, do ramo com atuação compatível com o objeto desta Licitação e que atendam a todas as exigências constantes deste Edital. A interessada, vencedora do certame devera firma declaração de existência de Bomba de Abastecimento de Combustível legalizada/regularizada perante aos órgãos competentes, já instalada na sede do Município de Castanheiras para abastecimento imediato dos

equipamentos/maquinários da secretaria solicitante, após publicação do registro de preços.
3.2 Responsabilizar-se-á pelos abastecimentos dos veículos da frota do Município em viagens.
3.3. Na hora e endereço eletrônico *www.licitanet.com.br* "*Acessar o Sistema*" constante do Edital os licitantes deverão ter as suas propostas devidamente cadastradas.
4 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTAS E LANCES
4.1 As propostas deverão ser cadastradas no período de 19/04/2018 até o dia 07/05/2018 as 10:00, conforme enunciado no Edital de Licitação.
4.2 A data para a fase de lances e propostas no dia 07/05/2018, às 10:05 horas(Horário de Brasília), no endereço *www.licitanet.com.br "Acessar o Sistema*".
5 - EDITAL
Cópia do Edital encontra-se disponível, sem custos, exclusivamente mediante requerimento à CPL na Prefeitura Municipal no Horário das 07:30 as 13:30 Horas em dias úteis. **Apenas as Informações** poderão ser obtidas por meio dos telefones 69 3474 2050/2171 ou ainda pelo e-mail cplcastanheiras@outlook.com, ou ainda no endereço eletrônico *www.licitanet.com.br "Acessar o Sistema*"

Castanheiras, 19 de abril de 2018.

SAMARA RAQUEL KUSS DE SOUZA
Pregoeiro Oficial
Decreto Municipal nº. 2018/2017

Publicado por:
Idelfonso Alves Macedo
Código Identificador:62011433

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ERRATA DECRETO Nº 1.053/18

Onde sê – lê:
DECRETA:
Art. 1º Concede o afastamento para tratamento de saúde a partir do dia 22 de Março de 2018 para ao servidor Srª **José Humberto de Oliveira,** pertencente ao quadro da Prefeitura Municipal de Chupinguaia, detentor do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - **SEMUSA**, conforme processo administrativo nº 293/2018.
Leia – se:
DECRETA:
Art. 1º Concede o afastamento para tratar de assuntos particulares a partir do dia 22 de Março de 2018 para ao servidor Srª **José Humberto de Oliveira,** pertencente ao quadro da Prefeitura Municipal de Chupinguaia, detentor do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - **SEMUSA**, conforme processo administrativo nº 293/2018.

Outras Informações a disposição dos interessados através do telefone (69) 3346-1460.

Chupinguaia (RO), 10 de Abril de 2018.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joice Morais Borges de Lima
Código Identificador:3ECCABD6

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ERRATA DECRETO Nº 1.060/18

Onde sê – lê:
DECRETA:
Art. 1º Concede o afastamento para tratamento de saúde a partir do dia 02 de Abril de 2018 para a servidora Srª **Maria de Fátima Pessoa,** pertencente ao quadro da Prefeitura Municipal de Chupinguaia, detentora do cargo de Auxiliar Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - **SEMUSA**, conforme processo administrativo nº 1504/2017.
Leia – se:
DECRETA:
Art. 1º Concede o afastamento para tratar de assuntos particulares a partir do dia 02 de Abril de 2018 para a servidora Srª **Maria de Fátima Pessoa,** pertencente ao quadro da Prefeitura Municipal de Chupinguaia, detentora do cargo de Auxiliar Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - **SEMUSA**, conforme processo administrativo nº 1504/2017.

Outras Informações a disposição dos interessados através do telefone (69) 3346-1460.

Chupinguaia (RO), 10 de Abril de 2018.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joice Morais Borges de Lima
Código Identificador:08746719

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.005/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 38/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.005/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 38/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
A.C. DA SILVA -ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 38/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DISTRATAR, as cláusulas firmadas no Contrato nº 38/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:16652535

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.006/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 34/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.006/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 34/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
C. BENITES-ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 34/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DISTRATAR, as cláusulas firmadas no Contrato nº 34/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:4F48EB20

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.007/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 40/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.007/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 40/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
FS TRANSPORTES E CONSTRUÇOES LTDA-ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 40/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DISTRATAR, as cláusulas firmadas no Contrato nº 40/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:B8F2AF6E

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.008/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 41/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.008/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 41/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
FRANCISCO FERNANDES GADELHA-MEI

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 41/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DISTRATAR, as cláusulas firmadas no Contrato nº 41/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:458F1296

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.009/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 37/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.009/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 37/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
L. P. ALFA CONSULTORIA EIRELI-ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 37/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DISTRATAR, as cláusulas firmadas no Contrato nº 37/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:77475C6E

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.010/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 35/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.010/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 35/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
M.M. TUR LTDA-ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 35/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DISTRATAR, as cláusulas firmadas no Contrato nº 35/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:55C959F8

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.011/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 36/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.011/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 36/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
PARAISO & PARAISO LTDA-ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 36/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: DISTRATAR, as cláusulas firmadas no Contrato nº 36/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:A5D6DEA5

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.013/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 43/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.013/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 43/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.

VIVALDO RIBEIRO MENDES - ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 43/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: **DISTRATAR,** as cláusulas firmadas no Contrato nº 43/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:88F99E1A

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.012/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 42/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.012/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 42/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
PARAISO TRANSPORTES E CONSULTORIA LTDA-ME

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 42/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: **DISTRATAR,** as cláusulas firmadas no Contrato nº 42/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:D960B7C8

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO DISTRATO N°.014/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 39/16

EXTRATO DO DISTRATO N°.014/2017 REFERENTE AO CONTRATO Nº 39/16

PREFEITURA DE CHUPINGUAIA.
WILSON GARRIDO DE LIMA -MEI

OBJETO: Rescisão bilateral do Contrato de prestação dos serviços de transporte escolar de nº. 39/2016.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: **DISTRATAR,** as cláusulas firmadas no Contrato nº 39/16, ficando rescindido desde a data de 12 de setembro de 2017, nos termos do inciso II, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93. .

DATA DA ASSINATURA DO DISTRATO: 07 de dezembro de 2017

IDIONE TERESINHA PIZZATO
Procuradora do Município

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:F9194A5A

PROCURADORIA GERAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Com base no inciso X, do art. 24, da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

DISPENSA-SE

A licitação para a locação do imóvel de propriedade do sr. **RODRIGO MACHADO DE LIMA,** imóvel localizado na Av. Primavera, Quadra 50, lote nº 13, s/n, Setor Misto, Centro, em Chupinguaia, imóvel em alvenaria, forrado com área total de 94,36 m², com um salão, uma sala e um banheiro, conforme Diligência da Comissão de Avaliação de Imóveis à fl. 92 dos autos.
O imóvel será utilizado para a instalação da Agência de Rendas da Secretaria Estadual de Finanças - SEFIN, no município de Chupinguaia, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, com o valor de R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), por um período de 12 (doze) meses, com o valor mensal de R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), com respaldo legal, no inciso X, do Art. 24, da Lei citada.

Publique-se o Aviso de Dispensa de Licitação nº 91/2018.

Processo Administrativo nº 210/2018.

Gabinete da Prefeita em 19 de abril de 2018.

SHEILA FLAVIA ANSELMO MOSSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:C477E3AF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2018

Regime de execução: empreitada por preço GLOBAL COM SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), NOS TERMOS DO ART. 48, INCISO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006 COM REDAÇÃO DADA PELA LC Nº 147/2014.

Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste – RO, através do Presidente da CPLM, nomeado pela Portaria nº 002, de 03 de janeiro de 2018, torna pública que realizará Licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº 003/2018 na forma Indireta do tipo Menor Preço Global. Processo Administrativo nº 443/2018, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a total execução (compreendendo material e mão de obra), para Pavimentação Asfáltica e Drenagem Profunda e Superficial de Águas Pluviais nas Vias Urbanas do Município de Colorado do Oeste RO, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. Sessão pública: 08/05/2018, com início às 8h30mn. Valor total reservado R$ 935.025,57 (novecentos e trinta e cinco mil vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos). O Edital e as Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro, Projetos e Demais Anexos encontrar-se-á a disposição dos interessados no Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - RO www.coloradodooeste.ro.gov.br e na Sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - RO, sito à Av. Paulo Assis Ribeiro, 4.132- Centro, de Segunda à Sexta Feira, em horário de expediente das 7 às 13 horas, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais). A retirada do DAM referente ao valor do edital DEVERÁ ser na Divisão de Receita do Município no endereço

eletrônico: iptu.issqn.prefeituracolorado@outlook.com. Maiores informações, através dos telefones (69) 99951-4070 e no e-mail cplm@coloradodooeste.ro.gov.br. Os esclarecimentos referentes à especificação e planilhas poderão ser obtidos no horário das 7 ás 13h, de 2ª a 6ª Feira, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos pessoalmente à Av. Paulo de Assis Ribeiro – Centro ou através do telefone 69 3341-3421 ramal 222 e ou webmail: semosp@coloradodooeste.ro.gov.br.

Colorado do Oeste, 19 de abril de 2018.

EDSON LUIZ STEFANES
Presidente da CPLM

Publicado por:
Edson Luiz Stefanes
Código Identificador:0B386593

ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL MARCOS ARITANA APAE
AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 001/2018

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colorado do Oeste

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE nº 001/2018

Convidamos a quem interessar possa, apresentar, perante a Comissão de Compras e Licitações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colorado do Oeste, com sede Rua Goiás, 4267, Setor "B" - CEP. 76.993-000, Colorado do Oeste – RO, **PROPOSTA** para o **OBJETO**: fornecimento de Materiais de Limpeza, Higiene, Copa e Cozinha, Expediente e de Equipamentos do tipo menor preço por item, conforme relações de itens constantes nos Lotes 1, 2 e 3**;**
Recursos Financeiros: Programa de Apoio Financeiro – Proafi/Termo de Fomento nº 151/PGE-2017;
Licitação que será realizada no dia 07 de Maio de 2018, às 14:00 horas na Sala dos Professores da Escola de Ensino Especial Marcos Aritana, situada à Rua Goiás, 4267, Setor "B", nesta Cidade, de acordo com a legislação em vigor Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações,
Interessados, poderão retirar o respectivo Convite junto a Comissão de Compras e Licitações, no horário de expediente das 07,00h às 13,00h, bem como obter informações através dos telefones nº 0**69 3341 2860 ou 8407 4150 ou pelo email: coloradodooeste@apaero.org.br

Colorado do Oeste, RO, 19 de Abril de 2018.

JARDEL ZILES
Presidente da CCL
Portaria nº 003/2018

Publicado por:
Syllas de Castro Nascimento
Código Identificador:DA1AF838

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO PROC Nº 595/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

OBJETIVO: Tal aquisição se faz necessária, para dar cobertura em despesa com serviços de fornecimento de refeições prontas, com a finalidade de atender na alimentação da equipe do Hospital do Câncer, conforme Ofício nº001/2018, de 22 de Janeiro de 2018, em anexo, bem como na realização das demais atividades como: Campanhas de Vacinação Urbana e Rural, Pit Stop, no exercício de 2018. Processo nº 595/2018, HOMOLOGO e ADJUDICO a presente licitação, nos termos da proposta da Empresa:

CHURRASCARIA COSTELÃO LTDA - ME
Vencedora, dos itens constantes na Cotação de preços fl. nº 13, nos autos, de acordo com o Artigo 38, Inciso VII, "in fine" da Lei 8.666/93. constante nos autos, de acordo com o Artigo 4º, Inciso XXII, da Lei 10.520/02, e Artigo 8º Inciso VI do Decreto nº 5.450/05.

Colorado do Oeste/RO, em: 17/04/2018

JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Carvalho de Souza
Código Identificador:CD2DAF1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 455/2018

OBJETO: Aquisição de material de manutenção e Bens Móveis (CAIXA D AGUA), equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos (BOMBA DAGUA), aparelhos e utensílios domésticos(EXAUSTOR).
Homologo, as empresas vencedora participante por cotação de preço (dispensa de licitação) nos termos do artigo 38, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, tendo como vencedora (s) em item, lotes(s)(s) seguinte (S) empresa (s):
- WALMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;
VALOR DE : R$ 620,00(seiscentos e vinte reais)
- WL COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICO LTDA ME;
VALOR DE: R$ 1.640(um mil seiscentos e quarenta reais)
ZILES E NOTARO LTDA ME;
VALOR DE: R$ 241,51(duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos)
BERNADETE R. DE SOUSA EPP.
VALOR DE : 1.980,00(um mil novecentos e oitenta reais)

Colorado do oeste, 17 de Abril 2018.

RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SAN
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Marineia Candido Ferreira do Carmo
Código Identificador:88B015C7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBIARA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 013/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 013/2018.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº. 416/2018/SEMUSA
A Prefeitura Municipal de Corumbiara/RO, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio a Pregoaria, designados pelas Portarias nº. 011 de 08 de Janeiro de 2018 e 026 de 01 de Fevereiro de 2018, no uso de suas atribuições legais, tornam público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na MODALIDADE PREGÃO, forma ELETRÔNICA**, cujo objeto** é: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DE ARTE E DANÇA, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS,** tudo conforme disposto no Edital. Data para cadastro de propostas a partir do dia **20/05/2018**, data para abertura de propostas a partir do dia **03/05/2018** e início da sessão pública: dia **03/05/2018** às **09:00h**, horário de Brasília – DF. Informações na Avenida Olavo Pires, Nº. 2129 – Centro – Corumbiara/RO, CEP 76.995-000 – Fone (69) 3343-2192, Edital nos Sites www.corumbiara.ro.gov.br e www.licitanet.com.br, pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, Decreto Federal nº: 3.555/2000, a Lei Federal nº

10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº: 012/2007, Termo de Referência e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e a Lei Complementar 123/2006 e 147/2014. e demais exigências do Edital. Valor estimado é R$ 17.616,62 (dezessete mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos).

JOSÉ VILSON DA SILVA GOMES.
Portaria N°. 011/2018.

Corumbiara-RO em 19 de Abril de 2018.

JOSÉ VILSON DA SILVA GOMES
Pregoeiro e Responsável Pelo Setor de Compras
Portaria 011/2018

Publicado por:
Evandro Antonio de Souza
Código Identificador:685C5A47

CAMARA MUNICIPAL DE CORUMBIARA
TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO QUE FAZ A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBIARA - RO À IGARATÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA EPP

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBIARA, ESTADO DE RONDÔNIA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.559.269/0001-00, com sede à Avenida Itália Cautiero Franco, 2018, neste município de Corumbiara (RO), neste ato representada por seu Presidente **VALDINEI DA COSTA ESPINDOLA**, brasileiro casado, portador da cédula de identidade nº. 723887SSP/RO, inscrito no CPF 663.004.442-87, com endereço à Rua Minas Gerais nº 1481 no município de Corumbiara-RO resolve,
Rescindir unilateralmente o Termo de Contrato em referência, fundamentado na Cláusula Décima Quinta do Contrato firmado com a empresa:
IGARATÁ COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.117.354/0001-95, com sede à Rua da Fiação da saúde nº 175, bairro Vila da Saúde, na cidade de São Paulo SP, neste ato representante **EDIVALDO FERNANDES CSIPAI,** brasileiro casado, nascido em São Paulo -SP, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 11.434.546 SSP-SP e CPF nº 574.571.318-68.
Em observância aos preceitos legais e às cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, a Notificante que vos subscreve vem, formal e respeitosamente, **INFORMAR E NOTIFICAR A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO nº 008/2017**, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:
Notifica-se a rescisão unilateral do Contrato nº 008/2017, que possui como objeto "Aquisição de Materiais e Equipamentos, sendo: Caixa de som, mesa de som, microfones e outros", conforme dispõe o Art. 79, I da Lei 8.666/93.
Referida notificação da Rescisão Unilateral, possui como fundamentos às sanções previstas nos Arts. 77 e 78, Incisos I e II, da Lei 8.666/93 e ao estabelecido na cláusula décima quinta do referido contrato, entre outras.
Em síntese, houve processo licitatório nº. 058/2017 na Modalidade de Pregão Eletrônico nº. 002/2017, que veio a ser homologado em 20/11/2017, na qual a empresa Notificada vencedora firmou o Contrato nº 008/2017 com a Notificante.
A empresa Notificada efetuou a entrega de todos os produtos, porém, as marcas são divergentes das constantes na proposta de preços apresentada no processo licitatório, conforme termo de recebimento nº 001/2018 (fls. 316/322).
Diante da divergência de marcas, foi expedido o Ofício nº 011/2018 da Direção Geral para a empresa Notificada, no qual foi concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar comprovação técnica de que as marcas divergentes possuem performances idênticas ou superiores as marcas descritas na proposta de preços, assim como, especificações técnicas que estavam em acordo com o termo de referência, sob pena de rescisão contratual.
O referido Ofício foi encaminhado via e-mail e confirmado o recebimento do mesmo por telefone, porém, a Notificada não apresentou nenhuma justificativa no prazo assinalado, nem substituiu as marcas divergentes, motivo pelo qual, a rescisão contratual é à medida que se impõe.
Face a inexecução parcial do Contrato e o não cumprimento e/ou o cumprimento irregular do edital e das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazo, bem como, pela conveniência e interesse público, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência, conforme previsto nos Arts. 77 e 78, Incisos I e II da Lei 8.666/93, constituiu-se motivo para a rescisão unilateral do contrato a entrega de marcas divergentes da proposta de preços e o decurso de prazo *in albis* para apresentar a comprovação técnica solicitada no Ofício nº 011/2018.
O motivo principal para a rescisão unilateral do contrato é a entrega dos equipamentos com marcas divergentes das marcas descritas na proposta de preços e a omissão diante da solicitação de comprovação técnica, o que torna impossível o recebimento dos equipamentos.
Há de se observar e ter a ciência que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, as quais são regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, visto no Art. 37 da Constituição Federal. Sendo estes revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público, *in casu,* pelos fatos e direitos expostos.
A cláusula Décima Quinta do Contrato nº 008/2017, prevê a hipótese de rescisão contratual unilateral em caso de inexecução total ou parcial do contrato e na busca pelo interesse da administração pública.
A rescisão do contrato será regulada pelos Arts. 58, Inciso II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93.
Ficarão extintos os direitos e obrigações mútuos, originários da celebração do mencionado Contrato.
Com fulcro na Cláusula Décima Terceira do Contrato, impõe-se as sanções que deverão ser aplicadas da forma legal, de modo que a Direção deverá observar se há medidas administrativas a serem aplicadas ao caso de praxe.
Abre-se o prazo legal de 15 (quinze) dias corridos para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do inciso I do Art. 109 da Lei Federal 8.666/93.
Fica ciente a Notificada que deverá efetuar a retirada dos equipamentos na sede da Notificante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta Notificação.
Publique-se o presente termo na imprensa oficial, observando as condições da Cláusula Décima e notifique-se a empresa **Igaratá Comércio de Produtos Eletroeletrônicos Ltda. - EPP**.
Havendo manifestação no prazo, encaminhe-se à Procuradoria Jurídica e à Unidade Central de Controle Interno para análise e emissão de parecer.
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se o necessário para a efetivação da rescisão contratual unilateralmente e avalie-se se há medidas administrativas a serem aplicadas ao caso em comento.

Corumbiara (RO), 21 de março de 2018.

VALDINEI DA COSTA ESPÍNDOLA
Vereador Presidente
Biênio 2017/2018

Publicado por:
Lazaro Miguel Souza
Código Identificador:61F34718

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO DE PRAZO RECURSAL

CERTIDÃO DE ENCERRAMENTO DE PRAZO RECURSAL

Tomada de Preços nº 004/CPL/2018
Processo nº 251/2018.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Construção de Calçadas com meio fio e sarjeta na Avenida Coruja conforme Projeto Básico, Especificações Técnicas e Planilha Orçamentária de Custos, com recursos do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, Convênio nº 330/DPCN/2016 e contra partida recursos próprios da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Assunto: Encerramento de Prazo de Recurso, fase de habilitação.

Certifico, relativamente à licitação em epígrafe, que às 13h30min do dia 18 de Abril de 2018, **EXPIROU** o prazo legal para interposição de recursos, fase de habilitação, sem que houvesse manifestação por parte dos licitantes participantes, nos termos do art. 109, I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o § 5º do referido artigo e lei. Nestes termos, esta Comissão de Licitação ratifica a decisão já divulgada, dando por encerrada esta fase do certame e dá prosseguimento aos demais atos necessários.

Cujubim/RO, 19 de Abril de 2018.

SÉRGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:AD335258

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMUNICADO DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS

Tomada de Preços nº 004/CPL/2018
Processo nº 251/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Construção de Calçadas com meio fio e sarjeta na Avenida Coruja conforme Projeto Básico, Especificações Técnicas e Planilha Orçamentária de Custos, com recursos do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN, Convênio nº 330/DPCN/2016 e contra partida recursos próprios da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Assunto: Abertura dos Envelopes de Proposta de Preços.

Venho através deste, dar ciência as empresas **FS RONDÔNIA LTDA ME e CONSTRUFOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP**, que após, ultrapassada a fase recursal, convoco as empresas acima para a abertura da proposta de preços ref. a licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 004/CPL/2018, data essa marcada para o dia 23 de abril de 2018 às 11:30 horas, fica as mesmas convocadas a comparecer na sede do Município de Cujubim, na sala da Comissão Permanente da Licitação, na data e horário supra citado, informamos ainda caso as empresas com comparecerem a Comissão de Licitação dará prosseguimento normalmente.

Cujubim/RO, 19 de Abril de 2018.

SÉRGIO HENRIQUE SANTUZZI ZUCCOLOTTO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Sérgio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:26EB4E17

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2018 PROCESSO N° 195/2018 EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

A Prefeitura Municipal de Cujubim por meio de seu Pregoeiro nomeado pelo Decreto nº 109/2017 de 02 de Junho de 2017 através das atribuições legais que são conferido torna público, a licitação denominada Pregão Eletrônico n.º 014/2018, cujo objeto é**: Aquisição de máquinas de costura industrial e semi-industrial por meio do convênio de nº 174/PGE/2017 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de assistência Social de Cujubim,** com valor estimado de **R$ 33.420,40 (trinta e três centavos quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos).** Torna–se público, para o conhecimento dos interessados que na data e horário abaixo indicado fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma **ELETRÔNICA**, tipo MENOR VALOR POR ITEM, na forma da Lei nº. 10.520/02, conforme edital e seus anexos, atendendo assim as necessidades da Prefeitura Municipal de Cujubim. Envio das propostas poderá ser feito **das 08h00min do dia 19/04/2018 até às 09h59min do dia 03/05/2018**. **Início da Sessão Pública virtual será às 10h00min do dia 03/05/2018 (Horário de Brasília)**. A retirada do edital e sessão está disponível no site **www.portaldecompraspublica.com.br.** Informações na Sala do Pregão na sede da Prefeitura Municipal de Cujubim, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h30min. (Horário Local). Informações poderão ser obtidas, através do telefone (069) 3582.2004 / 98451.6364

Cujubim - (RO) 18 de abril de 2018.

FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Fernando Nascimento de Oliveira Junior
Código Identificador:D8F6042C

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESETA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO 009/2018

DESETA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 009/2018
PROCESSO N° 662/2017

A Prefeitura Municipal de Cujubim/RO através da comissão de licitação designado pelo Decreto nº. 109 de 02 de junho de 2017, torna público, para o conhecimento que a Comissão de Licitação resolve **DECLARAR DESERTA** por não acudir interessados no certame.

Objeto: **Aquisição de 02 (duas) motocicletas zero quilômetro originais de fábrica ano/modelo 2017/2017 ou superior** .
Cujubim (RO), 19 de abril de 2018.

FERNANDO NASCIMENTO DE OLIVEIRA JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Fernando Nascimento de Oliveira Junior
Código Identificador:1CA263C4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2015.

CELEBRAÇÃO: 19.04.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO

CONTRATADA: CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA MELO E CASTRO LTDA

OBJETO: ACRESCENTAR 72.600KM DIÁRIOS AO TRAJETO ESTABELECIDO NO CONTRATO Nº 038/2015.

INTERVENIENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-35/2015.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
Ginara Rosa Florintino
Código Identificador:B944D739

GABINETE DO PREFEITO
ORDEM DE SERVIÇO - CONTRATO Nº 014/2018

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de 2018 a Prefeitura do Município de Cujubim-RO, neste ato representado por seu Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos ao final assinado resolve autorizar a empresa contratada **DALTO E DALTO LTDA-EPP,** devidamente inscrita no CNPJ sob o **nº 07.491.532/0001-18**, com sede na Rua Castro Alves, nº 2496, Bairro Jardim Clodoaldo, no município de Cacoal, estado de Rondônia, a iniciar a prestação de serviços sob o regime de horas máquina com a locação de 427 (quatrocentas e vinte e sete) horas máquina da Pá Carregadeira, conforme ATA de Registro de Preços nº 009/2017, empenhos nº 468, Contrato de prestação de serviços nº 014/2018 do processo administrativo nº 309/SEMOSP/2018.

Início dos serviços: 19 de abril de 2018.

CLAUDIO ALVES BRAGA
Sec. Mun. de Obras e Serviços Públicos.

DALTO E DALTO LTDA-EPP
Empresa Contratada

Publicado por:
Daiane Veloso da Silva Klaus
Código Identificador:31C3894B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2018

CELEBRAÇÃO: 05/03/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO
CONTRATADA: J R CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

OBJETO: Primeiro termo aditivo de VALOR, estabelecido no contrato **nº 06/2018**.

DO VALOR: Fica aditivado o valor de R$ 33.089,54 (trinta e três mil oitenta e nove reais e cinqüenta e quatro centavos) ao contrato nº 06/2018.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-614/2017.

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ginara Rosa Florintino
Código Identificador:7E71F637

INPREC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
PORTARIA Nº. 60/ INPREC / 2017.

PORTARIA Nº. 60/ INPREC / 2017.

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Por Idade em favor do servidor-segurado EVARISTO ROSA TEOFILO."

A Superintendente do INPREC *– Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,*
Resolve:
Art. 1º Conceder o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE**, ao servidor Sr. **Evaristo Rosa Teófilo**, brasileiro, portador do RG nº. 679058 SSP/RO, CPF/MF nº. 126.199.811-15, efetivo no cargo de **VIGIA**, cadastro 67, Carga Horária 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, desta Prefeitura Municipal de Cujubim, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, com base na média aritmética de 80% das maiores contribuições, conforme processo administrativo do **INPREC, nº. 3-23/2017**, com base no ***art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", c/c §§ 3º e 8º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional de nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, art. 1º da Lei Federal nº. 10.887/2004, de 18/06/2004, art. 12, inciso III, alínea "b", c/c 13 da Lei Municipal de nº. 972/2016, de 13 de junho de 2016.***

Art. 2º O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cujubim – *INPREC,* efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (§ 8° do art. 40 da Constituição Federal de 1988).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Cujubim - RO,12 de Dezembro de 2017.

ROGIANE DA SILVA CRUZ
Superintendente do INPREC
Decreto 18/2017

Publicado por:
Rogiane da Silva Cruz
Código Identificador:116BE340

INPREC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA
PORTARIA Nº 08/INPREC/2018

PORTARIA Nº 08/INPREC/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Por Idade em favor da servidora-segurada Sra. Ana Francisca Faccin."

A Superintendente do INPREC *– Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, Resolve:*

Art. 1º Conceder o benefício de **APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE**, a servidora segurada Sra. **Ana Francisca Faccin**, brasileira, casada, portadora do RG nº. 371648 SSP/RO, CPF/MF nº. 527.242.989-34, efetiva no cargo de **PROF. LICENC. PLENA 25 HS**, nível II Ref. X, Cadastro **45**, Carga Horária 25 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal de Cujubim, **com proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, com base na média aritmética de 80% das maiores contribuições, conforme processo administrativo do **INPREC, nº. 3-16/INPREC/2018**, com base no ***art. 40, § 1º, inciso "III", alínea "b", c/c §§ 3º e 8º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional de nº. 41, de 19 de dezembro de 2003, art. 1º da Lei Federal nº. 10.887/2004, de 18/06/2004, art. 12, inciso III alínea "b", c/c 13 da Lei Municipal de nº. 972/2016, de 13 de junho de 2016.***

Art. 2º O Instituto de Previdência do Município de Cujubim – *INPREC,* efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (§ 8° do art. 40 da Constituição Federal de 1988).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Cujubim – RO 13 março de 2018.

ROGIANE DA SILVA CRUZ
Superintendente do INPREC
Decreto 18/2017

Publicado por:
Rogiane da Silva Cruz
Código Identificador:E55CFAE4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 001-CPL-2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0675/SEMSAU/2018
O município de Espigão do Oeste, através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento dos interessados e, especialmente aos que retiram o edital da licitação, Modalidade **Tomada de preço, Edital 001/CPL/2018**, com abertura prevista para **o dia 27 de abril de 2018**, as 09h00min, cujo objeto é **DESPESA COM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA PARA IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO E REDE DE CONDICIONADORES DE AR NO HOSPITAL MUNICIPAL -CONVÊNIO ESTADUAL 104-17PJ-DER-RO,** tudo conforme disposto no Edital, visando atender a Secretaria Municipal de Saúde**",** **PRORROGA-SE o prazo de abertura do edital, para o dia 07 de Maio de 2018 às 09h00min**.
JUSTIFICATIVA: visando-se os princípios da Isonomia e da Eficiência

O Espigão do Oeste 12 de abril de 2018.

ZENILDA RENIER VON RONDON
Presidente
CPL
Decreto 3423/gp/2017

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:769651D5

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

A Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste – RO, localizada à Rua Rio Grande do Sul, nº. 2800, inscrita sob o CNPJ nº. 04.695.284/0001-39, torna Público que requereu junto ao NUCOF/SEDAM, em 19 de abril de 2018, a **LICENÇA PRÉVIA**, para a atividade de "**Pavimentação asfáltica em vias urbanas, pista de caminhada e ciclovia**", localizada na Rodovia RO 387 (trecho entre o portal da cidade e o trevo), no município de Espigão do Oeste/RO.

Espigão do Oeste, 19 de abril de 2018.

NILTON CAETANO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:E306DB5D

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste – RO, localizada à Rua Rio Grande do Sul, nº. 2800, inscrita sob o CNPJ nº. 04.695.284/0001-39, torna Público que requereu junto ao NUCOF/SEDAM, em 19 de abril de 2018, a **LICENÇA DE INSTALAÇÃO**, para a atividade de "**Pavimentação asfáltica em vias urbanas, pista de caminhada e ciclovia**", localizada na Rodovia RO 387 (trecho entre o portal da cidade e o trevo), no município de Espigão do Oeste/RO.

Espigão do Oeste, 19 de abril de 2018.

NILTON CAETANO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:8F580F7F

GABINETE DO PREFEITO
PARECER N° 111/PGM/18

Processo n° 616/2018
Interessada: SEMAGRIC

Acolhendo o reportado no Processo Administrativo de número supracitado, que foi remetido a esta Procuradoria pela CPL, solicitando emissão de parecer, acerca dos procedimentos licitatórios realizados na modalidade Pregão Presencial sob os n° 006/2018 e 014/20187, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada nos serviços de borracharia, para atender os veículos, máquinas e tratores e implementos agrícolas da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme Solicitação de Materiais/Serviços contida nos autos.
Conforme consta dos autos a presente licitação foi realizada 02 (duas) vezes conforme se observa nos Editais de nº 006/2018 e nº 014/2018, sendo que em ambos os procedimentos a licitação foi deserta.
Desta forma tendo em vista que em todas as tentativas a presente licitação restou infrutífera opina esta procuradoria pela aquisição dos serviços, necessários ao desenvolvimento regular das atividades e Ações da Secretaria, nos moldes do artigo 24, inciso V da Lei 8.666/93, vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:
...
V – quando não acudirem interessados à licitação anterior a esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantida, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

Observa-se dos autos que o objeto da presente licitação destina-se a contratação de empresa especializada nos serviços de borracharia, para atender os veículos, máquinas e tratores e implementos agrícolas da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme Solicitação de Materiais/Serviços, indispensável para o desenvolvimento das atividades da secretaria para atendimento a toda população, motivo que justifica plenamente a aquisição dos serviços.
Assim sendo, de posse dos documentos que instruem este e havendo a previsão legal, entende esta procuradoria, que é dispensável na forma do artigo 24, V da Lei 8.666/93, com a sua devida publicação a contratação de empresa especializada nos serviços de borracharia, para atender os veículos, máquinas e tratores e implementos agrícolas da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme solicitado nos presentes autos.
Salvo melhor juízo, é o parecer.

Espigão do Oeste, 19 de abril de 2018.

KELLY CRISTINA AMORIM CAZULA
Procuradora do Município

Despacho:

Adoto as razões do parecer supra;
Autorizo a aquisição por Dispensa Licitação, com fundamento no que preceitua a Lei 8.666/93;

Publique-se.

Espigão do Oeste, 19 de abril de 2018.

NILTON CAETANO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelly Cristina Amorim Cazula
Código Identificador:1C951A92

GABINETE DO PREFEITO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL SEMSAU Nº 001//2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE torna público a homologação dos inscritos no teste seletivo simplificado.

Nº INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARGO PRETENDIDO	
001	JOÃO LUCAS FARIAS DE OLIVEIRA	980.239.332-04	CLINICO GERAL	--
002	IVANILTON ALVES TEIXEIRA	712.316.332-04	CLINICO GERAL	--
003	JONATAN STRAPASSON PERES	955.277.882-49	CLINICO GERAL	--
004	BRUNO RODRIGUES BELAI	356.752.128.41	CLINICO GERAL	--
005	PATRICIA CAMPOS PUGIN	897.762.752-49	CLINICO GERAL	VISITADOR
006	VAGNER SANCHES DO LAGO	785.729.242.72	CLINICO GERAL	--
007	TARCISIO DONIZETTE PICHEK	582.827.932-72	CLINICO GERAL	--
008	VITOR PEREIRA DE ALBUQUERQUE	827.752.492-72	CLINICO GERAL	--
009	KETLIN BATISTA DE MORAIS	014.837.922-26	CLINICO GERAL	--
010	LUANA SALDANHA FUZARI GIACOMINI	031.161.651-81	CLINICO GERAL	VISITADOR
011	EDUARDO ARAUJO DAMETO	246.064.578-30	OBSTETRA	--
012	VANESSA MOREIRA DE MORAIS	021.878.851-42	CLINICO GERAL	--
013	LEONARDO MICHEL PEREIRA BARROS	822.212.272-04	CLINICO GERAL	--
014	WESLEI FELISSISSIMO MAIA	893.753.192-53	CLINICO GERAL	--
015	ELIFRAN DA COSTA FARIAS	205.882.084-34	OBSTETRA	--
016	SONIA CRISTINA RIBEIRO MOREIRA	409.595.922-00	CLINICO GERAL	--
017	LORENA CASTOLDI TAVARES	058.731.089-86	CLINICO GERAL	VISITADOR
018	OMAR RONALD FUENTES CRUZ	552.060.262-04	CLINICO GERAL	--

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:3DA49F33

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão, forma Presencial Nº 011/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0353/2018

O município de Espigão do Oeste, através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público para conhecimento dos interessados e, especialmente aos que retiram o edital da licitação, Modalidade **Pregão Presencial Nº 11/2018,** , com abertura prevista para **os dias 24 e 25 de abril de 2018**, as 08h00min,, **cujo objeto** é: A contratação de empresa visando a Locação de Software de Gestão Administrativa e Financeira para a Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste na modalidade de licença por direito de uso, serviços de suporte técnico, manutenção do ambiente de produção, instalação e configuração de toda a solução ofertada nos servidores disponibilizados pela Prefeitura Municipal, com a adequação do produto de acordo com as necessidades de identidade visual da Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste, POR AMOSTRAGEM (teste de conformidade) , tudo conforme disposto no Edital. **PRORROGA-SE o prazo de abertura do edital, para um único dia que será no dia 08 de Maio de 2018 às 08h00min**.
JUSTIFICATIVA: visando-se os princípios da Isonomia e da Eficiência- Será publicado uma errata de alterações de alguns itens do /edital.

O Espigão do Oeste 19 de abril de 2018.

ZENILDA RENIER VON RONDON
Pregoeira
Dec. Nº 3424GP/17

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:C92E92A5

GABINETE DO PREFEITO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL SEMSAU Nº 001//2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE torna público a homologação dos inscritos no teste seletivo simplificado.

Nº INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CARGO PRETENDIDO	
001	JOÃO LUCAS FARIAS DE OLIVEIRA	980.239.332-04	CLINICO GERAL	--
002	IVANILTON ALVES TEIXEIRA	712.316.332-04	CLINICO GERAL	--
003	JONATAN STRAPASSON PERES	955.277.882-49	CLINICO GERAL	--
004	BRUNO RODRIGUES BELAI	356.752.128.41	CLINICO GERAL	--
005	PATRICIA CAMPOS PUGIN	897.762.752-49	CLINICO GERAL	VISITADOR
006	VAGNER SANCHES DO LAGO	785.729.242.72	CLINICO GERAL	--
007	TARCISIO DONIZETTE PICHEK	582.827.932-72	CLINICO GERAL	--
008	VITOR PEREIRA DE ALBUQUERQUE	827.752.492-72	CLINICO GERAL	--
009	KETLIN BATISTA DE MORAIS	014.837.922-26	CLINICO GERAL	--
010	LUANA SALDANHA FUZARI GIACOMINI	031.161.651-81	CLINICO GERAL	VISITADOR
011	EDUARDO ARAUJO DAMETO	246.064.578-30	OBSTETRA	--
012	VANESSA MOREIRA DE MORAIS	021.878.851-42	CLINICO GERAL	--
013	LEONARDO MICHEL PEREIRA BARROS	822.212.272-04	CLINICO GERAL	--
014	WESLEI FELISSISSIMO MAIA	893.753.192-53	CLINICO GERAL	--
015	ELIFRAN DA COSTA FARIAS	205.882.084-34	OBSTETRA	--
016	SONIA CRISTINA RIBEIRO MOREIRA	409.595.922-00	CLINICO GERAL	--
017	LORENA CASTOLDI TAVARES	058.731.089-86	CLINICO GERAL	VISITADOR
018	OMAR RONALD FUENTES CRUZ	552.060.262-04	CLINICO GERAL	--

EDNA AMORIM DE SOUZA SCHUTZ
Presidente da Comissão Organizadora do Teste Seletivo SEMSAU

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:C73D06FC

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ERRATA DO EDITAL
EDITAL DE LICITAÇÃO POR AMOSTRAGEM/ TESTE DE CONFORMIDADE

PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL Nº 011/2018

Processo Administrativo Nº 0353/2018

Pedido de Compra Nº 0031/SEMAF/2018

O Município de Espigão do Oeste, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 04695284/0001-39, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Nilton Caetano de Souza, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, forma PRESENCIAL, do Tipo Menor Preço global, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, D. O. U. de 18/07/02, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 2.064 de 21/03/2006 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 11/09/90 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

OBJETO: **A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa visando a Locação de Software de Gestão Administrativa e Financeira para a Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste na modalidade de licença por direito de uso, serviços de suporte técnico, manutenção do ambiente de produção, instalação e configuração de toda a solução ofertada nos servidores disponibilizados pela Prefeitura Municipal, com a adequação do produto de acordo com as necessidades de identidade visual da Prefeitura Municipal de Espigão do Oeste. Contemplando os atributos funcionais destacados no anexo I deste termo de referência parte integrante e indispensável do EDITAL**

ERRATA

ONDE –SE LÊ
DATA PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPODTAS : DIA 24/04/2018 às 08h00- PARA AMOSTRAGEM DO SISTEMA

DATA PARA SESSÃO PUBLICA PARA LANCES: **Dia 25/04/2018 às 08h00,** ou no primeiro dia útil subseqüente, no mesmo local e hora, na hipótese de não haver expediente nesta data.

LEIA-SE
DATA PARA CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPODTAS DA SESSÃO PUBLICA PARA LANCES: SERÁ NO DIA 08/05/2018- O TESTE DE CONFORMIDADE/AMOSTRA SERÁ APÓS AS FASES DE LANCES, PARA FINS DE HABILITAÇÃO.

4.3.3 – Os sistemas serão previamente analisados pela COMISSÃO TÉCNICA /DECRETO 2993/2018, de modo a constatar sua compatibilidade em face das características elencadas **no Anexo I**, com o propósito de verificação após a fase de lance, para **aceitabilidade DA HABILITAÇÃO**.

ONDE-SE LÊ

5 – DO JULGAMENTO

5.2 - Durante o julgamento e a análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no **ANEXO I, Características técnica,** deste edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.

LEIA-SE
5.2 - Após a fase de lances, a empresa classificada como primeira colocada , devera apresentar o PRODUTO, para que o mesmo seja analisado pela **COMISÃO TÉCNICA/**, onde deverá atender todas as características técnicas do **ANEXO I, PARTE DO TERMO DE REFERENCIA** , para fins de habilitação da empresa.

SERÁ ACRESCENTADO NO ITEM ABAIXO;

– A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTRAS DECLARAÇÕES:
- Declaração comprovando a condição de legítimo representante do software, bem como possuir condições técnicas para dar suporte ao usuário, conforme a Lei 9.609/1998-(Dispões sobre proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização no País.- Direitos de Distribuição , uso e propriedade do SOFTWARE.

OBSERVAÇÃO: Os demais itens e clausulas do edital, continua inalteradas.

Para maiores informações , na Sala da CPL. Localizada à Rua Alagoas, nº 2688, Bairro Vista Alegre (Antigo prédio da vigilância sanitária). Obtenção da errata do Edital: gratuitamente através do site www.prefeituraespigao.com.br, ou através do Telefone/fax: (0xx69) 3912-8012.

Esp. Do Oeste, 19 de Abril de 2018.

ZENILDA RENIER VON RONDON
Pregoeira
Decreto nº 3424/GP/2017

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:DA2FE8D5

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1408/2018
ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018
DA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Em cumprimento a Lei 8.666/93, a **SEMOSP**, encaminhou a esta Comissão Permanente de Licitação o processo administrativo supracitado, considerando ter sido constatada situação de emergência consistente na necessidade de despesa com aquisição de serviços para atender a Máquina Escavadeira Hidráulica E215C, Ano 2015, Da Marca NEW HOLLAND, Tombamento Nº 27.702, A Serviços Nas Estradas Vicinais.

Às oito horas do dia seis do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, na sala da Comissão Permanente de Licitação, reuniram-se os membros abaixo descritos, nomeados pelo Decreto nº 3209/GP/2015, com a finalidade de analisar a solicitação de Inexigibilidade de licitação, conforme consta no memorando nº 075/SEMOSP/2018 de 29/03/2018.

Conforme as especificações do pedido de compras nº 233/SEMOSP/2018, de 28/03/2018. Foi juntada as cotações prévias, sendo a de menor valor total de R$ 2.602,50 (Dois Mil seiscentos e Dois Reais e Cinqüenta Centavos), o preço está compatível com o praticado no mercado. Consideramos que é dispensável o procedimento licitatório para a contratação da empresa **FERTISOLO COMERCIAL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ Nº **14.594.006/0001- 49** de acordo com o artigo 24 da Lei 8.666/93.

Artigo 24 da Lei 8.666/93:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Conforme parecer jurídico de nº 096/PGM/2018. Eu, , **Fabiana Paz de Souza**, Secretária designada, redigi e subscrevo.

ZENILDA RENIER VON RONDON
Presidente da CPL

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:D9D7EE32

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação

Pregão,forma ELETRONICA Nº 021/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1211/SEMED/2018

Através da Pregoeira, torna público, que realizará na forma do disposto na Lei 10.520/2002, Decretos Federais nº3.555/00 e 5.450/05, Decreto Municipal nº 2.236/07 aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA do tipo "menor preço global" por "ITEM" cujo **OBJETO É**: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AS VIATURAS ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, valor estimado de R$ 158.408,57 (Cento e cinqüenta e oito mil, quatrocentos e oito reais e cinqüenta e sete centavos), fonte de recurso Convenio Estadual nº 161/PGE/2017,** tudo conforme disposto no Edital, visando atender A Secretaria Municipal de Educação. **Cadastro das Propostas a partir do** dia 25**/04/2018** das 08h00 às 08h30 do dia **11/05/2018**. **Abertura da proposta** para disputa de lances da sessão pública, dia **11/05/2018 às 09h00, horário de Brasília. Local; www. portaldecompraspublicas.com.br, Sala da CPL.** Edital: gratuitamente, através site wwwespigaodooeste.ro.gov.br, maiores informações no Setor de Licitação. Telefone: (0xx69) 3912-8012

Espigão do Oeste - RO, 19 de Abril de 2018.

ZENILDA RENIER VON RONDON
Pregoeira
Decreto nº 3424/GP/2017

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:4F28C5E9

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Aviso de Licitação

Pregão,forma ELETRONICA Nº 022/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1460/SEMAGRIC/2018
Através da Pregoeira, torna público, que realizará na forma do disposto na Lei 10.520/2002, Decretos Federais nº3.555/00 e 5.450/05, Decreto Municipal nº 2.236/07 aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, licitação na modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA do tipo "menor preço global" por "ITEM" cujo **OBJETO É**: **CONTRAT. DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL E MUNICIPAL RURAL (dentro do estado de Rondônia E NO MUNICIPIO- ZONA RURAL)), valor estimado de R$ 92.078,06 (noventa e dois mil e setenta oito reais e seis centavos),** tudo conforme disposto no Edital, visando atender a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Cultura. **Cadastro das Propostas apartir do** dia **24/04/2018** das 08h00 às 08h30 do dia **09/05/2018**. **Abertura da proposta** para disputa de lances da sessão pública, dia **09/05/2018, às 09h00, horário de Brasília. Local; www. portaldecompraspublicas.com.br, Sala da CPL.** Edital: gratuitamente, através site wwwespigaodooeste.ro.gov.br, maiores informações no Setor de Licitação. Telefone: (0xx69) 3912-8012

Espigão do Oeste - RO, 19 de Abril de 2018.

ZENILDA RENIER VON RONDON
Pregoeira
Decreto nº 3424/GP/2017

Publicado por:
Zenilda Renier Von-Rondon
Código Identificador:17A1501B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 943/2018

LEI MUNICIPAL Nº 943/2018 16 DE ABRIL DE 2018

"*Abre ao Orçamento Fiscal, a favor da SEMEC, SEMOSP e FMS, SUPERAVIT FINANCEIRO no valor de (R$* 967.155,75*), para o fim que especifica, e dá outras providências."*

O Prefeito de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira aprovou e **Eu** sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional suplementar por **SUPERAVIT FINANCEIRO** ao Orçamento Vigente para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP e Fundo Municipal de Saúde – FMS no Valor de R$ 967.155,75 **(Novecentos e Sessenta e Sete Mil Cento e Cinquenta e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos),** para reforço das dotações orçamentarias a seguir.

02 - PODER EXECUTIVO

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
27.812 – DESPORTO COMUNITÁRIO
0010 – DESPORTO AMADOR
1017 – Const. Estádio De Futebol 1º Etapa CR805089/2014
3.3.90.93 – Indenizações e Restituições..... R$ 20.776,29

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP
15.451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
0017 - PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA
1018 – Construção da Capela Mortuária
3.3.90.93 – Indenizações e Restituições..... R$ 7.244,65

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.301 – ATENÇÃO BÁSICA
0024 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
1019– Aquis. De Equip. E Mat. Permanente Prop. 11502.951000/1160-05
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 79.500,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.301 – ATENÇÃO BÁSICA
0024 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
1020– Aquis. de Equip. e Mat. Permanente Prop. 11502.951000/1160-07
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 220.500,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.301 – ATENÇÃO BÁSICA
0024 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
2058 – Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 19.400,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.301 – ATENÇÃO BÁSICA
0024 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
2062 – Programa de Melhoria e Acesso a Qualidade - PMAQ
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 57.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 68.600,00
4.4.90.51 – Obras e Instalações..... R$ 25.000,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
0025 - MANUTENÇAO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
2064 – Manutenção da assistência farmacêutica
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 86.000,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
0025 - MANUTENÇAO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA
2065 – Manutenção da Farmácia Básica
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 31.700,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
0026 - ATENÇÃO BASICA E MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
2066 – Atenção básica e média complexidade ambulatorial e hospitalar – HPP
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 60.000,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
0027 - PROGRAMA DE VIGILANCIA EM SAUDE
2068 – Teto Financeiro Vigilância em Saúde
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 40.000,00
3.3.90.14 – Diárias – Civil..... R$ 10.000,00
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 60.000,00
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 15.000,00

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.301 – ATENÇÃO BÁSICA
0024 - PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
1021 – Incremento Temporário Do Piso De Atenção Básica - PAB
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 101.081,82

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS
10.302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
0026 - ATENÇÃO BASICA E MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR
1022 – Incremento Temporário Do Limite Financeiro – MAC
3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 65.352,99

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura dos créditos que trata o art. 1º, os decorrentes na forma do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurando em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Considerando o aprimoramento da estrutura das naturezas de receita e despesa fica o poder executivo municipal autorizado a incluir e alterar o Plano Plurianual – PPA Lei nº. 899/2017, bem como priorizar a execução na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO Lei nº. 915/2017.
§ 1º - Ficam alterados os seguintes Anexos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2018 a 2021.
Anexo II – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos.

Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

§ 2º - Ficam alterados os anexos de Metas e Prioridades da Administração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de **2018**.

Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o exercício.

Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOÃO ALVES SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PUBLICADO no Mural da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO, aos ___/___/2018, em acordo com o Decreto nº 207/GP/97, de 23 de Abril de 1.997.

LAUDEMIR B. SANTOS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Andre Santana de Landra
Código Identificador:338A59B3

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 7.090 / GP / 2018 - 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 7.090 / GP / 2018 DE 18 DE ABRIL DE 2018

"Convoca a 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Gov. Jorge Teixeira/RO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA
Art.1º Fica convocada a **CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, a realizar-se nos **dias 03 e 04 de maio de 2018**, com inicio as 19 horas do dia 03 e no dia 04 se estende das 07:30 as 18 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Gov. Jorge Teixeira.
Art. 2º A Conferência Municipal de Educação, terá como equipe organizadora, sob Coordenação do primeiro os seguintes componentes:

Coordenador
Dimilson Dias dos Santos
Membros:
Wanderlânia Santana Martins
Ortência Aparecida Souza da Silva
Leone Aparecida Cardoso da Silva
Fabiana Ferreira Tavares
Maria da Glória Araújo de Medeiros

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, aos 18 dias do mês de abril do ano de 2018.

JOÃO ALVES SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PUBLICADO no Mural da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO, aos _____/_____/2018, em acordo com o Decreto nº. 207/GP/97 de 23 de Abril de 1997.

LAUDEMIR B. SANTOS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Andre Santana de Landra
Código Identificador:E62E33D4

GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-PROCESSO N°. 700-1/SEMSAU/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO N°. 700-1/SEMSAU/2017

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2018

Constitui– se objeto deste certame **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE ATRAVÉS DO CONVÊNIO N°.836447-UNIÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, realizado sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2018,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU.

Considerando a obediência à legislação nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e dos Instrumentos que a se vinculam e com base no Artigo 7º, inciso IV, do Decreto Municipal n.º2.420/2007, de 27 de Novembro de 2007.

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, torna público para o conhecimento dos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 012/2018,** conforme constante nos autos do Processo acima em epígrafe, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE ATRAVÉS DO CONVÊNIO N°.836447-UNIÃO MINISTÉRIO DA SAÚDE**, conforme especificado no Projeto Básico e formulário padronizado de Proposta.

R E S O L V E, a favor das empresas**:**

MBR FERNANDES EPP, CNPJ: 16.845.253/0001-04 valor R$ 4.669,97 (quatro mil seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos);

ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI-EPP, CNPJ: 26.527.362/0001-29 valor R$ 11.010,00 (onze mil e dez reais);

OLMI INFORMATICA LTDA-EPP, CNPJ: 00.789.321/0001-17 valor R$ 8.707,88 (oito mil setecentos e sete reais e oitenta e oito centavos);

SILMAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 24.035.925/0001-36 valor R$ 56.980,00 (cinquenta e seis mil novecentos e oitenta reais);

JAMARI COMÉRCIO DE EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP, CNPJ: 13.287.059/0001-54 valor R$ 1.057,80 (hum mil cinquenta e sete reais e oitenta centavos);

CONCEITO HOSPITALAR EIRELI-ME, CNPJ: 23.017.842/0001-51 valor R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais);

VALOR TOTAL DE R$ 86.325,65 (oitenta e seis mil trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Congratular o Pregoeiro e sua Equipe de apoio;

2) Encaminhar para Empenho e demais providências.

Governador Jorge Teixeira/RO, 19 de Abril de 2018.

JOÃO ALVES SIQUEIRA
Prefeito

Publicado em:- -----/-------/----------

LAUDEMIR BATISTA DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Andre Santana de Landra
Código Identificador:6BA14865

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO N°. 050/GP/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 050/GP/2018
PREGÃO ELETRONICO Nº. 002/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 729-2/SEMEC/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

CNPJ: 63.761.944/0001-00

CONTRATADO: OLMI INFORMATICA LTDA-EPP

CNPJ: 00.789.321/0001-17

OBJETO: O presente **CONTRATO** tem por objeto a Aquisição de Material permanente- 01 **Multiprocessador** com Capacidade (em litros): 1000 ml. Conteúdo da Embalagem: 1 Base(motor); 4 Copos de 450ml; 4 Anéis coloridos para personalizar os copos; 4 Tampas para armazenar; 1 Copo 200ml; 2 Tampas para polvilhar; 1 Lâmina plana; 1 Lâmina dupla; 1 Jarra (1litro); 1 Filtro; 1 Pilão; 1 Tampa; 1 Sobretampa. Cor: Preto / Prata. Dimensões aproximadas do produto (cm) - AxLxP: 24x27x29cm. Funções: corta, mói, tritura, mistura, além de preparar sucos, vitaminas, purês e omeletes. Garantia do Fornecedor: 3 meses. Material lâmina: inox. Peso líq. aproximado do produto (kg): 3,09 kg. Potência (W): 260 Watts (110V); 230 Watts(220V) e Velocidades: 1 Velocidade. 1 APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTU´S - MODELO SPLIT HIGH WALL. Display digital que indica a temperatura ambiente. Comando total das operações no controle remoto. Consumo aproximado de 1100W com compressor Rotativo Filtro Anti-Ácaro, anti-fungo e anti-bactérias. Vazão de ar 600m³/h. Dimensões internas aproximadas do produto (L x A x P): 125 x 33 x 23 cm. Peso interno aproximado: 18 kg, ambos mobiliários para equipar a creche Municipal Filomena Martins de Freitas.

DO VALOR: R$: 1.660,00 (hum mil seiscentos e sessenta reais).

EMPENHO ORDINÁRIO N°: 310 e 311

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 002/2018

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Os recursos necessários para aquisição dos objetos licitados correrá por conta da seguinte programação: Projeto Atividade: 1015, Elemento de Despesa: 4.4.90.52, Ficha: 259, empenho ordinário n°.310 e 311, Convênio n°.701357/2011/FNDE-PROINFÂNCIA.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, à partir da data da assinatura do mesmo.

Governador Jorge Teixeira/RO, 18 de Abril de 2018.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
JOAO ALVES SIQUEIRA
Prefeito
Contratante

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
LEONE APARECIDA CARDOSO DA SILVA
Secretária M. de Educação
Contratante

Olmi Informatica LTDA-EPP
HOLMES HENRIQUE IORIS
Sócio Representante
Contratada

Publicado por:
Andre Santana de Landra
Código Identificador:91ABF4F4

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO N°. 051/GP/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 051/GP/2018
PREGÃO ELETRONICO Nº. 002/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 729-2/SEMEC/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

CNPJ: 63.761.944/0001-00

CONTRATADO: A.PAZINATO MARINGA-ME

CNPJ: 04.352.905/0001-81

OBJETO: tem por objeto a Aquisição de Materiais permanente- 10 Cadeira Estofada Fixas (para crianças de 05 a 06 anos) com braços, espaldar médio, assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, espuma de poliuretano injetada em densidade de 40 a 50kg/m³, com apoio dorso lombar, com capa de polipropileno antialérgico em alta resistência a propagação de rasgos além de baixa deformação. Solidez à luz classe 5, pilling padrão 5, peso 280/290g/m, base em aço, pintura em epóxi pó na cor preta, encosto fixo, revestimento em tecido fogo retardante, na cor azul. Braços fixos e apoia braços em poliuretano. Medidas 580 mm de largura x 580 mm de profundidade x 900/1000 mm de altura. OBS: as poltronas devem ter a certificação da ABNT 13.962 e ter garantia de 5(cinco)anos. 02- Conjunto de lixeira coleta seletiva em fibra de vidro cap.50L. Todos os produtos devem ser fabricados em aço eletro galvanizado; material diferenciado do aço comum, devido um processo de galvanização que permite uma durabilidade e qualidade apuradas na fabricação dos produtos. A pintura final deverá ser a pó eletrostática que garante uma proteção contra ferrugem e corrosão.01- Balança de prato com capacidade para 15 kg, Modelo: Digital com Bateria e memorização e subtração automática da tara Capacidade: 15 kg, Dimensões mínimas do prato: 383 x 248 mm, Dimensões finais: 105 x 305 x 280 mm, Alimentação: 110 - 220 Vca com variação máxima de -15% a +10% - 50/60 hz Bateria recarregável, que avisa quando a carga está se esgotando, autonomia para 80 horas, e recarregador de bateria com seletor de voltagem 110/220V. Visor de cristal líquido garantindo perfeita visualização mesmo em ambientes de iluminação intensa; Prato retangular com borda, em material plástico, que amplia a área de pesagem e garante total segurança na operação com mercadorias a granel. 01- ESPREMEDOR DE FRUTAS semi - industrial de inox. Bica e tampa em alumínio. Design industrial. Potência: 1/3 HP. Velocidade: 1.750 RPM. Voltagem: bivolt. Dimensões aproximadas: 7,5x34,8x7,5cm AxLxP) e Peso aproximado: 4,4kg. Ambos mobiliários para equipar a creche Municipal Filomena Martins de Freitas.

DO VALOR: R$ 4.627,00 (quatro mil seiscentos e vinte e sete reais)

EMPENHO ORDINÁRIO N°: 312

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO Nº. 002/2018

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Os recursos necessários para aquisição dos objetos licitados correrá por conta da seguinte programação: Projeto Atividade: 1015, Elemento de Despesa: 4.4.90.52, Ficha: 259, empenho ordinário n°.312 Convênio n°.701357/2011/FNDE-PROINFÂNCIA.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, à partir da data da assinatura do mesmo.

Governador Jorge Teixeira/RO, 18 de Abril de 2018.

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
JOAO ALVES SIQUEIRA
Prefeito
Contratante

Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira
LEONE APARECIDA CARDOSO DA SILVA
Secretária M. de Educação
Contratante

A.pazinato Maringa-ME
ANTONIO PAZINATO
Proprietário
Contratada

Publicado por:
Andre Santana de Landra
Código Identificador:40F1E4C6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.436/GAB-PREF/18

CÍCERO ALVES DE NORONHA FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia o uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 62, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º. - **EXONERA** a servidora, a seguir relacionada, da Administração Municipal, lotados na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, sendo ela:

SERVIDOR	CARGO	ESCOLA	A PARTIR DE	OBS
Rosilene Alves da Cunha	Secretária	**EMEI. Bader Massud Jorge**	18/04/2018	Função Gratificada

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura**,** revogam-se as disposições contrárias, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 18 de Abril de 2018.

CICERO ALVES DE NORONHA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:EFDBB503

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.430/GAB-PREF/18

CÍCERO ALVES DE NORONHA FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia o uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 62, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º. Exonera por Concessão do benefício da Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição a servidora ***SONIA MARIA PEREIRA*** funcionária pública efetiva, regime jurídico estatutário, do cargo que ocupa na Administração Municipal de ***PROFESSORA 40 HORAS, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.***
Parágrafo único – Na forma da Lei fica declarada a vacância do cargo.
Art. 2º - A concessão está fundamentada nos termos do art. 6º da EMC 41/2003 c/c Art. 16 I, II, III da Lei Municipal nº 1.555/GAB/PREF/ de 13 de julho de 2012, que rege a previdência municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, **com efeito retroativo a 01/04/2018**, publique- se.

Palácio Pérola do Mamoré, 16 de Abril de 2018.

CICERO ALVES DE NORONHA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:D7A604EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11.430/GAB-PREF/18

CÍCERO ALVES DE NORONHA FILHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia o uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 62, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art. 1º. Exonera por Concessão do benefício da Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição a servidora ***SONIA MARIA PEREIRA*** funcionária pública efetiva, regime jurídico estatutário, do cargo que ocupa na Administração Municipal de ***PROFESSORA 40 HORAS, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.***
Parágrafo único – Na forma da Lei fica declarada a vacância do cargo.
Art. 2º - A concessão está fundamentada nos termos do art. 6º da EMC 41/2003 c/c Art. 16 I, II, III da Lei Municipal nº 1.555/GAB/PREF/ de 13 de julho de 2012, que rege a previdência municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, **com efeito retroativo a 01/04/2018**, publique- se.

Palácio Pérola do Mamoré, 16 de Abril de 2018.

CICERO ALVES DE NORONHA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:BE473BF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTE VOLUNTÁRIO PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ASSISTENTE VOLUNTÁRIO PARA ATUAREM NO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO, no uso de suas atribuições legais convoca as candidatas abaixo relacionadas classificadas no Processo Seletivo Simplificado de Assistentes de Alfabetização Voluntários para o Programa Mais Alfabetização, de acordo com o Edital 001/2018, a se apresentarem nesta secretaria, no dia **19 de abril de 2018** (quinta-feira), às 13 horas.

POSIÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
8º	001	Geniane Lôbo Mercado
9º	017	Edilce Nascimento de Oliveira
10º	071	Wilksandra Araújo Soares
11º	002	Glauciene Alves de Paiva

Guajará-Mirim, 19 de abril de 2018.

PROF.ª MARIA TEREZA CRESPO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação
Decreto n.º 10.478/GAB.PREF/17

Publicado por:
Joaquim Antônio Silva Santos
Código Identificador:51FAE465

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
16ª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS (AS) HABILITADOS E CLASSIFICADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 001/2017

Convoca os candidatos(as) habilitado e classificado (a) nos cargos contemplados no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº. 001/2017, para preenchimento da vaga.

O Município de Itapuã do Oeste, Estado de Rondônia, representado pelo Prefeito Excelentíssimo Sr. Moisés Garcia Cavalheiro, no uso de suas atribuições legais, torna pública a chamada de candidato (a) HABILITADO classificado (a) para a Contratação Temporária no cargo especificado, para comparecer no dia **24/04/2018**, as 08h00min no prédio sede da Prefeitura do Município de Itapuã do Oeste, para preenchimento das vagas, observando os itens pertinentes do Edital nº. 001/2017. A relação de candidato convocado está contida no anexo único desta.

Após a reunião (**24/04/2018**), o convocado (a) deverá entregar ao Setor de Recursos Humanos, localizado Sede da Prefeitura o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).

O candidato (a) deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos, munido (a) dos documentos relacionados no anexo II do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017, descritos abaixo, até dia **25/04/2018**, para assinatura do contrato.

02 cópias do RG
02 cópias do CPF
01 cópia de Título Eleitoral
01 cópia da Carteira de Trabalho (Copia da Pagina com foto e Verso)
01 cópia do Numero de PIS – ou PASEP
01 cópia do Certificado de Reservista
01 cópia do Certificado de Escolaridade
Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (Obrigatório somente para o cargo de Motorista CNH – D qualificado e portando os cursos necessários para sua área de atuação)
Declaração de Nada Consta De CNH emitido pelo DETRAN/RO (Obrigatório somente para o cargo de Motorista CNH – D qualificado e portando os cursos necessários para sua área de atuação)
01 cópia da Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento
01 cópia da Certidão Nascimento e CPF dos Filhos Menor de Idade
Cartão de vacina atualizado até os 7 anos de idade
Declaração Escolar (menor de 14 anos).
Certidão Negativa do Tribunal Superior Eleitoral
Comprovante de Residência Atualizado
Certidão Negativa Tribunal de Contas
Certidão Negativa de Tributos Municipais
Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Certidão Cível e Criminal
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Policia Federal (http://www.pf.gov.br)
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO
Grupo Sanguíneo e Fator RH
01 foto ¾
Nº Conta Salário Operação 037 – Caixa Econômica Federal /Ag. Nações Unidas ou Conta Corrente Ag. 1294 – Bradesco S.A
Declaração de Bens e Rendas – SIGAP TCE/RO
Declaração de Vinculo Empregatício – (RH)

O candidato (a) que não comparecer no local, data e horário especificado será considerado DESISTENTE.

Itapuã do Oeste/RO, 19 de Abril de 2018.

MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO
Prefeito do Município de Itapuã do Oeste/RO

ANEXO ÚNICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2017

LISTA DE CANDIDATO HABILITADO E CLASSIFICADO

ASSISTENTE SOCIAL - SEMTAS

ASSISTENTE SOCIAL - SEMTAS			
Classificação	**Inscrição**	**Nome**	**Cargo**
6º	155	Flaviana Teles de Oliveira	ASSISTENTE SOCIAL

PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA – 40H

PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA – 40H			
Classificação	**Inscrição**	**Nome**	**Cargo**
20º	142	Maria Rita Lemos de Pontes	**Professor Com Licenciatura Plena Em Pedagogia – 40h**
21º	147	Daiane Silva e Silva	**Professor Com Licenciatura Plena Em Pedagogia – 40h**

Itapuã do Oeste, 19 de Abril de 2018.

MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO
Prefeito do Município de Itapuã do Oeste/RO

Publicado por:
Maria Elizangela da Silva do Carmo
Código Identificador:DDFA4432

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARÚ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Processo nº 1-1499/2018

DECISÃO

1 - DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO, o princípio da legalidade, onde a licitação está sujeita aos ditames da legislação que rege a matéria, que estabelece uma sequência lógica de atos administrativos.

CONSIDERANDO, o princípio da moralidade, onde a Administração deve pautar os seus atos por padrões de ética e de honestidade.

CONSIDERANDO, o princípio da supremacia do interesse público, onde a administração existe para a realização dos fins previstos em lei, cujo interesse representa conveniências e necessidades da própria sociedade, e não privadas. Assim, havendo conflito entre o coletivo e o individual, reconhece-se a predominância do primeiro. As leis administrativas exprimem a posição de superioridade do público sobre o particular.

CONSIDERANDO, o princípio da indisponibilidade do interesse público, onde administrar é realizar uma atividade de zelo pelos interesses públicos e não cabe à Administração deles dispor. As pessoas administrativas não têm, portanto, disponibilidade sobre os interesses públicos confiados a sua guarda e realização.

CONSIDERANDO, o princípio da razoabilidade, do qual exige que os atos não sejam apenas praticados com respeito às leis, mas que também contenham uma decisão razoável. Sempre deve haver uma razoabilidade, adequação, proporcionalidade entre as causas que estão ditando o ato e as medidas que vão ser tomadas.

CONSIDERANDO, o princípio da eficiência (introduzido pela Emenda Constitucional 19) – o qual obriga a Administração Pública a desenvolver mecanismos para o exercício de uma atividade administrativa célere e com qualidade.

2 – DOS FATOS

A empresa KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, CNPJ: 08.440.584/0001-28, apresentou impugnação ao edital do Pregão Eletrônico Nº 038/PMJ/2018. Como fundamento, alegou que o problema havido no presente edital concentra-se na exigência de que o veículo tenha "(...) Distância entre eixos de no mínimo 4.800mm".

Logo, a empresa pugnou modificação do Edital para requerer a sua alteração, e consequente modificação com o objetivo de constar na descrição ""(...) Distância entre eixos de no mínimo 4.200mm", nos itens específicos, os quais ela é representante da fabricante.

Por fim, solicitou alteração do prazo de entrega da licitação, manifestando que o prazo ideal de entrega para essa licitação seria de 120 dias.

3 – DA DECISÃO

É o relatório, decido.

Quanto as exigências técnicas descritas no termo de referência, estão em plena consonância com as normas e princípios que regem a matéria, bem como não restringem a competividade do certame licitatório.

Agora, não pode a administração pública, representante direta do interesse público se vincular a uma marca só porque ela não atende ao edital. Ora, a decisão da fabricante em produzir um tipo de modelo é algo singular e pertencente a livre iniciativa privada. Porém também existe outras fabricantes no mercado, as quais atendem o interesse coletivo que a Prefeitura representa. Logo, não pode o interesse singular sobrepor o coletivo.

Desde já, por haver no mercado vários veículos, os quais atendem o edital, é desarrazoado afirmar que a descrição é direcionada a uma marca. Pois caso a descrição também atendesse o impugnante, o veículo dele seria contemplado por essa afirmativa, sendo que o pregão eletrônico visa a compra de bens comuns, o descritivo deve ser de fácil entendimento e compreensão do que a administração deseja adquirir, a consequência então são as marcas se enquadrarem ao edital e não apenas uma.

Nesse contexto, as exigências técnicas descritas no edital e seus anexos, serão efetivamente mantidas, visto que não foram demonstradas irregularidades capazes de macular o procedimento licitatório.

Indefiro a impugnação em parte, ou seja, quanto a especificação do veículo não merece prosperar o mérito do impugnante. Por fim, sejam os autos encaminhados para a secretaria demandante, com vista a uma alteração (ampliação) do prazo de entrega.

Após, republique-se o certame, com novo prazo mínimo de oito dias úteis, conforme dispositivos legais pertinentes a modalidade licitatória Pregão.

Publica-se e cumpra-se.

Jaru, quarta-feira, 18 de abril de 2018.

HIAGO LISBOA CARVALHO
1º Pregoeiro
Portaria nº 077/GP/2017

Publicado por:
Hiago Lisboa Carvalho
Código Identificador:39A85A29

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO

Processo nº 1-1479/2018

DECISÃO

1 - DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO, o princípio da legalidade, onde a licitação está sujeita aos ditames da legislação que rege a matéria, que estabelece uma sequência lógica de atos administrativos.

CONSIDERANDO, o princípio da moralidade, onde a Administração deve pautar os seus atos por padrões de ética e de honestidade.

CONSIDERANDO, o princípio da supremacia do interesse público, onde a administração existe para a realização dos fins previstos em lei, cujo interesse representa conveniências e necessidades da própria sociedade, e não privadas. Assim, havendo conflito entre o coletivo e o individual, reconhece-se a predominância do primeiro. As leis administrativas exprimem a posição de superioridade do público sobre o particular.

CONSIDERANDO, o princípio da indisponibilidade do interesse público, onde administrar é realizar uma atividade de zelo pelos interesses públicos e não cabe à Administração deles dispor. As pessoas administrativas não têm, portanto, disponibilidade sobre os interesses públicos confiados a sua guarda e realização.

CONSIDERANDO, o princípio da razoabilidade, do qual exige que os atos não sejam apenas praticados com respeito às leis, mas que também contenham uma decisão razoável. Sempre deve haver uma razoabilidade, adequação, proporcionalidade entre as causas que estão ditando o ato e as medidas que vão ser tomadas.

CONSIDERANDO, o princípio da eficiência (introduzido pela Emenda Constitucional 19) – o qual obriga a Administração Pública a desenvolver mecanismos para o exercício de uma atividade administrativa célere e com qualidade.

2 – DOS FATOS

A empresa KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, CNPJ: 08.440.584/0001-28, apresentou impugnação ao edital do Pregão Eletrônico Nº 037/PMJ/2018. Como fundamento, alegou que o problema havido no presente edital concentra-se na exigência de que o veículo tenha "capacidade PBT 23.000 kg".

Logo, a empresa pugnou modificação do Edital para requerer a sua alteração, e consequente modificação com o objetivo de constar na descrição "com capacidade PBT 22.000 kg", nos itens específicos, os quais ela é representante da fabricante.

Por fim, solicitou alteração do prazo de entrega da licitação, manifestando que o prazo ideal de entrega para essa licitação seria de 90 dias.

3 – DA DECISÃO

É o relatório, decido.

Quanto as exigências técnicas descritas no termo de referência, estão em plena consonância com as normas e princípios que regem a matéria, bem como não restringem a competividade do certame licitatório.

Agora, não pode a administração pública, representante direta do interesse público se vincular a uma marca só porque ela não atende ao edital. Ora, a decisão da fabricante em produzir um tipo de modelo é algo singular e pertencente a livre iniciativa privada. Porém também existe outras fabricantes no mercado, as quais atendem o interesse coletivo que a Prefeitura representa. Logo, não pode o interesse singular sobrepor o coletivo.

Desde já, por haver no mercado vários veículos, os quais atendem o edital, é desarrazoado afirmar que a descrição é direcionada a uma marca. Pois caso a descrição também atendesse o impugnante, o veículo dele seria contemplado por essa afirmativa, sendo que o pregão eletrônico visa a compra de bens comuns, o descritivo deve ser de fácil entendimento e compreensão do que a administração deseja adquirir, a consequência então são as marcas se enquadrarem ao edital e não apenas uma.

Nesse contexto, as exigências técnicas descritas no edital e seus anexos, serão efetivamente mantidas, visto que não foram demonstradas irregularidades capazes de macular o procedimento licitatório.

Indefiro a impugnação em parte, ou seja, quanto a especificação do veículo não merece prosperar o mérito do impugnante. Por fim, sejam os autos encaminhados para a secretaria demandante, com vista a uma alteração (ampliação) do prazo de entrega.

Após, republique-se o certame, com novo prazo mínimo de oito dias úteis, conforme dispositivos legais pertinentes a modalidade licitatória Pregão.

Publica-se e cumpra-se.

Jaru, quarta-feira, 18 de abril de 2018.

HIAGO LISBOA CARVALHO
1º Pregoeiro
Portaria nº 077/GP/2017

Publicado por:
Hiago Lisboa Carvalho
Código Identificador:855A98B7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **1-95/2017**.
PREGÃO ELETRÔNICO N° **020/PMJ-SRP/2017**.
DATA DA SESSÃO VIRTUAL: **09/03/2017, ÀS 09H00MIN (BSB) SUSPENSO**
LOCAL DA SESSÃO: **LICITANET (www.licitanet.com.br)**

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro do Município de JARU-RO, no uso de suas atribuições legais, e conforme determinação constante da Lei Federal nº 8.666/93.

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Considerando ainda que, houve desligamento do ilustríssimo pregoeiro Silmar Lacerda Soares, o qual deixou o pregão em epígrafe suspenso, pois o referido servidor público foi transferido para o Instituto de Previdência de Jaru (IPJ).

Considerando, ainda, que de acordo com o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho em sua obra intitulada Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pág. 401, 9ª edição, Ed. Dialética, São Paulo, 2002, em que preleciona: *"A Administração mantém permanentemente a faculdade de revisar os próprios atos, até mesmo de ofício... (omissis) ..."*.

DECIDE:

A bem do interesse público e tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, **REVOGO** o certame licitatório objeto do Pregão Eletrônico nº 020/PMJ/2017, nos termos da Súmula 473 do STF.

Súmula 473 do STF:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou

revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Jaru/RO, quinta-feira, 19 de abril de 2018.

Publique-se.

HIAGO LISBOA CARVALHO
Pregoeiro
Portaria nº 077/GP/2017

Publicado por:
Hiago Lisboa Carvalho
Código Identificador:1873563E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **1-548/2017**.
PREGÃO ELETRÔNICO N° **021/PMJ-SRP/2017**.
DATA DA SESSÃO VIRTUAL: **09/03/2017, ÀS 11H00MIN (BSB) SUSPENSO**
LOCAL DA SESSÃO: **LICITANET (www.licitanet.com.br)**

DESPACHO DECISÓRIO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro do Município de JARU-RO, no uso de suas atribuições legais, e conforme determinação constante da Lei Federal nº 8.666/93.

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Considerando ainda que, houve desligamento do ilustríssimo pregoeiro Silmar Lacerda Soares, o qual deixou o pregão em epígrafe suspenso, pois o referido servidor público foi transferido para o Instituto de Previdência de Jaru (IPJ).

Considerando, ainda, que de acordo com o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho em sua obra intitulada Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pág. 401, 9ª edição, Ed. Dialética, São Paulo, 2002, em que preleciona: *"A Administração mantém permanentemente a faculdade de revisar os próprios atos, até mesmo de ofício... (omissis) ..."*.

DECIDE:

A bem do interesse público e tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, **REVOGO** o certame licitatório objeto do Pregão Eletrônico nº 021/PMJ/2017, nos termos da Súmula 473 do STF.

Súmula 473 do STF:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Jaru/RO, quinta-feira, 19 de abril de 2018.

Publique-se.

HIAGO LISBOA CARVALHO
Pregoeiro
Portaria nº 077/GP/2017

Publicado por:
Hiago Lisboa Carvalho
Código Identificador:1788D096

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU-RO, através da Comissão Permanente de Licitação e Comissão de Pregão Eletrônico, AVISA aos interessados a Suspensão "*sine die",* do **Pregão Eletrônico nº. 037/PMJ/2018,** Processo Administrativo nº. 1-1479/2018, tendo como objetivo: Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de **Aquisição de Veículos Utilitários, Caminhões e Maquinas Agrícola,** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, no dia 11 de abril de 2018, nº. 2184. Nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02 e da Lei Federal nº. 8.666/1993 encontra-se SUSPENSO, para adequação no Termo de Referência quanto ao prazo de entrega dos veículos. Informações no endereço no rodapé afirmado, bem como pelo telefone (69) 3521-6993, e-mail: cpl@jaru.ro.gov.br.

Jaru, quarta-feira, 19 de abril de 2018.

HIAGO LISBOA CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Ivanilda Lucas de Andrade.
Código Identificador:1883F99C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU-RO, através da Comissão Permanente de Licitação e Comissão de Pregão Eletrônico, AVISA aos interessados a Suspensão "*sine die",* do **Pregão Eletrônico nº. 038/PMJ/2018,** Processo Administrativo nº. 1-1499/2018, tendo como objetivo: Registro de Preços Para Eventual e Futura ***Aquisição de Ônibus e Micro-Ônibus,*** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, no dia 11 de abril de 2018, nº. 2184. Nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02 e da Lei Federal nº. 8.666/1993 encontra-se SUSPENSO, para adequação do Termo de Referência quanto ao prazo de entrega dos ônibus. Informações no endereço no rodapé afirmado, bem como pelo telefone (69) 3521-6993, e-mail: cpl@jaru.ro.gov.br.

Jaru, quarta-feira, 19 de abril de 2018.

HIAGO LISBOA CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Ivanilda Lucas de Andrade.
Código Identificador:B53555FD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE NOMEAÇÃO N.º 0515/GP/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARU, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municípal.

D E C R E T A

Art. 1º - NOMEAR - LEON PEDRO FERNANDES DIAS, para o cargo de CHEFE DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO E ESTRADAS-SEMINFRAM, da Prefeitura Municipal de Jaru, portador do RG nº 567507 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº 365.376.836-53, residente neste Município de Jaru.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a data de 19 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito do Município de Jaru/RO, em 19 de abril de 2018.

JOÃO GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Jaru

Publicado por:
Esmeralda Hayara Martins Amado
Código Identificador:C022788F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 10638/GP/2018

DEMITI DO QUADRO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JARU, O SERVIDOR ELVIS SILVA CARMO

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARU, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 34, inciso I, Lei Orgânica Municípal.

CONSIDERANDO o relatório final expedido pela Comissão Permanente de Processos Administrativo Disciplinar (PAD), dos autos nº 4089/2017 apensado ao 1270/2018 acostado as fls. 105/110, o qual sugeriu pela aplicação da Pena de DEMISSÃO.

CONSIDERANDO o parecer jurídico, acostado as fls. 111/115, o qual se manifesta favoravelmente ao acolhimento da conclusão constante no relatório final da comissão acima citada.

DECRETA

Art. 1o – Fica DEMITIDO do quadro de Servidores Estatutários do Município de Jaru, o servidor público ELVIS SILVA CARMO, Assistente Administrativo., matrícula 13888-1, CPF: 807.061.932-53 tudo em conformidade com Processo Administrativo Disciplinar n.º 1-4089/2017.

Art. 2o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Jaru/RO, em 19 de abril de 2018.

JOÃO GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Jaru

Publicado por:
Esmeralda Hayara Martins Amado
Código Identificador:BDB95E95

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE JARU

IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob no 04.082.624-0001-56, com sede na Cidade e Comarca de Jaru, Estado de Rondônia, situado na Rua Ricardo Cantanhede, nº 814, Bairro Liberdade, por seu representante legal abaixo assinado, pelo presente, **DECLARO que, doei** incondicionalmente e por livre e espontânea vontade, sem quaisquer restrições ou exigências quanto a efeitos patrimoniais e financeiros, ao Município de Jaru pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 04.279.238/0001-59, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente- SEMINFRAM, conforme descrito abaixo:

Jaru/RO, 18 de abril de 2018.

PRODUTO	QUANTIDADE
CARROCERIA FECHADA FACCHINI	1

O bem de uso permanente está acompanhado da Nota Fiscal Nº 001.012.870, com natureza da operação DOAÇÃO, conforme cópia que segue em anexo.

IRMÃOS GONÇALVES COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

JEVERSON LUIZ DE LIMA
Secretário Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente SEMINFRAM

Publicado por:
Esmeralda Hayara Martins Amado
Código Identificador:4F68475A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE CONVOCAÇÃO 013-SEMUSA/2018
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

PROCESSO N.º 3173/SEMUSA/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARU, ESTADO DE RONDÔNIA, TORNA – SE PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE TODOS E A QUEM POSSA INTERESSAR A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORÁRIA PARA OS CARGOS CONSTANTES NO EDITAL 003-SEMUSA/2017 – MÉDICO OBSTETRA 40H, MÉDICO OBSTETRA 20H, MÉDICO ANESTESISTA 40H, ENFERMEIRO ESF 40H, ENFERMEIRO HOSPITAL 40H E FONOAUDIÓLOGO 40H.

Conforme abaixo relacionados que deverão COMPARECER COM URGÊNCIA na GERENCIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU, localizado na Rua Raimundo Catanhede, 1080, Setor 02 - Jaru/RO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

JARU, 19 DE ABRIL DE 2018.

JOÃO GONÇALVES SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

TATIANE DE ALMEIDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Saúde

FONOAUDIÓLOGO 40 HORAS

ORD	NOME	INSCRIÇÃO	NOTAS
3	FABRÍCIO DE MELO CAMPOS	002	10
4	LAIS CAROLINE HONORATO F. DA SILVA	001	10

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Para o ato da contratação serão exigidos os documentos comprobatórios originais acompanhados das respectivas cópias ou apresentar cópias autenticadas dos seguintes documentos:
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de Quitação Eleitoral;
- Certificado de Quitação do Serviço Militar (para o sexo masculino);
- PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certidão de Nascimento ou casamento;
- Comprovante de escolaridade compatível com o cargo;
- Certidão de nascimento dos filhos menores, com caderneta de vacinação (para os menores de 06 anos) e comprovante de escolaridade (até 14 anos);
- Declaração de bens reconhecida em cartório;
- Carteira de órgão de classe ou conselho competente;
- Certidão negativa de ações cíveis e criminais (estadual);
- Certidão negativa de ações cíveis e criminais (federal);
- Certidão negativa da Fazenda estadual;
- Certidão negativa da SEMFAZ - Secretaria da Fazenda do Município de Jaru;
- Comprovante de conta corrente;
- Comprovante de Residência (água, energia, telefone ou declaração);

- Declaração de não acumulação de cargo público e/ou acumulação legal com firma reconhecida em cartório, conforme anexo III deste edital;
- 1 foto recente 3x4;
- atestado médico admissional - ASO.

Publicado por:
Tatiane de Almeida Domingues
Código Identificador:4E4A7305

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 09/IMPREV/2018

A Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO através de sua Pregoeira torna público, o resultado do certame Licitatório Pregão Presencial nº 09/IMPREV/2018, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS PARA ATENDER OS SERVIDORES MUNICIPAIS SEGURADOS PELO IMPREV** para atender a IMPREV - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MACHADINHO D'OESTE-RO através do Processo Administrativo nº 020/2018. Tendo sido declarada como VENCEDORA a Empresa**: BARBARA ALVES OLIVEIRA FRAGA ME** CNPJ nº 20.529.231/0001-02 no valor total de R$ 19.780,00 (Dezenove mil setecentos e oitenta reais).

Machadinho D'Oeste - RO, 19/04/2018

RAQUEL DE MORAES
Pregoeira

Publicado por:
Sirlene Aparecida Galani
Código Identificador:4003FCA4

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSAO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/SEMED/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 995/2018.
OBJETO:Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Transporte Escolar, com fornecimento de Condutores e Monitores, conforme descrito no Termo de Referencia.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria nº 518/2017, de 15 de agosto de 2017, torna público aos interessados e em especial às empresas que retiraram o Edital da licitação em epígrafe, que o certame licitatório está SUSPENSO "SINE DIE", a pedido do órgão de origem, devido aos pedidos de IMPUGNAÇÕES/ESCLARECIMENTOS. Solicitamos a todos que acompanhem as publicações de reabertura do certame, que serão realizadas através dos meios de publicações sendo eles: DOU/Diário Oficial da União, DOE/Diário Oficial do Estado, MURAL/QUADRO de Avisos desta Prefeitura, AROM – Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, PORTAL DA TRANSPARENCIA do Município de Machadinho D'Oeste e Sistema Comprasnet.

Machadinho D'Oeste - RO, 19/04/2018.

RAQUEL DE MORAES
Pregoeira

Publicado por:
Sirlene Aparecida Galani
Código Identificador:77A0DD58

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 04/IMPREV/2018 - DESERTO

A Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste - RO, pelo fato de não comparecimento de fornecedores no Pregão Presencial n° 04/IMPREV/2018, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JUNTA MÉDICA COMPOSTA POR TRES MÉDICOS PERITOS PARA ATENDER OS SERVIDORES MUNICIPAIS SEGURADOS PELO IMPREV, valor Previsto R$ 7.968,75 (Sete mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), processo Administrativo n° 021/2018 para atender o IMPREV - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MACHADINHO D'OESTE-RO, com abertura prevista para as 09:30hrs do dia 19/04/2018 foi declarado como **PREGÃO DESERTO**. Maiores informações poderão ser adquiridas na Sala da CPL de segunda a quinta-feira das 07:30hrs as 11:30hrs / 13:30hrs as 17:30hrs e nas sextas-feiras das 07:30hrs às 13:30hrs na Av. Castelo Branco nº 3150 Centro, pelo Fone (69) 3581-3723 ramal 203 ou e-mail: cpl.machadinho@hotmail.com.

Machadinho D'Oeste - RO, 19/04/2018

RAQUEL DE MORAES
Pregoeira

Publicado por:
Elisangela Alves Souza
Código Identificador:057BC5C2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 843/2018

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A FIRMAR CONVÊNIO COM A PROMOVIDA (ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA VIDA, DIGNIDADE E ESPERANÇA DO ANCIÃO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRANTE DA SERRA-RO, FAÇO saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a **PROMOVIDA (ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA VIDA, DIGNIDADE E ESPERANÇA DO ANCIÃO)**, inscrita no CNPJ nº 05.912.072/0001-29, estabelecida na Rua Maíra, s/n, Bairro Sapolândia, CEP 76.920-000, Ouro Preto do Oeste-RO, objetivando o repasse de recursos financeiros na ordem de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para custear despesas com pessoal, encargos, materiais de expediente e outros serviços.

Parágrafo único – O valor será repassado em nove parcelas mensais de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme instrumento de convênio.

Art. 2º - As condições da relação entre o Município e o conveniado, bem como as obrigações das partes, constarão de termo de convênio a ser celebrado.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei ficam a cargo da seguinte programação 08.244.0031.2054 - elemento de despesa 3.3.50.43.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mirante da Serra, 16 de abril de 2018.

ADINALDO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dhessica Souza Abel
Código Identificador:83FD7FD6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2208/2018

19 de Abril de 2018

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação no exercício vigente, com criação de Projeto/Ação, visando à aquisição de Equipamentos e Material Permanente na ordem de R$ 190.000,00 e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na lei 844 de 18 de abril de 2018, considerando o que dispõe a Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000;
DECRETA

Art. 1º. Fica Autorizado a abertura de crédito especial na Lei Orçamentária Anual, com criação de Programação e Elementos de Despesas no valor de ***R$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais)***, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.08.00	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
10.302.0022.1.061	PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4. 4.90.52 – F	Equipamentos e Material Permanente	190.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL		**190.000,00**

Art. 2º. Para dar cobertura orçamentária e financeira ao Credito Especial citado no artigo anterior, serão utilizados recursos assegurados através da proposta 06016.618000/1170-04, objetivando a aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Unidade Mista de Saúde Samuel Marques dos Santos, na ordem de **R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)**

Art. 3º - Em decorrência do disposto nos artigos anteriores e das necessidades apresentadas fica alterado o detalhamento da programação financeira e orçamentária aprovado para o exercício de 2018.
Art. 4º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

ADINALDO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:E819BAEE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2209

19 de Abril de 2018.

"Dispõe sobre a transferência por Anulação e Suplementação de dotação no exercício vigente, na ordem de R$ 40.000,00 e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 7º da Lei 830 de 26 de Dezembro de 2017 c/c art. 1º da Lei nº 677 de 28 de maio de 2014, (regulamenta remanejamento, transposição e transferência), considerando os fundamentos que dispõe a Lei Federal 4320/64 e Lei Complementar 101/2000 e Memorando 086/SEMOSP/2018;

DECRETA

Art. 1º. Fica Autorizado a efetuar adequação na LOA, por transferência via Anulação dentro das mesmas ações no valor de ***R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)***, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.06.00	**SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
15.452.0013.2.027	MELHORIA DAS VIAS PUBLICAS E CEMITÉRIO	
3.3.90.39 - 128	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	15.000,00
26.782.0014.2.028	MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, ABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS E CHÁCARAS	
3.3.90.30 - 129	Material de Consumo	25.000,00
TOTAL DA TRANSFERÊNCIA		**40.000,00**

Art. 2º. Fica Autorizado a efetuar adequação na LOA, via Anulação dentro das mesmas ações no valor de ***R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)***,visando a cobertura de transferência, conforme classificação funcional, programática e econômica a seguir:

CÓDIGO	HISTÓRICO	VALOR
02.00	EXECUTIVO	
02.06.00	**SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
15.452.0013.2.027	MELHORIA DAS VIAS PUBLICAS E CEMITÉRIO	
3.3.90.30 - 127	Material de Consumo	15.000,00
26.782.0014.2.028	MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, ABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS E CHÁCARAS	
3.3.90.39 - 130	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO		**40.000,00**

Art. 3º. O valor total a ser anulado para a cobertura do presente decreto é de ***R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)***,

Art. 4º. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação;

ADINALDO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:C1A83B82

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2018

CELEBRAÇÃO: 19/04/2018
PARTE: Município de Mirante da Serra
CONTRATADA: Supermercado Andrade Mirante Ltda ME
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de **Alimentos da categoria – secos e molhados, material de limpeza, higienização, copa e cozinha e outros**, para atender o Centro de Referência de Assistência Social sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social**.**
INTERVENTE: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.
PRAZO: O prazo de Vigência será de 04 (quatro), contados a partir do dia 19 de abril de 2018.
O VALOR GLOBAL: R$ 5.188,00 (cinco mil e cento e oitenta e oito reais).
NOTAS DE EMPENHOS: 109/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 919-15/2017.

ADINALDO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelly Oliveira da Cunha Santos
Código Identificador:45899BF3

GABINETE DO PREFEITO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA ELAINE LUGÃO ALVES

PROPONENTE:

Nome:	**CLEIDE COLETA FERREIRA**
Cargo, Função ou Emprego:	**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

PROPOSTA:

Nome:	**ADINALDO DE ANDRADE**		
Cargo, Função ou Emprego:	**PREFEITO**	Mat:1796	
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	**100624**	Expedida por:	**SESDEC/ RO.**
LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO: até a cidade de Porto Velho - RO, nos dias 23 e 24 de			

Abril de 2018, irá ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia participar de uma audiência de Conciliação sobre precatórios do Município de Mirante da Serra – RO., no dia 23 de Abril de 2018 ás 10h00min juntamente com a Procuradora Jurídica Senhora ELAINE LUGÃO ALVES e o Superintendente de Gestão Senhor SÉRGIO MASSARONI, (Pedido de Providências do Processo número 0000327-29.2018.8.22.0000 publicado do diário da Justiça no dia 28.03.2018 anexo a este), no dia 24 de Abril de 2018 irá na FUNASA juntamente com o Superintendente de Gestão Senhor SÉRGIO MASSARONI e acompanhar a Engenheira Ambiental/Sanitarista/Segurança do Trabalho a Senhora ELAINE VILAS BOAS, onde irão tratar de assuntos referente a finalização das adequações do Projeto de Saneamento Básico. Na Assembléia Legislativa nos Gabinetes dos deputados EDSON MARTINS, LAERTE GOMES, MARCELINO TENÓRIO e MAURÃO DE CARVALHO tratar de assuntos referente a emendas parlamentares pleiteadas para este Município, na SEAGRI verificar andamento do convênio de 01 (Uma) Retro escavadeira, o veículo utilizado será Camionete Hilux PLACA NDO – 9783.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**22/04/2018**	Chegada em	**24/04/2018**	Nº de Dias	02

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
RODOVIÁRIO	**MIRANTE DA SERRA – RO**	**PORTO VELHO – RO**

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ **27,69**

Nível Referente ou Equivalência	**14 UPFM**	Percentual	**100%**
LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
PORTO VELHO – RO.	**02 com pernoite**	**387,66**	**775,32**
TOTAL R$			**775,32**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescido de 100% (cem por cento)

Em: 19/04/2018.

Assinatura do Proponente

CLEDE COLETA FERREIRA
Sec. Mun. de Governo

Publicado por:
Dhessica Souza Abel
Código Identificador:2F40B153

GABINETE DO PREFEITO
CONCESSÃO DE DIÁRIA SERGIO MASSARONI

ANEXO I – Lei Municipal 279/2003
(Unidade Orçamentária ou Administrativa)
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROPONENTE:

Nome	**ELIAS PEREIRA DA SILVA**
Cargo Função ou Emprego:	**SEC.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

PROPOSTA:

Nome	**SERGIO MASSARONI**

Cargo, Função ou Emprego: **SUPERINTENDENTE DE GESTÃO**
Matricula: 1802

Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	**149.973**	Expedida por:	**SSP/ RO**

LOCAL DO SERVIÇO A SER EXECUTADO: Deslocará a cidade de Porto Velho – RO, nos dias 23 e 24 de abril de 2018, onde o mesmo irá no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia juntamente com a Procuradora do Município ELAINE LUGÃO para participar de Audiência de Conciliação sobre Precatórios do Município de Mirante da Serra, audiência esta que acontecerá no dia 23 de abril de 2018 às 10:00 horas, irá também protocolar Petição de Comprovação de pagamentos de Precatórios deste Município. No dia 24 de abril de 2018, irá na FUNASA, acompanhar a Engenheira Ambiental/ Sanitarista/Segurança do Trabalho a senhora ELAINE VILAS BOAS, onde estarão trabalhando na finalização das adequações do Projeto de Saneamento Básico.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**22/04/2018**	Chegada em	**24/04/2018**	Nº de Dias 02	

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	**LOCALIDADE**	
CAMIONETE TORO, PLACA NDU-7547	DE - MIRANTE DA SERRA - RO	PARA - PORTO VELHO - RO

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ **27,69**

Nível Referente ou Equivalência	**10 UPFM**	Percentual	**100%**
LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO R$	TOTAL R$
Porto Velho	02 dirias com pernoite	276,90	553,80
		TOTAL R$	**553,80**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescido de 100% (cem por cento)

Em: 19/04/2018

Assinatura do Proponente

Publicado por:
Eli Santos Souza
Código Identificador:68AD3639

GABINETE DO PREFEITO
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIA

LEI DE CRIAÇÃO 369 DE 13/02/1992
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ANEXO I – Lei Municipal 279/2003
(Unidade Orçamentária ou Administrativa)
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS
PROPONENTE:

Nome	**CLEIDE COLETA FERREIRA**
Cargo Função ou Emprego:	**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO**

PROPOSTA:

Nome	**ELAINE LUGÃO ALVES**

Cargo, Função ou Emprego: **PROCURADORA JURÍDICA**
Matricula: 1726

Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	**750.236**	Expedida por:	**SSP/ RO**

LOCAL DO SERVIÇO A SER EXECUTADO: Deslocará a cidade de Porto Velho – RO, no dia 23 de abril de 2018, onde a mesma participará de Audiência de tentativa de Conciliação sobre Precatórios do Município de Mirante da Serra, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia a ser realizada na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado às 10h00minhs. O deslocamento dar-se no dia 22/04/2018, com retorno no dia 23 de abril de 2018.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**22/04/2018**	Chegada em	**23/04/2018**	Nº de Dias 01	

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	**LOCALIDADE**	
CAMIONETE TORO, PLACA NDU-7547	DE - MIRANTE DA SERRA - RO	PARA - PORTO VELHO - RO

VALOR DAS DIÁRIAS

Valor de Referência= R$ **27,69**

Nível Referente ou Equivalência	**10 UPFM**	Percentual	**100%**
LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO R$	TOTAL R$
Porto Velho	01 diria com pernoite	276,90	276,90
		TOTAL R$	**276,90**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescido de 100% (cem por cento)

Em: 19/04/2018

Assinatura do Proponente

CLEIDE COLETA FERREIRA
Sec. Mun. de Governo

Publicado por:
Dhessica Souza Abel
Código Identificador:D1889FFC

SEMSAU
TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 134/OG/SRP/2017

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 134/OG/SRP/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Mirante da Serra/RO, inscrito no CNPJ 06.016.618/0001-26, cito a Rua Brasil, 2237 – Centro – Mirante da Serra/RO, através do seu Secretário, torna público á **Adesão à Ata de Registro de Preços 020/2017, Processo Administrativo nº 3509/SRP/2017/OURO PRETO DO OESTE/RO,** decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 134/OG/SRP/2017**, via Registro de Preços, realizado pela **Secretaria Municipal de Saúde do Município de OURO PRETO DO OESTE/RO,** órgão gerenciador do registro de preços, para eventual contratação de empresa para o fornecimento de **Oxigênio Medicinal** – conforme especificação do **item 02 do referido pregão**.
Sendo a quantia de **500m³ (Quinhentos) metros cúbicos**, cujo valor unitário é de **R$ 14,45 (Quatorze reais e quarenta e cinco centavos), totalizando R$ 7.225,00 (Sete mil e duzentos e vinte e cinco reais).**

Mirante da Serra/RO, 19 de abril de 2018.

ERMES NUNES DE OLIVEIRA
Secretário Mun. de Saúde

Publicado por:
Wildison Candido Araujo
Código Identificador:F6F5833D

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

(Unidade Orçamentária ou Administrativa)

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PROPONENTE:

Nome:	**MILTON CAETANO DA SILVA**
Cargo, Função ou Emprego:	**Dir. Dep. Adm. e Financeiro**

PROPOSTA:

Nome:	**JOSÉ ORLI GALVÃO**		
Cargo, Função, Emprego:	DIR. DIV. TRANSPORTE-SEMAF	Mat.:	
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:	**********		
Carteira de identidade nº	**445.882**	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Para que o servidor possa deslocar-se a cidade de Porto Velho no dia 19 de Abril de 2018, para conduzir pacientes no Micro Ônibus NDD 1697, para realização de consultas e exames especializados no Hospital de Base, Policlínica Osvaldo Cruz, Clinica DAIA.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**19/04/2018**	Chegada em	**19/04/2018**	Nº de Dias	**01**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	LOCALIDADE	
RODOVIÁRIO	**DE**	**PARA**
Micro ônibus NDD 1697	**MIRANTE DA SERRA**	**PORTO VELHO**

VALOR DAS DIÁRIAS

Valor de Referência= R$ 27,69

Nível Referente equivalência	**08**	Percentual	**50%**	R$	**110,76**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
PORTO VELHO	**01**	**110,76**	**110,76**
TOTAL R$			**110,76**

Em**18/04/2018**

MILTON CAETANO DA SILVA
Dir. Dep. Adm. e Financeiro

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:8C074AA1

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PROPONENTE:

Nome:	**MILTON CAETANO DA SILVA**
Cargo, Função ou Emprego:	**Dir. Dep. Adm. e Financeiro**

PROPOSTA:

Nome:	**AMAURI NARDIN**		
Cargo, Função, Emprego:	MOTORISTA		Mat.1874
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:	**********		
Carteira de identidade nº	**676.490**	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:
Para que o servidor possa deslocar a cidade de Ji-Paraná, nos dias 16,17,18 de Abril de 2018, para conduzir as servidoras: Valdeane Aparecida, Edilane Coutinho, Roseli Paula, para participarem das Oficinal Teórica como Trabalhadores das UBS e AAE das Regiões Central, Projeto de Fortalecimento da Atenção Básica, referente a Planificação na Gerência Regional de Saúde.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**16/04/2018**	Chegada em	**18/04/2018**	Nº de Dias	**03**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	LOCALIDADE	
FIAT TORO FREEOM	**DE**	**PARA**
NCU 7547	**MIRANTE DA SERRA**	**JI-PARANÁ**

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ 27,69

Nível Referente equivalência	**08**	Percentual	**50%**	R$	**110,76**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
JI-PARANÁ	**02**	**110,76**	**221,52**
TOTAL R$			**221,52**

Em**16/04/2018**

MILTON CAETANO DA SILVA
Dir. Dep. Adm. e Financeiro

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:98E59DE6

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PROPONENTE:

Nome:	**MILTON CAETANO DA SILVA**
Cargo, Função ou Emprego:	**Dir. Dep. Adm. e Financeiro**

PROPOSTA:

Nome:	**ROSELI PAULA DA SILVA**		
Cargo, Função, Emprego:	CHEFE SEÇÃO POSTO		Mat.2426
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:		**********	
Carteira de identidade nº	**3753.72040**	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Para que a servidora possa deslocar a cidade de Ji-Paraná, nos dias 16,17,18 de Abril de 2018, para participar da Oficina Teórica como Trabalhadores das UBS e AAE das Regiões Central, Projeto de Fortalecimento da Atenção Básica, referente a Planificação na Gerência Regional de Saúde.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**16/04/2018**	Chegada em	**18/04/2018**	Nº de Dias	**03**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE FIAT TORO FREEOM NCU 7547	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA	**JI-PARANÁ**

VALOR DAS DIÁRIAS

Valor de Referência= R$ 27,69

Nível Referente equivalência	**08**	Percentual	**50%**	R$	**110,76**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
JI-PARANÁ	**02**	**110,76**	**221,52**
TOTAL R$			**221,52**

Em **16/04/2018**

MILTON CAETANO DA SILVA
Dir. Dep. Adm. e Financeiro

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:1B54958E

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PROPONENTE:

Nome:	**MILTON CAETANO DA SILVA**
Cargo, Função ou Emprego:	**Dir. Dep. Adm. e Financeiro**

PROPOSTA:

Nome:	**EDILANE COUTINHO FARIA**		
Cargo, Função, Emprego:	ENFERMEIRA		Mat.2280
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:		**********	
Carteira de identidade nº	**075.721**	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Para que a servidora possa deslocar a cidade de Ji-Paraná, nos dias 16,17,18 de Abril de 2018, para participar da Oficina Teórica como Trabalhadores das UBS e AAE das Regiões Central, Projeto de Fortalecimento da Atenção Básica, referente a Planificação na Gerência Regional de Saúde.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**16/04/2018**	Chegada em	**18/04/2018**	Nº de Dias	**03**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE FIAT TORO FREEOM NCU 7547	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA	**JI-PARANÁ**

VALOR DAS DIÁRIAS

Valor de Referência= R$ 27,69

Nível Referente equivalência	**08**	Percentual	**50%**	R$	**110,76**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
JI-PARANÁ	**02**	**110,76**	**221,52**
TOTAL R$			**221,52**

Em **16/04/2018**

MILTON CAETANO DA SILVA
Dir. Dep. Adm. e Financeiro

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:86671198

SEMSAU
CONCESSÃO DE DIÁRIA

PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PROPONENTE:

Nome:	**MILTON CAETANO DA SILVA**
Cargo, Função ou Emprego:	**Dir. Dep. Adm. e Financeiro**

PROPOSTA:

Nome:	**VALDEANE APARECIDA ANDRADE**		
Cargo, Função, Emprego:	ENFERMEIRA		Mat.2371
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:		**********	
Carteira de identidade nº	**984.824**	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Para que a servidora possa deslocar a cidade de Ji-Paraná, nos dias 16,17,18 de Abril de 2018, para participar da Oficina Teórica como Trabalhadores das UBS e AAE das Regiões Central, Projeto de Fortalecimento da Atenção Básica, referente a Planificação na Gerência Regional de Saúde.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**16/04/2018**	Chegada em	**18/04/2018**	Nº de Dias	**03**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE	LOCALIDADE	
FIAT TORO FREEOM	**DE**	**PARA**
NCU 7547	**MIRANTE DA SERRA**	**JI-PARANÁ**

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ 27,69

Nível Referente equivalência	**08**	Percentual	**50%**	R$	**110,76**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
JI-PARANÁ	**02**	**110,76**	**221,52**
TOTAL R$			**221,52**

Em**16/04/2018**

MILTON CAETANO DA SILVA
Dir. Dep. Adm. e Financeiro

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:B3A64CC0

SEMSAU
ADIANTAMENTO

Portaria n.º 006/SEMSAU/FMS/2018.
Mirante da Serra, 12 de Abril de 2018.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Secretário Municipal de Saúde de Mirante da Serra e Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas pelos incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX, do Artigo 5.º da lei n.º 033 de 04.06.1993,

RESOLVE:

Autorizar a Concessão de Adiantamento no valor total de R$ 1.500,00(Mil e Quinhentos Reais) no elemento de despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo, na Programação 10.3020022-2044 – RECURSO SEMSAU- MAC; em nome de **ERMES NUNES DE OLIVEIRA,** Secretario Municipal de Saúde, Cad. 1840, CPF: 439.276.456-72 e RG: M- 2.653.995 SSP/MG, em conformidade com o artigo 5.º e 6.º. e seus incisos da Lei 033 de quatro de junho de 1993.

Art. 2.º - O Prazo de Aplicação do presente Adiantamento de que trata o artigo anterior é de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, e será de 10 dias o prazo para prestação de contas após vencido o prazo para aplicação.

Art. 3º - Ao responsável pela aplicação do adiantamento, caberá fazer pessoalmente a sua comprovação com documentos legais na Divisão de Contabilidade.

Art. 4º - A Divisão de Contabilidade efetuará os registros competentes a caracterização comprobatória da aplicação conforme a Lei n.º 033 de 04 de junho de 1993.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ERMES NUNES DE OLIVEIRA
Sec. Mun. Saúde

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:40E7E10C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/CPL/2018

A Prefeitura Municipal de Monte Negro – RO, através do Pregoeiro Oficial, Nomeado pela Portaria Municipal de nº 717 de 21 Agosto de 2017, no uso de suas atribuições legais, tornam público aos interessados, o resultado final do **Pregão Eletrônico** acima descrito.

Processo Administrativo: Nº1044/SEPAGRI/2017

Objeto: **Aquisição de implementos agrícolas –** CONVÊNIO N. 103/PGE/2017, firmado entre o Município de Monte Negro através da Secretaria, conforme descrições no Termo de Referência.

EMPRESAS VENCEDORA:

CASA DA LAVOURA MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA.
CNPJ: 03.552.842/0001-44 VALOR: R$ 15.400,00

N.V. VERDE & CIA LTDA – ME
CNPJ:03.363.727/0001-21 VALOR:R$ 13.200,00

P.D.V. PEÇAS EIRELI-ME
CNPJ:28.737.608/0001-12 VALOR R$ 24.353,99

VALOR TOTAL: R$ 52.953,99(CINQUENTA E DOIS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS NOVENTA E NOVE CENTAVOS).

Para maiores Informações, no endereço Praça Paulo Miotto, nº 2330 – Centro, na Sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PREGÃO da Prefeitura Municipal de Monte Negro/RO, pelo telefone (69) 3530-3110 ou pelo e-mail: cpl@montenegro.ro.gov.br.

Monte Negro – RO 19 de ABRIL de 2018.

ROGÉRIO RIBEIRO DE AZEVEDO
Pregoeiro
Portaria nº 717 de 21/08/2017

Publicado por:
Wedslei Cortes da Silva
Código Identificador:F3683C95

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
CONTRATO N.º 07/2018

CONTRATO

CONTRATO N.º 07/2018

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O CONSELHO TUTELAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MONTE NEGRO – RO DE UM LADO, E DE OUTRO O Sr, JOÃO LUIZ BARROSO CPF:565.956.706-15. DISPENSA N.º035/2018- Art. 24, X, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pelo presente instrumento de contrato, vinculado à Dispensa, constante no Processo Administrativo n.º 1011/2017, de um lado, como LOCATÁRIO, o MUNICIPIO DE MONTE NEGRO - RO pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Paulo Miotto, 2330, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 63.761.985/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito, EVANDRO MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado Sr.(a), JOÃO LUIZ BARROSO, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 565.956.706-15, brasileiro, separado judicialmente, portador da cédula de identidade R.G. n.º 998.591SSP/RO, residente e domiciliado na Rua Carlos Chagas, Nº2354, Centro Monte Negro Rondônia, CEP 76.888-000 a seguir denominada LOCADOR, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente Contrato, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do contrato formalizado por este instrumento a locação de um imóvel sito na Rua Carlos Chagas, Nº2354, Centro Monte Negro - RO, para sediar a Conselho Tutelar, nos termos do Processo Administrativo n.º 1011/2017, Dispensa de Licitação nº035 /2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante do presente instrumento de contrato, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados, de cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a) Processo Administrativo n. 1011/2017, n.º Dispensa de Licitação 035/2018;
b) Relatório, emitido pela Comissão de Levantamento e Avaliação de Imóvel, Portaria n. 1107/GAB/2017.

§ 1º. Os documentos mencionados nesta cláusula serão considerados suficientes para, em conjunto com este instrumento de contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.
§ 2º. A partir da assinatura do presente termo, a ele passam a se vincular todas as atas de reuniões e/ou termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alterações de qualquer condição contratual, desde que devidamente assinados pelos representantes legais das partes.
§ 3º. Havendo dúvidas ou divergências em relação ao disposto neste instrumento de contrato e seus anexos, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar ao interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

§ 1º. A qualquer momento da vigência do contrato, o MUNICÍPIO poderá desocupar todo o imóvel ou parte dele, sem o pagamento de qualquer valor, a qualquer título, bastando para tanto notificar o LOCADOR com antecedência de 30 (trinta) dias.
§ 2º. O prazo de vigência poderá ser prorrogados nas hipóteses previstas em lei, até o limite legal permitido, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O valor do aluguel mensal será de **R$ 975,00** (novecentos e setenta e cinco), totalizando, nos 12 (dozes) meses, o valor de R$ **11.700,00**(onze mil e setecentos reais).

Parágrafo único: O valor do aluguel será reajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM - FGV), ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – FGV), de todos o menor, e somente poderá ser requerido, por escrito, depois de decorridos 12 (doze) meses da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á da seguinte forma:

§ 1º. O LOCADOR deverá expedir, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da locação, RECIBO DE ALUGUEL, em nome do MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO, em que conste:

a) o valor do aluguel de forma numérica e por extenso;
b) o nome completo do LOCADOR;
c) o CPF do LOCADOR;
d) o CNPJ do MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO (CNPJ sob o nº. 63.761.985/001-98);
e) o número do empenho;
f) o endereço completo do imóvel locado;
g) o período referente ao aluguel.

§ 2º. A apresentação deste documento não exime o LOCADOR da exibição de outros que sejam necessários para atestar o regular pagamento dos encargos mobiliários e imobiliários, ou outros a que esteja obrigado, os quais deverão ser providenciados, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da solicitação.

§ 3º. Após a avaliação do Recibo de Aluguel, constatado o atendimento de todas as cláusulas contratuais a SEMDES dará o aceite, encaminhando-o, imediatamente, à Contabilidade.

§ 4º. Constatando-se o recebimento definitivo pela SEMDES, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao LOCADOR, em uma única parcela, conforme item 14.1 do termo de referência, após a apresentação do Recibo de Aluguel, contendo o número do empenho a que se refere e o termo de recebimento definitivo.

§ 5º. O LOCADOR deverá indicar, por meio de ofício a ser entregue a SEMDES, no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, o número de conta bancária aberta em seu nome, o número da agência e o nome da instituição bancária em que serão efetuados os depósitos.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste contrato será efetuada pela SEMDES, a qual efetuará a conferência dos valores designados no recibo de aluguel e, estando em conformidade com o contratado, encaminhará à Contabilidade para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Quinta.

§ 1º. Caberá à SEMDES o acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte do LOCADOR, conforme descrito na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§ 3º. A fiscalização por parte do MUNICÍPIO não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, as responsabilidades do LOCADOR sobre eventuais faltas que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

§ 4º. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle do cumprimento do contrato, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato.

§ 5º. A SEMDES, comunicará oficialmente o LOCADOR sobre o problema ocorrido, estabelecendo prazo razoável para resposta.

§ 6º. Caberá a SEMDES o acompanhamento da execução do contrato, in loco, e o apontamento das irregularidades verificadas.

§ 7º. Constatando-se que o imóvel não atende a finalidade ou caso haja necessidade de manutenção ou reparos no mesmo, cuja responsabilidade seja do locador, à SEMDES, expedirá ofício à contratada, comunicando e justificando as razões e ainda notificando-a para que efetue as correção no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações do LOCADOR, durante todo o prazo de vigência contratual:

§ 1º. Gerais:

Responsabilizar-se, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosas ou culposas, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO;
Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO exigidas por lei;
Comunicar à fiscalização, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique com ou no imóvel;
Prestar todos os esclarecimento ou informações solicitadas pelo MUNICÍPIO, ou por seus prepostos, sobre o objeto;
Efetuar manutenção e possíveis reparos no imóvel decorrentes do desgaste natural do mesmo, ou quaisquer outros não relacionados ao uso devido do imóvel no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de recebimento da notificação. Caso haja necessidade de dilação do prazo, este deverá ser requisitado e justificado pelo locador através de ofício à SEMDES.

§ 2º. Específicas:

Entregar ao MUNICÍPIO o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina, incluindo a pintura;
Garantir ao MUNICÍPIO, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;
Manter, durante o período da locação, a forma e a destinação do imóvel;
Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
Fornecer ao MUNICÍPIO o recibo de aluguel em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro da Cláusula Quinta deste contrato;
Pagar os impostos e as taxas, incluindo-se o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e suas taxas agregadas, tais como coleta de lixo e combate a incêndio, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;
Exibir ao MUNICÍPIO, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;
Permitir ao MUNICÍPIO, ao final da vigência contratual, a retirada das redes elétrica e lógica por ele instaladas para adequação das instalações do imóvel às suas necessidades.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações do MUNICÍPIO:

Pagar o valor devido ao LOCADOR no prazo avençado;
Acompanhar e fiscalizar o objeto em todas as suas etapas, registrando as ocorrências;
Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;
Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;
Levar imediatamente ao conhecimento do LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, visitantes ou prepostos. Quanto às benfeitorias necessárias introduzidas pelo MUNICÍPIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizadas pelo LOCADOR e permitem o exercício do direito de retenção por parte do MUNICÍPIO;
Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;
Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, MUNICÍPIO;
Pagar as despesas de telefone e de consumo de força, energia elétrica e gás, água e esgoto, e quaisquer outras que vierem a gravar o imóvel durante o prazo de vigência do contrato;
Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27, da Lei 8.245/91;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

As partes do presente contrato serão passíveis das seguintes sanções:

§ 1º. Do locatário:

Havendo atraso no pagamento, pagará o MUNICÍPIO ao LOCADOR juros de mora correspondente a 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do aluguel em atraso, e multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor da parcela em atraso, com a devida correção monetária pelo IGPM – FGV, INPC ou (IPCA – FGV), de todos o menor.

§ 2º. Do locador:

O descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais que prejudiquem a execução do contrato, de acordo com o Parágrafo 1º da Cláusula Sétima do Contrato será passível de advertência e multa diária no valor de 5 (cinco) por cento sobre o valor mensal do aluguel até que se comprove o restabelecimento da plena execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei e, em caso de desapropriação do imóvel ou de sinistro que inviabilize a sua utilização, ficando este pacto automaticamente rescindido.
Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão por culpa do LOCADOR, fica este obrigado ao pagamento de multa referente ao valor de 03 (três) meses de aluguel, e a aceitar a permanência do MUNICÍPIO no imóvel por pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento de 2018.

Função Programática: 02.08.00
Dotação Orçamentária: 08.243.0023.2065 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar
Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00 Outros Serviços de terceiros pessoa física
Ficha: 281

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de Ariquemes, Estado de Rondônia, não obstante qualquer mudança de domicílio do LOCADOR que, em razão disso, é obrigado a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas. E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) duas testemunhas.

Monte Negro/RO, 19 de abril de 2018

EVANDRO MARQUES DA SILVA
Prefeito do Município de Monte Negro

Representante Legal
JOÃO LUIZ BARROSO
CPF: 565.956.706-15

Publicado por:
Wedslei Cortes da Silva
Código Identificador:BFB9F86A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 344/GAB/2018

PORTARIA N. 344 DE 18 DE ABRIL DE 2018.

O Prefeito do Município de Monte Negro, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;
CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal n. 301/2009, que concede Suprimentos de Fundos, alterado pela Lei Municipal n. 728/GAB/2016;
CONSIDERANDO ainda o despacho da secretaria, constante no Processo n. 414-1/2018;

RESOLVE:
Art. 1º - **CONCEDER** a Secretaria Municipal de Gestão em Desenvolvimento Social - SEMDES, Senhora **ELAINE MARQUES BATISTA DOS SANTOS**, Mat. 1553, CPF: 726.357.892-15 e portadora do RG: 740.641 SSP/RO, suprimento de fundos para

material de consumo e serviços no valor total de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme segue:
§ 1º - Projeto Atividade: 08.2430022.2064 – Manutenção das Atividades da FMDCA, Elemento de Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo – Ficha 273 no valor de R$ 1.000,00 (Hum mil reais).
§ 2º - Projeto Atividade: 08.2430022.2064 – Manutenção das Atividades da FMDCA, Elemento de Despesa 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros pessoa juridica – Ficha 276 no valor de R$ 1.000,00 (Hum mil reais).
Art. 3º - Deverá obrigatoriamente o beneficiário realizar abertura de conta corrente especifica para este fim, movimentar, emitir cheques, solicitar extratos, requisitar talões de cheque e realizar o encerramento da conta em caso de necessidade, bem como atender todas as obrigações e determinações constantes na Lei Municipal n. 301/09.
Art. 4º - O prazo para aplicação dos valores estabelecidos na presente Portaria é de 60 (sessenta) dias, e para prestar contas o prazo será de 10 (dez) dias após aplicação.
Art. 5º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Cumpra-se
Publique-se

EVANDRO MARQUES DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Thais de Morais Tavares
Código Identificador:C2A4D1EA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2018 - MS 700718-67.2016.8.22.0020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2018

MS 700718-67.2016.8.22.0020

O Prefeito Municipal de Nova Brasilandia D'Oeste, no uso das atribuições que lhe confere por Lei, baseado no CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL nº. 005/2011 realizado em 12 de fevereiro de 2012, homologado em 10 de abril de 2012.

CONVOCA

O Candidato abaixo descrito, aprovado no CONCURSO PÚBLICO 005/2011, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste, objetivando tomar posse na seguinte função:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

AGENTE FISCAL

1 – CRISTIANE RODRIGUES DAL MARO

O Candidato aprovado acima descrito deverá se apresentar no prazo de 30(Trinta) dias da data deste edital de convocação, munido dos seguintes documentos, sob pena de ser considerado desistente:
a) Comprovante de Escolaridade compatível com o cargo;
b) Carteira de Identidade (RG)
c) Título de Eleitor juntamente com o comprovante da ultima Votação
d) CPF – Cadastro de Pessoa Física;
e) Certidão de Nascimento ou Casamento
f) Certidão de nascimento dos dependentes (filhos – menores de 14 anos)
g) Comprovante de quitação com as obrigações militares, para sexo masculino;
h) Uma foto 3x4 (recente)
i) Atestado de sanidade física e mental expedido exclusivamente por **Médico Perito do Trabalho**
j) Carteira de Trabalho – CTPS
k) PIS/PASEP, se possuir.
l) Conta Bancária (Caixa Econômica Federal)
m) Certidão Negativa Cível e Criminal (www.tj.ro.gov.br)
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (www.dpf.gov.br)
o) Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado (www.tce.ro.gov.br)
p) Carteira de Habilitação (para Motorista)
q) Comprovante de Endereço
r) Declaração de Vacina
s) Declaração de Bens
t) Declaração de não acumulação de cargo público.

Nova Brasilândia D'Oeste, 16 de Abril de 2018.
.
HÉLIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilciane de Lima Lopes Rodrigues
Código Identificador:5DFD7A6D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 869/SEMFPA/2016
Objeto: Formação de **Registro de Preços com prazo de até 12 (doze) meses** para eventual e futura **c**ontratação de empresa especializada para Fornecimento de Material de Limpeza e Utensílios
Pregão Eletrônico: nº 003/PMNM/2018 SRP Nº 002/CPL/2018
O Prefeito Municipal de Nova Mamoré com base no julgamento e Adjudicação da Comissão responsável pela licitação na modalidade Pregão Eletrônico de nº 003/PMNM/2018- SRP Nº 002 realizada no dia 16 de fevereiro de 2.018 e Parecer Jurídico favorável ao prosseguimento do feito, **HOMOLOGA** o objeto da licitação em favor das empresas **MBR FERNANDES EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **16.845.253/0001-04**, com o valor total de **R$ 7.397,24** (sete mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), **PRODULIM EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.360.076/0001-53**, com o valor total de **R$ 59.679,00** (cinqüenta e nove mil, seiscentos e setenta e nove reais), **COMERCIAL TORRES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **13.807.868/0001-40**, com o valor total de **R$ 47.346,55** (quarenta e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinqüenta e cinco centavos), **CASA NORTE LTDA ME/EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.338.476/0001-98**, com o valor total de **R$ 109.709,08** (cento e nove mil, setecentos e nove reais e oito centavos), **J. F. DOS SANTOS PAPELARIA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **01.727.491/0001-30**, com o valor total de **R$ 69.784,41** (sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos), **SOLLO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **28.493.685/0001-74**, com o valor total de **R$ 49.052,97** (quarenta e nove mil, cinqüenta e dois reais e noventa e sete centavos) e **HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **26.581.761/0001-78**, com o valor total de **R$ 15.379,29** (quinze mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte e nove centavos).

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 17 de abril de 2018.

CLAUDIONOR LEME DA ROCHA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:8467EE30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo Nº 772/SEMED/2017

Objeto: Formação de **Registro de Preços com prazo de até 12 (doze) meses** para eventual e futura Contratação de Empresa Especializada em Locação e Implantação de Software de Gestão Educacional atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Mamoré
Pregão Eletrônico: nº 005/PMNM/2018.
O Prefeito Municipal de Nova Mamoré com base no julgamento e Adjudicação da Comissão responsável pela licitação na modalidade Pregão Eletrônico de nº 005/PMNM/2018, realizada no dia 07 de março de 2.018 e Parecer Jurídico favorável ao prosseguimento do feito, **HOMOLOGA** o objeto da licitação em favor da empresa **PÚBLICA SERVIÇOS LTDA-EPP** inscrita no CNPJ sob o nº **04.804.931/0001-01**, com o valor total de **R$ 79.900,00** (setenta e nove mil e novecentos reais).

PALÁCIO 21 DE JULHO, em 17 de abril de 2018.

CLAUDIONOR LEME DA ROCHA
Prefeito do Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:17341535

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA CARTA CONTRATO Nº007/PMNM/2018.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/PMNM/2018.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 680/SEMOTRAN/2017.
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ/RO.
CONTRATADA: SOTREQ S.A.
OBJETO: ***Aquisição de Um Rolo Compactador*** **de acordo com o Convênio nº 036/DPCN/2016**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária:	**02.12.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERV PUB TRANSP E TRAN**		
Funcional:	**04.122.0004.1217 – CV – Minist. Defesa Aquis. Rolo Compactador**		
Elemento Despesa:	4.4.90-52 – Equipamentos e Material Permanente		
Ficha nº:	356	Valor (R$):	138.100,00

Vigência: Imediato, contados a partir da assinatura do contrato até entrega integral do objeto licitado.

VALOR: 138.100,00 (cento e trinta e oito mil e cem reais)

Publicado Mural em:___/___/____.

FLÁVIO CONESUQUE FILHO
Assessor Jurídico Municipal
OAB/RO nº 1009

Publicado por:
Francisco Aldo Pereira dos Santos
Código Identificador:811D2239

GABINETE DO PREFEITO
PEDIDO DE LICENÇA OPERAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ, inscrita no CNPJ n º 22.855.183/0001-60, localizada à Av. Desidério Domingos Lopes nº 3040, Nova Mamoré – RO, torna público que requereu a **COLMAMP/SEDAM**, a **LICENÇA OPERAÇÃO (LO)**,para a Construção de 01 (uma) Ponte Mista (aço e concreto armado) localizada na linha 23 B, km, 5,05 do Projeto Sidney Girão no Município de Nova Mamoré/RO.

Nova Mamoré-RO, 18 de abril de 2018.

CLAUDIONOR LEME DA ROCHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Aldo Pereira dos Santos
Código Identificador:80D20B79

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL OS SERVIDORESPÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ
PORTARIA Nº 027-IPRENOM/2018

Portaria nº 027-IPRENOM/2018

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Auxílio Doença a Servidora TEREZINHA DE LIMA COSTA. "

.
O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 20, da Lei Municipal nº 782-GP/2010 que rege a Previdência Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- CONCEDER o benefício de Auxílio Doença, por um período de **15 (quinze) dias** a servidora **TEREZINHA DE LIMA COSTA,** portadora da RG nº 000522896 SSP/RO CPF nº 599.154.392-53, matrícula nº 159 efetiva na função de **Agente de Limpeza e Conservação**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, correspondendo ao valor de sua última remuneração (base previdenciária), a partir de **06 de abril de 2018** e término em **20 de abril de 2018**, conforme atestados médicos, constante do Processo Administrativo de nº 041-IPRENOM/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de abril de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Nova Mamoré, em 19 de abril de 2018.

MARIA JOSÉ ALVES DE ANDRADE
Diretora Executiva do IPRENOM
Decreto nº 2.801-GP/2013

Publicado por:
Maria José Alves de Andrade
Código Identificador:D0226DC5

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL OS SERVIDORESPÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ
PORTARIA Nº 028-IPRENOM/2018

Portaria nº 028-IPRENOM/2018

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Salário Maternidade à Servidora Paola Pereira Gatelli."

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 33, da Lei Municipal nº 782-GP/2010 que rege a Previdência Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder o benefício de Salário Maternidade, por um período de **120 (cento e vinte)** dias, à servidora **Paola Pereira Gatelli** portadora da RG nº 7118846431 SSP/RS, CPF nº 544.406.612-20, matrícula de nº **7997**, efetiva na função de Professor II Pedagoga – 25 h., lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, correspondendo ao valor de sua última remuneração (base previdenciária), a partir de **10 de abril de 2018** e término em **07 de agosto de 2018**, conforme processo administrativo de nº 042-IPRENOM/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor com na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de abril de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Nova Mamoré, em 19 de abril de 2018.

MARIA JOSÉ ALVES DE ANDRADE
Diretora Executiva do IPRENOM
Decreto nº 2.801/GP//2013

Publicado por:
Maria José Alves de Andrade
Código Identificador:883699AC

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL OS SERVIDORESPÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ
PORTARIA Nº 029-IPRENOM/2018

Portaria nº 029-IPRENOM/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do Benefício de Auxílio Doença ao Servidor FRANCISCO EURIMAR ALVES DA SILVA.

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 20, da Lei Municipal nº 782-GP/2010 que rege a Previdência Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- **PRORROGAR** o benefício de Auxílio Doença, por um período de **180 (cento e oitenta) dias** ao servidor **FRANCISCO EURIMAR ALVES DA SILVA,** portador do RG nº 000681024 SSP/RO, CPF nº 663.521.002-44 e matrícula nº **5041** efetivo na função de **Professor I Nível I 40horas**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, correspondendo ao valor de sua última remuneração (base previdenciária), a partir de **02 de abril de 2018** e término em **28 de setembro de 2018**, conforme Laudo de Avaliação Médica nº 015/2018, constante no Processo Administrativo de nº 026-IPRENOM/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Nova Mamoré, em 19 de abril de 2018.

MARIA JOSÉ ALVES DE ANDRADE
Diretora Executiva do IPRENOM
Decreto nº 2.801-GP/2013

Publicado por:
Maria José Alves de Andrade
Código Identificador:6963400C

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL OS SERVIDORESPÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ
PORTARIA Nº 030-IPRENOM/2018

Portaria nº 030-IPRENOM/2018

"Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO do Benefício de Auxílio Doença ao Servidor ORLANDO OLIVEIRA ROCHA.

.

A Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência Social de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 24, da Lei Municipal nº 782-GP/2010 que rege a Previdência Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º- **PRORROGAR** o benefício de Auxílio Doença (Processo de Readaptação Profissional) ao servidor **ORLANDO OLIVEIRA ROCHA,** portador da RG nº 576.660 SSP/RO, CPF nº 687.522.616-20, matrícula nº **120 e 1273** efetivo na função de **Professor I Especial 20 horas**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com vencimentos integrais, correspondendo ao valor de sua última remuneração (base previdenciária), a partir de **01 de abril de 2018**, conforme Laudo de Avaliação Médica de nº 055/2017, constante do Processo Administrativo de nº 074-IPRENOM/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Nova Mamoré, em 19 de abril de 2018.

MARIA JOSÉ ALVES DE ANDRADE
Diretora Executiva do IPRENOM
Decreto nº 2.801-GP/2013

Publicado por:
Maria José Alves de Andrade
Código Identificador:E111781B

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
SOLICITAÇÃO DE OUTORGA

A Lourenço Leite da Costa, localizado na Linha 81 km 48, lote 14, Gleba 20 J, com CPF nº 241.841.799-91, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, em 19/04/2018 a solicitação Para Outorga do Direito de Uso de Recursos Hídricos, para fins Uso em Piscicultura no seguinte local; Linha 81 km 48, lote 14, Gleba 20 J.
Coordenadas geográficas S 10°56'19.42"
O 62°37'54,34"

Nova União, RO 19 de Abril de 2018

_____
Proprietário/Responsável

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:FE506DF4

P M N U - RO
SOLICITAÇÃO DE LP

O produtor ,**Magnos Paulino de Sales**, localizado na Linha 81 km 47, lote 02 a, Gleba 13, com CPF nº 386.654.252-68, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, em 19/04/2018 a solicitação Para Licença Previa,, para fins Uso em Piscicultura no seguinte local; Linha 81 km 47, lote 02 a, Gleba 13 PA Palmares em Nova União- RO

Coordenadas geográficas:
11º00´25,67S

62º34´04,95´´O

Nova União, RO 19 de Abril de 2018

_____
Proprietário/Responsável

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:42B9A2E1

P M N U - RO
SOLICITAÇÃO DE LI

O produtor, **Magnos Paulino de Sales**, localizado na Linha 81 km 47, lote 02 a, Gleba 13, com CPF nº 386.654.252-68, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, em 19/04/2018 a solicitação Para Licença de Instalação, para fins Uso em Piscicultura no seguinte local; Linha 81 km 47, lote 02 a, Gleba 13 PA Palmares em Nova União- RO

Coordenadas geográficas:
11º00´25,67S
62º34´04,95´´O

Nova União, RO 19 de Abril de 2018

_____
Proprietário/Responsável

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:685410C9

P M N U - RO
ERRATA

No Decreto n. 1.857, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia do dia 12.04.18, pag. 34, Ano IX, nº 2185. Onde se lê: Lei nº 573 de 02 de abril de 2017. Leia-se: Lei nº 573 de 02 de abril de 2018.

Nova União – RO, 19 de abril de 2018.

ADINAEL DE AZEVEDO
Prefeito

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:6338E53F

P M N U - RO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.186-1/2018

INTERESSADO: SETOR DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

OBJETO:AQUISIÇÃO DELANCHES E REFEIÇÕES.

OSIEL FRANCISCO ALVES, Pregoeiro do Município de Nova União - RO, em observação ao disposto no art. 38, VII, da Lei Federal 8.666/93, ADJUDICO a Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 002/2018, oobjeto deste feito à:

- VAGNO SOARES DOS SANTOS 52473830282, CNPJ:21,633,138/0001-06,no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais).**

- ALEXANDRA BATISTA DE OLIVEIRA 40968898220, CNPJ: 18.203.277/0001-87, no valor de **R$ 112.260,00 (cento e doze mil duzentos e sessenta reais).**

Nova União – RO, 19 de abril de 2018.

OSIEL FRANCISCO ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:B2D90E6B

P M N U - RO
CONVÊNIO Nº 01/2018

Convênio que celebram o Município de Nova União-RO, por meio da sua Secretaria Municipal de Educação, de um lado e, de outro, o Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Marcos Adriano Issler.

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezoito, o Município de Nova União - RO, de um lado, representado pelo prefeito Municipal Adinael de Azevedo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, denominada Concedente, representada pela Secretária Municipal de Educação Adriana Delbone Haddad, e, de outro, o Conselho Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Marcos Adriano Issler, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.287.893/0001-59, doravante designado Convenente, neste ato representado pela presidente do Conselho Escolar Regina Célia Clarindo, portadora do CPF/MF nº 191.407.622-20 e RG.: 00000235076 /SSP-RO, residente e domiciliada na RO 470 KM 32 LT 09 GB 20-G, neste município, resolvem celebrar o presente convênio, sujeitando-se os partícipes, naquilo que couber às normas da Instrução Normativa de 21.06.93/STN, da Lei Federal nº 8.666/93 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

Constitui objeto deste convênio e cooperação entre a Concedente e Convenente, na execução de ações; na realização de pequenos reparos voltados à manutenção, na aquisição de material de consumo; da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Marcos Adriano Issler, os materiais adquiridos pelo Conselho serão para reparos, aquisição de material e mão de obra, conforme necessidade da escola, e aprovado pela SEMECET, que ficam fazendo parte integrante deste instrumento.

1. É vedada a aplicação dos recursos Manutenção e Reparos em: gastos com pessoal; pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública.
2. Os recursos repassados pelo Concedente serão para o custeio de materiais consumo e mão de obra.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O Município cooperará repassando recursos ao Convenente, no montante de R$ 8.850,00 (Oito mil oitocentos e cinquenta reais), para empregar nas despesas com as ações, objeto da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos empenhados pelo Município, nesta parceria, serão repassados ao Convenente a conta da seguinte programação:
R$ 8.850,00 (oito mil oitocentos e cinquenta reais) - ATIVIDADE DA SEMECET – Programação 02.07.12.3610025.2036; elemento de despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais Fonte de Recursos Próprio. Empenho nº 406/2018, Processo nº 320-1/2018.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os partícipes se comprometem a zelar pelo atendimento das seguintes disposições, no que couber:

1- Os recursos destinados à execução deste convênio serão obrigatoriamente movimentados através do Banco do Brasil S.A., que manterá conta corrente específica vinculada, cujos extratos demonstrando toda movimentação diária integrarão a prestação de contas;

2 - Havendo contrapartida em recursos financeiros deverá o valor correspondente ser depositado antes pelo Convenente na conta vinculada, como condição para liberação da parcela pela Concedente;

3 - Os recursos municipais não poderão ser repassados ao Convenente sem que antes este faça a comprovação de outros recursos recebido para tal programa em anos anteriores.

4 - A movimentação dos recursos da conta específica somente será permitida para o pagamento de despesas relacionadas com as finalidades do programa, ou para aplicação financeira, e deverá realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, transferência eletrônica de disponibilidade ou outra modalidade de movimentação autorizada pelo Banco Central do Brasil

em que fique evidenciada a sua destinação e, no caso de pagamento, identificado o credor.
5 - É obrigatório a aplicação dos recursos em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão e seu uso for igual ou superior a um mês, contando que não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuais e os rendimentos auferidos sejam aplicados nos fins do Convênio.
6 - A prestação de contas parcial e final será analisada e avaliada pelo Concedente, que emitirá parecer sob os seguintes aspectos:
a - Técnico – quanto à execução física e atendimento dos objetivos do convênio;
b - Financeiro – quanto à correta e regular aplicação dos recursos municipais do Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS AQUISIÇÕES

Na execução das despesas com os recursos municipais recebidos deverá o Convenente seguir o estabelecido a cláusula primeira, buscando sempre, para realização das compras e serviços, economicidade, qualidade e eficiência, através de prévias cotações de preços, independentemente de valores. O Município não assume qualquer responsabilidade perante terceiros pela contratação de serviços, com os recursos deste Convênio.
Parágrafo único. Para fins deste convênio, especialmente desta cláusula, a concedente ficará à disposição do Convenente e dará todo o auxílio técnico que este vier e precisar.

CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada a prerrogativa de exercer a autoridade normativa, e o exercício do controle e fiscalização, podendo a qualquer tempo examinar e constatar *in loco* a aplicação dos recursos, diretamente ou através de terceiros credenciados.
1 - A Secretaria Municipal de Educação independentemente de autorização do titular da conta aberta para o programa obterá junto aos bancos, sempre que necessário, os saldos e extratos das contas correntes, inclusive os de aplicações financeiras.
.2 - As despesas realizadas com recursos transferidos, nos moldes e sob a égide deste Convênio, serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação à qual a entidade responsável pela despesa estiver sujeita, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da UEx, identificados com os nomes SEMECET e do programa, e ser arquivados, juntamente com os comprovantes de pagamentos efetuados (cópia de cheques e transferências eletrônicas de disponibilidade, ordens bancárias, etc.), em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, anexados à correspondente prestação de contas, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do julgamento da prestação de contas anual da SEMECET, para disponibilização, quando solicitados, a SEMECET, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Para a consecução dos objetivos definidos na cláusula primeira os partícipes se comprometem e aceitam:
O MUNICÍPIO, através da SEMECET:
a) Repassar os recursos financeiros indicados na cláusula segunda.
b) Fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio, designando ao **Comitê Estratégico Municipal para Análise e Aprovação do PDE;** Maria Irene Delbone Haddad Adriana Delbone Haddad Valdeir de Souza Ferreira Alexandra Alves da Silva Robson Vieira Gambert
c) Analisar as comprovações de gastos, relativas aos recursos liberados e julgar a prestação de contas, atendendo prioritariamente ao que dispõe a cláusula quinta;
d) Receber e analisar as prestações de contas provenientes das UEx, emitindo parecer, favorável ou desfavorável, acerca de sua aprovação, realizado pelo Comitê Estratégico Municipal para Análise e Aprovação do PDE – Escola e Controle Interno Municipal.
O CONVENENTE
a) Aplicar corretamente os recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste Convênio;
b) Manter em boas condições de segurança em arquivo todo e qualquer documento relativo a este Convênio pelo prazo mínimo de cinco anos, contando da aprovação das contas do gestor da Concedente, correspondente ao exercício da concessão dos recursos;
c) Propiciar aos técnicos da Concedente o livre acesso para acompanhamento, supervisão, controle e fiscalização da execução deste Convênio;
d) Prestando-lhes esclarecimentos e fornecendo-lhes documentos requeridos, quando em missão de acompanhamento, fiscalização e auditoria.
e) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciários decorrentes de utilização de recursos humanos, nos trabalhos deste Convênio, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que indicam sobre ele;
f) Apresentar relatórios de execução financeira na forma estabelecida, mencionada neste convênio.
g) Prestar contas dos recursos em definitivo no prazo estipulado na cláusula oitava. h) Disponibilizar, quando solicitada, às comunidades escolar e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa;
i) Afixar, nas sedes das escolas que mantêm e representam, em local de fácil acesso e visibilidade, demonstrativo sintético que evidencie os materiais adquiridos e os serviços que lhes foram fornecidos e prestados a expensas do programa, com a indicação dos valores correspondentes, bem como disponibilizar o referido demonstrativo, quando de meios dispuser, em página na Internet.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

Este Convênio terá sua vigência por trezentos e sessenta e cinco dias, para realização e conclusão das ações. A prestação de contas final será apresentada pelo convenente em até sessenta dias, contados do dia seguinte ao término da vigência.
Parágrafo único. Ficará automaticamente prorrogado o prazo de vigência deste Convênio no caso de haver atraso na liberação dos recursos municipais, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA NONA – O CONVENENTE - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Deverá realizar a prestação de contas final de todos os recursos recebido dentro do prazo previsto na cláusula oitava.
§ 1º A prestação de contas deverá ser feita em forma de relatório acompanhado necessariamente destes documentos, no que couber:
1) Ofício de encaminhamento da Prestação de contas;
2) Cópia do Termo de Convênio, com a indicação da data de sua publicação;
3) Relatório de execução financeiro;
4) Relação de pagamentos realizados, com os respectivos números de notas fiscais, por ordem de datas destes pagamentos;
5) Extrato bancário integral da conta corrente;
6) Relação dos serviços, adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos recebidos do município;
7) Cotações de preços empregadas, para aquisição de materiais.
8) Cópia de faturas, notas fiscais, recibos e pagamentos, dos cheques, dos manuais relativos aos produtos adquiridos com garantis, ordens bancárias e/ou guias de recolhimento bancário, tudo autenticado;
9) Comprovante de recolhimento do saldo bancário do recurso, se houver;
10) Toda documentação referente às compras e serviços;
11) Cópia do cronograma financeiro;
12) Ficam aprovados em anexos os modelos dos formulários: Verificação de Menor Preço, Ordem de Compra e Serviço, Demonstrativo da Execução Financeira (Receita e Despesa) e Relação de Pagamentos Efetuados (FD-9), Termo de Doação, Comprovação de despesas para a Secretaria Municipal de Educação- Detalhamento de Ações e Despesas (FD-8), Alteração da Planilha de Ações Financiáveis, Parecer do Conselho Fiscal e Conciliação Bancária.
§ 2º A contrapartida do CONCEDENTE será demonstrada no relatório de execução financeiro, bem como a prestação de contas;
§ 3º São vedados os recursos deste convênio:
a) A realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
b) O pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da Administração Pública Federal, Estadual, municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado em qualquer dos entes partícipes;
c) A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência;
d) A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste Convênio com Recursos do mesmo;

e) A realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚCIA E RESCISÃO

Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível, dele decorrendo as responsabilidades pelas obrigações contraídas no prazo de sua vigência.

Parágrafo único. Constituem, particularmente, motivos de rescisão a contratação das seguintes situações:

a) Falta de apresentação de comprovante de gastos e prestação de contas, na forma pactuada e nos prazos exigidos;

b) Utilização dos recursos do Estado adquiridos em outra finalidade que não seja a deste convênio;

c) Em caso de denúncia ou rescisão o Convenente retirará o recurso do Convênio que ainda tenha em depósito na conta vinculada e o transferirá imediatamente para conta única municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O CONVENENTE - DA RESTITUIÇÃO

Se comprovante a restituir os valores repassados pelo Município, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais, na hipótese de inexecução do objeto deste Convênio, ou má aplicação dos valores.

Parágrafo único. Caso haja saldo de recurso no final da execução deste Convênio, deverá ser levado a depósito à conta única do Município, mediante DAR, e o comprovante do recolhimento constará da Prestação de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

Em todo e qualquer bem, equipamento ou ação relacionados com o objetivo descrito na cláusula primeira, será obrigatoriamente destacada a participação da Prefeitura Municipal e do Convenente, mediante identificação, através de placa, faixa e/ou adesivo etc. ficando vedados nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção de pessoas, inclusive de autoridades ou servidores públicos. Também será destacada a participação quando ocorrer divulgação, através de jornal, rádio e/ou televisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Após as assinaturas neste Convênio o Protocolo providenciará a publicação no diário Municipal e Câmara Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste-RO, para dirimir as questões decorrentes deste Convênio.

Para firmeza, vai assinado pelos participes e as testemunhas a seguir.

Nova União-RO, 19 de abril de 2018.

ADINAEL DE AZEVEDO
Prefeito

ADRIANA DELBONE HADDAD
Sec. Mun. de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

REGINA CÉLIA CLARINDO DE FREITAS
Presidente do Conselho Escolar da Escola Marcos Adriano Issler

Testemunhas:

1–Nome:----------
Identidade:----------
CPF: ----------

2–Nome:----------
Identidade:----------
CPF: ----------

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:0D1B1AB9

P M N U - RO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE

PARTES: O Município de Nova União e a DB1 Informática Ltda.
OBJETO: A concessão da licença de uso e a atualização de novas funcionalidades do Software CONSIGNET pela DB1 Informática Ltda., registrada no CNPJ sob o nº. 04.204.018/0001-66, ao Município de Nova União com o objetivo de permitir que entidades conveniadas e os próprios órgãos comerciais realizem consignações de descontos e outras operações em folha de pagamento por meio da internet.
PRAZO: Inicia-se a partir de sua assinatura e possui prazo de 5 (cinco) anos, a contar a partir da data da efetiva implantação do CONSIGNET.
DATA DE ASSINATURA: Nova União19 de Abrilde 2018.
FORO: Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado do Rondônia.

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:BA892A10

P M N U - RO
DECRETO Nº 1.861, DE 19 DE ABRIL DE 2018

Decreto nº 1.861, de 19 de ABRIL de 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Adinael de Azevedo, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 67, III, da Lei Orgânica, considerando a autorização contida na Lei n° 567 de 15 de dezembro de 2017, em especial Art. 5º. – Orçamento 2017, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de **R$ 4.192,44 (Quatro mil cento e noventa e dois reais e quarenta e quatro centavos),** no atual orçamento;

Art. 2º Os créditos abertos na forma deste decreto serão cobertos por anulações de dotações em igual valor, observadas as seguintes programações orçamentárias:

ANULAÇÃO

PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA	VALOR R$
02.05.10.3010010.2046	3.3.90.32	97	**4..192,44**
TOTAL			**4.192,44**

SUPLEMENTAÇÃO

PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA	VALOR R$
02.05.10.3010010.2046	3.3.90.36	98	**4.192,44**
TOTAL			**4.192,44**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ADINAEL DE AZEVEDO
Prefeito

Publicado por:
Eder Pericles Knupp
Código Identificador:E8488FC4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

PUBLICAÇÃO Nº 174/2018

Novo Horizonte do Oeste - RO, 18 de abril de 2018.

O Prefeito do Município de Novo Horizonte do Oeste - Estado de Rondônia; Senhor **CLEITON ADRIANE CHEREGATTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei. **PUBLICA:**
Art. 1º- Através do presente fica publicado a Homologação da Licitação de Pregão Eletrônico n.º010/SEMUSA/2018; do processo administrativo n.º 123/CPL/2018, tendo como objetivo: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, tendo como vencedoras as empresas: A R SOBRINHO INFORMATICA CNPJ 17.546.254/0001-02 no valor de R$ 2.027,00 (dois mil vinte e sete reais), A. PAZINATO MARINGA - ME CNPJ 04.352.905/0001-81 no valor de R$ 61.058,96 (sessenta e um mil cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), CONCEITO HOSPITALAR EIRELI ME CNPJ 23.017.842/0001-51 no valor de R$ 37.136,89 (trinta e sete mil cento e trinta e seis reais e oitenta e nove centavos), GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA EPP GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA EPP CNPJ 62.413.869/0001-15 no valor de R$ 10.535,00 (dez mil quinhentos e trinta e cinco reais), J. R. COMERCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA EIRELI - ME CNPJ 12.406.354/0001-10 no valor de R$ 12.601,87 (doze mil seiscentos e um reais e oitenta e sete centavos), JAMARI COMÉRCIO DE EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP CNPJ 13.287.059/0001-54 no valor de R$ 2.729,00 (dois mil setecentos e vinte e nove reais), K.C.R.S. COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP CNPJ21.971.041/0001-03 no valor de R$ 8.550,21 (oito mil quinhentos e cinquenta reais e vinte e um centavos), LAPTOP INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA - EPP CNPJ 34.770.156/0001-73 no valor de R$ 3.799,96 (três mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), LDM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP 13.389.967/0001-59 no valor de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais), LOJAS TROPICAL COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ 10.285.079/0001-06 no valor de R$ 12.075,57 (doze mil setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), MBR FERNANDES EPP CNPJ 16.845.253/0001-04 no valor de R$ 9.899,85 (nove mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), N.V. VERDE & CIA LTDA - ME CNPJ 03.363.727/0001-21 no valor de R$ 6.382,16 (seis mil trezentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos), NORTEMEDICA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ 06.253.085/0001-04 no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), RONDOLAB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP CNPJ 18.964.366/0001-46 no valor de R$ 83.979,93 (oitenta e três mil novecentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos), V S DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA - ME CNPJ 05.255.167/0001-17 no valor de R$ 3.418,58 (três mil quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos), VS COSTA & CIA LTDA CNPJ 05.286.960/0001-83 no valor de R$ 6.980,50 (seis mil novecentos e oitenta reais e cinquenta centavos), XIX LABOR COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI CNPJ 29.274.611/0001-00 no valor de R$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), tudo baseado nos termos da Lei 8.666/93, Lei de 10.520/02, Decreto 7.892/13 e Decreto 5.450/05. Publicação esta para cumprimento ao exposto na Lei Municipal n.º 240/2002.

CLEITON ADRIANE CHEREGATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Ataídes Zuconelli
Código Identificador:52512E0E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 056/SEMUSA/2018
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 056/CPL/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, referente a publicação nº 175 de 19/04/2018, torna público para conhecimentos dos interessados, que encontra-se instaurada licitação sob a modalidade de pregão eletrônico SRP Nº 021/CPL/2018, para atender a necessidades das secretarias do municipio de Novo Horizonte do Oeste, concernente a:

DO OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, tudo baseado nos termos das Leis 8.666/93, 7.892/03, 10.520/02 e Decreto nº 5.450/05.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A sessão de abertura será realizada dia 07 de Maio de 2018, do corrente ano às 10:00 horas (horário de Brasília) no site www.licitanet.com.br.

DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA DA CATEGORIA ECONÔMICA:
As despesas serão empenhadas nas fichas conforme descrito abaixo:
SECRETARIA DE SAUDE
Projeto Atividade 2, 037, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 156
Projeto Atividade 2, 039, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 165
Projeto Atividade 2, 036, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 151
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto Atividade 2, 043, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 184
Projeto Atividade 2, 041, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 177

Projeto Atividade 2, 046, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 204
Projeto Atividade 2, 051, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 244
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Projeto Atividade 2, 010, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 50.
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Projeto Atividade 2, 004, Elemento de Despesa 44.90.52 e Ficha 26.
Valor total estimado de R$ 163.313,68

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou solicitação por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico www.novohorizonte.ro.gov.br, onde poderá ser adquirido o edital completo juntamente com seus anexos para a ciência dos autos.

Novo Horizonte do Oeste – RO, 19 de Abril de 2018.

MARCOS ANTONIO DA SILVA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Elias de Oliveira
Código Identificador:B255A53E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

ORGÃO EMITENTE	LAUDA Nº 008
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE	DATA:
	16/04/2018

DECRETO Nº 11.488 DE 17 DE ABRIL DE 2018

"EXONERA A PEDIDO, O SERVIDOR FÁBIO SANTOS SILVA DO QUADRO DE CARGOS E EMPREGOS PERMANENTES DA PREFEITURA MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando o Processo Administrativo nº 1785/2018,
R E S O L V E:
Art. 1º: Exonerar, a pedido, o servidor FABIO SANTOS SILVA, cadastro nº 54259, Agente de Portaria e Vigilância, do Quadro de Cargos e Empregos Permanente da Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02 de abril de 2018.

VAGNO GONÇALVES BARROS
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Ursolina Freire Martines
Código Identificador:CF4DE3F2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTA BUENO

CENTRAL DE COMPRAS
PORTARIA N°025/COMPRAS/2018

A Diretora Substituta da Central de Compras da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO**, Juliana Soares Lopes**, no uso das atribuições que lhes são conferidas, nos termos do art. 3º do Decreto Municipal nº. 2.554/2007 de 17 de Maio de 2007, pela presente, considerando o que dispõe o Decreto Municipal nº. 2.344/2005 de 30 de Dezembro de 2005, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, de 21.06.93, atualizada pela Lei 8.883/94, de 08.06.94 e a Lei 10.520, de 17 de Julho de 2002. Considerando também a necessidade de melhor atender ao interesse público, através de realizações mais ágeis e eficientes nos procedimentos de compras de bens e contratação de serviços comuns na Administração do Município de Pimenta Bueno.

Resolve:
Artigo 1º - Designar pregoeiro **Edvaldo Ferreira da Silva**, nomeado através da Portaria nº. 022/2017 de, 03 de Janeiro de 2017, para conduzir o **Pregão Eletrônico 025/2018,** referente ao Processo Administrativo **1191/2018.**

Artigo 2º - Equipe de apoio composta por **Nair Maria Vieira, Sidney Ferreira Pinto e Antônio Lisboa Fernandes**, nomeados através do Decreto Municipal nº. 4511/2017 de 20 de Janeiro de 2017.

Artigo 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Pimenta Bueno, em 18 de Abril de 2018.

JULIANA S LOPES
Diretora(substituta) da Central de Compras

Publicado por:
Tainara Ribeiro M. T. Martins
Código Identificador:4E90AA34

CENTRAL DE COMPRAS
PORTARIA N°027/COMPRAS/2018

A Diretora Substituta da Central de Compras da Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO**, Juliana Soares Lopes**, no uso das atribuições que lhes são conferidas, nos termos do art. 3º do Decreto Municipal nº. 2.554/2007 de 17 de Maio de 2007, pela presente, considerando o que dispõe o Decreto Municipal nº. 2.344/2005 de 30 de Dezembro de 2005, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, de 21.06.93, atualizada pela Lei 8.883/94, de 08.06.94 e a Lei 10.520, de 17 de Julho de 2002. Considerando também a necessidade de melhor atender ao interesse público, através de realizações mais ágeis e eficientes nos procedimentos de compras de bens e contratação de serviços comuns na Administração do Município de Pimenta Bueno.

Resolve:
Artigo 1º - Designar pregoeiro **Edvaldo Ferreira da Silva**, nomeado através da Portaria nº. 022/2017 de, 03 de Janeiro de 2017, para conduzir o **Pregão Eletrônico 027/2018,** referente ao Processo Administrativo **7902/2017.**

Artigo 2º - Equipe de apoio composta por **Nair Maria Vieira, Sidney Ferreira Pinto e Antônio Lisboa Fernandes**, nomeados através do Decreto Municipal nº. 4511/2017 de 20 de Janeiro de 2017.

Artigo 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Pimenta Bueno, em 19 de Abril de 2018.

JULIANA S LOPES
Diretora Substituta da Central de Compras

Publicado por:
Tainara Ribeiro M. T. Martins
Código Identificador:E7F1E8B5

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL N.º 270/2018 DE, 19 DE ABRIL DE 2018.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO – RO, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2.152/2018.*

RESOLVE:

Art. 1.º *Arbitrar e conceder 32 (trinta e duas) diárias de alimentação para os dias 17 e 30/04, 16 e 27/04, 08 e 22/05, 09 e 23/05, 05 e 19/06, 06 e 20/06, 03 e 17/07, 04 e 18/07, no valor unitário de R$-30,00 (trinta reais) perfazendo o total de R$-960,00 (novecentos e sessenta reais) para os servidores abaixo, tendo em vista que os mesmos se deslocarão para zona rural para entrega de gêneros alimentícios nas escolas municipais.*

· ***JOSIEL RIBEIRO LEÃO - MOTORISTA***
CPF 944.773.102 - 34
16 (dezesseis) diárias no valor de R$-480,00

· ***ERONALDO RIBEIRO ARCE - MOTORISTA***
CPF 308.760.951 - 04
16 (dezesseis) diárias no valor de R$-480,00

Art. 2.º *O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno o mesmo.*

Art. 3.º *Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.*

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 19 de Abril de 2.018

JULIANA ARAUJO VICENTE ROQUE
Prefeita

Publicado por:
Tainara Ribeiro M. T. Martins
Código Identificador:B1E49134

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 268/2018 DE, 19 DE ABRIL DE 2.018

DISPÕE SOBRE O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO DO IPTU DE 2017 E NOTIFICAÇÕES DE DÉBITOS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO, no uso das atribuições que lhes são lhes são conferidas por lei, e
Considerando o disposto no Código Tributário Municipal, Lei nº. 854/GP/2000, de 26 de dezembro de 2.000, e Lei Municipal Complementar 002/2010 de 04 de agosto de 2010, e Lei Municipal 1.970/2.013 e visando melhorar a arrecadação municipal, bem como a redução dos gastos com lançamento, notificação e fiscalização, IPTU(s) dos imóveis desta cidade no exercício de 2.017;

Considerando o disposto no Decreto Regulamentar Municipal Nº 285/2018 e alterações vigentes;

Considerando que é exercício regular do Poder de Polícia a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito dos

administrados em face ao interesse da coletividade, conforme prescreve o artigo 234 do Código Tributário municipal;
R E S O L V E

Art. 1.º Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para a montagem e a entrega do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Lixo e da COSIP do exercício de 2018 e entrega de notificações de débitos, composto pelos servidores abaixo relacionados:

I – Amauri Ramos de Campos - SEMFAZ - Matricula 102455
II – Ariele Almeida Queiroz - SEMPLAN - Matricula 103549
III – Ianni Lovo Barbosa - SEMPLAN - Matricula 103547
IV – Oséias Almeida Marques - SEMPLAN - Matricula 102460
V – Paulo Miuk G. Junior - SEMAD - Matricula 103927
VI – Derluci da Rosa Castro - SEMAD - Matricula 103290
VII – Geraldo Henriques Rodrigues - SEMFAZ - Matricula 100286
VIII – Maria Amélia Dias de Almeida - SEMAST - Matricula 102253;
IX – Adelhanna Bastos Spanholi - GP/PGM - Matricula 103906
X – Lilian Araújo Crivelli - SEMAD - Matricula 103212
XI – Edvaldo Ferreira da Silva - SEMAD - Matricula 100075
XII – Angela Maria de Freitas - SEMAGRI – Matricula 102247 XIII – Marilia Pires - SEMAD - Matricula 103723
Art. 2.º Os servidores acima nomeados farão jus a Gratificação de Produtividade Variável estabelecida no Decreto Regulamentar nº 291/2018.

Art. 3.º Cada membro do Grupo Especial de Trabalho deverá elaborar relatório individualizado em modelo padronizado contendo o quantitativo expresso da seguinte forma:

a) – Quantidade de carnês entregues em mãos para o morador da residência;
b) – Quantidade de carnês entregues na caixa do correio e/ou outras formas;
c) – Quantidade de endereços que não foram localizados.

§ 1.º A entrega deve ser realizada exclusivamente pelos membros do grupo, não sendo autorizada a entrega por pessoas adversas do grupo, caso ocorra o membro responderá pelos atos, inclusive através de processo administrativo disciplinar (se for o caso).

§ 2.º Deverá ser comprovado, no mínimo de 50% de assinatura de alguém que esteja no imóvel, do total entregue de carnê de IPTU, caso não atingir o percentual o servidor perderá pela entrega que ultrapassar sem as assinaturas.

§ 3.º É de responsabilidade de cada membro do grupo apresentar o relatório de prestação de contas individual e dentro do prazo suficiente para envio à folha de pagamento, o membro que não encaminhar em tempo hábil só receberá na próxima folha de pagamento.

Art. 4.º O Grupo Especial de Entrega de IPTU de 2017, de que trata esta Portaria, deverão exercer suas atividades em jornada especial, fora do horário normal de expediente para não comprometer o andamento das demais atividades da administração.

Art. 5.º Fica proibido todos os servidores integrantes da comissão efetuar entrega de carnê de IPTU de segunda a sexta no horário das 07h:30 as 13:30 exceto aos finais de semana e feriados, o horário máximo para entrega será até as 18h:00.

Art. 6.º O Grupo Especial Trabalho terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realizar a distribuição dos carnês aos contribuintes.

Art. 7.º A contagem do prazo citado no artigo 6.º inicia-se após a efetivação da entrega dos carnês ao grupo especial de trabalho e mediante a Ordem de Serviço, autorizando o inicio das atividades.

Art. 8.º O Grupo Especial de Trabalho será coordenado pelo servidor Amauri Ramos de Campos – Agente Administrativo, lotado na Coordenadoria de Receitas/SEMFAZ, responsável também pela emissão da ordem de serviço e pelo planejamento e organização das ações a serem desenvolvidas, bem como as metas a serem cumpridas, além de se reunirem com os membros do Grupo, para treina-los e dar ciência das obrigações de cada um para o fiel cumprimento do que dispõe este decreto.

Art. 9.º Qualquer conduta adversa ao que determina essa Portaria será de responsabilidade do servidor.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno – RO, 19 de Abril de 2018.

JULIANA ARAÚJO VICENTE ROQUE
Prefeita

Publicado por:
Tainara Ribeiro M. T. Martins
Código Identificador:62F57574

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL N.º 266/2018 DE, 18 DE ABRIL DE 2018.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, e

Considerando o memorando 175/SEMAST/2018.

Considerando a ausência do Secretário Municipal de Assistência Social e Trabalho - SEMAST, MARCELO AUGUSTO STOCCO nos dias 18,19 e 20/04/2018 que se encontrará em Porto Velho/RO, participando da REUNIÃO ORDINARIA DA COMISSÃO INTER GESTORA BIPARTI-TE CIB.

R E S O L V E

Art. 1.º Nomear a Senhora LUCIMAR ROQUE, brasileira, solteira, nível superior, portadora da cédula de identidade RG. n.º 280.044 SSP/RO, inscrita no CPF n.º 242.450.972-72, residente e domiciliada na Rua Riachuelo nº 1.166, Bairro CTG, nesta cidade, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração Geral, para assinar todos os documentos inerentes a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, zelando pelo bom andamento dos serviços daquela secretaria.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 18 de abril de 2018.

JULIANA ARAÚJO VICENTE ROQUE
Prefeita

Publicado por:
Tainara Ribeiro M. T. Martins
Código Identificador:4890ACEA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO REGULAMENTAR MUNICIPAL N.º 291/2018 DE, 18 DE ABRIL DE 2018

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE VARIÁVEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**"**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO, no uso das atribuições que lhes são lhes são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º A Gratificação de Produtividade Variável, a que se refere o Art. 37, Inciso IV, alínea "f" da Lei Municipal nº 1.385/2007, incluída pela Lei Municipal 1.666/2011, fica regulamentada segundo as disposições deste Decreto.

Art. 2ºA Gratificação de Produtividade Variável é devida aos servidores municipais efetivos nomeados para compor as Comissões de: Sindicância, Processo Disciplinar, de Regularização Fundiária e Comissão para entrega do carnê de IPTU em conjunto com notificações de débitos.

Parágrafo único. Aplica-se ás Comissões descritas nos caput deste artigo, dentre outras, ás normas estipuladas nas Leis Municipais nº 1.380/2007, nº 1.385/2007 e 1.386/2007 – Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Art. 3º A Gratificação de Produtividade Variável será auferida por pontos, conforme valores fixados na Tabela do Anexo I deste Decreto.

§ 1º O valor do ponto será equivalente ao valor de 0,017 (dezessete centésimos) da Unidade Fiscal de Pimenta Bueno – UVF vigente.

§ 2º A soma auferida pelos trabalhos concluídos conforme tabela do Anexo I deste Decreto será paga de forma individual para cada membro da comissão.
§ 3º O Coordenador da equipe será pago conforme item 3.2 do anexo I deste decreto.

Art. 4º A Gratificação de Produtividade Variável será paga somente após a conclusão definitiva dos trabalhos das Comissões, inclusive no caso da Comissão Especial para Regularização e Comissão para entrega do carnê de IPTU.

Parágrafo único. Para pagamento da Gratificação de Produtividade Variável, cada Comissão designada, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração Geral, até o dia 10 do mês posterior a conclusão dos trabalhos, relatório de atividades com a somatória dos pontos auferidos, nos termos do art. 3º deste Decreto Regulamentar.

Art. 5º O pagamento da Gratificação de Produtividade Variável está condicionada à tempestiva conclusão dos prazos legais inerentes as Comissões discriminadas no art. 2º deste Decreto, não fazendo jus a Gratificação de Produtividade a Comissão que extrapolar os prazos para conclusão dos trabalhos.

Art. 6º A Gratificação de Produtividade Variável é acumulável com quaisquer outras vantagens pecuniárias atribuídas ao servidor.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se em especial o Decreto Regulamentar Municipal nº 212/2015 e alterações.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,
Pimenta Bueno, 18 de Abril de 2.018

JULIANA ARAUJO VICENTE ROQUE
Prefeita

ANEXO - I

TABELA DE PONTUAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE VARIÁVEL

ITEM	PROCEDIMENTOS	PONTOS
1	Comissão de Processo Administrativo Disciplinar /Sindicância Administrativa	
1.1	Conclusão de Sindicância	600
1.2	Conclusão de Processo Administrativo Disciplinar	800
2	Comissão Especial de Regularização Fundiária	
2.1	Elaboração e Preenchimento do Boletim de Cadastro Imobiliário	5
2.2	Lançamento do Boletim de Cadastro Imobiliário coletado no sistema de informação de dados	5
3	Comissão para entrega do carnê de IPTU	
3.1	Entrega de carnê de IPTU por cadastro	1,5
3.2	Coordenador da comissão por cadastro	0,26
4	Comissão Especial para Regularização e Avaliação Patrimonial:	
4.1	Levantamento de Campo Físico Patrimonial "In Loco" por item	0,9
4.2	Planilhamento do Item 4.1 por processo	10
4.3	Relatório Fotográfico de Campo por item	01
4.4	Confrontamento de Dados (Campos X Sistemas)	02
4.5	Confecção do Relatório Final	04
4.6	Remoção dos Bens Inservíveis por item	01
4.7	Correção do Sistema por item	02
4.8	Baixa Devida e Destinação dos Bens (doação, Leilão, Incineração) por item	02
4.9	Depreciação por item	02
5	Reavaliação por item	02
5.1	Replaqueteamento por item	02
5.2	Montagem dos lotes para leilão por lotes	10

Palácio Vicente Homem Sobrinho
Pimenta Bueno, 18 de Abril de 2018

JULIANA ARAÚJO VICENTE ROQUE
Prefeita

Publicado por:
Tainara Ribeiro M. T. Martins
Código Identificador:9692B7C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 4899/2018 DE 18/04/2018

CNPJ 04.092.680/0001-71
Exercício: 2018

Decreto nº 4899/2018 de 18/04/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de PIMENTA BUENO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2361/2017 de 20/12/2017.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de R$ 3.400,00 (três mil quatrocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Fazenda	
04.001.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Fazenda	
04.001.04.122.1006.2.009.		Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	
31 - 3.1.90.94.00.00	10000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.400,00
Total Suplementação:			3.400,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Fazenda	
04.001.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Fazenda	
04.001.04.122.1006.2.009.		Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais	
29 - 3.1.90.11.00.00	10000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.400,00
Total Redução:			3.400,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PIMENTA BUENO , Estado de Rondônia, em 18/04/2018.

JULIANA ARAÚJO VICENTE ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tainara Ribeiro M. T. Martins
Código Identificador:91045B26

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA DE RATIFICAÇÃO 036/2018

ERRATA DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº036

Após análise das propostas, classificamos o lote de menor preço para a firma abaixo, com o fundamento legal no Artigo 24, inciso II da Lei n° 8.666 de 21 de Junho de 1993

Empresa Vencedora):
PROCESSO N°368/2018

Onde – lê –se:
ENDOCENTER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 23.198.416/0001-61
TOTAL: R$:1.000,00
VERA CECY M. M. LAGO & CIA LTDA
CNPJ:84.635.903/0001-39
TOTAL: R$:490,00
TOTAL GERAL R$:1.490,00.

Lê –se:

MONTEIRO & FREITAS LTDA
CNPJ: 02.418.447/0001-00
TOTAL: R$:1.500,00
VERA CECY M. M. LAGO & CIA LTDA
CNPJ:84.635.903/0001-39
TOTAL: R$:490,00
TOTAL GERAL R$: 1.990,00

Pimenteiras do Oeste, 19 de abril de 2018.

Publicado por:
Rodrigo Sordi Moreira
Código Identificador:8748144A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO UNILATERAL Nº 024/2018- PROC. ADM. 395/2013. DISTRATANTE:Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO. CNPJ nº 04.632.212/0001-42. DISTRATADO: PAULO M. DE CARVALHO ARAUJO - CNPJ nº 17.508.424/0001-84. DO OBJETO: RESCISÃO DO CONTRATO Nº 024/2014

Presidente Médici/RO, 12 de ABRIL de 2018.

EDILSON FERREIRA DE ALENCAR
Prefeito

Publicado por:
Gerlinda Prochnow
Código Identificador:FF2D2185

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 135/GP/2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, as Leis 441/GP/2007 e 590/GP/2011, e tendo em vista o que consta no **Processo n.º 442-1/GP/2018 e Memorando nº 037/GP/2018.**

RESOLVE:
Art. 1.º Arbitrar e conceder em caráter indenizatório 02 (duas) diárias de campo no valor unitário de R$ 50,00 (cinquenta reais), perfazendo o montante de R$ 100,00 (cem reais) em favor do **Assessor Jurídico – Wilson Nogueira Junior – CPF: 889.522.581-34,** que foi até Rolim de Moura, com veículo próprio no período de 05 e 06/04/2018, para participar de uma capacitação oferecida pelo Tribunal de Contas sobre a criação e implantação de Ouvidoria no Município de Primavera de Rondônia.

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de cinco dias após o retorno do mesmo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 18 dias do mês de Abril de 2018.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Cristina Ferreira
Código Identificador:C5ABA52F

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 136/GP/2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, as Leis 441/GP/2007 e 590/GP/2011, e tendo em vista o que consta no **Processo n.º 477-1/SEMSAU/2018 e Memorando nº 165/SEMSAU/2018.**

RESOLVE:
Art. 1.º Arbitrar e conceder 04 (quatro) diárias sendo 03 (três) diárias com pernoite no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e 01 (uma) diária sem pernoite no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), perfazendo o montante de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e também 02 (duas) passagens com destino Pimenta Bueno x Porto Velho x Pimenta Bueno no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) em favor do **Diretor da Vigilância Sanitária – José Renato Oliveira – CPF: 797.507.292-34,** que irá até Porto Velho, no período de 24 a 26/04/2018, para participar de uma capacitação sistema INFOVISA.

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de cinco dias após o retorno do mesmo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 18 dias do mês de Abril de 2018.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Cristina Ferreira
Código Identificador:E0F0FBC3

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 137/GP/2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, as Leis 441/GP/2007 e 590/GP/2011, e tendo em vista o que consta no **Processo n.º 437-1/SEMAS/2018 e Memorando 078/SEMAS/2018.**

RESOLVE:

Art. 1.º Arbitrar e conceder em caráter indenizatório 04 (quatro) diárias de campo referente ao período de 15/03/2018, no valor unitário de R$ 50,00 (cinquenta reais), perfazendo um valor Global de R$ 200,00 (duzentos reais) aos servidores subscritos, devido esse colegiado ter se deslocado até o município de Espigão do Oeste, para tratar de assuntos referentes ao Conselho da Criança e Adolescente, no veículo Oficial FIAT/PALIO WK ATTRAC 1.4 PLACA NCV2494.
- 01 (uma) diária de campo no valor global de R$ 50,00(cinquenta reais) em favor do **conselheiro tutelar** – **ROGÉRIO BARBOSA RODRIGUES – CPF: 002.267.532-98.**

- 01 (uma) diária de campo no valor global de R$ 50,00(cinquenta reais) em favor do **conselheiro tutelar** – **LEÔNCIO VILA NOGUEIRA – CPF: 858.620.532-04.**

- 01 (uma) diária de campo no valor global de R$ 50,00 (cinquenta reais) em favor do **conselheiro tutelar** – **BARBARA L. G. LOURENÇO – CPF: 003.458.091-01.**

- 01 (uma) diária no valor global de R$ 50,00 (cinquenta reais) em favor do **Motorista** – **ROMILDO MENDES PEREIRA – CPF: 627.401.052-15.**

Art. 2.ºO prazo máximo para prestação de contas é de cinco dias após o retorno do mesmo.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, aos 19 dias do mês de Abril de 2018.

Registre-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

EDUARDO BERTOLETTI SIVIERO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Cristina Ferreira
Código Identificador:A44D4768

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 799 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

LEI Nº 799 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial à Lei Orçamentária vigente, para atender ao Convênio nº 354/PGE-2017, celebrado entre o Estado de Rondônia e o Município de Rio Crespo/RO, por meio da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, visando à aquisição de parquinho/playground infantil e brinquedos para atender a EMEI Carrossel Dourado".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal abrir ao Orçamento Fiscal Municipal, Crédito Especial no valor de **R$ 43.068,10, (quarenta e três mil, sessenta e oito reais e dez centavos)**, para alocar na seguinte dotação orçamentária especialmente criada à Lei Orçamentária vigente.

Crédito Especial:

07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
07.**003**.00.000.0000.0.000.	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E LEGAIS
07.003.**12**.000.0000.0.000.	Educação
07.003.12.**365**.0000.0.000.	Educação Infantil
07.003.12.365.**0022**.0.000.	VIVA A INFÂNCIA
07.003.12.365.0022.**1.034**.	Aquisição de Playground Infantil e Brinquedos - Conv. nº 354/PGE-2017
0 – 4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Total da Suplementação 21237 – Convênio Estado - Educação	**R$ 43.068,10**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do Crédito de que trata o art. 1º será obtido na forma do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Paragrafo Primeiro – Proveniente de Recursos Vinculados, oriundos de Transferências Voluntárias do Estado, nos termos do Convênio n.º 354/PGE-2017, no valor de **R$ 40.000,00**, para finalidade específica relativa à ação: **aquisição de parquinho/playground infantil e brinquedos para atender a EMEI Carrossel Dourado.**

Parágrafo Segundo – A título de **contrapartida** servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias a ser discriminado no decreto de abertura, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de **R$ 3.068,10.**

Parágrafo terceiro – O rendimento proveniente da aplicação financeira poderá ser suplementado na dotação ora criada, para atender a aprovação constante do Convênio, Termo ou Ajuste.

Parágrafo quarto - Caso se faça necessária à devolução de valores não utilizados e o auferido com a aplicação financeira, em atendimento aos termos de convênios, fica igualmente autorizado à abertura dos créditos adicionais especiais respectivos, nos termos do *caput* do presente artigo.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as devidas compatibilizações nos instrumentos de planejamento e orçamento, decorrentes das alterações propostas por esta Lei, alterando-se a Lei Municipal n.º 786, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA 2018/2021), a Lei Municipal n.º 768, de 18 de setembro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO/2018) e a Lei Municipal n.º 787, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Municipal (LOA/2018), para o exercício de 2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio Crespo, 19 de abril de 2018.

EVANDRO EPIFÂNIO DE FARIA
Prefeito Municipal

Ag. 1178-9 / Conta: 60.716-9

Publicado por:
Isabel Epifânio de Faria Martins
Código Identificador:3821BC1B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 800 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

LEI Nº 800 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial à Lei Orçamentária vigente, para atender ao Convênio nº 031/18/PJ/DER-RO, celebrado entre o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos – DER-RO e o Município de Rio Crespo/RO, objetivando, Pavimentação Asfáltica com Drenagem, Meio Fio e Sarjeta em Ruas e Avenidas, numa extensão de 5.000,00 m, no município de Rio Crespo".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica

Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal abrir ao Orçamento Fiscal Municipal, Crédito Especial no valor de **R$ 2.695.269,06, (dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e seis centavos)**, para alocar na seguinte dotação orçamentária especialmente criada à Lei Orçamentária vigente.

Crédito Especial:

05.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SEMSU**
05.001.00.000.0000.0.000.	**SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
05.001.**15**.000.0000.0.000.	Urbanismo
05.001.15.**451**.0000.0.000.	Infraestrutura Urbana
05.001.15.451.**0051**.0.000.	PROGRAMA DE MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA
05.001.15.451.0051.**1.079**.	Pavimentação Asfáltica com Drenagem, Meio Fio e Sarjeta – **Conv. nº 031/18/PJ/DER-RO**
() – 4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES
Total da Suplementação 21437 – Convênio Estado (não relacionado a Saúde e Educação)	**R$ 2.695.269,06**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do Crédito de que trata o art. 1º será obtido na forma do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Paragrafo Primeiro – Proveniente de Recursos Vinculados, oriundos de Transferências Voluntárias do Estado, nos termos do Convênio n.º **031/18/PJ/DER-RO**, no valor de **R$ 2.695.269,06**, para finalidade específica relativa à ação: **Pavimentação Asfáltica com Drenagem, Meio Fio e Sarjeta em Ruas e Avenidas, numa extensão de 5.000,00 m, no município de Rio Crespo.**

Parágrafo Segundo – A título de **contrapartida** servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias a ser discriminado no decreto de abertura, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de **R$ 134.763,45.**

Parágrafo terceiro – O rendimento proveniente da aplicação financeira poderá ser suplementado na dotação ora criada, para atender a aprovação constante do Convênio, Termo ou Ajuste.

Parágrafo quarto - Caso se faça necessária à devolução de valores não utilizados e o auferido com a aplicação financeira, em atendimento aos termos de convênios, fica igualmente autorizado à abertura dos créditos adicionais especiais respectivos, nos termos do *caput* do presente artigo.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as devidas compatibilizações nos instrumentos de planejamento e orçamento, decorrentes das alterações propostas por esta Lei, alterando-se a Lei Municipal n.º 786, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA 2018/2021), a Lei Municipal n.º 768, de 18 de setembro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias (LDO/2018) e a Lei Municipal n.º 787, de 12 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Municipal (LOA/2018), para o exercício de 2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio Crespo, 19 de abril de 2018.

EVANDRO EPIFÂNIO DE FARIA
Prefeito Municipal

Ag. 1178-9 / Conta: 64.526-5

Publicado por:
Isabel Epifânio de Faria Martins
Código Identificador:A01ADC97

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 003/2018. DE 09 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA Nº 003/2018. DE 09 de Abril de 2018.

Dispõe sobre Autorização de realização de Processo Seletivo Simplificado e nomeação de membros Comissão para realização do certame e dá outras providências.

MARCOS CARLOS STEDILLE, Presidente do Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vaneide de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, através da Lei Municipal n°789, de 29 de Dezembro de 2017, Lei Municipal nº 795, de 26 de fevereiro de 2018, regulamentada através do Decreto n° 1327, de 05 de março de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a abertura de Processo Seletivo Simplificado, para a contratação de 03 (três) Administrativos, para atuar na Escola Municipal Vaneide de Oliveira, em conformidade com o que dispõe o Art. 4 da Lei 795/2018.

Art. 2º - Nomear os membros abaixo, para comporem a **Comissão do Processo Seletivo Simplificado** nº 001/2018, destinado a executar o Processo Seletivo Simplificado para a seleção de servidores temporários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vaneide de Oliveira:

1. Nome: Reginaldo Antônio Moreira – Professor 40 hs – Matrícula nº 364

2. Nome: Terezinha Gomes – Auxiliar Administrativo – Matrícula nº 42

3. Nome: Rosangela Martins de Oliveira dos Santos – Professora 40 Horas – Matrícula n° 1040.

Art. 2º - A presidência da Comissão será exercida pelo primeiro (a) nomeado (a).

Art. 3º - A **Comissão do Processo Seletivo Simplificado** nº 001/2018, que trata a presente Portaria deverá adotar as medidas e providencias necessária a realização do da análise, e acompanhar e fiscalizar sua realização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Crespo., 09 de Abril de 2018.

MARCOS CARLOS STEDILLE
Presidente do Conselho Escolar

Publicado por:
Isabel Epifânio de Faria Martins
Código Identificador:8E4A6087

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2908/2018-GAB-PREF. DE 12 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA Nº 2908/2018-GAB-PREF. DE 12 DE ABRIL DE 2018

EVANDRO EPIFANIO DE FARIA, Prefeito Municipal de Rio Crespo-RO., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. – 1º - Conceder licença Prêmio por Assiduidade, de acordo com o artigo 75 da Lei Municipal nº. 023/1993, e Lei 563/2012 a servidora efetiva **LILIAN MARTINS DA SILVA**, Médica 40 Horas, Matricula nº 1068, pertencente ao Quadro pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Rio Crespo, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 02.05.2018 a 02.06.2018, referente ao 1º quinquênio.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrario.

Gabinete do Prefeito, 12 de abril de 2018.

EVANDRO EPIFANIO DE FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Epifânio de Faria Martins
Código Identificador:7DAEC16D

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ADMINISTRATIVO, POR PRAZO DETERMINADO. EDITAL Nº 001/2018

Processo Seletivo Simplificado para contratação de Administrativo, por prazo determinado.

EDITAL Nº 001/2018

O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF. VANEIDE DE OLIVEIRA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.684.797/0001- 93, estabelecido com sua sede situado na Rua Cerejeiras n° 1570, Setor 03, Rio Crespo – Rondônia, considerando a necessidade inadiável e excepcional interesse para atender à clientela escolar na Educação de Ensino Fundamental na Escola, torna público que realizará contratação emergencial por prazo determinado. A contratação emergencial ocorrerá mediante Teste Seletivo Simplificado Classificatório ocorrendo através de Análise de Currículos (escolaridade) para suprir as vagas em aberto no quadro de servidores da EMEF. VANEIDE DE OLIVEIRA, **nos turnos matutino e vespertino,** de acordo com as necessidades da escola pública da rede municipal de ensino, aos interessados residentes no Município de Rio Crespo-RO.

DOS CARGOS, DA CARGA HORÁRIA, DAS VAGAS, DA REMUNERAÇÃO E DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS.

O presente Teste Seletivo Simplificado Classificatório que ocorrerá através da Análise de Currículos (escolaridade), tem como objetivo a seleção de profissionais, conforme cargos, carga horária, vagas, local de atuação, remuneração e requisitos mínimos exigidos constantes na tabela abaixo:

Cargos	Carga Horária Semanal	Vagas	Local de Atuação	Remuneração	Requisitos mínimos exigidos à investidura
Administrativo	44 h/s	03	EMEF. Vaneide de Oliveira	R$ 954,00	Ensino Médio Completo

1.1. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
As atribuições dos cargos a serem providos por este Teste Seletivo Simplificado Classificatório são os constantes no Decreto-Lei nº 5.452/43, que dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho e,

DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
Digitar documentos simples e planilhas;
Colaborar no controle dos prazos de entrega de materiais e na sua cobrança;
Participar da classificação, registro e organização dos materiais de consumo;
Colaborar na organização do cadastro de pessoal;
Receber, encaminhar, arquivar, registrar e classificar documentos, sob a orientação do superior do setor;
Operar arquivos e fichários;
Redigir atos administrativos simples;
Organizar agenda de entrevistas com pessoal;
Operar e zelar pelo perfeito funcionamento de computadores, máquinas duplicadoras, copiadoras e áudio visuais;
Alcear e grampear os trabalhos digitados, preparando-os para entrega, bem como conferir a digitação de documentos redigidos e aprovados;
Executar outras tarefas correlatas.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. **Período**: de 23 a 25 de Abril 2018.

2.2. **Local de Inscrição**: Na Secretaria da **EMEF. VANEIDE DE OLIVEIRA**, situado na Rua: Cerejeiras n° 1570, Setor 03 em Rio Crespo – Rondônia. Fone: (69) 3539-2392.

2.3. **Horários:** das **07h30min às 11h30min.**

DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1. A inscrição realizar-se-á no ato do preenchimento de todos os campos da Ficha de Inscrição apresentada pelo candidato, com letras legíveis, acompanhadas das cópias e originais dos seguintes documentos:

a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida;
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Cédula da Identidade – RG;
d) Diploma, Certificado e/ou Histórico conforme escolaridade exigida;
e) Certificados e/ou diplomas de Curso de Informática;
f) Comprovação de participação em cursos;
g) Comprovante de residência;
h) Curriculum devidamente preenchido e assinado;
i) Cópia dos documentos dos filhos menores.

3.2.Todos os documentos serão recebidos somente no ato da inscrição, segundo data estabelecida neste Edital. Portanto, a inscrição efetivar-se-á mediante preenchimento da ficha de inscrição e apresentação dos documentos do item 3.1;

3.3. A inscrição realizada será de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato. A Comissão não se responsabiliza por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição.

3.4. Junto com o currículo e ficha de inscrição o candidato deverá trazer envelope onde serão colocados os documentos e ficha de inscrição e lacrado em sua presença, após a conferência.

4. **DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO**

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até o dia 19 de Abril de 2018;
c) Possuir, na data da inscrição, escolaridade comprovada correspondente ao cargo que estiver concorrendo;
d) Apresentar copia do certificado de Curso de Informática;

5. DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

5.1. Será admitida a inscrição por procuração, desde que devidamente registrada em cartório, acompanhada das cópias legíveis e devidamente autenticadas.

5.2. O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, depois de efetuada a inscrição.

5.3. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade das informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

6. DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

6.1. Os candidatos classificados serão admitidos em caráter emergencial e temporário, para suprir as vagas em aberto no quadro de servidores do DA EMEF. VANEIDE DE OLIVEIRA, nos turnos matutino e vespertino, de acordo com as necessidades da escola pública da rede municipal de ensino, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

7. DOS LOCAIS DE TRABALHO

7.1. Os contratados deverão desempenhar suas atividades na Escola pública da rede municipal de ensino, **EMEF. VANEIDE DE OLIVEIRA** do Município de Rio Crespo, nos turnos matutino e vespertino, de acordo com as necessidades da escola.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

8.1. Processo Seletivo Simplificado compreenderá as seguintes etapas: inscrição e entrega dos títulos simultâneos, conferência/análise de curricular, teste escrito de informática, classificação, convocação e contratação, de caráter eliminatório e classificatório, obedecendo ao sistema de pontuação estabelecido na tabela abaixo.

8.2. A etapa de conferência/análise de curricular será realizada pela Comissão Auxiliar de Análise de Títulos do Processo Seletivo Simplificado do CEEMEF. Vaneide de Oliveira, nomeada através da Portaria nº. 003/2018, datada de 09 de Abril de 2018, sendo de caráter eliminatório (será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 30,00 pontos no quesito escolaridade) e classificatório (serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 30,00).

8.3. O Processo Seletivo Simplificado constará de Análise dos Curriculum e Avaliação de Títulos, Teste escrito de informática e em caso de empate teste prático de informática;

8.4. As etapas de classificação e convocação serão divulgadas no mural da EMEF. Vaneide de Oliveira.

8.5. A etapa de contratação dos profissionais será efetivada somente após a homologação do Processo Seletivo Simplificado.

8.6. Para efeito de classificação, a atribuição de pontos para os títulos declarados obedecerá aos critérios definidos na tabela abaixo, e na contagem geral dos títulos não serão computados os que ultrapassarem os limites estabelecidos de 100 (cem) pontos.

DOCUMENTOS APRESENTADOS	PONTUAÇÃO	MÁXIMO DE A DOCUMENTOS APRESENTAR	NOTA MÁXIMA
Comprovante de escolaridade	( ) 20 pontos, para nível fundamental; ( ) 30 pontos, para nível médio;	1 documento por escolaridade	50
Curso de Informática	( ) 10 pontos	Até 01 certificado	10
Prova escrita de informática básica (Word, Excel, Power Point)	( ) 2 pontos por acerto das questões	10 Questões	20
Participação em cursos na área com carga horária mínima de 08 horas. (05 pontos por certificado)	( ) 05 pontos ( ) 05 pontos ( ) 05 pontos ( ) 05 pontos	Até 04 certificados	20
Total de Pontos			100

8.7. Para fins de pontuação os cursos apresentados deverão obedecer ao que rege o presente edital.

8.8. A documentação de escolaridade expedida por órgãos estrangeiros só terá validade quando revalidada pelo MEC.

8.9. Na hipótese de não comprovação dos requisitos exigidos para o cargo pleiteado, o candidato será considerado **INAPTO** ao Processo Seletivo Simplificado.

9. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:
9.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente, de acordo com a somatória dos pontos obtidos na Análise de Curricular/Títulos;
9.2. A pontuação será cumulativa, sendo classificado o candidato que obtiver maior pontuação;

9.3. A prova escrita será realizada na EMEF. Vaneide de Oliveira, conforme Anexo I do Cronograma, os portões serão fechados as 08:00, os candidatos deverão apresentar documento com foto original.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

10.1. Ocorrendo empate na Análise de Títulos e prova escrita de informática, conforme critérios definidos no item 8.6 o desempate será levado em consideração a seguinte ordem de prioridade:
I – Maior quantidade de acertos no teste prático de informática;
II – Maioridade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.
III – Maior número de filhos;
IV – Filho com menor idade.

11. DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO:

11.1. Após a etapa de classificação, após o julgamento dos recursos, o resultado final será divulgado no dia 08/05/2018, no mural da EMEF. Vaneide de Oliveira.

12.1 DOS RECURSOS

12.2. Período: A contar da publicação do resultado da etapa de conferência e análise dos títulos, os candidatos terão o prazo de 01 (um) dia útil, para interposição de recursos.

12.3. Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria da EMEF. Vaneide de Oliveira.

12.4. O candidato que recorrer mediante procuração, assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante na formulação do recurso.

12.5. Se não houver recursos por parte dos candidatos, com relação ao referido resultado, ou após sua análise, julgamento e divulgação, o Presidente do CEEMEF. Vaneide de Oliveira homologará o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, publicando-o de acordo com disposto no item 9.8.

13. DA CONVOCAÇÃO

13.1. Os candidatos classificados serão convocados por meio de edital específico disponível no mural da EMEF. Vaneide de Oliveira na data estabelecida neste edital.

13.2. A convocação será realizada pelo CEEMEF. Vaneide de Oliveira, autorizado pelo senhor presidente, de acordo com o número de vagas.
14. DA CONTRATAÇÃO E LOTAÇÃO

14.1. O candidato aprovado será convocado para suprir as vagas em aberto no quadro de servidores da **EMEF. VANEIDE DE OLIVEIRA**, nos turnos matutino e vespertino, de acordo com as necessidades da escola. O mesmo deverá apresentar-se no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da publicação da homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado Classificatório, para assinatura do Contrato de Trabalho, pelo qual concorreu na Secretaria da Escola, portando cópia dos seguintes documentos, acompanhados do original:
a) Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Título Eleitoral;
d) Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;
e) Certidão de Nascimento ou Casamento;
f) Se, do sexo masculino, comprovante de estar quite com as obrigações militares;
g) 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
h)Comprovantes de escolaridade;
i) Carteira de trabalho e Previdência Social (página de identificação – frente e verso -, página da última contratação);
j) Apresentar o cartão da conta corrente no Banco do Brasil;
k) Certidão Negativa do Tribunal de Contas (www.tce.ro.gov.br);
l) Certidão Cível e Criminal da Justiça Estadual;
m) Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (www.ro.trf1.gov.br);
n) Certidão de nascimento dos dependentes menores de 14 anos, acompanhado de carteira de vacinação e comprovação de frequência à escola, devidamente atualizada;
o) Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;
p) Comprovante de residência;

14.2. O candidato convocado que não comparecer para a assinatura do Contrato de Trabalho, dentro do prazo preestabelecido no item 14.1, será tido como desistente tendo a comissão que convocar o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição.

15. INFORMAÇÕES

15.1. **O CONSELHO ESCOLAR DA EMEF. VANEIDE DE OLIVEIRA**, situado na Rua: Cerejeiras nº 1570, Setor 03 em Rio Crespo – Rondônia. Telefone: (69) 3539-2392. O presente Edital 001/2018, estará disponível no mural em e no endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/arom/

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá a validade de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.
16.2 Os contratos terão prazo de validade de 01 (um) ano, podendo a critério do Conselho Escolar da EMEF. Vaneide de Oliveira, ser prorrogado por igual período.
16.3. Ao critério da Administração poderão ser chamados os candidatos que atingirem a pontuação mínima exigida, até o número de vagas existentes na legislação vigente ou que vierem a ser criadas.

16.4. Será excluído o candidato que fizer declaração falsa e/ou inexata e/ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pera à contratação.
16.5. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar constantemente os prazos e publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado, desde o Edital de abertura até o final de convocação.
16.6. Após a leitura completa deste Edital, as dúvidas em relação ao mesmo deverão ser dirimidas junto a Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Vaneide de Oliveira".

16.7. Os casos omissos serão resolvidos e julgados pela Comissão Auxiliar de Análise de Títulos do Processo Seletivo Simplificado do CEEMEF. Vaneide de Oliveira, nomeada através da Portaria nº. 003/2018, 09 de Abril de 2018 e na hipótese da complexidade dos casos serão submetidos à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

16.8. Após a conclusão de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado o resultado final será homologado pelo Ilmo Senhor Presidente do CEEMEF. Vaneide de Oliveira.

Rio Crespo/RO., 19 de Abril de 2018.

MARCOS CARLOS STEDILLE
Presidente

ANEXO I
CRONOGRAMA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2018	
EVENTOS	**DATAS**
Data prevista para publicação do Edital de inscrições no Processo Seletivo Simplificado	19/04/2018
Período de inscrições	23 a 25/04/2018
Data prevista para homologação das inscrições	26/04/2018
Período previsto para interposição de recurso contra as inscrições	27/04/2018
Período de Análise de Títulos pela comissão	30/04/2018
Teste escrito informática	02/05/2018
Divulgação do resultado preliminar de análise de títulos e teste escrito	03/05/2018
Período previsto para interposição de recurso do resultado publicado dos títulos e teste escrito	04/05/2018
Teste prático de Informática em caso de empate	07/05/2018
Data prevista para publicação do resultado final após análise dos recursos	08/05/2018
Data prevista para homologação do Resultado Final	08/05/2018
REALIZAÇÃO: Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vaneide de Oliveira.	

Certifico que este ato foi publicado mediante Afixação no Mural da EMEF. Vaneide de Oliveira.
_____/_____/2018.

Assinatura:_____

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO N° _____/2018.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2018.
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

NOME DO CANDIDATO (a):		
CPF:	DOCUMENTO IDENTIDADE N°:	ÓRGÃO EMISSOR:
DATA DE NASCIMENTO:	ESTADO CIVIL	
ENDEREÇO:	Nº	SETOR:
CIDADE:	UF/EST.:	CEP:
TELEFONE FIXO:	TELEFONE CELULAR:	

DEFINIÇÃO DO CARGO E ÁREA DE ATUAÇÃO:

INDICAÇÃO DO CARGO:	
O candidato DECLARA conhecer na íntegra o teor do Edital nº. 001/2018 e CONCORDA com o seu conteúdo, sendo sabedor de que no ato desta deverá fazer a apresentação de cópias dos documentos exigidos conforme o cargo pretendido.	**A PRESENTE INSCRIÇÃO ESTÁ:** ( ) **DEFERIDA**
DECLARA ainda, que os dados acima descritos são verdadeiros e REQUER sua inscrição para o cargo acima selecionado e se responsabiliza por tais informações.	( ) **INDEREFERIDA**
Assinatura do candidato.....	_____ Responsável pela Inscrição
RIO CRESPO, _____ DE ABRIL DE 2018.	

INSCRIÇÃO GRATUITA VIA COMISSÃO

.....corte aqui.....

FICHA DE INSCRIÇÃO N°.....2018 (Processo Seletivo Simplificado) Edital 001/18.

NOME COMPLETO DO CANDIDATO:	
NOME DO CARGO:	
DOCUMENTO DE IDENTIDADE:	**ÓRGÃO EXPEDIDOR:**

INSCRIÇÃO GRATUITA VIA DO CANDIDATO

Responsável pelo recebimento da documentação: _____

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A VIA ORIGINAL PARA CONFERÊNCIA:
a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida;
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Cédula da Identidade – RG;
d) Diploma, Certificado e/ou Histórico conforme escolaridade exigida;
e) Certificados e/ou diplomas de Curso de Informática;
f) Comprovação de participação em cursos;
g) Comprovante de residência;
h) Cópia dos documentos filhos menores.

Todos os documentos serão recebidos no ato da inscrição.
A inscrição efetivar-se-á mediante a entrega de todos os documentos exigidos e preenchimento da ficha de inscrição.

Publicado por:
Isabel Epifânio de Faria Martins
Código Identificador:5E83958C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº16-2018 ELETRÔNICO

A Pregoeira do Município de Rolim de Moura - RO, torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO,** modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo "Menor Preço" por item, concernente a **FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE ROÇADEIRA,**

MOTOSSERRA E TRATOR CORTADOR DE GRAMA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, valor estimado **R$55.985,12** (cinquenta e cinco mil e novecentos e oitenta e cinco reais e doze centavos). **Fica suspensa a sessão de abertura marcada para o dia 30 de abril de 2018**, **às 09:00 (horário de Brasília).** Tendo em vista, a adequação do edital no que tange especificação dos itens. O portal gerenciador desta licitação: Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), maiores esclarecimento a respeito deste aviso através do site: www.rolimdemoura.ro.gov.br ou pelo e-mail: semcol.rolimdemoura@gmail.com ou rosangelapmrm@hotmail.com, ou diretamente na CPL através do telefone mencionado em seguida ou no endereço indicado. Da autorização: **Processo Administrativo nº 362/2018**. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º **(69) 3442-3100.**

Rolim de Moura, 19 de abril de 2018.

ROSANGELA LUCIA DA SILVA
Pregoeira
Portaria nº 75/2018

Publicado por:
Rosangela Lucia Silva
Código Identificador:9934231D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 011/2018
PRESENCIAL NOVA DATA

O Pregoeiro do Município de Rolim de Moura - RO, torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade Pregão, na forma Presencial, tipo "Menor Preço" por item, concernente a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, valor estimado **R$ 95.438,00** (noventa e cinco mil quatrocentos e trinta e oito reais). A nova data da sessão de abertura está marcada para o dia **03 de maio de 2018 às 09:00 horas** (horário de Rondônia), a sessão de abertura será realizada na sala do Departamento de Compras e Licitação, na Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, e ainda o Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.observatoriorm.org.br, e
www.rolimdemoura.ro.gov.br ou pelo e-mail:
semcol.rolimdemoura@gmail.com, ou diretamente na CPL através do telefone mencionado em seguida ou no endereço indicado. Da autorização: **Processo Administrativo nº 0183/2018**. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100.

Rolim de Moura, 19 de abril de 2018.

TIAGO ANDERSON SANT' ANA SILVA
Pregoeiro
Portaria nº 75/2018

Publicado por:
Tiago Anderson Sant' ana Silva
Código Identificador:8B85A047

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
COMUNICADO DE DISPENSA DIRETA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2018

Processo: 1753/2018
Dispensa: 012/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A MANDADO DE CUMPRIMENTO DE LIMINAR DE 05 DE DEZEMBRO CONF. PRECEITUA A LEI 8.666/93 EM SEU ART. 26, INCISO I.

Fornecedor: FARMÁCIA GLOBO LTDA
CNPJ/CPF: 05.373.390/0001-69
Valor Total Homologado R$ 180,00 (cento e oitenta reais)

Substrato legal de dispensa de licitação: Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Valor Total a ser adjudicado e homologado: R$ 180,00 (cento e oitenta reais)

Rolim de Moura, 16 de março de 2018.

ANTÔNIO JORGE TENÓRIO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Tiago Anderson Sant' ana Silva
Código Identificador:6B108351

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4090/2018 DE 31/01/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018

Decreto nº 4090/2018 de 31/01/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 59.500,00 (cinqüenta e nove mil quinhentos reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.365.0005.2.038.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
126 - 4.4.90.52.00.00	10831	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	59.500,00
Total Suplementação:			**59.500,00**
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.361.0005.2.036.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	
93 - 3.3.50.41.00.00	10831	CONTRIBUIÇÕES	19.500,00
94 - 3.3.90.30.00.00	10831	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
02.004.12.365.0005.2.040.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
127 - 3.3.50.41.00.00	10831	CONTRIBUIÇÕES	10.000,00
128 - 3.3.90.30.00.00	10831	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
Total Redução:			**59.500,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 31/01/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:A9B211C4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4091/2018 DE 01/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4091/2018 de 01/02/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 14/12/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cré Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.122.0008.2.010.		FOLHA DE PAGAMENTO - SEMEC	
26 - 3.3.90.18.00.00	10146	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	135.000,00
Total Suplementação:			135.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.122.0008.2.010.		FOLHA DE PAGAMENTO - SEMEC	
27 - 3.3.90.46.00.00	10146	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	135.000,00
Total Redução:			135.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data d publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 01/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:CB3A8B82

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4092/2018 DE 01/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4092/2018 de 01/02/2018

Ementa: Abre Crédito Extraordinário por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 14/12/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Extraordinário, no Orçamento do Município, no valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.122.0008.2.010.		FOLHA DE PAGAMENTO - SEMEC	
26 - 3.3.90.18.00.00	10146	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	165.000,00
Total Suplementação:			165.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.361.0005.2.015.		FOLHA DE PAGAMENTO- ENSINO FUNDAMENTAL	
70 - 3.3.90.46.00.00	10146	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	82.500,00
02.004.12.365.0005.2.041.		FOLHA DE PAGAMENTO - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
139 - 3.3.90.46.00.00	10146	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	82.500,00
Total Redução:			165.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de su publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 01/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:99B34E0A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4094/2018 DE 07/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4094/2018 de 07/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) TRANSPOSIÇÃO das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.003.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E LICITAÇÃO - SEMACOL	
02.003.04.122.0037.2.007.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	
13 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	41.000,00
Total Suplementação:			41.000,00
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.361.0005.2.018.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
81 - 3.3.90.39.00.00	10146	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	41.000,00
Total Redução:			41.000,00

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 07/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:A6F86D16

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4095/2018 DE 07/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4095/2018 de 07/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *REMANEJAMENTO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) REMANEJAMENTO das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 29.894,70 (vinte e nove mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta centavos), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.003.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E LICITAÇÃO - SEMACOL	
02.003.04.122.0037.2.007.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	
13 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	29.894,70
Total Suplementação:			29.894,70
ANULA			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.122.0033.2.123.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUSA/FMS	
5 - 3.3.90.39.00.00	10247	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	29.894,70
Total Redução:			29.894,70

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 07/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:F3857096

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4098/2018 DE 08/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4098/2018 de 08/02/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3366/2017 de 19/10/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Créd Especial, no Orçamento do Município, no valor de R$ 83.264,42 (oitenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.04.122.0006.1.189.		RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL - LINHA 172 SUL - CONV. Nº. 041/17/PJ/DER-RO	
355 - 3.3.90.30.00.00	21437	MATERIAL DE CONSUMO	83.264,42
Total Suplementação:			83.264,42

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito a pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita:	1.7.6.2.99.13.00.00	Fonte: 10000	83.264,42
Total da Receita:			83.264,42

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 08/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:FB5C797F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4099/2018 DE 08/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018

Decreto nº 4099/2018 de 08/02/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3366/2017 de 19/10/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de R$ 11.456,35 (onze mil quatrocentos e cinqüenta e seis reais e trinta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.04.122.0006.1.189.		RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL - LINHA 172 SUL - CONV. Nº. 041/17/PJ/DER-RO	
354 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	11.456,35
Total Suplementação:			11.456,35

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
11.000.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA	
11.001.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA - SANEROM	
11.001.17.512.0032.2.242.		OPERAÇÃO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
20 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	11.456,35
Total Redução:			11.456,35

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 08/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:79EEFE15

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4100/2018 DE 08/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4100/2018 de 08/02/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3367/2017 de 19/10/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.15.452.0006.1.190.		LIMPEZA URBANA DE RUAS E AVENIDAS - CONV. Nº. 042/17/PJ/DER-RO	
357 - 3.3.90.30.00.00	21437	MATERIAL DE CONSUMO	300.000,00
Total Suplementação:			300.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita:	1.7.6.2.04.02.00.00	Fonte: 10000	300.000,00
Total da Receita:			300.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 08/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:299DC154

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4101/2018 DE 08/02/2018

Exercício: 2018	CNPJ 04.394.805/0001-18

Decreto nº 4101/2018 de 08/02/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3367/2017 de 19/10/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de R$ 129.023,80 (cento e vinte e nove mil e vinte e três reais e oitenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.15.452.0006.1.190.		LIMPEZA URBANA DE RUAS E AVENIDAS - CONV. Nº. 042/17/PJ/DER-RO	
356 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	129.023,80
Total Suplementação:			129.023,80

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
11.000.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA	
11.001.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA - SANEROM	
11.001.17.512.0032.2.242.		OPERAÇÃO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
20 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	129.023,80
Total Redução:			129.023,80

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de s publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 08/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:CE934E1A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4096/2018 DE 08/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4096/2018 de 08/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF**.**

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.003.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E LICITAÇÃO - SEMACOL	
02.003.04.122.0037.2.007.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	
13 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	108.000,00
Total Suplementação:			**108.000,00**
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	
02.008.04.122.0007.2.105.		RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO (IPTU/ITBI)	
243 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	78.000,00
02.012.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI	
02.012.20.606.0012.2.174.		DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO DA CAFEICULTURA/CACAU	
333 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
02.013.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - SEMPLADEGE	
02.013.04.126.0011.2.195.		MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO DA GESTÃO	
350 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
Total Redução:			**108.000,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 08/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:5397961F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4097/2018 DE 08/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018

Decreto nº 4097/2018 de 08/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *REMANEJAMENTO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **REMANEJAMENTO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.003.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E LICITAÇÃO - SEMACOL	
02.003.04.122.0037.2.007.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	
13 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	132.000,00
Total Suplementação:			**132.000,00**
ANULA			
03.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUN DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.08.122.0038.2.155.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCAL - FMAS	
9- 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
13 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.122.0033.2.123.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUSA/FMS	
5- 3.3.90.39.00.00	10247	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA	
11.001.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA - SANEROM	
11.001.17.512.0032.2.242.		OPERAÇÃO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
20 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.000,00
Total Redução:			**132.000,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 08/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:E19B0261

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4102/2018 DE 08/02/2018

Exercício: 2018	CNPJ 04.394.805/0001-18

Decreto nº 4102/2018 de 08/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) TRANSPOSIÇÃO das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.003.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E LICITAÇÃO - SEMACOL	
02.003.04.122.0037.2.007.		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	
13 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
Total Suplementação:			60.000,00
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.361.0005.2.018.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
85 - 4.4.90.52.00.00	10146	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
02.004.12.365.0005.2.019.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
106 - 4.4.90.51.00.00	10146	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
107 - 4.4.90.52.00.00	10146	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
02.004.12.365.0005.2.020.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
113 - 4.4.90.51.00.00	10146	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
114 - 4.4.90.52.00.00	10146	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
02.004.12.366.0005.2.021.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS - EJA	
172 - 4.4.90.52.00.00	10146	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Total Redução:			60.000,00

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de públicação.

ROLIM DE MOURA, em 08/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:8C39C572

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4103/2018 DE 16/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4103/2018 de 16/02/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Recurso Vinculado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3394/2017 de 22/01/2018.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento do Município, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.012.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI	
02.012.04.122.0008.1.195.		AQUISIÇÃO DE MANILHAS - CONV. 072/17/PJ/DER-RO - PROC. 01-1420.1598-0001/2017	
359 - 3.3.90.30.00.00	61437	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
Total Suplementação:			100.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito abert pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Recursos Vinculados;

Receita:	2.4.7.2.05.02.00.00	Fonte: 10000	100.000,00
Total da Receita:			100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de s publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 16/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:4B2AE32F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4104/2018 DE 16/02/2018

Exercício: 2018	CNPJ 04.394.805/0001-18

Decreto nº 4104/2018 de 16/02/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3394/2017 de 22/01/2018.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cr Especial, no Orçamento do Município, no valor de R$ 13.055,76 (treze mil e cinqüenta e cinco reais e setenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.012.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI	
02.012.04.122.0008.1.195.		AQUISIÇÃO DE MANILHAS - CONV. 072/17/PJ/DER-RO - PROC01-1420.1598-0001/2017.	
358 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	13.055,76
Total Suplementação:			13.055,76

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.012.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI	
02.012.20.606.0012.2.158.		MELHOR CAMINHO	
325 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	13.055,76
Total Redução:			13.055,76

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data d publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 16/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:9009CF74

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4107/2018 DE 21/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018

Decreto nº 4107/2018 de 21/02/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estadode Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 14/12/2017.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
02.000.00.000.0000.0.000.	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.010.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMMADU	
02.010.15.451.0014.2.120.	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	
308 - 3.3.90.30.00.00 10071	MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00
Total Suplementação:		26.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
02.000.00.000.0000.0.000.	PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.010.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMMADU	
02.010.15.451.0014.2.120.	SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	
309 - 3.3.90.39.00.00 10071	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.000,00
Total Redução:		26.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de su publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 21/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:A22B50C5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4108/2018 DE 21/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4108/2018 de 21/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *REMANEJAMENTO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) REMANEJAMENTO das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 18.271,21 (dezoito mil duzentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.010.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMMADU	
02.010.15.451.0014.2.120.		SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	
308 - 3.3.90.30.00.00	10071	MATERIAL DE CONSUMO	18.271,21

Total Suplementação:			18.271,21
ANULA			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.302.0004.2.140.		MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO HOSPITALAR, POLICLÍNICA, CLÍNICA DA MULHER E LABORATÓRIO MUNICIPAL - 15%	
69 - 3.3.90.39.00.00	10247	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	18.271,21
Total Redução:			18.271,21

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 21/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:AE869081

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4109/2018 DE 21/02/2018

Exercício: 2018	**CNPJ 04.394.805/0001-18**

Decreto nº 4109/2018 de 21/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *REMANEJAMENTO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**

LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **REMANEJAMENTO** das dotações abaixo, aprovadas Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 267.386,11 (duzentos e sessenta e sete mil trezentos e oitenta e seis reais e onze centavos), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.04.122.0035.2.093.		MANUTENÇÃO DA SEMOSP	
214 - 3.3.90.92.00.00	10000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	267.386,11
Total Suplementação:			**267.386,11**
ANULA			
11.000.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA	
11.001.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA - SANEROM	
11.001.17.512.0032.2.242.		OPERAÇÃO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	
20 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	267.386,11
Total Redução:			**267.386,11**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data públicação.

ROLIM DE MOURA, em 21/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:0D2040BD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4110/2018 DE 21/02/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4110/2018 de 21/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) TRANSPOSIÇÃO das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	
02.008.04.122.0040.2.104.		MANUTENÇÃO DAS DIRETORIAS: CADASTRO, RECEITA E FISCALIZAÇÃO	
262 - 3.3.90.93.00.00	10000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00
Total Suplementação:			10.000,00
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	
02.008.04.122.0007.2.105.		RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO (IPTU/ITBI)	
243 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10.000,00
Total Redução:			10.000,00

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 21/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:CE697E3A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4111/2018 DE 26/02/2018

Exercício: 2018	**CNPJ 04.394.805/0001-18**

Decreto nº 4111/2018 de 26/02/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.04.122.0035.2.093.		MANUTENÇÃO DA SEMOSP	
215 - 3.3.90.93.00.00	10000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	250.000,00
Total Suplementação:			**250.000,00**
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.04.451.0035.2.096.		MANUTENÇÃO DA ZONA URBANA	

228 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
229 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	150.000,00
Total Redução:			**250.000,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data públicação.

ROLIM DE MOURA, em 26/02/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:337F13CD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4112/2018 DE 02/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4112/2018 de 02/03/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 14/12/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de R$ 33.380,00 (trinta e três mil trezentos e oitenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.122.0033.2.123.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUSA/FMS	
124 - 3.3.90.92.00.00	10247	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.050,00
05.011.10.302.0004.2.141.		MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO HOSPITALAR, POLICLÍNICA, CLÍNICA DA MULHER E LABORATÓRIO MUNICIPAL - SUS	
122 - 3.3.90.92.00.00	10716	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.845,00
05.011.10.302.0004.2.273.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	
123 - 3.3.90.92.00.00	10716	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.190,00
05.011.10.305.0003.2.145.		MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE- SUS	
121 - 3.3.90.92.00.00	10750	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.295,00
Total Suplementação:			33.380,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.122.0033.2.123.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMUSA/FMS	
5 - 3.3.90.39.00.00	10247	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	3.050,00
05.011.10.302.0004.2.141.		MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO HOSPITALAR, POLICLÍNICA, CLÍNICA DA MULHER E LABORATÓRIO MUNICIPAL - SUS	
73 - 3.3.90.39.00.00	10716	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	14.845,00
05.011.10.302.0004.2.273.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	
99 - 3.3.90.39.00.00	10716	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	2.190,00
05.011.10.305.0003.2.145.		MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUS	
101 - 3.3.90.30.00.00	10750	MATERIAL DE CONSUMO	13.295,00
Total Redução:			33.380,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de su publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 02/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:6D5DAC3F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4114/2018 DE 07/03/2018

Exercício: 2018	**CNPJ 04.394.805/0001-18**

Decreto nº 4114/2018 de 07/03/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3401/2018 de 01/03/2018.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o C Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 70.000,00 (setenta mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUN DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.08.122.0038.2.155.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCAL - FMAS	
65 - 3.3.90.91.00.00	10000	SENTENÇAS JUDICIAIS	20.000,00
03.009.08.244.0010.2.164.		APOIO E MANUTENÇÃO AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IGD SUAS	
66 - 3.3.90.33.00.00	11557	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
47 - 4.4.90.52.00.00	11557	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
Total Suplementação:			**70.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUN DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.08.122.0038.2.155.		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCAL - FMAS	
9- 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	19.000,00
13 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	20.000,00
03.009.08.244.0009.2.163.		MANUTENÇÃO DA CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
36 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
38 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10.000,00
03.009.08.244.0010.2.165.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	
48 - 3.3.90.30.00.00	10000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
Total Redução:			**70.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 07/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:91AC1158

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4115/2018 DE 07/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4115/2018 de 07/03/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE

TRANSPOSIÇÃO DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.301.0002.2.138.		FOLHA DE PAGAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA - 15%	
46 - 3.1.90.11.00.00	10247	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500.000,00
47 - 3.1.90.13.00.00	10247	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.000,00
50 - 3.1.91.13.00.00	10247	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.000,00
Total Suplementação:			**900.000,00**
ANULA			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.302.0004.2.144.		FOLHA DE PAGAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - 15%	
75 - 3.1.90.11.00.00	10247	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	500.000,00
79 - 3.1.91.13.00.00	10247	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	200.000,00
83 - 3.3.90.46.00.00	10247	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	200.000,00
Total Redução:			**900.000,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

ROLIM DE MOURA, em 07/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:BBD9FC08

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4116/2018 DE 07/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4116/2018 de 07/03/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3403/2018 de 01/03/2018.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Cré Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 571.218,00 (quinhentos e setenta e um mil duzentos e dezoito reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.15.451.0006.1.174.		OBRAS DE INFRAESTRUTURA - CONVÊNIO Nº 068/DPCN/2016	
353 - 4.4.90.51.00.00	61436	OBRAS E INSTALAÇÕES	571.218,00
Total Suplementação:			**571.218,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito a pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 07/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:3F6AC149

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4117/2018 DE 07/03/2018

Exercício: 2018	**CNPJ 04.394.805/0001-18**

Decreto nº 4117/2018 de 07/03/2018

Ementa: Abre Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 3403/2018 de 01/03/2018.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Especial, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 38.560,00 (trinta e oito mil quinhentos e sessenta reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.15.451.0006.1.174.		OBRAS DE INFRAESTRUTURA - CONVÊNIO Nº 068/DPCN/2016	
352 - 4.4.90.51.00.00	10045	OBRAS E INSTALAÇÕES	28.560,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA	
11.001.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA - SANEROM	
11.001.17.512.0032.2.192.		OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	
17 - 4.4.90.52.00.00	10000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Total Suplementação:			**38.560,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP	
02.005.04.451.0035.2.096.		MANUTENÇÃO DA ZONA URBANA	
229 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	28.560,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA	
11.001.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO DE ROLIM DE MOURA - SANEROM	
11.001.17.512.0032.2.192.		OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	
14 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	10.000,00
Total Redução:			**38.560,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da de publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 07/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:F3E2BC5F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4119/2018 DE 15/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18

Exercício: 2018

Decreto nº 4119/2018 de 15/03/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 14/12/2017.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.010.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMMADU	
02.010.15.451.0014.2.120.		SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	
361 - 3.3.90.36.00.00	10071	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Total Suplementação:			**10.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.010.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEMMADU	
02.010.15.451.0014.2.120.		SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	
308 - 3.3.90.30.00.00	10071	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
310 - 4.4.90.52.00.00	10071	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00
Total Redução:			**10.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 15/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:B9492B03

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4121/2018 DE 19/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4121/2018 de 19/03/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.009.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMGOV	
02.009.04.122.0036.2.276.		DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS	
286 - 3.3.90.39.00.00	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	210.000,00
Total Suplementação:			**210.000,00**
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	
02.008.99.999.9999.9.999.		RESERVA DE CONTIGÊNCIA	
267 - 9.9.99.99.00.00	10000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.000,00
Total Redução:			**210.000,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de públicação.

ROLIM DE MOURA, em 19/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:EC000D68

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4122/2018 DE 20/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4122/2018 de 20/03/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
06.000.00.000.0000.0.000.		INSTITUTO DE PREVIDENCIA PROPRIAS DOS SERVIDORES MUN. DE ROLIM DE MOURA	
06.012.00.000.0000.0.000.		ROLIM PREVI	
06.012.09.122.0025.2.176.		MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ROLIM PREVI	
8- 3.3.90.39.00.00	10362	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	250.000,00
Total Suplementação:			**250.000,00**
ANULA			
06.000.00.000.0000.0.000.		INSTITUTO DE PREVIDENCIA PROPRIAS DOS SERVIDORES MUN. DE ROLIM DE MOURA	
06.012.00.000.0000.0.000.		ROLIM PREVI	
06.012.99.999.9999.9.999.		RESERVA PREVIDENCIÁRIA	
20 - 9.9.99.99.00.00	10363	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00
Total Redução:			**250.000,00**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de su públicação.

ROLIM DE MOURA, em 20/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:77350F27

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4124/2018 DE 22/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18

Exercício: 2018
Decreto nº 4124/2018 de 22/03/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 14/12/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.361.0005.2.036.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL	
95 - 3.3.90.39.00.00	10831	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Total Suplementação:			20.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA - SEMEC	
02.004.12.361.0005.2.036.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL	
93 - 3.3.50.41.00.00	10831	CONTRIBUIÇÕES	10.000,00
96 - 4.4.90.52.00.00	10831	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Total Redução:			20.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 22/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:37CFE998

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4125/2018 DE 22/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018

Decreto nº 4125/2018 de 22/03/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na **Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.**

LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) **TRANSPOSIÇÃO** das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 38.850,71 (trinta e oito mil oitocentos e cinqüenta reais e setenta e um centavos), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA SEMEC-	
02.004.12.361.0005.2.036.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL	
95 - 3.3.90.39.00.00	10831	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.850,71
Total Suplementação:			**38.850,71**
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ESPORTE E CULTURA SEMEC	
02.004.12.365.0005.2.038.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	
123 - 3.3.50.41.00.00	10831	CONTRIBUIÇÕES	10.000,00
02.004.12.365.0005.2.040.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
127 - 3.3.50.41.00.00	10831	CONTRIBUIÇÕES	10.000,00
130 - 4.4.90.52.00.00	10831	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.350,71
02.004.12.366.0005.2.043.		MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - EJA	
174 - 3.3.50.41.00.00	10831	CONTRIBUIÇÕES	3.000,00
177 - 4.4.90.52.00.00	10831	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.500,00
Total Redução:			**38.850,71**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de públicação.

ROLIM DE MOURA, em 22/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:C6425B40

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4129/2018 DE 02/04/2018

Exercício: 2018	CNPJ 04.394.805/0001-18

Decreto nº 4129/2018 de 02/04/2018

Ementa: Abre Crédito Extraordinário por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 14/12/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Extraordinário, no Orçamento do Município, no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.301.0002.2.138.		FOLHA DE PAGAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA - 15%	
49 - 3.1.90.94.00.00	10247	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	34.000,00
Total Suplementação:			34.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.011.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
05.011.10.302.0004.2.144.		FOLHA DE PAGAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE -15%	
78 - 3.1.90.94.00.00	10247	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	34.000,00
Total Redução:			34.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 02/04/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:C5FE77D9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4130/2018 DE 02/04/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018
Decreto nº 4130/2018 de 02/04/2018

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3385/2017 de 15/12/2017.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUN DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.08.244.0009.2.160.		APOIO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVIDUOS - PAEFI	
31 - 3.3.90.39.00.00	11557	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	4.000,00
Total Suplementação:			4.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUN DE ASSITENCIA SOCIAL	
03.009.08.244.0009.2.160.		APOIO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVIDUOS - PAEFI	
30 - 3.3.90.30.00.00	11557	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
Total Redução:			4.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de s publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROLIM DE MOURA , Estado de Rondônia, em 02/04/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:0012C428

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 4127/2018 DE 22/03/2018

CNPJ 04.394.805/0001-18
Exercício: 2018

Decreto nº 4127/2018 de 22/03/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na Lei Municipal nº 3385/2017 de 14/12/2017.

LEI

Artigo 1º - Fica autorizado a(o) TRANSPOSIÇÃO das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente no valor de R$ 73.525,00 (setenta e três mil quinhentos e vinte e cinco reais), conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	
02.008.04.122.0040.2.103.		MANUTENÇÃO DA SEMFAZ	
257 - 3.3.90.92.00.00	10000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	73.525,00
Total Suplementação:			73.525,00
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA	
02.008.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ	
02.008.99.999.9999.9.999.		RESERVA DE CONTIGÊNCIA	
267 - 9.9.99.99.00.00	10000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	73.525,00
Total Redução:			73.525,00

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de públicação.

ROLIM DE MOURA, em 22/03/2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito

Publicado por:
Silvana Gomes de Andrade
Código Identificador:1D86A336

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO DE CONTRATO N° 06/2018

EXTRATO DE CONTRATO N° 06/2018

CONTRATO Nº 06/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1664/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONTRATANTE: Município de Rolim de Moura.
CONTRATADA: **Papelaria Lupi Ltda - EPP**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda, do município de Rolim de Moura – RO, conforme especificação no Projeto Básico, Solicitação e Edital em todos os seus termos e condições anexo ao processo.
PRAZO CONTRATUAL: O prazo contratual será de 180 (cento e oitenta) dias.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Após a emissão da nota de empenho e assinatura do contrato, o prazo de execução forma indireta. Caso o referido prazo não seja cumprido pela empresa vencedora, sem prévia justificativa à licitante, a mesma fica sujeita as sansões dos arts 86/88 da Lei 8.666/93 e outras penalidades aplicáveis.
VALOR: O valor do presente contrato será de 6.687,00 (seis mil e seiscentos e oitenta e sete reais).
ORÇAMENTO: Nota de Empenho N° 800/2018; unidade orçamentária 02.008 (SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ); programa de trabalho 04.122.0040.103; elemento despesa 3.3.9.0.30.00.00, no valor de R$ 6.687,00 (seis mil e seiscentos e oitenta e sete reais), com data de 11/04/2018;

Rolim de Moura/RO, 12 de abril de 2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Fernanda Natalia Carvalho Sol
Código Identificador:3278E0BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
LICENÇA PRÉVIA

A Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, AVENIDA JOÃO PESSOA, N° 4478 - CENTRO, Inscrita no CNPJ n° 04.394.805.0001/18, torna público que REQUEREU junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a LICENÇA PRÉVIA, referente à Execução de obra de **AMPLIAÇÃO DA CRECHE MENINO JESUS**, Localizada na Av. Goiania, quadra n° 52, setor 03, bairro: Boa Esperança, Rolim de Moura-RO.

Rolim de Moura/RO, 13 de abril de 2018.

LUIZ ADEMIR SCHOCK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele de O. Rengibe Monfredinho
Código Identificador:CB401E47

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO
ATA DA SESSÃO DE N° 009/2018 - JARI

Ata da sessão de n° 009/2018, Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, realizada aos dias dezoito do mês de abril de 2018, relativa ao julgamento de infrações de trânsito, de conformidade com o estabelecido no artigo 17 do Código Nacional de Trânsito.

Aos dias dezoito do mês de abril do ano de 2018 às 13:30h, realizou-se na Junta Administrativa de Recursos de Infrações, órgão integrante da Coordenadoria Municipal de Trânsito, conforme Decreto n° 4.008/2017, de 30 de outubro de 2017, a sessão com os membros da JARI. Presentes à sessão o Presidente da JARI, David Holanda; membro servidor municipal, Ademilson Aparecido da Cruz; secretária, Elaine Galdino Gomes; membro servidor municipal, Jonathas Siviero; membro servidor municipal, Ronivagner Eler Ramos; membro Betânia Rodrigues Corá Kloos (advogada); membro representante da Coordenadoria Municipal de Trânsito, Roger Junior Inácio Ratier. Iniciados os trabalhos o presidente passou a distribuir os processos entre os membros da junta, submetendo-se à discussão, votação e julgamento, conforme discriminação abaixo. Dos processos submetidos ao julgamento:

PROC. ADM. N°: 2367/2018
REQUERENTE: José Rodrigues Nogueira
AUTO DE INFRAÇÃO N°: 10R0006502
PLACA N°: NCF0110
DECISÃO: Deferido.
OBSERVAÇÃO: O fato correu dia 12/01/2018 e a expedição da notificação de autuação foi em 11/03/2018, fora do prazo do art. 281, parágrafo único, inciso II, do CTB.

Não havendo mais o que examinar, encerrou-se a presente sessão da Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI, às 14:30 horas.

Rolim de Moura, 18 de abril de 2018.

DAVID HOLANDA
Presidente

ELAINE GALDINO GOMES
Secretária

ADEMILSON APARECIDO DA CRUZ
Membro

JONATHAS SIVIERO
Membro

RONIVAGNER ELER RAMOS
Membro

BETÂNIA RODRIGUES CORÁ KLOOS
Membro

ROGER JUNIOR INÁCIO RATIER
Membro

Publicado por:
Elaine Galdino Gomes
Código Identificador:00502A35

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2018
Participação exclusiva de MEI, ME E EPP
A Prefeitura de Santa Luzia D´Oeste-RO, torna público a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 18/2018, Objeto: Aquisição de tonner e Cartuchos de impressoras, para suprir as necessidades das Secretarias, conforme memorandos Nº. 071/SEMTAS/2018, 138/SEMEC/2018, 212/SEMUSA/2018, 093/SEMADFAZ/2018, 20/SEMAGRI/2018, No valor estimado de R$ 73.736,18 (setenta e três mil setecentos e trinta e seis reais e dezoito centavos), advindo do processo 284/2018.**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA - Data: 04/05/2018 - Horário: 11:30hs (Horário de Brasília)**. Para mais informações, as mesmas poderão ser obtidas através do Edital em anexo nos seguintes endereços eletrônicoswww.santaluzia.ro.gov.br, www.licitanet.com.br,cplm.santaluzia.ro@hotmail.com e no Fone 69 3434 2262.

Santa Luzia D Oeste – RO, 19 de Abril de 2018.

NILSON GREGÓRIO NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Nilson Gregório Neto
Código Identificador:03EF8A50

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 106/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 106-1/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2018
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PREPARADAS TIPO MARMITEX

O Prefeito Municipal de Santa Luzia D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observação ao disposto no art. 25, da Lei Federal 8.666/93, e com base nos autos do Processo Administrativo nº 106/2018, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com especial atenção aos pareceres jurídicos exarados pela Procuradoria Jurídica, **Homologa** o presente Processo, como relatado na integra REFERENTE AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PREPARADAS TIPO MARMITEX

EMPRESA
JAQUELINE FERNANDA DA CONCEIÇÃO SANTOS – 877876628200
CNPJ: 29.137.871/0001-33
VALOR: R$ 17.485,00 (Dezessete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)

Publique-se;
Empenhe-se;

Santa Luzia D´Oeste-RO, 19 de abril de 2018.

NELSON JOSE VELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Barbosa Ferreira
Código Identificador:BF858C85

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 43/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: Nº 43-1/2018
PREGÃO ELETRÔNICO: 08/2018
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

O Prefeito Municipal de Santa Luzia D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observação ao disposto no art. 25, da Lei Federal 8.666/93, e com base nos autos do Processo Administrativo nº 43/2018, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com especial atenção aos pareceres jurídicos exarados pela Procuradoria Jurídica, **Homologa** o presente Processo, como relatado na integra REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES.

EMPRESAS
CONCEITO HOSPITALAR EIRELI-ME
CNPJ: 23.017.842/0001-51
VALOR: R$ 4.903,60 (Quatro mil e novecentos e três reais e sessenta centavos)
SANTOS MICHKINIS EIRELI–EPP
CNPJ: 27.306.142/0001-38
VALOR: R$1.324,99 (Um mil trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos)
OLMI INFORMATICA LTDA-EPP
CNPJ: 00.789.321/0001-17
VALOR: R$1.309,99 (Um mil e trezentos e nove reais e noventa e nove centavos)

Publique-se;
Empenhe-se;

Santa Luzia D´Oeste-RO, 19 de abril de 2018.

NELSON JOSE VELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Barbosa Ferreira
Código Identificador:73933C1D

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 44

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO: Nº 44-1/2018
PREGÃO ELETRÔNICO: 07/2018
OBJETO: REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

O Prefeito Municipal de Santa Luzia D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observação ao disposto no art. 25, da Lei Federal 8.666/93, e com base nos autos do Processo Administrativo nº 44/2018, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com especial atenção aos pareceres jurídicos exarados pela Procuradoria Jurídica, **Homologa** o presente Processo, como relatado na integra REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES.

EMPRESA
BETANIAMED COMERCIAL LTDA – EPP
CNPJ: 09.560.267/0001-08
VALOR: R$18.000,00 (Dezoito mil reais)
CONCEITO HOSPITALAR EIRELI - ME
CNPJ: 23.017.842/0001-51
VALOR: R$2.168,99 (Dois mil cento e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos)
OLMI INFORMATICA LTDA - EPP
CNPJ: 00.789.321/0001-17
VALOR: R$13.538,29 (Treze mil quinhentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos)
SIRVOMED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA - ME
CNPJ: 23.672.530/0001-81
VALOR: R$1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)

Publique se;

Empenhe-se;

Santa Luzia D´Oeste-RO, 19 de abril de 2018.

NELSON JOSE VELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Barbosa Ferreira
Código Identificador:FE28BA00

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 26

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 26-1/2018
PREGÃO ELETRÔNICO 12/2018
OBJETO: REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM NOS VEÍCULOS OFICIAIS

O Prefeito Municipal de Santa Luzia D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observação ao disposto no art. 25, da Lei Federal 8.666/93, e com base nos autos do Processo Administrativo nº 26/2018, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** com especial atenção aos pareceres jurídicos exarados pela Procuradoria Jurídica, **Homologa** o presente Processo, como relatado na integra REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM NOS VEÍCULOS OFICIAIS.

EMPRESA
EDVALDO DA SILVA PONTES - 65688597291
CNPJ: 13.160.293/0001-16
VALOR: R$243.253,00 (Duzentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta e três reais).

Publique-se;

Empenhe-se;

Santa Luzia D´Oeste-RO, 19 de abril de 2018.

NELSON JOSE VELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Barbosa Ferreira
Código Identificador:F8AF5E85

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº. 63/GAP/2018 DE 18 DE ABRIL DE 2018

PORTARIA Nº. 63/GAP/2018 DE 18 DE ABRIL DE 2018.

"Nomeia o Diretor da Divisão Municipal de Endemias, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, do Município de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências. "

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, Sr. Marcicrênio da Silva Ferreira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, considerando o dispositivo constante da Lei Municipal 367/2009, bem como alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 441/2011 e cargos criados pelas Leis Municipal nº 442/2011 e 449/2011;

RESOLVE

Art. 1°. Nomear o Sr. **MELQUIADES CORREA DE SOUZA FILHO**, brasileiro, portador do RG. Nº. 328474 SSP/RO e CPF/MF nº. 350.614.562-20 no cargo de Diretor da Divisão Municipal de Endemias, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste/RO.

Art. 2°. O nomeado através desta Portaria deverá cumprir integralmente com as obrigações decorrentes das atribuições do cargo/função, previstas no Decreto que regulamentará a Lei Municipal n° 367/2009 nos termos do Artigo 66 da referida Lei e alterações da Lei Municipal 441/2011 e cargos criados pelas Leis Municipal nº 442/2011 e 449/2011, bem como os regulamentos e determinações do Executivo Municipal.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 19/04/2018.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 18/04/2018.

MARCICRÊNIO DA SILVA FERREIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Gustavo Henriq da Silva
Código Identificador:8EDDD090

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 397-2018

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVOS DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA, A SERVIDORA VALDINEIDE ALMEIDA DA SILVA VITORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO, Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o requerimento da servidora **Valdineide Almeida Da Silva Vitoria**, em 03 de abril de 2018, constante no Processo Administrativo 568-2018.

Considerando o disposto no Art. 116, inciso IV da Lei Municipal 1.562/2015;

DECRETA:

Art. 1º. A servidora **Valdineide Almeida Da Silva Vitoria,** portadora do CPF Nº 512.819.882-00**,** ocupante do cargo de cozinheira, pertencente ao quadro de servidores efetivos deste Município, usufruirá de **Licença por motivos de doença em pessoa da família**, pelo período compreendido entre **01 de maio de 2018 a 01 de junho de 2018.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal 06 de Julho, aos 17 dias de abril de 2018.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Neves Oliveira Martins
Código Identificador:148366B5

ASSESSORIA JURIDICA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.306/2017
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.011/2017
Contratado: MARCOS ANTONIO DE SOUZA

Objeto: Aditivo de Prazo e valor, referente locação de um imóvel em alvenaria medido 450 metros quadrados (quatrocentos e cinquenta), para atender as necessidades do almoxarifado vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo o valor total de R$ 22.488,00 (vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e oito reais), por mais um período de 12(doze) meses, conforme memorando e Nota de Empenho 585/2018, Dispensa de Licitação 306-2017, ambos encartados no processo administrativo 306-17.

Dotação Orçamentária: Órgão Unidade 03.001
Programa Atividade:04.122.2.008
Elemento despesa 3.3.9.0.36.00.00.

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de abril de 2018.

Publicado por:
Simone Neves Oliveira Martins
Código Identificador:147096A3

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO Nº 398-2018

"ALTERA O DECRETO 001/SEMUG/2017, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL PARA AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS, E PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM MURAL CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

Cornélio Duarte de Carvalho, Prefeito Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Artigo 1º e 5º do Decreto 001/2017, passando a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal ISAIAS DOS ANJOS para proceder à Autenticação de Documentos, requeridos junto a Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé, conforme determinações legais, em caso de ausência do referido servidor esta função poderá ser exercida pela servidora ERICA REGINA QUEIROZ DA SILVA.

Art. 2º. Ao autenticar cópia de documento público ou particular que extrair ou lhe for fornecida, o notário a confrontará com o original, conferindo os textos e o aspecto morfológico da escrita e verificará, com cautela, se o documento original contém rasuras ou quaisquer outros defeitos, os quais serão ressalvados na autenticação.

Art. 3º. No caso de fundada suspeita de fraude, o notário recusará a autenticação e comunicará o fato imediatamente à autoridade competente.

Art. 4º. É vedada a autenticação de cópia de documento não original, ainda que autenticado.

Art. 5°. Fica ainda designado a servidora DÉBORA DUARTE DE CARVALHO a proceder publicações dos atos oficiais praticados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal junto ao Mural Oficial de Publicações localizados no Paço Municipal 06 de Julho, em caso de

ausência da referida servidora esta função poderá ser exercida pela servidora ERICA REGINA QUEIROZ DA SILVA.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 17 de abril de 2018.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal 06 de Julho, aos 19 dias de abril de 2018.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Neves Oliveira Martins
Código Identificador:D7AD0CC6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/CPL/2018
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço Por Item, destinado a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil na área Pública Municipal Solicitado pelo Instituto de Previdência Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, Recurso Próprio. Processo sob o nº 41/IPMSMG/2018. Data para cadastro de proposta: a partir das 08h00min do dia 20/04/2018. Data para abertura de propostas iniciais a partir das 09h00min e início da sessão de disputa a partir das 09h30min do dia 07/05/2018, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Valor estimado R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). Informações Complementares e o Edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3642-2350 Ramal 209.

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de Abril de 2018.

DIEGO DA ROCHA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Diego da Rocha de Sousa
Código Identificador:2E6CC47C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/CPL/2018
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço Por Item, destinado a Aquisição de Ar Condicionado, Equipamentos de Informática e Moveis de Escritório Solicitado pelo Instituto de Previdência Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, Recurso Próprio. Processo sob o nº 47/IPMSMG/2018. Data para cadastro de proposta: a partir das 08h00min do dia 20/04/2018. Data para abertura de propostas iniciais a partir das 10h30min e início da sessão de disputa a partir das 11h00min do dia 07/05/2018, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Valor estimado R$ 12.932,47 (doze mil novecentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos). Informações Complementares e o Edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3642-2350 Ramal 209.

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de Abril de 2018.

DIEGO DA ROCHA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Diego da Rocha de Sousa
Código Identificador:AEF55046

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/CPL/2018
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço Por Item, destinado a Aquisição de Equipamentos de Informática, Impressora, Computador e Nobreak, solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, Recurso Próprio. Processo sob o nº 156/SEMED/2018. Data para cadastro de proposta: a partir das 08h00min do dia 20/04/2018. Data para abertura de propostas iniciais a partir das 12h00min e início da sessão de disputa a partir das 12h30min do dia 07/05/2018, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Valor estimado R$ 36.298,00 (trinta e seis mil duzentos e noventa e oito reais). Informações Complementares e o Edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3642-2350 Ramal 209.

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de Abril de 2018.

DIEGO DA ROCHA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Diego da Rocha de Sousa
Código Identificador:0FD1EFAD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2018

O Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – O Secretario Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, designado através do Decreto nº 108/PMSMG/2017, torna publico que o processo administrativo 193/2018/SEMADF tendo como objeto DESPESAS COM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇO,PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FAZENDA**,** Conforme Art. 24 II da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993. Alterada pela Lei Federal nº: 8.883/94 de 08 de junho de 1994, em favor da empresas NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 07.797.967/0001-95, no valor de R$ 7.990,00(sete mil e novecentos e noventa reais).

São Miguel do Guaporé–RO, 19 de abril de 2018.

VALCIR SILAS BORGES
Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

Publicado por:
Junior Procópio de Oliveira
Código Identificador:B927BD26

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/CPL/2018
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço

por Item, destinado a Aquisição de Pão Frances e Leite In Natura Pasteurizado, solicitado pela secretaria municipal de Saúde, Processo Administrativo nº. 375/SEMSAU/2018, Recursos Próprios. Data de abertura de propostas e inicio da sessão pública: prevista para o dia 08/05/2018, a partir das 08h30min**,** horário local, na sala de licitações na sede da Prefeitura Municipal. Valor estimado R$ 17.949,00 (dezessete mil novecentos e quarenta e nove reais). Informações e o Edital estão à disposição dos interessados no site www.saomiguel.ro.gov.br e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3642-2350 Ramal 209.

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de Abril de 2018.

DIEGO DA ROCHA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Diego da Rocha de Sousa
Código Identificador:383482DF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/CPL/2018
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, destinado a Aquisição de Pão Frances e Pão de Forma Fatiado, solicitado pela secretaria municipal de Educação, Processo Administrativo nº. 292/SEMED/2018, Recursos Próprios. Data de abertura de propostas e inicio da sessão pública: prevista para o dia 08/05/2018, a partir das 09h30min**,** horário local, na sala de licitações na sede da Prefeitura Municipal. Valor estimado R$ 3.729,00 (três mil setecentos e vinte e nove reais). Informações e o Edital estão à disposição dos interessados no site www.saomiguel.ro.gov.br e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3642-2350 Ramal 209.

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de Abril de 2018.

DIEGO DA ROCHA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Diego da Rocha de Sousa
Código Identificador:B8248854

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 57/2018

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	8/2018
b) Licitação Nrº :	57/2018
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação:	18/04/2018
e) Objeto Homologado:	DESPESAS EM FAVOR DA EMPRESA CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A, PARA PAGAMENTO DE FATURAS DE ENERGIA ELETRICA DA PREFEITURA MUNICIPAL E SETORES A ELA VINCULADOS. POR UM PERIODO DE 10 (DEZ) MESES

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA - CERON
CNPJ/CPF: 05.914.650/0001-66
Valor Total Homologado - R$ 40.000,00

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 18 de abril de 2018.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Procópio de Oliveira
Código Identificador:311DE051

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/CPL/2018
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME e EPP
A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que será realizada a Licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço Por Lote, destinado a Aquisição de Material de Construção, Material Elétrico, Janelas e Portas de Vidro Temperado, Tintas, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, Recurso Próprio. Processo sob o nº 367/SEMSAU/2018. Data para cadastro de proposta: a partir das 08h00min do dia 20/04/2018. Data para abertura de propostas iniciais a partir das 12h00min e início da sessão de disputa a partir das 12h30min do dia 08/05/2018, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Valor estimado R$ 83.927,08 (oitenta e três mil novecentos e vinte e sete reais e oito centavos). Informações Complementares e o Edital estão à disposição dos interessados no site supracitado no Portal Transparência www.saomiguel.ro.gov.br, e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé - RO, sito à Av. São Paulo n.º 1490, Bairro Cristo Rei, no horário das 07h00min às 13h00min, ou pelo Fone- Fax (69) 3642-2350 Ramal 209.

São Miguel do Guaporé/RO, 19 de Abril de 2018.

DIEGO DA ROCHA DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Diego da Rocha de Sousa
Código Identificador:579B025B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 58/2018

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	78/2018
b) Licitação Nrº :	58/2018
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação:	18/04/2018
e) Objeto Homologado:	DESPESAS EM FAVOR DA EMPRESA ELETROBRAS - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A - PARA PAGAMNTO DAS FATURAS DE ENERGIA ELETRICA DA CASA DE ACOLHIMENTO, VINCULADA A ESTA SECRETARIA - PELO PERIODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2018

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA - CERON
CNPJ/CPF: 05.914.650/0001-66
Valor Total Homologado - R$ 8.000,00

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 18 de abril de 2018.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Procópio de Oliveira
Código Identificador:E7C3F563

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 24/2018

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	193/2018
b) Licitação Nrº :	24/2018
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação:	19/04/2018
e) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO A FERRAMENTA DE PESQUISAS DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PUBLICAS, COM SISTEMA DE PESQUISAS BASEADOS EM RESULTADOS DE LICITAÇÕES ADJUDICADAS E HOMOLOGADAS.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: NP CAPACITAÇÃO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA
CNPJ/CPF: 07.797.967/0001-95
Valor Total Homologado - R$ 7.990,00

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 19 de abril de 2018.

CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Procópio de Oliveira
Código Identificador:5E2CD6F1

INSTITUTO DE PREVIDENCIA - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RO
PORTARIA DE AUXILIO DOENÇA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO MIGUEL DO GUAPORE - RO

ATO CONCESSOR DO BENEFICIO DE AUXILIO DOENÇA

Portaria nº 049/ IPMSMG /2018

"Dispõe sobre a prorrogação do Auxilio Doença em favor de "Jisreelita Jorge da Rocha".

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e com **Fundamentação Legal** nos termos do Art. 40, CF e Art. 21§ 1º, 2º, 3º e Art.22 § 1º ao 9º e Art.23, 24, 25, 26,27, da Lei Municipal nº 1.389/2014 / GP de 03 de Novembro/2014 / que rege a Previdência Municipal;
R E S O L V E

Art. 1º- Conceder prorrogação do Auxilio Doença no prazo de (NOVENTA DIAS) início 29 de abril de 2018 A 29/07/2018 conforme consta na perícia médica sob o CID 10 : F 32.1 + F 31.3 + F 33 + F 41.1, a servidora **Jisreelita Jorge da Rocha** efetiva na função de Agente Administrativo conforme, consta no processo Administrativo sob o nº 011/ IPMSMG/2018.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

São Miguel do Guaporé- RO, 19 de abril de 2018.

Publicado por:
Jurandy Augusto de Souza
Código Identificador:4F5CE348

RECURSOS HUMANO
DECRETO DE CONVOCAÇÃO DE Nº. 395/2018

DECRETO Nº. 395/RH/PMSMG/2018.

"Convoca candidatos aprovados no concurso público Municipal - Edital nº. 001/2016 PMSMG/RO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO, no uso de suas atribuições definida em Lei Municipal,

Considerando a realização do concurso público regido pelo edital nº. 0001/2016 - PMSMG/RO, publicado no Diário Oficial dos Municípios AROM VII/Nº1658 em 09 de março de 2016.

***Considerando* a necessidade de admitir servidores para suprir vagas abertas e/ou não providas, por necessidades dos serviços público relevante e contínuo, por conveniência e oportunidade da Administração,**

DECRETA:

Art. 1º As nomeações dos Candidatos Aprovados no *concurso público regido pelo edital nº. 0001/2016 - PMSMG/RO, publicado no Diário Oficial dos Municípios ANO VII/Nº 1658 em 09 de março de 2016.*

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos aprovados no concurso Público Municipal Edital 001/2016, executado pelo Instituto de Pesquisa de Rondônia/IPRO, para ocuparem cargos efetivos pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal Civil desta Prefeitura Municipal, abaixo relacionados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **(SEMED)**
PROFESSOR DE PEDAGOGIA (SEMED)
NOME: **MARIANA CALMON SILVA**
INSCRIÇÃO**: 0001096**
CLASSIFICAÇÃO: **29º. LUGAR**
PROFESSOR DE PEDAGOGIA (SEMED)
NOME: **MARTA ALVES FRANCISCO DA SILVA**
INSCRIÇÃO**:03855**
CLASSIFICAÇÃO: **30º LUGAR**
PROFESSOR DE PEDAGOGIA -ESCOLA PRIMAVERA
NOME: **DANIELE RODRIGUES SLIVINSKI**
INSCRIÇÃO: **0001748**
CLASSIFICAÇÃO: **8º. LUGAR**

NOME: **ROZANE FERREIRA DA SILVA**
INSCRIÇÃO: **0002503**
CLASSIFICAÇÃO: **9º. LUGAR**
PROFESSOR DE HISTORIA – (SEMED)
NOME: **WILSON SILVA DE PAULO**
INSCRIÇÃO: **0000607**
CLASSIFICAÇÃO: **4º. LUGAR**

NOME: **REGINA PEREIRA DOS SANTOS**
INSCRIÇÃO: **0000139**
CLASSIFICAÇÃO: **5º. LUGAR**

Art. 3º. No ato da posse cada candidato convocado devera apresentar os documentos exigidos no edital abaixo relacionados, perante a coordenadoria de Recursos Humanos desta prefeitura, sob pena de se tornar sem efeito a presenta convocação em copia autenticada , quais sejam.

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO EFETIVO

QTD.	CÓPIAS DE DOCUMENTOS AUTENTICADOS
2	Cédula de Identidade
2	CPF/MF
1	Título de Eleitor
1	Comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral (Comprovante de votação ou certidão emitida pelo TRE)
1	Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação (p/ sexo masculino)
1	Certidão de Nascimento ou Casamento
1	Certidão de Nascimento dos dependentes legais (Menores de 18 anos de idade)
1	Cartão de Vacinas para os dependentes (Menores de 5 anos de idade)
1	Comprovação de matrícula escolar para os dependentes (Menores de 18 anos de idade)
1	Cartão do PIS/PASEP ou Declaração de não cadastrado
1	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS. (Páginas da fotografia e da Identificação)
1	Comprovação de escolaridade e habilitação exigida para o cargo da seguinte forma: Histórico Escolar ou Declaração para o nivel elementar; Histórico Escolar, Certificado ou Declaração de conclusão de curso para o nível fundamental, médio e superior.
1	Registro Profissional do Conselho equivalente
1	Comprovante de Residência
1	Declaração de Imposto de Renda ou de Isento (último exercício) ou Declaração de Bens
1	Fotografias 3x4, recente.
1	Comprovante de Conta Corrente de Pessoa Física, se possuir.
1	Carteira Nacional de Habilitação – para os candidatos nomeados para os cargos de Motorista, Operador de Maquinas e Mecânico.
2	Declaração de não acumulação remunerada de cargos públicos ou de acumulação legal, assinada pelo candidato.
2	Declaração, emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processo Administrativo em que figura como indiciado ou parte *(sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes).*
2	Declaração, emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público.
1	Declaração, Relação e documentação de Dependentes.
1	Certidão Negativa Tributos com a Fazenda Pública Municipal
1	Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
1	Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca de residência do candidato no Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos.
1	Certidão Negativa Cível e Criminal da Justiça Federal
1	Inspeção Médica, expedido por médico ou junta médica do quadro de pessoal do Município.

Art.4º a posse dos candidatos efetivara-se apos apresentação dos documentos referidos no artigo anterior e dentro o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desse decreto no diario oficial.
Art. 5º Ficam sem efeito as nomeações dos candidatos que não apresentarem os documentos constantes do artigo 3º, deste decreto, e se tomarem posse e não entrarem em efetivo exercício no prazo de 15 dias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas quaisquer disposições contrárias ou incompatíveis.

Paço Municipal, 18 de Abril de 2018.

CORNELIO DUARTE DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado no Mural da Prefeitura Em ____ / ____/ _____.

DÉBORA DUARTE DE CARVALHO
Dec. 001/2017

Publicado por:
Nilzeni Caetano Ribeiro
Código Identificador:13CA4BBD

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°027/CPL/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°027/CPL/2018

Requisitante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SERINGUEIRAS/RO - IPMS.
Processo Administrativo: Nº031/IPMS/2018.

A **Prefeitura Municipal de Seringueiras**, situada na Av. Marechal Rondon, n° 984, Centro, Seringueiras-RO, através do Pregoeiro Municipal**, TORNA PUBLICO**, para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será julgado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA,** nos termos da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93, Decreto Municipal n.º 038/PMS/2013 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8.078/90. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE RPPS (REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL) PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA PREVIDENCIÁRIA (LEVANTAMENTO FINANCEIRO, REFERENTE A DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS, EFETUADO PELO EXECUTIVO E LEGISLATIVO JUNTO AOS SERVIDORES EFETIVOS MUNICIPAIS E REPASSADOS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, DESCONTOS ESSES REFERENTE AO PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2013 À JANEIRO DE 2018, PARTE PATRONAL E SEGURADO), PARA ATENDER O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SERINGUEIRAS/RO - IPMS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E SERVIÇOS DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 20/04/2018, data para abertura de propostas a partir das 08:00 horas do dia 03/05/2018; **Inicio da sessão pública de lances: dia 03/05/2018 às 09:00 horas,** horário de Brasília/DF, local https://licitanet.com.br/, maiores informações através do telefone (0xx)69 3623-2693/2694 ou pelo e-mail cpl.seringueiras@hotmail.com.

Seringueiras-RO, 19 de Abril de 2018.

LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA
Port. Nº182/GAB/PMS/2017
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Luiz Carlos Morais Alfaia
Código Identificador:6155F06D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 036/2018

CONTRATO N°. 036/2018
PROCESSO N°. 310/2018/SEMACS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO
CONTRATADA: NASCIMENTO & ALVES COM. DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
CNPJ N°. 10.491.743/0001-65
OBJETO: **O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ORA QUALIFICADA NO PREÂMBULO, PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PERTENCENTES Á SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERINGUEIRAS/RO.**
VALOR R$= 17.960,00 (dezessete mil novecentos e sessenta reais)
EMPENHO N°. 93/2018, N° 94/2018 E N° 95/2018.
PRAZO: 06(seis) meses a contar da assinatura do contrato.
SERINGUEIRAS/RO, 05 de Abril de 2018.
ASSINAM
LEONILDE ALFLEN GARDA – PREFEITA
ROMILDA TEIXEIRA DOS SANTOS – CONTRATADA

Publicado por:
Lucicleia Ribeiro Dama
Código Identificador:F19711FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2018

CONTRATO N°. 038/2018
PROCESSO N°. 327/2018/SEMSAU
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO

CONTRATADA: NASCIMENTO & ALVES COM. COMBUSTIVEIS LTDA .
CNPJ N°. 10.491.743/0001-65
OBJETO: **O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ORA QUALIFICADA NO PREÂMBULO, PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL 18.000 LITROS DE GASOLINA COMUM – 7.600 LITROS DE ÓLEO DIESEL S-10, PARA ABASTECIMENTO DOS VEICULOS PERTENCENTES Á SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERINGUEIRAS/RO.**
VALOR R$= 109.168,00(cento e nove mil, cento sessenta e oito reais)
EMPENHO N°. 337/2018, N°. 378/2018 E N°. 379/2018.
PRAZO: 06(seis) meses a contar da data da assinatura do contrato
SERINGUEIRAS/RO, 09 de Abril de 2018.
ASSINAM
LEONILDE ALFLEN GARDA – PREFEITA
ROMILDA TEIXEIRA DOS SANTOS - CONTRATADA

Publicado por:
Lucicleia Ribeiro Dama
Código Identificador:6A27CCE4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
DECRETO 66/2018

CNPJ 63.761.993/0001-34
Exercício: 2018
Decreto nº 66/2018 de 18/04/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO ORÇAMENTO VIGENTE ATRAVÉS DE *TRANSPOSIÇÃO* DOTAÇÕES CONFORME PRECEITUA O ART. 167, VI, CF.

O Prefeito Municipal de SERINGUEIRAS, Estado de Rondônia, no uso das prerrogativas legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1146/2018 de 23/02/2018.
LEI
Artigo 1º - Fica autorizado a(o) TRANSPOSIÇÃO das dotações abaixo, aprovadas na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, conforme preceitua as reformulações administrativas constantes no Artigo 167, VI da Constituição Federal, que trata da transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

SUPLEMENTA			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
02.002.04.122.0003.2.008.		MANUTENCAO DA SEMAF	
18 - 3.1.90.92.00.00	10000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.772,50
Total Suplementação:			6.772,50
ANULA			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.002.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
02.002.99.999.9999.9.999.		RESERVA DE CONTINGENCIA	
30 - 9.9.99.99.00.00	10000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.772,50
Total Redução:			6.772,50

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua públicação.

SERINGUEIRAS, em 18/04/2018.

LEONILDE ALFLEN GARDA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jerrisson Pereira Salgado
Código Identificador:56E4016C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°028/CPL/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°028/CPL/2018

Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU.
Processo Administrativo Nº 288/SEMSAU/2018.

A **Prefeitura Municipal de Seringueiras RO**, situada na Av. Marechal Rondon, n° 984, Centro, Seringueiras-RO, através do Pregoeiro Municipal**, TORNA PUBLICO**, para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que será julgado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA,** nos termos da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666/93, com alterações das Leis Federais 8.883/94 e 9.649/98, o Decreto Federal nº. 5450 de 31/05/2005, Decreto Municipal 038/PMS/2013 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº. 8.078/90. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS REAGENTES PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE SERINGUEIRAS/RO, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES COMPLEMENTARES DESCRITAS NESTE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.** Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 20/04/2018, data para abertura de propostas a partir das 12:00 horas do dia 03/05/2018; **Inicio da sessão pública de lances: dia 03/05/2018 às 12:30 horas,** horário de Brasília/DF, local https://licitanet.com.br/, maiores informações através do telefone (0xx)69 3623-2693/2694 ou pelo e-mail cpl.seringueiras@hotmail.com.

Seringueiras-RO, 19 de Abril de 2018.

LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA
Port. Nº182/GAB/PMS/2017
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Luiz Carlos Morais Alfaia
Código Identificador:ADFF390C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Eleitoral, do Processo de Escolha de Membros Suplentes para o Conselho Tutelar de Teixeirópolis – RO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teixeirópolis – RO (CMDCA), em cumprimento ao Art.139 da Lei nº 8.069/90, Art. 35 da Lei Municipal nº 269/2005 e Resolução nº 139/10 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, **RESOLVE:**

Art.1º **-** Fica Instituída á Comissão Eleitoral, responsável pela formatação, organização e execução do Processo de Escolha de Membros Suplentes do Conselho Tutelar no ano de 2018 de Teixeirópolis – RO:

Comissão Eleitoral:

Presidente: Bruno Giordano Airis Gonçalves;
Vice – Rosineia de Jesus de Paula
Secretario: Celso Coser dos Santos

Art.2º Para auxiliar a Comissão será criada subcomissões sendo esta composta pelos conselheiros:

Argeu Pedro da Costa
Chrystian Barbosa Figueiredo
Job de Souza Teixeira
Claudiney Tavares

Elaine Oliveira da Silva

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo;

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

Art.3 º Compete a Comissão Eleitoral:

§1º Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
§2º Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras do processo de eleição, por parte dos candidatos ou à sua ordem;
§3º Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
§4º Providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;
§5º Escolher e divulgar os locais de votação;
§6º Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e
§7º Resolver os casos omissos.

Art. 4º Compete a Comissão Eleitoral, além das atribuições que lhe são inerentes, a elaboração do Calendário Eleitoral, do Edital de Convocação, Formatar a Semana de Preparação para os Candidatos a Suplentes de Conselheiro Tutelar além da coordenação dos trabalhos do dia da eleição.

Art. 5º Informar a Promotoria de Justiça da Comarca de Ouro Preto do Oeste - RO, especificamente a Promotoria da Vara da Infância e Juventude, quanto à realização da Eleição do Conselho Tutelar.

Art. 6º A Comissão poderá convidar pessoas físicas ou jurídicas para atuarem como seus colaboradores nas diferentes tarefas de elaboração e execução das eleições do Conselho Tutelar.

Art.7º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Teixeirópolis – RO, 19 de Abril de 2018

BRUNO GIORDANO AIRIS GONÇALVES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Bruno Giordano Airis Gonçalves
Código Identificador:3F91347A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: n.º **GI-300/2018**

Contratado: **GESIANE T. DA COSTA CARLOS - EPP**
No valor de: **R$ 1.403,65 (um mil quatrocentos e três reais e sessenta e cinco centavos).**
Com o objetivo de: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (DISJUNTOR, FECHADURA, PORTAS E OUTROS).**

Dispensa de Licitação conforme Lei Federal nº 8.666/93, art. **24**, inciso II
Conforme parecer da assessoria jurídica. Dr. ALMIRO SOARES-OAB 412 A/RO.
Prazo de Entrega: Imediato

Teixeirópolis / RO, em 18 de abril de 2018.

JEAN VIEIRA DE ARAÚJO
Presidente da CPL
Decreto nº 003/GAB/2018 de 04/01/2018

Publicado por:
Bruno Giordano Airis Gonçalves
Código Identificador:F80C0610

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente Termo de Homologação, Eu, **ANTÔNIO ZOTESSO,** Prefeito Municipal de Teixeirópolis RO, à vista ao TERMO DE ADJUDICAÇÃO, no processo n.º **GI-064/2018**, e principalmente a licitação realizada através da Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 005/CPL/2018**. Referente à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIQUIDIFICADOR) SE FAZ NECESSÁRIO PARA ATENDE AS NECESSIDADES DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE PESSOA IDOSA ONDE SÃO REALIZADOS OS EVENTOS COM OS JOVENS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO.**
Vem HOMOLOGAR a favor da empresa:

EMPRESA: N. V. VERDE & CIA LTDA – ME, vencedora dos **ITEM 001,** perfazendo um valor de **R$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).**

Publique-se o presente.

Teixeirópolis – RO, 19 de Abril de 2018.

ANTÔNIO ZOTESSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Giordano Airis Gonçalves
Código Identificador:07EA85A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 024/CPL/2018 EDITAL Nº 027/CPL/2018

O Pregoeiro do Município de Teixeirópolis - RO, torna público para conhecimento dos interessados, o adiamento da sessão de disputa do PREGÃO ELETRONICO Nº **024/CPL/2018**. EDITAL **027/CPL/2018**. PROCESSO Nº. **GI-250/2018**. Objetivando**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS EVENTOS COM OS JOVENS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICIPIO DE TEIXEIROPOLIS – RO.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/04/2018 das 08:00h até o dia 23/04/2018 às 08:00h.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23/04/2018 as 08:05h.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 23/04/2018, com início às 11:00h.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:
Endereço: Av. Afonso Pena, 2280, Centro – Teixeirópolis -RO
Pregoeira: Jean Vieira de Araújo
E-mail: cpl@teixeiropolis.ro.gov.br
Fone/Fax: 69 3465-1112 e 69 3465-1145

Teixeirópolis - RO, em 19 de abril de 2018.

JEAN VIEIRA DE ARAUJO
Pregoeiro

Publicado por:
Renata Guedes
Código Identificador:205175E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 023/CPL/2018 EDITAL Nº 026/CPL/2018

O Pregoeiro do Município de Teixeirópolis - RO, torna público para conhecimento dos interessados, o adiamento da sessão de disputa do PREGÃO ELETRONICO Nº **023/CPL/2018**. EDITAL **026/CPL/2018**. PROCESSO Nº. **GI-254/2018**. Objetivando**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA JURIDICA – LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO FÚNEBRE DE TEIXEIROPOLIS – RO.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/04/2018 das 08:00h até o dia 23/04/2018 às 08:00h.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23/04/2018 as 08:05h.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 23/04/2018, com início às 10:00h.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:
Endereço: Av. Afonso Pena, 2280, Centro – Teixeirópolis -RO
Pregoeira: Jean Vieira de Araújo
E-mail: cpl@teixeiropolis.ro.gov.br
Fone/Fax: 69 3465-1112 e 69 3465-1145

Teixeirópolis - RO, em 19 de abril de 2018.

JEAN VIEIRA DE ARAUJO
Pregoeiro

Publicado por:
Renata Guedes
Código Identificador:56BDE7D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 031/CPL/2018 EDITAL Nº034/CPL/2018

Processo Administrativo nº GI – 307/2018

A Prefeitura Municipal de Teixeirópolis – RO, através do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº 0**02/GAB/2018 de 04 de janeiro de 2018**, torna público que realizará a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo Menor Preço e será julgada **Menor Preço por ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 e 5.450/05, Decreto Municipal nº 083/GP/07, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93. Para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo – **SEMECT.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (TONER KYOCERA COMPATIVÉL) PARA IMPRESSORAS.** Estimado no valor de **R$ 8.833,33(Oito mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).** Processo Administrativo **nº GI -307/2018** – Data para cadastro de proposta **20/04/2018** a partir das **08:00h**, Até o dia **03/05/2018** Até as **08:00h**, data para abertura de propostas dia **03/05/2018 as 08:05h**, e inicio da sessão pública: dia **03/05/2018**, com início às **11:00h**, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Teixeirópolis - RO, sito à Av. Afonso Pena, n° 2280, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site www.teixeiropolis.ro.gov.br, para maiores informações através do telefone (69) 3465 1112.

Teixeirópolis/RO, **19 de abril de 2018.**

JEAN VIEIRA DE ARAUJO
Pregoeiro

Publicado por:
Renata Guedes
Código Identificador:00472132

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 032/CPL/2018 EDITAL Nº: 035/CPL/2018

A Prefeitura Municipal de Teixeirópolis – RO, através do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº **02/GAB/2018 de 04 de janeiro de 2018**, torna público que realizará a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo Menor Preço e será julgada **Menor Preço por ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 e 5.450/05, Decreto Municipal nº 083/GP/07, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93. Para atender a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE (FISIOTERAPIA), PROFICIONAL HABILITADO, PARA REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA DE FORMA A COMPLIMENTAR A REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TEIXEIROPOLIS – RO.** Estimado no valor de: **R$ 11.901,60 (onze mil novecentos e um reais e sessenta centavos).** Processo Administrativo **nº GI-309/2018** – Data para cadastro de proposta **20/04/2018** a partir das **08:00h**, Até o dia **03/05/2018** Até as **08:00h**, data para abertura de propostas dia **03/05/2018 as 08:05h**, e inicio da sessão pública: dia **03/05/2018**, com início às **12:00h**, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Teixeirópolis - RO, sito à Av. Afonso Pena, n° 2280, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site www.teixeiropolis.ro.gov.br, para maiores informações através do telefone (69) 3465 1112.

Teixeirópolis/RO, **19 de abril de 2018.**

JEAN VIEIRA DE ARAUJO
Pregoeiro

Publicado por:
Renata Guedes
Código Identificador:2897BA5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 030/CPL/2018 EDITAL Nº033/CPL/2018

Processo Administrativo nº GI – 306/2018

A Prefeitura Municipal de Teixeirópolis – RO, através do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº 0**02/GAB/2018 de 04 de janeiro de 2018**, torna público que realizará a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo Menor Preço e será julgada **Menor Preço por ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 e 5.450/05, Decreto Municipal nº 083/GP/07, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93. Para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo – **SEMECT.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE (LAVADOURA DE ALTA PRESSÃO E MÁQUINA DE LAVAR ROUPA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES – EMEF ANTÔNIO FRANCISCO LISBOA, EMEF SEBASTIÃO AMORIM DA SILVA E EMEF TARSILA DO AMARAL E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARCO ÍRIS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIROPOLIS - RO.** Estimado no valor de **R$ 9.406,67(nove mil e quatrocentos e seis reais e sessenta e sete centavos).** Processo Administrativo **nº GI -306/2018** – Data para cadastro de proposta **20/04/2018** a partir das **08:00h**, Até o dia **03/05/2018** Até as **08:00h**, data para abertura de propostas dia **03/05/2018 as 08:05h**, e inicio da sessão pública: dia **03/05/2018**, com início às **10:00h**, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Teixeirópolis - RO, sito à Av. Afonso Pena, n° 2280, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site www.teixeiropolis.ro.gov.br, para maiores informações através do telefone (69) 3465 1112.

Teixeirópolis/RO, **19 de abril de 2018.**

JEAN VIEIRA DE ARAUJO
Pregoeiro

Publicado por:
Renata Guedes
Código Identificador:4B1C9CA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 029/CPL/2018 EDITAL Nº. 032/CPL/2018

Processo Administrativo nº GI **– 299/2018**

A Prefeitura Municipal de Teixeirópolis – RO, através do Pregoeiro nomeado pelo Decreto Municipal nº **02/GAB/2018 de 04 de janeiro de 2018**, torna público que realizará a Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo Menor Preço e será julgada **Menor Preço por ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Federais nº 3.555/00 e 5.450/05, Decreto Municipal nº 083/GP/07, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93. Para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho– SEMAST. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE (MESA E CADEIRA).** Estimado no valor de **R$ 3.334,99(três mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos).** Processo Administrativo **nº GI-299/2018** – **Data para Recebimento de proposta 20/04/2018 a partir das 08:00 h**, Até o dia **03/05/2018**, até as **08:00h**. Data para abertura de propostas dia **03/05/2018** as **08:05h** e inicio da sessão pública: dia **03/05/2018**, com início às **09:00 h**, horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Teixeirópolis - RO, sito à Av. Afonso Pena, n° 2280, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site www.teixeiropolis.ro.gov.br, para maiores informações através do telefone (69) 3465 1112.

Teixeirópolis/RO, 19 **de abril de 2018.**

JEAN VIEIRA DE ARAUJO
Pregoeiro

Publicado por:
Renata Guedes
Código Identificador:5ED11775

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2018 PROCESSO Nº 250/2018

O Municipio de Theobroma – RO, através de sua Pregoeira, nomeado pelo portaria nº 11/GP/PMT/2018, torna público aos interessados e a quem possa interessar que ESTÁ SUSPENDIDO O **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2018/Processo nº 250/2018.** Tendo como Objeto: **Contratação de pessoa jurídica, na forma de empresa cujo objeto e contabilidade e ou assessoria contábil, administrada por contador, para prestar serviços Contábeis especializados em contabilidade pública, tendo em vista a necessidade de profissionais com notória especialização, bem como a singularidade dos serviços a serem prestados dependem de conhecimento especifico na área de contabilidade pública em especial as normativas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado e o profissional que prestará os serviços de assessoramento e acompanhamento das questões de ordem técnico-contábeis.**, Com Data para cadastro de proposta: a partir das **08:30** horas do dia **16 de abril de 2018**. Data para abertura de propostas e início da sessão de disputa: a partir das **09:00** horas do dia **26 de abril de 2018** horário de Brasília – DF, local www.bnc.org.br. Informações Complementares: DEVIDO O EQUIVOCO DE VALOR RESERVADO DO ORÇAMENTO FINANCEIRO. Maiores informações estaremos à disposição dos interessados no site supracitado e na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Theobroma - RO, sito à Av. 13 de Fevereiro nº 1431, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min. e através do site http://www.theobroma.ro.gov.br/ link: licitações, pregões eletrônicos. Para maiores informações através do telefone (69) 3523-1144.

THEOBROMA/RO,18 de abril de 2018

HATANI ELIZA BIACHI
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Hatani Eliza Bianchi
Código Identificador:72D6B126

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2018 PROCESSO Nº 319/2018
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MPE

O Municípiode Theobroma – RO, através de sua Pregoeira, nomeado pelo portaria nº 11/GP/PMT/2018, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global, nos termos da Lei nº 10.520/020, Decreto Federal nº 5450/2005 aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 Decreto Municipal nº: 1604/2006. Tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (BALANÇA DIGITAIS), PARA ATENDER AOS AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIODE THEOBROMA-RO. NO VALOR ESTIMADO DE R$: 5.288,50 (CINCO MIL DUZENTOS E OITENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).conforme Processo Administrativo sob o nº. 319/2018. Data para cadastro de proposta: a partir das **09:15** horas do dia **20 de abril de 2018**. Data para abertura de propostas e início da sessão de disputa: a partir das **09:30** horas do dia **03 de maio de 2018** horário de Brasília – DF, local www.bnc.org.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Theobroma - RO, sito à Av. 13 de Fevereiro nº 1431, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min. e através do site http://www.theobroma.ro.gov.br/ link: licitações, pregões eletrônicos. Para maiores informações através do telefone (69) 3523-1144.

THEOBROMA/RO,19 de abril de 2018

HATANI ELIZA BIACHI
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Hatani Eliza Bianchi
Código Identificador:B81B7795

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO REMARCAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2018 PROCESSO Nº 250/2018

O Municípiode Theobroma – RO, através de sua Pregoeira, nomeado pelo portaria nº 11/GP/PMT/2018, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global, nos termos da Lei nº 10.520/020, Decreto Federal nº 5450/2005 aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 Decreto Municipal nº: 1604/2006. Tendo como Objeto: Contratação de pessoa jurídica, na forma de empresa cujo objeto e contabilidade e ou assessoria contábil, administrada por contador, para prestar serviços Contábeis especializados em contabilidade pública, tendo em vista a necessidade de profissionais com notória especialização, bem como a singularidade dos serviços a serem prestados dependem de conhecimento especifico na área de

contabilidade pública em especial as normativas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado e o profissional que prestará os serviços de assessoramento e acompanhamento das questões de ordem técnico-contábeis., Valor estimado R$ 72.000,00(setenta e dois mil reais) conforme Processo Administrativo sob o nº. 250/2018. Data para cadastro de proposta: a partir das **09:40** horas do dia **20 de abril de 2018**. Data para abertura de propostas e início da sessão de disputa: a partir das **10:30** horas do dia **03 de maio de 2018** horário de Brasília – DF, local www.bnc.org.br. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Theobroma - RO, sito à Av. 13 de Fevereiro nº 1431, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min. e através do site http://www.theobroma.ro.gov.br/ link: licitações, pregões eletrônicos. Para maiores informações através do telefone (69) 3523-1144.

THEOBROMA/RO,19 de abril de 2018

HATANI ELIZA BIACHI
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Hatani Eliza Bianchi
Código Identificador:CAD6AFF1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 PROCESSO Nº 212/2018

O Municipio de Theobroma – RO, através de sua Pregoeira, nomeado pelo portaria nº 11/GP/PMT/2018, torna público aos interessados e a quem possa interessar, que o Pregão Presencial **Nº 12/2018/Processo nº** 212/2018 Objeto: **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA, AUTORIZADA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PARA GERENCIAR OS PAGAMENTOS DOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, MEDIANTE CRÉDITO EM CONTA, COM AGENCIA NO MUNICÍPIO OBJETIVANDO O AQUECIMENTO DO COMERCIO LOCAL CUJA FINALIDADE E PROPORCIONAR AUMENTO NA ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO EVITANDO DISPÊNDIO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO DESLOCAMENTO A CIDADES VIZINHAS PARA SAQUES DE SEUS PROVENTOS, OFERECENDO-LHES TAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS NA SEDE DO MUNICÍPIO. COM VALOR ESTIMADO DE LANCE INICIAL R$ 204.032,40 (DUZENTOS E QUATRO MIL E TRINTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)**, foi considerada LICITAÇÃO DESERTA, devido ausência de interessados. Com data para entrega do Credenciamento, dos envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação e início da sessão pública: **a partir das 09:00horas do dia 19 de abril de 2018.** Maiores Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Theobroma - RO, sito à Av. 13 de Fevereiro nº 1431, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min, encaminhamentos de pedidos da cópia de Edital através do endereço eletrônico cpl@theobroma.ro.gov.br e edital disponível no site http://www.theobroma.ro.gov.br/ na aba licitações, para maiores informações através do telefone (69) 3523-1144.

THEOBROMA/RO, 19 de abril de 2018

HATANI ELIZA BIACHI
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Hatani Eliza Bianchi
Código Identificador:BA4DCCD8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018
PROCESSO Nº 212/2018 SEGUNDA CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Theobroma – RO, através de sua Pregoeira, nomeado pelo portaria nº 11/GP/PMT/2018, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a Licitação na modalidade de Pregão, tipo Maior Lance ou Oferta Global, nos termos da Lei nº 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 Decreto Municipal nº: 1604/2006, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA OU PRIVADA, AUTORIZADA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PARA GERENCIAR OS PAGAMENTOS DOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, MEDIANTE CRÉDITO EM CONTA, COM AGENCIA NO MUNICÍPIO OBJETIVANDO O AQUECIMENTO DO COMERCIO LOCAL CUJA FINALIDADE E PROPORCIONAR AUMENTO NA ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO EVITANDO DISPÊNDIO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO DESLOCAMENTO A CIDADES VIZINHAS PARA SAQUES DE SEUS PROVENTOS, OFERECENDO-LHES TAIS SERVIÇOS BANCÁRIOS NA SEDE DO MUNICÍPIO. COM VALOR ESTIMADO DE LANCE INICIAL R$ 204.032,40 (DUZENTOS E QUATRO MIL E TRINTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra este Edital, conforme Processo Administrativo sob o nº. 212/2018. Data para entrega do Credenciamento, dos envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação e início da sessão pública: **a partir das 09:00horas do dia 04 de MAIO de 2018.** Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Theobroma - RO, sito à Av. 13 de Fevereiro nº 1431, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min, encaminhamentos de pedidos da cópia de Edital através do endereço eletrônico cpl@theobroma.ro.gov.br e edital disponível no site http://www.theobroma.ro.gov.br/ na aba licitações, para maiores informações através do telefone (69) 3523-1144.

THEOBROMA/RO, 19 de abril de 2018

HATANI ELIZA BIACHI
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Hatani Eliza Bianchi
Código Identificador:853FF8A0

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO N. 28/GP/PMT/2018.
PROCESSO 117/PMT/SEMSAU/2018.
PARTES: 01) PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
02) ERZIEL BERNARDES RODRIGUES.
O presente Contrato tem por objeto Contração de Empresa para prestação de serviço de Lavagem de veículos, pertencente a frota do município de Theobroma. Para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde, conforme descritos no presente EDITAL e seus respectivos ANEXOS. Pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde, Conforme as especificações e condições constantes no Processo Administrativo 117/SEMSAU/2018. Termo de Referência e Edital e seus anexos e propostas apresentada pela **CONTRATADA**.
Valor: Em razão da contratação ocorrer através do sistema de registro de preço, não e possível estabelecimento do valor total do contrato. Considerando que o Município efetuara o pagamento conforme aquisição.
INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/GP/PMT/SEMSAU/2018

Theobroma – RO, 19 de Abril de 2018.

CLAUDIOMIRO ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rogerio Alexandre Leal
Código Identificador:1B9A119D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 015

No uso de suas atribuições legais, após parecer jurídico, que se manifestou favoravelmente, sendo assim o Prefeito homologa o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado nos autos deste certame. Considerando, o resultado do **Pregão** nº **15/2018** referente ao **Processo nº 258/2018** que tem como objetivo **SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS (AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS)..** Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, ***Homologo*** em favor da licitante:

Fornecedor: GRAFICA BRASIL LTDA ME
CNPJ/CPF: 14.595.896/0001-03

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO, NA COR ROSA, MEDINDO 327MMX476MM (ABERTA) EM CARTOLINA 240 GRAMATURA, COM ESCRITAS E LOGOMARCA EM PRETO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	GB	800,00	R$ 0,80	R$ 640,00
2	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO, NA COR AZUL- CLARO, MEDINDO 327MMX476MM (ABERTA) EM CARTOLINA 240 GRAMATURA, COM ESCRITAS E LOGOMARCA EM PRETO, CONFORME MODELO EM ANEXO	GB	800,00	R$ 0,80	R$ 640,00
3	PASTA INDIVIDUAL DO ALUNO SOE, NA COR VERDE-CLARO, MEDINDO 327MMX476MM (ABERTA) EM CARTOLINA 240 GRAMATURA, COM ESCRITAS E LOGOMARCA EM PRETO, CONFORME MODELO EM ANEXO.	GB	1. 600,00	R$ 0,80	R$ 1.280,00
Valor Total Homologado - R$ 2.560,00					

Urupa, 19 de abril de 2018.

CÉLIO DE JESUS LANG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Luiz de Souza
Código Identificador:0BA74D72

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO N. 036/2017

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N. 036/2017
PROCESSO N. 782/2017.

O MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.787.097/0001-44, com sede principal na Av. Jorge Teixeira, n. 4872, Bairro Alto Alegre, nesta urbe, representado por seu Prefeito o **CÉLIO DE JESUS LANG**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n. 651.763 SSP/RO, devidamente inscrito no CPF sob o n. 593.453.490-00, residente no município de Urupá/RO, doravante denominado **CONTRATANTE,** resolve modificar unilateralmente o Contrato n. 036 de 11 de outubro de 2017, conforme Processo n. 782/2017, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal n. 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO:
O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado através do contrato n. 036 de 036 de 11 de outubro de 2017, por parte da Administração, visando a alteração da fonte de recurso para pagamento das despesas inerentes ao objeto contratual.
O capítulo III – Dos Recursos em sua cláusula segunda, determina que as despesas correntes do contrato supracitado ocorrerão à conta da programação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social pela funcional programática 02.02.006.04.122.0001.2.015, elemento de despesa: 33.90.36.99, fonte de recurso: próprio. Conforme ofício apensado aos autos 782/2017 às fls. 124/126 devidamente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo e conforme Resolução n. 001/2017/CMAS/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social às fls. 127, nota de anulação de empenho às fls. 130 e nova nota de empenho às fls. 133 é necessária a realização do presente termo de apostilamento para que as despesas correntes deste contrato ocorram à conta da nova programação orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social, **sendo: funcional programática: 02.02.006.08.244.0008.2.078, elemento de despesa: 33.90.36.63, fonte de recurso: FEDERAL – PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família), por meio da Dispensa de Licitação n. 034/2017, nos termos da nota de empenho n. 127/2018 e processo administrativo n. 782/2017.**

DA RETIFICAÇÃO
Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato n. 036 de 11 de outubro de 2017, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

DA PUBLICAÇÃO
O MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n. 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

CLAUDINEY QUIRINO DE SOUZA
Procurador do Município de Urupá-RO
OAB/RO 2488

Publicado por:
Andressa Rodrigues de Castro
Código Identificador:BBD6F73E

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇAO DA ATIVIDADE DE PISCICULTURA

A Sra **Leonídia Caetano dos Reis Rosa**, Portadora do CPF:***.691.162-** torna público que requereu junto a Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Urupa-SEMAA o pedido de renovação da licença de operação da atividade de piscicultura do processo 1801/1314/2012 de sua propriedade localizada na **Linha TN-14, Lotes 236 e 237, Gleba 01,** Município de Urupa-RO.

Publicado por:
Adailton Mendes da Silva
Código Identificador:DC4B0D84

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VALE DO ANARI
AVISO DE LICITAÇÃO 006/IMPRES/2018

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Nº 6/2018
Processo nº 10/2018

A Prefeitura Municipal de Vale do Anari – RO, através do Pregoeiro, nomeado pela portaria nº 1850/GP/2018, torna público aos interessados e a quem possa interessar que será realizada a Licitação na modalidade de Pregão, tipo Menor Preço Por Item, nos termos da Lei nº 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores e os artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014 Decreto Municipal nº: 1604/2006, Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA PRESTAR SERVIÇOS TECNICOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIARIA; ASSESSORIA NA CONCESSÃO DE BENEFICIOS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA; ESTUDOS, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÕES DE EVENTOS RELACIONADOS À RPPS, CONSULTORIA ATUARIAL E ELABORAÇÃO DE CALCULO ATUARIAL ANUAL, LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO IMPRES DO MUNICIPIO DE VALE DO ANARI/RO.**
Valor estimado R$ 71.199,96 (setenta e um mil, cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra este Edital, conforme Processo Administrativo sob o nº. **010/2018**. Data para entrega do Credenciamento, dos envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação e início da sessão pública: **a partir das 08:00horas do dia 04 de Maio de 2018.** Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados na Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Vale do Anari - RO, sito à Av. Capitão Silvio de Farias nº 4571, Centro, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h30min às 13h30min, encaminhamentos de pedidos da cópia de Edital através do endereço eletrônico cpl@valedoanari.ro.gov.br e edital disponível no site www.valedoanari.ro.gov.br na aba licitações, para maiores informações através do telefone (69) 3525-1018 ou (69) 3525-1450.

Vale do Anari/RO, 19 de Abril de 2018

FABIANA DORIGO SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Cleberson Silvio de Castro
Código Identificador:C053A250

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/CPL/2018 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, ME E EPP

O MUNICÍPIO DE VALE DO PARAÍSO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.786.990/0001-55, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Charles Luis Pinheiro Gomes, através do Decreto 4.948 de 08 de maio de 2017, nomeia o Pregoeiro e equipe de apoio que torna público e a quem possa interessar que, se encontra instaurada a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, o qual reger-se-á pelas disposições do Decreto Federal nº 3.555/00, da Lei Federal n.° 10.520/02, Decreto Federal nº 5.450/05, que regulamentam o Art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e Decreto municipal nº 1.646/05, 4.330/15 e 5.144/17 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 de 21 junho de 1993, com as alterações posteriores e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, e do disposto no referente edital.
PROCESSO Nº 1-81/SEMOSP/2018
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serragem, corte de madeira e transporte, para serrar as toras nas medidas especificadas no item 3.1, e transporta-las até esta cidade do Vale do Paraíso – RO. As toras encontram-se na Rod. MT 313, Km 70, Antiga estrada Castanhal, S/N, Zona Rural do município de Rondolândia – MT, ficando aproximadamente 230 km do depósito desta Secretaria de Obras e Serviços Públicos neste município de Vale do Paraíso – RO, de acordo com valores, especificações, quantitativos, locais de entrega e demais condições relacionadas e aprovadas no Termo de Referência.
VALOR MÁXIMO A SER LICITADO: R$ 72.011,23 (setenta e dois mil e onze reais e vinte e três centavos).
JULGAMENTO DA PROPOSTA: MENOR PREÇO POR ITEM.
LOCAL:www.licitanet.com.br
Para todas as referências de tempo será observado o **horário de Brasília (DF)**.
Havendo a necessidade, poderá o pregoeiro prorrogar qualquer prazo, motivadamente;

CRONOGRAMA PARA INSERÇÃO DAS PROPOSTAS E REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA

Recebimento das propostas	**Das 07:00 hs do dia**	**20/04/2018**	**Até às 09:50 hs do dia**	**04/05/2018**
Abertura das propostas	**Das 10:00 hs do dia**	**04/05/2018**	**Até às 11:50 hs do dia**	**04/05/2018**
Inicio da sessão pública	**Às 12:00 hs do dias**	**04/05/2018**	**Obs.: Horário de Brasília**	

Informações Complementares: O Edital na integra esta á disposição dos interessados no site supracitado, no site http://transparencia.valedoparaiso.ro.gov.br ou poderá ser solicitado através de requerimento na CPL - Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, sito à Av. Paraíso, 2601, Setor 01, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h00min às 13h00min horas, ou através do e-mail: cpl.net@outlook. Para maiores informações através do telefone (69) 3464-1005 ou 3464-1462.

Vale do Paraíso – RO, 19 de abril de 2.018.

KARQUE ALEXANDRE TURETA
Pregoeiro
Interino
Dec. nº 4.948 de 08/05/2017

Publicado por:
Karque Alexandre Tureta
Código Identificador:7FF2CBC7

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/CPL/2018

Com fundamento na Lei nº 10.520/2002 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo nº 1-105/COMISSÃO DE REGISTRO DE PREÇO /2018, HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade Pregão presencial nº 013 /CPL/2018, cujo objetivo é **a Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTICIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, ELÉTRICOS & UTENSILIOS DOMESTICOS para atender as necessidades das Secretarias Municipais: SEMTAS, SEMECE, SEMPLAD e SEMSAU serão distribuídos conforme Memorandos 830/SEMSAU/2017, 214/SEMPLAD/VP/2017, 350/SEMECE/2017 e 10/SEMTAS/2018, e de acordo com as condições, especificações, quantitativos e locais de entrega relacionados neste Termo de Referência.**
Empresa(s) Vencedora(s):
C. DE SOUZA ROXA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI, **CNPJ:** 29.830.407/0001-28, venceu 75 dos 170 itens licitados.
Valor Total: R$ 212.330,32 (Duzentos e doze mil trezentos e trinta reais e trinta e dois centavos);M. N. LOPES – ME
CNPJ: 06.944.380/0001-07, venceu 67 dos 170 itens licitados .
Valor Total: R$ 194.993,72 (Cento e noventa e quatro mil novecentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos);
PRODULIM EIRELI – ME,
CNPJ: 02.360.076/0001-53, venceu 28 dos 170 itens licitados .
Valor Total: R$ 60.927,38 (Sessenta mil novecentos e vinte e sete reais e trinta e oito centavos);

EM, _____/_____/_____

Vale do Paraíso - RO, 19 de Abril de 2018.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ieza Grasser Moreira
Código Identificador:5D0E13D7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 5407 DE 18 DE ABRIL DE 2018

NOMEIA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando o disposto no Processo n° 1-688/2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear Comissão de Tomada de Contas Especial para apuração de fatos, identificação de responsáveis e quantificação de possível dano decorrente de fatos constantes no Memorando n° 29/SEMAPEM/2017, constante nos autos n° 1-688/2017.

Art. 2º A Comissão de Tomada de Contas especial será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Francyelli Gomes Nogueira
Secretário: Clerea Soares da Silva Valadares
Membros João Rodrigues de Souza
Aldinei Neimog Kill

Art 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dineia Tigre dos Santos
Código Identificador:56A37670

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 5408 DE 18 DE ABRIL DE 2018

NOMEIA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Vale do Paraíso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando o disposto no Processo n° 1-690/2017.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear Comissão de Tomada de Contas Especial para apuração de fatos, identificação de responsáveis e quantificação de possível dano decorrente de fatos constantes no Memorando n° 339/SEMOSP/2017, constante nos autos n° 1-690/2017.

Art. 2º A Comissão de Tomada de Contas especial será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Clerea Soares da Silva Valadares
Secretário: Francyelli Gomes Nogueira
Membros João Rodrigues de Souza
Aldinei Neimog Kill

Art 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHARLES LUIS PINHEIRO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dineia Tigre dos Santos
Código Identificador:7B43B0F8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 024/SEMPOG/2018 PROCESSO N.º 1814/SEMSAU/2018 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 030/2018/PREGAO/SML/PMA – GSRP

Aos 16 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,** inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883/94, Lei Federal 10.520/02, Decreto Municipal nº. 13.200 de 23 de junho de 2017 e Decreto Municipal n.º 13.005 de 10 de Abril de 2.017 de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 030/SML/2018**, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO
1.1 O objeto da presente ata é o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS TIPO:** Injetáveis, visando atender as necessidades da Secretária de Saúde, gerenciada pelo - DAF – Departamento de Assistência Farmacêutica, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU., por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I

LICITANTE: **HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA**
CNPJ: **01.571.702/0001-98** TEL/FAX: (65) 3625-2480 Cel: (65) 9-8111-6182 E-MAIL: **m.zabotte@uol.com.br hiahalexistar.com.br antoniovbarbosa@uol.com.br hospmedcba@uol.com.br**
ENDEREÇO: Br 153, Km 03 Chácara Retiro - CEP: 74.775-027 - Goiânia/GO
NOME DO REPRESENTANTE: **Leandro Pereira da Silva**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. **017.406.051-36** RG sob o nº. **1388429-8 SSP/MT**

LICITANTE: **ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI - ME**
CNPJ: **04.162.170/0001-23** TEL/FAX: (18) 3621-7780 E-MAIL: **estratti@hotmail.com**
ENDEREÇO: Av. Waldir Felizola de Moraes, nº. 1211 Bairro: Jardim Sumaré – CEP: 16.035-185 – Araçatuba/SP

NOME DO REPRESENTANTE: **Fábio Coser Silva**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. **137.762.848-54** RG sob o nº. **19.947.472-2 SSP/SP**

LICITANTE: **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**
CNPJ: **06.065.614/0001-38** TEL/FAX: (62) 3928-8989 E-MAIL: **licitacao01@supermedica.com.br licitacao02@supermedica.com.br**
ENDEREÇO: Rua C – 159, nº. 674 Qd. 297 Lt. 20 Bairro: Jardim América – CEP: 74.255-140 – Goiânia/GO
NOME DO REPRESENTANTE: **Agnaldo do Carmo Chagas**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. **895.030.901-72** RG sob o nº. **3628359 2º SPTC/GO**

LICITANTE: **INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: **12.889.035/0001-02** TEL/FAX: (54) 3522-4273 E-MAIL: **licitacao02@inovamed-rs.com.br**
ENDEREÇO: Rua Rubens Derks, nº. 105, Loteamento Rubens Derks, Bairro Distrito Indústrial - CEP: 99.706-300 – Erechim/RS
NOME DA REPRESENTANTE: **Briani Bender**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. **020.572.130-30** RG sob o nº. **7105416304 SSP/RS**

LICITANTE: **GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **17.472.278/0001-64** TEL/FAX: (54) 3523-2202 E-MAIL: **licitacao@goldenplus.net.br goldenplusdistribuidora@gmail.com**
ENDEREÇO: Rua Gotardo Mazzarolo, nº 16 Centro – CEP: 99.740-000 – Barão de Cotegipe/RS
NOME DO REPRESENTANTE: **Marcelo Marostica**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. **820.347.290-72** RG sob o nº. **10760992115 SSP/RS**

LICITANTE: **PRÓ-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME**
CNP: **21.297.758/0001-03** TEL/FAX: (61) 3044-3250/3404 E-MAIL: **prosaudelicita@gmail.com**
ENDEREÇO: Quadra 2, Lts. 49, 51, 53 e 55, Bairro: Indústrial de Ceilândia – CEP: 72.265-020 – Brasília/DF
NOME DA REPRESENTANTE: **Lucineide Silva Oliveira dos Santos**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. **805.856.631-49** RG sob o nº. **55.599.250-0 SSP/SP**

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)

ITEM NA ATA	CONSUMO ANUAL ESTIMADO	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
01	1.400	Ampola	Ácido Tranexamico 50mg/ml, solução injetável ampola 5 mL	blau	2,54	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 12.889.035/0001-02
02	4.700	Bolsa	Água bi destilada, 100 ml bolsa sistema fechado	halex istar	1,80	HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 01.571.702/0001-98
03	4.800	Bolsa	Água bi destilada, 500 ml bolsa sistema fechado	halex istar	2,55	HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 01.571.702/0001-98
04	120	Frasco	Albumina Humana frasco, 0,2 mg/ml (20%), sol. injetável frasco/ampola 50 ml	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
05	9.000	Ampola	Atropina, Sulfato, 0,25mg, solução injetável, ampola 1ml	isofarma	0,28	GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 17.472.278/0001-64
06	2.400	Ampola	Ampicilina, 500 mg, pó para solução injetável	teuto	2,77	PRÓ-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME CNP: 21.297.758/0001-03
07	7.600	Frasco	Benzilpenicilina benzatina, 1.200.000 UI pó para suspensão injetável	teuto	8,28	PRÓ-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME CNP: 21.297.758/0001-03
08	9.000	Frasco	Benzilpenicilina benzatina, 600.000 UI pó para suspensão injetável	teuto	4,30	PRÓ-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME CNP: 21.297.758/0001-03
09	600	Frasco	Benzilpenicilina procaína + benzilpenicilina potássica,300.000 UI + 100.000 UI pó para suspensão injetável	blau	4,62	PRÓ-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME CNP: 21.297.758/0001-03
10	10.000	Ampola	Bromoprida, 5mg/ml, solução injetável ampola 2 mL	hipolabor	0,94	PRÓ-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME CNP: 21.297.758/0001-03
11	24.000	Cpr.	Carvão ativado 250 mg, c/ comprimidos	manipulado	0,80	ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI - ME CNPJ: 04.162.170/0001-23
12	12.000	Bolsa	Cloreto de sódio, 0,9 % bolsa sistema fechado 1.000 mL	halex istar	4,00	HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 01.571.702/0001-98
13	24.000	Ampola	Complexo B / vitaminas do complexo B (B1,B2,B3,B5,B6), Solução injetável ampola 2 mL	santiplex b	0,69	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 12.889.035/0001-02
14	2.400	Frasco	Diatrizoato sódico de meglumina, 76 % Frasco com 50 mL solução injetável	**cancelado por inexistência de proposta**	**canc.**	**cancelado por inexistência de proposta**
15	1.000	Ampola	Dopamina 5mg/ml 10ml, 5 mg/ml 10 ml Solução Injetável	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
16	600	Und.	Enoxaparina sódica, 80 mg seringa de 0,8 ml, solução injetável sub cutânea, produzida de acordo com a NR 32, RDC 17, RDC 315 onde possua estudo/ensaios clínicos de fases 1, 2 e 3 e ainda a RDC 55, para medicamentos classificados como biofármacos, deverão observar e estarem adequados a RDC 315/ANVISA/MS.	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
17	750	Und.	Enoxaparina sódica, 60 mg seringa de 0,6 ml, solução injetável sub cutânea, produzida de acordo com a NR 32, RDC 17, RDC 315 onde possua estudo/ensaios clínicos de fases 1, 2 e 3 e ainda a RDC 55, para medicamentos classificados como biofármacos, deverão observar e estarem adequados a RDC	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**

			315/ANVISA/MS.			
18	1.200	Und.	Enoxaparina sódica, 40 mg seringa de 0,4 ml, solução injetável sub cutânea, produzida de acordo com a NR 32, RDC 17, RDC 315 onde possua estudo/ensaios clínicos de fases 1, 2 e 3 e ainda a RDC 55, para medicamentos classificados como biofármacos, deverão observar e estarem adequados a RDC 315/ANVISA/MS.	blau	21,30	SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 06.065.614/0001-38
19	600	Und.	Enoxaparina sódica, 20 mg seringa de 0,2 ml, solução injetável sub cutânea, produzida de acordo com a NR 32, RDC 17, RDC 315 onde possua estudo/ensaios clínicos de fases 1, 2 e 3 e ainda a RDC 55, para medicamentos classificados como biofármacos, deverão observar e estarem adequados a RDC 315/ANVISA/MS.	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
20	6.000	Ampola	Epinefrina, cloridrato, 0,1 mg/ml ampola 1 mL	efrinalin	1,86	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 12.889.035/0001-02
21	500	Ampola	Etilefrina, 10 mg/ml Solução Injetável ampolas 1 mL	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
22	50	Bolsa	Gelatina, solução de Expansor plasmático 3,5% , 500 mL	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
23	1.200	Ampola	Gliconato de calcio, 10%, Solução injetável ampolas 10 mL	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
24	1.200	Bolsa	Glicose, solução de 5 % Bolsa, sistema fechado, 250 ml	halex istar	2,08	HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 01.571.702/0001-98
25	12.000	Bolsa	Glicose, solução de, 5 % Bolsa sistema fechado, 500 ml	halex istar	2,58	HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 01.571.702/0001-98
26	540	Ampola	Heparina sódica Sub cutânea, 5.000ui/0,25 ml, Sub cutânea, ampolas 0,25 mL	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
27	5.000	Cpr.	Isossorbida, 5 mg Comprimidos sublinguais	sanval	0,15	SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 06.065.614/0001-38
28	1.200	Bolsa	Manitol 20 %, Bolsa sistema fechado 250 mL	fresenius	4,50	GOLDENPLUS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 17.472.278/0001-64
29	700	Ampola	Metilergometrina , 0,2 mg/mL ampolas 1 mL	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
30	360	Ampola	Protamina, 1000UI/ml, Solução Injetável ampola 5 mL	**cancelado por inexistência de proposta**	**canc.**	**cancelado por inexistência de proposta**
31	18.000	Bolsa	Ringer com lactato (cloreto de sódio (6 mg/mL) + cloreto de potássio (0,3 mg/mL) + cloreto de cálcio (0,2 mg/mL) + lactato de sódio (3 mg/mL), bolsa sistema fechado 500 mL	halex istar	2,80	HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 01.571.702/0001-98
32	300	Frasco	Suxametonio, cloreto de 100mg pó p/ reconstituição frasco, injetável	blau	10,00	SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI CNPJ: 06.065.614/0001-38
33	120	Bisnaga	Tetraciclina, 5mg/g (0,5%) pomada oftálmica bisnaga 3,5 g	**cancelado por inexistência de proposta**	**canc.**	**cancelado por inexistência de proposta**
34	120	Ampola	Verapamil, 5 mg/ml solução injetável	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
35	1.200	Frasco	Contraste Radiológico Iônico, 350 mg/ml, alta osmolaridade, 50 ml, contendo-Ioxitalamato de Meglumina e Sódio.	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**
36	1.200	Frasco	Contraste radiológico não iônico para uso endovenoso e intratecal, concentração de 300mg/ml de iodo, frasco-ampola com 50ml.	**cancelado na aceitação**	**canc.**	**cancelado na aceitação**

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura de Ariquemes, sendo vedada sua prorrogação.

2.2 Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal 8.666/93

2.3 Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

2.4 No interesse da Administração, o objeto deste ato convocatório poderá ser aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93, mantidas as mesmas condições previstas neste Edital. Poderá haver prorrogação do contrato mediante interesse ou necessidade da Administração ou a pedido da parte, havendo justificativa, mantidas as mesmas condições, inclusive de preço.

2.5 "Dá nova redação ao caput do artigo 16 do Decreto nº 13.005, de 10 de abril de 2017, REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ARTIGO 15 DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1.993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

2.5.1 Art. 1º O caput do artigo 16 do Decreto nº 13.005, de 10 de abril de 2017, que "Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências.", passa a vigorar com a seguinte redação:

2.5.1.1 "Art. 16 – Homologado e divulgado o resultado da licitação, a Ata de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, da AROM (Lei nº 1.578/2010) e no sítio da Prefeitura, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta formal apresentada à licitação." (NR)

CLÁUSULA III – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Caberá à Gerencia do Sistema de Registro de Preço – GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

3.2 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

4.1 Local de Entrega

4.1.1 Os medicamentos deverão ser entregues no **Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde** situada na Avenida Tancredo Neves, 1.586, Setor Institucional, ao lado dos Correios, de segunda feira à sexta feira, no horário das 07h30min às 12h00min horas e das 14h00min às 17h30min**.**

4.2 Prazo de Entrega

4.2.1 O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do Instrumento de contrato, se for o caso;

4.2.2 Número de parcelas referente à Ata de Registro de Preços: estimativa quadrimestral ou conforme a necessidade da diretoria se for o caso;
4.3 Recebimento e Critérios de Aceitação
4.3.1 Os medicamentos Farmácia Básica serão recebidos:
4.3.1.1 São de inteira responsabilidade da CONTRATANTE os procedimentos de recebimento dos materiais, pela COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE MEDICAMENTOS, 082/PGM/2017, inserida na estrutura da DAF, devidamente instituída por portaria emitida pela Secretaria de Municipal da Saúde, a qual goza de autonomia e prerrogativas legais conforme as leis;
4.3.1.2 Na entrega do material deverá ser observado o controle de qualidade de 1ª (primeira) ordem, também denominado macroscópico. Neste controle, serão observados os seguintes aspectos: identificação do(s) lote(s), prazo de validade do(s) produto(s), condições de embalagem protetora, observação da presença de precipitados, observação do cumprimento das especificações legais exigidas para os rótulos, verificação da existência de bula, observação dos aspectos físicos dos produtos quanto possível (cor, odor, uniformidade, textura, integridade), presença de corpos estranhos, limpidez, turbidez, vazamento(s) entre outros;
4.3.1.3 Provisoriamente, após a verificação macroscópica dos produtos e das faturas (Notas fiscais), estado estes em conformidade com as especificações constantes.
4.3.1.4 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA e consequente aceitação, que se dará em até **3 (três) dias corridos** do recebimento provisório;
4.3.1.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como a realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
4.3.2 Para entrega de aquisição a empresa deverá apresentar, além das exigências constantes do Termo de Referência, as seguintes:
4.3.2.1 Não serão aceitos produtos recondicionados, remanufaturados, reciclados, ou outra terminologia empregada para identificar que o produto seja proveniente de reutilização de materiais de toda espécie;
4.3.2.2 Os materiais deverão atender as normas do Ministério da Saúde/Vigilância Sanitária e demais legislações vigentes, no que concerne a apresentação, inviolabilidade, embalagem, esterilização dos produtos quando indicado;
4.3.2.3 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou acompanhamento pelo órgão interessado, com fulcro no Artigo 70 da Lei Nº 8.666/93;
4.3.3 Os medicamentos deverão estar acondicionados nas embalagens originais e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso
4.3.3.1 Embalagem: O itens/produtos deverá ser entregue em embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência a outros produtos/corpos estranhos, sem unidade, amassados, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número de registro emitido pela ANVISA/MS;
4.3.3.2 Entregar os produtos com a expressão na embalagem de cada medicamento: **"VENDA PROIBIDA AO COMÉRCIO";**
4.3.3.3 Rotulagem e Bulas - Todos os materiais itens/produtos deverão ter constar no(s) rótulo(s) e bula(s), todas as informações em língua portuguesa. E ainda conter Número do lote, data de fabricação, data de vencimento, nome do responsável técnico, número de registro de acordo com a Legislação Sanitária vigente e nos termos do Artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;
4.3.3.4 Responsável Técnico - As embalagens deverão apresentar o nome do Responsável Técnico pela fabricação do item/produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Classe. O registro do profissional deverá ser obrigatoriamente da unidade federado onde a fábrica está instalada;
4.3.3.5 Lote: O número do(s) lote(s) deverá estar especificado(s) na Nota Fiscal/Fatura por quantidade de cada item/produto entregue;
4.3.3.6 Validade do item/produto: Os materiais devem ser entregues com seus respectivos lotes e data de validade, de acordo com os quantitativos no ato da entrega;
a - O itens/produtos deverá ser entregue com prazo de validade equivalente e/ou não inferior a 80% (oitenta por cento) de sua validade, contados da data de entrega dos mesmos.
b - Para medicamentos que não são fabricados no Brasil e possuem particularidades que inviabilizam sua disponibilização no território nacional, com 80% (oitenta por cento) da validade total, como determina o Edital, o mesmo deverá ser entregue com validade restante de, no **mínimo de 12 (doze) meses**, contado da data de entrega no local supramencionado;
c - Caso o fornecedor apresente algum item/produto com validade inferir ao estipulado nos subitens anteriores, deverá ser solicitado por correspondência, com firma reconhecida em cartório e assim ser motivo de análise e deliberação do gestor, motivadamente via manifestação/solicitação da Unidade solicitante, informando que não trará prejuízos ao erário quanto ao recebimento e consumo do mesmo;
4.3.3.7 Cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle de Linha de Produção/Produto e/ou sua publicação no DOU com vigência atualizada, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme Portaria GM/MS N. 2.814/98, Artigo 5., Inciso III;
4.3.3.7.1 No caso do produto Importado também é necessário a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, acompanhado de tradução para a língua portuguesa, realizada.
4.3.4 Os medicamentos deverão estar obrigatoriamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em estrita observância aos preceitos da Lei 6360/76 e de seu regimento;
4.3.5 Os medicamentos deverão **ter garantia** mínima de **12 (doze) meses** a contar da data de entrega no órgão licitante;
a) A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, produtos avariados (crescimento de fungos, bactérias, corpos estranhos), bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá inicio da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a SEMSAU;
4.3.6 Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postal nacional, obrigando-se a empresa Contratada atende-la no prazo **Máximo de 48 (quarenta e oito) horas** e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até **72 (setenta e duas) horas**, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;
4.3.7 A presença de fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA V – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
5.1 O acompanhamento e a fiscalização dos produtos, ficará sob a responsabilidade da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, o qual caberá à mesma acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÀUSULA VI – DO PREÇO
6.1 O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a previsão do inc. III, § 3º, do art. 15 da Lei 8.666/93.

6.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
6.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
7.1 As condições de pagamento observarão, no que couber, os critérios para pagamento regidos pela Lei n. 8.666/93.
7.2 Deverão ser apresentadas de imediato, logo após o recebimento definitivo, à Comissão de Recebimento, para tal fim designada mediante portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios - AROM, as Notas Fiscais/Fatura Eletrônica – DANFE, emitidas em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo destas, a descrição do objeto, o número do Contrato e/ou nota de empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação, devidamente autorizado pelo órgão fiscalizador do Município;
7.2.1 Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas (nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento e análise da despesa pelos órgãos controladores do Estado e pagamento).
7.3 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.
7.3.1 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7.4 Comprovação da efetiva entrega do quantitativo de materiais faturado.
Prova de regularidade fiscal e trabalhista, vigentes na data do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão, composta por no mínimo os seguintes documentos:
I. Certificado de Regularidade do FGTS.
II. Certidão de Regularidade Débitos Federais (INSS, Dívida Ativa da União e Receita Federal).
III. Certidão Negativa da Fazenda Estadual.
IV. Certidão Negativa de Tributos Mobiliários Municipais.
V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
7.5 Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista constituem condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa, sendo igualmente aceitas certidões negativas e positivas com efeitos de negativa, em caso de pendência, a Prefeitura de Ariquemes está autorizada a comunicar aos órgãos credores acerca da existência de créditos em nome do fornecedor, a fim de possibilitar medidas judiciais de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.
7.6 A liquidação e processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pelos fiscais e comissão de recebimento do empenho, deduzindo as glosas e sanções aplicadas que porventura tenham sido verificadas, será efetuado pelo Núcleo Financeiro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da documentação, quando encaminhará os documentos para análise da Controladoria Geral do Município, a qual deverá efetuar a análise e emitir parecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento, devolvendo os autos para fins de inclusão na ordem cronológica de pagamento caso não haja apontamentos do Controle; ou regularização e posterior inclusão para pagamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do retorno dos autos, no caso de apontamentos do órgão de controle
7.7 Os pagamentos referentes aos itens adquiridos através deste processo administrativo não serão efetuados enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito do reajuste de preços ou correção monetária;
7.8 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=\frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
7.9 O pagamento da Nota Fiscal correspondente ao valor definitivo processado pela Administração se dará através da Secretaria Municipal de Fazenda, mediante emissão de Ordem Bancária, obedecendo à ordem cronológica estabelecida, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela (verificação de conformidade da documentação), consoante ao definido nos art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93.
7.10 A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.
7.11 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
7.12 A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, conforme o caso e exigências legais aplicáveis. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.
7.13 O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.
7.14 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações da contratada.
7.15 Diante da conferência, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser atestada pela Comissão designada, conforme disposto nos artigos 67 e 77 da Lei 8.666/93.
7.16 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.
7.17 O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária – OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada;
7.18 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da do órgão requisitante:
7.18.1 Fundo Municipal de Saúde de Ariquemes - CNPJ: 07.582.909/0001-44 - Endereço: Av. Tancredo Neves, 1586. Setor Institucional, CEP: 76.872-854, Ariquemes/RO, Fone (69) 3535-3666.

CLÁUSULA VIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

8.2 A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Gerência do Sistema de Registro de Preços;

8.3 Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2018/2019, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação do Sr. Prefeito Municipal poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ariquemes;

8.4 Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ariquemes a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

8.5 Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ariquemes, que tem como Projeto Atividade e Elemento de Despesa da Secretaria envolvida, abaixo especificados.

8.6 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato ocorrerão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Ariquemes pela seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes;

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde;

Programação:

10.302.0008.2513 - Manutenção das Atividades da Rede Hospitalar;
10.122.0008.2501 – Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde;
10.122.0008.2503 – Recursos de Convênios /união/Estado;
10.301.0008.2508 – Manutenção das Atividades das Unidades Básicas de Saúde; PAB
10.301.0008.2530 – Adquirir Medicamentos p/ Atendimento a Farmácia Básica;
10.302.0008.2522 – Manutenção das Atividades do Programa de Atenção Domiciliar – EMAD;
10.302.0008.2515 – Atenção a Portadores de Sofrimento Psíquico e Transtornos Mentais – CAPS;
10.302.0008.2516 – Manut. das Ativ. do Fundo de Ações Estrat. E Comp. – FAEC;
10.302.0008.2519 – Implantação e Manut. do SAMU – Serviços de Atend. Móvel de Urgência;
10.302.0008.2520 – Outros Programas Fundo a Fundo – SUS/MAC;
10.302.0008.2523 – Implantação da Rede de Urgência e Emergência – RUE;
10.305.0008.2525 – Implantação e Manutenção das Atividades da Zoonoses;
10.305.0008.2526 – Implem. e Manut. das Ativ. Vigilância e Promoção em Saúde;
10.305.0008.2527 – Vigilância, Prevenção e Controle das Hepatites Virais;
10.305.0008.2528 – Outros Programas Fundo a Fundo Vig. Prom. em Saúde;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

Sub-elemento da Despesa: 3.3.90.09.00.00.00 - Medicamento Farmacológico;

Fonte de Recurso: RP-102; SUS; SUP-307 Transferência de Convênios – 214; Outros Recursos Estaduais Destinados-121; Remuneração de Depósitos bancários – 194.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa. Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:

9.2 Conforme o Decreto nº 13.899 de, 23 de janeiro de 2.018 em seu Art. 20 - Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

II – multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º O valor da multa aplicada, nos temos do inciso II, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.

§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 4º A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

II – 12 (doze) meses, nos casos de:

a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Municipal; ou
d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.
§ 5º Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:
I – não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados nos incisos do parágrafo anterior; ou
II – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.
§ 6º Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.
9.3 Art. 21. A aplicação das sanções administrativas previstas no § 6º e nos incisos I a III, caput, do art. 20, deste Decreto são de competência dos ordenadores de despesa dos órgãos e entidades públicas.
Parágrafo único. A sanção prevista no inciso IV, caput, do art. 20 é de competência exclusiva de Secretário do Município.
9.4 Art. 22. A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas no § 6º e nos incisos III e IV, caput, do art. 20, determinará a publicação do extrato de sua decisão no Diário Oficial dos Municípios, contendo:
I - nome ou razão social do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
II - sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;
III - órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção; IV - número do processo; e
V - data da publicação.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
10.1.2 Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
10.1.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal n.º 13.005/17, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
10.1.4 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e nos artigos 24 e 25 do Decreto Municipal n° 13.005/2017.
10.1.5 A Ata de Registro de Preços poderá ser impugnada, de acordo com o inciso XI, do Art. 10, do Decreto Municipal nº 13.005/2017, nos termos do Art. 32.

CLÁUSULA XI – DO PROCEDIMETO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
11.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
11.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
11.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 8.666/93 e legislação correlata.
11.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: compras.pma@hotmail.com e pregaopma@hotmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito, pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 – Setor Institucional em Ariquemes/RO – CEP: 76.872-854.
11.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Compras instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
11.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
11.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
11.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
11.9 Não havendo êxito na aceitação da proposta elaborada pela Administração junto aos demais fornecedores convocados, o Gerente de Registro de Preços encaminhará os autos à autoridade superior para fins de revogação do item da ata de registro de preços e, persistindo a necessidade de fornecimento do item registrado, a Administração deverá adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA XII – DO REAJUSTE DE PREÇOS
12.1 Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, salvo quando da possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos nos Arts. 20, 21, 22 e 23 do Decreto Municipal nº 13.005 de 2017.
12.1.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.1.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
12.1.3.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

12.1.3.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
12.1.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
12.1.4.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
12.1.4.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
12.1.4.3 Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
12.1.5 Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o artigo 22 do Decreto Municipal 13.005/2017, quando tratar -se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso II, do artigo 23 do referido Decreto.
12.1.5.1 Parágrafo único. A revisão de preços prevista no caput do art. 20 do Decreto Municipal 13.005/2017 poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

CLÁUSULA XIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
13.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante requisição de fornecimento a ser elaborada pela Secretária Municipal de Saúde do Município de Ariquemes.
13.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
13.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIV – DA UTILIZAÇÃO DA ATA
14.1 Nos termos do Artigo 26 do Decreto Municipal n.º 13.005/17, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
14.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão:
I – comprovar nos autos a vantagem da adesão, observando-se, inclusive, a compatibilidade entre a demanda do exercício financeiro e a quantidade registrada na ARP; e
II - encaminhar solicitação de adesão ao órgão gerenciador, que deverá autorizá-la, exceto na hipótese de extrapolação do limite previsto no § 4º deste artigo.
§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
§ 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelos órgãos integrantes.
§ 6º Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como caronas, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:
I - outros entes da Administração Pública; e
II - entidades privadas.

CLÁUSULA XV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
15.1 A contratada deverá:
15.1.1 Efetuar a entrega dos medicamentos em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, no prazo e locais indicados pela SEMSAU, em estrita observância das especificações do TERMO DE REFERÊNCIA, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal) constando detalhadamente as especificações técnicas do produto (lote, validade, descritivo unitário do produto contendo o nome genérico ou fórmula do produto, descritivo valor unitário do produto, valor total do produto);
15.1.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da SEMSAU, inerentes ao objeto da presente aquisição;
15.1.3 Comunicar a SEMSAU, no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda a data de entrega, apresentando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
15.1.4 Manter, durante toda a execução da aquisição, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição;
15.1.5 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que esta obrigada, exceto nas condições autorizadas no TERMO DE REFERÊNCIA ou na minuta de contrato;
15.1.6 Assumir o ônus e responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributaria(s), fiscal(is) e de logística que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
15.1.7 Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento dos deveres assumidos;
15.1.8 Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente contratado, em ate 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do §1 do Artigo 65 da Lei Federal N. 8.666/93;
15.1.9 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vitimas os seus empregados quando em serviço, por tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das suas atividades.
15.1.10 Cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação nos desempenhos de suas atividades de rotinas.
15.1.11 Cumprir em sua totalidade as disposições constantes no Termo de Referência e no edital da licitação.

CLÁUSULA XVI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
16.1 São deveres da contratante:
16.1.1 Proporcionar todas as condições e facilidades para que o fornecedor possa cumprir com suas obrigações contratuais;
16.1.2 Receber definitivamente o(s) medicamento(s), disponibilizando local, data e horário;
16.1.3 Rejeitar os serviços executados que não atendam as especificações do TERMO DE REFERÊNCIA;

16.1.4 Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Fatura(s) /Nota(s) Fiscal (is) da contratada, observando ainda as condições estabelecidas no edital deste certame licitatório;
16.1.5 Notificar a empresa, por escrito, sobre as imperfeições, atrasos, falhas ou irregularidades na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e cabíveis;
16.1.6 Prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada.
16.1.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor (es) devidamente designados;
16.1.8 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA XVII – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DENTETORA DO REGISTRO
17.1 Além daquelas exigidas em Lei, Decretos, regulamento, demais dispositivos legais, e ainda no Termo de Referência a empresa detentora do Registro deverá:
a) Substituir em até 10 (dez) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo;
b) Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos;
c) Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos materiais, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os materiais que não estiverem em conformidade com o objeto contratado.
d) Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais;
e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
f) Comunicar por escrito a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado;
g) A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas em compatibilidade de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
h) No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações.
i) O contrato será executado diretamente pela CONTRATADA, sendo terminantemente vedada a subcontratação, cessão, transferência e/ou terceirização deste;
j) Manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação durante a execução do contrato.

CLÁUSULA XVIII – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
18.1 São participantes desta ata a seguinte secretaria pertencente à Administração Pública da Prefeitura Municipal de Ariquemes: Secretária Municipal de Saúde do Município de Ariquemes.

CLÁUSULA XIX – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
19.1 Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital de Pregão em referência.
19.2 As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
19.3 Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
19.4 Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
19.5 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
19.6 A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
19.7 Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
19.8 A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei nº. 8.666/93.
19.9 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
19.10 Somente poderão ser utilizados produtos que:
19.10.1 Estejam devidamente registrados nos órgão oficiais competentes;
19.10.2 Tenham sido produzidos e embalados por estabelecimento devidamente licenciados para funcionamento;
19.10.3 Tenham sido rotulados de acordo com a legislação vigente;
19.10.4 Não possuam embalagens abertas, amassadas, estufadas ou violadas, ou com qualquer tipo de alteração, quando comparada coma condição original.
19.10.5 Possam ser mantidos nas condições estabelecidas pelo fabricante;
19.10.6 Atendam a legislação da ANVISA e demais órgãos exigidos, conforme Lei.

CLÁUSULA XX – DA GARANTIA DO PRODUTO
20.1 Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação;
20.2 No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;
20.3 Os materiais de consumo deverão obedecer às especificações de acordo com as Resoluções vigentes de acordo com a Anvisa.

CLÁUSULA XXI – DO TERMO DE CONTRATO
21.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de sua assinatura, acrescido do período de garantia que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

21.2 Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.
21.3 O prazo para a assinatura do Termo de Contrato será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação e se dará de forma eletrônica via e-mail.
21.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.
21.5 Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
21.5.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
21.6 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
21.7 Do Reajuste Do Contrato
21.7.1 Durante o prazo de vigência do Contrato, os preços serão irreajustáveis;
21.7.2 Ao fim dos doze meses iniciais de vigência do Contrato, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo.

CLÁUSULA XXII – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS
22.1 Não serão exigidas garantias contratuais, no Termo de Referência, uma vez que o objeto não apresenta grande complexidade.

CLÁUSULA XXIII – DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA
23.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do termo de referência, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

CLÁUSULA XXIV – DA VANTAJOSIDADE NAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NO ÂMBITO MUNICIPAL, CONFORME ART. 28-A DO DECRETO MUNICIPAL 13.005/2017
24.1 Durante a vigência da ata de registro de preços, ressalvadas as dispensas previstas, a cada nova solicitação de fornecimento dos itens licitados junto a detentora do preço registrado, será realizada pesquisa de mercado, a fim de confirmar se o preço constante na ata e registro de preços corresponde ao praticado pelo mercado no momento da contratação;
24.2 A realização de pesquisa prévia ao fornecimento poderá ser dispensada nas solicitações de fornecimento ocorridas no período de 120 (cento e vinte) dias contados da data publicação do extrato da ata de registro de preços ou de seus aditamentos e, após este período, na hipótese de já ter sido confirmada a adequação do preço registrado por meio de pesquisas realizadas no transcurso de 120 (cento) dias para instrução de processos "filhotes" ou de ofício pela Administração referentes aos mesmos itens registrados;
24.3 Todas as pesquisas necessárias para instrução dos processos "filhotes" serão realizadas no processo originário ("mãe"), de modo que constará no processo filhote apenas o quadro comparativo de preços ou instrumento equivalente, que obrigatoriamente indicará a data de realização da pesquisa;
24.4 Respeitado o prazo de vigência da ata de registro de preços, todas as pesquisas que confirmarem a adequação do preço registrado terão validade de 120 (cento e vinte) dias e poderão ser utilizadas para instrução de processos "filhotes" instaurados neste período;
24.5 A dispensa prevista no parágrafo anterior também poderá ocorrer na instrução dos autos de impugnação de preços registrados, previsto no art. 10, XI;
24.6 Na hipótese de notória redução dos preços registrados, a Gerência de Registro de Preços, independentemente da necessidade de novo fornecimento do produto registrado, poderá, de ofício ou provocada por qualquer órgão integrante da Administração Pública Municipal, a qualquer tempo, realizar nova pesquisa de preços, para fins de aditamento do extrato da ata de registro de preços;
24.7 A coordenação das pesquisas para confirmação da adequação dos preços registrados ficará a cargo da Gerência de Registro de Preços, a quem competirá aprovar as pesquisas que por ventura venham ser realizadas pelos demais órgãos da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA XXV – DISPOSIÇÕES GERAIS
25.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
25.2 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal n.º 13.005 de 10 de Abril de 2.017, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
25.3 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

CLÁUSULA XXVI – DAS INFORMAÇÕES GERAIS
26.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3535-3666 com o **Sr. Vicente Ferreira do Nascimento Neto**, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XXVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
27.1 Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 030/SML/2018**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 1814/SEMSAU/2018**
27.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 030/SML/2018**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

CLÁUSULA XXVIII – DO FORO

28.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Órgão Gerenciador

ADRIANO DOS SANTOS
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Empresa (s) Detentora (s) da Ata de Registro de Preço

Empresa:
Halex Istar Indústria Farmacêutica LTDA
CNPJ: 01.571.702/0001-98
Representante:
LEANDRO PEREIRA DA SILVA

Empresa:
Estratti Vegetali Farmacia E Manipulacao EIRELI – ME
CNPJ:
04.162.170/0001-23
Representante:
FÁBIO COSER SILVA

Empresa:
Supermédica Distribuidora Hospitalar EIRELI
CNPJ: 06.065.614/0001-38
Representante:
AGNALDO DO CARMO CHAGAS

Empresa:
Inovamed Comércio De Medicamentos LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02
Representante:
BRIANI BENDER

Empresa:
Goldenplus - Comércio De Medicamentos E Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ: 17.472.278/0001-64
Representante:
MARCELO MAROSTICA

Empresa:
Pró-Saúde Distribuidora De Medicamentos EIRELI – ME
CNP: 21.297.758/0001-03
Representante:
LUCINEIDE SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS

Publicado por:
Maurilio do Nascimento Oliveira
Código Identificador:36DCC8A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 025/SEMPOG/2018 PROCESSO N.º 10.444/SEMSAU/2017 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2018/PREGAO/SML/PMA – GSRP

Aos 16 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,** inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883/94, Lei Federal 10.520/02, Decreto Municipal nº. 13.200 de 23 de junho de 2017 e Decreto Municipal n.º 13.005 de 10 de Abril de 2.017 de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 004/2018/PREGAO/SML/PMA**, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO
1.1 O objeto da presente ata é o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO COM DOSADOR EM REGIME DE COMODATO**, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes, por um período de 12 (doze) meses.

TABELA I

LICITANTE: **PRODULIM EIRELI - ME**
CNPJ: **02.360.076/0001-53** TEL/FAX: (69) 3422-1919 (69) 9-9975-8981 E-MAIL: **licitacao@autolim.com.br**
ENDEREÇO: Rua Tenente Brasil, nº 534 Bairro: Centro – CEP: 76.900-014 – Ji-Paraná/RO
NOME DO REPRESENTANTE: **Alexander Alves Guimarães**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. **981.741.777-87** RG sob o nº. **928096 SSP/RO**

PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA EMPRESA DETENTORA

ITEM NA ATA	CONSUMO ANUAL ESTIMADO	UND.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
LOTE 01 - MATERIAL DE LIMPEZA HOSPITALAR						
01	5	Galão	**DESINFETANTE HOSPITALAR**, a base de cloreto de alquil dimetil benzil amônio. Para superfícies fixas em geral, galão com 05 litros. Com Registro na ANVISA para uso hospitalar.	NEWDROP/ B QUART CID	420,00	PRODULIM EIRELI - ME CNPJ: 02.360.076/0001-53
02	5	Galão	**DESINFETANTE**, perfumado fragrância Floral para pisos, sanitários e superfícies fixas em geral, galão de 20 Litros. Com Registro na ANVISA para uso hospitalar.	UZZO	260,00	PRODULIM EIRELI - ME CNPJ: 02.360.076/0001-53
LOTE 02 - MATERIAL DE LAVANDERIA HOSPITALAR						
3	25	Galão	**DETERGENTE LÍQUIDO** concentrado para higienização de roupas – aspecto físico liquido transparente fluorescente; cor incolor, odor bouquet softner; PH (solução a 1%): 7,0 – 9,5; aspecto químico: nonil fenol etoxiliado 9,5 EO, álcool graxo etoxiliado 12,0 EO, gluconato de sódio, branqueador óptico, fragrância e veículo aquoso desmineralizado. Embalagem 50 lts – usar de 3 a 4 mls por quilo de roupa seca. Com Registro na ANVISA para uso hospitalar.	PROFICLEAN	340,00	PRODULIM EIRELI - ME CNPJ: 02.360.076/0001-53
4	20	Galão	**ADITIVO ALCALINIZANTE** para pré – lavagem de roupas. Aspectos físico: líquido incolor; odor: característicos da matéria prima; PH (solução a 1%): 12,0 – 13,0 – solúvel em qualquer proporção – aspecto químico: hidróxido de sódio (faixa de concentração 15 até 30%) hidróxido de potássio (faixa de concentração 15 a 30%). Embalagem 65 kg – uso de 4 a 7 mls por quilo de roupa. Com Registro na ANVISA para uso hospitalar.	PROFICLEN	495,00	PRODULIM EIRELI - ME CNPJ: 02.360.076/0001-53
5	03	Galão	**NEUTRALIZANTE ACIDULANTE** para meios alcalinos e resíduos clorados para lavagem de roupas. Aspecto físico: líquido transparente; odor irritante acido; cor amarelado; PH (solução a 1%) 3,0 a 5,0 aspecto químico: metabissulfito de sódio (faixa de concentração 1,5 a 1,5 mls por quilo de roupa. Ante cloro e veiculo alcalinos. Embalagem 50 lts. Com Registro na ANVISA para uso hospitalar.	PROFICLEN	333,33	PRODULIM EIRELI - ME CNPJ: 02.360.076/0001-53
6	25	Galão	**DESINFETANTE ALVEJANTE A BASE DE PERÓXIDO** para roupas hospitalares. Aspecto físico: líquido límpido; odor: picante penetrante; cor: incolor; PH 4,2 até 4,5; faixa de concentração 48% a 50%. Embalagem 50 lts. Usar de 2 a 4 mls por kg de roupa seca. Com Registro na ANVISA para uso hospitalar.	NEWDROP	640,00	PRODULIM EIRELI - ME CNPJ: 02.360.076/0001-53
7	25	Galão	**AMACIANTE DE ROUPAS** – aspecto físico: líquido viscoso; odor: lavanda com nuances florais; PH 5,0 – 6,5; solubilidade em água à 20º C; solúvel em qualquer proporção; tensoativos catiônicos: dimetil dialquil cloreto, quaternário de amônia, cloreto de cocalquil dimetil benzilamonio; agentes complementares: água desmineralizada; perfume corante. Embalagem 50 lts. Usar de 3 a 5 mls por quilo de roupa. Com Registro na ANVISA para uso hospitalar.	PROFICLEAN	356,00	PRODULIM EIRELI - ME CNPJ: 02.360.076/0001-53

CLÁUSULA II – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios e no site da Prefeitura de Ariquemes, sendo vedada sua prorrogação.

2.2 Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal 8.666/93

2.3 Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

2.4 No interesse da Administração, o objeto deste ato convocatório poderá ser aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93, mantidas as mesmas condições previstas neste Edital. Poderá haver prorrogação do contrato mediante interesse ou necessidade da Administração ou a pedido da parte, havendo justificativa, mantidas as mesmas condições, inclusive de preço.

2.5 "Dá nova redação ao caput do artigo 16 do Decreto nº 13.005, de 10 de abril de 2017, REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ARTIGO 15 DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1.993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

2.5.1 Art. 1º O caput do artigo 16 do Decreto nº 13.005, de 10 de abril de 2017, que "Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências.", passa a vigorar com a seguinte redação:

2.5.1.1 "Art. 16 – Homologado e divulgado o resultado da licitação, a Ata de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, da AROM (Lei nº 1.578/2010) e no sítio da Prefeitura, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta formal apresentada à licitação." (NR)

CLÁUSULA III – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 Caberá à Gerencia do Sistema de Registro de Preço – GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

3.2 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

4.1 Local/Horário

4.1.1 Os materiais solicitados, relacionados no Termo de Referência, deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde situada na Avenida Tancredo Neves, 1.586, Setor Institucional, CEP: 76.872-870 – Ariquemes - RO, ao lado dos Correios, no horário das 07:30 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:30 horas de segunda-feira a quinta-feira, e nas sextas-feiras das 07:30 ás 13:30 horas. Que deverá ser recebido pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado, inserida na estrutura desta SEMSAU, nomeada através da portaria n.º 223/PGM/2017, que será em conformidade com a Nota de Empenho.

4.2 Prazo de Entrega

4.2.1 Os bens, objeto do no termo de referência, deverão ser entregues no Local definido no item 4.1.1, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Nota de Empenho – NE.

4.2.2 O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado mediante o cumprimento, pela Contratada, dos seguintes requisitos cumulativos:
Solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo de entrega dos bens;

4.2.3 Comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), ocorrido depois da apresentação de sua proposta, que tenha correlação direta de causa e efeito sobre a necessidade do atraso.

4.2.4 Não se admitirá prorrogação se:

a) O atraso ocorrer por culpa da contratada;
b) Se não cumprir os requisitos do item 4.2.2; ou
c) Houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a administração.
4.2.5 Ocorrendo recusa ou atraso na entrega total ou parcial do bem, o responsável pela fiscalização do contrato se obriga, a produzir parecer técnico e o encaminhará ao ordenador de despesas para instauração de procedimento administrativo, instrução dos autos para fins de penalização da contratada e inserção no "*Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal*".
4.3 Condições de recebimento e critérios de aceitabilidades dos objetos
4.3.1 São de inteira responsabilidade do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde os procedimentos de recebimento dos materiais, por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado, inserida na estrutura desta SEMSAU, nomeada através da portaria n.º 223/PGM/2017, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades:
4.3.1.1 A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos entregues, conforme especificações técnicas discriminadas neste termo de referência;
4.3.1.2 O produto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas e demais disposições, conforme consta no termo de referência, não sendo permitido à Comissão, receber os materiais fora das especificações pré-definidas, salvo por motivo superveniente, devidamente justificado e aceita;
4.3.2 Embalagem: o produto deverá ser acondicionado em embalagem própria, conforme a praxe do fabricante, garantindo sua integridade, com a identificação impressa constante no volume.
4.3.3 Não serão aceitos materiais/produtos que tenham sido objeto de quaisquer processos de reciclagem e/ou recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.
4.3.4 Equipamentos que requerem instalação e treinamento a garantida só iniciará após um funcionamento do equipamento (instalação e treinamento aos usuários).
4.3.5 O prazo de entrega poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que haja justificativa aceitável por parte da contratada.
4.3.6 O fornecimento do (s) OBJETO (s) se dará à contratada de forma parcelada, com pedido mínimo de 25% do quantitativo estimado;
4.3.7 O não atendimento do prazo fixado do item 4.2.1 implicará em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contração, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;
4.3.8 Feita à entrega pela contratada o contratante por intermédio da Comissão de Recebimento de Materiais do Almoxarifado da Saúde, realizará no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os exames necessários para aceitação/aprovação dos materiais de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.
4.3.9 O recebimento e aceitação dos materiais serão observados as especificações contidas neste termo de referência e no edital e as disposições contidas nos Artigos de 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93. modificada pela Lei nº. 8883/94, o objeto da presente será recebido:
4.3.9.1 Provisoriamente - imediatamente depois de efetuada a entrega, a comissão irá lavrar o termo de recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações da aquisição;
4.3.9.2 A comissão fiscalizará a entrega podendo sustar ou recusar o(s) material(is) entregue(s) em desacordo com a especificação apresentada;
4.3.9.3 A comissão deverá comunicar e notificar por escrito e de forma tempestiva, à(s) CONTRATADA(s) sobre qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos materiais e ou nota fiscal.
4.3.9.4 O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo aposto na nota fiscal/fatura, quando da sua entrega;
4.3.9.5 Definitivamente - depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderão exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo;
4.3.10 O recebimento definitivo dar-se-á mediante a termo de recebimento definitivo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.
4.3.11 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta ou em desacordo com as especificações da aquisição, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;
4.3.12 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias (Art. 69º, lei 8.666/93).
4.3.13 Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem;
4.3.14 Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do "fechamento do empenho" com a entrega de todos os itens conforme solicitado;
4.3.15 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento dos materiais, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

CLÁUSULA V – DO ACOMPANHAMENTO E FICALIZAÇÃO DO CONTRATO
5.1 O acompanhamento e a fiscalização dos produtos, ficará sob a responsabilidade da Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da portaria n° 223/PGM/2017, o qual caberá a mesma acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA VI – DO PREÇO
6.1 O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a previsão do inc. III, § 3º, do art. 15 da Lei 8.666/93.
6.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
6.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
7.1 As condições de pagamento observarão, no que couber, os critérios para pagamento regidos pela Lei n. 8.666/93.
7.2 Deverão ser apresentadas de imediato, logo após o recebimento definitivo, à Comissão de Recebimento, para tal fim designada mediante portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios - AROM, as Notas Fiscais/Fatura Eletrônica – DANFE, emitidas em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo destas, a descrição do objeto, o número do Contrato e/ou nota de empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito

do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação, devidamente autorizado pelo órgão fiscalizador do Município;

7.2.1 Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas (nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento e análise da despesa pelos órgãos controladores do Estado e pagamento).

7.3 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.3.1 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.4 Comprovação da efetiva entrega do quantitativo de materiais faturado.

Prova de regularidade fiscal e trabalhista, vigentes na data do recebimento da Nota Fiscal pela Comissão, composta por no mínimo os seguintes documentos:

I. Certificado de Regularidade do FGTS.

II. Certidão de Regularidade Débitos Federais (INSS, Dívida Ativa da União e Receita Federal).

III. Certidão Negativa da Fazenda Estadual.

IV. Certidão Negativa de Tributos Mobiliários Municipais.

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.5 Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista constituem condição indispensável para o efetivo pagamento da despesa, sendo igualmente aceitas certidões negativas e positivas com efeitos de negativa, em caso de pendência, a Prefeitura de Ariquemes está autorizada a comunicar aos órgãos credores acerca da existência de créditos em nome do fornecedor, a fim de possibilitar medidas judiciais de bloqueio ou sequestro do numerário disponível.

7.6 A liquidação e processamento da despesa correspondente ao valor efetivamente apurado e conferido pelos fiscais e comissão de recebimento do empenho, deduzindo as glosas e sanções aplicadas que porventura tenham sido verificadas, será efetuado pelo Núcleo Financeiro, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da documentação, quando encaminhará os documentos para análise da Controladoria Geral do Município, a qual deverá efetuar a análise e emitir parecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento, devolvendo os autos para fins de inclusão na ordem cronológica de pagamento caso não haja apontamentos do Controle; ou regularização e posterior inclusão para pagamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do retorno dos autos, no caso de apontamentos do órgão de controle

7.7 Os pagamentos referentes aos itens adquiridos através deste processo administrativo não serão efetuados enquanto houver pendente a liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência do contrato, sem que isso gere direito ao pleito do reajuste de preços ou correção monetária;

7.8 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=\frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

7.9 O pagamento da Nota Fiscal correspondente ao valor definitivo processado pela Administração se dará através da Secretaria Municipal de Fazenda, mediante emissão de Ordem Bancária, obedecendo à ordem cronológica estabelecida, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela (verificação de conformidade da documentação), consoante ao definido nos art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93.

7.10 A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

7.11 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.12 A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA, conforme o caso e exigências legais aplicáveis. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

7.13 O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.

7.14 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada nas obrigações da contratada.

7.15 Diante da conferência, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser atestada pela Comissão designada, conforme disposto nos artigos 67 e 77 da Lei 8.666/93.

7.16 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

7.17 O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária – OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada;

7.18 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da do órgão requisitante:

7.18.1 Fundo Municipal de Saúde de Ariquemes - CNPJ: 07.582.909/0001-44 - Endereço: Av. Tancredo Neves, 1586. Setor Institucional, CEP: 76.872-854, Ariquemes/RO, Fone (69) 3535-3666.

CLÁUSULA VIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

8.2 A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Gerência do Sistema de Registro de Preços;

8.3 Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2018/2019, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação do Sr. Prefeito Municipal poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ariquemes;

8.4 Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ariquemes a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.
8.5 Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ariquemes, que tem como Projeto Atividade e Elemento de Despesa da Secretaria envolvida, abaixo especificados.
8.6 Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:
Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde
Programação:
10.122.0008.2501 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretária Municipal de Saúde;
10.302.0008.2513 - Manutenção das Atividades da Rede Hospitalar;
10.302.0008.2523 - Implantação da Rede Urgência e Emergência RUE;
Elemento de Despesa: 3.3.9.0.30.22 – Material De Limpeza e Produtos de Higienização
Fonte de Recurso: RP-102; SUS-107; Remuneração de Depósitos bancários – 194; Outros Recursos Estaduais Destinados-121.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1 Conforme o Decreto nº 13.899 de, 23 de janeiro de 2.018 em seu Art. 20 - Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:
I – advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;
II – multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:
a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.
III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
§ 1º O valor da multa aplicada, nos temos do inciso II, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.
§ 2º A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.
§ 3º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
§ 4º A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública pelos seguintes prazos:
I – 6 (seis) meses, nos casos de:
a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.
II – 12 (doze) meses, nos casos de:
a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.
III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:
a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
b) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Municipal; ou
d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.
§ 5º Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:
I – não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados nos incisos do parágrafo anterior; ou
II – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.
§ 6º Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.
9.2 Art. 21. A aplicação das sanções administrativas previstas no § 6º e nos incisos I a III, caput, do art. 20, deste Decreto são de competência dos ordenadores de despesa dos órgãos e entidades públicas.
Parágrafo único. A sanção prevista no inciso IV, caput, do art. 20 é de competência exclusiva de Secretário do Município.
9.3 Art. 22. A autoridade que aplicar as sanções estabelecidas no § 6º e nos incisos III e IV, caput, do art. 20, determinará a publicação do extrato de sua decisão no Diário Oficial dos Municípios, contendo:
I - nome ou razão social do fornecedor e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
II - sanção aplicada, com os respectivos prazos de impedimento;
III - órgão ou entidade e autoridade que aplicou a sanção; IV - número do processo; e
V - data da publicação.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2 Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
10.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal n.º 13.005/17, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
10.4 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações e nos artigos 24 e 25 do Decreto Municipal n° 13.005/2017.
10.5 A Ata de Registro de Preços poderá ser impugnada, de acordo com o inciso XI, do Art. 10, do Decreto Municipal nº 13.005/2017, nos termos do Art. 32.

CLÁUSULA XI – DO PROCEDIMETO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
11.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
11.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
11.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 8.666/93 e legislação correlata.
11.4 A impugnação deverá ser endereçada ao Gerente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: compras.pma@hotmail.com e pregaopma@hotmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito, pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 – Setor Institucional em Ariquemes/RO – CEP: 76.872-854.
11.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Compras instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
11.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.
11.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.
11.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.
11.9 Não havendo êxito na aceitação da proposta elaborada pela Administração junto aos demais fornecedores convocados, o Gerente de Registro de Preços encaminhará os autos à autoridade superior para fins de revogação do item da ata de registro de preços e, persistindo a necessidade de fornecimento do item registrado, a Administração deverá adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA XII – DO REAJUSTE DE PREÇOS
12.1 Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, salvo quando da possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos nos Arts. 20, 21, 22 e 23 do Decreto Municipal nº 13.005 de 2017.
12.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
12.4 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
12.5 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
12.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
12.7 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
12.8 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
12.9 Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
12.10 Será admitida solicitação de revisão de preços de que trata o artigo 22 do Decreto Municipal 13.005/2017, quando tratar -se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, depois de cumprido o disposto no inciso II, do artigo 23 do referido Decreto.
12.11 Parágrafo único. A revisão de preços prevista no caput do art. 20 do Decreto Municipal 13.005/2017 poderá ser efetivada mediante requerimento do detentor da ata, que deverá fazê-lo antes do pedido de fornecimento e, deverá instruir o pedido com a documentação probatória de majoração do preço do mercado e a oneração de custos.

CLÁUSULA XIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
13.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante requisição de fornecimento a ser elaborada pela Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Ariquemes.
13.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
13.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIV – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

14.1 Nos termos do Artigo 26 do Decreto Municipal n.º 13.005/17, desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
14.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão:
I – comprovar nos autos a vantagem da adesão, observando-se, inclusive, a compatibilidade entre a demanda do exercício financeiro e a quantidade registrada na ARP; e
II - encaminhar solicitação de adesão ao órgão gerenciador, que deverá autorizá-la, exceto na hipótese de extrapolação do limite previsto no § 4º deste artigo.
§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
§ 5º O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelos órgãos integrantes.
§ 6º Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como caronas, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:
I - outros entes da Administração Pública; e
II - entidades privadas.

CLÁUSULA XV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
15.1 Fornecer o objeto da licitação, de acordo com as especificações discriminadas no item 3 – **Detalhamento do Objeto** no Termo de Referência.
15.2 Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades específicas. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.
15.3 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.
15.4 O Empenho será enviado pela Secretaria Municipal requisitante à empresa, que retornará o mesmo no qual deverá ficar registrado e-mail utilizado, nome da empresa, e do funcionário que efetuou o recebimento. A partir desse momento estará contando o prazo citado no item 4.2.1
15.5 Os pedidos de prorrogação de prazo deverão ser solicitados com pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento do prazo de entrega, ou seja, com tempo hábil para a sua análise e deliberação.
15.6 Responderá, nos termos da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis;
15.2.7 Arcar com todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo adicional de frete na entrega, transporte e descarregamento.
15.2.8 Trocar e substituir, sem custos adicionais e após comunicação, todo e qualquer material que se revelar defeituoso ou em desacordo com este termo, estiver com prazo de validade vencido durante a entrega dos mesmos.
15.2.9 Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Administração, inerentes ao objeto da contratação.
15.2.10 Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento do objeto da aquisição;
15.2.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante a prestação de serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referencia;
15.2.12 A atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento;
15.2.13 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela (contratada) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
15.2.14 A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante**, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e fixo para contato.**
15.2.15 A Contratada se obriga acompanhar, permanentemente, os meios de comunicação informados e responder as comunicações encaminhadas, sob as penas da revelia.
15.2.16 Na hipótese de algum dos produtos oferecidos necessitar de algum material específico (Dosador), para o funcionamento dos equipamentos, a contratada ficará responsável pelo fornecimento do aparelho e equipamentos, arcando com todas as instalações, manutenção, contemplando o perfeito funcionamento automático dos equipamentos, não sendo admissível trabalhos manuais pelos servidores na dosagem dos produtos, expondo em risco de intoxicação e danos aos enxovais.
15.2.17 ***Os materiais inicialmente serão solicitados provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação e perfeito funcionamento das máquinas de lavagem.***

CLÁUSULA XVI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
16.1 Da Contratante
16.1.1 Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação, ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o objeto no Termo de Referência.
16.1.2 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, verificando se os mesmos estão de acordo com as especificações constantes no **item 3 – Detalhamento do objeto** no Termo de Referência.
16.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas no item 15 – PAGAMENTO, no Termo de Referência.
16.1.4 Recusar qualquer material que esteja fora das especificações estabelecidas no Termo de Referência.
16.1.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA.
16.1.6 Comunicar imediatamente a CONTRATADA, quando na inspeção dos objetos, qualquer irregularidade for verificado na entrega dos objetos, fixando prazo para as devidas correções.
16.1.7 Notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
16.1.8 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o objeto desta licitação.

CLÁUSULA XVII – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DENTETORA DO REGISTRO

17.1 Além daquelas exigidas em Lei, Decretos, regulamento, demais dispositivos legais, e ainda no Termo de Referência a empresa detentora do Registro deverá:
a) Substituir em até 10 (dez) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo;
b) Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos;
c) Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos materiais, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os materiais que não estiverem em conformidade com o objeto contratado.
d) Arcar com qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros por seus empregados durante a entrega dos materiais;
e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
f) Comunicar por escrito a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado;
g) A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas em compatibilidade de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
h) No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre a execução do serviço, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações.
i) O contrato será executado diretamente pela CONTRATADA, sendo terminantemente vedada a subcontratação, cessão, transferência e/ou terceirização deste;
j) Manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação durante a execução do contrato.

CLÁUSULA XVIII – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
18.1 São participantes desta ata a seguinte secretaria pertencente à Administração Pública da Prefeitura Municipal de Ariquemes: Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

CLÁUSULA XIX - DA SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA
19.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste termo, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

CLÁUSULA XX - DAS GARANTIAS CONTRATUAIS
20.1 Não serão exigidas garantias contratuais, no presente Termo de Referência, uma vez que o objeto não apresenta grande complexidade.

CLÁUSULA XXI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
21.1 Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital de Pregão em referência.
21.2 As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
21.3 Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
21.4 Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
21.5 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
21.6 A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
21.7 Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
21.8 A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei nº. 8.666/93.
21.9 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
21.10 Somente poderão ser utilizados produtos que:
21.10.1 Estejam devidamente registrados nos órgão oficiais competentes;
21.10.2 Tenham sido produzidos e embalados por estabelecimento devidamente licenciados para funcionamento;
21.10.3 Tenham sido rotulados de acordo com a legislação vigente;
21.10.4 Não possuam embalagens abertas, amassadas, estufadas ou violadas, ou com qualquer tipo de alteração, quando comparada coma condição original.
21.10.5 Possam ser mantidos nas condições estabelecidas pelo fabricante;
21.10.6 A empresa deverá fornecer os materiais dentro das normas exigidas para o produto ofertado, ou seja; pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; ANVISA – Agencia Nacional de Vigilância Sanitária;
21.10.7 Atendam a legislação da ANVISA e demais órgãos exigidos, conforme Lei.

CLÁUSULA XXII – DO TERMO DE CONTRATO
22.1 Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.
22.2 Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
22.2.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
22.3 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22.4 Condições para assinatura do contrato
22.4.1 Prazo da contratação/Vigência
22.4.1.1 Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato. O prazo de vigência do futuro contrato será **de 12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado em conformidade com disposto no inciso II do Art. 57, da lei n° 8.666/93, mediante interesse ou necessidade da Administração ou a pedido da parte, havendo justificativa, mantidas as mesmas condições compactuadas.
22.4.2 Da transferência do contrato
22.4.2.1 É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.
22.4.3 Da assinatura do contrato
22.4.3.1 O Município convocará as empresas para assinatura do Contrato Administrativo;
22.4.3.2 Para assinatura do Contrato Administrativo, as empresas terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, e suas alterações, e se dará de forma eletrônica via e-mail, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº. 8.666/93, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.
22.4.3.3 É condição para pagamento que os contratos decorrentes das aquisições estejam devidamente assinados pelas partes e o extrato do contrato será publicado nos mesmos meios da publicação do aviso do pregão eletrônico.
22.4.4 Rescisão do contrato
22.4.4.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo;
22.4.4.2 Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no Art. 77 e 78 da lei 8.666/93, podendo a mesma ser unilateral, amigável ou judicial, podendo ocorrer nos termos e condições do Art.79 da referida lei e suas alterações;
22.4.4.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão dos Art. 77 a 80 da lei 8.666/93.
22.4.5 Do reajuste do contrato
22.4.5.1 Durante o prazo de vigência do Contrato, os preços serão irreajustáveis;
22.4.5.2 Ao fim dos doze meses iniciais de vigência do Contrato, caso decidido pela sua prorrogação, os reajustes serão corrigidos pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo.

CLÁUSULA XXIII – DA VANTAJOSIDADE NAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NO ÂMBITO MUNICIPAL, CONFORME ART. 28-A DO DECRETO MUNICIPAL 13.005/2017
23.1 Durante a vigência da ata de registro de preços, ressalvadas as dispensas previstas, a cada nova solicitação de fornecimento dos itens licitados junto a detentora do preço registrado, será realizada pesquisa de mercado, a fim de confirmar se o preço constante na ata e registro de preços corresponde ao praticado pelo mercado no momento da contratação;
23.2 A realização de pesquisa prévia ao fornecimento poderá ser dispensada nas solicitações de fornecimento ocorridas no período de 120 (cento e vinte) dias contados da data publicação do extrato da ata de registro de preços ou de seus aditamentos e, após este período, na hipótese de já ter sido confirmada a adequação do preço registrado por meio de pesquisas realizadas no transcurso de 120 (cento) dias para instrução de processos "filhotes" ou de ofício pela Administração referentes aos mesmos itens registrados;
23.3 Todas as pesquisas necessárias para instrução dos processos "filhotes" serão realizadas no processo originário ("mãe"), de modo que constará no processo filhote apenas o quadro comparativo de preços ou instrumento equivalente, que obrigatoriamente indicará a data de realização da pesquisa;
23.4 Respeitado o prazo de vigência da ata de registro de preços, todas as pesquisas que confirmarem a adequação do preço registrado terão validade de 120 (cento e vinte) dias e poderão ser utilizadas para instrução de processos "filhotes" instaurados neste período;
23.5 A dispensa prevista no parágrafo anterior também poderá ocorrer na instrução dos autos de impugnação de preços registrados, previsto no art. 10, XI;
23.6 Na hipótese de notória redução dos preços registrados, a Gerência de Registro de Preços, independentemente da necessidade de novo fornecimento do produto registrado, poderá, de ofício ou provocada por qualquer órgão integrante da Administração Pública Municipal, a qualquer tempo, realizar nova pesquisa de preços, para fins de aditamento do extrato da ata de registro de preços;
23.7 A coordenação das pesquisas para confirmação da adequação dos preços registrados ficará a cargo da Gerência de Registro de Preços, a quem competirá aprovar as pesquisas que por ventura venham ser realizadas pelos demais órgãos da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA XXIV – DISPOSIÇÕES GERAIS
24.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
24.2 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal n.º 13.005 de 10 de Abril de 2.017, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
24.3 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

CLÁUSULA XXV – DAS INFORMAÇÕES GERAIS
25.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3535-3666 com o **Sr. Vicente F. do Nascimento Neto** na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada no Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XXVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
26.1 Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 004/2018/PREGAO/SML/PMA**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 10.444/SEMSAU/2017**
26.2 A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 004/2018/PREGAO/SML/PMA**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

CLÁUSULA XXVII – DO FORO
27.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Órgão Gerenciador

ADRIANO DOS SANTOS
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preço

Empresa:
Produlim EIRELI – ME
CNPJ: 02.360.076/0001-53
Representante:
ALEXANDER ALVES GUIMARÃES

Publicado por:
Maurilio do Nascimento Oliveira
Código Identificador:674DB643

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ACORDO ENTRE AS PARTES EM FACE DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N º 011/2017

Processo nº 1 – 625/SEMA/2017

O MUNICÍPIO DE BURITIS/RO, neste ato denominado CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal Sr. RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA, e do outro lado à empresa **COMPANHIA RODRIGUES DE COMBUSTÍVEIS LTDA – EPP**, CNPJ Nº 13.051.606/00001-06, representada por MARIA AUGUSTA DE OLIVEIRA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade nº 4.407.509-1 SSP/PR e inscrita no cadastro de pessoa física CPF nº 791.003.339-72 e/ou ILDIVALDO RODRIGUES DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade RG n° 4.292.226-9 SSP/PR, inscrito no cadastro de pessoa física CPF nº 585.489.049-68, fica justo e acertado o presente **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Nº 005/PMB/2018**, referente à Ata de Registro de Preços nº 011/2017, Pregão Eletrônico nº 036/2017, Processo Administrativo nº 1-625/SEMA/2017, sendo regido pelo estabelecido nas seguintes cláusulas deste Termo de Acordo:

Cláusula Primeira – Fica Acordado entre as partes que haverá reajuste do valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 011/2017, Pregão Eletrônico nº 036/2017 e processo nº 625/2017-SEMA.

Cláusula Segunda – A Empresa Contratada concorda com os termos de reajuste de valor do objeto da contratação.

Cláusula Terceira – O valor do Objeto da contratação passa a ser:

DO OBJETO

Item	Descriminação	Unid.	Marca	Preço Licitado	Preço Unit.com reajuste anterior	Valor Unit. Reajuste	Preço Unit. Reajustado
3	Óleo Diesel S-10	Litro	Shell	R$ 3,34	R$ 3,60	R$ 0,10	R$ 3,70

Buritis/RO, 18 de abril de 2018.

Município de Buritis/RO
RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA
Prefeito

COMPANHIA RODRIGUES DE COMBUSTIVEIS LTDA – EPP
Representante Legal

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:474271A1

GABINETE DO PREFEITO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/ BIMESTRE Novembro – Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	JAN A DEZ (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS)(I)	74.017.660,66	74.137.988,92	12.928.432,55	17,44	72.850.872,71	98,26	1.287.116,21
RECEITAS CORRENTES	70.668.007,66	70.698.335,92	11.847.910,53	16,76	66.728.570,87	94,38	3.969.765,05
RECEITA TRIBUTARIA	5.292.014,77	5.292.014,77	750.491,10	14,18	5.253.570,32	99,27	38.444,45
Impostos	4.290.578,00	4.290.578,00	661.672,01	15,42	4.053.005,74	94,46	237.572,26
Taxas	1.001.436,77	1.001.436,77	88.819,09	8,87	1.200.564,58	119,88	-199.127,81

Contribuicao de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.016.656,61	3.016.656,61	633.929,97	21,01	2.658.175,49	88,12	358.481,12
Contribuicoes Sociais	2.506.906,87	2.506.906,87	496.201,69	19,79	2.182.557,59	87,06	324.349,28
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	509.749,74	509.749,74	137.728,28	27,02	475.617,90	93,30	34.131,84
RECEITA PATRIMONIAL	8.216.243,43	8.216.243,43	641.505,74	7,81	5.791.381,45	70,49	2.424.861,98
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	8.216.243,43	8.216.243,43	641.505,74	7,81	5.791.381,45	70,49	2.424.861,98
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Dom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	120.000,00	120.000,00	1.326,40	1,11	30.471,56	25,39	89.528,44
Receita de Serviços	120.000,00	120.000,00	1.326,40	1,11	30.471,56	25,39	89.528,44
TRANSFERENCIAS CORRENTES	52.476.418,12	52.506.746,38	9.509.776,78	18,11	51.195.800,20	97,50	1.310.946,18
Transferências Intergovernamentais	51.646.418,12	51.646.418,12	9.509.776,78	18,41	50.167.067,94	97,14	1.479.350,18
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	830.000,00	860.328,26	0,00	0,00	1.028.732,26	119,57	-168.404,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.546.674,73	1.546.674,73	310.880,54	20,10	1.799.171,85	116,33	-252.497,12
Multas e Juros de Mora	406.465,32	406.465,32	63.629,29	15,65	566.076,76	139,27	-159.611,44
Indenizações e Restituições	26.363,52	26.363,52	18.258,34	69,26	30.041,99	113,95	-3.678,47
Receita da Dívida Ativa	1.113.845,89	1.113.845,89	219.268,07	19,69	1.192.896,65	107,10	-79.050,76
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	9.724,84	0,00	10.156,45	0,00	-10.156,45
RECEITAS DE CAPITAL	3.349.653,00	3.439.653,00	1.080.522,02	31,41	6.122.301,84	177,99	- 2.682.648,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.022.000,00	1.022.000,00	140.034,02	13,70	1.058.536,14	103,57	-36.536,14
Operações de Crédito Internas	1.022.000,00	1.022.000,00	140.034,02	13,70	1.058.536,14	103,57	-36.536,14
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.327.653,00	2.417.653,00	940.488,00	38,90	5.063.765,70	209,45	-2.646.112,70
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	81.600,00	0,00	-81.600,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	2.327.653,00	2.417.653,00	940.488,00	38,90	4.982.165,70	206,07	-2.564.512,70
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota Explicativa							

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE(b)	% (b/a)	JAN A DEZ (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.481.311,80	1.481.311,80	644.190,25	43,49	3.500.452,23	236,31	-2.019.140,43
Receita de Contribuições	1.481.311,80	1.481.311,80	644.190,25	43,49	3.500.452,23	236,31	-2.019.140,43
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	75.498.972,46	75.619.300,72	13.572.622,80	17,95	76.351.324,94	100,97	-732.024,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV) DÉFICIT (VI)	75.498.972,46	75.619.300,72	13.572.622,80	17,95	76.351.324,94	100,97	-732.024,22
TOTAL (VII) = (V+VI)	75.498.972,46	75.619.300,72	13.572.622,80	17,95	76.351.324,94	100,97	-732.024,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00			4.962.369,26		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00			0,00		
Superávit Financeiro		0,00			4.962.369,26		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		
FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.16.2354], PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS						Portaria Nº 403 de 2016	

Nota Explicativa

DESPESAS	DOTACAO INICIAL d)	DOTAÇÃO ATUALIZA DA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A DEZ (f)		BIMESTRE	JAN A DEZ (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	64.730.010,24	76.848.566,59	8.425.042,65	64.349.717,53	12.498.849,06	11.756.865,05	61.317.597,88	15.530.968,71	59.901.711,70	3.032.119,65
DESPESAS CORRENTES	56.238.948,32	62.142.243,72	7.462.457,72	56.178.425,69	5.963.818,03	10.841.189,85	54.459.877,98	7.682.365,74	53.373.406,66	1.718.547,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.340.705,83	39.136.605,46	7.182.562,73	37.033.874,21	2.102.731,25	7.279.437,89	37.032.074,21	2.104.531,25	36.202.711,33	1.800,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	1.100.000,00	926.000,00	-38.969,56	846.934,35	79.065,65	86.893,77	846.934,35	79.065,65	846.934,35	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.798.242,49	22.079.638,26	318.864,55	18.297.617,13	3.782.021,13	3.474.858,19	16.580.869,42	5.498.768,84	16.323.760,98	1.716.747,71
DESPESAS DE CAPITAL	7.875.284,76	14.706.259,98	962.584,93	8.171.291,84	6.534.968,14	915.675,20	6.857.719,90	7.848.540,08	6.528.305,04	1.313.571,94
INVESTIMENTOS	6.175.284,76	13.404.977,04	1.028.061,85	6.939.853,61	6.465.123,43	763.998,80	5.626.281,67	7.778.695,37	5.296.866,81	1.313.571,94
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.700.000,00	1.301.282,94	-65.476,92	1.231.438,23	69.844,71	151.676,40	1.231.438,23	69.844,71	1.231.438,23	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	615.777,16	62,89	0,00	0,00	62,89	0,00	0,00	62,89	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	2.253.173,98	2.851.015,03	458.070,36	2.645.080,74	205.934,29	541.718,39	2.645.080,74	205.934,29	2.512.704,31	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	66.983.184,22	79.699.581,62	8.883.113,01	66.994.798,27	12.704.783,35	12.298.583,44	63.962.678,62	15.736.903,00	62.414.416,01	3.032.119,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	66.983.184,22	79.699.581,62	8.883.113,01	66.994.798,27	12.704.783,35	12.298.583,44	63.962.678,62	15.736.903,00	62.414.416,01	3.032.119,65
SUPERÁVIT (XIII)				9.356.526,67			12.388.646,32		13.936.908,93	
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	66.983.184,22	79.699.581,62	8.883.113,01	76.351.324,94		12.298.583,44	76.351.324,94		76.351.324,94	3.032.119,65
RESERVA DO RPPS	8.515.788,24	7.920.788,24	0,00	0,00	7.920.788,24	0,00	0,00	7.920.788,24	0,00	0,00

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:368FDCEA

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro – Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)				R$ Milhares
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2017	Jan a Dez 2016
RECEITAS CORRENTES (I)	10.672.897,40	10.672.897,40	10.777.042,92	11.430.994,72
Receita de Contribuição dos Segurados	2.506.906,87	2.506.906,87	2.182.557,59	2.177.141,51
Pessoal Civil	2.506.906,87	2.506.906,87	2.182.557,59	2.177.141,51
Ativo	2.506.906,87	2.506.906,87	2.182.557,59	2.177.141,51
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	1.481.311,80	1.481.311,80	3.259.472,31	3.217.656,72
Pessoal Civil	1.481.311,80	1.481.311,80	2.349.609,53	2.429.810,45
Ativo	1.481.311,80	1.481.311,80	2.349.609,53	2.429.810,45
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	909.862,78	787.846,27
Receita Patrimonial	6.684.678,73	6.684.678,73	5.094.033,10	5.775.457,06
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	6.684.678,73	6.684.678,73	5.094.033,10	5.775.457,06
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	240.979,92	260.739,43
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2017	Jan a Dez 2016
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I+II)	10.672.897,40	10.672.897,40	10.777.042,92	11.430.994,72

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	717.109,16	922.109,16	411.334,31	438.483,98	411.334,31	438.483,98	0,00	0,00
Despesas Correntes	701.109,16	906.109,16	411.334,31	438.483,98	411.334,31	438.483,98	0,00	0,00
Despesas de Capital	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	1.440.000,00	1.830.000,00	1.666.002,61	1.375.651,26	1.666.002,61	1.375.651,26	0,00	0,00
Benefícios Civil	1.440.000,00	1.830.000,00	1.666.002,61	1.375.651,26	1.666.002,61	1.375.651,26	0,00	0,00
Aposentados	430.000,00	660.000,00	624.055,41	511.066,13	624.055,41	511.066,13	0,00	0,00
Pensões	190.000,00	350.000,00	302.804,34	227.769,19	302.804,34	227.769,19	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	820.000,00	820.000,00	739.142,86	636.815,94	739.142,86	636.815,94	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV+V)	2.157.109,16	2.752.109,16	2.077.336,92	1.814.135,24	2.077.336,92	1.814.135,24	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	8.515.788,24	7.920.788,24	8.699.706,00	9.616.859,48	8.699.706,00	9.616.859,48	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
VALOR	8.515.788,24	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
Plano Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	
Plano Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2017	Em 2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.412,89	43.991.306,76
Investimentos e Aplicações	52.606.229,50	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2017	Jan a Dez 2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII+IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS XIII) = (XI+XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS							
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:06754BE5

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	73.245.798,48	84.769.354,83	8.425.042,65	64.349.717,53	96,05	20.419.637,30	11.756.865,05	61.317.597,88	95,86	23.451.756,95	3.032.119,65
Legislativa	2.799.476,35	2.861.339,12	561.348,61	2.715.052,55	4,05	146.286,57	662.579,44	2.715.052,55	4,24	146.286,57	0,00
Ação Legislativa	2.799.476,35	2.861.339,12	561.348,61	2.715.052,55	4,05	146.286,57	662.579,44	2.715.052,55	4,24	146.286,57	0,00
Administração	12.435.090,86	11.481.907,70	634.829,04	10.608.755,67	15,84	873.152,03	1.484.025,73	10.602.589,45	16,58	879.318,25	6.166,22
Administração Geral	11.893.759,82	11.163.590,68	649.829,23	10.312.739,45	15,39	850.851,23	1.418.600,50	10.306.573,23	16,11	857.017,45	6.166,22
Saneamento Básico Urbano	495.831,04	298.201,09	-13.507,55	284.693,54	0,42	13.507,55	65.229,79	284.693,54	0,45	13.507,55	0,00
Controle Ambiental	45.500,00	20.115,93	-1.492,64	11.322,68	0,02	8.793,25	195,44	11.322,68	0,02	8.793,25	0,00
Segurança Pública	0,00	2.596.672,81	0,00	0,00	0,00	2.596.672,81	0,00	0,00	0,00	2.596.672,81	0,00
Defesa Civil	0,00	2.596.672,81	0,00	0,00	0,00	2.596.672,81	0,00	0,00	0,00	2.596.672,81	0,00
Assistência Social	2.551.080,96	2.548.580,96	324.566,99	2.131.356,44	3,18	417.224,52	436.543,63	2.049.554,15	3,20	499.026,81	81.802,29
Administração Geral	1.292.800,00	1.338.800,00	246.435,93	1.213.426,88	1,81	125.373,12	265.504,90	1.211.978,62	1,89	126.821,38	1.448,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	641.372,76	645.872,76	63.475,81	530.779,19	0,79	115.093,57	118.361,79	518.457,34	0,81	127.415,42	12.321,85
Assistência Comunitária	616.908,20	563.908,20	14.655,25	387.150,37	0,58	176.757,83	52.676,94	319.118,19	0,50	244.790,01	68.032,18
Previdência Social	2.157.109,16	2.652.109,16	456.909,49	2.077.197,94	3,10	574.911,22	516.304,46	2.077.197,94	3,25	574.911,22	0,00
Previdência do Regime Estatutário	2.157.109,16	2.652.109,16	456.909,49	2.077.197,94	3,10	574.911,22	516.304,46	2.077.197,94	3,25	574.911,22	0,00
Saúde	11.905.250,76	14.993.300,46	2.047.234,86	12.530.336,27	18,70	2.462.964,19	2.500.027,82	11.463.418,90	17,92	3.529.881,56	1.066.917,37
Administração Geral	5.287.931,54	5.662.681,54	1.093.014,38	5.567.618,70	8,31	95.062,84	1.226.723,37	5.533.478,05	8,65	129.203,49	34.140,65
Atenção Básica	5.331.694,42	7.030.377,99	759.334,23	4.857.320,64	7,25	2.173.057,35	867.865,00	4.157.960,75	6,50	2.872.417,24	699.359,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.245.624,80	2.260.240,93	194.886,25	2.105.396,93	3,14	154.844,00	405.439,45	1.771.980,10	2,77	488.260,83	333.416,83
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
Educação	19.707.175,86	25.435.190,00	3.172.297,90	23.909.253,39	35,69	1.525.936,61	4.245.577,56	23.757.148,33	37,14	1.678.041,67	152.105,06
Administração Geral	43.050,00	277.390,53	-14.607,21	262.032,80	0,39	15.357,73	52.841,92	262.032,80	0,41	15.357,73	0,00
Ensino Fundamental	19.664.125,86	25.157.799,47	3.186.905,11	23.647.220,59	35,30	1.510.578,88	4.192.735,64	23.495.115,53	36,73	1.662.683,94	152.105,06
Cultura	30.000,00	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	30.000,00	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	1.174.040,22	1.455.301,42	81.284,47	1.298.159,25	1,94	157.142,17	213.443,85	1.235.400,83	1,93	219.900,59	62.758,42
Serviços Urbanos	1.174.040,22	1.455.301,42	81.284,47	1.298.159,25	1,94	157.142,17	213.443,85	1.235.400,83	1,93	219.900,59	62.758,42
Saneamento	900.000,00	773.802,83	-124.843,21	647.888,08	0,97	125.914,75	128.377,25	628.465,74	0,98	145.337,09	19.422,34
Saneamento Básico Urbano	900.000,00	773.802,83	-124.843,21	647.888,08	0,97	125.914,75	128.377,25	628.465,74	0,98	145.337,09	19.422,34
Agricultura	1.710.153,00	2.089.953,87	250.037,05	1.208.123,67	1,80	881.830,20	296.020,68	1.043.292,04	1,63	1.046.661,83	164.831,63
Administração Geral	918.000,00	893.171,68	88.556,11	782.628,83	1,17	110.542,85	162.807,83	782.628,83	1,22	110.542,85	0,00
Abastecimento	792.153,00	1.196.782,19	161.480,94	425.494,84	0,64	771.287,35	133.212,85	260.663,21	0,41	936.118,98	164.831,63
Transporte	4.080.000,00	5.234.007,97	393.864,65	3.310.657,86	4,94	1.923.350,11	636.103,93	2.223.193,33	3,48	3.010.814,64	1.087.464,53
Infra-Estrutura Urbana	1.840.000,00	2.152.832,63	142.158,03	922.513,28	1,38	1.230.319,35	184.572,74	540.767,09	0,85	1.612.065,54	381.746,19
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃOINICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Transporte Rodoviário	2.240.000,00	3.081.175,34	251.706,62	2.388.144,58	3,56	693.030,76	451.531,19	1.682.426,24	2,63	1.398.749,10	705.718,34
Desporto e Lazer	987.500,00	1.093.409,95	390.651,79	432.405,20	0,65	661.004,75	0,00	41.753,41	0,07	1.051.656,54	390.651,79
Administração Geral	0,00	25.700,65	0,00	0,00	0,00	25.700,65	0,00	0,00	0,00	25.700,65	0,00
Desporto Comunitário	987.500,00	1.067.709,30	390.651,79	432.405,20	0,65	635.304,10	0,00	41.753,41	0,07	1.025.955,89	390.651,79
Encargos Especiais	3.677.355,91	3.631.427,45	236.861,01	3.479.031,21	5,19	152.396,24	637.860,70	3.479.031,21	5,44	152.396,24	0,00
Serviço da Dívida Interna	3.677.355,91	3.631.427,45	236.861,01	3.479.031,21	5,19	152.396,24	637.860,70	3.479.031,21	5,44	152.396,24	0,00
Reserva de Contingência	9.131.565,40	7.920.851,13	0,00	0,00	0,00	7.920.851,13	0,00	0,00	0,00	7.920.851,13	0,00
Reserva de Contingência	615.777,16	62,89	0,00	0,00	0,00	62,89	0,00	0,00	0,00	62,89	0,00
Reserva do RPPS	8.515.788,24	7.920.788,24	0,00	0,00	0,00	7.920.788,24	0,00	0,00	0,00	7.920.788,24	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	2.253.173,98	2.851.015,03	458.070,36	2.645.080,74	3,95	205.934,29	541.718,39	2.645.080,74	4,14	205.934,29	0,00

Legislativa	30.000,00	4.625,75	8.136,24	28.224,97	0,04	-23.599,22	8.136,24	28.224,97	0,04	-23.599,22	0,00
Ação Legislativa	30.000,00	4.625,75	8.136,24	28.224,97	0,04	-23.599,22	8.136,24	28.224,97	0,04	-23.599,22	0,00
Administração	600.000,00	604.734,68	-9.679,23	521.198,99	0,78	83.535,69	73.968,80	521.198,99	0,81	83.535,69	0,00
Administração Geral	600.000,00	604.734,68	-9.679,23	521.198,99	0,78	83.535,69	73.968,80	521.198,99	0,81	83.535,69	0,00
Assistência Social	50.650,00	53.150,00	13.714,23	51.119,69	0,08	2.030,31	13.714,23	51.119,69	0,08	2.030,31	0,00
Administração Geral	50.000,00	52.000,00	13.714,23	50.587,39	0,08	1.412,61	13.714,23	50.587,39	0,08	1.412,61	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	650,00	1.150,00	0,00	532,30	0,00	617,70	0,00	532,30	0,00	617,70	0,00
Previdência Social	0,00	100.000,00	-6.369,46	138,98	0,00	99.861,02	-6.369,46	138,98	0,00	99.861,02	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	100.000,00	-6.369,46	138,98	0,00	99.861,02	-6.369,46	138,98	0,00	99.861,02	0,00
Saúde	553.000,00	648.000,00	153.105,53	643.933,88	0,96	4.066,12	153.105,53	643.933,88	1,01	4.066,12	0,00
Administração Geral	553.000,00	648.000,00	153.105,53	643.933,88	0,96	4.066,12	153.105,53	643.933,88	1,01	4.066,12	0,00
Educação	967.322,48	1.388.303,10	287.767,51	1.353.114,89	2,02	35.188,21	287.767,51	1.353.114,89	2,12	35.188,21	0,00
Ensino Fundamental	967.322,48	1.388.303,10	287.767,51	1.353.114,89	2,02	35.188,21	287.767,51	1.353.114,89	2,12	35.188,21	0,00
Saneamento	22.201,50	22.201,50	4.059,27	17.436,19	0,03	4.765,31	4.059,27	17.436,19	0,03	4.765,31	0,00
Saneamento Básico Urbano	22.201,50	22.201,50	4.059,27	17.436,19	0,03	4.765,31	4.059,27	17.436,19	0,03	4.765,31	0,00
Agricultura	30.000,00	30.000,00	7.336,27	29.913,15	0,04	86,85	7.336,27	29.913,15	0,05	86,85	0,00
Administração Geral	30.000,00	30.000,00	7.336,27	29.913,15	0,04	86,85	7.336,27	29.913,15	0,05	86,85	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	75.498.972,46	87.620.369,86	8.883.113,01	66.994.798,27	100,00	20.625.571,59	12.298.583,44	63.962.678,62	100,00	23.657.691,24	3.032.119,65

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:94253486

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro – Dezembro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Dez 2017	Jan a Dez 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	63.963.404,29	64.437.641,65	64.926.385,12
Receita Tributária	5.292.014,77	5.253.570,32	4.986.109,29
IPTU	1.113.092,12	1.047.295,13	839.358,70
ISS	1.611.434,30	1.508.850,81	1.761.518,15
ITBI	350.496,38	159.755,18	185.524,29
IRRF	1.215.555,20	1.337.104,62	1.247.083,78
Taxas	1.001.436,77	1.200.564,58	952.624,37
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	4.497.968,41	6.158.627,72	6.081.913,03
Receitas Previdenciárias	3.988.218,67	5.683.009,82	5.655.537,66
Outras Receitas de Contribuições	509.749,74	475.617,90	426.375,37
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	8.216.243,43	5.791.381,45	6.989.814,98
(-)Aplicações Financeiras	8.216.243,43	5.791.381,45	6.989.814,98
Transferências Correntes	52.506.746,38	51.195.800,20	52.454.251,72
LC 61/89	60.747,99	59.171,04	53.714,39
LC 87/96	16.994,62	15.032,76	17.498,28
Convênios	860.328,26	1.028.732,26	1.110.457,46
FPM	13.461.201,30	14.488.482,07	14.961.370,16
ICMS	11.748.574,77	10.437.117,44	11.446.556,83
IPVA	2.071.638,88	1.839.109,19	1.629.240,11
ITR	5.045,88	7.763,25	5.862,93
Outras Transferências Correntes	24.282.214,68	23.320.392,19	23.229.551,56
Demais Receitas Correntes	1.666.674,73	1.829.643,41	1.404.111,08
Dívida Ativa	1.113.845,89	1.192.896,65	674.402,70
Diversas Receitas Correntes	552.828,84	636.746,76	729.708,38
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.439.653,00	6.122.301,84	2.433.014,68
Operações de Crédito (III)	1.022.000,00	1.058.536,14	391.839,54
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.417.653,00	5.063.765,70	2.041.175,14
Convênios	2.417.653,00	4.982.165,70	2.041.175,14
Outras Transferências de Capital	0,00	81.600,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	2.417.653,00	5.063.765,70	2.041.175,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	66.381.057,29	69.501.407,35	66.967.560,26

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Jan a Dez 2017	Jan a Dez 2016	Jan a Dez 2017	Jan a Dez 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	64.993.258,75	58.823.506,43	58.199.809,21	57.104.958,72	56.441.007,93	1.718.547,71	1.758.801,28
Pessoal e Encargos Sociais	41.687.620,49	39.437.975,03	36.474.249,88	39.436.175,03	36.474.249,88	1.800,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	926.000,00	846.934,35	868.209,00	846.934,35	868.209,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	22.379.638,26	18.538.597,05	20.857.350,33	16.821.849,34	19.098.549,05	1.716.747,71	1.758.801,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	64.067.258,75	57.976.572,08	57.331.600,21	56.258.024,37	55.572.798,93	1.718.547,71	1.758.801,28
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	14.706.259,98	8.171.291,84	13.747.263,72	6.857.719,90	6.957.914,85	1.313.571,94	6.789.348,87
Investimentos	13.404.977,04	6.939.853,61	12.218.080,65	5.626.281,67	5.428.731,78	1.313.571,94	6.789.348,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.301.282,94	1.231.438,23	1.529.183,07	1.231.438,23	1.529.183,07	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	13.404.977,04	6.939.853,61	12.218.080,65	5.626.281,67	5.428.731,78	1.313.571,94	6.789.348,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	62,89	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	7.920.788,24	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	85.393.086,92	64.916.425,69	69.549.680,86	61.884.306,04	61.001.530,71	3.032.119,65	8.548.150,15
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	-19.012.029,63	4.584.981,66	-2.582.120,60	7.617.101,31	5.966.029,55	-3.032.119,65	-8.548.150,15
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	4.962.369,26	7.603.691,26	4.962.369,26	7.603.691,26	-	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	-2.153.099,34

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:F5F32E2C

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: 2016 a 2091

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R$ Milhares
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	R$ 43.991.603,76	R$ 0,00	R$ 43.991.603,76	R$ 43.991.306,76
2017	R$ 7.991.136,40	R$ 2.241.928,08	R$ 5.749.208,32	R$ 49.740.515,08
2018	R$ 8.311.516,26	R$ 2.438.922,73	R$ 5.872.593,53	R$ 55.613.108,61
2019	R$ 8.613.382,11	R$ 2.578.976,81	R$ 6.034.405,30	R$ 61.647.513,91
2020	R$ 9.053.841,29	R$ 2.720.406,97	R$ 6.333.434,32	R$ 67.980.948,23
2021	R$ 9.514.870,97	R$ 3.024.037,71	R$ 6.490.833,26	R$ 74.471.781,49
2022	R$ 9.987.477,75	R$ 3.284.284,26	R$ 6.703.193,49	R$ 81.174.974,98
2023	R$ 10.475.385,50	R$ 3.472.881,74	R$ 7.002.503,76	R$ 88.177.478,74
2024	R$ 10.983.940,49	R$ 4.030.058,44	R$ 6.953.882,05	R$ 95.131.360,79
2025	R$ 11.553.532,76	R$ 4.521.519,86	R$ 7.032.012,90	R$ 102.163.373,69
2026	R$ 12.070.265,14	R$ 4.822.158,10	R$ 7.248.107,04	R$ 109.411.480,73
2027	R$ 12.603.092,58	R$ 5.281.996,21	R$ 7.321.096,37	R$ 116.732.577,10
2028	R$ 13.143.590,98	R$ 5.982.058,56	R$ 7.161.532,42	R$ 123.894.109,52
2029	R$ 13.677.978,78	R$ 6.558.727,64	R$ 7.119.251,14	R$ 131.013.360,66
2030	R$ 14.213.474,64	R$ 7.249.121,17	R$ 6.964.353,47	R$ 137.977.714,13
2031	R$ 14.743.513,90	R$ 7.695.650,44	R$ 7.047.863,46	R$ 145.025.577,59
2032	R$ 15.201.396,59	R$ 8.277.296,14	R$ 6.924.100,45	R$ 151.949.678,04
2033	R$ 14.773.549,58	R$ 8.980.066,54	R$ 5.793.483,04	R$ 157.743.161,08
2034	R$ 15.062.671,65	R$ 9.471.933,56	R$ 5.590.738,09	R$ 163.333.899,17
2035	R$ 15.454.096,75	R$ 10.060.336,08	R$ 5.393.760,67	R$ 168.727.659,84
2036	R$ 15.834.263,02	R$ 10.740.602,51	R$ 5.093.660,51	R$ 173.821.320,35
2037	R$ 16.196.988,69	R$ 11.238.735,19	R$ 4.958.253,50	R$ 178.779.573,85
2038	R$ 15.552.160,99	R$ 12.221.599,06	R$ 3.330.561,93	R$ 182.110.135,78
2039	R$ 16.870.248,57	R$ 13.059.762,96	R$ 3.810.485,61	R$ 185.920.621,39
2040	R$ 17.157.714,11	R$ 13.812.026,00	R$ 3.345.688,11	R$ 189.266.309,50
2041	R$ 17.417.880,17	R$ 14.745.243,91	R$ 2.672.636,26	R$ 191.938.945,76
2042	R$ 17.638.257,36	R$ 15.528.638,21	R$ 2.109.619,15	R$ 194.048.564,91
2043	R$ 17.825.453,72	R$ 16.462.519,76	R$ 1.362.933,96	R$ 195.411.498,87
2044	R$ 17.968.455,15	R$ 16.759.063,98	R$ 1.209.391,17	R$ 196.620.890,04
2045	R$ 18.102.856,27	R$ 17.456.743,48	R$ 646.112,79	R$ 197.267.002,83
2046	R$ 18.425.062,03	R$ 17.933.770,55	R$ 491.291,48	R$ 197.758.294,31
2047	R$ 18.393.015,85	R$ 18.370.514,13	R$ 22.501,72	R$ 197.780.796,03
2048	R$ 18.459.041,14	R$ 18.793.948,84	-R$ 334.907,70	R$ 197.445.888,33
2049	R$ 18.504.268,61	R$ 18.956.286,63	-R$ 452.018,02	R$ 196.993.870,31
2050	R$ 18.543.122,68	R$ 19.132.626,42	-R$ 589.503,74	R$ 196.404.366,57
2051	R$ 18.574.387,36	R$ 19.262.602,47	-R$ 688.215,11	R$ 195.716.151,46
2052	R$ 18.600.395,71	R$ 19.444.267,69	-R$ 843.871,98	R$ 194.872.279,48
2053	R$ 18.617.737,65	R$ 19.514.455,39	-R$ 896.717,74	R$ 193.975.561,74
2054	R$ 18.632.588,60	R$ 19.589.636,91	-R$ 957.048,31	R$ 193.018.513,43
2055	R$ 18.644.506,25	R$ 19.409.040,50	-R$ 764.534,25	R$ 192.253.979,18
2056	R$ 18.668.668,15	R$ 19.408.568,42	-R$ 739.900,27	R$ 191.514.078,91
2057	R$ 18.695.008,42	R$ 19.495.066,94	-R$ 800.058,52	R$ 190.714.020,39
2058	R$ 18.718.446,55	R$ 19.295.666,21	-R$ 577.219,66	R$ 190.136.800,73
2059	R$ 18.755.969,42	R$ 19.180.943,74	-R$ 424.974,32	R$ 189.711.826,41
2060	R$ 18.803.348,58	R$ 18.990.440,63	-R$ 187.092,05	R$ 189.524.734,36
2061	R$ 18.865.729,45	R$ 18.974.831,02	-R$ 109.101,57	R$ 189.415.632,79
2062	R$ 18.933.525,80	R$ 18.957.505,80	-R$ 23.980,00	R$ 189.391.652,79
2063	R$ 19.007.172,88	R$ 18.762.530,95	R$ 244.641,93	R$ 189.636.294,72
2064	R$ 19.097.688,14	R$ 18.548.915,15	R$ 548.772,99	R$ 190.185.067,71
2065	R$ 19.207.209,62	R$ 18.436.727,22	R$ 770.482,40	R$ 190.955.550,11
2066	R$ 19.330.799,62	R$ 18.307.047,23	R$ 1.023.752,39	R$ 191.979.302,50
2067	R$ 19.470.359,43	R$ 18.230.305,44	R$ 1.240.053,99	R$ 193.219.356,49
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2068	R$ 19.623.678,68	R$ 18.102.752,01	R$ 1.520.926,67	R$ 194.740.283,16
2069	R$ 19.794.639,45	R$ 17.973.695,76	R$ 1.820.943,69	R$ 196.561.226,85
2070	R$ 19.984.398,30	R$ 18.256.829,81	R$ 1.727.568,49	R$ 198.288.795,34
2071	R$ 20.169.359,66	R$ 18.132.259,60	R$ 2.037.100,06	R$ 200.325.895,40

2072	R$ 20.373.705,98	R$ 18.259.408,09	R$ 2.114.297,89	R$ 202.440.193,29
2073	R$ 20.583.505,38	R$ 18.273.276,01	R$ 2.310.229,37	R$ 204.750.422,66
2074	R$ 20.805.890,08	R$ 18.362.797,53	R$ 2.443.092,55	R$ 207.193.515,21
2075	R$ 21.037.084,28	R$ 18.849.565,01	R$ 2.187.519,27	R$ 209.381.034,48
2076	R$ 21.253.790,17	R$ 19.068.099,73	R$ 2.185.690,44	R$ 211.566.724,92
2077	R$ 21.471.240,87	R$ 19.455.234,94	R$ 2.016.005,93	R$ 213.582.730,85
2078	R$ 21.679.373,60	R$ 19.967.013,43	R$ 1.712.360,17	R$ 215.295.091,02
2079	R$ 21.870.159,31	R$ 20.553.956,28	R$ 1.316.203,03	R$ 216.611.294,05
2080	R$ 22.038.056,03	R$ 20.516.193,34	R$ 1.521.862,69	R$ 218.133.156,74
2081	R$ 22.219.181,53	R$ 21.051.471,67	R$ 1.167.709,86	R$ 219.300.866,60
2082	R$ 22.379.956,09	R$ 21.428.801,18	R$ 951.154,91	R$ 220.252.021,51
2083	R$ 22.528.644,43	R$ 21.780.091,51	R$ 748.552,92	R$ 221.000.574,43
2084	R$ 22.666.092,83	R$ 21.923.072,35	R$ 743.020,48	R$ 221.743.594,91
2085	R$ 22.804.134,65	R$ 22.185.729,72	R$ 618.404,93	R$ 222.361.999,84
2086	R$ 22.935.634,13	R$ 22.761.460,17	R$ 174.173,96	R$ 222.536.173,80
2087	R$ 23.041.423,71	R$ 22.930.844,47	R$ 110.579,24	R$ 222.646.753,04
2088	R$ 23.144.351,00	R$ 23.086.245,63	R$ 58.105,37	R$ 222.704.858,41
2089	R$ 23.245.092,78	R$ 23.284.125,40	-R$ 39.032,62	R$ 222.665.825,79
2090	R$ 23.340.978,83	R$ 23.272.657,14	R$ 68.321,69	R$ 222.734.147,48

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 19/03/2018 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:B15A45BB

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 2017 - Janeiro – Dezembro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1
RECEITAS					PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO					0,00	0,00	0,00
ATIVOS(I)					0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis					0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis					0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO A PAGAR (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR					2016 (i)	2017 (j)=(Ib-(IIf+IIg))	SALDO ATUAL (k)=(IIIi+IIIj)
VALOR(III)					0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:F7B995BA

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: Novembro - Dezembro/2017

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)					R$ 1
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Jan a Dez 2017(b)	%(b/a)	
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.198.589,31	5.198.589,31	5.227.274,25	100,55	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.113.092,12	1.113.092,12	1.047.295,13	94,09	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	350.496,38	350.496,38	159.755,18	45,58	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.611.434,30	1.611.434,30	1.508.850,81	93,63	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.215.555,20	1.215.555,20	1.337.104,62	110,00	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	50.698,10	50.698,10	42.436,26	83,70	

Dívida Ativa dos Impostos	596.845,89	596.845,89	783.187,16	131,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	260.467,32	260.467,32	348.645,09	133,85
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	34.205.254,31	34.205.254,31	31.721.462,69	92,74
Cota-Parte do FPM	16.826.501,63	16.826.501,63	16.273.296,43	96,71
Cota Parte do ITR	6.307,35	6.307,35	9.703,93	153,85
Cota-Parte do IPVA	2.589.548,60	2.589.548,60	2.299.311,11	88,79
Cota-Parte do ICMS	14.685.718,46	14.685.718,46	13.046.396,49	88,84
Cota-Parte IPI-Exportação	75.934,99	75.934,99	73.963,81	97,40
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	21.243,28	21.243,28	18.790,92	88,46
Desoneração ICMS (LC 87/96)	21.243,28	21.243,28	18.790,92	88,46
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	39.403.843,62	39.403.843,62	36.948.736,94	93,77

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2017(d)	%(d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.143.788,52	6.143.788,52	4.843.594,34	78,84
Provenientes da União	5.610.048,08	5.610.048,08	4.479.838,11	79,85
Provenientes dos Estados	88.467,18	88.467,18	99.222,00	112,16
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	445.273,26	445.273,26	264.534,23	59,41
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	180.000,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.143.788,52	6.143.788,52	5.023.594,34	81,77

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTE	12.087.619,00	13.585.840,67	11.253.183,47	772.836,94	88,52
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	7.652.987,96	9.404.223,10	8.951.943,56	450,00	95,20
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.434.631,04	4.181.617,57	2.301.239,91	772.386,94	73,50
DESPESAS DE CAPITAL	370.631,76	2.015.459,79	816.069,31	292.730,43	55,01
Investimentos	370.631,76	2.015.459,79	816.069,31	292.730,43	55,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	12.458.250,76	15.601.300,46	12.069.252,78	1.065.567,37	84,19

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2017 ((h)	% h/IVf) x 100	Jan a Dez 2017 (i)	%(i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.547.674,22	9.212.573,92	6.955.530,07	52,95	5.926.912,55	49,11	1.028.617,52
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	6.547.674,22	9.212.573,92	6.955.530,07	52,95	5.926.912,55	49,11	1.028.617,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.547.674,22	9.212.573,92	6.955.530,07	52,95	5.926.912,55	49,11	1.028.617,52
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	5.910.576,54	6.388.726,54	6.179.290,08	47,05	6.142.340,23	50,89	36.949,85
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%							16,72
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIh - (15 x IIIb)/100]							636.979,54

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOSINSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	23.799,02	19.841,82	0,00	3.957,20	0,00
Inscritos em 2016	1.038.223,94	354.938,52	408.742,32	274.543,10	0,00
Total	1.062.022,96	374.780,34	408.742,32	278.500,30	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência(j)	Saldo Final(Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência(k)	Saldo Final(Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência(k)	Saldo Final(Não Aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2017 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Dez 2017 (m)	%(m/total) x 100	
Administração Geral	5.840.931,54	6.300.681,54	6.202.102,58	47,22	6.169.311,93	51,12	32.790,65

Atenção Básica	5.331.694,42	7.030.377,99	4.857.320,64	36,98	4.157.960,75	34,45	699.359,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.245.624,80	2.230.240,93	2.075.396,93	15,80	1.741.980,10	14,43	333.416,83
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.458.250,76	15.601.300,46	13.134.820,15	100,00	12.069.252,78	100,00	1.065.567,37
1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.							
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".							
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".							
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012							
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012							
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].							
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre							

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:50B6ACFC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 6.764/PMC/18

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARAO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE CACOAL, GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, no uso das atribuições legais, em especial o que dispõe o art. 7º, 41, inciso I e 42 da Lei 4.320/64 e art. 7º § 2º da Lei 3.969/PMC/2017, e;
Considerando a necessidade de efetuar pagamento de taxas às instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal os quais fornecem serviços bancários para a realização dos pagamentos aos servidores públicos municipais.
Considerando a necessidade de pagamento de empresa de fornecimento de software especializado em gestão pública, que atende a todos os setores da secretaria, e considerando a essencialidade desses serviços para dar continuidade aos trabalhos da Secretaria de Fazenda.

DECRETA:

Art. 1º Fica abertono orçamento municipal um crédito adicional suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)** para atender a Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, conforme abaixo discriminado:

A				B			
	A SUPLEMENTAR			A REDUZIR			
Ficha	*Cód*	*Especificação*	*Valor (R$)*	Ficha	Cód		*Valor (R$)*
07		**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**		**07**		**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**	
07.001 04.123.0002.2.025		**GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEMFAZ**		**07.001 04.123.0002.2.025**		**GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEMFAZ**	
01.00.00		*Recursos Ordinários*		01.00.00		*Recursos Ordinários*	
58	**3.3.90.39.00**	**Outros Serviços de Terceiros -pessoa jurídica**	**30.000,00**	**60**	**3.3.90.93.00**	**Indenizações e Restituições**	**30.000,00**
Total Geral							**30.000,00**

Art. 2º Para cobertura do referido crédito será utilizada **anulação parcial** da dotação especificada na **coluna B** da tabela acima, em conformidade com o **art. 43, § 1° inciso III da Lei 4.320/64.**
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 16 de abril de 2018.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

WALTER MATHEUS BERNARDINO SILVA
Procurador-Geral Do Município
OAB/RO N. 3716

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:AEAA72EF

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DECRETO Nº 6.765/PMC/18

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARAO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DE CACOAL, GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI, no uso das atribuições legais, em especial o que dispõe o art. 7º, 41, inciso I e 42 da Lei 4.320/64 e art. 7º § 2º da Lei 3.969/PMC/2017, e;
Considerando que neste exercício ainda não foi empenhado despesa com passagem terrestre para atender as necessidades de deslocamento de servidores e outras necessidades que surgirem, necessário a suplementação para cobrir despesas dos próximos 08 (oito) meses do exercício de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica abertono orçamento municipal um crédito adicional suplementar, nas dotações abaixo discriminadas, no valor de **R$ 2.000,00 (dois mil reais)** para atender ao Gabinete da Prefeita, conforme abaixo discriminado:

A				B			
A SUPLEMENTAR				A REDUZIR			
Ficha	*Cód*	*Especificação*	*Valor (R$)*	Ficha	Cód		*Valor (R$)*
02		**GABINETE**		**02**		**GABINETE**	
02.001 04.122.0002.2.008		**GESTÃO ADMINISTRATIVA - GABINETE**		**02.001 04.122.0002.2.008**		**GESTÃO ADMINISTRATIVA - GABINETE**	
01.00.00		*Recursos Ordinários*		*01.00.00*		*Recursos Ordinários*	
04	**3.3.90.33.00**	**Passagens e Despesas com Locomoção**	**2.000,00**	**03**	**3.3.90.30.00**	**Material de Consumo**	**2.000,00**
Total Geral							**2.000,00**

Art. 2º Para cobertura do referido crédito será utilizada **anulação parcial** da dotação especificada na **coluna B** da tabela acima, em conformidade com o **art. 43, § 1° inciso III da Lei 4.320/64.**
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 16 de abril de 2018.

GLAUCIONE MARIA RODRIGUES NERI
Prefeita

WALTER MATHEUS BERNARDINO SILVA
Procurador-Geral do Município
OAB/RO N. 3716

Publicado por:
Marcos Antonio Silveira da Silva
Código Identificador:8F885AFB

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº120/2018/PMCNR

PREGÃO ELETRONICO Nº. 021/PMCNR-CPL/2018
PROCESSO Nº 110/2018
PREGAO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Aos 19 dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA,** inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 com sede na Av. Tancredo Neves nº 2250 – setor 02 em Campo Novo de Rondônia, e a empresa abaixo qualificada na **Cláusula II,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883/1994, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 7.892/2013, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRONICO nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP,** em virtude de deliberação da Pregoeira, e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, firmam a presente ata para registrar os preços ofertados pela empresa para fornecimento dos objetos conforme especificações do Anexo 1 do Edital de Pregão respectivo e a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. Os registros de preços no âmbito do Município de Campo Novo de Rondônia reger-se-á pelo Decreto Federal 7.892/2013.
2. O registro de preços terá vigência máxima de **12 (Doze) meses**, vedada qualquer prorrogação que ultrapasse esse prazo, fixado no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.
3. Será permitido o aditamento dos quantitativos dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993.
4. São permitidas aquisições ou contratações adicionais por órgãos não participantes da licitação que não exceda, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo dos itens consignados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
4.1. Serão permitidas aquisições ou contratações adicionais (caronas), por qualquer órgão da Administração ou Secretaria Municipal de Campo Novo de Rondônia.

CLÁUSULA II – DO OBJETO
1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços **Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores.** Conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no Edital de **Pregão ELETRÔNICO 021/2018/CPL/PMCNR-RP** e seus anexos, cujos elementos a integra.
2. A quantidade de serviços a ser prestado estimado para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, apenas quanto aos acréscimos.
3. A existência de preços registrados não obriga o Município de Campo Novo de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

FORNECEDOR: P.D. V PEÇAS EIRELI-ME.
C.N.P.J. 28.737.608/0001-12
TEL: (69) 3423-0823

END: AVENIDA TRANSCONTINENTAL Nº1435- BAIRRO: JOTÃO CEP: 76.908-309 JI-PARANÁ/RO.
REPRESENTANTE: PATRICIA DUTRAVAILANTE
VENCEDORA DO(S) ITENS:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	V. Unit.	V. Total.
01	06	Un.	Pneu 215x75 r17.5 radial liso de fabricação nacional e certificado pelo inmetro. (micro)	Firestone/fs557	753,00	4.518,00
04	06	Un.	Pneu 275/80 r22.5 radial liso de fabricação nacional e certificado pelo inmetro. (ônibus novos)	Dayton/d300	1.345,00	8.070,00
05	12	Un	Pneu 275/80 r22.5 radial borrachudo de fabricação nacional e certificado pelo inmetro. (ônibus novos)	Dayton/d660	1.580,00	18.960,00
06	08	Un.	Pneu 205x75/ r16 radial liso de fabricação nacional e certificado pelo inmetro. (van)	Bridgestone/duravis	497,50	3.980,00
09	04	Un.	Pneu 175/10 r14 de fabricação nacional e certificado pelo inmetro. (parati)	Bridgestone/fuzion	217,50	870,00
10	12	Un.	Câmara de ar 16 bico curto nova de fabricação nacional e certificado pelo inmetro de primeira linha.	Maggion/tr 15	54,00	648,00
12	50	Un.	Câmara de ar nova 900x20 de fabricação nacional e certificado pelo INMETRO de primeira linha. (Ônibus)	Maggion/v3-04-5	95,00	4.750,00
13	12	Un.	câmara de ar nova 750x16 de fabricação nacional e certificado pelo inmetro de primeira linha. (caminhão).	Maggion/tr75	60,00	720,00
Total R$ 42.516,00						

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de **12 meses**, contado da data da assinatura, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA IV – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e o gerenciamento da presente ata caberão ao Secretário (a) de Educação Cultura e Esporte. Srª Wilma Aparecida do Carmo Ferreira.

CLÁUSULA V – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração desta Corte.
2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, consolidadas no Decreto Federal nº 7.892/2013.
3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhados à cada Secretaria.

CLÁUSULA VI – DO PREÇO
1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula II deste instrumento.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA VII – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA RECEBIMENTO E CONTROLE
1. Em cada contratação, o prazo de entrega do objeto será **em prazo razoável para a prestação do serviço nunca maior que 05 dias**, podendo esse prazo ser prorrogado por uma única vez desde que devidamente justificado e acolhida esta pela Administração Publica, contado a partir do contato feito pelo gestor da Ata de Registro de Preços.
2. A FORNECEDORA obriga-se a fornecer o objeto desta, em conformidade com as especificações descritas no Termo de referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
3. Os serviços prestados deverão estar no ato da entrega, apropriados para o devido funcionamento dos veículos e maquinas. A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os produtos que não atenderem ao que ficou estabelecido no edital e nesta ARP e/ou que não estejam adequados.
4. Caso haja interrupção ou atraso no fornecimento dos serviços solicitados, a FORNECEDORA entregará justificativa escrita em até 24 horas contadas do prazo de entrega constante do item 1 desta cláusula. A justificativa será analisada pela Administração que tomará as providências necessárias para adequação do fornecimento, sob pena de multa e outras penalidades possíveis.
5. Os serviços serão prestados somente à pessoa credenciada pela Administração, que procederá a conferência com base no pedido escrito. Caso o objeto da entrega esteja de acordo com o pedido, a nota fiscal será atestada;
6. A FORNECEDORA não poderá receber e/ou enviar para recebimento requisições rasuradas, posto que as mesmas não serão aceitas para efeito de pagamento;
7. Em caso de dúvida sobre a autenticidade dos produtos e serviços, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos Próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.
8. Todas as despesas relativas às prestações de serviços fora da sede da empresa tais como fretes e/ou transportes, alimentação, hospedagem, correrão à custa exclusivamente da FORNECEDORA.
9. A conferência e o recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do Secretário ou servidor que o mesmo designar para tal função
10. Os produtos deverão ser fornecidos mediante Nota Fiscal Eletrônica – modelo 55, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF). A Nota Fiscal Eletrônica e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO
1. Nas contratações decorrentes deste registro, o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, no prazo máximo de ate **30 (trinta)** dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, atestado pelo setor competente mediante a apresentação da fatura/nota fiscal.

CLÁUSULA IX – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. A Ata de Registro de Preços será formalizada nos termos do edital de Pregão Eletrônico **nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP**.

2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
3. Se o fornecimento não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a FORNECEDORA será intimada à sua substituição **imediatamente**.
4. As faturas deverão ser entregues com a devida comprovação de manutenção das condições habilitatórias previstas no certame, na forma exigida pelo edital de licitação.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor.
6. **O licitante vencedor declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre o fornecimento, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente**.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada contratação decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico **nº021/2018/CPL/PMCNR-RP**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual recusa no recebimento não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a FORNECEDORA da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos contratos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES
1. No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com a Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, a detentora desta ata ficará sujeita as penalidades previstas no item 15 do Edital de Pregão Eletrônico **nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às cominações previstas no edital.

CLÁUSULA XI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. O recebimento do objeto mediante aposição de "atesto" na fatura/nota fiscal far-se-á nos prazos e condições estabelecidos no edital de licitação que precedeu o presente registro, em consonância com o art. 73, II da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. **Pela Administração**, quando:
1.1.1. O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
1.1.4. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
1.2. **Pelo licitante vencedor** quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação na AROM, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA XIV – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As contratações dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Secretaria de Educação Cultura e Esporte.

CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o edital de Pregão Eletrônico **021/2018/CPL/PMCNR-RP**, a proposta das empresas vencedoras que esta subscreve.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº **021/2018/CPL/PMCNR-RP**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Novo de Rondônia.

Campo Novo de Rondônia 19 de Abril de 2018.

WILMA A. DO CARMO FERREIRA.	***P.D. V PEÇAS EIRELI-ME***
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.	C.N.P. J: 28.737.608/0001-12

MARCIO SCHULTZ
Procurador do Município

Publicado por:
Suzeni Cordeiro de Almeida
Código Identificador:1FE8235F

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº121/2018/PMCNR

PREGÃO ELETRONICO Nº. 021/PMCNR-CPL/2018
PROCESSO Nº 110/2018
PREGAO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Aos 19 dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA,** inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 com sede na Av. Tancredo Neves nº 2250 – setor 02 em Campo Novo de Rondônia, e a empresa abaixo qualificada na **Cláusula II,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883/1994, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 7.892/2013, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRONICO nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP,** em virtude de deliberação da Pregoeira, e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, firmam a presente ata para registrar os preços ofertados pela empresa para fornecimento dos objetos conforme especificações do Anexo 1 do Edital de Pregão respectivo e a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Os registros de preços no âmbito do Município de Campo Novo de Rondônia reger-se-á pelo Decreto Federal 7.892/2013.
2. O registro de preços terá vigência máxima de **12 (Doze) meses**, vedada qualquer prorrogação que ultrapasse esse prazo, fixado no art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.
3. Será permitido o aditamento dos quantitativos dos contratos oriundos da Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993.
4. São permitidas aquisições ou contratações adicionais por órgãos não participantes da licitação que não exceda, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo dos itens consignados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1. Serão permitidas aquisições ou contratações adicionais (caronas), por qualquer órgão da Administração ou Secretaria Municipal de Campo Novo de Rondônia.

CLÁUSULA II – DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata de Registro de Preços **Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores.** Conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no Edital de **Pregão ELETRÔNICO 021/2018/CPL/PMCNR-RP** e seus anexos, cujos elementos a integra.
2. A quantidade de serviços a ser prestado estimado para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, apenas quanto aos acréscimos.
3. A existência de preços registrados não obriga o Município de Campo Novo de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

FORNECEDOR: RALLY PNEUS COM. DE PNEUS E PEÇAS PARA VAICULOS LTDA.EPP.
C.N.P.J. 34.745.729/0001-09
TEL: (69) 3441-4176
END: AVENIDA CATELO BRANCO Nº16980- BAIRRO: INCRA CEP: 76.963-787 CACOAL/RO.
REPRESENTANTE: JOSE NERI CORREIA LIRA
VENCEDORA DO(S) ITENS:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	V. Unit.	V. Total.
02	48	Un.	Pneu 900x20 borrachudo de fabricação nacional e certificado pelo inmetro. (ônibus).	Vikrant-starlug	1.047,00	50.256,00
03	24	Un.	Pneu 900x20 liso de fabricação nacional e certificado pelo inmetro (ônibus).	Centella/cr500	1.000,00	24.000,00
07	02	Un.	Pneu 7.50/16 liso de fabricação nacional e certificado pelo inmetro.(caminhão).	Pirelli/ct-65	550,00	1.100,00
08	04	Un.	Pneu 7.50/16 borrachudo de fabricação nacional e certificado pelo inmetro. (caminhão).	Vikrant/starlu	650,00	2.600,00
11	06	Un.	Câmara de ar nova 700x16 de fabricação nacional e certificado pelo inmetro de primeira linha. (micro).	Jff/tr-15	59,75	358,50
Total R$ 78.314,50						

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de **12 meses**, contado da data da assinatura, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA IV – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Administração e o gerenciamento da presente ata caberão ao Secretário (a) de Educação Cultura e Esporte. Srª Wilma Aparecida do Carmo Ferreira.

CLÁUSULA V – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração desta Corte.
2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações da Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, consolidadas no Decreto Federal nº 7.892/2013.
3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhados à cada Secretaria.

CLÁUSULA VI – DO PREÇO

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula II deste instrumento.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA VII – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA RECEBIMENTO E CONTROLE

1. Em cada contratação, o prazo de entrega do objeto será **em prazo razoável para a prestação do serviço nunca maior que 05 dias**, podendo esse prazo ser prorrogado por uma única vez desde que devidamente justificado e acolhida esta pela Administração Publica, contado a partir do contato feito pelo gestor da Ata de Registro de Preços.

2. A FORNECEDORA obriga-se a fornecer o objeto desta, em conformidade com as especificações descritas no Termo de referência e vinculadas à proposta por ela apresentada, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
3. Os serviços prestados deverão estar no ato da entrega, apropriados para o devido funcionamento dos veículos e maquinas. A Administração se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os produtos que não atenderem ao que ficou estabelecido no edital e nesta ARP e/ou que não estejam adequados.
4. Caso haja interrupção ou atraso no fornecimento dos serviços solicitados, a FORNECEDORA entregará justificativa escrita em até 24 horas contadas do prazo de entrega constante do item 1 desta cláusula. A justificativa será analisada pela Administração que tomará as providências necessárias para adequação do fornecimento, sob pena de multa e outras penalidades possíveis.
5. Os serviços serão prestados somente à pessoa credenciada pela Administração, que procederá a conferência com base no pedido escrito. Caso o objeto da entrega esteja de acordo com o pedido, a nota fiscal será atestada;
6. A FORNECEDORA não poderá receber e/ou enviar para recebimento requisições rasuradas, posto que as mesmas não serão aceitas para efeito de pagamento;
7. Em caso de dúvida sobre a autenticidade dos produtos e serviços, o fornecedor se compromete a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos Próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes.
8. Todas as despesas relativas às prestações de serviços fora da sede da empresa tais como fretes e/ou transportes, alimentação, hospedagem, correrão à custa exclusivamente da FORNECEDORA.
9. A conferência e o recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do Secretário ou servidor que o mesmo designar para tal função
10. Os produtos deverão ser fornecidos mediante Nota Fiscal Eletrônica – modelo 55, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS), e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF). A Nota Fiscal Eletrônica e as Certidões deverão estar dentro dos seus respectivos prazos de validade.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO
1. Nas contratações decorrentes deste registro, o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, no prazo máximo de ate **30 (trinta)** dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, atestado pelo setor competente mediante a apresentação da fatura/nota fiscal.

CLÁUSULA IX – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. A Ata de Registro de Preços será formalizada nos termos do edital de Pregão Eletrônico **nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP**.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
3. Se o fornecimento não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a FORNECEDORA será intimada à sua substituição **imediatamente**.
4. As faturas deverão ser entregues com a devida comprovação de manutenção das condições habilitatórias previstas no certame, na forma exigida pelo edital de licitação.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade do licitante vencedor.
6. **O licitante vencedor declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre o fornecimento, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente**.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada contratação decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico **nº021/2018/CPL/PMCNR-RP**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual recusa no recebimento não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a FORNECEDORA da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos contratos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA X – DAS PENALIDADES
1. No caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do compromisso assumido com a Prefeitura Municipal de Campo Novo de Rondônia, a detentora desta ata ficará sujeita as penalidades previstas no item 15 do Edital de Pregão Eletrônico **nº 021/2018/CPL/PMCNR-RP**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às cominações previstas no edital.

CLÁUSULA XI – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. O recebimento do objeto mediante aposição de "atesto" na fatura/nota fiscal far-se-á nos prazos e condições estabelecidos no edital de licitação que precedeu o presente registro, em consonância com o art. 73, II da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. **Pela Administração**, quando:
1.1.1. O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
1.1.4. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
1.2. **Pelo licitante vencedor** quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.

2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação na AROM, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA XIV – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As contratações dos objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Secretaria de Educação Cultura e Esporte.

CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o edital de Pregão Eletrônico **021/2018/CPL/PMCNR-RP**, a proposta das empresas vencedoras que esta subscreve.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº **021/2018/CPL/PMCNR-RP**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Novo de Rondônia.

Campo Novo de Rondônia 19 de Abril de 2018.

WILMA A. DO CARMO FERREIRA.	***RALLY PNEUS. COM. DE PNEUS E PEÇAS P/VEÍCULOS-EPP.***
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.	C.N.P. J: 34.745.729/0001-09

MARCIO SCHULTZ
Procurador do Município

Publicado por:
Suzeni Cordeiro de Almeida
Código Identificador:C36EF317

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

GABINETE
TERMOD E ACORDO DE PARCELAMENTO Nº. 540/2018 - PREFEITUTA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS X INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CASTANHEIRAS

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00540/2018)

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF:	Castanheiras/RO	**CNPJ:**	63.761.969/0001-03
Endereço:	AVENIDA JACARANDA NUMERO 210		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	76948-000
Telefone:	(069) 3474-2050	**Fax:**	(069) 3474-2081
E-mail:	gabinetecast@hotmail.com		
Representante legal:	ALCIDES ZACARIAS SOBRINHO		
CPF:	499.298.442-87		
Cargo:	Prefeito	**Complemento:**	PREFEITO
E-mail:	alcidesdoson@hotmail.com	**Data início da gestão:**	01/01/2017
CREDOR			
Unidade Gestora:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	**CNPJ:**	07.882.164/0001-39
Endereço:	AVENIDA JACARANDA		
Bairro:	CENTRO	**CEP:**	76948-000
Telefone:	(069) 3474-2081	**Fax:**	(069) 3474-2081
E-mail:	ipccast@hotmail.com		
Representante legal:	LEVY TAVARES		
CPF:	286.131.982-87		
Cargo:	Administrador	**Complemento:**	coordenador do
E-mail:	ipccast@hotmail.com	**Data início da gestão:**	03/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° LEI Nº 897/GAB/2018 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CASTANHEIRAS RO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Castanheiras da quantia de R$ 78.067,57 (setenta e oito mil e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), correspondentes aos valores de GASTOS DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS ACIMA DO LIMITE devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2017 a 12/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento – DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Castanheiras confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 78.067,57 (setenta e oito mil e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R$ 1.301,13 (hum mil e trezentos e um reais e treze centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 1.301,13 (hum mil e trezentos e um reais e treze centavos), vencerá em 04/05/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.
Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES
Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei n° LEI MUNICIPAL Nº 897/GAB/2018.
Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.
Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).
Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM
O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.
Cláusula Quinta - DA RESCISÃO
Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.
Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE
A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE
O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Castanheiras - RO / 06/04/2018

Prefeitura Municipal de Castanheiras
ALCIDES ZACARIAS SOBRINHO

Instituto de Previdencia Social dos Servidores Publicos de Castanheiras RO
LEVY TAVARES

Testemunhas:

_____
JOSIMA MADEIRA
AGENTE ADMINISTRATIVO GD – EDUCAÇÃO
CPF: 512.466.862-87
RG: 588474 SSP RO

_____
JOSE SERGIODOS SANTOS CARDOSO
CONTADOR GERAL
CPF: 674.103.672-53
RG: 705413 SSPRO

DECLARAÇÃO

ALCIDES ZACARIAS SOBRINHO, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00540/2018, firmado entre o/a Castanheiras e o INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CASTANHEIRAS RO em 06/04/2018, foi publicado em ___/___/___ no

( ) mural
( ) jornal _____ - Edição nº _____, de ___/___/___
( ) Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de __/__/__
Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Castanheiras, __/__/__

ALCIDES ZACARIAS SOBRINHO
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Acordo CADPREV nº	00540/2018			Data	04/04/2018
Valor consolidado	78.067,57			Valor da prestação inicial	1.301,13
Número prestações	60			Vencimento 1ª prestação	04/05/2018
DEVEDOR					
Ente Federativo	Castanheiras/RO			CNPJ	63.761.969/0001-03
Representante Legal	ALCIDES ZACARIAS SOBRINHO			CPF	499.298.442-87
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1405-2	Conta nº	30861-7
CREDOR					
Unidade Gestora	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CASTANHEIRAS RO			CNPJ	07.882.164/0001-39
Representante Legal	LEVY TAVARES			CPF	286.131.982-87
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1405-2	Conta nº	17567-6
1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:					
1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;					
1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.					
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:					
2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.					
2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.					
2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.					
2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo- se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.					
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.					
4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.					
Castanheiras/RO - 06/04/2018					
ASSINATURAS					
ENTE FEDERATIVO					
UNIDADE GESTORA					
BANCO DO BRASIL (*)					
(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).					

Publicado por:
Idelfonso Alves Macedo
Código Identificador:A75D1566

GABINETE
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP - TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO Nº. 540/2018 - PREFEITUTA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS X INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE CASTANHEIRAS

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP								
1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO								
CNPJ: 63.761.969/0001-03	Número do acordo: 00540/2018					Data de consolidação do Termo: 04/04/2018		
Ente: Prefeitura Municipal de Castanheiras / RO						Data de assinatura do Termo: 06/04/2018		
Título: GASTOS DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS ACIMA DO LIMITE DE 2% REFERENTE AO EXCERCICIO DE 2017						Data devencimento da 1ª 04/05/2018		
Lei autorizativa do parcelamento: LEI Nº 897/GAB/2018								
2. RESULTADO DA RUBRICA								
Rubrica: GASTOS DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS ACIMA DO LIMITE								
Competência:	Inicial: 12/2017	Final: 12/2017	Quantidade de Parcelas: 60					
Diferença apurada: 75.639,18	Diferença apurada atualizada: 78.067,57							
Valor da parcela na data de consolidação: 1.301,13								
Critérios de atualização para consolidação do débito:								
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am		Tipo de juros: Simples		Multa: 1,00 %			
Critérios de atualização das parcelas vincendas:								
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am		Tipo de juros: Simples					
Critérios de atualização das parcelas vencidas:								
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am		Tipo de juros: Simples		Multa: 1,00 %			
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA								
COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
12/2017	75.639,18	0,44	0,70	529,47	1,50	1.142,53	756,39	78.067,57
TOTAL:	75.639,18			529,47		1.142,53	756,39	78.067,57

4. ASSINATURAS		
ENTE: Prefeitura Municipal de Castanheiras / RO - 63.761.969/0001-03		
Representante Legal: 499.298.442-87 - ALCIDES ZACARIAS SOBRINHO	Data: __/__/____	Assinatura:
UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CASTANHEIRAS RO - 07.882.164/0001-39		
Representante Legal: 286.131.982-87 - LEVY TAVARES	Data: __/__/____	Assinatura:
TESTEMUNHAS:		
Nome: JOSIMA MADEIRA	Nome: JOSE SERGIODOS SANTOS CARDOSO	
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO GD - EDUCAÇÃO	Cargo: CONTADOR GERAL	
CPF: 512.466.862-87	CPF:674.103.672-53	

Publicado por:
Idelfonso Alves Macedo
Código Identificador:F3BD4E92

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2018
PROCESSO N.º 670/SEMSAU/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/SRP/2018

Aos 17 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM,** inscrito no **CNPJ sob o nº. 84.736.941/0001-88**, com sede na Avenida Condor, nº. 2588, nesta cidade de Cujubim-Ro, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I**,** nos termos do art. 15 Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº. 8.883/94, Lei Federal 10.520/02, **Decreto Municipal nº. 078** de 10 de julho de 2009 e de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 002/SRP/2018** em virtude da deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO
1. O objeto da presente ata é o registro de preços para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital, objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, MATERIAL PENSO E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO, por um período de 12 (doze) meses,** conforme preços, condições e especificações constantes no Edital e Termo de Referência, decorrentes do certame relativo ao **Pregão Eletrônico Nº. 002/2018**, cujos elementos a integram.
2. A quantidade estimada de entrega deverá ser considerada em termos aproximados, observado a determinação contida no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, apenas quanto aos acréscimos.
3. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Cujubim - Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe, facultado a realização de licitações específicas para aquisição do mesmo objeto, assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

TABELA I

LICITANTE: **COVAN – COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA – EPP.**
C.N.P.J.: 02.475.985/0001-37 - TEL: (69)- 3521-5181
ENDEREÇO: AV. DOM PEDRO I - Nº 2678, SETRO 5F, JARU - RO.
CEP: 76890-000
NOME DO REPRESENTANTE: **GESISBEL FERREIRA DOS SANTOS**.

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA I –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
01	Atadura de Crepom tipo I medindo 12 cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 21,8g por unidade, confeccionada em tecido 100% algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14. 056.	**MB TEXTIL**	**UN**	**4.200**	**R$ 0,56**	**COVAN – COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA – EPP.**
12	Atadura de algodão ortopédico: tamanho de: largura 10 cm x comprimento 1,80 m. Elaborado com fibras 100% algodão cru, cor natural, com baixo teor de impurezas, transformado em rolos de manta uniforme, possuindo camada de goma aplicada em uma das faces envolvida em papel acetinado e acondicionado em sacos plásticos, podendo ser esterilizado em autoclave. Embalagem individual com dados de identificação e procedência, número de registro no Ministério de Saúde. Pacote com 12 unidades.	**ORTOFEN**	**PCT**	**100**	**R$ 8,64**	**COVAN – COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA – EPP.**
90	Cânula de guedel nº 5, confeccionada em PVC, transparente não tóxica, curvaturas adequadas à anatomia oral. Dotada de orifício central que garanta ventilação e borda de segurança. Resistente à esterilização em autoclave.	**ROMED**	**UN**	**06**	**R$ 10,00**	**COVAN – COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA – EPP.**
141	Pipeta tipo pasteur 0,5ml à 3ml material polipropileno (PE) comprimento	**CRALPLAST**	**UN**	**500**	**R$ 0,36**	**COVAN – COMÉRCIO VAREJISTA**

	17 cm, capacidade 3 ml.					**E ATACADISTA DO NORTE LTDA – EPP.**
149	Revelador para raios-x para fazer 76 litros	**SILPACHEM**	**GAL**	**20**	**R$ 466,00**	**COVAN – COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA – EPP.**

TABELA II

LICITANTE: **CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
C.N.P.J.: 07.626.776/0001-60- TEL: (41)- 3354-1001
ENDEREÇO: RODOVIA DOS MINÉRIOS - Nº 403, SALA 08, BAIRRO JARDIM MONTERREY, ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR.
CEP: 83.507-000
NOME DO REPRESENTANTE: **MARISTELA BELOTTO PELOZZO.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA II –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
28	Esfigmomanômetro aneroide pediátrico com estetoscópio, manômetro com escala ampla para fácil visualização e graduação de 0 a 300 MMHG, com menor divisão de escala 2 MMHG, braçadeira em nylon com fecho em velcro, pediátrico (circunferência de braço de 9 - 14.5 cm), manguito, pera e tubos conectores confeccionados em pvc e válvula de regulagem em metal cromado. Aferido e certificado pelo Inmetro. Embalagem com dados de identificação, procedência, fabricação, validade e registro no MS, conforme RDC 16/2013/MS-ANVISA.	**PREMIUM**	**UN**	**10**	**R$ 59,50**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
29	Esfigmomanômetro aneroide adulto com estetoscópio, manômetro com escala ampla para fácil visualização e graduação de 0 a 300 MMHG, com menor divisão de escala 2 MMHG, braçadeira em nylon com fecho em velcro para adulto (circunferência de braço de 18 a 35 cm), manguito, pera e tubos conectores confeccionados em pvc e válvula de regulagem em metal cromado. Aferido e certificado pelo Inmetro (apresentar selo de verificação), embalagem com dados de identificação, procedência, fabricação, validade e registro no MS, conforme RDC 16/2013/MS-ANVISA.	**PREMIUM**	**UN**	**50**	**R$ 53,50**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
30	Esfigmomanômetro aneroide obeso com estetoscópio, manômetro com escala ampla para fácil visualização e graduação de 0 a 300 MMHG, com menor divisão de escala 2 MMHG, braçadeira em nylon com fecho em velcro para adulto obeso (circunferência de braço de 35 a 45 cm), manguito, pera e tubos conectores confeccionados em pvc e válvula de regulagem em metal cromado. Aferido e certificado pelo Inmetro (apresentar selo de verificação), embalagem com dados de identificação, procedência, fabricação, validade e registro no MS, conforme RDC 16/2013/MS-ANVISA.	**PREMIUM**	**UN**	**20**	**R$ 69,00**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
80	Ambu reanimador adulto, em silicone, com balão de insuflação transparente com capacidade de 1,500 ml, com máscara facial anatômica com bojo de policarbonato e coxim autoinflável, conexão de entrada para alimentação de oxigênio, válvula unidirecional, com dispositivo de segurança. Apresentar registro do produto na ANVISA e boas práticas de fabricação. Acondicionado em bolsa plástica.	**ADVANTIVE**	**UN**	**10**	**R$ 130,00**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
81	Ambu ressuscitador manual infantil/pediátrico para uso em ventilação artificial durante manobras de ressuscitação de pacientes em parada cárdica respiratória, apneia ou com ventilação espontânea insuficiente que atenda aos padrões estabelecidos pela ISO e ASTM. O ressuscitador deverá ser constituído de cinco componentes: 1- máscara facial em material de silicone; 2- válvula unidirecional em polissulfona com mecanismo interno tipo "bico de pato" em silicone que não permita a reina lação de gases, com conexão para o paciente 22 mm externo/ 15 mm interno, desmontável e com mecanismo de alívio de pressão que se ativa quando as pressões nas vias aéreas atingem 40 cm de h2o; 3- balão de ventilação em silicone com volume interno de 280 ml e com válvula de entrada de gás em polissulfona com conexões 30x25 mm; 4- válvula do balão reservatório de oxigênio removível em polissulfona com conexão de 25 mm; 5- balão reservatório de oxigênio removível em material de vinil com volume de 500 a 700 ml, com conexão de 6 mm para fonte de oxigênio suplementar. Todos os componentes do ressuscitador deverão ser desmontáveis e permitirem a limpeza e reprocessamento por esterilização em autoclave (até 137º c, com exceção da bolsa reservatória de o2), óxido de etileno e esterilização a frio. Tal produto deverá apresentar garantia contra defeitos de fabricação ou de materiais por um período de um ano (excluindo as válvulas de silicone e o balão reservatório) e possuir peças avulsas para reposição.	**ADVANTIVE**	**UN**	**08**	**R$ 130,00**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
82	Ambu reanimador neonatal, em silicone, com balão de insuflação transparente com capacidade de 250 ml, com máscara facial anatômica com bojo de policarbonato e coxim autoinflável, conexão de entrada para alimentação de oxigênio, válvula unidirecional, com dispositivo de segurança. Apresentar registro do produto na ANVISA e boas práticas de fabricação. Acondicionado em bolsa plástica.	**ADVANTIVE**	**UN**	**04**	**R$ 130,00**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
133	Detector fetal digital LCD colorido com bateria e carregador interno para batimentos cardíacos fetais, modelo portátil, ausculta de batimentos cardíacos fetais por método de ultrassom, ausculta cárdio fetal a partir da 10ª semana. Características: Transdutor de alta sensibilidade, compacto leve e de fácil operação, alto-falante de alta performance, design ergonômico e compartimento para transdutor, entrada para fone de ouvido, gravador ou computador, botão liga-desliga, controle de volume e desligamento automático, tela de LCD colorida para visualização numérica e da onda do batimento cardíaco fetal, alarmes visuais/sonoros ajustáveis e programáveis bateria interna recarregável e carregador integrado. Especificação Técnica: Frequência ultrassom: 2 MHz, intensidade ultrassom: <10mW/cm 2, fonte de alimentação: DC NI-MH bateria recarregável AC 110/220V, 50/60Hz, display: 45 milímetros × 25 milímetros LCD, FCF faixa de medição: 50 ~ 240bpm, resolução da FCF: 1bpm, precisão FHR: ± 1 bpm, consumo de energia: <1W, dimensões: 135 milímetros × 95 milímetros × 35 milímetros, peso: 200g. Acompanha: corpo principal sonda 2mhz, 2 baterias NI-MH 1.2V, adaptador AC 110/220V, 50/60Hz, bolsa de transporte, manual e com registro na ANVISA.	**MEDPEJ**	**UN**	**05**	**R$ 698,99**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**

134	Máscara de micro nebulização adulto - contendo máscara adulto de silicone, copinho (micro nebulizador) e extensão de 1,60m, ponteira verde para oxigênio.	**DARU**	**UN**	**50**	**R$ 5,69**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
136	Conjunto de umidificador com frasco de PVC 250 ml (porca de plástico) tampa e porca injetados na cor do gás, frasco de PVC 250 ml com nível mínimo e máximo, extensão de PVC atóxico de 1,20m com conectores e máscara. Conexões padrão ABNT NBR 11725 e 11906.	**JG MORIYA**	**UN**	**100**	**R$ 16,88**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
181	Baterias para DEA (desfibrilador externo automático) compatível com: marca/modelo: ZOOL AED PLUS.	**DURACEL**	**UN**	**30**	**R$ 37,59**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**
187	Otoscópio com cabo em metal cromado para duas pilhas médias comuns, recoberto por capinha antiderrapante de punho, lâmpada xênon que ilumina por meio de feixe de luz concentrado e uma lente de aumento de 2,5 x que possibilita nítida análise e especulo permanente de plástico com diâmetros aproximados 2,5 mm 3,0 mm 4,0 mm 8,0 mm; otoscópio em fibra óptica em material de alta resistência possuir regulador de alta, baixa luminosidade e encaixe para visor sobressalente; possui cabo em aço inoxidável recoberto por capinha antiderrapante; possui visor articulado ao cabeçote e móvel; acompanhar lâmpada e visor sobressalente; apresenta cabo em inoxidável de tamanho médio para pilhas possuir lupa redonda, possui controle de intensidade de luz desejável alimentação por pilha media comum acompanha estojo reforçado para acondicionamento e transporte contendo lâmpada e visor sobressalente e 05 (cinco) especulo permanentes plástico garantia 01 ano apresentar registro no MS/ANVISA, manual, garantia mínima de 01 (um) ano.	**RIESTER**	**UN**	**06**	**R$ 288,00**	**CIRURGICA SÃO FELIPE PROD. PARA SAÚDE LTDA –ME.**

TABELA III

LICITANTE: **AMP HOSPITALAR EIRELI – ME.**
C.N.P.J.: 16.698.619/0001-51- TEL: (62)- 3207-3031.
ENDEREÇO: RUA GB. 18, QUADRA 37, LOTE 02 - Nº 12, JARDIM GUANABARA II,
GOIÂNIA - GO
CEP: 74.683-590
NOME DO REPRESENTANTE: **ANTONIO PINTO DA COSTA**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA III –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
04	Agulha 25x8, agulha hipodérmica de segurança, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 0,80mm e comprimento de 25 mm, bisel trifacetado, canhão de cor verde e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré-acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	**DESCARPACK**	**UN**	**30.000**	**R$ 0,07**	**AMP HOSPITALAR EIRELI – ME.**
05	Agulha 25x7, agulha hipodérmica de segurança, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 0,70mm e comprimento de 25 mm, bisel trifacetado, canhão de cor preta e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré-acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	**LABOR IMPORT**	**UN**	**30.000**	**R$ 0,06**	**AMP HOSPITALAR EIRELI – ME.**
24	Equipo macrogotas com injetor lateral, estéril, descartável, confeccionado em poliestireno cristal em câmara simples rígida ou flexível em PVC atóxico, com câmara gotejadora flexível medindo aproximadamente 2,30 cm, estéril, descartável, com segmento de silicone com injetor lateral auto- cicatrizante que suporta várias funções, com pinça tipo rolete de fácil manuseio, ponta perfurante (biselada), conector luer com seus respectivos protetores, embalados individualmente em saco plástico.	**DESCARPACK**	**UN**	**20.000**	**R$ 0,80**	**AMP HOSPITALAR EIRELI – ME.**
52	Luva para procedimento; tamanho P; em látex natural com baixo nível de proteína; com boa sensibilidade tátil; com textura uniforme, sem falhas e formato anatômico; com punho acabado de tipo longo com bainha do mesmo material da luva; não estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; o produto deverá ser entregue acompanhado do CA e acompanhado do laudo analítico conf. NBR 11.193- Acondicionada em caixa contendo externamente dados de identificação do produto e do fabricante, procedência, data de fabricação, validade, nº do lote, registro na ANVISA e certificado de aprovação CA do MTE. E em conformidade com a NBR 13.392 e RDC 5/2008. Caixa com100 unidades.	**MEDIX**	**CX**	**700**	**R$ 14.70**	**AMP HOSPITALAR EIRELI – ME.**

TABELA IV

LICITANTE: **CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – ME.**
C.N.P.J.: 10.541.396/0001-38- TEL: (69)- 3422-2912.
ENDEREÇO: AV. TRANSCONTINENTAL - Nº 1470, BAIRRO CASA PRETA, JI-PARANÁ – RO.
CEP: 76.907-552
NOME DO REPRESENTANTE: **ESDRAS JUNIOR JARDIM.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA IV –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
08	Abaixador de língua - espátula de madeira descartável, formato convencional com extremidades arredondadas com 14 cm de comprimento. Embalagem com dados de identificação e procedência data de fabricação, prazo de validade e atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto.	**CRALPLAST**	**UN**	**50.000**	**R$ 0,07**	**CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – ME.**
51	Lamina de vidro para microscopia com ponta fosca lapidada, cortada, com dimensões de 26 x 76 mm, precisão dimensional da espessura entre 0,8 a 1,4 mm. Caixa com 50 unidades.	**CRALPLAST**	**CX**	**150**	**R$ 4,43**	**CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – ME.**
62	Seringa 20 ml sem agulha, material polipropileno transparente, tipo bico luer lock, características adicionais êmbolo com ponteira de borracha	**DESCARPACK**	**CX**	**800**	**R$ 24,70**	**CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA –**

	siliconizada, graduação graduada de 1 em 1ml, numerada de 5 em 5ml, esterilidade descartável,estéril, modelo graduação legível e firme. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Em conformidade com a NR 32, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e validade, número do lote, registro na ANVISA. Caixas com 50 unidades.					**ME.**
63	Seringa 10 ml sem agulha, material polipropileno transparente, tipo bico luer lock, características adicionais êmbolo com ponteira de borracha siliconizada, graduação graduada de 0,2 em 0,2ml, numerada de 1 em 1ml, esterilidade descartável,estéril, modelo graduação legível e firme. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Em conformidade com a NR 32, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e validade, número do lote, registro na ANVISA. Caixa com 100 unidades.	**DESCARPACK**	**CX**	**400**	**R$ 34,12**	**CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – ME.**
64	Seringa 5 ml sem agulha, material polipropileno transparente, tipo bico luer lock, características adicionais êmbolo com ponteira de borracha siliconizada, graduação graduada de 0,2 em 0,2ml, numerada de 1 em 1ml, esterilidade descartável, estéril, modelo graduação legível e firme. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Em conformidade com a NR 32, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e validade, número do lote, registro na ANVISA. Caixa com 100 unidades.	**DESCARPACK**	**CX**	**400**	**R$ 20,81**	**CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – ME.**
137	Corante GIEMSA, corante para a contagem diferencial em hematologia, para coloração de células em esfregaço de sangue periférico, medula óssea ou para estudo citológico de elementos celulares colhidos por punção, raspagem ou concentrados celulares de derrames cavitários, Frasco com 1.000 ml.	**LABORCLIN**	**FR**	**20**	**R$ 92,50**	**CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – ME.**
169	Proveta graduada 250 ml em polipropileno autolavável Graduada em alta precisão Base hexagonal.	**NALGON**	**UN**	**10**	**R$ 14,38**	**CYN FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – ME.**

TABELA V

LICITANTE: **JAMARI COMÉRCIO DE EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP.**
C.N.P.J.: 13.287.059/0001-54- TEL: (69) 3536-0318.
ENDEREÇO: AV. JAMARI- Nº 2349, BAIRRO SETOR 01, ARIQUEMES– RO.
CEP: 76.870-163
NOME DO REPRESENTANTE: **CÉLIA REGINA DEINA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA V –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
13	Atadura de algodão ortopédico: tamanho de: largura 15 cm x comprimento 1,80 m. Elaborado com fibras 100% algodão cru, cor natural, com baixo teor de impurezas, transformado em rolos de manta uniforme, possuindo camada de goma aplicada em uma das faces envolvida em papel acetinado e acondicionado em sacos plásticos, podendo ser esterilizado em autoclave. Embalagem individual com dados de identificação e procedência, número de registro no Ministério de Saúde. Pacote com 12 unidades.	**ORTOFEN**	**PCT**	**200**	**R$ 11,65**	**JAMARI COMÉRCIO DE EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP.**
14	Atadura de algodão ortopédico: tamanho de: largura 20 cm x comprimento 1,80 m. Elaborado com fibras 100% algodão cru, cor natural, com baixo teor de impurezas, transformado em rolos de manta uniforme, possuindo camada de goma aplicada em uma das faces envolvida em papel acetinado e acondicionado em sacos plásticos, podendo ser esterilizado em autoclave. Embalagem individual com dados de identificação, procedência e número de registro no Ministério de Saúde. Pacote com 12 unidades.	**ORTOFEN**	**PCT**	**200**	**R$ 15,40**	**JAMARI COMÉRCIO DE EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP.**
59	Lanceta para coleta de sangue capilar, confeccionada em plástico rígido com design ergonômico, possui protetor plástico e dispositivo de segurança para fácil manuseio e segurança na punção: Agulha de 30G com 1,5 mm de profundidade, retrátil acionada por contato, esterilizado a radiação gama, uso-único e com número de lote impresso no produto, prazo de validade e instruções de uso e registro na ANVISA. Caixas com 200 unidades.	**PREMIUN**	**CX**	**350**	**R$ 49,90**	**JAMARI COMÉRCIO DE EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP.**
76	Porta lamina para citologia, redondo, com tampa de rosca com trava com três ranhuras (para 03 laminas). Pacotes com 100 unidades.	**CRAL**	**PCT**	**500**	**R$ 19,90**	**JAMARI COMÉRCIO DE EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP.**

TABELA VI

LICITANTE: **L.R.F BATISTA – EPP.**
C.N.P.J.: 19.859.630/0001-44- TEL: (69)- 3301-2125
ENDEREÇO: AV. SALGADO FILHO- Nº 1616, BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, PORTO VELHO – RO.
CEP: 76.804-118
NOME DO REPRESENTANTE: **LEANDRO RIBEIRO FERNANDES BATISTA.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA VI –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
02	Atadura de Crepom tipo I medindo 15 cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 32,7g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14. 056.	**ORTOFEN**	**UN**	**3.600**	**R$ 0,72**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
03	Atadura de Crepom tipo I medindo 20 cm de largura por 1,80m em repouso de comprimento, com densidade de 13 fios/cm², com peso de 42,8g por unidade, confeccionada em tecido 100%algodão cru ou misto, fios de alta torção, possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal, enroladas sobre si mesmas, aparência uniforme, bordas	**ORTOFEN**	**UN**	**3.000**	**R$ 1,02**	**L.R.F BATISTA – EPP.**

	devidamente acabadas, isenta de rasgos, impurezas, fiapos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas individualmente. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14. 056.					
07	Agulha 40x1,20, agulha hipodérmica de segurança, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Agulha constituída por cânula de aço inox, siliconizada, calibre de 1,20mm e comprimento de 40 mm, bisel trifacetado, canhão de cor rosa e protetor de plástico. Possui um protetor articulado pré-acoplado ao canhão. Esterilizado a óxido de etileno. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação) emitido pela ANVISA.	**LABOR IMPORT**	**UN**	**10.000**	**R$ 0,08**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
09	Álcool etílico hidratado a 70 %, incolor, pronto para usar (sem diluir), uso hospitalar, para fins de antissepsia da pele e desinfecção de superfícies fixas, em frasco opaco ou transparente, contendo 1000 ML, com tampa rosqueável; com dados de identificação e procedência. Na embalagem externa e interna deverá constar: identificação data de fabricação e validade, nº de lote, instruções, registro no Ministério da Saúde, laudo de composição. Atendendo a RDC 25 Da ANVISA.	**ZULU**	**UN**	**1.200**	**R$ 3,84**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
10	Álcool em gel antisséptico 1 kg – refil em embalagem plástica transparente com válvula pump. Gel com hidratante, transparente, com odor característico, PH entre 6,8 e 7,0; 100% solúvel em água, pronto para usar (sem diluir), com tempo de secagem nas mãos de no mínimo 10 segundos após o uso. Possui em sua constituição 3 tipos de hidratantes, utiliza álcool neutro 70% INPM, bidestilado, isento de contaminantes. Produto Biodegradável. Produto especialmente elaborado como complemento na higienização de mãos gel a base de álcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. Na embalagem externa e interna deverá constar: identificação data de fabricação e de validade, nº de lote, instruções registro no ministério da saúde, laudo de composição.	**CICLO FARMA**	**UN**	**100**	**R$ 7,29**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
15	Atadura gessada, tamanho de: largura 10 cm x comprimento 3 m. Confeccionada com tecido de gaze especial 100% puro algodão, com ligamento giro inglês, acabamento em zigue-zague impregnado uniformemente com sulfato de cálcio seco (gesso coloidal) derivados de celulose e solventes anidros. Isenta de amido e alvejante óptico, secagem rápida de 3 a 5 minutos, enroladas em forma contínua, com acabamento que evite desfia mento. Todo material deve apresentar textura suave, livre de resíduos e irritantes dérmicos, propiciar amoldamento seguro e fácil manuseio. Embalagem individual com dados de identificação e procedência. Caixa com 20 unidades.	**POLARFIX**	**CX**	**60**	**R$ 29,29**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
16	Atadura gessada, tamanho de: largura 15 cm x comprimento 3 m. Confeccionada com tecido de gaze especial 100% puro algodão, com ligamento giro inglês, acabamento em zigue-zague impregnado uniformemente com sulfato de cálcio seco (gesso coloidal) derivados de celulose e solventes anidros. Isenta de amido e alvejante óptico, secagem rápida de 3 a 5 minutos, enroladas em forma contínua, com acabamento que evite desfia mento. Todo material deve apresentar textura suave, livre de resíduos e irritantes dérmicos, propiciar amoldamento seguro e fácil manuseio. Embalagem individual com dados de identificação e procedência. Caixa com 20 unidades.	**POLARFIX**	**CX**	**60**	**R$ 46,50**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
17	Atadura gessada, tamanho de: largura 20 cm x comprimento 4 m. Confeccionada com tecido de gaze especial 100% puro algodão, com ligamento giro inglês, acabamento em zigue-zague impregnado uniformemente com sulfato de cálcio seco (gesso coloidal) derivados de celulose e solventes anidros. Isenta de amido e alvejante óptico, secagem rápida de 3 a 5 minutos, enroladas em forma contínua, com acabamento que evite desfia mento. Todo material deve apresentar textura suave, livre de resíduos e irritantes dérmicos, propiciar amoldamento seguro e fácil manuseio. Embalagem individual com dados de identificação e procedência. Caixa com 20 unidades.	**POLARFIX**	**CX**	**60**	**R$ 69,73**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
21	Cateter de oxigênio Infantil - cateter nasal tipo óculos, infantil, para oxigênoterapia, em silicone, dotado de dispositivos introdutores nasais macios, com conector para a borracha do umidificador e extensão lateral regulável, esterilizado, descartável, atóxico, embalado individualmente em saco plástico trazendo os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde.	**MARKMED**	**UN**	**300**	**R$ 1,02**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
23	Cateter de oxigênio adulto - cateter nasal tipo óculos, adulto, para oxigênio terapia, em silicone, dotado de dispositivos introdutores nasais macios, com conector para a borracha do umidificador e extensão lateral regulável, esterilizado, descartável, atóxico, embalado individualmente em saco plástico trazendo os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde.	**MARKMED**	**UN**	**2.000**	**R$ 0,90**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
25	Equipo microgotas com injetor lateral, estéril, descartável, confeccionado em poliestireno cristal com câmara simples rígida ou flexível em PVC atóxico, câmara é provida de gotejador que permite reduzir o número de gotas por minuto, confeccionado em PVC cristal atóxico, flexível, incolor, reto, provido em uma das extremidades da conexão em látex natural. Com conectora porta agulha confeccionado em poliestireno de alta densidade, acompanhada de protetor (tampa) em polietileno de baixa densidade para garantir a esterilidade.	**LABOR IMPORT**	**UN**	**2.500**	**R$ 1,19**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
31	Fralda descartável adulto, tamanho grande, peso acima de 70 kg. Formato anatômico, forro ultramacio, hipoalergênica. Camada de gel com alta absorção. Com fita adesiva multiajustável na parte frontal, com elástico, ajustando-se nas pernas, prevenindo vazamentos.	**SLIM GERIATRICS**	**UN**	**20.000**	**R$ 0,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
32	Fralda descartável adulto, tamanho médio, peso de 40 a 70 kg. Formato anatômico, forro ultramacio, hipoalergênica, camada de gel com alta absorção. Com fita adesiva multiajustável na parte frontal, com elástico, ajustando-se nas pernas, prevenindo vazamentos.	**SLIM GERIATRICS**	**UN**	**10.000**	**R$ 0,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
33	Fralda descartável adulto, tamanho pequeno, peso até 40 kg. Formato anatômico, forro ultramacio, hipoalergênica, camada de gel com alta absorção. Com fita adesiva multiajustável na parte frontal, com elástico, ajustando-se nas pernas, prevenindo vazamentos.	**MASTERFRAL**	**UN**	**10.000**	**R$ 0,76**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
40	Fita para autoclave, 19 mm x 30m, confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica, com registro na ANVISA, validade, lote e data de fabricação validade de fabricação.	**CIEX**	**UN**	**200**	**R$ 2,88**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
48	Lamina de bisturi nº 15, descartável, em aço inoxidável, isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, estéril, fácil adaptação ao cabo, proteção na lamina. Embalagem individual de alumínio hermeticamente fechada. Caixas com 100 unidades.	**TOP MED**	**CX**	**30**	**R$ 28,96**	**L.R.F BATISTA – EPP.**

49	Lamina de bisturi nº 23, descartável, em aço inoxidável, isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, estéril, fácil adaptação ao cabo, proteção na lamina. Embalagem individual de alumínio hermeticamente fechada. Caixas com 100 unidades.	**TOP MED**	**CX**	**50**	**R$ 29,96**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
50	Lamina de bisturi nº 24, descartável, em aço inoxidável, isenta de rebarbas e sinais de oxidação, ponta afiada, estéril, fácil adaptação ao cabo, proteção na lamina. Embalagem individual de alumínio hermeticamente fechada. Caixas com 100 unidades.	**TOP MED**	**CX**	**40**	**R$ 29,96**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
53	Luva para procedimento; tamanho M; em látex natural com baixo nível de proteína; com boa sensibilidade tátil; com textura uniforme, sem falhas e formato anatômico; não talcada; com punho acabado de tipo longo com bainha do mesmo material da luva; não estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; o produto deverá ser entregue acompanhado do CA e acompanhado do laudo analítico conf. NBR 11.193-1. Acondicionada em caixa contendo externamente dados de identificação do produto e do fabricante, procedência, data de fabricação, validade, nº do lote, registro na ANVISA e certificado de aprovação CA do MTE. E em conformidade com a NBR 13.392 e RDC 5/2008. Caixas com 100 unidades.	**NUGARD**	**CX**	**1.000**	**R$ 17,40**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
54	Luva para procedimento; tamanho G; em látex natural com baixo nível de proteína; com boa sensibilidade tátil; com textura uniforme, sem falhas e formato anatômico; não talcada; com punho acabado de tipo longo com bainha do mesmo material da luva; não estéril; embalado em material que garanta a integridade do produto; o produto deverá ser entregue acompanhado do CA e acompanhado do laudo analítico conf. NBR 11.193-1. Acondicionada em caixa contendo externamente dados de identificação do produto e do fabricante, procedência, data de fabricação, validade, nº do lote, registro na ANVISA e certificado de aprovação CA do MTE. E em conformidade com a NBR 13.392 e RDC 5/2008. Caixas com 100 unidades.	**NUGARD**	**CX**	**700**	**R$ 17,50**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
60	Máscara descartável para cirurgia - confeccionada em três camadas, sendo duas externas em não tecido de cor branca, atóxico, hipoalergênica, inodoro, com tratamento repelente aos agentes líquidos e uma camada de filtro meltblown. Modelo retangular, com pregas longitudinais, dispositivo de ajuste nasal, quatro laterais de comprimento adequado para fixação com elástico, gramatura total de 60 a 80gr/mt2. Embalagem coletiva, contendo dados de identificação, procedência, prazo de validade e atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto. Caixa com 50 unid.	**DESCARPACK**	**CX**	**400**	**R$ 5,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
65	Seringa 3 ml, material polipropileno transparente, tipo bico luer lock, características adicionais êmbolo com ponteira de borracha siliconizada, graduação graduada de 0,1 em 0,1ml, numerada de 0,5 em 0,5m l, esterilidade descartável, estéril, modelo graduação legível e firme. Embalada individualmente em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Em conformidade com a NR 32, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e validade, número do lote, registro na ANVISA. Caixa com 100 unidades.	**PROCARE**	**CX**	**150**	**R$ 16,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
83	Oxímetro de pulso portátil com LCD colorido e onda pletismográfica, produto de alta qualidade multifuncional com visor colorido de alta resolução. Com indicação da SPO2, frequência cardíaca, força de pulso, onda pletismográfica e tabelas de tendência. Aparelho portátil e leve, pesando apenas 260 gramas, com baterias e sensor, adapta-se confortavelmente na palma da sua mão. Tela rotacional permite visualização na vertical ou horizontal. Níveis de alarmes ajustáveis da SPO2 e frequência cardíaca. Memória interna permite armazenar 120 horas de dados de tendências, indicador luminoso de alerta, software permite armazenar, visualizar e compartilhar eventos através da conexão USB (opcional), alimentação bivolt automático, bateria interna recarregável com autonomia de 20 horas e carregador integrado ao equipamento, gerenciamento de informações do paciente, incluindo nome, sexo e tipo, aplicável para pacientes adulto, pediátrico e neonatal. Dados técnicos: SPO2: Intervalo: 0-100%; Precisão: ± 2% em 70-100%; Resolução: 1%; Pulsação: 30-250bpm; Precisão: ± 2bpm; Resolução: 1%; Dimensões: 13,5 x 7,5 x 2,8 cm; 260 gramas. Acessórios inclusos: 01 Sensor de SpO2 reutilizável adulto; 04 baterias Ni-MH recarregáveis; 01 capa de proteção com suporte; 01 fonte de alimentação bivolt (100 a 240VAC); 01 manual de operação.	**MEDLENSOHS**	**UN**	**06**	**R$ 313,84**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
91	Sonda nasogástrica, tipo Levine, n° 08 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**300**	**R$ 0,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
92	Sonda nasogástrica, tipo Levine, n° 10 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**300**	**R$ 0,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
93	Sonda nasogástrica, tipo Levine, n° 12 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com	**MARKMED**	**UN**	**400**	**R$ 0,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**

	técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.					
94	Sonda nasogástrica, tipo Levine, nº 14 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**400**	**R$ 0,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
95	Sonda nasogástrica, tipo Levine, nº 16 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**400**	**R$ 1,35**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
96	Sonda nasogástrica, tipo Levine, nº 18 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**400**	**R$ 1,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
97	Sonda nasogástrica, tipo Levine, nº 20 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**400**	**R$ 1,51**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
98	Sonda nasogástrica, tipo Levine, nº 22 longa, em PVC flexível, transparente, a traumática, atóxica; em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, aberta, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes. Apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície; extremidade distal com dispositivo conector e tampa presa ao tubo, siliconizada, descartável e estéril. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**400**	**R$ 1,88**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
99	Tubo endotraqueal, nº 2,5 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**50**	**R$ 3,84**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
100	Tubo endotraqueal, nº3,0 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 3,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
101	Tubo endotraqueal, nº 3,5 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 3,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
102	Tubo endotraqueal, nº 4,0 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 4,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**

	de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.					
103	Tubo endotraqueal, nº 4,5 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 4,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
104	Tubo endotraqueal, nº 5,0 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 4,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
106	Tubo endotraqueal, nº 6,0 COM CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 4,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
107	Tubo endotraqueal, nº 6,5 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 4,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
108	Tubo endotraqueal, nº 7,0 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 3,79**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
109	Tubo endotraqueal, nº 7,5 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 3,79**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
110	Tubo endotraqueal, nº 8,0 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 3,79**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
111	Tubo endotraqueal, nº 8,5 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 4,99**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
112	Tubo endotraqueal, nº 9,0 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 4,99**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
113	Lençol descartável em rolo, tipo bobina: uniformemente enrolado em tubo oco, confeccionado em 100% de celulose, medindo aproximadamente 50 metros de comprimento e 70 cm de largura, gramatura 27 a 32 g/m2, com alvura de no mínimo 80a100%, resistente, textura firme, flexibilidade, absorvência, isentos de furos, manchas, rasgos ou qualquer defeito prejudicial a sua utilização. Embalagem conforme portaria do ministério da saúde. Caixa com 10 unidades.	**PRONTO USO**	**CX**	**100**	**R$ 74,49**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
114	Compressa de gaze hidrófila, tipo queijo, 100% algodão, sem fios soltos, isenta de impurezas e amido, alva, macia, rápida absorção, não estéril. Tamanho 91x91cm, com 4 dobras e 13 fios por cm². Rolo embalado individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de	**CLEAN**	**RL**	**150**	**R$ 20,37**	**L.R.F BATISTA – EPP.**

	fabricação, prazo de validade e número de registro no ministério de saúde atendendo a RDC 25 da ANVISA.					
122	Sonda de aspiração traqueal n° 6, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 0,58**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
123	Sonda de aspiração traqueal n° 8, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 0,58**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
124	Sonda de aspiração traqueal n° 10, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 1,08**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
125	Sonda de aspiração traqueal n° 12, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 0,64**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
126	Sonda de aspiração traqueal n° 14, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 1,08**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
127	Sonda de aspiração traqueal n°16, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 1,08**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
128	Sonda de aspiração traqueal n°18, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 1,08**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
129	Sonda de aspiração traqueal n°20, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 1,08**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
130	Sonda de aspiração traqueal n°22, descartável, atóxica, estéril, atraumática, siliconizada, maleável, transparente, orifícios distais lateralizados, conector universal, confeccionado em PVC. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**600**	**R$ 1,08**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
131	Fixador citológico spray composto de álcool etílico extrafino (95%), carbowax (2,5%) e propolente, indicado para fixação de esfregaços celular em lâmina, acondicionado em frascos spray contendo 100 ml. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade.	**CRALPLAST**	**FR**	**500**	**R$ 5,96**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
132	Gel clínico incolor para meios de contato, utilizado em ultrassonografia, eletrocardiograma. Inodoro e hipoalergênico não contêm sal e álcool em sua formulação para não danificar o equipamento. Consistência firme, não escorre, não gruda, não deixa resíduos na pele e fácil remoção. Embalagem individual de 5 kg trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**MULTIGEL**	**UN**	**25**	**R$ 16,78**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
148	Fixador pra raios-x, galão com 38 litros.	**DPC**	**GAL**	**40**	**R$ 260,61**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
151	Colar cervical de resgate M - o conjunto formará peça única na cor branca, confeccionado em polietileno de alta densidade com	**RESGATE SP**	**UN**	**30**	**R$ 14,15**	**L.R.F BATISTA – EPP.**

	espessura de 1,5 mm na parte frontal e posterior, com preenchimento em EVA ou similar com espessura de 5 mm, de modo a proporcionar conforto e segurança à vítima; Deverá ter resistência suficiente para manutenção da região cervical imobilizada, não permitindo a movimentação do pescoço, quando ajustado; Deverá possuir suporte mentoniano até a região pré-auricular; Deverá possuir uma grande abertura na parte frontal que possibilite checagem de pulso carotídeo, bem como cirurgia de liberação das vias aéreas; Deverá possuir 04 aberturas para ventilação no painel traseiro; Deverá possuir pino de referência dimensionador que permita verificar o tamanho que deverá ser usado no paciente; O colar deve ter resistência para suportar o peso da cabeça e impedir o movimento de sua extensão/flexão; Deverá ser totalmente radiolucente; O velcro será colorido nas condições do quadro abaixo para identificação do tamanho; Seguirá as medidas e a coloração do velcro, conforme identificado abaixo: Tamanho Médio: circunferência: 55,4 cm; altura anterior: 10,8 cm; altura posterior: 14,7 cm; Cor do velcro: laranja.					
152	Colar cervical de resgate G - o conjunto formará peça única na cor branca, confeccionado em polietileno de alta densidade com espessura de 1,5 mm na parte frontal e posterior, com preenchimento em EVA ou similar com espessura de 5 mm, de modo a proporcionar conforto e segurança à vítima; Deverá ter resistência suficiente para manutenção da região cervical imobilizada, não permitindo a movimentação do pescoço, quando ajustado; Deverá possuir suporte mentoniano até a região pré-auricular; Deverá possuir uma grande abertura na parte frontal que possibilite checagem de pulso carotídeo, bem como cirurgia de liberação das vias aéreas; Deverá possuir 04 aberturas para ventilação no painel traseiro; Deverá possuir pino de referência dimensionador que permita verificar o tamanho que deverá ser usado no paciente; O colar deve ter resistência para suportar o peso da cabeça e impedir o movimento de sua extensão/flexão; Deverá ser totalmente radiolucente; O velcro será colorido nas condições do quadro abaixo para identificação do tamanho; Seguirá as medidas e a coloração do velcro, conforme identificado abaixo: Tamanho Grande: circunferência: 55,4 cm; altura anterior: 12 cm; altura posterior: 14,7 cm; Cor do velcro: verde.	**RESGATE SP**	**UN**	**30**	**R$ 14,13**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
153	Bolsa para coleta de drenagem urinária por sistema fechado capacidade 2.000 ml; com escalas de graduação para pequenos e grandes volumes; coletor universal com ponto de coleta para amostra e tampa protetora; tubo extensor; alça de sustentação; pinça corta fluxo; apoio para deambulação; válvula antirreflexo; coldre (para acomodação de tubo de saída e tubo de drenagem).	**LABOR IMPORT**	**UN**	**500**	**R$ 2,71**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
157	Compressa de campo operatório, sem radiopaco, medindo 45 x 50, constituído de 4 camadas de gaze sobreposta, contendo 15 (8x7)fios por cm2 aproximadamente em cada camada, cor branca, bordas devidamente acabadas através do ponto overlok, formato retangular, provido de alça, cantos arredondados, peso 41/40g, embalada em pacote com 50 pecas e registro Ministério da Saúde.	**REAL MINAS**	**PC**	**150**	**R$ 63,00**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
160	Dreno de tórax nº 28- kit para drenagem mediastinal nº 28 composto por dreno de tórax em PVC atóxico transparente, flexível com 40 cm, multiperfurado, linha radiopaca, conector dreno x tubo peça única em dois adaptadores tipos luer, tubo extensor em PVC atóxico flexível, transparente com no mínimo 120 cm de comprimento, pinça corta fluxo tipo 8, frasco reservatório com capacidade para 2000ml (selo d'água - 250ml) graduado a cada 50ml. Tubo de mariot (interno com 20 cm). Tampa de vedação por rosque amento. Sistema de fixação ao leito por tubo plástico. Suporte para posicionamento vertical. Embalagem individual, estéril em papel grau cirúrgico com dados de identificação e registro no MS.	MEDSHARP	**KIT**	**02**	**R$ 28,63**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
172	Sonda vesical de demora tipo foley número 8: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG. MS e nº do lote.	**TOP MED**	**UN**	**150**	**R$ 2,98**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
173	Sonda vesical de demora tipo foley número 10: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG. MS e nº do lote.	**TOP MED**	**UN**	**150**	**R$ 2,87**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
184	Coletor urina adulto tipo saco com cordão 2000 ml. Coletor de urina sistema aberto compreendendo de bolsa plástica tipo saco, confeccionado em polietileno virgem especial, com marcação de volume graduada a cada 100 mL, local para anotação de dados do paciente, alça flexível tipo cordão para sustentação e manipulação do coletor, embalado em invólucro plástico totalmente selado. Embalagem em pacotes plásticos com impressão da marca e fabricante, dados de identificação, instruções de uso, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, de acordo com as normas instituídas pela ANVISA.	**MARKMED**	**UN**	**3.000**	**R$ 3,30**	**L.R.F BATISTA – EPP.**
185	Fralda descartável até 17 kg unissex, com flocos de gel superabsorventes distribuídos em camadas no núcleo de celulose, anatômica (que não deixa marcas), inodora, atóxica, com tira para vários ajustes na parte frontal, com elástico nas pernas. SICAM 41769.	**DESCARPACK**	**UN**	**5.000**	**R$ 0,70**	**L.R.F BATISTA – EPP.**

TABELA VII

LICITANTE: **MBR FERNANDES – ME.**
C.N.P.J.: 16.845.253/0001-04- TEL: (69)- 3443-5059.
ENDEREÇO: RUA ANÍSIO SERRÃO - Nº 1712, CENTRO, CACOAL – RO.
CEP: 76.963-852
NOME DO REPRESENTANTE: **MALAQUIAS BATISTA RIBEIRO FERNANDES.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA VII –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
22	Cateter tipo óculos nasal, neonatal, para oxigenoterapia, em PVC atóxico e flexível, prolongador em silicone, conexão nasal	**MARKMED**	**UN**	**300**	**R$ 2,00**	**MBR FERNANDES – ME.**

	arredondada e atraumática, extensão ajustável, descartável, estéril. Embalagem individual trazendo os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde.					
41	Fita hipoalérgica microporosa (MICROPORE) 100 mm x 10m confeccionado com substrato de não tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênica, finíssima espessura e excelente fixação na cor branca. Enrolada de maneira uniforme em carretel plástico protegido por cilindro. Embalado conforme a praxe do fabricante, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde, de qualidade igual ou superior à marca Cremer.	**CIEX**	**RL**	**600**	**R$ 6,76**	**MBR FERNANDES – ME.**
42	Cateter intravenoso periférico nº. 14 com dispositivo de segurança que protege o bisel da agulha, conforme portaria nº 939 de 18/11/2008 e NR 32, deverá possuir cânula transparente em poliuretano radiopaco e permitir uma inserção firme e controlada, ser flexível, apresentar parede fina, lisa e ponta levemente afunilada, flexível, com filtro hidrófobo na câmara de refluxo, com tampa plástica protetora, agulha em aço inox, bisel trifacetado, canhão de refluxo translúcido, estéril, descartável. Padronização de cores de acordo com NBR isso 10555-5. Embalagem em papel grau cirúrgica com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde. O prazo de validade mínimo deve ser de 12 meses a partir da data de entrega.	**POLYMED**	**UN**	**10.000**	**R$ 1,41**	**MBR FERNANDES – ME.**
43	Cateter intravenoso periférico nº. 16 com dispositivo de segurança que protege o bisel da agulha, conforme portaria nº 939 de 18/11/2008 e NR 32, deverá possuir cânula transparente em poliuretano radiopaco e permitir uma inserção firme e controlada, ser flexível, apresentar parede fina, lisa e ponta levemente afunilada, flexível, com filtro hidrófobo na câmara de refluxo, com tampa plástica protetora, agulha em aço inox, bisel trifacetado, canhão de refluxo translúcido, estéril, descartável. Padronização de cores de acordo com NBR isso 10555-5. Embalagem em papel grau cirúrgica com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde.	**POLYMED**	**UN**	**5.000**	**R$ 1,52**	**MBR FERNANDES – ME.**
73	Óleo de imersão uso para microscopia, aspecto físico líquido límpido, transparente, densidade 1,02 g/cm³ frasco 100 ml. Registro na ANVISA e certificado de boas práticas de fabricação.	**NEWPROV**	**FR**	**30**	**R$ 35,43**	**MBR FERNANDES – ME.**
78	Aparelho para verificação de glicose no sangue baseado em plataforma amperométrica (Biosensor) portátil, para uso hospitalar e domiciliar, com faixa de medição de valores entre 20 a 600 mg/dl, volume de amostra de 1 microlitro; oferecendo resultado da análise inferior a 10 segundos. Possui memória de 300 resultados com data e hora, médias de 7, 14 e 30 dias, porta serial para conectividade e transferência de dados no computador, sistema de codificação e/ou calibração através de chip de fácil manuseio. Unidade de leitura da glicose: mmol/l ou mg/dl*; Memória: até 300 testes; Temperatura de operação: 5 - 45º C; Umidade: 20 - 90%; Variação do hematócrito: 30 - 55%; Porta de saída de dados: 9.600 baud, 8 data bits, 1 stop bits, sem paridade. Dimensões aproximadas da tela do aparelho; Altura (cm): 3,25; Largura (cm): 3,5. Do produto: Altura (cm): 8,5; Largura (cm): 5,4; Profundidade (cm): 2,05; Peso (kg): 0,049. APARELHOS PARA VERIFICAÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE DEVEM SER COMPATÍVEIS COM AS TIRAS OU FITAS REAGENTES DE GLICEMIA CAPILAR DE ACORDO COM O ITEM 79. Aparelho de qualidade igual ou superior à marca On Call Plus.	**G-TECH**	**UN**	**50**	**R$ 45,84**	**MBR FERNANDES – ME.**
84	Óculos de proteção: Óculos em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Lente com tratamento antirrisco, proteção contra raios UVA e UVB e tratamento anti-embaçante. Com abas laterais de proteção e hastes com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário.	**SSPLUS**	**UN**	**100**	**R$ 3,88**	**MBR FERNANDES – ME.**
105	Tubo endotraqueal, nº 5,5 com CUFF e balão de alto volume e baixa pressão, em PVC flexível e macio, com faixa radiopaca em sua extensão, siliconizado, superfície lisa, anatômico, graduação em centímetros, conector de 15 mm, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde e atender a RDC 25 da ANVISA.	**VITALGOLD**	**UN**	**50**	**R$ 6,95**	**MBR FERNANDES – ME.**
135	Máscara de micro nebulização infantil - contendo máscara infantil de silicone, copinho (micro nebulizador) e extensão de 1,60m, ponteira verde para oxigênio.	**DARU**	**UN**	**100**	**R$ 5,19**	**MBR FERNANDES – ME.**
140	Clamp umbilical, confeccionado em material plástico atóxico. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, com data de validade e fabricação.	**WELLCLAMP**	**UN**	**100**	**R$ 0,40**	**MBR FERNANDES – ME.**
142	Filme para raios-x 15 x 40 caixa com 100 películas, de qualidade igual ou superior à marca fujifilm.	**FUJI**	**CX**	**20**	**R$ 126,93**	**MBR FERNANDES – ME.**
143	Filme para raios-x 18 x 24 caixa com 100 películas, de qualidade igual ou superior à marca fujifilm.	**FUJI**	**CX**	**30**	**R$ 86,00**	**MBR FERNANDES – ME.**
144	Filme para raios-x 24 x 30 caixa com 100 películas, de qualidade igual ou superior à marca fujifilm.	**FUJI**	**CX**	**50**	**R$ 142,02**	**MBR FERNANDES – ME.**
145	Filme para raios-x 30 x 40 caixa com 100 películas, de qualidade igual ou superior à marca fujifilm.	**FUJI**	**CX**	**50**	**R$ 239,00**	**MBR FERNANDES – ME.**
146	Filme para raios-x 35 x 35 caixa com 100 películas, de qualidade igual ou superior à marca fujifilm.	**FUJI**	**CX**	**50**	**R$ 244,20**	**MBR FERNANDES – ME.**
147	Filme para raios-x 35 x 43 caixa com 100 películas, de qualidade igual ou superior à marca fujifilm.	**FUJI**	**CX**	**50**	**R$ 288,94**	**MBR FERNANDES – ME.**
150	Colar cervical de resgate P - o conjunto formará peça única na cor branca, confeccionado em polietileno de alta densidade com espessura de 1,5 mm na parte frontal e posterior, com preenchimento em EVA ou similar com espessura de 5 mm, de modo a proporcionar conforto e segurança à vítima; Deverá ter resistência suficiente para manutenção da região cervical imobilizada, não permitindo a	**RESGATEB SP**	**UN**	**25**	**R$ 16,59**	**MBR FERNANDES – ME.**

	movimentação do pescoço, quando ajustado; Deverá possuir suporte mentoniano até a região pré-auricular; Deverá possuir uma grande abertura na parte frontal que possibilite checagem de pulso carotídeo, bem como cirurgia de liberação das vias aéreas; Deverá possuir 04 aberturas para ventilação no painel traseiro; Deverá possuir pino de referência dimensionador que permita verificar o tamanho que deverá ser usado no paciente; O colar deve ter resistência para suportar o peso da cabeça e impedir o movimento de sua extensão/flexão; Deverá ser totalmente radiolucente; O velcro será colorido nas condições do quadro abaixo para identificação do tamanho; Seguirá as medidas e a coloração do velcro, conforme identificado abaixo: Tamanho Pequeno: circunferência: 55 cm; altura anterior: 10,3 cm; altura posterior: 14 cm; Cor do velcro: azul royal.					
155	Mascara n95 - mascara de proteção descartável; classificação n95; suas condições deverão atender plenamente a norma NBR 13698; apresentação em material que garanta a perfeita integridade do produto, rotulagem respeitando a legislação vigente, e com certificado de aprovação do ministério do trabalho.	**KSN**	**UN**	**500**	**R$ 3,99**	**MBR FERNANDES – ME.**
156	Compressa de gaze Hidrófila 7,5 X 7,5 com 13 fios, não estéril. Características: confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30 cm quando abertas. Cor branca, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Dobradas para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfia mento, isento de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embaladas em pacote plástico com 500 unidades, constando externamente os dados de identificação e procedência, sem fios radiopacos e demais características conforme ABNT.	**CLEAN**	**PC**	**3.000**	**R$ 12,99**	**MBR FERNANDES – ME.**
158	Dreno de tórax nº 24 - kit para drenagem mediastinal nº 24 composto por dreno de tórax em PVC atóxico transparente, flexível com 40 cm, multiperfurado, linha radiopaca, conector dreno x tubo peça única em dois adaptadores tipos luer, tubo extensor em PVC atóxico flexível, transparente com no mínimo 120 cm de comprimento, pinça corta fluxo tipo 8, frasco reservatório com capacidade para 2000ml (selo d'água - 250ml) graduado a cada 50ml. Tubo de mariot (interno com 20 cm). Tampa de vedação por rosque amento. Sistema de fixação ao leito por tubo plástico. Suporte para posicionamento vertical. Embalagem individual, estéril em papel grau cirúrgico com dados de identificação e registro no MS.	**MEDSHARP**	**KIT**	**02**	**R$ 28,46**	**MBR FERNANDES – ME.**
159	Dreno de tórax nº 26 - kit para drenagem mediastinal nº 26 composto por dreno de tórax em PVC atóxico transparente, flexível com 40 cm, multiperfurado, linha radiopaca, conector dreno x tubo peça única em dois adaptadores tipos luer, tubo extensor em PVC atóxico flexível, transparente com no mínimo 120 cm de comprimento, pinça corta fluxo tipo 8, frasco reservatório com capacidade para 2000ml (selo d'água - 250ml) graduado a cada 50ml. Tubo de mariot (interno com 20 cm). Tampa de vedação por rosque amento. Sistema de fixação ao leito por tubo plástico. Suporte para posicionamento vertical. Embalagem individual, estéril em papel grau cirúrgico com dados de identificação e registro no MS.	**MEDSHARP**	**KIT**	**02**	**R$ 28,44**	**MBR FERNANDES – ME.**
161	Dreno de tórax nº 34- kit para drenagem mediastinal nº 34 composto por dreno de tórax em PVC atóxico transparente, flexível com 40 cm, multiperfurado, linha radiopaca, conector dreno x tubo peça única em dois adaptadores tipos luer, tubo extensor em PVC atóxico flexível, transparente com no mínimo 120 cm de comprimento, pinça corta fluxo tipo 8, frasco reservatório com capacidade para 2000ml (selo d'água - 250ml) graduado a cada 50ml. Tubo de mariot (interno com 20 cm). Tampa de vedação por rosque amento. Sistema de fixação ao leito por tubo plástico. Suporte para posicionamento vertical. Embalagem individual, estéril em papel grau cirúrgico com dados de identificação e registro no MS.	**MEDSHARP**	**KIT**	**05**	**R$ 28,58**	**MBR FERNANDES – ME.**
162	Dreno de tórax nº 35- kit para drenagem mediastinal nº 35 composto por dreno de tórax em PVC atóxico transparente, flexível com 40 cm, multiperfurado, linha radiopaca, conector dreno x tubo peça única em dois adaptadores tipos luer, tubo extensor em PVC atóxico flexível, transparente com no mínimo 120 cm de comprimento, pinça corta fluxo tipo 8, frasco reservatório com capacidade para 2000ml (selo d'água - 250ml) graduado a cada 50ml. Tubo de mariot (interno com 20 cm). Tampa de vedação por rosque amento. Sistema de fixação ao leito por tubo plástico. Suporte para posicionamento vertical. Embalagem individual, estéril em papel grau cirúrgico com dados de identificação e registro no MS.	**MEDSHARP**	**KIT**	**05**	**R$ 29,99**	**MBR FERNANDES – ME.**
163	Dreno de tórax nº 36- kit para drenagem mediastinal nº 36 composto por dreno de tórax em PVC atóxico transparente, flexível com 40 cm, multiperfurado, linha radiopaca, conector dreno x tubo peça única em dois adaptadores tipos luer, tubo extensor em PVC atóxico flexível, transparente com no mínimo 120 cm de comprimento, pinça corta fluxo tipo 8, frasco reservatório com capacidade para 2000ml (selo d'água - 250ml) graduado a cada 50ml. Tubo de mariot (interno com 20 cm). Tampa de vedação por rosque amento. Sistema de fixação ao leito por tubo plástico. Suporte para posicionamento vertical. Embalagem individual, estéril em papel grau cirúrgico com dados de identificação e registro no MS.	**MEDSHARP**	**KIT**	**05**	**R$ 28,37**	**MBR FERNANDES – ME.**
164	Dreno de tórax nº 38- kit para drenagem mediastinal nº 38 composto por dreno de tórax em PVC atóxico transparente, flexível com 40 cm, multiperfurado, linha radiopaca, conector dreno x tubo peça única em dois adaptadores tipos luer, tubo extensor em PVC atóxico flexível, transparente com no mínimo 120 cm de comprimento, pinça corta fluxo tipo 8, frasco reservatório com capacidade para 2000ml (selo d'água - 250ml) graduado a cada 50ml. Tubo de mariot (interno com 20 cm). Tampa de vedação por rosque amento. Sistema de fixação ao leito por tubo plástico. Suporte para posicionamento vertical. Embalagem individual, estéril em papel grau cirúrgico com dados de identificação e registro no MS.	**MEDSHARP**	**KIT**	**05**	**R$ 28,33**	**MBR FERNANDES – ME.**
168	Glutaron pronto uso - glutaraldeido 2% utilizado na esterilização de artigos críticos e semicríticos hospitalares, odontológicos e laboratoriais, sensíveis ao calor. Galão plástico de 5.000 ml	**CINORD**	**GAL**	**50**	**R$ 119,89**	**MBR FERNANDES – ME.**
186	Esfigmomanômetro aneroide com pedestal (acompanhar manguitos adulto, infantil e obeso), mostrador quadrado com visor em acrílico ou policarbonato transparente; escala numeração e ponteiro em cor contrastante para fácil visualização; escala de 0 a 300mmhg; precisão de +/- 3,0 MMHG; cada aparelho deve ser acompanhado de um jogo de braçadeiras; suporte para braçadeira em chapa de metal ou outro material resistente; pedestal com ajuste de altura com 4 ou 5 rodízios, permitir giro de 360º. * braçadeiras: para compor aparelho de medir pressão sistólica e diastólica; composto de peça única em nylon resistente com fecho de velcro; com agente microbiano que ajuda a	**GTECH**	**UN**	**04**	**R$ 409,99**	**MBR FERNANDES – ME.**

	prevenir o desenvolvimento de bactéria os manguitos (braçadeiras) devem seguir a dimensão (aproximada) solicitada e vir acompanhado de conectores; braçadeira e manguito livre de látex; pera com válvula em metal tipo rosca para seleção de carga e descarga, 2 tubos, sem emendas, compatível com o equipamento. Composição de cada jogo: 1 unidade de braçadeira adulto pequeno com medidas aproximadas 20 x 27 cm. 1 unidades de braçadeira adulto normal com medidas aproximadas 25,3 x 34,3 cm. 1 unidade de braçadeira adulto obeso com medidas aproximadas 32,1 x 43,4 cm. Registro no ministério da saúde; b. selo de conformidade INMETRO; c. certificado de calibração; de boas práticas de fabricação (RDC 59); portaria INMETRO nº 153, de 12 de agosto de 2005 – regulamento técnico metrológico referente à esfigmomanômetro mecânicos; f. embalado individualmente contendo os dados de identificação, procedência, data de fabricação, nº lote. Catalogo e manual de instrução em língua portuguesa. Garantia mínima de 12 (doze) meses.					
188	Máscara facial sistema venturi infantil/pediátrica indicada para fornecer oxigênio em fluxos programados, evitando dosagens nocivas e facilitando o desmame do oxigênio. Possui um sistema de válvulas para diferentes concentrações de Fração Inspirada de Oxigênio (FIO2): 1- Azul: 24% - 4l/min; 2- Branca: 28% - 4l/min; 3- Laranja: 31% - 6l/min; 4- Amarelo: 35% - 8l/min; 5- Vermelho: 40% - 8l/min; 6- Rosa: 50% - 12l/min. Além disso, possui copo conector para micro nebulização, sendo possível a realização de terapia medicamentosa durante a oxigênio terapia. Itens inclusos: Máscara pediátrica com elástico; traqueia; 6 válvulas para diferentes concentrações de oxigênio; extensão de oxigênio 2,10m; copo adaptador para micro nebulização. Validade indeterminada; Reg. ANVISA.	**MD**	**KIT**	**20**	**R$ 21,39**	**MBR FERNANDES – ME.**
189	Máscara venturi adulto indicada para fornecer oxigênio em fluxos programados, evitando dosagens nocivas e facilitando o desmame do oxigênio. Possui um sistema de válvulas para diferentes concentrações de Fração Inspirada de Oxigênio (FIO2): 1- Azul: 24% - 4l/min; 2- Branca: 28% - 4l/min; 3- Laranja: 31% - 6l/min; 4- Amarelo: 35% - 8l/min; 5- Vermelho: 40% - 8l/min; 6- Rosa: 50% - 12l/min. Possui copo conector para micro nebulização, sendo possível a realização de terapia medicamentosa durante a oxigênio terapia. Itens inclusos: Máscara adulto com elástico; traqueia; 6 válvulas para diferentes concentrações de oxigênio; extensão de oxigênio 2,10m; Copo adaptador para micro nebulização. Composição: Máscara em PVC com clip metálico nasal ajustável e elástico para fixação; os diluidores são fabricados em polipropileno; produto livre de látex. Validade indeterminada; Reg. ANVISA.	**MD**	**KIT**	**50**	**R$ 22,60**	**MBR FERNANDES – ME.**
190	Colchão forrado de courvin ou assemelhado espuma de ótima qualidade densidade d28, ideal para uso hospitalar, capa; confeccionadas em pvc ou courvim, com ilhós em pvc para respiro e zíper, soldadas eletronicamente, evita entrada de líquido e contaminação, de fácil colocação, pode ser lavada e esterilizada. Para camas com dimensões; 2,00m comprimento x 0,80m largura.	**PEGASUS**	**UN**	**10**	**R$ 388,99**	**MBR FERNANDES – ME.**
194	Papel grau cirúrgico e polipropileno 30 cm x 100 m papel grau cirúrgico com gramatura de no mínimo 60g/m² e filme laminado poliéster/ polipropileno, permeável ao vapor e ao ar, medida 30 cm x 100 metros, resistente ao vapor saturado sob pressão, impermeável ao micro-organismo, isento de alvejantes ou corantes, resistente a rasgos, porosidade controlada, sistema de selagem tripla, indicador de sentido correto de abertura da embalagem. Indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Apresentação – rolos ou bobinas. Apresentado em conformidade com a ABNT NBR 14990; acondicionado em embalagem apropriada.	**CIPAMED**	**ROLO/BOBINA**	**20**	**R$ 122,69**	**MBR FERNANDES – ME.**

TABELA VIII

LICITANTE: **OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
C.N.P.J.: 27.130.979/0001-79- TEL: (54)- 3523-2059
ENDEREÇO: RUA DIRCEU JOSÉ FELIPETTI - Nº 29, CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE – RS.
CEP: 99.740-000
NOME DO REPRESENTANTE: **CLAUDIO LUCAS ODY**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA VIII –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
06	Agulha descartável hipodérmica, calibre 13x4.5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação).	**SR**	**UN**	**10.000**	**R$ 0,06**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
11	ALGODÃO HIDROFÍLICO COM 500 GRAMAS, elaborado com fibras 100% algodão, alvejado e isento de impurezas, substâncias gordurosas, amido e alvejantes ópticos, inodoro e insípido. Não estéril. Apresentados em mantas uniformes e homogêneas, macio, envolvido em papel especial em toda a sua extensão e embalado em sacos plásticos.	**MELHORMED**	**RL**	**500**	**R$ 8,80**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
18	Coletor material perfuro cortante, capacidade 7,0 litros, confeccionado em papel incinerável, cor amarela. Acompanhado de saco plástico, com instruções de montagem e uso impressas externamente, cinta em material resistente às perfurações, alça para transporte fixa ao coletor, tampa fixa ao coletor, bocal com abertura que facilite o descarte de material e linha que apresente o limite máximo de enchimento. Fabricado de acordo com a NR 32 (MTE), constando externamente a simbologia de material infectante conforme NBR 7500. Devendo atender as normas NBR 13853, RDC 306, CONAMA 358.	**DESCARBOX**	**UN**	**400**	**R$ 2,40**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
19	Coletor material perfuro cortante, capacidade 13,0 litros, confeccionado em papel incinerável, cor amarela. Acompanhado de saco plástico, com instruções de montagem e uso impressas externamente, cinta em material resistente às perfurações, alça para transporte fixa ao coletor, tampa fixa ao coletor, bocal com abertura que facilite o descarte de material e linha que apresente o limite máximo de enchimento. Fabricado de acordo com a NR 32 (MTE), constando externamente a simbologia de material infectante conforme	**DESCARBOX**	**UN**	**500**	**R$ 2,94**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**

	NBR 7500. Deve atender as normas NBR 13853, RDC 306, CONAMA 358.					
20	Coletor material perfuro cortante, capacidade 20,0 litros, confeccionado em papel incinerável, cor amarela. Acompanhado de saco plástico, com instruções de montagem e uso impressas externamente, cinta em material resistente às perfurações, alça para transporte fixa ao coletor, tampa fixa ao coletor, bocal com abertura que facilite o descarte de material e linha que apresente o limite máximo de enchimento. Fabricado de acordo com a NR 32 (MTE), constando externamente a simbologia de material infectante conforme NBR 7500. Devendo atender as normas NBR 13853, RDC 306, CONAMA 358.	**DESCARBOX**	**UN**	**2.000**	**R$ 4,45**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
26	Equipo multivias 2 vias, dispositivo para administração de medicamentos/soluções; possui 2 conectores luer lock fêmea universais com tampas; tubo flexível e transparente em PVC de 60 mm de comprimento; 2 clamp corta fluxo; conector 2 vias, um conector luer slip macho universal com protetor embalado individualmente em papel grau cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde, conforme NBR 14041/1998.	**SOLIDOR**	**UN**	**1.000**	**R$ 0,71**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
27	Esparadrapo Impermeável branco 100 mm x 4,5m composto de tecido 100% algodão com tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfia mento, com massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resina, de excelente fixação, flexibilidade, resistência e impermeabilidade, com bordas serrilhadas que favorecem o corte orientado. Indicado para diversos usos como fixação de curativos, sondas, drenos, cateteres, dispositivos de infusão intravenosa, bandagens, janelas em aparelhos gessados, aparelhos extensores ortopédicos (tração cutânea) etc. Enrolado em carretéis plásticos, com abas, protegidos também por capas, que mantém a integridade do produto trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no Ministério de Saúde, de qualidade igual ou superior à marca Cremer.	**ADPELE**	**UN**	**3.600**	**R$ 4,98**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
34	Fio de Nylon monofilamento preto nº 0, fio com 45 cm de comprimento, com agulha aço inox 3/8 círculo cortante 2,0cm (20 mm), agulha siliconizada, que permite uma penetração suave na pele do paciente, atóxico, não-pirogênico, de uso único, esterilizado em Raio Gama. Agulhas inspecionadas individualmente quanto à ponta, lubrificação e fixação para garantir punção fácil e segura, embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, sendo que a embalagem primária trata-se de envelope metalizado internamente, garantindo a integridade do fio. Possui resistência à tração e resistência ao nó, atendendo a norma NBR 13904 e Portaria INMETRO nº. 157/2002 e com Registro ANVISA e prazo de validade de 05 anos, após a data de fabricação. Caixa com 24 unidades.	**PROCARE**	**CX**	**60**	**R$ 24,00**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
35	Fio de Nylon monofilamento preto nº 2-0, fio com 45 cm de comprimento, com agulha aço inox 3/8 círculo cortante 2,0cm (20 mm), agulha siliconizada, que permite uma penetração suave na pele do paciente, atóxico, não-pirogênico, de uso único, esterilizado em Raio Gama. Agulhas inspecionadas individualmente quanto à ponta, lubrificação e fixação para garantir punção fácil e segura, embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, sendo que a embalagem primária trata-se de envelope metalizado internamente, garantindo a integridade do fio. Possui resistência à tração e resistência ao nó, atendendo a norma NBR 13904 e Portaria INMETRO nº. 157/2002 e com Registro ANVISA e prazo de validade de 05 anos, após a data de fabricação. Caixa com 24 unidades.	**PROCARE**	**CX**	**100**	**R$ 25,00**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
36	Fio de Nylon monofilamento preto nº 3-0, fio com 45 cm de comprimento, com agulha aço inox 3/8 círculo cortante 2,0cm (20 mm), agulha siliconizada, que permite uma penetração suave na pele do paciente, atóxico, não-pirogênico, de uso único, esterilizado em Raio Gama. Agulhas inspecionadas individualmente quanto à ponta, lubrificação e fixação para garantir punção fácil e segura, embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, sendo que a embalagem primária trata-se de envelope metalizado internamente, garantindo a integridade do fio. Possui resistência à tração e resistência ao nó, atendendo a norma NBR 13904 e Portaria INMETRO nº. 157/2002 e com Registro ANVISA e prazo de validade de 05 anos, após a data de fabricação. Caixa com 24 unidades.	**PROCARE**	**CX**	**100**	**R$ 24,00**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
37	Fio de Nylon monofilamento preto nº 4-0, fio com 45 cm de comprimento, com agulha aço inox 3/8 círculo cortante 2,0cm (20 mm), agulha siliconizada, que permite uma penetração suave na pele do paciente, atóxico, não-pirogênico, de uso único, esterilizado em Raio Gama. Agulhas inspecionadas individualmente quanto à ponta, lubrificação e fixação para garantir punção fácil e segura, embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, sendo que a embalagem primária trata-se de envelope metalizado internamente, garantindo a integridade do fio. Possui resistência à tração e resistência ao nó, atendendo a norma NBR 13904 e Portaria INMETRO nº. 157/2002 e com Registro ANVISA e prazo de validade de 05 anos, após a data de fabricação. Caixa com 24 unidades.	**PROCARE**	**CX**	**100**	**R$ 24,00**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
38	Fio de Nylon monofilamento preto nº 5-0, fio com 45 cm de comprimento, com agulha aço inox 3/8 círculo cortante 2,0cm (20 mm), agulha siliconizada, que permite uma penetração suave na pele do paciente, atóxico, não-pirogênico, de uso único, esterilizado em Raio Gama. Agulhas inspecionadas individualmente quanto à ponta, lubrificação e fixação para garantir punção fácil e segura, embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, sendo que a embalagem primária trata-se de envelope metalizado internamente, garantindo a integridade do fio. Possui resistência à tração e resistência ao nó, atendendo a norma NBR 13904 e Portaria INMETRO nº. 157/2002 e com Registro ANVISA e prazo de validade de 05 anos, após a data de fabricação. Caixa com 24 unidades.	**PROCARE**	**CX**	**50**	**R$ 24,00**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
39	Fio de Nylon monofilamento preto nº 6-0, fio com 45 cm de comprimento, com agulha aço inox 3/8 círculo cortante 2,0cm (20 mm), agulha siliconizada, que permite uma penetração suave na pele do paciente, atóxico, não-pirogênico, de uso único, esterilizado em Raio Gama. Agulhas inspecionadas individualmente quanto à ponta, lubrificação e fixação para garantir punção fácil e segura, embalados individualmente em Papel Grau Cirúrgicos, sendo que a embalagem primária trata-se de envelope metalizado internamente, garantindo a integridade do fio. Possui resistência à tração e resistência ao nó, atendendo a norma NBR 13904 e Portaria INMETRO nº. 157/2002 e com Registro ANVISA e prazo de validade de 05 anos, após a data de fabricação. Caixa com 24 unidades.	**PROCARE**	**CX**	**50**	**R$ 24,00**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**

44	Cateter intravenoso periférico nº. 18 com dispositivo de segurança que protege o bisel da agulha, conforme portaria nº 939 de 18/11/2008 e NR 32, deverá possuir cânula transparente em poliuretano radiopaco e permitir uma inserção firme e controlada, ser flexível, apresentar parede fina, lisa e ponta levemente afunilada, flexível, com filtro hidrófobo na câmara de refluxo, com tampa plástica protetora, agulha em aço inox, bisel trifacetado, canhão de refluxo translúcido, estéril, descartável. Padronização de cores de acordo com NBR isso 10555-5. Embalagem em papel grau cirúrgica com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde.	**LABORIMPORT**	**UN**	**5.000**	**R$ 1,80**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
45	Cateter intravenoso periférico nº. 20 com dispositivo de segurança que protege o bisel da agulha, conforme portaria nº 939 de 18/11/2008 e NR 32, deverá possuir cânula transparente em poliuretano radiopaco e permitir uma inserção firme e controlada, ser flexível, apresentar parede fina, lisa e ponta levemente afunilada, flexível, com filtro hidrófobo na câmara de refluxo, com tampa plástica protetora, agulha em aço inox, bisel trifacetado, canhão de refluxo translúcido, estéril, descartável. Padronização de cores de acordo com NBR isso 10555-5. Embalagem em papel grau cirúrgica com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde.	**LABORIMPORT**	**UN**	**7.500**	**R$ 1,80**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
46	Cateter intravenoso periférico nº. 22 com dispositivo de segurança que protege o bisel da agulha, conforme portaria nº 939 de 18/11/2008 e NR 32, deverá possuir cânula transparente em poliuretano radiopaco e permitir uma inserção firme e controlada, ser flexível, apresentar parede fina, lisa e ponta levemente afunilada, flexível, com filtro hidrófobo na câmara de refluxo, com tampa plástica protetora, agulha em aço inox, bisel trifacetado, canhão de refluxo translúcido, estéril, descartável. Padronização de cores de acordo com NBR isso 10555-5. Embalagem em papel grau cirúrgica com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde.	**LABORIMPORT**	**UN**	**7.500**	**R$ 1,85**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
47	Cateter intravenoso periférico nº. 24 com dispositivo de segurança que protege o bisel da agulha, conforme portaria nº 939 de 18/11/2008 e NR 32, deverá possuir cânula transparente em poliuretano radiopaco e permitir uma inserção firme e controlada, ser flexível, apresentar parede fina, lisa e ponta levemente afunilada, flexível, com filtro hidrófobo na câmara de refluxo, com tampa plástica protetora, agulha em aço inox, bisel trifacetado, canhão de refluxo translúcido, estéril, descartável. Padronização de cores de acordo com NBR isso 10555-5. Embalagem em papel grau cirúrgica com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde.	**LABORIMPORT**	**UN**	**5.000**	**R$ 1,85**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
55	Luva cirúrgica, látex natural, camada interna poliuretano, tamanho 7.0, estéril, baixos níveis proteína, sem aditivos químicos, hipoalergênica, alta resistência e sensibilidade, descartável, anatômico, embalagem individual, abertura asséptica.	**MAXITEX**	**PAR**	**1.000**	**R$ 1,01**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
56	Luva cirúrgica, látex natural, camada interna poliuretano, tamanho 7.5, estéril, baixos níveis proteína, sem aditivos químicos, hipoalergênica, alta resistência e sensibilidade, descartável, anatômico, embalagem individual, abertura asséptica.	**MAXITEX**	**PAR**	**1.000**	**R$ 1,01**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
57	Luva cirúrgica, látex natural, camada interna poliuretano, tamanho 8.0, estéril, baixos níveis proteína, sem aditivos químicos, hipoalergênica, alta resistência e sensibilidade, descartável, anatômico, embalagem individual, abertura asséptica.	**MAXITEX**	**PAR**	**1.000**	**R$ 1,01**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
58	Luva cirúrgica, látex natural, camada interna poliuretano, tamanho 8.5, estéril, baixos níveis proteína, sem aditivos químicos, hipoalergênica, alta resistência e sensibilidade, descartável, anatômico, embalagem individual, abertura asséptica.	**MAXITEX**	**PAR**	**1.000**	**R$ 1,01**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
66	Seringa descartável de 1 ml com agulha 13x4,5 para insulina, em plástico, com cilindro transparente, siliconizada, escala para pequenos volumes, com alto grau de precisão, rolha em borracha na extremidade próxima ao êmbolo, com anel de retenção, descartável, estéril, aterogênica, atóxica. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde. Atendendo a RDC 25 da ANVISA. Caixa com 100 Unidades.	**SR**	**CX**	**300**	**R$ 16,30**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
67	Escalpe material tubo PVC cristal leve e flexível, tratamento superficial asas leves, flexíveis, conector luer cônico rígido, calibre 19 G, tipo cânula aço inox, siliconizada, atraumática, paredes, esterilidade estéril, tipo uso descartável, características adicionais bisel trifacetado, tampa protetora, bainha proteção, acessórios componentes soldados, identificação cor universal e registro do Ministério da Saúde.	**SOLIDOR**	**UN**	**6.000**	**R$ 0,18**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
68	Escalpe material tubo PVC cristal flexível, tratamento superficial asas leves, flexíveis, conector luer cônico rígido, calibre nº 21, tipo cânula inox, silicone, atraumática, parede fina, esterilidade estéril, tipo uso descartável, características adicionais bisel trifacetado, tampa protetora, bainha proteção, acessórios componentes soldados, identificação cor universal e registro do Ministério da Saúde.	**SOLIDOR**	**UN**	**15.000**	**R$ 0,18**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
69	Escalpe material tubo PVC cristal flexível, tratamento superficial asas leves, flexíveis, conector luer cônico rígido, calibre nº 23, tipo cânula inox, silicone, atraumática, parede fina, esterilidade estéril, tipo uso descartável, características adicionais bisel trifacetado, tampa protetora, bainha proteção, acessórios componentes soldados, identificação cor universal e registro do Ministério da Saúde.	**SOLIDOR**	**UN**	**15.000**	**R$ 0,18**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
70	Escalpe material tubo PVC cristal flexível, tratamento superficial asas leves, flexíveis, conector luer cônico rígido, calibre nº 25, tipo cânula	**SOLIDOR**	**UN**	**15.000**	**R$ 0,18**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES**

	inox, silicone, atraumática, parede fina, esterilidade estéril, tipo uso descartável, características adicionais bisel trifacetado, tampa protetora, bainha proteção, acessórios componentes soldados, identificação cor universal e registro do Ministério da Saúde.					**LTDA – EPP.**
71	Escalpe material tubo PVC cristal flexível, tratamento superficial asas leves, flexíveis, conector luer cônico rígido, calibre nº 27, tipo cânula inox, silicone, atraumática, parede fina, esterilidade estéril, tipo uso descartável, características adicionais bisel trifacetado, tampa protetora, bainha proteção, acessórios componentes soldados, identificação cor universal e registro do Ministério da Saúde.	**SOLIDOR**	**UN**	**5.000**	**R$ 0,18**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
115	Sonda uretral, n° 10, utilizada para alívio da bexiga. Possui tubo em PVC atóxico, flexível transparente, superfície lisa, com uma ponta arredondada, siliconizada, com 02 orifícios, central e lateral. Conector perfeitamente adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**4.000**	**R$ 0,40**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
116	Sonda uretral, n° 12, utilizada para alívio da bexiga. Possui tubo em PVC atóxico, flexível transparente, superfície lisa, com uma ponta arredondada, siliconizada, com 02 orifícios, central e lateral. Conector perfeitamente adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**4.000**	**R$ 0,40**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
117	Sonda uretral, n° 14, utilizada para alívio da bexiga. Possui tubo em PVC atóxico, flexível transparente, superfície lisa, com uma ponta arredondada, siliconizada, com 02 orifícios, central e lateral. Conector perfeitamente adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**4.000**	**R$ 0,40**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
118	Sonda uretral, n° 16, utilizada para alívio da bexiga. Possui tubo em PVC atóxico, flexível transparente, superfície lisa, com uma ponta arredondada, siliconizada, com 02 orifícios, central e lateral. Conector perfeitamente adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**600**	**R$ 0,45**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
119	Sonda uretral, n° 18, utilizada para alívio da bexiga. Possui tubo em PVC atóxico, flexível transparente, superfície lisa, com uma ponta arredondada, siliconizada, com 02 orifícios, central e lateral. Conector perfeitamente adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**400**	**R$ 0,40**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
120	Sonda uretral, n° 20, utilizada para alívio da bexiga. Possui tubo em PVC atóxico, flexível transparente, superfície lisa, com uma ponta arredondada, siliconizada, com 02 orifícios, central e lateral. Conector perfeitamente adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**300**	**R$ 0,50**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
121	Sonda uretral, n° 22, utilizada para alívio da bexiga. Possui tubo em PVC atóxico, flexível transparente, superfície lisa, com uma ponta arredondada, siliconizada, com 02 orifícios, central e lateral. Conector perfeitamente adaptável a seringas no lado distal do tubo com tampa. Esterilizado a óxido de etileno. Embalagem individual com apresentação em papel grau cirúrgico, selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data e validade de esterilização, data de fabricação e prazo de validade e número de registro no ministério de saúde, atendendo a RDC 25 da ANVISA.	**SOLIDOR**	**UN**	**200**	**R$ 0,45**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
138	Touca cirúrgica descartável branca confeccionada em falso tecido a base de fibras de polipropileno, hipoalérgica, branca, com elástico nas extremidades em formato redondo, embalado em caixa com 100 Unidades.	**TALGE**	**CX**	**30**	**R$ 5,30**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
171	Fralda descartável, para recém-nascido de até 4.0kg, tamanho PP, unissex, com flocos de gel superabsorventes distribuídos em camadas no núcleo de celulose, anatômica (que não deixa marcas), inodora, atóxica, com tira para vários ajustes na parte frontal, com elástico nas pernas. SICAM 41769.	**JARDIM**	**UN**	**2.400**	**R$ 0,90**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
174	Sonda vesical de demora tipo foley número 12: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do	**SOLIDOR**	**UN**	**200**	**R$ 2,40**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**

	fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG. MS e nº do lote.					
175	Sonda vesical de demora tipo foley número 14: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG.MS e nº do lote.	**SOLIDOR**	**UN**	**800**	**R$ 2,20**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
176	Sonda vesical de demora tipo foley número 16: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG. MS e nº do lote.	**SOLIDOR**	**UN**	**800**	**R$ 2,60**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
177	Sonda vesical de demora tipo foley número 18: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG. MS e nº do lote.	**SOLIDOR**	**UN**	**800**	**R$ 2,20**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
178	Sonda vesical de demora tipo foley número 20: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG. MS e nº do lote.	**SOLIDOR**	**UN**	**800**	**R$ 2,20**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
179	Sonda vesical de demora tipo foley número 22: Estéril, com 2 vias, de silicone, epirogênico, balão com capacidade de 5 a 10 ml, comprimento de 25 cm. Embalagem individual em papel grau cirúrgico ou filme termoplástico, abertura em pétala, seguridade de esterilização e manuseio, contendo identificação completa do fabricante e do produto, procedência, data de fabricação, validade, RG. MS e nº do lote.	**SOLIDOR**	**UN**	**500**	**R$ 2,20**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
191	Papel grau cirúrgico e polipropileno 10 cm x 100 m papel grau cirúrgico com gramatura de no mínimo 60g/m² e filme laminado poliéster/ polipropileno, permeável ao vapor e ao ar, medida 10 cm x 100 metros, resistente ao vapor saturado sob pressão, impermeável ao micro-organismo, isento de alvejantes ou corantes, resistente a rasgos, porosidade controlada, sistema de selagem tripla, indicador de sentido correto de abertura da embalagem. Indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Apresentação – rolos ou bobinas. Apresentado em conformidade com a ABNT NBR 14990; acondicionado em embalagem apropriada.	**HARBOMEDICAL**	**ROLO/BOBINA**	**100**	**R$ 39,00**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
192	Papel grau cirúrgico e polipropileno 15 cm x 100 m papel grau cirúrgico com gramatura de no mínimo 60g/m² e filme laminado poliéster/ polipropileno, permeável ao vapor e ao ar, medida 15 cm x 100 metros, resistente ao vapor saturado sob pressão, impermeável ao micro organismo, isento de alvejantes ou corantes, resistente a rasgos, porosidade controlada, sistema de selagem tripla, indicador de sentido correto de abertura da embalagem. Indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Apresentação – rolos ou bobinas. Apresentado em conformidade com a ABNT NBR 14990; acondicionado em embalagem apropriada.	**HARBOMEDICAL**	**ROLO/BOBINA**	**50**	**R$ 60,30**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**
193	Papel grau cirúrgico e polipropileno 20 cm x 100 m Papel grau cirúrgico com gramatura de no mínimo 60g/m² e filme laminado poliéster/ polipropileno, permeável ao vapor e ao ar, medida 20 cm x 100 metros, resistente ao vapor saturado sob pressão, impermeável ao micro-organismo, isento de alvejantes ou corantes, resistente a rasgos, porosidade controlada, sistema de selagem tripla, indicador de sentido correto 11 de abertura da embalagem. Indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Apresentação – rolos ou bobinas. Apresentado em conformidade com a ABNT NBR 14990; acondicionado em embalagem apropriada.	**HARBOMEDICAL**	**ROLO/BOBINA**	**30**	**R$**	**OPEN FARMA COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA – EPP.**

TABELA IX

LICITANTE: **TETHI COM. DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOP. EIRELI – ME.**
C.N.P.J.: 26.262.981/0001-39- TEL: (11) 2592-5900/2589-5400
ENDEREÇO: RAU DOIS, S/ Nº, QUADRA 08, LOTE 08, CIVIT I, SERRA – ES.
CEP: 29.168-030
NOME DO REPRESENTANTE: **FÁBIO CIRILO.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA IX –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
72	Termômetro clínico digital com graduação de no mínimo 32,0°c - 42,9°c graus Celsius, a prova d'água, alarme sonoro, memória da última leitura, indicador de bateria fraca e desligamento automático haste flexível emborrachada, registro de certificação no Inmetro.	**MEDEQCO**	**UN**	**30**	**R$ 7,99**	**TETHI COM. DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOP. EIRELI – ME.**
79	Tira de teste para dosagem de glicemia capilar em sangue venoso, capilar, arterial e neonatal. São indicadas tanto para uso pessoal quanto para uso profissional. Necessita de uma pequena gota de sangue (apenas 1 microlitro) para a realização do teste, possui sistema de aspiração. Dotada de 3 eletrodos que visam minimizar qualquer interferência nos resultados. O tempo máximo para apresentar o resultado é de 10 segundos. Embalagem segura e de fácil manuseio, com identificação de produto, data de fabricação, lote e validade. Acondicionada em caixas contendo 50 tiras e acompanhada de calibrador com código correspondente ao da tira. AS TIRAS OU FITAS REAGENTES DEVEM SER COMPATÍVEIS COM O APARELHO GLICOSÍMETRO FORNECIDO DE ACORDO COM O ITEM 78, APARELHO PARA VERIFICAÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE. De qualidade igual ou superior à marca On Call Plus.	**ON CALL PLUS**	**CX**	**200**	**R$ 24,95**	**TETHI COM. DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOP. EIRELI – ME.**

TABELA X

LICITANTE: **TOP NORTE COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR EIRELI – EPP.**
C.N.P.J.: 22.862.531/0001-26- TEL: (54) 3523-2028
ENDEREÇO: RUA JOSÉ BONIFÁCIO - Nº 531, CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE – RS.
CEP: 99.740-000
NOME DO REPRESENTANTE: **ADRIANA FÁTIMA GURALSKI.**

VENCEDORA DOS ITENS DA TABELA X –

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA DETENTORA DA A.R.P
165	Espéculo vaginal descartável para papa Nicolau tamanho: P, com porta laminas, caixa triangular de plástico (Kit completo, com escova, luvas, espátula, lamina com um lado fosco)	**KOLPLAST**	**KIT**	**1.200**	**R$ 1,49**	**TOP NORTE COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR EIRELI – EPP.**
166	Espéculo vaginal descartável para papa Nicolau tamanho: M, com porta laminas, caixa triangular de plástico (Kit completo, com escova, luvas, espátula, lamina com um lado fosco)	**KOLPLAST**	**KIT**	**1.500**	**R$ 1,63**	**TOP NORTE COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR EIRELI – EPP.**
167	Espéculo vaginal descartável para papa Nicolau Tamanho: G, com porta laminas, caixa triangular de Plástico (Kit completo, com escova, luvas, espátula, lamina com um lado fosco)	**KOLPLAST**	**KIT**	**600**	**R$ 1,88**	**TOP NORTE COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR EIRELI – EPP.**

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.
1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação no Diário Oficial, conforme previsto no § 3º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio os objetos referidos na Cláusula I, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no § 4º, do art. 15 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA III – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. A Administração e gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Decreto Municipal que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito desta Prefeitura.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1.A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão Gerenciador desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA V – DO PREÇO
1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado e estabelecido na cláusula I, fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a previsão do inc. III, § 3º, do art. 15 da Lei 8.666/93.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, além do preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
3. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas ao Pregão pela empresa detentora da presente ata.

CLÁUSULA VI – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
1. A entrega dos produtos se dará mediante emissão da nota de empenho emitida pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU, sempre que solicitado através de requisição emitida pelas Secretarias participantes do Registro de Preços, no prazo máximo de 30 (dez) dias após a solicitação.
2. O prazo para a assinatura do contrato é aquele estabelecido no edital.
3. Os mesmos deverão ser entregues no Almoxarifado da SEMSAU, sito à Avenida Maracanã, nº 1489, ao lado do Hospital de Pequeno Porte de Cujubim, Setor institucional, Cujubim – RO, no horário das 7:30 as 13:30 hs de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA VII – DO PAGAMENTO
1.Em todo(s) o(s) fornecimento(s), o pagamento será feito por crédito em conta corrente no Banco indicado pela licitante vencedora em sua proposta de preços, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente, a contar da data em que for apresentada a Nota Fiscal devidamente certificada pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
1. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizados nos termos do edital de Pregão e do Termo de Referência.
2. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega delas decorrente esteja prevista para data posterior a do seu vencimento.
3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto/serviço apresentado será devolvida à detentora para substituição no prazo máximo previsto no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
4. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal, a qual deverá espelhar as especificações e quantitativos fixados no contrato.
5. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais, sociais e trabalhistas) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da contratação objeto da presente Ata, assim definidos nas Normas Tributárias, serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.
6. A licitante vencedora declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra dos materiais e execução dos serviços, inclusive prestação do serviço de garantia, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
7. Além das condições e exigências constantes desta Cláusula, em cada fornecimento decorrente da presente ata deverão ser observadas as disposições constantes do Edital de Pregão em referência, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
8. A eventual reprovação dos materiais, em qualquer fase de seu fornecimento, não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a contratada da aplicação das penalidades previstas no Art. 87, da Lei nº. 8.666/93.
9. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Art. 7º, Lei 10.520/2002).
(Incisos XVII, XVIII, XIX e XX do Art. 11; Art. 86, 87 e 88 Lei 8.666/93).

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
I-Advertência;
II- **multa moratória** de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
III- **multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado recolhida no prazo de 15 dias.
IV-**declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir.
9.2 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-RO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
-ensejar o retardamento da execução do objeto deste termo de referência;
- não mantiver a proposta, injustificadamente;
- comportar-se de modo inidôneo
- fizer declaração falsa;
-cometer fraude fiscal;
-falhar ou fraudar na execução do contrato.
9.3 - A licitante vencedora estará sujeita as penalidades tratadas na condição anterior pelo descumprimento dos prazos e condições previstas neste Termo de Referência.
9.4 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capitulo IV da Lei de Licitações e Contratos – 8.666/1993.
9.5 - Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado aceito pela Administração, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
9.6 - As sanções de Advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Cujubim-Ro, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9.7 - A recusa sem motivo justificado do(s) convocado(s) em aceitar ou retirar o termo de contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas neste Termo.

CLÁUSULA X – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
1. Os preços informados pela licitante vencedora em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:
1.1. Pela Administração, quando:
1.1.1. As licitantes vencedoras não cumprirem as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
1.1.2. a(s) licitante(s) vencedora(s) não retirar (em) a nota de empenho ou assinar(em) o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua(s) justificativa(s);
1.1.3. a(s) licitante(s) vencedora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente ata de registro de preços;
1.1.4. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
1.1.5. por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
1.2. pela(s) licitante(s) vencedora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências desta ata de registro de preços;
1.2.1. a solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, pela administração, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
2.1. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) licitante(s) vencedora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente Senhor Prefeito, mediante emissão da nota de empenho a ser emitida pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cujubim.
2. Autorizadas às aquisições, será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.
3. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
1. Integram esta Ata o Edital de **Pregão Eletrônico Nº002/2018**, as propostas das empresas vencedoras que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 670/2017**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 002/2018**, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

CLAUDINEI PELIZZON
Gerente do – S.R.P

PEDRO MARCELO FERNANDES PEREIRA
Prefeito

Empresa(s) vencedora(s) do certame:

COVAN – Comércio Varejista E Atacadista Do Norte LTDA – EPP.
C.N.P.J.: 02.475.985/0001-37
Representante:
GESISBEL FERREIRA DOS SANTOS.

Cirurgica São Felipe Prod. Para Saúde LTDA –ME.
C.N.P.J.: 07.626.776/0001-60
Representante:
MARISTELA BELOTTO PELOZZO.

AMP Hospitalar EIRELI – ME.
C.N.P.J.: 16.698.619/0001-51
Representante:
ANTONIO PINTO DA COSTA.

Cyn Farma Distribuidora LTDA – ME.
C.N.P.J.: 10.541.396/0001-38.
Representante:
ESDRAS JUNIOR JARDIM.

Jamari Comércio De Empreendimentos LTDA – EPP.
C.N.P.J.: 13.287.059/0001-54
Representante:
CÉLIA REGINA DEINA.

L.R.F Batista – EPP.
C.N.P.J.: 19.859.630/0001-44
Representante:
LEANDRO RIBEIRO FERNANDES BATISTA.

MBR Fernandes – ME.
C.N.P.J.: 16.845.253/0001-04
Representante:
MALAQUIAS BATISTA RIBEIRO FERNANDES.

Open Farma Com. De Prod. Hospitalares LTDA – EPP.
C.N.P.J.: 27.130.979/0001-79
Representante:
CLAUDIO LUCAS ODY.

Tethi Com. De Artigos Médicos E Ortop. EIRELI – ME.
C.N.P.J.: 26.262.981/0001-39
Representante:
FÁBIO CIRILO.

Top Norte Com. De Mat. Medico Hospitalar EIRELI – EPP.
C.N.P.J.: 22.862.531/0001-26
Representante:
ADRIANA FÁTIMA GURALSKI.

Publicado por:
Claudinei Pelizzon
Código Identificador:ACEB61A9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 005/2018 PREGÃO ELETRONICO Nº: 006/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 005/2018
PREGÃO ELETRONICO Nº: 006/2018.

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO**, Pela presente ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO**, Estado de Rondônia, instituição pública de Direito Publico Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 63.761.944/0001-00, com sede na Av. Pedras brancas, nº 2673, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor João Alves Siqueira, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade RG 796.885 – SSP/ES, CPF nº: 940.318.657-87 residente e domiciliado em nesta cidade de Governador Jorge Teixeira/RO, neste ato representado pelo Pregoeiro o Senhor Douglas Almeida Ferreira, junto com o **GSRP**, Senhor André wilian Almeida Oliveira e equipe de apoio os senhores, Jean Carlos de Lima Moreira, Luzani Silveira de outro lado às empresas: **CARDOSO & SILVA MEDICAMENTOS LTDA – ME** inscrita no CNPJ nº: 21.324.430/0001-39, estabelecida AV. Afonso Pena, 4020 – Centro Teixeiropolis, Estado de Rondônia, tendo como representante o Sr. Davir Marcos Alves Cardoso, portador da Cédula de Identidade RG nº: 633845 SSP/RO e CPF sob nº: 620.193.092-20 e adjudicatária do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº: 009/2016, doravante denominadas CONTRATADA, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no Decreto Municipal nº 5.911/2015 e da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços, para eventual o REGISTRO DE PREÇOS, para Aquisição de fraldas Geriátrica descartáveis para atender os pacientes geriátricos e acamados**,** de acordo com as especificações constantes nos anexos I do termo de referência e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do processo nº. 162/2018.

1.1.1 Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2. 1 A presente Ata terá validade máxima de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação de seu extrato e no Diário Oficial dos Municípios, não prorrogável e, terá efeito enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, as Secretaria participantes do Município, qualquer órgão ou entidade pertencente à esta jurisdição (município), que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitando no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8666/93 e Decreto Municipal nº 5.911/2015 e demais legislação pertinente.

3.2 O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é relativo ao objeto especificado no Edital e no Anexo I, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 006/2018,** da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira.

3.3 Para cada material/produto de que trata esta Ata, serão observadas, enquanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRONICO Nº. 006/2018,** da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira– RO, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 O preço a ser pago por item, discriminados os valores dos produtos unitariamente, será constante da proposta apresentada, no já mencionado Pregão, pelas empresas conforme ordem de classificação, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá à **SETOR DE COMPRAS e UNIDADE GERENCIADORA DE REGISTRO DE PREÇOS**, o Srº: André Wilian Almeida Oliveira, no seu aspecto operacional, nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

5.1 Os preços registrados, a especificação dos materiais/produtos/serviços, os quantitativos, empresa fornecedora e representante legal, em ordem de classificação da proposta por Item, conforme a tabela abaixo:

EMPRESA DETENTORA: CARDOSO & SILVA MEDICAMENTOS LTDA – ME.						
Representante legal: Davir Marcos Alves Cardoso						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT**	**UNID**	**V.UNIT**	**V.TOTAL**	**Marca**
01	**Fralda geriátrica descartável tamanho P** , para uso adulto, tamanho pequeno, que atenda peso entre 30kg e 40kg, cintura de aproximadamente 50cm a 80cm, atóxica, elástica nas pernas, com faixa ajustável com fita adesiva permitindo abrir e fechar várias vezes. Núcleo de absorção com polímeros, embalado em embalagem plástica não transparente, que contenha as inscrições litografadas de marca e endereço do fabricante, telefone para contato, data de fabricação, data de validade, tamanho, medidas da cintura, quantidade, aplicação, composição e instruções de uso.	15.000	UND	R$ 0,68	R$ 10.200,00	DESCARPACK
02	**Fralda geriátrica tamanho M** para uso adulto, tamanho médio, que atenda peso entre 40kg e 70 kg, cintura de aproximadamente 80cm a 115cm, atóxica, elástica nas pernas, com faixa ajustável com fita adesiva permitindo abrir e fechar várias vezes. Núcleo de absorção com polímeros, embalado em embalagem plástica não transparente que contenha as inscrições litografadas de marca e endereço do fabricante, telefone para contato, data de fabricação, data de validade, tamanho, medidas da cintura, quantidade, aplicação, composição e instruções de uso.	15.000	UND	R$ 0,79	R$ 11.850,00	DESCARPACK
03	**Fralda geriátrica descartável tamanho G**, para uso adulto, tamanho grande, que atenda peso acima de 70 kg, cintura de aproximadamente 115cm a 150cm, atóxica, elástica nas pernas, com faixa ajustável com fita adesiva permitindo abrir e fechar várias vezes. Núcleo de absorção com polímeros, embalado em embalagem plástica não transparente, que contenha as inscrições litografadas de marca e endereço do fabricante, telefone para contato, data de fabricação, data de validade, tamanho, medidas de cintura, quantidade, aplicação, composição e instruções de uso.	20.000	UND	R$ 0,83	R$ 16.600,00	DESCARPACK
04	**Fralda geriátrica descartável tamanho XG** para uso adulto, tamanho extra grande, que atenda peso acima de 100kg, cintura acima de 150cm, atóxica, elástica nas pernas, com faixa ajustável com fita adesiva permitindo abrir e fechar várias vezes. Núcleo de absorção com polímeros, embalado em embalagem plástica não transparente, que contenha as inscrições litografadas de marca e endereço do fabricante, telefone para contato, data de fabricação, data de validade, tamanho, medidas de cintura, quantidade, aplicação, composição e instruções de uso.	20.000	UND	R$ 0,87	R$ 17.400,00	DESCARPACK
Valor Total R$ 56.050,00						

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO**(S) DE ATENDIMENTO:**

6.1. Prazo para entrega dos produtos: O fornecedor cujo preço estiver registrado em Ata, deverá entregar dos produtos, conforme solicitação das Secretaria solicitantes, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do comunicado pelo **CONTRATANTE,** para entrega no almoxarifado. Contrato de vigência prevista para 12 (doze) meses.

6.2. Local da entrega dos produtos: O produto será entregue no Hospital Municipal de Governador Jorge Teixeira, situado à Travessa Copaíba nº 2527, Centro, Governador Jorge Teixeira (RO), durante horário comercial sendo de segunda a quinta (manhã)7:30 ao 12:00hs e (tarde)14:00hs a 17e 30hs, bem como nas sextas feiras em horário 7:30 as 13:00hs. Ou em outro Horário se declarar situação de emergência.

6.3 A empresa efetuará os serviços objeto desta licitação, que estiver fora das especificações contidas na proposta ou que não atenda o padrão de qualidade exigido, ou em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a adquirente;

CLÁUSULA SETIMA - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:
7.1 A empresa detentora dos preços registrados poderá ser convidada a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2 Os produtos registrados neste instrumento serão efetuados através da Autorização de realização emitido pelo responsável da Secretaria Municipal, nos termos desta ata e do edital, que deverá conter: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data da realização.

7.4 Os licitantes registrados na presente Ata de Registro de Preços estão obrigados a fornecer quantitativos superiores aos registrados em função do direito de acréscimos de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Anexo I:

8.1.1 Fornecer os produtos dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo I, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

8.1.2 A licitante contratada fica obrigada a exigir as requisições dos servidores responsáveis pelo controle, solicitação, mediante requisição devidamente assinada pelo responsável da respectiva unidade administrativa.

8.1.3 Fornecer os produtos nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preço e nas condições inserida nas Notas de Empenho iniciais e seguintes e nas requisições emitidas pelas Secretarias Municipais.

8.1.4 Emitir as Notas Fiscais nos Prazos para faturamento, conforme exigência do Edital.

8.1.5 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **PREFEITURA**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência à **PREFEITURA**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.1.6 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **PREFEITURA**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

8.1.7 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.1.8 A falta de fornecimento dos produtos incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

8.1.9 Possibilitar a **PREFEITURA** efetuar vistoria nas instalações da **CONTRATADA** a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;

8.1.10 Comunicar imediatamente à **PREFEITURA** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.1.11 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.12 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **PREFEITURA;**

8.1.13 Indenizar terceiros e/ou a **PREFEITURA** mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.1.14 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a **PREFEITURA**, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo Máximo de 2 dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, da amostra, com o produto entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;

8.1.15 Prestar garantia dos bens fornecidos, compreendendo qualquer alteração nos produtos;

8.1.16 Providenciar, de imediato, por sua conta e sem ônus para a **PREFEITURA,** a correção ou substituição, a critério da **PREFEITURA**, dos produtos/materiais que apresentarem alterações durante o período de garantia;

8.1.17 Prestar assistência em todos os aspectos sobre eventual(is) contaminação(ões) originada(s) pela utilização de produtos que porventura estejam contaminados, vencidos ou com sua fórmula original adulterada e que venham causar danos a saúde dos usuários, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei;

8.1.18 Garantir entrega dos produtos sempre que necessário;

8.1.19 Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da **PREFEITURA**, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a aquisição dos produtos objeto do contrato;

8.1.20 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos produtos até o(s) local (is) de entrega;

8.1.21 Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número da Ata de Registro de Preços e nº. e data da Ordem de Fornecimento;

8.1.22 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) do(s) material(is) estimado(s) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da **PREFEITURA;**

8.1.23 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

9.1 - Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações das Unidades Administrativas, para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando sempre os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades.

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

9.3. - Designar preposto durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que seja necessário.

9.4 – Entregar os produtos e serviços objeto desta Ata, independentemente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.

9.5 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem sub-contratar qualquer parte do objeto da Ata, sem prévio consentimento, por escrito, das Unidades Administrativas.

9.6 E ainda:
I - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a **PREFEITURA** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

II - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à **PREFEITURA** por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas à **PREFEITURA,** que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente;
9.7 A **CONTRATADA** autoriza a **PREFEITURA** a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.8 a ausência ou omissão da fiscalização da **PREFEITURA** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas nesta Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

10.1 Solicitar a realização dos serviços, mediante requisição expedida e assinada pelo servidor responsável da respectiva unidade administrativa.

10.2 - Efetuar o pagamento pela realização dos serviços, na forma convencionada na Ata, desde que atendidas as formalidades previstas nesta Ata e no Edital.

10.3 Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos produtos/materiais registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento dos mesmos, notificando à Empresa, sobre as falhas, faltas e outras situações verificadas, determinando prazo para a regularização.

10.4 - Controlar as "Requisições de Fornecimento", relatando à empresa as eventuais ocorrências havidas no período de vigência do contrato, podendo solicitar documentação referente à procedência dos produtos ou análise sobre sua qualidade por Órgão Oficial ou a quem couber, sem ônus adicionais para a Unidade Administrativa/Secretaria.

10.5 Publicar a Ata de Registro de Preços, no Órgão Oficial de Imprensa, bem como naquele que a legislação dispuser.

10.6 promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado à empresa contratada mensalmente, conforme utilizado, através de ordem Bancária – ou por meio de cheque – em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A ou outra agencia devidamente cadastrada, até o 30(TRINTA) dias após cada mês vencido, ou, para o caso da integra da quantia empenhada, até o 30 dias após a entrega dos produtos e serviços, mediante a apresentação de notas fiscais, devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa, Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, "a", e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.2 O período de pagamento será fixado por esta unidade administrativa e, compreende ao período das requisições emitidas (utilizadas/fornecidas), sobre as quais será destacada a nota fiscal e a esta anexada, e será paga nos termos do subitem 12.1.
11.3 Para a realização do pagamento será observado o fiel cumprimento do fornecimento nas condições acordadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados nas "Requisições de Fornecimento".

11.4 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.6 Nenhum pagamento isentará o **FORNECEDOR** das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

12.1 A Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

12.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços Poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93.

12.3 No Caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na analise da solicitação dentre outros critérios, Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotado pelo Governo Federal.

12.4 Sendo Julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

12.5 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período e vedado ao fornecedor interromper o fornecimento enquanto aguarda o tramite do processo de revisão de preços.

12.6 A Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

12.7 Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.8 Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamento e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

12.9 Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – adequação econômico-financeira.

12.10 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA** para determinado Item.
12.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial dos Municípios e no Átrio de Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

13.1.1 Automaticamente:

a) por decurso do prazo de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados;

c) pela Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira quando caracterizado o interesse público.

13.1.2 a pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou de força maior.

13.1.3 por iniciativa da Prefeitura do Município de Governador Jorge Teixeira, quando:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou quantificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) não cumprir obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) não comparecer ou se recusar a entregar no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes;

13.2 O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo especifica, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
13.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, edital ou instrumentos obrigacional, caso não aceitas as razões do pedido.

13.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previsto, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

13.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço de fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
14.1 Correrão por conta exclusiva do **FORNECEDOR:**

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do
objeto desta Ata.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o **FORNECEDOR** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência ;
II) multa ;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com a **PREFEITURA**, por período não superior a 2(dois) anos;
IV) declaração de inidoneidade.

15.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à **PREFEITURA.**

15.3 **A CONTRATADA** sujeitar-se-á à multa de 0,30% (trinta décimos de por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

15.4 No caso de atraso na entrega do produtos/material por mais de 30 (trinta) dias, a multa será de 20% sobre o valor do contrato e poderá a **PREFEITURA**, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

15.5 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a **CONTRATADA** descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à **PREFEITURA**;

b) se a **CONTRATADA** sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para-fiscais; c) se a **CONTRATADA** tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

15.6 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da **CONTRATADA,** implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração **MUNICIPAL** e demais órgãos/entidades.
15.7 A falta de produto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a **CONTRATADA** das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata.

15.8 Ficará impedido de licitar e contratar com a administração púbica, pelo prazo de cinco anos, o licitante, que não celebrar o contrato dentro do prazo quando convocado, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, em conformidade com o Art. 7º da Lei 10.520/2002.

15.9 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ILÍCITOS PENAIS
6.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na norma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 A aquisição dos artigos de que trata o Edital ocorrerá por conta na previsão do Orçamento do Município para o exercício de 2018, na LDO e na Lei do Plano Plurianual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
18. 1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2018 e seus anexos e a proposta da empresa classificada para cada item.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **PREFEITURA;**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19.1 Para dirimir as questões oriundas deste contrato será competente a **COMARCA DE JARU – RO**

19.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Governador Jorge Teixeira/RO, 19 de Abril de 2018.

JOÃO ALVES SIQUEIRA
Prefeito Municipal

DOUGLAS ALMEIDA FERREIRA
Pregoeiro
Nº 027/GP/2017

JEAN CARLOS DE LIMA MOREIRA
Equipe de Apoio
Portaria nº 006/GP/2018

ANDRÉ WILIAN ALMEIDA OLIVEIRA
Presidente da GSRP
Portaria nº 006/GP/2018

LUZANI SILVEIRA
Equipe de Apoio
Portaria nº 006/GP/2018

Empresa Detentora:

Cardoso & Silva Medicamentos LTDA – ME
Representante o
SR. DAVIR MARCOS ALVES CARDOSO
CNPJ nº: 21.324.430/0001-39

Publicado por:
Douglas de Almeida Ferreira
Código Identificador:143EC0F4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2018

Aos **dezenove** dias do mês de Abril de 2018, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC/MF sob o n° 05.893.631/0001-09, com sede na Av.: XV de Novembro, n° 930, centro, nesta cidade, neste ato representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CÍCERO ALVES DE NORONHA FILHO,** com a interveniência das **Secretarias do Município**, e de outro a (s) empresa (s) **E. Roque Rodrigues**, representada (s) pelo (s) **Sr. Enedir Roque Rodrigues**, com sede na **Av.: Antônio Correia da Costa, nº 374 /** Bairro: **Centro** CNPJ nº **04.751.328/0001-09**, agência **0708**, conta corrente **002917-1** banco **Bradesco,** simplesmente denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo N° 2477/2017 e homologada à fl. **264,** Referente o Pregão Eletrônico nº 04/2018 para REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2018, para eventual e futura fornecimento ***de Aquisição de Ataúdes e Serviços Translado com ataúde***, em atendimento as necessidade da Secretaria municipal, e subsidiariamente a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e os Decretos Municipal nºs 10.523/GAB/PREF/17 e 6.396 GAB/PREF/11, consoante as seguintes cláusulas e condições.

1- DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Ata tem por objeto registrar preços para eventual e futura Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futuro fornecimento ***de Aquisição de Ataúdes e Serviços Translado com ataúde***, em atendimento as necessidade da Secretaria Municipal, conforme descrição, marcas e preços constantes da Proposta de Preços do Pregão Eletrônico n.º 04/2018, para Registro de Preços nº 03/2018.

2- DA VALIDADE DOS PREÇOS - CLÁUSULA SEGUNDA
2.1- A presente Ata de Registro de Preços terá **prazo de validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AROM.

2.2- Durante o prazo de vigência desta Ata, **O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM** não será obrigada a adquirir o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à (s) empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidas à (s) empresa (s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3- DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA TERCEIRA
3.1- Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participação deste certame, mediante prévia consulta AO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (órgão gerenciador) e anuência da (s) empresa (s), desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e nos Decretos Municipal nºs 10.523/GAB/PREF/17 e 6.396 GAB/PREF/11.
3.2- Caberá à (s) empresa(s) fornecedor (as) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3- Os órgãos usuários não serão obrigados a realizar a prestação dos serviços, ora registrados dos fornecedores constante da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4- DO REEQUILIBRIO OU REVISÃO DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA
4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO às necessárias negociações junto as Detentoras dos Preços Registrados.

4.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MUNICÍPIO devera:
a) Convocar a Detentora dos Preços Registrados visando à negociação para a redução de preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) Caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e
c) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

4.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o MUNICÍPIO poderá:
a) Liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e
b) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.
4.4. Não havendo êxito nas negociações, O **MUNICÍPIO** procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. O requerimento de que trata o **subitem 4.3** deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela Detentora dos Preços Registrados.

4.5.1. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a solicitação, tais como: requerimento com justificativa; lista de preços de fabricante; notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos; nota fiscal referente à compra do produto na época da realização do certame e a atual do fornecedor ou de concorrente; documentos que comprova transporte de mercadorias incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.

4.5.2. Junto com o requerimento, a Detentora dos Preços Registrados deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado, e demais comprovante que se mostrarem pertinente ao caso.

4.5.3. O **MUNICÍPIO**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à análise para reequilibrio ou revisão dos preços.

4.5.4. Os preços inicialmente registrados deverão permanecer inalterados, pelo período de validade da Ata de Registro de Preços, salvo a ocorrência devidamente comprovada de desequilíbrio de preços.

4.5.5. Os pedidos de atualização dos preços se necessário tal equilíbrio, só serão recebidos se a contratada comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme exigência do sub item 4.5.1 e 4.5.2.

4.5.6. O documento do fornecedor solicitando o reequilibrio econômico-financeiro será apreciado por Comissão de Negociação devidamente designada por autoridade competente e submetida também à Procuradoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município, para efeitos de parecer e análise.

4.5.7. As alterações decorrentes do reequilibrio e/ou revisão dos preços serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (AROM), e ficará disponibilizado em meio eletrônico na página do MUNICÍPIO durante toda vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5.8. É vedado à Detentora dos Preços Registros interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão ou reequilibrio de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções pré-definidas neste Edital.

5- DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DO (S) BEM (NS) - QUINTA
5.1. Serão fornecedoras dos objetos desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

5.2. A convocação para o fornecimento será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Fornecimento à Detentora dos Preços Registrados.

5.3. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

5.4. Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a Administração convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar o fornecimento e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, aplicando as faltosas às penalidades admitidas em lei e previstas neste Edital.

5.5. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.
5.6. O(s) fornecimento (s) dos objetos desta licitação deverá (ão) ser entregue (s) acompanhado(s) de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

5.7. A(s) licitante(s) detentora(s) da Ata de Registro de Preços ficará (ao) obrigada(s) quando for o caso a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.8. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade dos) fornecimento (s) não corresponder ao exigido nas requisições, ou nos processos oriundos deste, a detentora será chamada para, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Comissão de Gerenciamento da Ata e da Autoridade Competente.

6- DA FORMA DE ENTREGA - CLÁUSULA SEXTA
6.1 O início da prestação dos serviços, objeto da licitação, deverá ser realizado, conforme as necessidades, da secretaria participante;

6.2. O prazo para realização dos serviços, é no prazo não superior a **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da nota de empenho juntamente com a ordem de fornecimento emitida e assinada pelo responsável da Secretaria requisitante, conforme previsto no Termo de Referência (**ANEXO I DESTE EDITAL**);

6.3. O não atendimento do prazo fixado do **Termo de Referência** poderão implicar na aplicação das sanções definidas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os **produtos** não atendem as especificações do objeto licitado**,** poderá a Administração rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a futura contratada, a providenciar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, a substituição dos mesmos.
7- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA
7.1 – Os pagamentos serão realizados após o recebimento dos produtos, quando o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente, ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando-se ainda o cumprimento integral das disposições contidas neste Instrumento e seus anexos, após os autos serão encaminhados para fins de pagamento;

7.2 - Secretaria Municipal da Fazenda - SEMFAZ efetuara o pagamento até o 10° (décimo) dia útil, contados da data da liquidação da despesa.

7.3 – Para a execução do pagamento de que trata o item 7.1, a fornecedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO, CNPJ nº 05.893.631/0001-09, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

7.4- A empresa vencedora do certame licitatório deverá apresentar obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões constantes no **item 26.1.2** deste Edital demonstrando sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.5- Por ocasião do pagamento, será efetuada a retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS, de conformidade com a Legislação Vigente, bem como deverá observar se a contratada mantém todas as condições jurídicas que habilitaram no certame, ou seja, a comprovação de se encontra quites junto a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal e o INSS, FGTS.

8- CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR - CLÁUSULA OITAVA

8.1. A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:
a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) Não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, sem justificativa aceitável;
c) Não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
d) Tiver presentes razões de interesse público.

8.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa serão formalizados por despacho da Chefia de Gabinete/Órgão Gerenciador.

8.3. A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA

9.1. **Além das obrigações resultantes no Temo de referencia e da aplicação da Lei nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da detentora do registro:**

9.2 – A futura contratada deverá realizar a entrega do (s) serviço (s), **no prazo máximo de 10 (dez) dias,** contados da data de recebimento das respectivas Notas de Empenho;

9.3 – A futura contratada deverá comunicar ao SRP, sobre qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.4 – A futura contratada se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, à **PREFEITURA** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.

9.5 – A futura contratada deverá **assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais** e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados.

9.6 – A futura contratada deverá assumir a responsabilidade pelos **encargos fiscais e comerciais** resultantes da entrega dos produtos solicitados;

9.7 - A futura contratada deverá entregar os produtos dentro das especificações mínimas contidas neste instrumento, responsabilizando-se pela troca, no prazo de validade do item **6.4**, em caso de danificação do mesmo ou em suas embalagens, desde que a danificação na embalagem comprometa a qualidade no uso futuro do produto em questão, independente do motivo alegado, conforme parecer técnico da unidade solicitante;

9.8 - A inobservância ao disposto no item acima implicará o não pagamento à Contratada, até a sua regularização;

9.9 – Em caso de extravio dos materiais, antes de sua recepção, pelo contratante, a futura contratada deverá arcar com todas as despesas para entrega-los ao contratante.

9.10 – Em todo caso de devolução ou extravio de materiais, a futura contratada será responsável pelo pagamento fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

9.11 – A futura contratada deverá comunicar aos responsáveis pelo Almoxarifado Central da Prefeitura de Guajará-Mirim, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

9.12- A contratada deverá pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos licitados;

9.13- A contratada deverá manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

9.14 – A futura contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos serviços desta licitação, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

9.15- A contratada deverá fornecer todos os serviços licitados, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e disponibilizar serviços de boa qualidade, entendida de acordo com as especificações contidas no **Anexo II** deste Edital.

10- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - CLÁUSULA DÉCIMA

10.1 - Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação de serviço;

10.2 - Efetuar o pagamento da empresa vencedora em conformidade ao estabelecido neste Edital;

10.3 - Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço que a empresa vencedora for realizar fora das especificações deste Edital.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1 As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura do
Município de Guajará-Mirim, que tem como Projeto Atividade e elemento de Despesa da Secretaria envolvida conforme abaixo discriminado:

11.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMTAS

Projeto Atividade**: 2071-** Man. das Ativ. da SEMTAS.
Projeto Atividade**: 2088**- Man. das Ativ. Assist. Básica a Carentes.
Elemento de Despesa: **3.3.90.30.00** – Material de Consumo.
Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

12- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Sem prejuízo das penalidades contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou no Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos,aquele que:
a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;
b) deixar de entregar a documentação exigida neste Edital;
c) apresentar documentação falsa;
d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
e) não mantiver a proposta;
f) falhar ou fraudar na execução do objeto;
g) comportar-se de modo inidôneo;
h) fizer declaração falsa; e

i) cometer fraude fiscal.

12.2. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Registro de Preços, serão aplicadas a futura contratada que incorrer em inexecução total ou parcial da entrega do produto as penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e também aplicar-se-ão as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório:

12.2.1- Advertência, nos casos de: convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.2.2- Multas, nos casos de: não cumprimento do prazo de entrega do objeto licitado, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual; Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Guajará-Mirim poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato limitado a 10% do valor contratual; Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

12.2.3- **Suspensão** do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Guajará-Mirim, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

12.2.4 – **Declaração de Inidoneidade:** para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.2.5- Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

13- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - DÉCIMA TERCEIRA

13.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;

13.2 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes;

13.3 - A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão aos Decretos Municipais n°s 10.523/GAB/PREF/17 e 6.396 GAB/PREF/11, demais normas, complementares e disposições desta Ata e deste Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos;

13.4 - Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos, a este Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 04/2018 com SRP 03/2018 e a proposta da detentora.

13.5- Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.
Fica eleito o foro do Município de Guajará-Mirim para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. Lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor.

Guajará-Mirim, 19 de Abril de 2018.

CÍCERO ALVES DE NORONHA FILHO
Prefeito Municipal

NILTON DORADO PEREIRA
Presidente do SRP

EDENIR ROQUE RODRIGUES
Fornecedor:
E. Roque Rodrigues - ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018

No dia **19** do mês de **Abril** de 2018, na PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM – RO, foram registrados os preços das empresas abaixo identificadas, para eventual e futuro fornecimento ***de Aquisição de Ataúdes e Serviços Translado com ataúde***, em atendimento as necessidade da Secretaria Municipal, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico 04/2019 para Sistema de Registro de Preços n° 03/2018.

O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis da data de comunicação aos fornecedores.

O presente Registro de Preços terá a vigência até o dia **19** de **Abril** 2019.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**ATAÚDE ADULTO**, do modelo sextavado com caixa e tampa de madeira lisa, pintura fosca, compatíveis com as medidas do tipo de sepultamento com alça e materiais resistentes ao transporte do corpo, com forro e sem visor, com tamanho variando de 1,40 a 1,90 m ou	**UND**	**40**	URNAS VILHENA	**R$ 999,00**	**R$ 39.960,00**

	mais, com higienização e preparo do corpo para sepultamento.					
Valor Total: **Trinta e nove mil, novecentos e sessenta reais**						

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ATAÚDE INFANTIL, de até 12 anos, do modelo sextavado com caixa e tampa de madeira lisa, pintura fosca, compatíveis com as medidas do tipo de sepultamento com alça e materiais resistentes ao transporte do corpo, com forro e sem visor, com tamanho variando de 0,60m até 1,20m, com higienização e preparo do corpo para sepultamento.	**UND**	**20**	URNAS VILHENA	**R$ 599,00**	**R$ 11.980,00**
Valor Total: **Onze mil, novecentos e oitenta reais**						

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**ATAÚDE POPULAR**, sem visor para adulto, em madeira eucatex alça dura, forro em samilon e babado com acabamento externo em verniz, pintura em silk screen, na tampa, medida externa 1,90cm.	**UND**	**05**	URNAS VILHENA	**R$ 899,00**	**R$ 4.495,00**
Valor Total: **9mil, quatrocentos e noventa e cinco reais**						

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 03/2018

Aos **dezenove** dias do mês de Abril de 2018, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC/MF sob o n° 05.893.631/0001-09, com sede na Av.: XV de Novembro, n° 930, centro, nesta cidade, neste ato representada pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CÍCERO ALVES DE NORONHA FILHO,** com a interveniência das **Secretarias do Município**, e de outro a (s) empresa (s) **E. Roque Rodrigues**, representada (s) pelo (s) **Sr. Enedir Roque Rodrigues**, com sede na **Av.: Antônio Correia da Costa, nº 374 /** Bairro: **Centro** CNPJ nº **04.751.328/0001-09**, agência **0708**, conta corrente **002917-1** banco **Bradesco,** simplesmente denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo N° 2477/2017 e homologada à fl. **264,** Referente o Pregão Eletrônico nº 04/2018 para REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2018, para eventual e futura fornecimento ***de Aquisição de Ataúdes e Serviços Translado com ataúde***, em atendimento as necessidade da Secretaria municipal, e subsidiariamente a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 e os Decretos Municipal nºs 10.523/GAB/PREF/17 e 6.396 GAB/PREF/11, consoante as seguintes cláusulas e condições.

1- DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA
A presente Ata tem por objeto registrar preços para eventual e futura Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futuro fornecimento ***de Aquisição de Ataúdes e Serviços Translado com ataúde***, em atendimento as necessidade da Secretaria Municipal, conforme descrição, marcas e preços constantes da Proposta de Preços do Pregão Eletrônico n.º 04/2018, para Registro de Preços nº 03/2018.

2- DA VALIDADE DOS PREÇOS - CLÁUSULA SEGUNDA
2.1- A presente Ata de Registro de Preços terá **prazo de validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - AROM.

2.2- Durante o prazo de vigência desta Ata, **O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM** não será obrigada a adquirir o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à (s) empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. O MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidas à (s) empresa (s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3- DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA TERCEIRA
3.1- Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participação deste certame, mediante prévia consulta AO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (órgão gerenciador) e anuência da (s) empresa (s), desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e nos Decretos Municipal nºs 10.523/GAB/PREF/17 e 6.396 GAB/PREF/11.
3.2- Caberá à (s) empresa(s) fornecedor (as) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.3- Os órgãos usuários não serão obrigados a realizar a prestação dos serviços, ora registrados dos fornecedores constante da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação especifica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4- DO REEQUILIBRIO OU REVISÃO DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA
4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO às necessárias negociações junto as Detentoras dos Preços Registrados.

4.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o MUNICÍPIO devera:
a) Convocar a Detentora dos Preços Registrados visando à negociação para a redução de preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) Caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e
c) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

4.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o MUNICÍPIO poderá:
a) Liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e
b) Convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.
4.4. Não havendo êxito nas negociações, O **MUNICÍPIO** procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5. O requerimento de que trata o **subitem 4.3** deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela Detentora dos Preços Registrados.

4.5.1. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de documentos que comprovem a solicitação, tais como: requerimento com justificativa; lista de preços de fabricante; notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos; nota fiscal referente à compra do produto na época da realização do certame e a atual do fornecedor ou de concorrente; documentos que comprova transporte de mercadorias incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.

4.5.2. Junto com o requerimento, a Detentora dos Preços Registrados deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado, e demais comprovante que se mostrarem pertinente ao caso.

4.5.3. O **MUNICÍPIO**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à análise para reequilibrio ou revisão dos preços.

4.5.4. Os preços inicialmente registrados deverão permanecer inalterados, pelo período de validade da Ata de Registro de Preços, salvo a ocorrência devidamente comprovada de desequilíbrio de preços.

4.5.5. Os pedidos de atualização dos preços se necessário tal equilíbrio, só serão recebidos se a contratada comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, conforme exigência do sub item 4.5.1 e 4.5.2.

4.5.6. O documento do fornecedor solicitando o reequilibrio econômico-financeiro será apreciado por Comissão de Negociação devidamente designada por autoridade competente e submetida também à Procuradoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município, para efeitos de parecer e análise.

4.5.7. As alterações decorrentes do reequilibrio e/ou revisão dos preços serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (AROM), e ficará disponibilizado em meio eletrônico na página do MUNICÍPIO durante toda vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5.8. É vedado à Detentora dos Preços Registros interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão ou reequilibrio de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções pré-definidas neste Edital.

5- DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DO (S) BEM (NS) - QUINTA
5.1. Serão fornecedoras dos objetos desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as Empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar.

5.2. A convocação para o fornecimento será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Fornecimento à Detentora dos Preços Registrados.

5.3. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços.

5.4. Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a Administração convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar o fornecimento e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, aplicando as faltosas às penalidades admitidas em lei e previstas neste Edital.

5.5. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente, justificado e comprovado a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.
5.6. O(s) fornecimento (s) dos objetos desta licitação deverá (ão) ser entregue (s) acompanhado(s) de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho.

5.7. A(s) licitante(s) detentora(s) da Ata de Registro de Preços ficará (ao) obrigada(s) quando for o caso a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.8. Em cada fornecimento, se a quantidade e/ou qualidade dos) fornecimento (s) não corresponder ao exigido nas requisições, ou nos processos oriundos deste, a detentora será chamada para, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, fazer a devida substituição, ou completar o total, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital, e/ou rescisão da Ata, a critério da Comissão de Gerenciamento da Ata e da Autoridade Competente.

6- DA FORMA DE ENTREGA - CLÁUSULA SEXTA
6.1 O início da prestação dos serviços, objeto da licitação, deverá ser realizado, conforme as necessidades, da secretaria participante;

6.2. O prazo para realização dos serviços, é no prazo não superior a **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da nota de empenho juntamente com a ordem de fornecimento emitida e assinada pelo responsável da Secretaria requisitante, conforme previsto no Termo de Referência (**ANEXO I DESTE EDITAL**);

6.3. O não atendimento do prazo fixado do **Termo de Referência** poderão implicar na aplicação das sanções definidas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.4. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os **produtos** não atendem as especificações do objeto licitado**,** poderá a Administração rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a futura contratada, a providenciar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, a substituição dos mesmos.
7- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA
7.1 – Os pagamentos serão realizados após o recebimento dos produtos, quando o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente, ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando-se ainda o cumprimento integral das disposições contidas neste Instrumento e seus anexos, após os autos serão encaminhados para fins de pagamento;

7.2 - Secretaria Municipal da Fazenda - SEMFAZ efetuara o pagamento até o 10° (décimo) dia útil, contados da data da liquidação da despesa.

7.3 – Para a execução do pagamento de que trata o item 7.1, a fornecedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO, CNPJ nº 05.893.631/0001-09, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

7.4- A empresa vencedora do certame licitatório deverá apresentar obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões constantes no **item 26.1.2** deste Edital demonstrando sua regularidade fiscal e trabalhista.

7.5- Por ocasião do pagamento, será efetuada a retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS, de conformidade com a Legislação Vigente, bem como deverá observar se a contratada mantém todas as condições jurídicas que habilitaram no certame, ou seja, a comprovação de se encontra quites junto a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal e o INSS, FGTS.

8- CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR - CLÁUSULA OITAVA

8.1. A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:
a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) Não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, sem justificativa aceitável;
c) Não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
d) Tiver presentes razões de interesse público.

8.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa serão formalizados por despacho da Chefia de Gabinete/Órgão Gerenciador.

8.3. A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA
9.1. **Além das obrigações resultantes no Temo de referencia e da aplicação da Lei nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da detentora do registro:**

9.2 – A futura contratada deverá realizar a entrega do (s) serviço (s), **no prazo máximo de 10 (dez) dias,** contados da data de recebimento das respectivas Notas de Empenho;

9.3 – A futura contratada deverá comunicar ao SRP, sobre qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.4 – A futura contratada se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente, à **PREFEITURA** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.

9.5 – A futura contratada deverá **assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais** e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados.

9.6 – A futura contratada deverá assumir a responsabilidade pelos **encargos fiscais e comerciais** resultantes da entrega dos produtos solicitados;

9.7 - A futura contratada deverá entregar os produtos dentro das especificações mínimas contidas neste instrumento, responsabilizando-se pela troca, no prazo de validade do item **6.4**, em caso de danificação do mesmo ou em suas embalagens, desde que a danificação na embalagem comprometa a qualidade no uso futuro do produto em questão, independente do motivo alegado, conforme parecer técnico da unidade solicitante;

9.8 - A inobservância ao disposto no item acima implicará o não pagamento à Contratada, até a sua regularização;

9.9 – Em caso de extravio dos materiais, antes de sua recepção, pelo contratante, a futura contratada deverá arcar com todas as despesas para entrega-los ao contratante.

9.10 – Em todo caso de devolução ou extravio de materiais, a futura contratada será responsável pelo pagamento fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

9.11 – A futura contratada deverá comunicar aos responsáveis pelo Almoxarifado Central da Prefeitura de Guajará-Mirim, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

9.12- A contratada deverá pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos licitados;

9.13- A contratada deverá manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

9.14 – A futura contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos serviços desta licitação, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

9.15- A contratada deverá fornecer todos os serviços licitados, no preço, prazo e forma estipulados na proposta e disponibilizar serviços de boa qualidade, entendida de acordo com as especificações contidas no **Anexo II** deste Edital.

10- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - CLÁUSULA DÉCIMA
10.1 - Comunicar à empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação de serviço;

10.2 - Efetuar o pagamento da empresa vencedora em conformidade ao estabelecido neste Edital;

10.3 - Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço que a empresa vencedora for realizar fora das especificações deste Edital.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
11.1 As eventuais contratações da respectiva despesa decorrente do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura do Município de Guajará-Mirim, que tem como Projeto Atividade e elemento de Despesa da Secretaria envolvida conforme abaixo discriminado:

11.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMTAS
Projeto Atividade**: 2071-** Man. das Ativ. da SEMTAS.
Projeto Atividade**: 2088**- Man. das Ativ. Assist. Básica a Carentes.
Elemento de Despesa: **3.3.90.30.00** – Material de Consumo.
Elemento de Despesa: **3.3.90.39.00** – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

12- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. Sem prejuízo das penalidades contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou no Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos,aquele que:
a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;
b) deixar de entregar a documentação exigida neste Edital;
c) apresentar documentação falsa;
d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
e) não mantiver a proposta;
f) falhar ou fraudar na execução do objeto;
g) comportar-se de modo inidôneo;
h) fizer declaração falsa; e
i) cometer fraude fiscal.

12.2. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Registro de Preços, serão aplicadas a futura contratada que incorrer em inexecução total ou parcial da entrega do produto as penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e também aplicar-se-ão as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório:

12.2.1- Advertência, nos casos de: convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

12.2.2- Multas, nos casos de: não cumprimento do prazo de entrega do objeto licitado, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual; Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Guajará-Mirim poderá garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato limitado a 10% do valor contratual; Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

12.2.3- **Suspensão** do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Guajará-Mirim, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

12.2.4 – **Declaração de Inidoneidade:** para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.2.5- Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

13- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - DÉCIMA TERCEIRA

13.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;

13.2 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes;

13.3 - A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão aos Decretos Municipais n°s 10.523/GAB/PREF/17 e 6.396 GAB/PREF/11, demais normas, complementares e disposições desta Ata e deste Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos;

13.4 - Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, os anexos, a este Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 04/2018 com SRP 03/2018 e a proposta da detentora.

13.5- Os Preços Registrados: em anexo dessa ata.
Fica eleito o foro do Município de Guajará-Mirim para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.
E, por estarem de acordo. Lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor.

Guajará-Mirim, 19 de Abril de 2018.

CÍCERO ALVES DE NORONHA FILHO
Prefeito Municipal

NILTON DORADO PEREIRA
Presidente do SRP

EDENIR ROQUE RODRIGUES
Fornecedor:
E. Roque Rodrigues - ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018

No dia **19** do mês de **Abril** de 2018, na PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM – RO, foram registrados os preços das empresas abaixo identificadas, para eventual e futuro fornecimento ***de Aquisição de Ataúdes e Serviços Translado com ataúde***, em atendimento as necessidade da Secretaria Municipal, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico 04/2019 para Sistema de Registro de Preços n° 03/2018.

O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis da data de comunicação aos fornecedores.

O presente Registro de Preços terá a vigência até o dia **19** de **Abril** 2019.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**ATAÚDE ADULTO**, do modelo sextavado com caixa e tampa de madeira lisa, pintura fosca, compatíveis com as medidas do tipo de sepultamento com alça e materiais resistentes ao transporte do corpo, com forro e sem visor, com tamanho variando de 1,40 a 1,90 m ou mais, com higienização e preparo do corpo para sepultamento.	**UND**	**40**	URNAS VILHENA	**R$ 999,00**	**R$ 39.960,00**
Valor Total: **Trinta e nove mil, novecentos e sessenta reais**						

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ATAÚDE INFANTIL, de até 12 anos, do modelo sextavado com caixa e tampa de madeira lisa, pintura fosca, compatíveis com as medidas do tipo de sepultamento com alça e materiais resistentes ao transporte do corpo, com forro e sem visor, com tamanho variando de 0,60m até 1,20m, com higienização e preparo do corpo para sepultamento.	**UND**	**20**	URNAS VILHENA	**R$ 599,00**	**R$ 11.980,00**
Valor Total: **Onze mil, novecentos e oitenta reais**						

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**ATAÚDE POPULAR**, sem visor para adulto, em madeira eucatex alça dura, forro em samilon e babado com acabamento externo em verniz, pintura em silk screen, na tampa, medida externa 1,90cm.	**UND**	**05**	URNAS VILHENA	**R$ 899,00**	**R$ 4.495,00**
Valor Total: **9mil, quatrocentos e noventa e cinco reais**						

Publicado por:
Nilton Dorado Pereira
Código Identificador:5246F75E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARÚ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 020/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: 052/PMJ-SEMFAZ/2017
PROCESSO: Nº 1-973/2017
Validade: 31/05/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA RAIMUNDO CANTANHEDE Nº 1080 SETOR 02, neste ato representado pela Gerente de Sistema de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual **Aquisição de Material de Expediente**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **Aquisição de Material de Expediente**, para atender as necessidades da Secretaria Municipais de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM, podendo ser prorrogado por igual período, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos desta norma, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto nº 5.220, de 23 de janeiro de 2008.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (5.220/08). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:
Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;

Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 A entrega dos materiais deverá ser efetuada na Seção de Almoxarifado, situado a Linha 605 , Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521-4730, em horário comercial de segunda a sexta feira, das 07h30m às 11h30m, ou das 13h30min às 17h30min.

6.1.1 O prazo de entrega será de **03 (três) dias consecutivos para empresas do Município de Jaru/RO e de 5 (cinco) dias consecutivos para empresas do estado de Rondônia e de 10 (dez) dias, para empresas de outros estados,** conforme item 7 do Termo de Referência. ''

6.2 O prazo para entrega será contado a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

6.3 As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento, decorrente das entrega dos produtos constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações;
7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.
7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.
7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
7.7 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.
7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.
9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jaru e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Jaru, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.
9.3 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:
9.3.1. **Multa de 0,2%** (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;
9.3.2. **Multa de 10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:
9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1 por razões de interesse público ou
a pedido do fornecedor.

9 - UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;
12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;
12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.5 Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.6 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.7 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.8 Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.
12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l) Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.
12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
13.2 - recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;
13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;
13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II do**caput**do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.
14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**
14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.
14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL:
a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;
d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do

pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e) Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas

17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
17.1. É participante desta ata as Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO
Empresa(S) Detentora(S):
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

E.M.P BAQUE PAPELARIA LTDA EPP						
CNPJ: 09.467.155/0001-07						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**	**UND**	**QUAT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
	ALFINETE MAPA, MATERIAL AÇO, MATERIAL CABEÇA PLÁSTICO	CX	20	BRW	6,14	122,80
	APONTADOR DE LÁPIS SIMPLES, EM METAL, COM 1 FURO.	UN	30	BRW	2,66	79,80
	BARBANTE EM FIBRA 100% algodão, rolo com 800 MTS - Colorido	RL	20	EUROROMA	22,10	442,00
	BASTÃO COLA QUENTE GROSSO 11MM 100G 11mm X 15cm, Uso Profissional, Alta Aderência, Transparente com material em primeira qualidade.	UN	100	RENDICOLA	1,95	195,00
	BASTÃO DE COLA FINA 7 MM 7 MM X 15cm, Uso Profissional, Alta Aderência, Transparente com material em primeira qualidade.	UN	100	RENDICOLA	0,90	90,00
	BOBINA DE PAPEL KRAFIT Para embalagem em papel Kraft puro, medindo 60cm gramatura x 60 gramas.	UN	20	PEGON	84,40	1.688,00
P	BORRACHA BICOLOR (Azul/Vermelho), para lápis/tinta - dimensões mínimas 45x17x7, 3mm.	UN	50	RED BOR	0,90	45,00
	BORRACHA BRANCA - MACIA ESPECIAL PARA APAGAR ESCRITA E LÁPIS, óleo mineral, branca sintética, cargas, acelerador e essência, medindo 45 x 17 x 7,3 (quarenta e cinco por dezessete por sete virgula três) mm, de boa qualidade.	UM	50	RED BOR	0,68	34,00
	CADERNO BROXURA 1/4, com 96 fls, dimensões mínimas 145mm x 203 mm. miolo: confeccionado em papel offset de gramatura mínima de 56G/M² e ter no mínimo 23 paltas por página, com cabeçalho e rodapé de medidas livres. Papel offset: produzido com pasta química, com 100% d e celulose branqueada, bem colado, alvura com revestimento apto a receber a molhagem própria do sistema offset, pct com 5 und.	PCT	400	CREDEAL	23,10	9.240,00
	CALCULADORA MESA, 12 DÍGITOS GRANDES, MEMORIA, PORCENTO; RAIZ QUADRADA; TECLA + TAMANHO GRANDE (FACILITA OS CÁ LCULOS DE SOMA); MODO SOLAR / BATERIA;	UN	15	ELGIM/ZETA	49,10	736,50
	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA NA COR VERMELHA FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CORPO SEXTAVADO E TRANSPAR ENTE, COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, COM TAMPO DE FUNDO NÃ O	CX	30	COMPACTOR	24,70	741,00

	ENROSCÁVEL, COM DISPOSITIVO DE SUMIDOURO DE AR E VALI DADE PERMANENTE.EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES.					
13	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA TINTA COR PRETA FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CORPO SEXTAVADO E TRANSPAR ENTE, COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, COM TAMPO DE FUNDO NÃ O ENROSCÁVEL, COM DISPOSITIVO DE SUMIDOURO DE AR E VALI DADE PERMANENTE.EMBALAGEM: CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	30	BIC	24,70	741,00
14	CANETA PERMANENTE PARA EVA CORES VARIADAS Caneta permanente para ser utilizada em EVA, CD, vidro, papel, madeira ou metal, duas pontas, grossa de no mínimo 2,0mm e uma fina de no máximo 0,7mm.	UN	40	BRW	5,45	218,00
15	CANETINHA COLORIDA - 12 CORES	KIT	50	BRW	10,30	515,00
16	CLIPS COLORIDO - PEQUENO	CX	30	BACCHI	4,70	141,00
17	CLIPS NIQUELADO N° 2/0 DE PRIMEIRA QUALIDADE, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	30	BACCHI	3,19	95,70
18	CLIPS NIQUELADO N°. 1/0 DE PRIMEIRA QUALIDADE, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	30	BACCHI	3,01	90,30
19	CLIPS NIQUELADO N°. 6/0 DE PRIMEIRA QUALIDADE, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	30	LEONORA	4,40	132,00
20	COLA BRANCA 1000ML DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIQUIDA, VISCOSA, FABRICAÇÃO NAC IONAL, CONSTITUÍDA DE RESINA SINTÉTICA EM EMULSÃO AQUO SA, COM BOA ADESIVIDADE, LAVÁVEL, ATÓXICA, SECAGEM RÁPI DA, HOMOGÊNEA, NÃO PODENDO MANCHAR A REGIÃO ONDE É APLICADA.	UM	30	PIRATININGA	15,10	453,00
22	COLA GLITTER (CORES DIVERSAS)	CX	50	GR QUIMICA	10,48	524,00
23	COLA INSTANTÂNEA Adere Uma Ampla Variedade De Metais, Plásticos, Borrachas E Outros Materiais, frasco com 20 gramas	UN	30	RENDICOLA	11,30	339,00
24	COLA PARA ISOPOR 90 GRAMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE	UN	50	PIRATININGA	6,04	302,00
25	DUREX COLORIDO - AMARELO	UN	100	EUROCEL	1,59	159,00
26	DUREX COLORIDO - AZUL	UN	100	EUROCEL	1,59	159,00
27	DUREX COLORIDO VERDE	UN	100	EUROCEL	1,59	159,00
28	E.V.A - GLITTER 45 X 60 CM - 2MM DE ESPESSURA CORES VARIADAS	UN	50	BRW	8,09	404,50
29	E.V.A FOLHA 48X40 CM, COR DETALHES EM LISTRAS.	UN	50	EVATEX	6,49	324,50
30	E.V.A. EMBORRACHADO, CORES VARIADAS Folha 60x40 Cm	UN	500	DUBFLEX	2,19	1.095,00
31	ENVELOPE PARDO DIMENSÕES 185X248MM CAIXA COM 250 UNIDADES.	CX	10	FORONI	37,60	376,00
32	ESTILETE EM CORPO DE PLÁSTICO COM AVANÇO MANUAL DE LÂMINA DESCARTÁVEL, DIMENSÕES MÍNIMAS – COMPRIMENTO DA LÂMINA 9 CM X LARGURA 1,5 CM, (TAMANHO GRANDE), PARA SER USADO COM UMA SÓ MÃO, LAR GURA DA LÂMINA EM AÇO DE 18 MM, USADO PARA CORTAR PAP EL, CARTOLINA, FOTOS E PLÁSTICOS.	UN	30	BRW	2,94	88,20
33	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12X50 MTS DIMENSÕES MÍNIMAS 12 MM X 50 MTS, EMBALAGEM COM 10 UN IDADES.	PCT	100	EUROCEL	10,90	1.090,00
34	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48X50 MTS	PCT	100	EUROCEL	31,40	3.140,00
35	FITA DUPLA FACE 45X50 MTS	UN	100	EUROCEL	28,86	2.886,00
36	FOLHA DE ISOPOR, 20 MM DE ESPESSURA	UN	50	ISOESTE	6,14	307,00
37	GIZ DE CERA EMBALAGEM COM 12 CORES.	UN	50	PIRATININGA	4,25	212,50
38	GRAMPEADOR DE MESA CAPACIDADE MÍNIMA DE PERFURAÇÃO DE 40 FOLHAS PARA PAPEL MANUAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM METAL, FA BRICAÇÃO NACIONAL, DIMENSÕES MÍNIMAS 19 CM X 4 CM COM PATÍVEL PARA GRAMPO 26/6.	UN	06	GRAMPLINE	71,20	427,20
39	GRAMPEADOR DE MESA MÍNIMA DE PERFURAÇÃO DE 20 FOLHAS PARA PAPEL MANUAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM METAL, FA BRICAÇÃO NACIONAL, DIMENSÕES MÍNIMAS 15 CM X 3 CM, COM PATÍVEL PARA GRAMPO 26/6.	UN	05	BRW	22,05	110,25
40	GRAMPEADOR TIPO ROCAMA DE PRESSÃO 106/6 DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM METAL, FABRICAÇÃO NACIONAL.	UN	02	BRW	88,84	177,68
41	GRAMPO PARA GRAMPEADOR N°. 26/6 DE PRIMEIRA QUALIDADE, FABRICAÇÃO NACIONAL, CAIXA COM 5000 UNIDADES.	CX	15	BRW	6,48	97,20
42	LÁPIS DE COR, GRANDE, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES EM CORES VARIADAS.	CX	80	BRW	3,60	288,00
43	LÁPIS PRETO COMUM Nº. 2 CAIXA COM 144 UNIDADES.	CX	15	BRW	41,35	620,25
44	LIVRO ATA COM 100 FOLHAS PAUTADAS E NUMERADAS, FORMATO 205 Livro Ata Com 100 Folhas Pautadas E Numeradas, Formato 205x3 00mm. Capa E Contracapa Em Papelão 700gr, Revestido Com Pape l 90gr, Plastificado, Folhas Internas De Papel Offset 56gr	UN	30	TILIBRA	13,44	403,20
45	MARCA TEXTO CORES VARIADAS	UN	30	MASTER	3,84	115,20
46	PAPEL CARTÃO FOSCO 50X70 240G CORES VARIADAS Papel cartão fosco 50x70 240G contendo 10 unidades cada pacote.	PCT	200	VMP	15,30	3.060,00
47	PAPEL COLOR SET 46,5X66 180G ESTAMPADO Papel color set 46,5x66 180g PT 5 FL.	PCT	100	BAHIA	13,45	1.345,00
48	PAPEL COLORSET, CORES VARIADAS Papel color set 110gr 48x66cm contendo 20 folhas cada pacote.	PCT	500	VMP	27,40	13.700,00
49	PAPEL COUCHÊ A4 180G/M² CORES VARIADAS Formato: A4 210x297mm, indicado para certificado, convites, apresentações, Indicado Para Impressões Off Set Ou Serigráficas contendo 50 folhas pacote.	PCT	50	ROMITEC	22,45	1.122,50
50	PAPEL LAMINADO CORES VARIADAS	UN	400	VMP	1,35	540,00
51	PAPEL OFF PAPER 180G COM TEXTURA DE CASCA DE OVO CORES VARIADAS Ideal Para Uso Em Convites, Certificados, Apresentações, utilizável em Impressoras De Jato De Tinta, Formato: A4 (21x29,7cm) contendo 50 folhas cada pacote.	PCT	50	ROMITEC	24,35	1.217,50
53	PAPEL VERGE A4 180G CORES VARIADAS Para Uso Em Convites, Certificados, Apresentações, Formato: A4 (21x29,7cm) contendo 50 folhas cada pacote.	PCT	50	ROMITEC	23,14	1.157,00
54	PASTA CATÁLOGO CAPA PRETA, COM CAPACIDADE PARA 200 ENVELOPE	UN	25	ACP	42,90	1,072,50
55	PASTA CATÁLOGO COM 100 FOLHAS	UN	30	ACP	34,84	1.045,20
56	PASTA COM ELASTICO Em material plástico transparente.	UN	200	ACP	2,64	528,00
57	PEN DRIVE - 8 GB,CONECTOR USB 2.0	UN	15	MULTILASER	34,05	510,75
58	PERCEVEJO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	20	BRW	4,28	85,60
59	PINCEL ATÔMICO - COR: AZUL Contendo 12 unidades	CX	10	BRW	24,40	244,00
60	PINCEL ATÔMICO - COR: VERDE Contendo 12 unidades	CX	10	BRW	44,95	449,50
61	PINCEL ATÔMICO - COR: VERMELHO Contendo 12 unidades	CX	10	BRW	24,30	243,00
62	PINCEL ATÔMICO – PRETO Contendo 12 unidades	CX	10	BRW	24,40	244,00
63	PINCEL Nº. 12, FABRICAÇÃO NACIONAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE	UN	20	ACRILEX	4,96	99,20
69	TESOURA DE PICOTAR, GRANDE, EM INOX, COM PONTA.	UN	10	MASTER	59,95	599,50
70	TINTA PARA TECIDO CORES VARIADAS. PRIMEIRA QUALIDADE, FRASCO NO MINIMO 37 ML, CAIXA COM 1 2 UNIDADES	CX	50	ACRILEX	35,90	1.795,00
TOTAL: 58.663,03						

CAMERCIAL TS LTDA ME						
CNPJ: 18.666.293/0001-06						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**	**UND**	**QUAT.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
12	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA GROSSA TINTA COR AZUL FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CORPO SEXTAVADO E TRANSPAR ENTE, COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, COM TAMPO DE FUNDO NÃ O ENROSCÁVEL, COM DISPOSITIVO DE SUMIDOURO DE AR E VALI DADE.	CX	30	BIC	24,80	744,00
21	COLA BRANCA PARA PAPEL 90 GRAMAS, LÍQUIDA, VISCOSA, CONSTITUÍ COM BOA ADESIVIDADE, LAVÁVEL, ATÓXICA, SECAGEM RÁPIDA, HOMOGÊNEA, NÃO PODENDO MANCHAR A REGIÃO ONDE É APLI CADA.	UM	150	KOALA	1,07	160,50
52	PAPEL SULFITE 75G 210X297 A4 75G 210X297 A4, contendo 100 folhas cada pacote.	PCT	200	REPORT	3,51	702,00
64	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO N° 00	UN	20	ACRILEX	4,44	88,80
65	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO N° 10	UN	20	ACRILEX	3,14	62,80
66	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO N° 6	UN	20	ACRILEX	2,75	55,00
67	RÉGUA TRANSPARENTE MILIMETRADA DE 30 CM DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENT E, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT	1	WALEU	39,56	39,56
68	RESMA DE PAPEL SULFITE A4 - PAPEL ALCALINO BRANCO COM DESEMP (conforme informações técnicas contidas na embalagem do fabricante), formato a4, medindo 210x297mm, com alvura não inferior a 97%, com gramatura 75g/m², em resma de 500 folhas e embalado em papel de propriedades térmicas e ante umidade. Caixa contendo 10 unid.	CX	50	REPORT	142,95	7.147,50
71	TNT - COR: ESTAMPADO (VÁRIAS)	M	200	SANTA FÉ	1,61	322,00
72	TNT ROLO 50 MT CORES DIVERSAS	ROLO	28	SANTAFÉ	55,76	1.561,28
TOTAL: 10.883,44						

E M P BAQUE PAPELARIA LTDA EPP	***COMERCIAL TS LTDA ME***
CNPJ: 09.467.155/0001-07	CNPJ: 18.666.293/0001-06
AV DOM PEDRO I N° 2654	AV MARECHAL RONDON N° 1390
SETOR 05	BAIRRO: CENTRO
JARU/RO	JI-PARANÁ/RO.
CEP: 76890-000	CEP: 76.900-100
FONE: 3521 1783	FONE: 69 3424-2006/8472-2741/3423-0823
EMAIL:	EMAIL: SPR_230@HOTMAIL.COM
EDSON DE ALMEIDA BAQUE	***SERGIO PEREIRA DA ROCHA***
Representante	Representante
CPF: 438.189.512-68	CPF: 754.128.372-04

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:2A9AD342

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: 058/PMJ/2017
PROCESSO: Nº 1087/PMJ/2017
Validade: 12/06/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua RAIMUNDO CANTANHEDE, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pela Gerente de Sistema de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual **Aquisição de gás de cozinha**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **Aquisição de gás de cozinha**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Jaru.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM, podendo ser prorrogado por igual período, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos desta norma, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto nº 5.220, de 23 de janeiro de 2008.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (5.220/08). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo Único deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:
Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;

Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 A entrega dos materiais deverá ser efetuada nas secretarias ou órgãos ligados a mesma na área urbana do municipal de Jaru/RO, telefone (69) 3521-4730, em horário comercial de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h30min.

6.1.1 O prazo de entrega será de **03 (três) dias consecutivos**, conforme item 8 do Termo de Referência.''

6.2 O prazo para entrega será de até 03 (três) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

6.3 As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento, decorrente das entrega dos produtos constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações;
7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.
7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.
7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
7.7 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.
7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.
9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jaru e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Jaru, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.
9.3 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. **Multa de 3%** (três por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;
9.3.2. **Multa de 10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:
9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1 por razões de interesse público ou
9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

- UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;
12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;
12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.5 Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.6 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.7 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.8 Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;
12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.
12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l) Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.
12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
13.2 - recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;
13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II do**caput**do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.
14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**
14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.
14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL:

a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;
d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e) Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas

17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

17.1. É participante desta ata as Secretarias Municipais que compõe à Administração de Jaru/RO.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO
Empresa(S) Detentora(S):
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

COMERCIO DE GÁS LIQUIGÁS LTDA ME						
CNPJ: 08.039.218/0001-61						
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS**	**Und**	**Quant**	**Marca**	**Valor**	**Valor Total**
01	GÁS DE COZINHA GLP 13 KG	UND	338	LIQUIGÁS	R$ 72,00	R$ 24.336,00
02	GÁS DE COZINHA GLP 45 KG	UND	48	LIQUIGÁS	R$ 290,51	R$ 13.944,48
TOTAL						R$ 38.280,48

ATUALIZADA EM 20/12/2017

COMERCIO DE GÁS LIQUIGÁS LTDA ME
CNPJ: 08.039.218/0001-61
ROD. BR 364 KM 421 N° 1343
JARU/RO
CEP: 76890-000
FONE: 69 3521-5535
JHONATAN MARLON SBABO
Representante
CPF: 704.910.382-91

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:1E87A993

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/PMJ/2017.

PROCRESSO Nº **548**/PMJ/2017.
Validade: 15/06/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **022**/PMJ/2017

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA RAIMUNDO CANTANHEDE Nº 1080 SETOR 02, neste ato representado pela Gerente de Sistema de Registro de Preço, Senhor. Thiago da Costa Navarro, e as empresa (s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual aquisição DE **MADEIRA SERRADA E COMPENSADOS**, para atender a necessidade das Secretarias do Município de Jaru, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892/2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA E COMPENSADOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1.Os materiais solicitados deverão ser entregue de acordo com a solicitação de cada Secretário, no qual o local para entrega será no Depósito da D.C.L. Departamento Conservação e Limpeza, Rua Otaviano Freitas Neto N° 619, de frente a Faculdade Unicentro Município de Jaru ,sendo o horário para entrega: segunda a sexta-feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

6.1.1. Entregar os materiais no prazo máximo de 05 (Cinco) dias consecutivos para empresas de Jaru/RO e de 10 dez dias para empresas do estado de Rondônia e 15 dias para empresas de outros estados, contados a partir da retirada da Nota de Empenho;

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de **10 (dez) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município;

9.3.2. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.3. Multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse publico, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não pre judique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do Decreto Municipal n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea "d" d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua exec ução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA UNICIFICADO elaborado pela Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito – parte integrante do PREGÃO Nº 047/PMJ/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Esta Ara de Registro de Preços obedecerá integralmente o Edital de Pregão Eletrônico nº 047/PMJ-SRP/2017, a Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 5.221/2008, 7.289/2012 e 9.323/2016, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

_____
THIAGO DA COSTA NAVARRO.

Empresa(S) Detentora(S):

_____
(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

G.V MARTINS & CIA LTDA ME						
CNPJ:11.572.506/0001-91						
DADOS GERAIS						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QTDE**	**Marca**	**P. Unit.**	**P. Total**
1)	Compensado de 04 mm de 1ª qualidade – 2.20 x 1.60	Unid.	20	MADEIRA SERRADA	R$ 44,49	R$ 889,80
2)	Compensado de 10 mm de 1ª qualidade – 2.20 x 1.60	Unid.	20	MADEIRA SERRADA	R$ 79,00	R$ 1.580,00
3)	Compensado de 15 mm de 1ª qualidade – 2.20 x 1.60	Unid.	20	MADEIRA SERRADA	R$ 111,50	R$ 2.230,00
4)	Compensado de 20 mm de 1ª qualidade – 2.20 x 1.60	Unid.	20	MADEIRA SERRADA	R$ 147,67	R$ 2.953,40
5)	Metros corrido de meia tábua 2,5cm espessura, 12cm largura, madeira de 1ª qualidade	Metros	250	MADEIRA SERRADA	R$ 4,85	R$ 1.212,50

6)	Prancha de madeira 5 x 15 a 35 cm , de 1º qualidade sendo das seguintes qualidade de madeira, garrote, ipê, garapa, favero ferro, paraju, camaru, jequitiba, orelha de macaco, jatobá, breu ou pequi	M³	400	MADEIRA SERRADA	R$ 1.049,00	R$ 419.600,00
7)	Quadrado de 10 x10 cm x 4,5,5,00, 5,50, 6,00 ou 7,00 mts, de 1º qualidade sendo das seguintes qualidade de madeira, garrote, ipê, garapa, favero ferro, paraju, camaru ou pequi	M³	10	MADEIRA SERRADA	R$ 1.568,00	R$ 15.680,00
8)	Quadrado de 15 x15 cm x 4,5,5,00, 5,50, 6,00 ou 7,00 mts, de 1º qualidade sendo das seguintes qualidade de madeira, garrote, ipê, garapa, favero ferro, paraju, camaru ou pequi	M³	125	MADEIRA SERRADA	R$ 1.560,00	R$ 195.000,00
9)	Quadrado de 20 x20 cm x 4,5,5,00, 5,50, 6,00 ou 7,00 mts, de 1º qualidade sendo das seguintes qualidade de madeira, garrote, ipê, garapa, favero ferro, paraju, camaru ou pequi	M³	50	MADEIRA SERRADA	R$ 1.948,00	R$ 97.400,00
10)	Quadrado de 30 x30 cm x 4,5,5,00, 5,50, 6,00 ou 7,00 mts, de 1º qualidade sendo das seguintes qualidade de madeira, garrote, ipê, garapa, favero ferro, paraju, camaru ou pequi	M³	100	MADEIRA SERRADA	R$ 1.219,00	R$ 121.900,00
11)	Ripão em madeira peça 0,5cm larg.x2,5cm espessurax5,00 mts cumprimento, metros corridos, madeira de1ª qualidade	Mts	400	MADEIRA SERRADA	R$ 2,42	R$ 968,00
12)	Viga de madeira de lei medindo 5 cmx12cmx2,50 mts 1ª qualidade	Unid.	30	MADEIRA SERRADA	R$ 22,36	R$ 670,80
13)	Viga de madeira de lei medindo 5 cmx12cmx3,00 mts 1ª qualidade	Unid.	50	MADEIRA SERRADA	R$ 26,94	R$ 1.347,00
14)	Viga de madeira de lei medindo 5 cmx12cmx3,50 mts 1ª qualidade	Unid	50	MADEIRA SERRADA	R$ 30,76	R$ 1.538,00
15)	Viga de madeira de lei medindo 5 cmx12cmx4,00 mts 1ª qualidade	Unid	50	MADEIRA SERRADA	R$ 34,83	R$ 1.741,50
16)	Viga de madeira de lei medindo 5 cmx12cmx4,50 mts 1ª qualidade	Unid.	50	MADEIRA SERRADA	R$ 40,15	R$ 2.007,50
17)	Viga de madeira de lei medindo 5 cmx12cmx5,00 mts 1ª qualidade	Unid.	50	MADEIRA SERRADA	R$ 44,73	R$ 2.236,50
18)	Viga de madeira de lei medindo 5 cmx12cmx6,00 mts 1ª qualidade	Unid.	50	MADEIRA SERRADA	R$ 53,62	R$ 2.681,00
TOTAL: 871.636,00						

G.V. MARTINS & CIA LTDA ME
CNPJ: 11.572.506/0001-91
RUA TANGUÁ ESQ. COM RUA CRISTOVÃO COLOMBO S/N
JARDIM DOS ESTADOS
CEP: 76890-000
JARU/RO
FONE: 69 99215-2064
EMAIL: GENECI@123.COM.BR
GENECI VIEIRA MARTINS
Representante
CPF: 421.835.882-68

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:AC4A4A03

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 023/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: 062/PMJ/2017
PROCESSO: Nº 1-1648/PMJ/2017
Validade 13/06/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pela Gerente de Sistema de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual Aquisição **DE ETIQUETAS E CAPAS DE PROCESSOS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **Aquisição Etiquetas e Capas de Processos**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Jaru.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM, podendo ser prorrogado por igual período, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos desta norma, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto nº 5.220, de 23 de janeiro de 2008.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (5.220/08). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;

Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 Os materiais deverão ser entregues na sede do Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 – 4730, em horário comercial de segunda a sexta- feira, das 07:30 ás 11:30 horas e das 13:30 ás 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

6.1.1 As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais e deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias corridos.

6.2 O prazo para entrega será de até 03 (Três) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

6.3 As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento, decorrente das entrega dos produtos constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações;
7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.
7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.
7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
7.7 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.
7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.
9.2. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3. **Multa de 3%** (três por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;
9.3.1. **Multa de 10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:
9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
9.11.9.1 por razões de interesse público ou
9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

- UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;
12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;
12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.5 Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.6 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.7 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.8 Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;
12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.
12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l) Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.
12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
13.2 - recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;
13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II do**caput**do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.
14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**
14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.
14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL:

a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;
d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e) Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas

17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

17.1. É participante desta ata as Secretarias Municipais que compõe à Administração de Jaru/RO.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO
Empresa(S) Detentora(S):
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

IVANILDE DE PAULA LIMA GRÁFICA ME					
CNPJ: 05.501.123/0001-20					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
01	**CAPA DE PROCESSO**: Papel Triplex 250 GR Material plastificado, impresso na **cor branca** e preta na frente e branca e preta no verso, conforme modelo em anexo, 48 CM largura aberto X 32 CM altura, devidamente perfurado, e com as seguintes especificações: Brasão do Município, tabelas e demais anotações feitas, de interesse da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF.	UND	4.000	1,03	4.120,00
02	**CAPA DE PROCESSO**: Papel Triplex 250 GR Material plastificado, impresso na **cor amarela** e preta na frente e branca e preta no verso conforme modelo em anexo, 48 CM largura aberto X 32 CM altura, devidamente perfurado, e com as seguintes especificações: Brasão do Município, tabelas e demais anotações feitas, de interesse da Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA.	UND	3.000	1,11	3.330,00
03	**CAPA DE PROCESSO**: Papel Triplex 250 GR Material plastificado, impresso na **cor azul** e preta na frente e branca e preta no verso conforme modelo em anexo, 48 CM largura aberto X 32 CM altura, devidamente perfurado, e com as seguintes especificações: Brasão do Município, tabelas e demais anotações feitas, de interesse da Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SEMECEL.	UND	3.000	1,11	3.330,00
04	**CAPA DE PROCESSO**: Papel Triplex 250 GR Material plastificado, impresso na **cor verde bandeira** e preta na frente e branca e preta no verso conforme modelo em anexo, 48 CM largura aberto X 32 CM altura, devidamente perfurado, e com as seguintes especificações: Brasão do Município, tabelas e demais anotações feitas, de interesse da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES.	UND	3.000	1,11	3.330,00
05	**CAPA DE PROCESSO**: Papel Triplex 250 GR Material plastificado, impresso na **cor laranja fluorescente** e preta na frente e branca e preta no verso conforme modelo em anexo, 48 CM largura aberto X 32 CM altura, devidamente perfurado, e com as seguintes especificações: Brasão do Município, tabelas e demais anotações feitas, de interesse da Secretária Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente – SEMINFRAM.	UND	3.000	1,11	3.330,00
06	**ETIQUETAS PARA IMPRESSORA A LASER**: Papel adesivo branco medido 16 CM de altura e 16,5 CM de largura, com meio corte.	UND	16.000	0,22	3.520,00
TOTAL: 20.960,00					

IVANILDE DE PAULA LIMA GRÁFICA ME
CNPJ: 05.501.123/0001-20
AV. RIO BRANCO N° 1560
CENTRO
JARU/RO
CEP: 76890-000
FONE: 69 3521-2100
EMAIL: GRAFICAOPÇÃOJARU@GMAIL.COM
SOUDILUS PEREIRA DA SILVA
Representante
CPF: 418.716.932-68

-

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:1C7068D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 024/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: 057PMJ-SEMFECEL/2017
PROCESSO: Nº 1082/2017
Validade: 27/06/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA RAIMUNDO CANTANHEDE Nº 1080 SETOR 02, neste ato representado pela Gerente de Sistema de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS**, para atender as necessidade das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Jaru.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM, podendo ser prorrogado por igual período, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos desta norma, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto nº 5.220, de 23 de janeiro de 2008.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (5.220/08.. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:
Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;

Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 A entrega dos materiais deverá ser efetuada na Seção de Almoxarifado, situado a Linha 605 Centro de Convenções, telefone (69) 3521-4730, em horário comercial de segunda a sexta feira, das 07h30m às 11h30m, ou das 13h30min às 17h30min.

6.1.1 O prazo de entrega será de **03 (Três) dias consecutivos**, para empresas de Jaru/RO, 5 (cinco) dias consecutivos para empresas do estado de Rondônia e 10 dias para empresas de outros estados, conforme item 9 do Termo de Referência.''

6.2 O prazo para entrega será contado a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

6.3 As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento, decorrente das entrega dos produtos constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações;
7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.
7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.
7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
7.7 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.
7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.
9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jaru e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Jaru, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.
9.3 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. **Multa de 3%** (três por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;
9.3.2. **Multa de 10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:
9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1 por razões de interesse público ou
9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

- UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;
12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;
12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.5 Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.6 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.7 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.8 Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;
12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.
12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l) Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.
12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
13.2 - recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;
13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;
13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II do**caput**do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.
14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**
14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.
14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL:
a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;
d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e) Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas

17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

17.1. É participante desta ata as Secretarias Municipais que compõe à Administração de Jaru/RO.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO
Empresa(S) Detentora(S):
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

P.H.B MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP						
CNPJ:08.652.912/0001-50						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**	**UND**	**QUAT**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01	ALICATE UNIVERSAL -210MM	UN	04	SPARTA	17,00	68,00
02	ARAME COZIDO	KG	12	ARCELOR	7,80	93,60
05	ARGAMASSA DE 1ª QUALIDADE 20 KG	SC	10	ARGAFORT	10,00	100,00

07	BARRA DE FERRO - TRELISSA - 12 MTS	UN	30	ARCELOR	33,00	990,00
12	CABO DE REDE 220 VOLTS 03 PERNAS	M	600	MEGA	6,39	3.834,00
13	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO /PAINEL P/ 16 DISJUNTORES/ TRIFASICA COM	UN	04	GOMES	207,13	828,52
15	CANO PARA ESGOTO PVC 150 MM BARRA 6 MTS	UN	08	AMAZON	100,00	800,00
16	CANO PARA ESGOTO PVC 200 MM BARRA 6 MTS	UN	06	PLASLLIT	210,00	1.260,00
17	CANO PARA ESGOTO PVC 40 MM BARRA 6 MTS	UN	08	AMAZON	14,00	112,00
18	CANO PARA ESGOTO PVC 50 MM BARRA 6 MTS	UN	08	AMAZON	20,00	160,00
19	CANO PARA ESGOTO PVC 75 MM BARRA 6 MTS	UN	08	AMAZON	23,00	184,00
20	CANO SOLDÁVEL 20MM	UN	08	DUROPLAST	9,90	79,20
21	CANO SOLDÁVEL 25MM	UN	08	DUROPLAST	14,50	116,00
22	CANO SOLDÁVEL 50MM	UN	08	DUROPLAST	50,00	400,00
25	CHAVE DE FENDA SIMPLES 3X16 5 POLEGADA	UN	02	KALLA	5,00	10,00
26	CHAVE PHILLIPS 3X16 5 POLEGADA	UN	02	KALLA	5,00	10,00
27	CHAVE XS COMPLETA	UN	05	CMG	189,89	949,45
29	CIMENTO CPIF 32 SACO DE 50 KG	UN	120	NACIONAL	34,00	4.080,00
37	DISJUNTOR PRÉ-MOLDADO 600 AMPÉRES	UN	10	JNG	1.080,00	10.800,00
39	ENXADÃO C/ CABO DE MADEIRA	UN	04	RAFI	21,50	86,00
40	ESCADA DE ALIMINIO 7 DEGRAUS	UN	01	KALLA	200,00	200,00
42	FECHADURA P/ PORTA EM INOX P/ FRENTE	UN	60	SOPRANA	28,98	1.738,80
43	FIO FLEXIVEL 10 MM ROLO DE 100 MT	RL	06	GOLF	309,98	1.859,88
44	FIO FLEXIVEL 4 MM ROLO DE 100 MT	RL	10	GOLF	136,98	1.369,80
46	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA	M	300	KALLA	0,38	114,00
49	FORRO DE PVC 200 X 600 MM BRANCO	M²	80	NORT	16,75	1.340,00
50	HELO FUSÍVEL 3 H	UN	10	F.C	2,42	24,20
51	HELO FUSÍVEL 5 H	UN	10	F.C	2,42	24,20
53	INTERRUPTORES 3 TECLAS PARA ALVENARIA	UN	25	RADIAL	7,00	175,00
57	JOELHO DE ESGOTO, 90º, 40 MM	UN	04	KRONA	1,00	4,00
58	JOELHO DE ESGOTO, 90º, 50 MM	UN	04	KRONA	1,50	6,00
59	JOELHO DE ESGOTO, 90º, 75 MM	UN	04	KRONA	3,50	14,00
63	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 40 W	UN	600	KIAN	5,00	3.000,00
70	PÁ DE BICO C/ CABO DE MADEIRA COM CABO DE MADEIRA 120cm.	UN	04	PARABONI	22,00	88,00
72	PARARRAIO ELETRÔNICO	UN	15	JNG	100,00	1.500,00
73	PERFIL PVC - BRANCO	M	160	NORT	2,80	448,00
74	PINCEL LARGURA - 2.1/2 - 63 MM FORMATO: BÁSICO PARA PINTURA EM PAREDES COM VIROLA: E STANHADA.	UN	30	MAX	3,90	117,00
75	PINCEL LARGURA - 3" - 75 MM CABO PLÁSTICO PARA PINTURA EM MADEIRA VIROLA: ESTANHA DA	UN	30	MAX	6,00	180,00
76	PORTA DE COMPENSADO - LISA -2,10 X 60 CM	UN	12	J.P	50,00	600,00
77	PORTA DE COMPENSADO -LISA- 2,10 X 80 CM	UN	24	J.P	66,07	1.585,68
79	PRÉGO 18 X 27	KG	10	ARCELOR	6,50	65,00
80	PREGO 22X42	KG	10	ARCELOR	6,50	65,00
81	PREGO COM CABEÇA 18X24 GALVONIZADO	KG	30	ARCELOR	6,50	195,00
83	PLUG P/ EXTENSÃO	UN	100	F.C	4,47	447,00
84	RASTELO DE FERRO 50 CM 20 DENTES COM CABO	UN	02	FERRARRI	21,00	42,00
85	RÉGUA P/ REBOCO	UN	03	STEL	29,00	87,00
87	ROLDANA DE PLÁSTICO	UN	100	RIMA	0,50	50,00
89	SERRA CIRCULAR 7.1/4, 1400, 5.700 RPM ACIMA BASE INCLINÁVEL EM 45° COM CHAVE	UN	02	EINHEL	450,00	900,00
91	SOQUETE PLAFON BRANCO	UN	180	NEXT	4,00	720,00
92	T SOLDÁVEL 25	UN	10	KRONA	0,60	6,00
93	T SOLDÁVEL 40	UN	10	KRONA	6,00	60,00
94	T SOLDÁVEL 50	UN	10	KRONA	6,00	60,00
VALOR TOTAL					**R$ 42.046,33**	

MUNDO DOS PARAFUSOS LTDA ME						
CNPJ: 10.892.262/0001-61						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**	**UND**	**QUAT**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
06	BANDEJA DE PLÁSTICO PARA PINTURA	UN	12	WORKER	5,76	69,12
08	BOMBA DE POÇO ARTESANO 3CV(TRIFÁSICA)	UN	05	WORKER	1.729,19	8.645,95
010	BOMBA SUBMERSA 900	UN	05	TROPICAL	217,97	1.089,85
028	CHAVE CRIFO - Nº18	UN	02	WORKER	95,08	190,16
069	TIJOLO 6 FURRO DE 1º QUALIDADE	MLH	06	BOARO	492,32	2.953,92
095	TANQUE DE 02 CUBAS (FIBRAS)	UN	02	DECOMAR	211,66	423,32
096	TELHA DE CIMENTO- FIBRO/AMIANTO (GROSSO)	UN	100	MULTUILIT	46,50	4.650,00
102	TOMADA P/ ALVENARIA 03 PINOS	UN	80	RADIAL	6,45	516,00
104	TORNEIRA 3/4 (PLÁSTICO)	UN	40	ROMANA	4,08	163,20
106	VEDA ROSSA 18MM X 10M	UN	05	IDEA	2,27	11,35
VALOR TOTAL					**R$ 18.712,87**	

N.V VERDE & CIA LTDA ME						
CNPJ: 03.363.727/0001-21						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**	**UND**	**QUAT**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
14	CANO PARA ESGOTO PVC 100 MM BARRA 6 MTS	UN	08	TIGRE	53,68	429,44
41	FACÃO 16 POLEGADAS TIPO CORNETE	UN	04	TRAMONTINA	24,80	99,20
48	FITA ISOLANTE ROLO COM 20 M	UN	12	STECK	9,98	119,76
61	LÂMPADA COMPACTA 110X36	UN	100	OUROLUX	24,27	2.427,00
62	LÂMPADA COMPACTA 220X36	UN	100	OUROLUX	25,07	2.507,00
67	MARTELETE PERFURADOR ROMPEDOR 800W 127V ESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIA: 800W, ENERGIA DE IMPACTO: 2,7 Nº DE ROTAÇÕES: 1.300 RPM, IMPACTO POR MIN 0 -- 5.100 IPM, ENCAIXE PARA O ACESSÓRIO SDS-PLUS, PESO APROXIMADO 3 KG , COMPRIMENTO: 367 MM, ALTURA: 210 MM, CAPACIDADE DE PE RFURAÇÃO, EM MADEIRA: 30MM, EM AÇO: 13MM, EM ALVENARI A/ CONCRETO 24 MM, INCLUSO GUIA DE PROFUNDIDADE, EMPU NHADEIRA AUXILIAR, MALETA, MANUAL DE INSTRUÇÕES, COM GARANTIA DE 1 ANO PELO FABRICANTE.	UN	01	DEWALT	671,99	671,99
103	TOMADA PARA PAREDE DE MADEIRA.	UN	30	PERLEX	5,36	160,80
VALOR TOTAL					**R$ 6.415,19**	

AMARAL COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME						
CNPJ: 12.481.815/0001-19						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUAT	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	BOTA ISOLANTE DE COURO PARA ELETRICISTA, SOLADO DE BORRACHA	PAR	04	CARTOM	44,99	179,96
23	CARRINHO DE MÃO - PNEU C/ CAMARA DE AR CONTENDO AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: Chapa Da Caçamba: Mínimo 0,45 Mm, Chapa Do Cabo: mínimo 1,06 Mm, Chapa Das Frentes/Travessas: Mínimo 1,20 Mm, Capacidade Litros: Mínimo 45 Lts Raso (Cimento, Água, Etc), Capacidade Litros: Mínimo 60 Lts Seco (Areia, Terra, Etc)	UN	03	FAMASTIL	99,99	299,97
24	CAVADEIRA BOCA DE LOBO C/ CABO DE MADEIRA, COMPRIMENTO DO CABO MÍNIMO: 1,0 m; COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO: 1,30 m	UN	03	KALA	35,99	107,97
30	COLHER DE PEDREIRO 9" COM CABO DE MADEIRA	UN	04	FAMASTIL	9,99	39,96
31	DESEMPENADEIRA P/ REBOCO, BASE E CABO EM PLÁSTICO. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: MEDIDAS:180 x 290 mm	UN	04	COMPEL	9,99	39,96
32	DISCO P/ SERRA CIRCULAR - ALVENARIA	UN	03	CARNEIRO	29,17	87,51
33	DISCO P/ SERRA CIRCULAR - MADEIRA	UN	03	WESTENER	25,03	75,09
34	DISJUNTO 25 AMPERES (DIM)	UN	20	SOPRANO	6,79	135,80
35	DISJUNTOR 16 AMPERES (DIM)	UN	20	SOPRANO	6,79	135,80
36	DISJUNTOR 20 AMPERES (DIM)	UN	20	SOPRANO	6,79	135,80
38	ENXADA C/ CABO DE MADEIRA	UN	4	PARABONE	24,99	99,96
45	FIO FLEXIVEL 6 MM ROLO DE 100 MT	RL	10	MEGACAMPOS	179,99	1.799,90
47	FITA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO 20 MT	UN	12	3M	18,50	222,00
64	LIMATÃO 3/16 P/ CORRENTE DE MOTOSSERRA CX COM 12 UNIDADES	CX	6	K&F	54,99	329,94
65	LIMA CHATA 8 POLEGADAS	UM	15	COLLINS	11,98	179,70
66	LUVA DE ESGOTO DE 50 MM	UN	10	MULTILIT	1,89	18,90
68	MARTELO DE 25CM COM CABO FIBRA EMBORRACHADO	UN	07	LOYAL	26,98	188,86
71	PARAFUSADEIRA DE IMPACTO TIPO PISTOLA 230W 110V ENCAIXE DE 1/4 POL ESPECIFICAÇÕES TENSAO:110 POTENCIA 230, COM DUAS BATERIA 20V COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UN	02	MONDIAL	592,72	1.185,44
82	PREGO DE CABEÇA 19X36	KG	20	GERDAL	6,39	127,80
88	ROLO DE LÃ 20 CM	UN	30	CONDOR	7,99	239,70
105	TRENA DE 5 METROS COM TRAVA DA FITA, PRESILHA PARA CINTO, GANCHO AJUSTÁVEL NA PONTA DA FITA, FITA EM AÇO COM NUMERAÇÃO CONTÍNUA.	UN	06	DISBRASIL	11,72	70,32
VALOR TOTAL					R$ 5.700,34	

N.V. VERDE LTDA – ME	*MUNDO DOS PARAFUSOS LTDA ME*
CNPJ: 03.363.727/0001-21	CNPJ: 10.892.262/0001-61
RUA: CAUCHEIRO N 1765 SAL. 04	RUA: J.K. N 1880
BAIRRO: NOVA BRASILIA	BAIRRO: SETOR 01
JI-PARANÁ/RO	JARU/RO
CEP: 76.908-508	TEL: 69 99200-5860
TEL: 69 3229-3034/9981-6799/3411-5500	
JOSÉ LUIZ TOLOTTI	*ELIAS DE SOUSA NUNES*
Representante	Representante
CPF: 080.040.052-68	CPF:704.910.382-91
AMARAL COMÉRCIO E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA ME	*P.H.B MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP*
CNPJ: 12.481.815/0001-19	CNPJ: 26.915.509/0001-58
RUA JOÃO DE ALBUQUERQUE N° 3003	RUA GENERAL OSÓRIO N° 381
SETOR 05	BAIRRO: PRINCESA ISABEL
JARU/RO	CEP: 76.964-030
CEP: 76890-000	CACOAL/RO
FONE: 69 3521-4785/99369-7630	FONE: 69 3441-2500/3423-0823/8462-2068
EMAIL: DISTRIBUIDORA.AMARAL.JARU@GMAIL.COM	EMAIL: CONSTRUNOVA_CACOAL@HOTMAIL.COM
WILLIAM DA SILVA AMARAL	*DAIANY MENDES DA COSTA PEREIRA*
Representante	Representante
CPF: 818.898.602-04	CPF: 012.666.031-07

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:1400DEBF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/PMJ/2017.
PROCRESSO Nº 1-323/2017.

Validade: 22/06/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede, Nº 1080, SETOR 02, neste ato representada pelo senhor **THIAGO DA COSTA NAVARRO** – Gerente do Sistema do Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no **Anexo Único** desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual aquisição de RELÓGIO DE PONTO,** para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892/2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **RELÓGIO REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO PARA 3000 USUARIOS**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Jaru.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (**ANEXO I**) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de **5 (cinco) dias**, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. A empresa vencedora deverá entregar todos os equipamentos no prazo máximo de **15 (Quinze) dias úteis** contados da à assinatura do contrato. A instalação total dos equipamentos deverão ser realizados e concluídos em até **30 (Trinta) dias úteis** após a entrega dos equipamentos.

6.2. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo no item 12.1 e item 5 do Termo de Referência, a partir do recebimento da Nota de Empenho e Assinatura do Contrato de Fornecimento, no seguinte endereço: ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA – Rua Raimundo Cantanhede, nº 1080, Setor 02, CEP: 76.890-000 – Município de JARU/Estado de Rondônia; e demais localidades a serem informadas pela SEMAF, horário das 07h30min às 11h30min, e das 13h30min, às 17h30., de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

6.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial, sendo que a inobservância desta condição implicará em recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até 10 **(dez) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.

7.3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de 10 **(dez) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até 30 **(trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do **Banco**;
Número e Nome da **Agência Bancário** e o Número da **Conta Corrente**.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1**% (um por cento)** do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Multa de **5%** (cinco por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.2. Multa de **10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido** ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado**,** procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93**,** quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse publico, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a **05 (cinco) vezes** a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de re gistro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do Decreto Municipal n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea "d" d o in ciso II do **caput** do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como, por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, **Trimestralmente**, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA** elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF, parte integrante do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/PMJ/2017**.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. A presente Ata de Registro de Preços obedecerá integralmente a Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 5.221/2008, 7.289/2012 e 9.323/2017, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, independente de transcrição.

17.5. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO
Gerente do Sistema do Registro de Preços

Empresa(S) Detentora(S):

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

INFORSERV COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA-ME						
CNPJ: 08.117.381/0001-03						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO PARA 3000 USUARIOS.					
	CARACTERISTIAS TÉCNICAS;					
	Atender a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE nº 1.510/09 e 595/2013 do INMETRO;					
	Deverá ser utilizado exclusivamente para o registro e emissão do comprovante de ponto referente à entrada e saída dos locais de trabalho de seus colaboradores Estar homologado pelo INMETRO;					
	Produzido com microcontrolador de última geração de 32 bits;					
	Confeccionado em material resistente e cantos arredondados para evitar danos aos usuários.					
	Possuir 02 portas USB's externas, com tecnologia full speed, para utilização de pen drive universal e não proprietário, sendo uma, devidamente protegida com lacre de proteção, para porta fiscal de captura dos dados armazenados na MRP (Memória de Registro de Ponto) exclusiva para o Auditor Fiscal do Trabalho, e outra, posicionada estrategicamente, para recolhimento dos registros de ponto e programação total do equipamento, sendo elas, inserção de funcionários, credenciais, templates, supervisores e configurações.					
	Capacidade de armazenamento da MRP de no mínimo 8 milhões de registros de ponto;					
	Capacidade de gerenciamento, na Memoria do Trabalho (MT), de até 16.000 usuários;					
	O equipamento deve ser entregue com lacre, que bloqueia o acesso às memórias do equipamento, para que ninguém tenha acesso a parte interna do equipamento;					
	Marcações são registradas permanentemente na memória, permitindo que sejam recuperadas em caso de perda de dados;					
	Possuir Display de LCD gráfico, equipado com back-light, para fornecer ao usuário as informações de data e hora, além de informações e mensagens decorrentes da utilização do relógio. Esse display deverá ser composto com no mínimo 3 linhas de 15 caracteres e no mínimo 1 linha de 8 caracteres, exclusiva para apresentação da hora do relógio ;					
	O equipamento deverá possui ícone de comunicação no display para indicação do status da comunicação TCP/IP do equipamento. Podendo ser visualizado em no mínimo três situações de comunicação: Ícone apagado: o equipamento está sem cabo de rede conectado. Ícone fixo no display: o equipamento está com cabo de rede conectado e Ícone piscando: o equipamento esta com cabo de rede conectado e comunicando;					
	Possuir Status de violação e sensor no display informando quando o gabinete do equipamento for violado;					
	O relógio deverá possui pictograma, que exibe um *led* na cor verde quando ocorre um registro ou função operada com sucesso, e na cor vermelha quando determinado registro ou função é negado;					
	Dispositivo para sinalização sonora para interação com o usuário no momento da marcação do ponto;					
	Possuir teclado em silicone, com no mínimo 16 teclas, sendo de 0 a 9 numéricas e 7 para funções e configurações do equipamento;					
	Possui sistema de impressão em papel térmico para imprimir com uma única bobina 9.000 tickets Possuir impressora térmica com saída na parte superior do equipamento, com resolução de 8 pontos por milímetro, velocidade de impressão de até 170 milímetros por segundo e vida útil de 100 milhões de pulsos;					
	Deverá possuir compartimento da bobina de papel, do tipo easy load, protegido através de fechaduras com chaves do tipo yale ou tetra;					
01	Impressão do ticket do funcionário em tempo inferior a 02 segundos, com assinatura digital e criptografado;	**Unid**	**50**	**HENRY**	**2.155,66**	**107.783,00**
	Durabilidade da impressão no ticket de 05 anos;					
	Deve possuir sistema de detecção de pouco papel, que informará o usuário da necessidade da substituição antes de acabar o papel no produto, tanto no relógio quanto no software, bloqueando o funcionamento do equipamento quando do final de papel;					
	Possuir sensor de atolamento de papel;					
	Deve possuir sistema de guilhotina, que garante o corte correto dos tickets, evitado assim enrosco de papel e maior comodidade ao usuário.					
	Deve possuir Interface de comunicação ethernet de 10/100Mbps full duplex nativa utilizando protocolo "TCP/IP", com criptografia;					
	Circuito interno de monitoração de funcionamento, com sensor de umidade e temperatura interna do equipamento, para visualizar se a condição de trabalho da bobina esta prejudicada ou não;					
	Relógio com precisão de 1 minuto ao ano;					
	Permitir programar na memória do equipamento: Razão Social da empresa, CPF/CNPJ, CEI e o endereço do empregador;					
	O equipamento deverá possuir dois lacres de segurança, sendo um para garantir o acesso indevido à memoria física do equipamento, não permitindo assim, alteração e exclusão de informações nela armazenada e outro para garantir a segurança da porta fiscal do equipamento;					
	Possui bateria interna que mantém a data e horário ajustado por 1440 horas na falta de energia elétrica, permitindo a proteção contra violação de gabinete do equipamento;					
	Disponibilizar tecla exclusiva para emissão de relação instantânea de marcações de ponto efetuadas nas últimas 24 horas;					
	Possuir leitor de cartão de código de barras bidirecional para leitura e tratamento de código com até 20 dígitos, permitindo realizar a leitura da matricula entre 2 a 20 dígitos;					
	Possuir leitor de proximidade Mifare;					
	Sensor biométrico óptico com resolução mínima de 500 DPI e alta tecnologia para leitura da impressão digital.					
	Leitor biométrico com taxa de falsa aceitação de 0,01%, e taxa de falsa rejeição de 0,01% configuráveis;					
	Possibilidade de identificação e operação em modo 1:1 ou 1:N;					
	Permitir variação angular para posicionamento do dedo e reconhecimento da impressão digital de -30º a +30º;					
	Memória biométrica com capacidade de armazenamento para até 3.000 usuários;					
	Possibilidade de cadastro de mais de uma impressão digital por usuário, com reconhecimento automático entre as digitais cadastradas.					
	No modo de autenticação 1:1 é possível gerenciar até 50.000;					
	Permite o cadastro da impressão digital do funcionário diretamente no equipamento ou no software;					
	Não deve restringir a marcação de ponto dos usuários, conforme Portaria 1.510/2009-MTE e 595/2013 do INMETRO;					
	Possibilitar o cadastro de até 5 senhas máster, para programação e configuração do equipamento;					
	Deve ser fornecido com fonte de alimentação de 100 a 240 VAC;					
TOTAL: 107.783,00						

Inforserv Comércio De Material De Informática LTDA ME
CNPJ: 08.117.381/0001-03
Rua Manoel Laurentino De Souza N° 1882
Nova Porto Velho
Porto Velho/RO
CEP: 76.820-146

Fone: 69 3222-1887
EMAIL: FABIO.PRADO@INFORSERV.INFO
FÁBIO DE OLIVEIRA PRADO
Representante
CPF: 851.746.292-00

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:7B2A0740

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 026/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: 059/PMJ/2017
PROCESSO: Nº 1557/PMJ/2017
Validade: 18/06/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Ricardo Catanhede, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pela Gerente de Sistema de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual Aquisição de **CONFECÇÃO E COPIA DE CHAVES E PREST. DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO**, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CONFECÇÃO E CÓPIA DE CHAVES) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Jaru.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM, podendo ser prorrogado por igual período, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos desta norma, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto nº 5.220, de 23 de janeiro de 2008.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (5.220/08). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:
Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;
Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 O prazo máximo para execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento verbal, por telefone ou correspondência eletrônica (e-mail).

6.2 Os serviços que não estiverem de acordo deverão ser refeitos, a pedido do servidor designado, no prazo máximo de 02 (duas) horas contados da data e hora registrada na Ordem de Início dos Serviços referente ao fato.

6.3 As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento, decorrente das entrega dos produtos constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações;
7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.
7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.
7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.7 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.
7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.
9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jaru e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Jaru, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.
9.3 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. **Multa de 3%** (três por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;
9.3.2. **Multa de 10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:
9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
9.11.9.1 por razões de interesse público ou
9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

- UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;

12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;

12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.5 Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.6 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.7 Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.8 Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.

12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l) Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.

12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

13.2 - recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;

13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;

13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços

13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II do**caput**do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.

14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**

14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.

14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL:

a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;

d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e) Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas

17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
17.1. É participante desta ata as Secretarias Municipais que compõe à Administração de Jaru/RO.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Empresa(S) Detentora(S):

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

JOSE SOARES LENCK NETO						
CNPJ: 19.861.001/0001-59						
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS**	**Und**	**Quant**	**Marca**	**Valor Médio**	**Valor Total Médio**
01	COPIA DE CHAVES SIMPLES	UND	256	JAS	R$ 7,50	R$ 1.920,00
02	CONFECÇÃO DE CHAVE DE AUTO SIMPLES	UND	95	DOVALE	R$ 85,00	R$ 8.075,00
03	CONFECÇÃO DE CHAVE DE AUTOMOVEL CODIFICADA	UNID	75	GOLD	R$ 500,00	R$ 37.500,00
04	CONFECÇÃO DE CHAVE DE MOTO	UNID	29	DOVALE	R$ 60,00	R$ 1.740,00
05	CONFECÇÃO DE CHAVE SIMPLES	UNID	205	JAS	R$ 28,00	R$ 5.740,00
06	COPIA DE CHAVE PARA AUTO SIMPLES	UNID	25	DOVALE	R$ 45,00	R$ 1.125,00
TOTAL						**R$ 56.100,00**

Jose Soares Lenck Neto
CNPJ: 19.861.001/0001-59
Av. Dom Pedro I N° 2750
Setor 05
Jaru/RO
CEP: 76890-000
Fone: 69 99225-8844
JOSE SOARES LENCK NETO
Representante
CPF: 598.751.432-00

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:0F3CE6BE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **078/**PMJ/2017.

PROCRESSO Nº **1-2116/PMJ/**2017.

Validade: 17/09/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02 – neste ato representado pelo senhor THIAGO DA COSTA NAVARRO – Assessor Técnico de Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE artefatos de cimentos, broquetes, meio fio e postes de concreto**, para atender a necessidade das Secretarias do Município de Jaru, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892/2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **Aquisição de artefatos de cimentos, broquetes, meio fio e postes de concreto**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiento.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1.As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais e deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) dias corridos.
6.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 – 4730, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 ás 11:30 horas e das 13:30 ás 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.
6.3.Os materiais entregues deveram apresentar especificações técnicas em português, para melhor verificação no recebimento.

6.4.Nos levantamentos efetuados foi levada em consideração a demanda apresentada pelas Secretarias municipais, caracterizando-se como expectativa de consumo, de acordo com históricos anteriores.
6.5. Os quantitativos foram estimados por um eventual consumo das demandas, contemplando também as necessidades ocasionais, permitindo-se acréscimos máximos de até 25% (vinte e cinco por cento) no período de vigência de Ata de registro de Preços.
6.6. Os materiais e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO AS SECRETARIAS DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até **10** (**dez**) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias que serão indicadas nos processos filhotes.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.2. Multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse publico, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não pre judique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do Decreto Municipal n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea "d" d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL / ARP:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua exec ução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA UNICIFICADO elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente - SEMINFRAM, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/PMJ/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 5.221/2008, 7.289/2012 e 9.323/2016, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

THIAGO DA COSTA NAVARRO
Assessor Técnico de Registro de Preços.

Empresa(S) Detentora(S):

_____
(Representante / Nome / CNPJ)

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

L.A METALÚRGICA E PRÉ-MOLDADOS LTDA ME					
CNPJ: 17.909.424/0001-76					
COTA PRINCIPAL (75%), PARTICIPAÇÃO LIVRE					
Item	Descrição do Produto	Unid	Qtde	V.Unit	V.Total
02	BROQUETES SEXTAVADOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 8cmX30cmX30cm.	MLH	112	R$ 3.704,79	R$ 414.936,48
03	BROQUETES SEXTAVADOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 10cmX30cmX30cm.	MLH	112	R$ 3.453,20	R$ 386.758,40
04	BROQUETES ONDULADOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 8cmX24cmX11cm.	MLH	150	R$ 1.245,98	R$ 186.897,00
05	MEIO FIO RETO COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 80cmX12cmX29cm.	UNID	3.750	R$ 21,86	R$ 81.975,00
COTA REMANESCENTE (25%) – PARTICIPAÇÃO PREFERENCIALMENTE PARA EMPRESAS NO ÂMBITO REGIONAL					
Item	Descrição do Produto	Unid	Qtde	V.Unit	V.Total
06	BROQUETES SEXTAVADOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 8cmX30cmX30cm.	MLH	38	R$ 3.704,79	R$ 140.782,02
07	BROQUETES SEXTAVADOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 10cmX30cmX30cm.	MLH	38	R$ 3.453,20	R$ 131.221,60
08	BROQUETES ONDULADOS COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 8cmX24cmX11cm.	MLH	50	R$ 1.245,98	R$ 62.299,00
09	MEIO FIO RETO COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 80cmX12cmX29cm.	UNID	1.250	R$ 21,86	R$ 27.325,00
Valor Total:				**R$ 1.432.194,50**	

N.V VERDE & CIA LTDA ME						
CNPJ: 03.363.727/0001-21						
	ITEM EXCLUSIVO (100%) – PARTICIPAÇÃO PREFERENCIALMENTE PARA EMPRESAS NO ÂMBITO REGIONAL – Limite de R$ 80.000,00					
Item	Descrição do Produto	Unid	Qtde	Marca	V.Unit	V.Total
01	POSTES DE CONCRETO PARA PADRÃO COM AS SEGUINTES DIMENSÕES, 22cmX17cm no pé, e 10cmX10cm na ponta, com 7,5 metros de comprimento.	UNID	10	HIPERHAUS	R$ 339,99	R$ 3.399,99
Valor Total:					**R$ 3.399,99**	

L A Metalúrgica E Pré-Moldados LTDA ME	N.V. Verde LTDA – ME
CNPJ: 17.909.424/0001-76	CNPJ: 03.363.727/0001-21
RD BR 364 N 1276	Rua: Caucheiro N 1765 Sal. 04
Setor 08	Bairro: Nova Brasilia
Jaru/RO	JI-Paraná/Ro
CEP: 76890-000	CEP: 76.908-508
Tel.: 3521-3743	Tel: 69 3229-3034/9981-6799/3411-5500
Email: BARRETOS444@HOTMAIL.COM	Email: TOLOTTI.JL@GMAIL.COM
ANTONIO RIBEIRO NUNES	***JOSÉ LUIZ TOLOTTI***
Representante	Representante
CPF: 536.524.956-91	CPF: 080.040.052-68

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:794C40B5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/PMJ/2017.
PROCRESSO Nº 1848/PMJ/2017.

Validade: 13/08/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Ricardo Cantanhede, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo Assessor Técnico de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Retifica de Motores, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Retífica de Motores** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (**ANEXO I**) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:
5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de **5 (cinco) dias**, para atender ao objeto empenhado;
5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.
5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.
5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. Os materiais deverão ser entregues, no Município de **JARU/RO**, no prazo máximo de até () dias a partir do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: Almoxarifado da Secretaria Municipal de Administração – Rua: Ricardo Cantanhede nº 1080 setor 02
CEP: 76.890-000 – Município de JARU/Estado de Rondônia; horário das 07h30min às 11h30min, e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta-feira; exceto feriados.
6.1.1. Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, sendo que a inobservância desta condição implicará em recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.
7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até 10 **(dez) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.
7.3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.
7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.
7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de 10 **(dez) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até 30 **(trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.
7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.
7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do **Banco**
Número e Nome da **Agência Bancário** e o Número da **Conta Corrente**.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;
7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1**% (um por cento)** do valor estimado pelo item ofertado.
9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado na Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:
9.3.1 Multa de **0,2%** (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;
9.3.2. Multa de **10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.
9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido** ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.10. Cancelamento do preço registrado**,** procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93**,** quando:
9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados
9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;
9.11.9.2. A pedido do fornecedor

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.
10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;
10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a **05 (cinco) vezes** a quantidade prevista para cada item.
10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;
12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;
12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;
12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;
12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;
13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;
13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do Decreto Municipal n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea "d" d o in ciso II do **caput** do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como, por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.
14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.
14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, **Trimestralmente**, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:
I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
IV. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
V. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;
VI. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
VII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
XIII. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
IX. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
X. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
XI. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
XII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
XIII. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
XIV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
XV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
XVI. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:
Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA** elaborado pela Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF, parte integrante do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/PMJ/2017**.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei Federal nº 8.666/93 demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

THIAGO DA COSTA NAVARRO
Gerente do Sistema do Registro de Preços

Empresa(S) Detentora(S):

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

RETIFICA DE MOTORES JARU LTDA ME					
CNPJ: 84.581.396/0001-06					
LOTE: 01 RETIFICA DE MOTORES A DIESEL					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**	**UND**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01	**Hora Serviço USINAGEM (MÃO DE OBRA HOMEN + HORA MAQUINA), (BASE TABELA TEMPARIA CONAREM)**	Hora	300	180,00	R$ 54.000,00
02	**Hora Serviço MÃO DE OBRA HOMEN. - (BASE TABELA TEMPARIA CONAREM)**	Hora	300	100,00	R$ 30.000,00
TOTAL LOTE 01					R$ 84.000,00
LOTE: 02 RETIFICA DE MOTORES A GASOLINA					
01	**Hora Serviço USINAGEM (MÃO DE OBRA HOMEN + HORA MAQUINA) (BASE TABELA TEMPARIA CONAREM)**	Hora	150	180,00	R$ 27.000,00
02	**Hora Serviço MÃO DE OBRA HOMEN. (BASE TABELA TEMPARIA CONAREM)**	Hora	150	100,00	R$ 15.000,00
TOTAL LOTE 02					R$ 42.000,00

Retífica De Motores Jaru LTDA – ME
CNPJ: 84.581.396/0001-06
Av. Jk, nº. 838- Setor 02
Jaru/RO - (69) 3521-1506
E-mail: remojaru@hotmail.com
HAILTON SILVA DOS SANTOS
Responsável Legal
CPF: 220.295.322-15

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:06BFDF44

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **089**/PMJ/2017.

PROCRESSO Nº **1-2438/PMJ**/2017.

Validade: 13/12/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02 – neste ato representado pelo senhor THIAGO DA COSTA NAVARRO – Assessor Técnico de Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Fedral nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1.As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais e deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias corridos para empresas locais dentro do município de Jaru/RO, no prazo de 10 (dez) dias corridos para empresas dentro do Estado de Rondônia e no prazo de 30 (trinta) dias corridos para empresas fora do Estado.
6.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do Almoxarifado Central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 – 4730, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 ás 11:30 horas e das 13:30 ás 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.
6.3.Os materiais entregues deveram apresentar especificações técnicas em português, para melhor verificação no recebimento.
6.4.Nos levantamentos efetuados foi levada em consideração a demanda apresentada pelas Secretarias municipais, caracterizando-se como expectativa de consumo, de acordo com históricos anteriores.
6.5. Os quantitativos foram estimados por um eventual consumo das demandas, contemplando também as necessidades ocasionais, permitindo-se acréscimos máximos de até 25% (vinte e cinco por cento) no período de vigência de Ata de registro de Preços.
6.6. Os materiais e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO AS SECRETARIAS DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até **30** (**Trinta**) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias que serão indicadas nos processos filhotes.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.2. Multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse publico, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não pre judique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do Decreto Municipal n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea “d” d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL / ARP:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua exec ução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA UNICIFICADO elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda - SEMAPLANF, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/PMJ/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 9.323/2016 e 9.975/2017, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

THIAGO DA COSTA NAVARRO
Assessor Técnico de Registro de Preços

Empresa(S) Detentora(S):

_____
(Representante / Nome / CNPJ)

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

CCK COMÉRCIO EIRELI						
CNPJ: 22.065.938/0001-22						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
6	**AUTOCLAVE 21L:** Secagem com a porta fechada. Sistema de alarmes e avisos para manutenção e monitorização. 05 ciclos de esterilização.Painel digital. Exclusivo sistema de rastreabilidade. Registro na Anvisa. Acompanha copo graduado e amostra de mangueira. 2 anos de garantia. Alimentação Bivolt automático.	UNID	02	STERMAX/21ASE	R$ 3.064,49	R$ 6.128,98
24	**BOMBA SUBMERSA**: Vibratória para poço. Potência 450 Watts. Especial para poço. Tubular de 6 polegadas (153mm). Igual ou superior a marca Anauger 6", com diâmetro de 6 polegadas. Especificações. Vazão máxima 2.200 litros/hora. Altura manométrica máxima 65m (elevação). Temperatura máxima da água 35ºC Profundidade de utilização abaixo do nível da água - submersão máxima 20m. Bombeamento de água limpa Tensões: 115V / 127V / 220V / 254V. Frequência: 60Hz .	UNID	04	MAXIBOMBAS/TURBO 1500	R$ 395,68	R$ 1.582,72
34	**CAIXA DE FERRAMENTAS COMPLETA:** Linha profissional. Fabricadas em aço carbono	UNID	02	CMB/100 BAS	R$ 899,66	R$ 1.799,32
47	**CORTINA DE AR:** 1,50 metros	UNID	15	AGRATTO/CAR15	R$ 887,99	R$ 13.319,85

66	**FURADEIRA DE IMPACTO COM MALETA E ACESSÓRIOS:** De impacto 1/2' 760 watts. Velocidade variável e reversível com maleta, Voltagem: 110V. Ideal para perfurações em madeira, aço e concreto.	UNID	02	DWT/SBM 780	R$ 449,99	R$ 899,98
79	**LAVADORA ALTA PRESSAO PROFISSIONAL:** Itens Inclusos: Pistola com engate rápido e mangueira, Tubeira Vario Power, Tubeira Turbo, T-Race, Informações Técnicas: Pressão máxima: 1.740PSI, Vazão de água: 360l/h. Nível de potência: 1.500W, Frequência: 60Hz Voltagem: 110V, Dimensões (C x L x A): 310 x 345 x 573 mm	UNID	17	LAVOR/EXPRESS	R$ 726,47	R$ 12.349,99
84	**LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL:** Produto Em Conformidade Com O Inmetro. Ideal Para O Preparo De Sucos E Vitaminas A Base De Frutas Naturais Ou Polpas Congeladas. Copo De Plástico E Gabinete Em Aço Inox. Conjunto Mancal/Hélice Em Aço Inox De Liga Especial. Com Chave Liga/Desliga Mais Função Pulsar. Acoplamento Com Sistema De Auto Compensação, Facilitando O. Encaixe E Permitindo A Intercambiabilidade De Copos.	UNID	08	SPOLU/SPL-059	R$ 590,92	R$ 4.727,36
121	**ROÇADEIRA:** Cilindrada: 45,7 cm 3 ou acima, potência: 2,1 KW ou acima, velocidade 9000 rpm ou acima, capacidade do tanque de combustível: 0,9 litro ou acima, lubrificante para mistura, 2 tempos, deverá acompanhar, cabeçote com fio de nylon, lâmina multi 300-3, serra circular, cinturão balance x, garantia de um ano contra defeito de fabricação, assistência técnica autorizada pelo fabricante na cidade de Jaru-Rondônia.	UNID	02	TOYAMA/TBC63	R$ 1.225,00	R$ 2.450,00
141	**ESCADA DE 7 DEGRAUS:** Alumínio, Contém 7 Degraus, pés emborrachados, degraus devem possuir material antiderrapante DobrávelCarga máxima de 120 kg.	UNID	20	ALUMASA/ER7	R$ 385,07	R$ 7.701,40
TOTAL: 50.959,60						

CMK AUTOMOÇÃO COMERCIAL EIRELI EPP						
CNPJ: 22.416.068/0001-99						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
53	**DERMATOSCÓPIO:** Vídeo, De Led, De bancada, USB	UNID	35	DINO	R$ 1.055,00	R$ 36.925,00
75	**IMPRESSORA DE ETIQUETAS:** >. Caraterísticas físicas: >Resolução: 203 dpi; Largura de máxima de impressão: 104 mm; >Velocidade máxima de impressão: 76 mm por segundo; >Métodos de impressão: transferência térmica e térmica direta. >PPLB; >EPL2; >PPLA (requer atualização de firmware). >. Serial RS-232; >USB. >Características dos suprimentos: >Diâmetro do núcleo do rolo: 1,0"/25 mm e 1,5"/38 mm; >Largura máxima do rolo (incluindo liner): 110mm; >Tipos de suprimentos: rótulos, etiquetas e recibos >Características do Ribbon: >Comprimento Padrão: 90 m; >Largura do ribbon: 110mm (recomendado); >Diâmetro do núcleo do rolo: 0.5"/12.7 mm.	UNID	08	TSC	R$ 1.387,50	R$ 11.100,00
TOTAL: 48.025,00						

COMPACT POWER MÁQUINAS LTDA EPP						
CNPJ: 11.496.215/0001-61						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
67	**GERADOR DE ENERGIA:** Cilindrada:200 cc, Potencia: 6,5 hp, Sistema de ignição: transistor, Sistema de arranque: manual, Tipo: auto excitante, 2 polos, campo rotativo, Regulagem de voltagem: avr, Fase:mono, Saída ac nominal:2.8 kva, Saída ac máxima 3.0 kva, Tensão de saída: 110/120/220/240v. Saída dc: 12/8.3 v/a, Tanque de combustível 15 l. Dimensão:595mmx425mmx435mm. **Peso:42 kg**	UNID	10	Gera Power Brasil : GL3900	R$ 1.599,99	R$ 15.999,90
TOTAL: 15.999,90						

DENTAL ALTA MOGIANA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA						
CNPJ: 05.375.249/0001-03						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
137)	**ULTRASSOM:** Equipamento com alta resolução garantindo um diagnóstico preciso e eficiente. Tipos de exames: abdominal, obstetrícia, ginecologia, ortopedia, urologia e partes pequenas. Possuir Trackball, painel de controle iluminado >Duas portas de sonda ativa, com suporte de transdutor e do gel, suporte de cabos do transdutor 256 níveis de cinza; >Profundidade de no mínimo 25 cm; múltiplos focos ajustáveis pelo usuário; CINE: Mínimo de 512 fps;; >Alimentação de energia: 100-240V automático ~ 50/60Hz; >Software em português; >Monitor de Alta Resolução de no mínimo 15" com inclinação pra cima e pra baixo; 4 Portas USB, Rede LAN, Vídeo VGA, S-Vídeo, Pedal, Remote printer, RS 232; >Modos : B, B / B, 4B, M, B / M >Medições, Cálculos e Relatórios: duas categorias de medidas e cálculos estão disponíveis no sistema de ultrassonografia: exame geral e específico. >Acompanha: Transdutor multifrequencial Linear de banda larga (5-10 MHz); Transdutor multifrequencial Endocavitário de banda larga (4-9 MHz); Transdutor multifrequencial Convexo de banda larga (2-5 MHz);	UNID	01	FIGLABS	R$ 63.000,00	R$ 63.000,00
TOTAL: 63.000,00						

ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI EPP						
CNPJ: 26.527.362/0001-29						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
16	**BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL INFANTIL:** Capacidade 15 Kg. Display LCD. Atende à norma EB-2082. Painel Digital com 6 dígitos	UNID	30	MICHELLETI	R$ 566,66	16.999,80
43	**COLPOSCOPIO:** Indicado no diagnóstico de prevenção do câncer Ginecológico. Aumento fixo de 16 vezes. Distância focal de 300mm. Controles de altura e distância micro reguláveis. Filtro de luz verde ou azul. Controle de intensidade do foco de luz. Prático sistema de para troca de lâmpada. Pintura eletrostática em epóxi de alta resistência. Bivolt 127/220v 50/60hz Lâmpada de 20W / 6V	UNID	02	MARTEC	R$ 2.750,00	5.500,00
TOTAL: 22.499,80						

GRANDE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA ME						
CNPJ: 10.662.497/0002-48						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
98	**NOBREAK OFF LINE:** 600VA Bivolt.	UNID	56	RAGTECH	R$ 277,94	R$ 15.564,64
TOTAL: 15.564,64						

HOSP. BIO. IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI EPP						
CNPJ: 11.192.559/0001-87						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
69	**HAMPER INOX:** Armação tubular em aço inoxidável, pintura epóxi com tratamento anticorrosivo, pés com rodízio, saco em lona crua.	UNID	15	LEVITA	R$ 279,95	R$ 4.199,25
114	**POLTRONA RECLINÁVEL TIPO "CADEIRA DO PAPAI":** apoio de braços, encosto reclinável em qualquer posição com acionamento dos pés independente, assento e encosto estofados com revestimento sintético tipo courvim, lavável e regulável, sendo também recliináveis junto ao encosto. estofamento com revestimento único sem dobras e botões, envolvente em espuma soft supremacia e não deformável, c/densidade de 28 aproximadamente, dimensões próprias p/acomodar confortavelmente pessoas obesas - importante que recline apoio de pernas e dorso ajustando para posição semi-sentado, base de sustentação forrada evitando acúmulo de poeira e insetos, fixa em quatro pés ausência de rodízios; **garantia: 3anos.**	UNID	50	LEVITA	R$ 724,33	R$ 36.216,50
TOTAL: 40.415,75						

KMEIH & SERPA LTDA ME						
CNPJ: 01.527.632/0001-70						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
13	**APARELHO DE AR CONDICIONADO 50.000 BTUS INVERTER:** Ciclo Frio. Funções Refrigeração / Desumidificação / Ventilação. Filtros HEPA / High Density Filter / Carvão Silencioso Sim. Velocidades 3 de resfriamento. Gás R410a Direcionadores de ar Horizontal / Vertical. Saída de ar 1 (uma) saída inferior. Temperatura 18 a 32 ºC. Vazão de ar 500 m³/h (CBF09DBBNA). 600 m³/h (CBF12DBBNA) 1000 m³/h (CBF18DBBNA). 1150 m³/h (CBF22DBBNA) **Garantia 1 ano total/5 anos**. Energia: Classificação energética A. Voltagem 220 V. Frequência 60 Hz. Disjuntor 10 A (CBF09DBBNA). 10 A (CBF12DBBNA). 20 A (CBF18DBBNA). 20 A (CBF22DBBNA). Ajuste automático Direcionador de ar horizontal. Controle remoto Sim Timer Sim. Resfriamento rápido Sim - Função Super Turbo.	UNID	8	CARRIER/ CJPTINVER T 54K	R$ 17.455,36	R$ 139.642,88
14	**APARELHO DE AR CONDICIONADO 50.000 BTUS INVERTER:** Ciclo Frio. Funções Refrigeração / Desumidificação / Ventilação. Filtros HEPA / High Density Filter / Carvão Silencioso Sim. Velocidades 3 de resfriamento. Gás R410a Direcionadores de ar Horizontal / Vertical. Saída de ar 1 (uma) saída inferior. Temperatura 18 a 32 ºC. Vazão de ar 500 m³/h (CBF09DBBNA). 600 m³/h (CBF12DBBNA) 1000 m³/h (CBF18DBBNA). 1150 m³/h (CBF22DBBNA) **Garantia 1 ano total/5 anos**. Energia: Classificação energética A. Voltagem 220 V. Frequência 60 Hz. Disjuntor 10 A (CBF09DBBNA). 10 A (CBF12DBBNA). 20 A (CBF18DBBNA). 20 A (CBF22DBBNA). Ajuste automático Direcionador de ar horizontal. Controle remoto Sim Timer Sim. Resfriamento rápido Sim - Função Super Turbo.	UNID	2	CARRIER/ CJPTINVER T 54K	R$ 17.455,36	R$ 34.910,72
119	**REFRIGERADOR 300 L:** controle de temperatura externo; controle de temperatura do congelador; sistema frost free; trava na porta do congelador; gavetão de legumes transparente; Degelo do freezer: frost free. Capacidade do congelador: 47 l. capacidade do refrigerador: 253l. Capacidade total: 300 l. selo procel: a. tensão/voltagem: 110 v. deve incluir manual em português, **>garantia de 12 meses.**	UNID	26	ELECTROL UX/ RFE39	R$ 1.822,17	R$ 47.376,42
120	**REFRIGERADOR DUAS PORTAS:** Capacidade de 460 lt , degelo seco; refrigerador 460 l; controle de temperatura interno; controle de temperatura do congelador; sistema frost free; trava na porta do congelador; gavetão de legumes transparente; porta latas; porta-ovo para 12 unidades; Degelo do freezer: frost free. Capacidade do congelador: 115 l. capacidade do refrigerador: 347l. Capacidade total: 460 l. selo procel: a. tensão/voltagem: 127 v. deve incluir manual em português **garantia de 12 meses.**	UNID	02	ELECTROL UX/ DC49A	R$ 2.220,66	R$ 4.441,32
TOTAL: 226.371,34						

LAJA LTDA ME						
CNPJ: 05.887.870/0001-48						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
35	**CAMA HOSPITALAR FOWLER:** Construída em aço de carbono. Pintura eletrostática epóxi-pó cor branca. Capacidade de 150 Kg. Acionamento dos movimentos através das manivelas. Grades laterais com sistema levanta e abaixa. Colchão hospitalar impermeável para cama Fowler, confeccionado em espuma, capa em napa azul – D28	UNID	04	R.A MOVEIS MODELO R.A 71	R$ 1.976,50	7.906,00
86	**MACA EXAME CLINICA**: Cabeceira Reclinável, Construída em tubos pintados de 1"1/4; Leito estofado com cabeceira regulável; Revestimento em corwin, Pés com ponteiras plásticas; Dimensões: 1,80x0,65x0,80m. Tratamento anti-ferruginoso, pintura eletrostática à pó. Suporta até 150 KG	UNID	70	R.A MOVEIS MODELO R.A 100	R$ 399,99	27.999,30
TOTAL: 35.905,30						

L.R.F BATISTA EPP						
CNPJ: 19.859.630/0001-44						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
8	**ANTROPOMETRO HORIZONTAL:** Destinado a medicação de crianças em decúbito frontal. Deve incluir todas as peças necessárias para sua utilização. Escala numérica com o mínimo 100cm úteis. Escala numérica com indicação de dezena em números maiores a cada 10cm. Deve incluir bolsa ou outra embalagem para seu armazenamento e transporte. Equipamento acompanhado de estojo exclusivo para proteção e transporte. **Garantia de no mínimo 01 ano.**	UNID	03	CAUMAQ	R$ 366,66	1.099,98
32	**CAMA HOSPITALAR:** Com 1 movimento de cremalheira. Cabeceira e peseira construída com tubos. Sem encosto (cabeça e pés) Pés com ponteiras. Dimensões: 1.90m comp. X 0.90m larg. X 0.50 alt.	UNID	15	SANTA LUZIA	R$ 1.000,00	15.000,00
49	**CUBA RETANGULAR:** Confeccionado em Aço Inoxidável. Dimensões: 25 x 16 x 3 cm;	UNID	60	FAMI	R$ 48,16	2.889,60

51	**CUBA RIM:** Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	20	GOLGRAN	R$ 23,98	479,60
56	**ESTOJO INÓX PARA INSTRUMENTAIS LISO:** Tamanho: 26 x 12 x 6 cm , Liso, Material aço Inóx.	UNID	60	ACONOX	R$ 77,50	4.650,00
62	**FOCO GINECOLÓGICO:** Sem espelho, com haste flexível: base sobre rodízios, Voltagem Bivolt Automático, cabo de energia com 2 metros de comprimento	UNID	12	SANTA LUZIA	R$ 346,16	4.153,92
87	**MACA DE SOCORRISTA:** Maca de polietileno resgate med. 1,85m X 0,45m. Ref. MM001. Fabricada em polietileno de alta densidade; sem soldas; Em modelo da silhueta do corpo; Possui fitas de fixação; Dois varões de madeira itaúba internos para resistência. Utilizada para resgate de pacientes em primeiros socorros no Serviço de Emergência.	UNID	01	MARIMAR	R$ 725,00	725,00
96	**NEBULIZADOR/INALADOR:** Nebulização uso adulto e infantil, Portátil, Termostato para proteção de superaquecimento, Proteção antibacteriana Acessórios:Copinhos para medicamento, Mangueira, 1 (um) máscara infantil, 1(um) máscara adulto. Alimentação Bivolt automático	UNID	20	GTECH	R$ 161,99	3.239,80
103	**PINÇA BACKHAUS 10 CM:** Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	ABC	R$ 20,00	1.400,00
105	**PINÇA DE DISSECÇÃO (ANATÔMICA)15 CM:** Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	ABC	R$ 10,71	749,70
125	**SUPORTE DE BRACO PARA INJEÇÃO:** base em tripé, em ferro fundido, com acabamento em pintura epóxi após tratamento antiferruginoso; haste estrutura composta por coluna receptora em tubo de aço inox, concha em aço inox, movimentos e altura reguláveis;	UNID	20	ORTOMED	R$ 180,00	3.600,00
127	**SUPORTE DE PAREDE PARA SABONETE LÍQUIDO:** Possui um recipiente interno para ser encaixado um Refil de 1.000ml; Fixação através de fita dupla face para paredes lisas e possui diversas furações para fixação através de parafusos; Fabricado em material plástico rígido	UNID	200	GRIFIT	R$ 38,05	7.610,00
135	**TESOURA MAYO STILLE RETA 14CM:** Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	50	ABC	R$ 39,00	1.950,00
138	**VÁLVULA REGULADORA COM FLUXÔMETRO PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO:** Para controlar a pressão de saída de Oxigênio. Entrada com filtro de bronze sintetizado Manômetro de alta pressão com escala de 0 a 300 Kgf/cm2; Entrada com filtro em bronze sinterizado; Pressão fixa de 3,5 Kgf/cm2; Válvula de segurança; Fluxômetro; Fabricado em metal cromado. **Garantia de Fábrica:**01 ano contra defeitos de fabricação.	UNID	40	RWR	R$ 194,59	7.783,60
TOTAL: 55.331,20						

M2W DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI EPP						
CNPJ: 27.206.864/0001-10						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
95	**MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR:** **>Sistema óptico**: Sistema óptico UIS (Universal Corrigido ao Infinito) **>Iluminação:** Iluminador tipo Koehler de luz transmitida embutida. Lâmpada de halogênio de 6V/30W 100-120V/220-240V – 0.85/0.45ª 50/60H, ou lâmpada LED **> Focalização:** Movimento altura da patina através de guia de rolete (pinhão e cremalheira). Deslocamento por rotação: 36.8mm. Faixa total de deslocamento :25mm. Batente de limite superior. Ajuste de tensão no botão de ajuste de foco macrométrico **> Revólver Porta-objetiva Giratória:** revólver porta-objetiva quíntuplo fixo com inclinação para dentro	UNID	03	LUMEN	R$ 3.200,00	9.600,00
TOTAL: 9.600,00						

MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI EPP						
CNPJ: 05.022.486/0001-82						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
101	**OTOSCÓPIO:** Lente de visão ampla para visualização, acompanha 5 espéculos sendo: um jogo com 4 espéculos, reutilizáveis nos tamanhos 2,5 - 3 - 4 e 5mm (Esterilizável em autoclave ou solução para esterilização) + 1 especulo standard 4mm. Utiliza Lâmpada Halógena de 2,5V, alimentado por duas pilhas alcalinas AA.(inclusa).	UNID	12	MD MEDICAL DEVICE (PVT) PAQUISTÃO MARK II	R$ 241,58	R$ 2.898,96
142	**OFTALMOSCÓPIO:** Sistema óptico vedado mantém o instrumento limpo e sem poeira, Disco de abertura com seis posições, Lente convergente de vidro, Abertura com fixador para localizar lesões. Cabo metálico com acabamento liso, alimentação por duas pilhas alcalinas AA. (Inclusa), lâmpada halogena de 2,5V, Lente convergente de vidro.	UNID	02	MD MEDICAL DEVICE (PVT) PAQUISTÃO OMNI 3000	R$ 720,90	R$ 1.441,80
TOTAL:4.340,76						

MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP						
CNPJ: 68.886.605/0001-65						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
15	**BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL ADULTA**: fabricada em chapa de aço carbono pintada Capacidade de Pesagem até 200 kilos comdivisões a cada 100 gramas. Tamanho da Plataforma de Pesagem 38 centímetros x 29 centímetros. Régua. tropométrica mede até 2,00 metros, fabricada em alumínio anodizado, marcações de altura a cada 0,5 centímetro. Tapete antiderrapante de borracha para maior segurança. Pés de apoio da balança possuem regulagem para nivelamento de acordo com o piso onde será instalada. Possui Função de TARA, Painel Digital com 6 dígitos. Voltagem Bivolt Automático	UNID	25	MARTE	R$ 897,56	R$ 22.439,00
TOTAL: 22.439,00						

MBR FERNANDES EPP						
CNPJ: 16.845.253/0001-04						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
9	**ANTROPOMETRO VERTICAL PORTATIL:** Equipamento destinado a medição de pessoas Escala numérica gravada em tinta resistente ao uso, bilateral fixada em material desmontável que se encaixem com precisão e mantenham-se estáveis durante o uso. Escala numérica construída em centímetros com graduação precisão de 1mm. Escala numérica com no mínimo 200cm úteis. **Garantia de no mínimo 01 ano.**	UNID	05	WELMY	R$ 402,39	2.011,95
31	**CADEIRA DE RODAS ADULTO:** Apoio para os pés com: sim. Regulagem não. Alimentação Elétrica: Não se Aplica.	UNID	30	CDS	R$ 419,66	12.589,80

	Apoio para os Braços Fixo. Tamanho da roda traseira 24". Material de Fabricação da Estrut Aço. Aviso Imagem Meramente Ilustrativa. Profundidade do Assento (cm) 40. Orientação Leia o manual de instruções antes do uso. Pneus Traseiros Maciço Pneus Dianteiros Maciço. Modelo Cadeira de Rodas Manual. Tamanho da roda dianteira 6" Altura do Encosto (cm) 40. Freios Bilaterais Sim Assento Conforma Não. Tipo de Pintura Epoxi Largura do Assento (cm)40. Registro ANVISA Consulte.Garantia do Fabricante 6 Meses Largura do Encosto (cm) 40. Capacidade 90 Kg. Dobrável Sim					
33	CAMA HOSPITALAR: Com 1 movimento de cremalheira. Cabeceira e peseira construída com tubos. Sem encosto (cabeça e pés) Pés com ponteiras. Dimensões: 1.90m comp. X 0.90m larg. X 0.50 alt.	UNID	5	ORTOMED	R$ 1.999,99	9.999,95
39	CARRINHO PARA TRASNPORTE DE OXIGÊNIO: capacidade para carregar bala de 10 L	UNID	11	ORTOMED	R$ 255,63	2.811,93
50	CUBA REDONDA: Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	60	FAVA	R$ 59,33	3.559,80
57	**ESTOJO INÓX PARA INSTRUMENTAIS PERFURADO:** Tamanho: 26 x 12 x 6 cm, Perfurado, Material aço Inox	UNID	60	FAVA	R$ 102,20	6.132,00
97	**NEGATOSCÓPIO LED:** **Sistema de iluminação por LED. Resistente a impacto e não enferruja, Área visível 350 x 460 mm, Material: Acrílico. Alimentação Bivolt automático Garantia 2 anos**	UNID	40	ORTOMED	R$ 339,66	13.586,40
108	**PINÇA KELLY RETA 14 CM:** Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 20,27	1.418,90
128)	**SUPORTE DE PAREDE PARA PAPEL: Interfolhado. Papel de 2 ou 3 dobras.**	UNID	200	NOBRE	R$ 22,45	4.490,00
TOTAL: 56.600,73						

MIL PRINT INFORMÁTICA EIRELI EPP						
CNPJ: 23.791.227/0001-06						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
73	**IMPRESSORA SIMPLES:** > Tecnologia de Impressão: Laser Monocromático >Velocidade de Impressão: Até 19ppm Carta | Até 18ppm A4 >Qualidade de impressão preto (ótima): Até 600 x 600 x 2 dpi (saída efetiva 1200 dpi) >Ciclo de trabalho (mensal, A4): Até 5000 páginas >Volume mensal de páginas recomendado: 250 até 1500 >Velocidade do processador: 266 MHz >Recurso de impressão móvel: Impressão direta sem fios >Capacidade sem fios: Sim, WiFi 802.11b/g >Conectividade, padrão: 1 USB 2.0 de alta velocidade/1 WiFi 802.11b/g >Impressão frente e verso: Manual (fornecido suporte de driver) >Manuseio de papel, padrão: Slot de alimentação prioritária para 10 folhas >bandeja de entrada para 150 folhas >Escaninho de saída para 100 folhas >Tamanhos de mídia suportados: A4 | A5 | A6 | B5 | cartões postais| envelopes (C5, DL, B5) >Tamanhos de mídia, personalizados: Bandeja de entrada para 150 folhas >Tipos de suportes/Tamanhos de mídia, personalizados: Papel (laser, normal, fotográfico, não tratado, vegetal), envelopes, etiquetas, cartolina, transparências, postais >Requisitos mínimos de sistema: Windows 10, Windows 8, Windows 7 (32/64 bits): 1 GB de RAM >Windows Vista (32/64 bits), Windows XP, Windows Server 2008 (32/64 bits), Windows Server 2003: 512 MB de RAM todos os sistemas: 350 MB de espaço livre em disco, unidade de CD-ROM, porta USB >Mac OS X v 10.5, 10.6, 10.7 256 MB de RAM 150 MB de espaço disponível em disco rígido Unidade de CD-ROM Porta USB >Sistemas operacionais compatíveis: Microsoft® Windows® 7 (32 bit/64 bit), Windows Vista® (32 bit/64 bit), >Windows® XP (32 bit/64 bit), Windows® Server 2008 (32 bit/64 bit), >Windows® Server 2003 (32 bit/64 bit), Mac OS X v 10.5, v 10.6, v 10.7, Linux >Tensão: Bivolt >Garantia: 1 ano de garantia	UND	53	LEXMARK / MS315DN + Wifi original Lexmark REF. 27X0128 + transformador	R$ 943,20	R$ 49.989,60
TOTAL: 49.989,60						

MODIFIC MOVEIS, INFOMATICA E ELETRO EIRELI ME						
CNPJ: 19.111.762/0001-93						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
1	**ARMÁRIO DE AÇO COM 2 PORTAS:** Estruturaem aço chapas, 2 portas com 4 reforços cada, 1 prateleira fixa e 2 reguláveis a cada 50 mm. Capacidade por prateleira 20 kg, Puxador estampado na frente da porta com perfil em PVC. Fechadura cilíndrica do tipo Yale com 2 chaves com travamento da porta na prateleira fixa central. Acompanha kit pé regulável. Pintura eletrostática a pó.	UNID	26	PANDIN /AP408SL	R$ 369,99	9.619,74
2	**ARMÁRIO VITRINE 1 PORTA:** Porta com fechadura cilíndrica, 3 prateleiras em vidro transparente de 3 mm. Estrutura em chapa de 1,5 mm, >fundo e teto em chapa de 0,75 mm, totalmente pintado e pés em tubo 30x30x1,20 com ponteiras de borracha >Dimensão Armário: 0,50x0,40x1,20 m - Dimensão Total: 0,50x0,40x1,40 m (LxPxA).	UNID	20	PANDIN / AP200SL	R$ 459,45	9.189,00
4	**ARQUIVO DE AÇO COM 5 GAVETAS:** 2 gavetas para fichas. 3 gavetas para pastas suspensas, confeccionado em chapa de aço. Sistema de deslizamento das gavetas por batoques em nylon com 30% de fibra. Fechadura cilíndrica do tipo Yale com sistema de fechamento simultâneo das gavetas. Puxadores em poliestireno, detalhes em perfuração próprios da linha. **Tratado por processo anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó.**	UNID	40	PANDIN / OFMO05SL	R$ 422,45	16.898,00
30	**CADEIRA TIPO MOCHO: Material da estrutura: Plástico. Revestimento: Couro sintético PU. Espuma: Densidade controlada. Assento: Espuma. Peso máximo recomendado: 110 Kg**	UNID	30	MOGIFLEX / MG800	R$ 246,66	7.399,80
55	**ESTANTE DE AÇO: 6 prateleirasCapacidade por prateleira 20 kg 4 sapatas plásticas Pintura eletrostática a pó (tinta híbrida) na cor cinza cristal**	UNID	44	W3/EDR27R	R$ 124,99	5.499,56
92	**MESA ESCRITÓRIO: 3 gavetas com chave, em MDF com acabamento em PVC. dimensões: 120 cm x 60 cm x 74 cm, estrutura dos pés em ferro pintura epóxi**	UNID	37	PANDIN / MX120 + MXG03	R$ 283,78	10.499,86

93	**MESA PARA REUNIÃO OVAL: Tampo:Em madeira aglomerada de alta densidade Estrutura: Em aço. Dimensões aproximadas do produto 75 cm x 2,20 m x 91 cm (AxLxP), Tipo: Mesa de Escritório Garantia:06 Meses**	UNID	04	MARANEL LO /MR REUNIÃO OVAL	R$ 462,50	1.850,00
TOTAL: 60.955,96						

R.V FERREIRA ROCHA ME						
CNPJ: 25.345.598/0001-81						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
19	**BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS: Chassi Em Tubo Metálico Proporcionando Maior Resistência Ao Produto. Gabinete Todo Em Aço Inox. Filtro Externo Para Facilitar Manutenção. Reservatório Em Polipropileno. 1 Torneira Copo E 1 Torneira Esguicho Frontais Cromadas. Todas As Torneiras Com Água Gelada. Para Água Natural. Pode Ser Fabricado Apenas Com Torneiras Jato Ou Torneiras Para Copo. Serpentina Interna Em Aço Inox 304. Bojo Em Aço Inox Com Dreno. Baixo Consumo De Energia Elétrica. Utiliza Gás Ecológico R134a (Não Agride A Camada De Ozônio). Motor Hermético. Condensação Forçada. Termostato Para Regulagem Da Temperatura Da Água. Dados Técnicos: Grau De Proteção Ip X0 (Uso Interno). 127v (1,4a) Ou 220v (0,60a). Gás Ref. 134a (Quant. 60g). Freq. 60 Hz. Potência 80 W. Garantia 12 Meses Contra Defeito De Fábrica.**	UNID	03	METAL ROCHA MR200	R$ 2.000,00	6.000,00
TOTAL: 6.000,00						

SANTA TEREZINHA COMÉRCIO DE MOVEIS EIRELI EPP						
CNPJ: 04.063.503/0001-67						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
3	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO PARA VESTIÁRIO: Sem divisórias internas. Fechamento das portas através de pitão para cadeado. 8 portas. Sistema de ventilação veneziana. Altura: 1,98m. Largura: 0,68cm. Peso: 30Kg. Pintura: epóxi Garantia: 6 meses	UNID	14	Nobre Roupeiro8p	R$ 464,27	6.499,78
5	ARQUIVO EM AÇO CHAPA COM 4 GAVETAS: Confeccionado em chapa de aço. Sistema de deslizamento das gavetas por batoques em nylon com 30% de fibra. Fechadura cilíndrica do tipo Yale com sistema de fechamento simultâneo das gavetas. Puxadores em poliestireno, detalhes em perfuração próprios da linha. Tratado por processo anti-corrosivo e pintura eletrostática a pó.	UNID	02	Nobre – Arquivo4g	R$ 423,20	846,40
TOTAL: 7.346,18						

STAR COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI ME						
CNPJ: 05.252.941/0001-36						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
21	**BEBEDOURO COLUNA: Tipo de Água:** Natural **e** Gelada**. Sistema de Refrigeração: Compressor (Gás). Recursos e Funções: Sistema perfurador/Termostato Regulável**	UNID	26	KARINA - K20	R$ 474,92	12.347,92
29	CADEIRA GIRATÓRIA PARA OBESOS: Com braço, Com rodízio, Suporta até 140kg Com regulagem de altura de assento	UNID	15	REGIFLEX - R 1000G	R$ 696,66	10.449,90
37	CARRINHO DE LIMPEZA MULTIFUNCIONAL: Contendo. Balde DOBLO 30 Litros-02. Cabos Alumínio 1,40 m-Haste Americana. Refil de Algodão 320 g - Para limpeza úmida. Armação Mop Profi - Medida 60 cm. Pá POP (Ajuda na varreção do lixo). Placa Sinalizadora. (Sinaliza que o ambiente deve ser circulado com cuidado e previne acidentes)	UNID	20	BRALIMPIA - NY108	R$ 755,00	15.100,00
83	LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS: Tipo De Fonte De Luz: Led Visível 650 Nm, Modo De Digitalização: Digitalização Única. Velocidade De Digitalização: 62 ± 2 Vezes Por Segundo. Conexão: USB	UNID	15	ELGIN / NERO EL100 USB	R$ 126,66	1.899,90
132	TABLET: - Sistema operacional: Android 5.0.2 (Lollipop) - Processador: Quad-Core 1.2 GHz - Armazenamento: Mínimo 16 GB - Memoria: 4GB RAM -Tela: Mínimo 9.0 polegadas - Câmera: Capacidade de ajustar o foco e zoom digital. Frontal: 2.0 Megapixels. Traseira: 2.0 Megapixels. Ambas as câmeras permitem filmar e tirar fotos Gravação de vídeo com resolução mínima de 640x480 H.263, H.264 e MPEG-4 - Conectividade: WIFI 802.11 b/g/n integrado (interno ao equipamento); Suporte a configuração de Proxy para rede WiFi. Este suporte é integrado à aplicação de configuração de rede sem fio e sem a necessidade de aplicativos ou softwares extras; 3G Integrado: Modem interno Quadriband (voz e dados) – Antena interna; Habilitado para funcionamento nas freqüências do sistema brasileiro de comunicação móvel e desbloqueado para todas as operadoras e habilitado para voz e dados; GPS: Integrado com antena interna de alta sensibilidade com suporte a A-GPS; Bluetooth: Padrão 3.0 integrado e interno ao equipamento; - Sensores: Acelerômetro, Luminosidade, Motor de vibração Portas e Conexões: 1 Entrada para TF Card; 1 micro USB; 1 Saída HDMI; Micro SD Card 1 Slot para SIM Card (3G); Entrada fone de ouvido; -Áudio 3.5mm entrada fone de ouvido estéreo com 03 (três) pontos de contato (terra, áudio direito e esquerdo)	UNID	158	POSITIVO - ZR3630	R$ 1.759,49	277.999,42

	Alto-falantes estéreos e microfone interno; Decodificação MP3 3GP (AMR, AAC, H263, H264 MPEG4) MP4 (AAC e H264) OGG (Vorbis áudio) WAV (PCM) Bateria Interna e recarregável Lítio-íon com mínimo 5000 mAh 3.7V – Interna Tempo de recarga: máximo de 03 (três) horas Garantia: No mínimo 12 meses Acompanhado de carregador, cabo USB e fones de ouvido					
133)	TABLET: - Sistema operacional: Android 5.0.2 (Lollipop) - Processador: Quad-Core 1.2 GHz - Armazenamento: Mínimo 16 GB - Memoria: 4GB RAM -Tela: Mínimo 9.0 polegadas - Câmera: Capacidade de ajustar o foco e zoom digital. Frontal: 2.0 Megapixels. Traseira: 2.0 Megapixels. Ambas as câmeras permitem filmar e tirar fotos Gravação de vídeo com resolução mínima de 640x480 H.263, H.264 e MPEG-4 - Conectividade: WIFI 802.11 b/g/n integrado (interno ao equipamento); Suporte a configuração de Proxy para rede WiFi. Este suporte é integrado à aplicação de configuração de rede sem fio e sem a necessidade de aplicativos ou softwares extras; 3G Integrado: Modem interno Quadriband (voz e dados) – Antena interna; Habilitado para funcionamento nas freqüências do sistema brasileiro de comunicação móvel e desbloqueado para todas as operadoras e habilitado para voz e dados; GPS: Integrado com antena interna de alta sensibilidade com suporte a A-GPS; Bluetooth: Padrão 3.0 integrado e interno ao equipamento; - Sensores: Acelerômetro, Luminosidade, Motor de vibração Portas e Conexões: 1 Entrada para TF Card; 1 micro USB; 1 Saída HDMI; Micro SD Card 1 Slot para SIM Card (3G); Entrada fone de ouvido; -Áudio 3.5mm entrada fone de ouvido estéreo com 03 (três) pontos de contato (terra, áudio direito e esquerdo) Alto-falantes estéreos e microfone interno; Decodificação MP3 3GP (AMR, AAC, H263, H264 MPEG4) MP4 (AAC e H264) OGG (Vorbis áudio) WAV (PCM) Bateria Interna e recarregável Lítio-íon com mínimo 5000 mAh 3.7V – Interna Tempo de recarga: máximo de 03 (três) horas Garantia: No mínimo 12 meses Acompanhado de carregador, cabo USB e fones de ouvido	UNID	52	POSITIVO - ZR3630	R$ 1.759,49	91.493,48
TOTAL: 409.290,62						

VINCITORE INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA ME						
CNPJ: 11.065.978/0001-58						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
85	LONGARINA 5 LUGARES: assento e encosto em polipropileno	UNID	120	JOTA	R$ 360,41	43.249,20
TOTAL: 43.249,20						

COVAN COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA						
CNPJ: 02.475.985/0001-37						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
104	PINÇA BACKHAUS 13 CM: Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 20,71	1.449,70
106	PINÇA DE DISSECÇÃO DENTE DE RATO 14 CM: Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 9,02	631,40
107	PINÇA HALSTEAD (MOSQUITO) 12 CM: Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 16,56	1.159,20
109	PINÇA KOCHER CURVA 14 CM: Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 14,40	1.008,00
110	PINÇA KOCHER RETA 14 CM: Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 14,40	1.008,00
111	**PINÇA ROCHESTER PEAN HEMOSTÁTICA, CURVA, 16 CM:** Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 15,84	1.108,80
112	**PINÇA ROCHESTER PEAN HEMOSTÁTICA, RETA, 16 CM:** Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	70	STARK	R$ 15,84	1.108,80
115	PORTA AGULHA 14 CM: Confeccionado em Aço Inoxidável	UNID	30	STARK	R$ 10,80	324,00
TOTAL: 7.797,90						

A.I.F SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS EIREIL ME						
CNPJ: 17.729.832/0001-46						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant**	**Marca**	**V.Unit**	**V.Total**
94	MICROFONE SEM FIO: Tipo:Microfone S/Fio Profissional,Modelo:VWS-20 Canal Individual:Sim, Faixa de **Freqüência** de Transmissão:180 - 270 MHZ, banda alta de VHF Estabilidade da **Freqüência**:0.005%, Faixa Máxima de Desvio:15kHz, Resposta de **Freqüência**:40 Hz - 20 kHz Taxa Sinal / Ruído:100 dB, Alcance Dinâmico de Áudio:100 dB, THD:0,5%, Alimentação:4 Pilhas AA (inclusas), Qualidade de Som:Perfeita, Controle de Volume:Individual, Entrada:Separada Para Cada Microfone com P10, Distância de Funcionamento da Base:50 metros, Peso:1,64kg, Especificações do Microfone (Bastão): Quantidade de Bastões:2 Potência de Saída RF:30 mW (máxima).Emissões de Espúrias:Acima de 45 dB na onda modulada Antena:Embutida. Captador do Microfone:Dinâmico unidirecional. Bateria:Pilhas AA padrão, Consumo:Cerca de 25 mA, Duração da Bateria:Superior a 8 horas de uso contínuo, Dimensões:52 x 247 mm Especificações Receptor: Sistema de Recepção:Frequência fixa controlada por quartzo Sensibilidade de Recepção:Taxa de Sinal / Ruído de 60 dB (12dBU) Taxa Sinal / Ruído:100 dB Alimentação:Bivolt	UNID	15	VOKAL VWS-20	R$ 441,33	6.619,95
143	**IMPRESSORA SIMPLES:** > Tecnologia de Impressão: Laser Monocromático >Velocidade de Impressão: Até 19ppm Carta | Até 18ppm A4 >Qualidade de impressão preto (ótima): Até 600 x 600 x 2 dpi (saída efetiva 1200 dpi) >Ciclo de trabalho (mensal, A4): Até 5000 páginas >Volume mensal de páginas recomendado: 250 até 1500 >Velocidade do processador: 266 MHz >Recurso de impressão móvel: Impressão direta sem fios >Capacidade sem fios: Sim, WiFi 802.11b/g >Conectividade, padrão: 1 USB 2.0 de alta velocidade/1 WiFi 802.11b/g >Impressão frente e verso: Manual (fornecido suporte de driver) >Manuseio de papel, padrão: Slot de alimentação prioritária para 10 folhas >bandeja de entrada para 150 folhas >Escaninho de saída para 100 folhas >Tamanhos de mídia suportados: A4 | A5 | A6 | B5 | cartões postais| envelopes (C5, DL, B5) >Tamanhos de mídia, personalizados: Bandeja de entrada para 150 folhas >Tipos de suportes/Tamanhos de mídia, personalizados: Papel (laser, normal, fotográfico, não tratado, vegetal), envelopes, etiquetas, cartolina, transparências, postais >Requisitos mínimos de sistema: Windows 10, Windows 8, Windows 7 (32/64 bits): 1 GB de RAM >Windows Vista (32/64 bits), Windows XP, Windows Server 2008 (32/64 bits), Windows Server 2003: 512 MB de RAM todos os sistemas: 350 MB de espaço livre em disco, unidade de CD-ROM, porta USB >Mac OS X v 10.5, 10.6, 10.7 256 MB de RAM 150 MB de espaço disponível em disco rígido Unidade de CD-ROM Porta USB >Sistemas operacionais compatíveis: Microsoft® Windows® 7 (32 bit/64 bit), Windows Vista® (32 bit/64 bit), >Windows® XP (32 bit/64 bit), Windows® Server 2008 (32 bit/64 bit), >Windows® Server 2003 (32 bit/64 bit), Mac OS X v 10.5, v 10.6, v 10.7, Linux >Tensão: Bivolt >Garantia: 1 ano de garantia	UND	17	HP M102	R$ 1.281,82	21.790,94
TOTAL: 28.410,89						

A.I.F. SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS EIRELI ME	COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA
CNPJ: 17.729.832/0001-46	CNPJ: 02.475.985/0001-37
RUA: J.K N° 2429	AV DOM PEDRO I N° 2678
BAIRRO: JARDIM NOVO HORIZONTE	SETOR 05
JARU/RO	JARU/RO
CEP: 76.890-000	CEP: 76890-000
EMAIL: SUDARIOTONER@HOTMAIL.COM	TEL.: 69 3521-5181
TEL: 69 3521-5136/9206-8896	EMAIL: COVAN@UOL.COM.BR
ADEMAR SUDARIO	COVAN-@HOTMAIL.COM
	GESISBEL FERREIRA DOS SANTOS
Representante	Representante
CPF: 779.090.462-00	CPF: 943.048.822-87
MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI EPP	STAR COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI ME
CNPJ: 05.022.486/0001-82	CNPJ: 05.252.941/0001-36
RUA DANTE ANGELOTE N° 531	RUA SANTOS DUMONT N° 1631
BAIRRO: ALTO	BAIRRO: PEDRINHAS
CEP: 82820-470	CEP: 76801-462
CURITIBA/PR	PORTO VELHO/RO
FONE: 41 3367-9996	FONE: 69 3015-0057
EMAIL: MACROLIFE@MACROLIFE.COM.BR	EMAIL: CONTATO@STARCOMERCIO.COM
CYNTIA FUMAGALLI	***EDSON DE ALMEIDA MAGALHÃES***
Representante	Representante
CPF: 874.981.629-20	CPF: 810.710.192-87
KMEIH & SERPA LTDA ME	MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA EPP
CNPJ: 01.527.632/0001-70	CNPJ: 68.886.605/0001-65
RUA JACI PARANÁ N° 2768	AV. MIGUEL ESTEFINO N° 773
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	BAIRRO: SAÚDE
CEP: 76804.163	CEP: 04301-011
PORTO VELHO/RO	SÃO PAULO/SP
FONE: 69 3224-6088	FONE: 11 3411-4500
EMAIL: ROTANACOMERCIO@GMAIL.COM	EMAIL: EDITAL@MARTE.COM.BR
YOUSSEF HABIB KMEIH	***RUBENS RABELO COSTA S. MESSIAS***

Representante	Representante
CPF: 289.610.562-04	CPF: 228.629.268-09

SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI EPP	VINCITORE INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA ME
CNPJ: 04.063.503/0001-67	CNPJ: 11.065.978/0001-58
RUA 74 N°557	AV. JULIA DOMINGOS DE CAMPOS N° 6591
SETOR: CENTRO	BAIRRA: SANTA ISABEL
CEP: 74045-020	CEP: 78150-538
GOIÂNIA/GO	VARZEA GRANDE/MT
FONE: 62 3231-4204	FONE: 65 3637-3999
EMAIL: SANTATEREZINHA@SHOPPING	EMAIL: CARLOS@IART.COM.BR
DOESCRITORIO.COM.BR	***CARLOS ROBERTO PINHEIRO FILHO***
MARCOS ANTONIO GOMES	Representante
Representante	CPF: 918.058.301-63
CPF: 319.596.011-72	
CCK COMERCIAL EIRELI	L.R.F. BATISTA EPP
CNPJ: 22.065.938/0001-22	CNPJ: 19.859.630/0001-44
RUA BAHIA N° 1447	RUA SALGADO FILHO N° 1616
SALA: 01	BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
CEP: 89031001	CEP: 76804118
BLUMENAL/SC	PORTO VELHO/RO
FONE: 47 3057-3900	FONE: 69 3301-2125/8153-2225
EMAIL: PROPOSTAS@PORTALDASATAS.COM.BR	EMAIL: LRDISTRIBUIDORA01@HOTMAIL.COM
EMERSON LUIS KOCH	***LEANDRO RIBEIRO F. BATISTA***
Representante	Representante
CPF: 932.595.229-72	CPF: 004.235.872-85
CMK AUTOMOÇÃO COMERCIAL EIRELI EPP	MIL PRINT INFORMÁTICA EIRELI EPP
CNPJ: 22.416.068/0001-99	CNPJ: 23.791.227/0001-06
RUA AMERICO BRASILIENSE N° 1827	AV PAULINO MULLER N° 971
BAIRRO: ZONA SUL	BAIRRO: JUCUTUQUARA
CEP: 04.715-005	VITORIA/ES
SÃO PAULO/SP	CEP: 29040-715
FONE: 11 2368-0357	VITÓRIA/ES
EMAIL: GOVERNO@CMKAUTOMACAO.COM.BR	FONE: 4007-2100
CRISTIANE MARTINS MOIA	EMAIL:COMERCIAL@MILPRINT.COM.BR
	FAUSTO QUEIROS DE SÁ
Representante	Representante
CPF: 151.185.878-83	CPF: 036.063.306-42
MODIFIC MOVEIS, INFORMATICA E ELETRO EIRELI ME	**MBR FERNANDES EPP**
CNPJ: 19.111.762/0001-93	**CNPJ: 16.845.253/0001-04**
RUA MARECHAL DEODORO N° 2461	RUA ANISIO SERRÃO N° 1712
BAIRRO: CENTRO	BAIRRO: CENTRO
CEP: 76801-098	CEP: 76963-852
PORTO VELHO/RO	CACOAL/RO
FONE: 69 3301-6661	FONE: 69 3443-5059
EMAIL: LICITAR@MODIFICMOVEIS.COM.BR	EMAIL: DENTALCACOAL01@HOTMAIL.COM
JOHNNWOEY RAMOS DE ARAUJO	***MALAQUIAS BATISTA R. FERNANDES***
Representante	Representante
CPF: 605.958.682-15	CPF: 956.675.632-15
DENTAL ALTA MOGIANA COMERCIO DE PRODUTOS ODONTÓLÓGICOS LTDA	COMPACT POWER MAQUINAS LTDA
CNPJ: 05.375.249/0001-03	CNPJ: 11.496.215/0001-61
RUA GAL. AUGUSTO SOARES DOS SANTOS N° 206	AV.DOM PEDRO I N° 2053
BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL LAGOINHA	BAIRRO: SÃO JOÃO BATISTA
RIBEIRÃO PRETO/SP	CEP: 31515-300
FONE: 16 3512-1210	BELO HORIZONTE/MG
EMAIL: LICITACAO@ALLIAGE-GLOBAL.COM	FONE: 31 3492-4830
FLÁVIO JOSÉ SERVO	EMAIL: VENDAS@COMPACTPOWER.COM.BR
Representante	***PLINIO SANTANA SANTOS***
CPF: 225.036.348-00	Representante
	CPF: 012.060.086-28
HOSPI BIO IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI EPP	LAJA LTDA ME
CNPJ: 11.192.559/0001-87	CNPJ: 05.887.870/0001-48
ROD. MELO PEIXOTO N° 1371	RUA DO CONTORNO N° 4898
BAIRRO: PARQUE MARACANÃ	BAIRRO: FLODOALDO PONTES PINTO
CEP: 86.185-700	CEP: 76820-660
CAMBÉ/PARANÁ	PORTO VELHO/RO
FONE: 43 3154-4455	FONE: 69 3043-3222
EMAIL: COMERCIAL@LEVITAMOVEIS.COM.BR	EMAIL: LAJA.LAJA@GLOBO.COM
DIRCEU GONÇALVES F. JUNIOR	***AURIONE KENEDDY DA COSTA***
Representante	Representante
CPF: 307.935.489-34	CPF: 722.532.584-15

GRANDE ELETRO ELETRONICOS LTDA ME	RV FERREIRA ROCHA ME
CNPJ: 10.662.497/0002-48	CNPJ: 25.345.598/0001-81
AV RIO DE JANEIRO N° 285	RUA JULIO GUERRA N° 2410
BAIRRO: CENTRO	BAIRRO: DOIS DE ABRIL
CEP: 86010150	CEP: 76900-858
LONDRINA/PR	JI-PARANÁ/RO
FONE: 43 3249-2343	FONE: 69 3421-8772
EMAIL: LICITACOES@GRANDEELETRO.COM.BR	EMAIL: LICITACAOAMAZONIAINOX@GMAIL.COM
MARLENE CHIARATO DE ALMEIA	***RITLEY VICENTE FERREIRA ROCHA***
Representante	Representante
CPF: 017.067.429-08	CPF: 012.926.432-69
ESFERA MASTER COMERCIAL EIRELI EPP	M2W DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO EIRELI EPP
CNPJ: 26.527.362/0001-29	CNPJ: 27.206.864/0001-10
ESTRADA DR CICERO BORGES DE MORAIS N° 1630	AV FERNANDO COSTA N° 445
BAIRRO: VILA UNIVERSAL	BAIRRO: CENTRO
CEP: 06.407-000	CEP: 08735-000

BARUERI/SP	MOGI DAS CRUZES/SP
FONE: 11 4303-5692/11 4303-5692	FONE: 11 4722-2842
EMAIL: LICITACAO2@ESFERAMASTER.COM.BR	EMAIL: VENDAS@M2WBRASIL.COM.BR
VANESSA DE MELLO I. FONSECA	***MARTINHO D. LEITE FILHO***
Representante	Representante
CPF: 272.792.228-67	CPF: 757.376.988-15

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:BC006AB8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **119/**PMJ/2017.

PROCRESSO Nº **1-3928/PMJ/**2017.

Validade: 07/12/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02 – neste ato representado pelo senhor THIAGO DA COSTA NAVARRO – Assessor Técnico de Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual **AQUSIÇÃO DE CAMIONETES**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda - SEMAPLANF, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Fedral nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE CAMIONETES**, para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 .As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretarias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais e deverá ocorrer no prazo máximo de 30 dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento.
6.2. O PRODUTO deverá ser entregue conforme solicitação e sob responsabilidade e controle do órgão competente.
6.3. Os materiais entregues deveram apresentar especificações técnicas em português, para melhor verificação no recebimento.
6.4. Nos levantamentos efetuados foi levada em consideração a demanda apresentada pelas Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda - SEMAPLANF, caracterizando-se como expectativa de consumo, de acordo com históricos anteriores.
6.5. Os quantitativos foram estimados por um eventual consumo das demandas, contemplando também as necessidades ocasionais, permitindo-se acréscimos máximos de até 25% (vinte e cinco por cento) no período de vigência de Ata de registro de Preços.

6.6. O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO AS SECRETARIAS DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo de 20 dias, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. O pagamento será efetuado à licitante vencedora, no prazo de 20 (Vinte) dias após a entrega das mercadorias de primeira linha conforme especificação, apresentação da Nota Fiscal, devidamente aprovada e atestada pela Comissão de Recebimento de Materiais e demais servidores e setores responsável, e terá que apresentar documentos legais pertinentes ao exigido pela Secretaria Municipal de Fazenda e Setor de Controle Interno Municipal, além da apresentação de certidões de regularidade fiscal que e fizerem necessárias.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias que serão indicadas nos processos filhotes.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa conforme Termo de Referência (ANEXO I)

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, conforme as penalidades descritas no Termo de Referência (ANEXO I).

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos subitens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não pre judique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do
n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea “d” d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL / ARP:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua exec ução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA UNICIFICADO elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda - SEMAPLANF, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº119 /PMJ/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 9.323/2016 e 9.975/2017, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

_____
Gerência Sistema de Registro de Preços.

Empresa(S) Detentora(S):

_____
(Representante / Nome / CNPJ)

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

NISSEY MOTORS LTDA						
CNPJ: 04.996.600/0001-02						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUAN.	MARCA MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHONETA CABINE DUPLA 4 PORTAS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Veiculo automotor cabine dupla com carroceria em aço sobre chassi; zero quilometro ano e modelo de fabricação iguais ou posteriores a data do pedido de fornecimento, cor branca, combustível diesel, tração 4x2 4x4 e 4x4 reduzida com acionamento por alavanca/seletor, mínimo 4 cilindros 16V, motor mínimo 2.8 turbo diesel, mínimo 170CV, transmissão manual no mínimo 05 (cinco) marcha a frente e uma à ré, direção hidráulica, 04 portas laterais, carroceria aberta; ar condicionado original de fabrica, travas elétricas nas 4 portas, Central Multimídia de som AM/FM stério, MP3 player, CD, sistema bluetooth; freios ABS nas 04 (quatro) rodas, eixo traseiro rígido; Air Bag duplo (motorista e passageiro), console central com porta objetos e descansa braço integrado, rodas em aço aro mínimo capacidade mínima do tanque de combustível 80L, capacidade carga útil na caçamba de no mínimo 1000kg, estribos laterais, insulfilme, protetor de caçamba; reboque para engate traseiro com instalação elétrica; capota marítima e santo Antonio. O veículo devera conter todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e estar em conformidade com todas as normas do PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do ar por veículos Automotores). Veículo deve ser entregue devidamente emplacado e licenciado, sendo o primeiro emplacamento no Estado de Rondônia/RO município de Jaru. Garantia de Fábrica: 36 meses ou 100.000 (cem mil) km rodados o que ocorrer primeiro, assistência técnica prestada no município de Porto Velho/RO e mais 01 (uma) cidade do Interior do Estado de Rondônia.	UND	15	TOYOTA/HILUX STD 2.8L	133.315,00	1.999,725,00
TOTAL: 1.999,725,00						

NISSEY MOTORS LTDA
CNPJ: 04.996.600/0001-02
RUA DA BEIRA N° 7670
BAIRRO: JARDIM ELDORADO
PORTO VELHO/RO
CEP: 76611-738
FONE: 69 3218-2100/99941-5571
EMAIL: LICITACOES@NISSEYMOTORS.COM.BR
MÁRIO MISSUMI
Representante
CPF: 241.749.479-53

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:ED9AD4DE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 052/PMJ/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 052/PMJ/2017
PREGÃO ELETRÔNICO:121/PMJ/2017
PROCESSO: Nº 1-3287/PMJ/2017
Validade: 18/12/2018
Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pela Assessor Técnico de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual Aquisição de **Água Mineral Condicionada em Galão de 20 Litros**, para atender as

necessidades das Secretarias Municipais, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL CONDICIONADA EM GALÃO DE 20 LITROS**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Jaru.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM, podendo ser prorrogado por igual período, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos desta norma, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto nº 5.220, de 23 de janeiro de 2008.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (5.220/08). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;

Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais e deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (uma) hora.

6.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, as entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais.

6.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO A SEMAF DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.

6.4. As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento será efetuado à licitante vencedora, no prazo de 20 (Vinte) dias após a entrega das mercadorias de primeira linha conforme especificação, apresentação da Nota Fiscal, devidamente aprovada e atestada pela Comissão de Recebimento de Materiais e demais servidores e setores responsável, e terá que apresentar documentos legais pertinentes ao exigido pela Secretaria Municipal de Fazenda e Setor de Controle Interno Municipal, além da apresentação de certidões de regularidade fiscal que e fizerem necessárias.

7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.

7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.

7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.7 Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.

7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se- à penalidade de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios até 05(cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multas estabelecidas neste edital, a LICITANTE que: deixar de entregar documentação

exigida no edital seja durante a licitação ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, em especial aquela que comprove a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o INSS, FGTS, à receita Federal e à Justiça do Trabalho; apresentar documentação falsa, seja durante a licitação ou durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do Contrato; ensejar o retardamento da execução do objeto do certame; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do contrato, cometer fraude fiscal.
9.2 À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e demais normas cogentes).
I. Advertência;
II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
9.3 No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
9.4 Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
9.5 No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
9.6 Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho.
9.7 Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
9.8 Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
9.9 Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
9.10 Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
9.11 Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante, durante a vigência do registro.
IV. Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 87, III da Lei nº 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Jaru, previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
VI. Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

9.12 A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.
9.13 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.
9.14 Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
9.15 Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
9.16 As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.
9.17 As empresas punidas com Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Jaru, Suspensão Temporária de Participação em Licitação ou sejam declaradas Inidôneas para Licitar e Contratar com a Administração Pública, serão incluídas no SICAF.

9.18**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.19. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.20 **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:
9.21 A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .
9.22 A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.23 A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
9.24 A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
9.25. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.
9.26. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.27. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
9.28 por razões de interesse público ou a pedido do fornecedor.

10 - UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;
12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;
12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.5 Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.7. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.8. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;
12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.
12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l). Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.
12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
13.2 - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;
13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;
13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II do**caput**do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.
14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**
14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.
14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL:
a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;
d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e). Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas
17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
17.1. É participante desta ata as Secretarias Municipais que compõe à Administração de Jaru/RO.
18 - DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO

Empresa(s) Detentora(s):
Gerente do Sistema de Registro de Preços
Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

W.A. DISTRIBUIDORA SOUZA EIRELI ME						
CNPJ: 22.957.250/0001-57						
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS**	**Und**	**Marca**	**Quant**	**Valor Unt.**	**Valor Total**
01	Agua 20 litros mineral acondicionadas em galões de 20 litros retornáveis, transparentes, resistentes a impactos, fabricados de acordo com a legislação vigente, devidamente identificados por rótulo do produto lacre de segurança e rótulo padrão.	UND	KAIARY	7.765	R$ 5,54	R$ 43.018,10
TOTAL: 43.018,10						

W.A DISTRIBUIDORA SOUZA EIRELI ME
CNPJ: 22.957.250/0001-57
RUA GOIAS 2976
SETOR 02
JARU/RO
CEP: 76890-000
FONE: 69 99378-9063
WESLEY ANGELO DE FREITAS Representante CPF: 715.920.752-15

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:13B05BE8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **113/**PMJ/2017.

PROCRESSO Nº **1-3396/PMJ/**2017.

Validade: 18/12/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02 – neste ato representado pelo senhor THIAGO DA COSTA NAVARRO – Assessor Técnico de Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR HORA MAQUINA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal De Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR HORA MAQUINA**, para atender as necessidades das Secretaria Solicitantes.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. Os materiais e serviços solicitados deverão ser entregues de acordo com as solicitações de cada secretário, no qual o local para a entrega será definido pelos mesmos.

6.2. O prazo de entrega deverá ser solicitado conforme a respectiva Secretaria com 1 (Um) dia de antecedência.

6.3. Os materiais entregues deveram apresentar especificações técnicas em português, para melhor verificação no recebimento.
6.4. Nos levantamentos efetuados foi levada em consideração a demanda apresentada pela Secretaria Participante, caracterizando-se como expectativa de consumo, de acordo com históricos anteriores.

6.5. Os quantitativos foram estimados por um eventual consumo das demandas, contemplando também as necessidades ocasionais, permitindo-se acréscimos máximos de até 25% (vinte e cinco por cento) no período de vigência de Ata de registro de Preços.
6.6. Os materiais e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até **08** (**oito**) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias que serão indicadas nos processos filhotes.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Poderão ser aplicadas à licitante vencedora, nos termos do artigo 86 a 88 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, as penalidades conforme Termo de Referência:

9.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas no termo de referência têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos subitens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do
n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea “d” d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL / ARP:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua exec ução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. O órgão participante desta ata é o constante do TERMO DE REFERÊNCIA UNICIFICADO elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente - SEMINFRAM, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/PMJ/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 9.323/2016 e 9.975/2017, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

_____
Gerência Sistema de Registro de Preços.

Empresa(S) Detentora(S):

_____
(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

RONDOBRITA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME				
CNPJ: 10.785.667/0001-09				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT. HRS/MAQ.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Locação de Caminhão Basculante Traçado com ano de fabricação não inferior a 2005, modelo convencional com capacidade mínima de 10m3, com acionamento por pistões hidráulicos, tampa traseira tipo "porteira", com travamento automático, para choque, faixas refletivas. Caminhão com 3 (três) eixos (truck), equipado com tração 6x4, motor diesel com potência mínima de 220cv. (Com operador, Combustível, Lubrificante, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada). Que atenda as resoluções normativas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	**500**	**R$ 114,92**	**R$ 57.460,00**
02	Locação de Caminhão Basculante Trucado com ano de fabricação não inferior a 2005, modelo convencional com capacidade mínima de 10m3, com acionamento por pistões hidráulicos, tampa traseira tipo "porteira", com travamento automático, para choque, faixas refletivas. Caminhão com 3 (três) eixos (truck), equipado com tração 6x2, motor diesel com potência mínima de 220cv. (Com operador, Combustível, Lubrificante, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada). Que atenda as resoluções normativas de Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	**400**	**R$ 109,93**	**R$ 43.972,00**
03	Locação de Pá Carregadeira Hidráulica de Pneu com ano de fabricação a partir de 2005, Potência a partir de 90 HP peso operacional igual ou superior a 11.915 kg, capacidade da caçamba igual ou superior a 1.5 metros equipada com tração 4x4. (Com operador, Combustível, Lubrificante, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada). Que atenda as resoluções normativas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	**500**	**R$ 179,96**	**R$ 89.980,00**
05	Locação de Caminhão Pipa Trucado com ano de fabricação não inferior a 2005, com potência mínima de 180cv, Caminhão com 3 (três) eixos (truck), equipado com tração 6x2 ou 6x4, com reservatório de igual ou superior a 14.900 Litros. (Com Operador, Combustível, Lubrificante, Manutenção e Seguro contra Terceiros por Conta da Empresa Contratada). Que atenda as resoluções normativas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	**100**	**R$ 124,99**	**R$ 12.499,00**
06	Locação de Caminhão Pipa Toco com ano de fabricação não inferior a 2005, com potência mínima de 160cv, caminhão com 3 (três) eixos (truck), equipado com tração 4x2, com reservatório de no mínimo 7.000 litros. (Com Operador, Combustível, Lubrificante, Manutenção e Seguro contra Terceiros por conta da Empresa Contratada). Que atenda as resoluções normativas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	**100**	**R$ 114,99**	**R$ 11.499,00**
VALOR TOTAL				**R$ 215.410,00**

A.J DA SILVA COMERCIO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS EPP				
CNPJ: 05.659.806/0001-00				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANT. HRS/MAQ.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
04	Locação de Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, com ano de fabricação não inferior a 2005, peso operacional mínimo de 13.400 kg. Potência mínima de 100 HP, concha igual ou superior a 0,55m3 (Com Operador, Combustível, Lubrificante, Manutenção e Seguro Contra Terceiros por conta da Empresa Contratada). Que atenda as resoluções normativas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	**500**	**R$ 253,32**	**R$ 126.660,00**
VALOR TOTAL				**R$ 126.660,00**

RONDOBRITA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME	**AJ DA SILVA COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS EPP**
CNPJ: 10.785.667/0001-09	**CNPJ: 05.659.806/0001-00**
AV. NICARAGUA N° 1760	RUA TEREZINHA N° 1396
ESQ. C/ SETE DE SETEMBRO	BAIRRO: NOVA BRASILIA
BAIRRO: NOVA PORTO VELHO	JI-PARANÁ/RO
PORTO VELHO/RO	CEP: 76900-970

CEP: 76820.144	FONE: 69 3422-2025/3422-2211
FONE: 69 4141-0068	EMAIL: DEPOSITOGUAPORE1@GMAIL.COM
EMAIL: RONDOBRITA@HOTMAIL.COM	***TARCISIO DOMINGOS ZANATTA*** Representante CPF: 677.114.562-04
SÉRGIO LUIS HEZEK Representante CPF: 726.513.429-04	

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:A80177A1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/PMJ/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **118/**PMJ/2017.

PROCRESSO Nº **1-3908/PMJ/**2017.

Validade: 25/12/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02 – neste ato representado pelo senhor THIAGO DA COSTA NAVARRO –Assessor Técnico de Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 3/4**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda - SEMAPLANF, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUSIÇÃO DE CAMINHÃO 3/4**, para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda – SEMAPLANF.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 .As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais e deverá ocorrer no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.
6.2. O PRODUTO deverá ser entregue conforme solicitação e sob responsabilidade e controle do órgão competente.
6.3. Os materiais entregues deveram apresentar especificações técnicas em português, para melhor verificação no recebimento.
6.4. Nos levantamentos efetuados foi levada em consideração a demanda apresentada pelas Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda - SEMAPLANF, caracterizando-se como expectativa de consumo, de acordo com históricos anteriores.
6.5. Os quantitativos foram estimados por um eventual consumo das demandas, contemplando também as necessidades ocasionais, permitindo-se acréscimos máximos de até 25% (vinte e cinco por cento) no período de vigência de Ata de registro de Preços.
6.6. O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO AS SECRETARIAS DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo de 20 (vinte) dias conforme Termo de Referência **(ANEXO I- item 11)**, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento conforme Termo de Referência (ANEXO I), contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias que serão indicadas nos processos filhotes.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa conforme Termo de Referência (ANEXO I)

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, conforme as penalidades descritas no Termo de Referência (ANEXO I).

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não pre judique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do
n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea “d” d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL / ARP:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua exec ução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA UNICIFICADO elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda - SEMAPLANF, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/PMJ/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 9.323/2016 e 9.975/2017, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
Assessor Técnico de Registro de Preços.
THIAGO DA COSTA NAVARRO

EMPRESA(S) DETENTORA(S):
(Representante / Nome / CNPJ)

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

EMPORIUM CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA						
CNPJ: 05.163.253/0001-08						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CAMINHÃO 3/4, EQUIPADO COM CABINE SUPLEMENTAR PARA 06 PESSOAS. - Caminhão ¾ Ano de fabricação/modelo: mínimo 2017/2018, novo sem que tenha sido submetido a emplacamento, equipado com cabine suplementar para 06 pessoas e carroceria de madeira, com as seguintes especificações técnicas: - Ano de fabricação/modelo minimo 2017/2018; - Peso Bruto Total; Mínimo de 8.000 Kg; - Sistema de Tração – 4 x 2; - Cor Branca; - Equipado com ar condicionado; - Potência Líquida; Mínima de 150 cv.; - Sistema de Injeção Eletrônica; - Transmissão; Mínimo 05 marchas à frente e 01 marcha ré; - Alarme sonoro de marcha ré; - Direção; Hidráulica; - Freio Estacionário; A ar, com molas acumulantes, com atuação nas rodas traseira. - Sistema de Freio de Serviço; Duplo circuito a ar, tambor nas rodas dianteiras e traseiras; - Cabine curta basculável, com capacidade para 3 pessoas (01 – Motorista e 02 passageiros); - Pneus Radiais sem câmara 215/75 R17,5. - (01) Estepe completo (Roda e Pneu); - Provido de todos os itens, acessórios e equipamentos obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito; - Garantia mínima de 12 (doze) meses. - Durante o período refente a garantia, as 04 (quatro) primeiras revisões obrigatórias, de acordo com manual do proprietário, devem ser gratuitas e realizadas em Oficina Autorizada pelo Fabricante, incluindo todos custos com assistência técnica autorizada, mão de obra especializada, substituição de produtos e peças genuínas que se façam necessárias nessas revisões. - Fornecer gratuitamente catálogo Eletrônico de peças do Caminhão, ou disponibilizar acesso virtual; - O Caminhão deve ser devidamente cadastrado no BIN (Base de Índice Nacional), pelo fabricante do Equipamento como Caminhão com Cabine suplementar para transporte de 06 (seis) passageiros e Baú de Alumínio. - Deve ser entregue emplacado no Município de Jaru/RO; Cabine: Cabine suplementar, Ano e Modelo de fabricação mínimo 2017/2018, com capacidade para 06 (seis) passageiros, devidamente homologada junto á órgão competente: - Cabine medindo no total de comprimento 1700 mm, largura de 2380 mm e altura de 2000 mm. - Na cor Branca; - Porta do lado direito com fechamento e travamento de forma que não haja entrada de água e poeira com sistema de vedação por borrachas. - Janelas na lateral direita e esquerda, com corrediças e vidros temperados; - 06 (seis) Bancos individuais almofadados, com apoio de cabeça e com 06 (seis) cintos de segurança de três pontos, devidamente instalados; - Estribo lateral na porta do lado direito para acesso a Cabine; - Sistema elétrico instalado e luz interna; - Com climatizador. - Garantia de Assistência Técnica gratuita por um período mínimo de 12 (doze) meses. - Durante o prazo de 12 (doze) meses de garantia. Carroceria - Carroceria de Madeira completa com estrutura metálica ano/modelo mínimo 2017/2018; -Medindo no minimo (4,00m – Comprimento); (2,20m – Largura);(0,40m – Altura); - Com faixas refletivas; - Para Barros em conformidade com as leis de trânsito vigente; - Para Choque Homologado pelo fabricante conforme Resolução do CONTRAN nº 152/2003 ; - Protetores laterais homologados pelo fabricante conforme Resolução do CONTRAN	UND	3	FORD CARGO 816	176.500,00	529.500,00

	nº 323/2009 ;					
	- 02(duas) caixas, com medidas mínimas de 0,45 m de largura x 0,45 m de altura x 0,40 m de profundidade;					
	- 01 – Corote para no mínimo 15 litros de água potável;					
	- Trava de corrente;					
	- Trava de Malhal;					
	- Garantia de Assistência Técnica gratuita por um período mínimo de 12 (doze) meses.					
	- Conforme Resolução Contran nº 157;					
TOTAL: 529.500,00						

EMPORIUM CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 05.163.253/0001-08
RUA DUQUE DE CAXIAS N° 450 SL 304
BAIRRO: CENTRO
UBERLÂNDIA/MG
CEP: 38400-142
FONE: 34 3229-0800/3216-6700
EMAIL: EMPORIUM@EMPORIUMCS.COM.BR
ADAILTON FERREIRA SOARES
Representante
CPF: 533.727.356-68

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:D3BE7099

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/PMJ/2018

PREGÃO ELETRÔNICO:120/PMJ/2017
VALIDADE: 09/01/2019
PROCESSO: Nº 1-3397/PMJ/2017
Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo Assessor Técnico de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar Preços para futura e eventual Aquisição de Toner**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE TONER**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Jaru.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (10.222/2017). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo Único deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:
Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;
Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.
Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.
5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através das Secretarias Municipais e deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para empresas dentro do município, 10 dias para empresas dentro do Estado de Rondônia e 30 dias para empresas fora do Estado de Rondônia.

6.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do almoxarifado central, localizado na linha 605, Centro de Convenções de Jaru, telefone (69) 3521 – 4730, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 ás 11:30 horas e das 13:30 ás 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

6.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO A SEMAPLANF DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.

6.4. As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento, decorrente da entrega dos produtos constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias após a entrega, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações;
7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.
7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.
7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
7.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.
7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Jaru-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as sanções **conforme o termo de referência**.
9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jaru e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Jaru, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.
9.3 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.
9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido** ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;
9.10. Cancelamento do preço registrado**,** procedendo-se à paralisação do fornecimento.
9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93**,** quando:
9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;
9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.
9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.
9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados
9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;
9.11.9.2. A pedido do fornecedor

10 - UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 20 do Decreto Municipal 10.222/2017 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;
12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;
12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.5. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.7. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.8. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;
12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.
12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l). Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.
12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
13.2 - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;
13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;
13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II docaputdo art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.
14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**
14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.

14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.
15 - RESCISÃO CONTRATUAL:
a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;
d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e). Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas
17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
17.1. É participante desta ata as Secretarias Municipais que compõe à Administração de Jaru/RO.
18 - DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 20 do Decreto Municipal 10.222/2017 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:
THIAGO DA COSTA NAVARRO

Empresa (s) Detentora (s):
Gerente do Sistema de Registro de Preços
Qualificada (s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

D S KUSSUDA COMERCIO E SERVICO DE INFORMATICA ME						
CNPJ: 18.170.172/0001-79						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
3	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET P 1005 (Cartucho de Toner HP 35A Preto - CB435AB Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	TRUE LAZER	56	19,64	1.099,84
9	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET 1020 (Marca de referência toner HP 12 A (Q2612AB) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	TRUE LAZER	150	19,50	2.925,00
20	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PHAISER 3045 WORKCENTRE (Marca de referência XEROX Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TRUE LAZER	72	13,88	999,36
25	TONER PARA IMPRESSORA HP DESIGNJET T520 COR MAGENTA (Cartucho de Toner HP 711 Magenta – 29 ml Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TRUE LAZER	25	36,00	900,00
26	TONER PARA IMPRESSORA HP DESIGNJET T520 COR CIANO (Cartucho de Toner HP 711 Ciano – 29 ml Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TRUE LAZER	25	40,00	1.000,00
27	TONER PARA IMPRESSORA HP DESIGNJET T520 COR PRETO (Cartucho de Toner HP 711 Preto -80 ml Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TRUE LAZER	20	45,00	900,00
28	TONER PARA IMPRESSORA HP DESIGNJET T520 AMARELO (Cartucho de Toner HP 711 29 ML Amarelo	UNID	TRUE LAZER	25	40,00	1.000,00
33	TONER PARA IMPRESSORA HP LASE JET PRO 400 MFP M127 (Marca de referência HP ou qualidade superior)	UNID		108	23,14	2.499,12
36	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET 600 M602 (Toner HP 90A preto Original (CE390A) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TRUE LAZER	15	79,00	1.185,00
	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET P3015 (Toner HP 55A preto original (CE255AB) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TREU LAZER	15	54,99	824,85
41	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG M2875FD (Toner SAMSUNG MLT – R116 (preto, mono, 3000 páginas Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TRUE LAZER	30	53,00	1.590,00
42	RECEPIENTE DE RESIDUOS MLT – R116 PARA IMPRESSORA SAMSUNG M2875FD (Marca de referência SAMSUNG Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	TRUE LAZER	10	60,00	600,00
TOTAL						**15.523,17**

A.E DE SOUZA SUP. PARA INFORMATICA ME						
CNPJ: 24.872.725/0001-38						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
01	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4828 FN (Marca de referencia Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	MAXJET	24	48,91	1.173,84
02	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG PRÓ X PRESS M 3375 FD (Marca de referência Samsung ou qualidade superior)	UNID.	MAXJET	24	70,73	1.697,52
04	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET PFO MPF M125 A (Cartucho de Toner HP LaserJet 83X Preto - CF283X, Cartucho de Toner HP LaserJet 83A Preto - CF283AB Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	MAXJET	211	23,57	4.973,27
11	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET M 1120 MFP (Cartucho de Toner HP 36A Preto - CB436A Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	MAXJET	20	24,18	483,60
16	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG ML 1665 (Marca de referência SAMSUNG Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	MAXJET	24	49,52	1.188,48
17	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO 400M 401N (Cartucho de Toner HP 80A Preto - CF280AB Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UND	MAXJET	60	26,97	1.618,20
18	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG ML 3750 ND (Marca de referência SAMSUNG Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	MAXJET	24	64,96	1.559,04
19	TONER PARA IMPRESSORA HP LASE JET PRO MFP M127 (Cartucho de Toner HP LaserJet 83X Preto - CF283X, Cartucho de Toner HP LaserJet 83A Preto - CF283AB ou qualidade superior)	UNID	MAXJET	283	23,59	6.675,97
32	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER P 1006 (Toner HP 35A (CB435AB) ou qualidade superior)	UNID	MAXJET	39	19,49	760,11
39	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET 1320 (Toner HP 49 A Laserjet (Q5949A) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	MAXJET	18	32,16	578,88
43	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET 2055dn (Toner HP 05A (CE505D) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	MAXJET	28	27,98	783,44
	TOTAL					**21.492,35**

A.I.F SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS EIRELI ME						
CNPJ: 17.729.832/0001-46						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
35	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET PRO M1536 DNF MFP (Toner HP 78A preto Original (CE278AB) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	PREMIUM	198	19,11	3.783,78
	TOTAL					**3.783,78**

A.C PEREIRA INFORMATICA EIRELI ME						
CNPJ: 11.463.094/0001-51						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
5	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1132 MFP (Cartucho de Toner HP CE285AB – Preto Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	PC SUPRIMENTOS	72	19,40	1.396,80
9	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET P 1102 W (Toner HP 35A preto (CB435AB) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	PC SUPRIMENTOS	299	19,39	5.797,61
13	TONER PARA IMPRESSORA HP DESKJET 2050 PRINT SCAN COPY (COLORIDO) (Cartucho de Tinta HP 122 Tricolor - CH562HB Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	PC SUPRIMENTOS	72	45,83	3.299,76
TOTAL						**10.494,17**

BNB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME						
CNPJ: 08.692.456/0001-71						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
14	TONER PARA IMPRESSORA HP DESKJET 2050 PRINT SCAN COPY (PRETO) (Cartucho de Tinta HP 122 Preto - CH561HB Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	FASTPRINT	72	34,72	2.499,84
23	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET P 2035 N (Marca de referência HP (CE461A) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	FASTPRINT	45	28,48	1.281,60
40	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET P4014N (Toner HP 64A (CC364AB) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	FASTPRINT	15	65,00	975,00
TOTAL						**4.756,44**

TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI ME						
CNPJ: 27.274.178/0001-87						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
15	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PLHASER 3117 (Marca de referência XEROX Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	CHINAMATE	48	53,91	2.587,68
22	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG X PRAS M2825N CART MLT D 116 (Marca de referência SAMSUNG Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	CHINAMATE	48	72,84	3.496,32
24	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PHAISER 3260 (Marca de referência XEROX Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	CHINAMATE	60	183,31	10.998,60
37	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG SCX- 4600 (TONER SAMSUNG MLT – D105L(Preto, mono, 2.500 páginas) Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	CHINAMATE	15	52,87	793,05
TOTAL						**17.875,65**

IMEISSEN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELLI EPP						
CNPJ: 15.749.688/0001-84						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
21	TONER PARA IMPRESSORA XEROX PHAISER 1117 (Marca de referência XEROX Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	PREMIUM	24	68,70	1.648,80
30	TONER PARA IMPRESSORA BROTHER DCP1617 NW (Marca de referência BROTHER Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	PREMIUM	12	29,58	354,96
31	TONER PARA IMPRESSORA PANASONIC LASER SUP G3 KXMB783 (Marca de referência PANASONIC Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID	PREMIUM	12	139,83	1.677,96
34	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1522N MFP (Toner HP 36A Preto Original (CB436AB) ou qualidade superior)	UNID	PREMIUM	15	29,33	439,95
TOTAL						**4.121,67**

ALEXANDRE MAIA DAMASCENA DOS SANTOS ME						
CNPJ: 20.416.307/0001-85						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QUANT.	V. UNT.	V.TOTAL
6	TONER PARA IMPRESSORA HP OFFICE JET 4500 DESK (Cartucho de Tinta HP 901XL Preto - CC654AL, Cartucho de Tinta HP Officejet 901 Preto - CC653AB Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	SUPERTONER	24	34,94	838,56
7	TONER PARA IMPRESSORA HP OFFICE JET 4500 DESK COLORIDO (Cartucho de Tinta HP 901 Tricolor - CC656AB ou qualidade superior)	UNID.	SUPERTONER	24	45,20	1.084,80
10	TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG XPRESS M 2070 W (Marca de referência SAMSUNG Maxprint, Premiun Qualiy ou qualidade superior)	UNID.	SUPERTONER	12	49,73	596,76
12	TONER PARA IMPRESSORA XEROX WORKCENTRE 3025 (Marca de referência XEROX ou superior)	UNID.	SUPERTONER	112	70,52	7.898,24
29	TONER PARA IMPRESSORA HP LASER JET 1015 (Cartucho de Toner HP 124A preto - Q6002A ou qualidade superior)	UNID	SUPERTONER	12	89,91	1.078,92
TOTAL						**11.497,28**

ALEXANDRE MAIA DAMASCENA DOS SANTOS ME	**D.S KUSSUDA COMERCIO E SERVICO DE INFOMARTICA ME**
CNPJ: 20.416.307/0001-85	**CNPJ: 18.170.172/0001-79**
RUA EMILE ZOLA N° 600	RUA BARREIOS N° 289
NOVO MUNDO	RAMOS
CURITIBA/PR	RIO DE JANEIRO/RJ
CEP: 81010-260	CEP: 21031-752
FONE: 41 3042-4618	FONE: 21 2524-4474
EMAIL: LICITACAO2.SUPERTONER@HOTMAIL.COM	EMAIL: LICITACAO@DSKTECNOLOGIA.COM.BR
ALEXANDRE MAIA CPF: 057.780.529-01 Representante	***DARCIO SADAO KASSUDA*** CPF: 008.415.439-09 Representante
A.E DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA ME	**A.I.F. SOLUÇÕES E SUPRIMENTOS EIRELI ME**
CNPJ: 24.872.725/0001-38	**CNPJ: 17.729.832/0001-46**
RUA SÃO FLORENCIO N° 522	RUA: J.K N° 2429
VILA FELIZ	BAIRRO: JARDIM NOVO HORIZONTE
SÃO PAULO/SP	JARU/RO
CEP: 03615-000	CEP: 76.890-000
FONE: 11 3798-1206	EMAIL: SUDARIOTONER@HOTMAIL.COM
EMAIL: DESTAK.PRINT3@HOTMAIL.COM	TEL: 69 3521-5136/9206-8896
ALEXANDRE EDUARDO DE SOUZA CPF: 280.588.058-74 Representante A.c Pereira Informatica LTDA ME	***ADEMAR SUDARIO*** Representante CPF: 779.090.462-00 BNB Comércio de Equipamentos de InformatIca LTDA
CNPJ: 11.463.094/0001-51	**CNPJ: 08.692.456/0001-71**
AV ABÉLIO BENATTI N° 4290	RUA GOIÁS N° 862
JARDIM DO SOL	HEGIENÓPOLIS
LONDRINA/PR	CATANDUVA/SP
CEP: 86070-370	CEP: 15804-010
FONE: 43 3027-3443/3025-4243	FONE: 17 3531-0300
EMAIL: LICITACAOPC@HOTMAIL.COM	EMAIL: EMPENHOS@FPRINTER.COM.BR
ADRIANE DA CONCEIÇÃO PEREIRA	***DANIEL NICOLA***

CPF: 825.317.819-00 Representante	CPF: 216.721.888-57 Representante
TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI ME	**IMEISSEN COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP**
CNPJ: 27.274.178/0001-87	**CNPJ: 15.749.688/0001-84**
AV. CANAÃ N° 300	RUA CAPITÃO SILVIO N° 558
ARIQUEMES/RO	CENTRO
CEP: 76870-140	JI-PARANÁ/RO
FONE: 69 3535-3811/99229-8030/99229-7918	FONE: 69 3421-7345 EMAIL: MSPROJETOS02@GMAIL.COM
EMAIL: TJVENDASESPECIAIS@GMAIL.COM	***DETANEA PEREIRA DE SOUZA MEISSEN*** CPF: 693.806.192-00 Representante
TEREZINHA DE J. ARAUJO DE O. BERNARDINELI CPF: 326.813.642-72 Representante	

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:641E2561

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/PMJ-SEMUSA/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **055**/PMJ-SEMUSA/2017.
PROCRESSO Nº **1-1355/PMJ-SEMUSA**/2017.

Validade: 12/06/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA RAIMUNDO CANTANHEDE, N° 1080 – SETOR 02, neste ato representado pelo senhor **Thiago da Costa Navarro -** Gerente do sistema de Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender às necessidades das Secretarias do Município de Jaru, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892/2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da Secretaria Municipal **S**aúde.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. O prazo de entrega dos objetos será realizado em três (03) etapas;
A entrega dos itens **não perecíveis** que deverá ser realizada a cada 15 (quinze) dias, na sede da Secretaria de Saúde de Jaru e no Hospital Municipal Sandoval Dantas de Araújo em Jaru , alocado em embalagem conforme registrado em ata, contendo marca, especificações e data de validade não inferior a 180 (cento e oitenta) dias;
A entrega dos itens **perecíveis** que deverá ser realizado a cada 10 (dez) dias, na sede do Hospital Municipal Sandoval Dantas de Araújo em Jaru e na Secretaria Municipal de Saúde de Jaru, embalado em material de alta resistência, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio;
A entrega do **pão** que deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Saúde de Jaru e no Hospital Municipal Sandoval Dantas em Jaru, de acordo com a solicitação enviada;

6.1.4. A contratada será responsável pela entrega na cede da secretaria e do hospital, em data e hora destinada pela solicitante, encarregando-se de quaisquer gastos inerentes ao transporte do objeto ou qualquer outra despesa que se fizer necessário;
6.1.5 Os bens serão recebidos no ato da entrega, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
6.1.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
6.1.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
A instituição encaminhará o pedido informando a data da entrega, quantidade a ser entregue bem como o horário a ser entregue.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até **10** (**dez**) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de **10 (dez) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias que serão indicadas nos processos filhotes.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.2. Multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse publico, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não pre judique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do Decreto Municipal n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea “d” d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL / ARP:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua exec ução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA UNICIFICADO elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/PMJ-SEMSAU/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 5.221/2008, 7.289/2012 e 9.323/2016, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

THIAGO DA COSTA NAVARRO
Gerência Sistema de Registro de Preços.

Empresa(s) Detentora(s):

_____
(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

M.L BEZERRA ME						
CNPJ: 17.552.444/0001-32						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
	Açúcar cristal, validade de no mínimo de 2 anos e com data de envase superior a 30 dias, contando a data da entrega. Contendo no mínimo 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos de animais ou vegetais. Pacote de 2Kg. Fardo com 15 unidades.	Fardo	110	Doce Dia	83,70	9.207,00
	Amido de milho, produto amiláceo, extraídas do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima: 14% p/p, acidez: 2,5 p/p, mínimo de amido 84% p/p, mínimo de amido: 84% p/p e resíduo mineral fixo: 0,2% p/p. pacote com 500 g.	Pacote	460	Campilar	5,64	2.594,40
	Achocolatado, apresentação pó, características adicionais sem glúten, composição açúcar, cacau, cálcio, ferro, vitaminas. Lata 400g. Caixa com 24 unidades.	Un	50	Choco Celli	8,16	408,00
	Arroz branco - tipo 1 classe longo fino, embalado em saco resistente de polietileno atóxico, pacotes com 5kg devendo apresentar nas embalagens informação nutricional, prazo de validade, apresentar a ficha técnica do produto e laudo de classificação constando a umidade máxima de 14%, pacote com 5 kg. Fardo com 5 pacotes.	Fardo	170	Soberano	87,70	14.909,00
	Polvilho Doce, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 1Kg.	Pacote	100	Campilar	9,80	980,00
	Polvilho Azedo, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem de 1Kg.	Pacote	100	Campilar	10,58	1.058,00
	Biscoito de água e sal, pacote com 400g. Acondicionado em embalagem duplamente protetora original do fabricante, com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. Caixa com 20 unidades.	Caixa	104	Dallas	110,22	11.462,88
	Biscoito, apresentação retangular, sabor maizena, classificação doce, características adicionais sem recheio, pacote com 400 g. Acondicionado em embalagem duplamente protetora original do fabricante. Com dados de identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade. Caixa com 20 unidades.	Caixa	110	Dallas	110,70	12.177,00
	Café em pó homogêneo, torrado e moído, forte/extraforte, tipo exportação, embalado a vácuo puro por retirada de ar (não serão aceitas embalagens somente prensadas); quantidade global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 pontos em função das características sensoriais, teor de impurezas em no máximo 1%, embalagem de 500 g, acondicionadas em caixas de 5 ou 10 Kg. Prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses.	Pacote	2.450	Jamari	13,99	34.275,50
11	Chá alimentação, uso alimentício sabor camomila, caixa c/ 10 sacos.	Caixa	73	Campilar	3,08	224,84

13	Fubá, aspecto físico pó fino, isento de sujidade, mofo e fermentação, cor amarela, matéria-prima milho. Pacote 1 kg.	Pacote	220	Campilar	2,03	446,60
14	Condimento, apresentação industrial, matéria-prima colorau, aspecto físico pó, tipo industrial, aplicação culinária em geral. Embalagem 1kg	Pacote	36	Campilar	5,38	193,68
20.	Gelatina vegetal, comum, sabor morango, em pó, embalagem com 45g.	Unidade	360	Campilar	1,03	370,80
21.	Gelatina vegetal, comum, sabor uva, em pó, embalagem com 45g.	Unidade	360	Campilar	1,07	385,20
22.	Gelatina vegetal, comum, sabor framboesa, em pó, embalagem com 45g.	Unidade	360	Campilar	1,05	378,00
23.	Gelatina vegetal, comum, sabor abacaxi, em pó, embalagem com 45g.	Unidade	360	Campilar	1,07	385,20
24.	Gelatina vegetal, comum, sabor limão, em pó, embalagem com 45g.	Unidade	360	Campilar	1,18	424,80
25.	Gelatina vegetal, comum, sabor cereja, em pó, embalagem com 45g.	Unidade	360	Campilar	1,04	374,40
30.	Massa de macarrão – Tipo “Espaguete”, fino e longo, cor amarela, com ovos, com aspecto, cor, cheiro, textura e sabores próprios, e demais substancias permitidas, isenta de sujidades, parasitas e larvas, embalagem plástica, transparente e resistente, contendo procedência e validade. Pacote com 500g.	Pacote	400	Amalia	3,86	1.544,00
31.	Massa de macarrão – Tipo “ Parafuso”, cor amarela, com ovos, com aspecto, cor, cheiro, textura e sabores próprios, e demais substancias permitidas, isenta de sujidades, parasitas e larvas, embalagem plástica, transparente e resistente, contendo procedência e validade. Pacote com 500g.	Pacote	200	Amalia.	3,79	758,00
34.	Sal iodado, tipo refinado, aplicação alimentícia, contendo dizeres de rotulagem com identificação de marca, peso líquido, data de fabricação e validade. Pacote 1 kg.	Pacote	600	Moc	1,84	1.104,00
35.	Vinagre de vinho, resultante de fermentação acética do vinho ou outros líquidos alcóolicos, deverá atender a legislação de alimentos em vigor, observando as boas práticas de manufatura. Embalagem de 750 ml. Fardo c/ 12un.	Fardo	8	Virosas	50,46	403,68
36.	Creme de leite, UHT, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada, não amassada, contendo 200g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número de registro no Ministério da agricultura/SIF/DIPOA. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	Unidade	810	Italac	2,06	1.668,60
52	Carne bovina in natura, tipo costela cortada.	Kg	1.520	Friboi	10,95	16.644,00
53	Carne bovina in natura, tipo “coxão mole”.	Kg	270	Friboi	21,26	5.740,20
61	Ovos vermelhos de galinha, cartela com 30 unidades	Cartela	62	Extra	13,24	820,88
62	Ovos brancos de galinha, cartela com 30 unidades	Cartela	30	Extra	13,58	407,40
63	Margarina, ingredientes: óleos vegetais, líquidos e hidrogenados, sem sal, lecitina de soja, ácido Lático, sorbato de potássio e benzoato de sódio, Ácido cítrico e bht, sem adição de água, com 75% A 80% de lipídios, 500g validade e garantia do Produto: conforme o indicado pelo fabricante. Pote com 500g.	Caixa	50	Deline	4,88	244,00
64	Cebola in natura branca tipo cabeça.Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	1.200	Extra	3,28	3.936,00
65	Alho in natura, tipo especial, bulbo inteiro, de 1ª qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido, sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	Kg	271	Extra	24,16	6.547,36
66	Pimentão in natura, casca lisa, verde, tamanho médio a grande, sem fungos, consistência firme e sem início de germinação. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	290	Extra	6,30	1.827,00
69	Cenoura sem folhas, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos e terra aderida à superfície externa. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	820	Extra	3,42	2.804,40
70	Chuchu in natura, verde, espécie comum. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	720	Extra	3,08	2.217,60
73	Verdura in natura, tipo repolho verde, espécie comum, aplicação culinária em geral. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Unidade	470	Extra	2,79	1.311,30
74	Fruta in natura, tipo abacaxi. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Unidade	100	Extra	4,33	433,00
75	Fruta in natura, tipo uva, espécie rubi. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	150	Extra	12,29	1.843,50
85	Legume in natura, abóbora verde, espécie verde, casca lisa, tamanho médio e grande, sem fungos e consistência firme. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	290	Extra	2,47	716,30
93	Pão francês pesando aproximadamente 50 gramas, fabricado conforme norma sanitária vigente, embalada em saco plástico transparente, contendo informações dos ingredientes, nome e endereço do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Enriquecido com acido fólico e ferro, fermento biológico, água e sal com cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas.	Kg	3.000	Da Casa	11,35	34.050,00
Total: 175.276,52						

JACOBINA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME						
CNPJ: 12.423.795/0001-20						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
40.	Manjerona, seca. Cheiro e sabor próprio. Contendo data de fabricação (entrega não superior a 30 dias da data de fabricação) e data de validade.	Unidade	1.000	Campilar	3,62	3.620,00
57	Filé de peixe, “Tilápia” limpo, sem couro ou escamas, sem espinha, fatiados em bifes de 100g em média, congelados a (-12°C), isentas de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 6 meses contados a partir da data de entrega.	Kg	380	Zaltana	37,11	14.101,80
58	Peixe – “Tambaqui”, inteiro, resfriado, sem vísceras, sem escamas, sem manchas, sem cabeça, parasitas ou fungos. Congelados a (-12°C), isentas de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 6 meses contados a partir da data de entrega.	Kg	380	Zaltana	7,49	2.846,20
59	Peixe – “Pintado”, inteiro, resfriado, sem vísceras, sem manchas, sem cabeça, parasitas ou fungos. Congelados a (-12°C), isentas de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 6 meses contados a partir da data de entrega.	Kg	380	Zaltana	15,49	5.886,20
60	Peixe – “Pintado”, em postas, resfriado, sem vísceras, sem manchas, sem cabeça, parasitas ou fungos. Congelados a (-12°C), isentas de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico	Kg	380	Zaltana	17,90	6.802,00

	atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 6 meses contados a partir da data de entrega.					
67	Pepino, in natura, verde, espécie comum. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	420	Extra	3,98	1.671,60
68	Acelga, in natura, espécie comum. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	265	Extra	6,38	1.690,70
71	Verdura in natura, tipo alface, espécie americana/crespa/lisa. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Unidade	100	Extra	3,32	332,00
72	Verdura in natura, tipo couve, espécie comum/manteiga. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Unidade	100	Extra	2,80	280,00
76	Fruta in natura, tipo banana, espécie maçã. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	100	Extra	3,93	393,00
77	Fruta in natura, tipo maçã, espécie nacional. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	100	Extra	4,67	467,00
78	Fruta in natura, tipo melancia, espécie redonda. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	150	Extra	2,70	405,00
79	Fruta in natura, tipo laranja. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	100	Extra	3,67	367,00
80	Fruta in natura, tipo melão, espécie amarelo. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	100	Extra	6,43	643,00
84	Legume in natura, tipo inhame, espécie comum. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	200	Extra	5,71	1.142,00
TOTAL: 40.647,50						

AMARAL COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME						
CNPJ: 12.481.815/0001-19						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL**	**Unid. Med.**	**Quant.**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
10	Chá alimentação, tipo chá mate tostado, uso alimentício, caixa de 250 g.	Caixa	382	Campilar	7,43	2.838,26
12	Chá alimentação, uso alimentício, sabor cidreira, caixa c/ 10 sacos.	Caixa	100	Campilar	3,17	317,00
17.	Feijão tipo 1, constituído de no mínimo 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos, na composição centesimal de 22g de proteína, 1,6g de lipídios e 60,88g de carboidratos, tipo classe rajado. Tipo classe rajado. Embalagem plástica de 1 kg.	Pacote	1.800	Bernardo	5,37	9.666,00
18.	Fermento em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Contendo no ingrediente bicarbonato de cálcio e fosfato monocálcico. Embalagem 100 g.	Unidade	80	Campilar	2,95	236,00
26.	Leite Condensado, produzido com leite integral, açúcar e lactose. Acondicionado em embalagem de 395g, sem ferrugens e amassadas, que deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade. Atender as especificações técnicas da ANVISA. Prazo de validade de no mínimo 6 meses. Embalagem de 395g.	Unidade	100	Tradição	3,91	391,00
27.	Leite tipo desnatado UHT- leite fluído, integral, pasteurizado pelo sistema UHT, fabricação no máximo de 30 dias, embalado em caixas Tetra Pack, aluminizada, com capacidade de 1 litro.	Caixa	10.200	Tradição	2,83	28.866,00
32.	Massa de macarrão – Tipo " Penne", cor amarela, com ovos, com aspecto, cor, cheiro, textura e sabores próprios, e demais substancias permitidas, isenta de sujidades, parasitas e larvas, embalagem plástica, transparente e resistente, contendo procedência e validade. Pacote com 500g.	Pacote	100	Amália	2,77	277,00
33.	Óleo de soja frasco de 900 ml, embalagem PET, contendo dizeres de rotulagem, com identificação de marca, peso líquido, data de fabricação e validade.	Frasco	720	Soya	3,81	2.743,20
37.	Polpa de tomate – produto resultante da concentração da polpa de frutos maduros e são de tomateiro, composto por tomate, açúcar, sal e outras substâncias permitidas na legislação. O produto será designado por extrato de tomate, massa de tomate ou concentrado de tomate, em embalagem resistente e conservadora ou aluminizada, contendo validade e procedência. Embalagem de 320g.	Unidade	864	Ole	2,25	1.944,00
38.	Manjericão, puro, seco livre de sujidades e contaminantes. Acondicionado em saco de polietileno, integro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 15g de peso líquido do produto. A embalagem deve apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	Unidade	2.000	Puro Sabor	2,89	5.780,00
41.	Açafrão, – em pó, embalagem fechada, cheiro e sabor próprio, indicando o prazo de validade.	Unidade	500	Puro Sabor	4,45	2.225,00
42.	Pimenta Síria, mistura de especiarias como pimenta da Jamaica, pimenta do reino preta, canela, cravo e noz-moscada. Sabor característico, livre de sujidades, parasitas, fungos, bolores ou contaminantes. Acondicionado em embalagem padrão, integra, atóxica, resistente, 50 g de peso líquido. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto. Marca de referência de qualidade: Master foods.	Unidade	300	Campilar	13,26	3.978,00
43.	Cominho, Puro, livre de sujidades e contaminantes. Acondicionado em saco de polietileno, integro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo 60 g de peso líquido do produto. A embalagem deve apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	Unidade	200	Puro Sabor	7,40	1.480,00
44.	Ervas Finas, secas. Selecionado de ervas finas, secas, composto por uma mistura de alecrim, sálvia, tomilho e manjerona. Puras livres de sujidades e contaminantes. As ervas devem apresentar sabor e aroma característico, sem presença de umidade. Sem a presença de sujidades e contaminantes. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. A embalagem deve conter aproximadamente 10 g de peso líquido do produto. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	Unidade	2.000	Puro Sabor	5,11	10.220,00

45.	Alecrim, desidratado cheiro e sabor próprio. Contendo data de fabricação (entrega não superior a 30 dias da data de fabricação) e data de validade.	Unidade	1.000	Puro Sabor	3,08	3.080,00
46.	Noz Moscada em pó, cor: castanho-claro. Cheiro: forte, aromático. Sabor: picante, fracamente amargo. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura, contendo aproximadamente 8 g de peso líquido. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto. A embalagem deve conter 08 g do produto.	Unidade	3.000	Campilar	1,86	5.580,00
47.	Louro desidratado, em folhas, constituído de folhas sãs, limpas e secas. Puro, livre de sujidades e contaminantes. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto e número do registro no Ministério da Agricultura. A embalagem deve conter aproximadamente 5 g de peso líquido do produto. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	Unidade	5.000	Puro Sabor	0,94	4.700,00
48	Carne Bovina Moída tipo acém congelada, proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, a vácuo, peso líquido de 500g, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	Kg	1380	Frigocal	13,19	18.202,20
49	Carne frango, tipo inteiro, características adicionais congeladas. "Carne frango, primeira qualidade, tipo inteiro, sem tempero, congelado, embalado a vácuo".	Kg	2.380	Ave Norte	6,07	14.446,60
50	Coxa e Sobrecoxa de frango, congelada, in natura. A ave deve ter contornos definidos, firmes e sem manchas, pele aderente. Com aspecto, cor e cheiro característicos. Não deve apresentar sujidades, penas e carcaça. Livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Embalagem: deve estar intacta, polietileno, transparente, atóxica, contendo 01 kg. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega. Apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a legislação vigente.	Kg	380	Ave Norte	7,05	2.679,00
51	Peito de frango congelado, sem tempero, conservado a temperatura de congelamento. O produto não deverá apresentar qualquer indício de descongelamento, cada unidade, deverá ser embalada em saco plástico resistente, contendo dizeres de rotulagem, com identificação, de marca, peso líquido, data de fabricação e validade.	Kg	780	Ave Norte	8,05	6.279,00
54	Carne bovina – do tipo "contrafilé", de primeira qualidade, resfriada sem osso, deverá ser entregue limpa, livre de aparas, com no máximo 5% de gordura igualmente distribuída pela peça, apresentando cor vermelha vivo brilhante consistência firme e elástica.	Kg	1.100	Frigocal	22,92	25.212,00
55	Carne bovina in natura, tipo " acém", sem osso, com baixo teor de gordura, embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico.	Kg	1.340	Frigocal	13,49	18.076,60
56	Salsicha TIPO HOT DOG DE CARNE BOVINA/SUÍNA, proveniente de animais da espécie bovina, sem pimenta, congelada. Feita a partir de carne beneficiada sob inspeção veterinária. Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer aparato que venha encobrir possíveis alterações. O produto deverá ser embalado a vácuo, em embalagem plástica atóxica, resistente, de 1 kg, ser rotulada e contendo as seguintes informações: nome e endereço do abatedouro, contendo obrigatoriamente o registro no SIF, identificação completa do produto, a data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de consumo, temperatura de estocagem, armazenamento e conservação, peso liquido. Pode ser entregue congelada. O produto não deverá apresentar superfície úmida, pegajosa ou partes flácidas ou com indícios de fermentação pútrida.	Kg	300	Aurora	6,91	2.073,00
81	Legume in natura tipo batata paulista. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	215	Extra	3,34	718,10
82	Legume in natura, tipo tomate da região, espécie salada. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	1.200	Extra	6,42	7.704,00
83	Legume in natura, tipo beterraba, espécie comum. Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	215	Extra	3,11	668,65
86	Legume in natura, tipo abóbora cabutiá (1ª qualidade). Com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	Kg	160	Extra	2,46	393,60
87	Polpa de fruta in natura, tipo congelada, sabor abacaxi.	Kg	100	Cachoeirinhas	9,75	975,00
88	Polpa de fruta in natura, tipo congelada, sabor acerola.	Kg	100	Cachoeirinhas	9,33	933,00
92	Polpa de fruta in natura, sabor goiaba.	Kg	100	Cachoeirinhas	10,81	1.081,00
TOTAL: 183.763,21						

M.L BEZERRA ME	**JACOBINA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME**
CNPJ: 17.552.444/0001-32	**CNPJ: 12.423.795/0001-20**
AV. PLACIDO DE CASTRO N° 1878	AV. PRINCESA ISABEL N° 1850
SETOR 02	SETOR 01
SALA A	CEP: 76.890-000
CEP: 76.890-000	JARU/RO
JARU/RO	EMAIL: JACOBINACOMERCIALPRIMUS@OUTLOOK.COM
TEL.: 69 3521-1096	TEL.: 69 3521-4481/99205-9667
MONIELY LIMA BEZERRA Representante CPF: 696.337.202-06	***MATHEUS RIBEIRO BARBOSA*** Representante CPF: 025.465.122-42

AMARAL COMÉRCIO E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ: 12.481.815/0001-19
RUA JOÃO DE ALBUQUERQUE N° 3003
SETOR 05
JARU/RO
CEP: 76890-000
FONE: 69 3521-4785/99369-7630

EMAIL: DISTRIBUIDORA.AMARAL.JARU@GMAIL.COM
WILLIAM DA SILVA AMARAL
Representante
CPF: 818.898.602-04

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:9CDD828C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 008/PMJ-SEMSAU/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: 049/PMJ-SEMSAU/2017
PROCESSO: Nº **1-1020/**PMJ-SEMSAU/2017
Validade: 08/06/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA RAIMUNDO CANTANHEDE Nº 1080 SETOR 02, neste ato representado pelo **Gerente de Registro de Preço**, Senhor **THIAGO DA COSTA NAVARRO** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 - Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de** medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de **12** (doze) meses a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM, podendo ser prorrogado por igual período, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a Administração Pública e satisfazendo os demais requisitos desta norma, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto nº 5.220, de 23 de janeiro de 2008.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (5.220/08). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos medicamentos são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.
4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO
4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.
5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;

Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. Os objetos e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
6.1. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto desta Ata de Registro de Preços, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.
Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado à observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações.

6.3. **PRAZO DE ENTREGA:** O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no prazo máximo de 10(dez) dias corridos, na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do Instrumento de contrato, se for o caso.

LOCAL/HORÁRIOS:

6.4.1 - Os medicamentos deverão ser entregues na sede urbana do município de Jaru, no **ALMOXARIFADO CENTRAL**, sob responsabilidade e controle do órgão competente**: LINHA 605 CENTRO DE CONVEÇÕES JARU** - Telefone: (69) 3521 – 4730 - Jaru, Rondônia;

6.4.2. Os dias de funcionamento são de segunda a sexta-feira, das 7h30mint às 11h30mint e das 13h30mint as 17h30mint.

6.4.3. A CONTRATADA será responsável pelo controle qualitativo e quantitativo de todos os materiais entregues pela mesma.

7. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1 - A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal **referente ao fornecimento efetuado**.

7.2 - O respectivo Órgão terá o prazo de 10 **(dez) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.

7.3 - A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4 - A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5 - A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de 15 **(quinze) dias corridos**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até 30 **(trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6 - O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7 - Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes referências: nome do Banco, número e nome da Agência, e número da conta corrente da contratada.

7.8 - Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9 - Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - Cobrança pelo Estado, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.

Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. **Multa de 0,2%** (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;
9.3.2. **Multa de 10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;
9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido** ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado**,** procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93**,** quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços.
9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.

Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1 por razões de interesse público ou

9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

- UTILIZAÇÃO DA ATA

Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

As aquisições adicionais não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões, não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

“Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.”

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, caso constatada divergência na especificação;

12.2 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

12.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

12.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

12.5 - Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

12.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.

12.8 - Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

12.9 - Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofre em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

12.10 - Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

13.3 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4 Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços

13.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea "d" do inciso II do**caput**do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.

14.2 - O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3 - De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5 - A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.

14.6 - O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8 - Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:
15.1. É participante desta ata a Secretaria Municipal de Saúde que compõe à Administração de Jaru/RO.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 17 do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Esta ARP obedecerá integralmente a Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 5.221/2008, 7.289/2012 e 9.323/2016, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, inclusive o Processo Licitatório nº 1-1020/PMJ-SEMSAU/2017, independente de transcrição.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

THIAGO DA COSTA NAVARRO EMPRESA(S) DETENTORA(S):
Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata
Gerente do Sistema de Registro de Preços

Anexo Único

PROSTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA						
CNPJ: 10.749.915/0001-98						
Item	Descrição do Objeto	Unid. Med.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	Fenoterol, bromidrato	20ml gotas, Frasco	500	HIPOLABOR	2,68	1.340,00
07	Lidocaína, cloridrato 2%	Gel/ Tubo 30G	2.000	PNARIAB	2,02	4.040,00
08	Prometazina, cloridrato	25mg/ml, Ampola de 2ml	2.000	SALVAL	1,30	2.600,00
22	Oxacilina sódica	500mg pó inj. EV Frasco - Ampola	2.000	NOVA FARMA	3,40	6.800,00
24	Cloranfenicol	1G PÓ INJ + diluente Frasco – Ampola I.V	1.500	NOVA FARMA	2,45	3.675,00
39	Ácido tranexâmico	250mg/5ml uso intravenoso, Ampola	500	HIPOLA BOR	2,40	1.200,00
43	Cloridrato de Lidocaína	2% s/ vaso. 20mg/ml , Frasco – Ampola de 20ml	3.000	HIPOLABOR	2,19	6.570,00
59	Ceftriaxona sódica	1G, pó uso I.V Frasco - Ampola	4000	NOVA FARMA	7,99	31.960,00
124	Dimenidrinato , cloridrato de piroxidina	50mg/ml +50mg/ml uso IM Ampola de 1ml	5000	UNIÃO QUIMICA	1,80	9.000,00
TOTAL: 67.185,00						

EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA						
CNPJ: 14.905.502/0001-76						
Item	Descrição do Objeto	Unid. Med.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
53	Omeprazol	40mg pó liofilizado + diluente Frasco - Ampola	2.000	CRISTALIA	6,99	13.980,00
55	Cloranfenicol; Colagenase	0,6U/G + 0,01 G Pomada dermatológica Tubo 30 G	1.000	CRISTALIA	11,79	11.790,00
72	Nitrato de Miconazol	20 mg/g - creme dermatológico – 28 g Tubo	200	PRATI DONADUZZI	1,69	338,00
75	Dexametasona	0,1mg/ml – Elixir – Frasco com 100ml	200	SOBRAL	1,59	318,00
76	Albendazol	400mg, comprimido	1.000	PRATI DONADUZZI	0,53	530,00
77	Albendazol	40 mg/10ml suspensão oral – frasco 10 ml	500	PRATI DONADUZZI	1,70	850,00
81	Azitromicina	500mg comprimido	5.000	MED QUIMICA	0,66	3.300,00
83	Besilato de Anlodipino	10mg comprimido	5.000	GEOLAB	0,07	350,00
86	Carvedilol	3,125mg, Comprimido	3.000	E MS	0,21	630,00
87	Digoxina	0,25mg comprimido	5.000	TEUTO	0,08	400,00
89	Cloridrato de Clorpromazina **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	100mg Comprimido	100	CRISTALIA	0,23	23,00
97	Cloridrato de Nortriptilina **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	50mg cápsula	3.000	MEDLEY	0,80	2.400,00
112	Metronidazol	500mg/5g tubo	10	PRATI ONADUZZI	10,00	100,00
113	Maleato de Dexclorfeniramina	2mg comprimido	1.000	GEOLAB	0,11	110,00
114	Maleato de Dexclorfeniramina	0,4 mg/ml Xarope frascos	300	NATULAB	1,26	378,00
117	Nifedipino	10mg Comprimido	3.000	GEOLAB	0,07	210,00
129	Clor. de tiamina	300mg comprimido	1.000	PRATI DONADUZZI	0,23	230,00
132	Cloridrato de Clomipramina	25mg comprimido	15.000	E MS	0,99	14.850,00
136	Maleato de doxazosina	2mg comprimido	1.000	E MS	0,44	440,00
137	Maleato de doxazosina	4mg comprimido	500	MERCK	1,25	625,00
138	Nistatina solução oral	100.000 UI/mLfrasco	200	PRATI DONADUZZI	3,36	672,00
140	Sinvastatina	40mg comprimidos	5.000	MULTILAB	0,19	950,00
TOTAL: 53.474,00						

BIOCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA						
CNPJ: 02.176.223/0004-82						
Item	Descrição do Objeto	Unid. Med.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
09	Água destilada, 20ml	Ampola de polietileno	3.000	ISOFARMAR	0,56	1.680,00
11	Lactulose	667mg/ml – 120ml xarope ,Frasco + COP (sabor ameixa)	200	UNIÃO	7,79	1.558,00
20	Haloperidol **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	5mg/ml ampola 1ml	300	UNIÃO	1,55	465,00
21	Petidina, cloridrato **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	50mg/ml Ampola 2ml	600	UNIÃO	2,16	1.296,00
23	Terbutalina, sulfato	0,5mg/ml –Ampola SC	300	HIPOLABOR	2,88	864,00
25	Água destilada	Água bidestilada em bolsa PVC c/ 500 ml, sistema fechado, com duas entradas	200	EUROFARMA	3,25	650,00
26	Cloreto de Potássio	19,1 % ampola c/ 10 ml solução injetável	600	FARMACE	0,29	174,00
30	Glicose	50%, Ampola de 10ml	1.400	ISOFARMA	0,29	406,00
31	Gliconato de cálcio	10%, Ampola de 10ml	200	ISOFARMA	1,45	290,00
32	Metilergometrina maleato,	0,2mg/ml, solução injetável, Ampola	200	UNIÃO	2,00	400,00
33	Ocitocina	5UI, Ampola	5.000	UNIÃO	1,45	7.250,00
35	Sulfato de magnésio	50%, Ampola de 10ml	400	ISOFARMA	0,64	256,00
36	Tenoxicam	40mg/frasco - ampola pó liofilizado,	4.000	UNIÃO	6,44	25.760,00
42	Ciprofloxacino	E.V, 200mg, 2mg/ml (0,2%), bolsa 100ml, sistema fechado	3.000	ISOFARMA	14,99	44.970,00
47	Cloridrato de vancomicina	500mg pó liofilizado I.V, Frasco - Ampola	500	BLAUSIGEL	6,78	3.390,00
52	Cetoprofeno	100mg E.V Frasco - Ampola	2.000	CRISTALIA	3,53	7.060,00
63	Cloranfenicol; Desoxirribonu cleose Fibrinolisina	666UI/G + 1UI/G + 10M/G Pomada Dermatol. Tubo 30G	3.000	CRISTALIA	45,00	135.000,00
57	Metronidazol	5mg/ ml (0,5%), bolsa de 100ml, uso intravenoso Sistema fechado	3.000	FARMACE	2,53	7.590,00
61	Cloreto de Suxametônio	100mg pó liofilizado Frasco – Ampola	200	UNIÃO	12,70	2.540,00
69	Carbamazepina	200mg comprimido	35.000	TEUTO	0,10	3.500,00
71	Espiramicina	1,5 UI comprimido	1.000	AVENTIS	4,25	4.250,00
74	Carvedilol	6,25mg Comprimido	1.000	E MS	0,23	230,00
79	Alopurinol	100mg comprimido	1.000	PRATI	0,06	60,00
80	Atenolol	25mg comprimido	6.000	PRATI	0,06	360,00
84	Carvedilol	12,5mg, comprimido	5.000	E MS	0,23	1.150,00
85	Carvedilol	25mg comprimido	8.000	E MS	0,23	1.840,00
90	Cloridrato de Clorpromazina **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	100mg Comprimido	2000	CRISTALIA	0,24	480,00

95	Cloridrato de Fluoxetina **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	20mg, comprimido	25.000	HIPOLABOR	0,10	2.500,00
96	Cloridrato de Nortriptilina **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	25mg,cápsula	2.000	RAMBAXY	0,49	980,00
98	Diazepam **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	5mg comprimido	15.000	UNIÃO	0,06	900,00
99	Cloridrato de Prometazina	25mg comprimido	1.500	CRISTALIA	0,11	165,00
100	Espironolactona	100mg, comprimido	300	HIPOLABOR	0,55	165,00
102	Fenitoína Sódica **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	100mg, comprimido	8.000	TEUTO	0,25	2.000,00
105	Furosemida	40mg comprimido	5.000	HIPOLABOR	0,05	250,00
106	Decanoato Haloperidol **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	50mg/ml ampola	1.000	CRISTALIA	8,00	8.000,00
107	Hidroclorotiazida	25mg comprimido	10.000	PHARLAB	0,03	300,00
109	Ibuprofeno	600mg, comprimido	5.000	PRATI	0,12	600,00
115	Maleato de Enalapril	10mg comprimido	15.000	SANVAL	0,07	1.050,00
116	Maleato de Enalapril	20mg, comprimido	10.000	SANVAL	0,07	700,00
119	Valproato de sódio	250mg comprimido	7.000	BIOLAB	0,33	2.310,00
120	Valproato de sódio	500 comprimido	8.000	BIOLAB	0,91	7.280,00
121	Cloridrato de Amiodarona	150mg Ampola de 3ml	600	HIPOLABOR	2,35	1.410,00
122	Citrato de Fentanila **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	50mcg/ml solução injetável Ampola de 5ml	400	HIPOLABOR	1,19	476,00
125	Amoxilina +clavulanato	250mg/5ml+62.5mg/5mlfrasco	200	SANDOZ	21,00	4.200,00
126	Amoxilina +clavulanato	500mg+125mg comprimido	3.000	SANDOZ	1,56	4.680,00
127	Carbamazepina	400mg comprimido	15.000	CRISTALIA	0,18	2.700,00
131	Benzoilmetronidazol suspensão	40mg/ml frasco	300	PRATI	3,69	1.107,00
133	Cloridrato de amitriptilina	75mg comprimido	3.000	CRISTALIA	0,28	840,00
TOTAL: 296.082,00						

EXEMPLAMED COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ: 23.312.871/0001-46

Item	Descrição do Objeto	Unid. Med.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
67	Cetoconazol	20 mg/g - shampoo – frasco com 100 ml	200	PRATI DONADUZZI	6,20	1.240,00
73	Nitrato de Miconazol	20 mg/g - creme vaginal – tubo 80 g + aplicador Tubo	500	PRATI DONADUZZI	6,80	3.400,00
82	Besilato de Anlodipino	5mgcomprimido	1.000	GEOLAB	0,06	60,00
88	Dinitrato de isossorbida	5mg comprimido	500	SANVAL	5,30	2.650,00
101	Espironolactona	25mg, comprimido	1.500	GERMED	0,28	420,00
104	Flunarizina	10mg comprimido	3.000	VITAPAN	0,14	420,00
110	Ibuprofeno	50mg/ml – Frasco/ 30ml	100	NATOLAB	1,90	190,00
134	Cloridrato de Nortriptilina (**medicamento controlado Portaria 344/98)**	75mg, cápsula	1.000	MEDLEY	0,93	930,00
TOTAL: 9.310,00						

GOLDENPLUS PLUS COMÉRCIO DE MED. E PROD. HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 17.472.278/0001-64

Item	Descrição do Objeto	Unid. Med.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
02	Ranitidina, cloridrato	dosagem 25mg/ml, Ampola de 2ml	8.000	HIPOLABOR	0,43	3.440,00
03	Tramadol, cloridrato	100mg/ml , Ampola 1ml	500	HIPOLABOR	0,55	275,00
04	Furosemida	10mg/ml, ampola 2ml	2.000	FARMACE	0,46	920,00
05	Diclofenaco Sódico	25 mg/ml solução injetável amp c/ 3ml	10.000	FARMACE	0,49	4.900,00
10	Dipirona sódica	500mg/ml 2ml Ampola	15.000	FARMACE	0,46	6.900,00
12	Cloreto de sódio 20%	Ampola de 10ml	200	ISOFARMA	0,29	58,00
14	Clorid. De Midazolam **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	5MG/ML ampola de 3ml	800	HIPOLABOR	1,08	864,00
15	Diazepam **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	5mg/ml , Ampola de 2ml	600	SANTISA	0,72	432,00
17	Cetamina, cloridrato **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	50mg/ml 10ml Frasco - Ampola	20	BIOCHIMICO	30,45	609,00
18	Metoclopramida,	5mg/ml, Ampola de 2ml	9.000	FARMACE	0,34	3.060,00
29	Flumazenil **(medicamento controlado Portaria 344/98)**	0,1mg/ml, IV Ampola de 5ml	50	BIOCHIMICO	30,45	1.522,50
34	Atropina, sulfato	0,25mg/ml, Ampola	480	ISOFARMA	0,34	163,20
37	Bupivacaína, cloridrato, associada à glicose	dosagem 0,5% + 8% Ampola	3.000	HIPOLABOR	2,87	8.610,00
38	Lidocaína, cloridrato	dosagem 10% spray,solução tópica, Frasco	100	CRISTALIA	66,70	6.670,00
41	Dipirona monoidratada; Butilbrometo de escopolamina	4mg/ml + 500mg/ml, ampola de 5ml	12.000	FARMACE	1,52	18.240,00
45	Succinato sódico de Hidrocortisona	500mg frasco – ampola I.M/I.V	3.000	NOVA FARMA	6,01	18.030,00
46	Ampicilina sódica	1G I.M/I.V frasco – ampola	5.000	BLAU	6,52	32.600,00
48	Fosfato dissódico de dexametasona	injetável 4mg/2,5ml, Ampola	8.000	FARMACE	0,72	5.760,00
49	Gentamicina, sulfato	(80mg/2ml), Ampola	5.000	SANTISA	0,75	3.750,00
50	Glicose	25% ampola polietileno 10ml	600	FARMACE	0,27	162,00
56	Gentamicina	40mg/2ml, Ampola	2.000	SANTISA	0,66	1.320,00
58	Ceftriaxona sódica	1G, pó uso I.V Frasco - Ampola	8000	AGILA	1,59	12.720,00
60	Cefalotina sódica	1G, pó, uso I.V Frasco – Ampola	80	BIOCHIMICO	2,32	185,60
64	Ácido Acetilsalicílico	100mg, Comprimido	15.000	SOBRAL	0,03	450,00
91	Cloridrato de Biperideno	2mg, comprimido	20.000	CRISTALIA	0,21	4.200,00
92	Cloridrato de Ciprofloxacino	500mg, comprimido	20.000	PHARLAB	0,27	5.400,00
93	Cloridrato de amitriptilina	25mg comprimido	25.000	CRISTALIA	0,09	2.250,00
94	Cloridrato de metformina	850mg comprimido	10.000	ASPEN	0,06	600,00
118	Valproato de sódio xarope	250mg/5ml frascos	800	PRATI	3,78	3.024,00
139	Paracetamol	500mg comprimido	10.000	HIPOLABOR	0,06	600,00
TOTAL: 147.715,30						

DMC DISTRIBUIDORAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

CNPJ: 16.970.999/0001-32

Item	Descrição do Objeto	Unid. Med.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

06	Sulfato de Neomicina + bacitracina zíncica	5mg/g + 250UI/gPomada, Tubo 10gr	3.000	GREEN PHARMA	1,20	3.600,00
13	Clorid. De Dopamina	5mg/ml ampola de 10ml	300	HIPOLABOR	1,54	462,00
27	Fitomenadiona	10mg/ml solução injetável, Ampola	2.000	HIPOLABOR	1,50	3.000,00
62	Fosfato de Sódio Dibásico	160+60 mg/ml sol. Retal Frasco 130ml	50	NATULAB	6,00	300,00
70	Carbonato de lítio	300mg comprimido	7.000	HIPOLABOR	0,30	2.100,00
103	Fluconazol	150mg, comprimido	1.000	MED QUIMICA	0,50	500,00
108	Hidróxido de alumínio	6% frasco	300	SOBRAL	3,00	900,00
130	Sulfametoxazol + Trimetoprima	40 mg/ml + 8mg/ml suspensão oral – frasco com 100 ml	300	SOBRAL	2,00	600,00
142	Azitromicina suspensão	40mg/ml frasco	200	PRATI DONADUZZI	7,00	1.400,00
TOTAL: 12.862,00						

BIOCAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	**GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: 02.176.223/0004-82	
AV CASTELO BRANCO N° 18981	**CNPJ: 17.472.278/0001-64**
LIBERDADE	RUA GOTARDO MAZZAROLO N° 16
CEP: 79967-489	CENTRO
CACOAL/RO	CEP: 99740-000
FONE: 69 3443-1156/2653	BARÃO DE COTEGIPE/RS
EMAIL: LICITAR_ORTOMED@HOTMAIL.COM	FONE: 54 3523-2202
	EMAIL: LICITACAO@GOLDENPLUS.NET.BR
JOSÉ JAIRO SOUZA	**MARCELO MAROSTICA**
REPRESENTANTE	REPRESENTANTE
CPF: 626.123.015-34	CPF: 823.347.290-72
EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME	**EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
CNPJ: 23.312.871/0001-46	**CNPJ: 14.905.502/0001-76**
RUA SERGIPE N° 955	RUA FRANCISCO FERDINANDO LONZINA N° 162
BAIRRO: BELA VISTA	BAIRRO: BELA VISTA
ERECHIM/RS	ERECHIM/RS
CEP: 99704-080	CEP: 99700-000
FONE: 54 3712-3655	FONE: 54 2106-8636/2106-8627
EMAIL: EXEMPLARMED@BOL.COM.BR	EMAIL: DEPARTAMENTOFARMACEUTICO.EXCLUSIVA@HOTMAIL.COM
CASSIANO RODRIGO CHMIEL	**LIA MARTA CIMA**
REPRESENTANTE	REPRESENTANTE
CPF: 948.635.630-00	CPF: 915.111.430-53
DMC DISTRIBUIDORAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	**PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**
CNPJ: 16.970.999/0001-31	**CNPJ: 10.749.815/0001-58**
AV CALDAS JUNIOR N° 27 SALA 2	RUA PERNAMBUCO N° 1647
BAIRRO: TRÊS VENDAS	BAIRRO: LINHO
ERECHIM/RS	ERECHIM/RS
CEP: 99.713-150	CEP: 99704-408
FONE: 54 2106-5767	FONE: 54 3522-4801/3321-6345
EMAIL: DMCLICITACOES@OUTLOOK.COM	EMAIL: PRESTOMEDI@BOL.COM.BR
LOIRI MARINI	**EDSON ROVER**
REPRESENTANTE	REPRESENTANTE
CPF: 766.922.990-04	CPF: 207.053.260-87

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:0A833447

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/PMJ-SEMUSA/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/PMJ-SEMUSA/2017.
PROCRESSO Nº 1-3880/PMJ-SEMUSA/2017.
Validade: 19/12/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pela Assessoria Técnica de Registro de Preço, Senhor. **Thiago da Costa Navarro** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem Registrar Preços para futura e eventual Aquisição de Medicamentos visando atender as sentenças judiciais, para suprir a necessidade desta secretaria, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 5.221/2008 e 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **MEDICAMENTOS** visando atender as sentenças judiciais, para atender as necessidades desta secretaria.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 5.220/2008. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (**ANEXO I**) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de **5 (cinco) dias**, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.
5.5. O prazo de validade mínimo aceitáveis dos medicamentos deverá ser equivalente a **80% (oitenta por cento)** do prazo de validade do medicamento, contados da data de entrega no local supramencionado;
Para medicamentos que não são fabricados no Brasil e possuem particularidades que inviabilizam sua disponibilização no território nacional, com 80% (oitenta por cento) da validade total, como determina o Edital, o mesmo deverá ser entregue com validade restante de, no **mínino de 12 (doze) meses**, contado da data de entrega no local supramencionado.
Os medicamentos deverão **ter garantia** mínima de **18 (dezoito) meses** a contar da data de entrega no órgão licitante;
A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, produtos avariados (crescimento de fungos, bactérias, corpos estranhos), bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá inicio da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a SEMUSA.
Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacional, obrigando-se a empresa Contratada atende-la no prazo **Máximo de 48 (quarenta e oito) horas** e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até **72 (setenta e duas) horas**, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. Os materiais deverão ser entregues, no Município de **JARU/RO**, no prazo máximo de até **10** (**dez**) dias corridos na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho Global ou do Instrumento de Contrato, se for o caso, na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, localizada na Rua: Florianópolis, nº 3062, Bairro: Setor 02 – Jaru/RO, no horário de expediente do órgão, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 07h30 ás 11h30 e das 13h30 ás 17h30; exceto feriados.

6.1.1. Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, sendo que a inobservância desta condição implicará em recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. Até o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), o prazo de pagamento será de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos. Acima desse valor, o prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da definitiva entrega do produto, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregado do recebimento.

7.3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.
7.6. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:
Nome do **Banco**
Número e Nome da **Agência Bancário** e o Número da **Conta Corrente**.

7.7. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.8. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no art. 62, da Lei Federal nº 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta ata, a Prefeitura Municipal de Jaru-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as sanções constantes no termo de referência (anexo I).

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido** ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado**,** procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93**,** quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a **05 (cinco) vezes** a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e pr estar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do Decreto Municipal n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea “d” d o in ciso II do **caput** do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como, por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, **trimestralmente**, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:
I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
IV. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
V. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;
VI. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
VII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
XIII. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
IX. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
X. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
XI. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
XII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
XIII. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
XIV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
XV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
XVI. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:
Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;
Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA** elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, parte integrante do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº116 /PMJ-SEMUSA/2017**.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei Federal nº 8.666/93 demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

THIAGO DA COSTA NAVARRO
Assessor Técnico de Registro de Preços

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

MEDICANALI PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI						
CNPJ: 20.918.668/0001-20						
ITEM	**DENOMINAÇÃO GERÉRICA**	**FORMA**	**MARCA**	**QUANT.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	ARIPIPRAZOL 10MG	COMPRIMIDO/ DRÁGEA/ CÁPSULA	SANDOZ	400	R$ 14,68	R$ 5.872,00
04	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO/ DRÁGEA/ CÁPSULA	GERMED	400	R$ 4,32	R$ 1.728,00
16	NISTATINA (100.000 UI) + ÓXIDO DE ZINCO (200MG/G) POMADA 60G	TUBO	NOVA QUIMICA	12	R$ 22,80	R$ 273,60
VALOR TOTAL:						**R$ 7.873,60**

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI
CNPJ: 20.918.668/0001-20
RUA HENRIQUE SCHWERING N° 368
BAIRRO: CENTRO
ERECHIM/RS
CEP: 99700.408
FONE: 54 3712-1358/3712-1359
EMAIL: MEDICINALI@HOTMAIL.COM
MARITÂNIA FELIPETTO FOLADOR Representante CPF: 636.437.740-87

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:A649ACAF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/PMJ-SEMUSA/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **122**/PMJ-SEMUSA/2017.

PROCRESSO Nº **1-4081/PMJ-SEMUSA**/2017.

VALIDADE: 03/01/2019

Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à RUA Raimundo Cantanhede nº 1080 setor 02 – neste ato representado pelo senhor THIAGO DA COSTA NAVARRO – Assessor Técnico de Registro de Preços, e as empresa(s) qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIATRICAS**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIATRICAS**, para atender as necessidades das Secretaria Municipal de Saude.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de até **12 (doze) meses** a partir da data de sua publicação do Diário Oficial do Estado de Rondônia – DOE e no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto Municipal nº 10.222/2017. No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no (ANEXO I) deste instrumento.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, para atender ao objeto empenhado;

5.2. Realizar a entrega do objeto desta Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a sua vigência, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1 - Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central – Centro de Convenções, sito a Linha 605, – Bairro: Jardim dos Estados – CEP: 76.890-000 – Jaru/RO, horário das 07h30min horas as 11h30min horas e das 13h30min horas as 17h00min horas, de segunda a sexta-feira.

6.2 - O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para Empresas do Município de Jaru, 10 (dez) dias corridos para Empresas do Estado de Rondônia e 15 (quinze) dias corridos para Empresas de fora do Estado de Rondônia, na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do Instrumento de contrato, se for o caso;

6.3 - A aceitação do objeto está condicionada ao atendimento das especificações mínimas constantes do Anexo I e II deste TERMO DE REFERÊNCIA e a proposta da licitante;

6.4 - Nos levantamentos efetuados foi levada em consideração a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, caracterizando-se como expectativa de consumo, de acordo com históricos anteriores.
6.5. Os quantitativos foram estimados por um eventual consumo das demandas, contemplando também as necessidades ocasionais, permitindo-se acréscimos máximos de até 25% (vinte e cinco por cento) no período de vigência de Ata de registro de Preços.
6.6. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO A SECRETARIA DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A detentora da apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a NOTA FISCAL referente ao fornecimento efetuado.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo máximo de até 08 (oito) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la.

7.3. A nota fiscal não aprovada será devolvida à empresa detentora da Ata para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. A Prefeitura, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, acima desse valor, a prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data do recebimento efetivo dos produtos e do aceite da nota fiscal.

7.6. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado através de crédito em conta corrente do licitante vencedor, após apresentação da respectiva documentação exigida (regularidade referentes à Seguridade Social–INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, regularidade para com a Fazenda Municipal da Sede ou Domicilio da Licitante ou da Contratante) entre outras e Nota Fiscal/Fatura, na tesouraria da Prefeitura Municipal de Jaru – Rondônia.

7.7. Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

Nome do Banco;
Número e Nome da Agência Bancário e o Número da Conta Corrente.

7.8. Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;

7.9. Havendo erro na Nota Fiscal de Venda ou Nota Fiscal de Venda/Fatura ou outra circunstância que desautorize a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a adjudicatária tome as medidas saneadoras necessárias, não cabendo correção do valor pactuado.

8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRAS POR SECRETARIA

8.1. As despesas decorrentes correrão por conta das dotações orçamentárias que serão indicadas nos processos filhotes.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO RP

9.1. Cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa conforme constante no termo de referência **(anexo I).**

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município, conforme período determinado nas Lei Federais 8.666/93, com suas alterações e 10.520/02.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, conforme penalidades constantes no termo de referência (**anexo I)**

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos subitens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos subitens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor.

10. UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Esta ata de registro de preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do município de Jaru/RO, mediante consulta ao órgão gerenciador.

10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a **100% (cem por cento)** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, contadas todas as adesões não se ultrapasse referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

10.4. A quantidade global que poderá ser adquirido pelos órgãos aderentes e gerenciador, somados, não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade prevista para cada item.

10.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;

12.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

12.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

12.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

12.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

12.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;

12.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

12.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

12.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

12.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

12.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

12.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

12.13. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

13.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17, do
n° 7.892/2013 observadas às disposições contidas na alínea “d” d o in ciso II do caput do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexadas provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3. De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.

14.4. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

14.5. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios/AROM, e outros, no que couber.

14.6. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

14.7. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

14.8. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15. RESCISÃO CONTRATUAL / ARP:

15.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato/ARP, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 1993:

I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados; IV. o atraso injustificado do início da entrega do objeto;

V. A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas nesta ARP;

VII. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

IX. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil; X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XII. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no
§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XV. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVI. O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XVII. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa. A rescisão deste Contrato poderá ser:

Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicial, nos termos da legislação;

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. e. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

16 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

16.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/PMJ-SEMUSA/2017.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

17.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao art. 17, do Decreto Municipal 5.220/2008 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

17.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

17.5. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 5.450/2005, Decretos Municipais nº 9.323/2016 e 9.975/2017, subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993 com suas alterações, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição**.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

_____
Gerência Sistema de Registro de Preços.

Empresa(s) Detentora(s):

_____
(Representante / Nome / CNPJ)

Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata

ANEXO ÚNICO

LRF BATISTA EPP						
CNPJ: 19.859.630/0001-44						
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS**	**UND**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
03	Fralda Geriátrica Descartável, tamanho Médio – M, formato anatômico, características adicionais: flocos de Gel, abas antivazamento, faixa ajustável, tipo adesivo de fixação, fitas adesivas multiajustáveis, tipo usuário adulto.	UNID	46.950	MARDAN	R$ 1,06	R$49.767,00
04	Fralda Geriátrica Descartável, tamanho Médio – M, formato anatômico, características adicionais: flocos de Gel, abas antivazamento, faixa ajustável, tipo adesivo de fixação, fitas adesivas multiajustáveis, tipo usuário adulto.	UNID	15.650	MARDAN	R$ 1,06	R$ 16.589,00
VALOR TOTAL					**R$ 66.356,00**	

COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA						
CNPJ: 02.475.985/0001-37						
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS**	**UND**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
05	Fralda Geriátrica Descartável, tamanho Pequeno – P, formato anatômico, características adicionais: flocos de Gel, abas antivazamento, faixa ajustável, tipo adesivo de fixação, fitas adesivas multiajustáveis, tipo usuário adulto.	UNID	20.000	DESCARPACK	R$ 0,95	R$ 19.000,00
VALOR TOTAL					**R$ 19.000,00**	

COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA	***LRF BATISTA EPP***
CNPJ: 02.475.985/0001-37	CNPJ: 19.859.630/0001-44
AV. DOM PEDRO I N° 2678	RUA SALGADO FILHO N° 1616
SETOR 05	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
JARU/RO	CEP: 76804-118
CEP: 76890-000	PORTO VELHO/RO.
FONE: 69 3521-5181	FONE: 69 3301-2125/69 8153-2225
EMAIL: COVAN-@HOTMAIL.COM	EMAIL: LRDISTRIBUIDORA01@HOTMAIL.COM
GESISBEL FERREIRA DOS SANTOS	***LEANDRO RIBEIRO FERNANDES BATISTA***
Representante	Representante
CPF: 943.048.822-87	CPF: 004.235.872-85

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:B15D52FB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 016/PMJ/2018

PREGÃO ELETRÔNICO:023/PMJ/2018
PROCESSO: Nº 1-809/PMJ/2018
VALIDADE: 19/04/2019
Pelo presente instrumento, o Município de Jaru (RO), através da Prefeitura Municipal, situada à Rua Raimundo Cantanhede, n° 1080 – Setor 02, neste ato representado pelo Assessora Técnica de Registro de Preço, Sr **Thaís Eler Antunes** e as empresas qualificada no Anexo Único desta Ata, resolvem **Registrar Preços para futura e eventual Aquisição de Madeira Serrada**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente – SEMINFRAM nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decretos Municipais nº 9.975/2017 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente – SEMINFRAM.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia / AROM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Prefeitura Municipal a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente Decreto (10.534/2018). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo Único deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:
Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante, comparecer e assinar dentro do prazo máximo de 5 dias o contrato referente ao objeto empenhado;
Realizar a entrega do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.
Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.
5.4. O objeto desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades do órgão requerente, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIOS

6.1. As entregas dos produtos referentes a cada solicitação das secretárias, dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, através da Secretaria e deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para empresas dentro do município, 10 (dez) dias corridos para empresas dentro do Estado de Rondônia e no prazo de 15 (quinze) dias corridos para empresas fora do Estado de Rondônia.

6.2. Os materiais deverão ser entregues conforme solicitação do secretário, ou pelo responsável, no qual designará o local, em horário comercial de segunda a sexta-feira, das 07:30 ás 11:30 horas e das 13:30 ás 17:30 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

6.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades ISENTANDO A SEMAPLANF DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.

6.4. As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, observando as disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Proposta da Detentora, da Nota de Empenho ou outro documento equivalente, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1 O pagamento, decorrente da entrega dos produtos constante do objeto deste Termo de Referência, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93 e alterações;

7.2 Não serão efetuado qualquer pagamento à (s) empresa (s) CONTRATADA (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade advinda de inadimplência contratual.

7.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com as normas vigentes.

7.4 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.5 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, Prefeitura do Município de Jaru, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.8 A Prefeitura do Município de Jaru, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no Órgão.

7.9 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.10 É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal, Certidão Negativa Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Jaru-RO, poderá garantida a previa defesa, aplicar a licitante vencedora as sanções **conforme o termo de referência**.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Jaru e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Jaru, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.

9.3 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido** ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9**. Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10. Cancelamento do preço registrado**,** procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública,** nos termos da Lei Federal nº 8.666/93**,** quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços;

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3. A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercador ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93 ou no art. 7º, da Lei Federal 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados

9.11.9.1. Por razões de interesse público, ou;

9.11.9.2. A pedido do fornecedor

10 - UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 – Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
10.2 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação ter sido efetivada pelo mesmo.
10.3 – É vedada aos órgãos e entidade da administração pública federal e estadual, a adesão a esta Ata de Registro de Preços.

11 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 20 do Decreto Municipal 10.534/2018 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.
11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
11.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;
11.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura municipal de Jaru;
12.2 - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
12.3 - Manter garantia, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações exigidas neste Termo de Referência e no edital;
12.4. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão adquirente;
12.5. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;
12.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;
12.7. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;
12.8. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;
12.9. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso;
12.10. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.
12.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;
12.12. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;
12.13. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente.
12.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. l). Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente.
12.15. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
13.2 - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Departamento de Almoxarifado, do qual deverá explicitar a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado;
13.3 - Notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
13.4 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;
13.5 - Notificar a contratada, por escrito, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.
13.6 - Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
13.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.8 - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;
13.9 - Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
13.10- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
13.11- Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
13.12- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
13.13- Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14– DO REALINHAMENTO DE PREÇO

14.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido Realinhamento de Preços, conforme art. 17 da 7.892/2013 observadas às disposições contidas naalínea “d” do inciso II docaputdo art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.
14.2 O realinhamento de preços poderá ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

14.3 De posse da pesquisa de mercado feita pelo Setor de Cotação e de todos os documentos hábeis para análise a Gerência responsável pelo Registro de Preço, verificará se houve majoração entre o preço registrado na Ata e o novo preço de mercado, onde sugerirá deferimento, indeferimento ou deferimento parcial do pedido, passando a apreciação da **Assessoria Jurídica para parecer, e após este, a autoridade competente para deliberação.**
14.4 O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
14.5 A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.
14.6 O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.
14.7 Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
14.8 Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial dos Municípios, Trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL:

a) - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
b) - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
c) - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega do Objeto, nos prazos estipulados;
d) - o atraso injustificado do início da entrega do objeto;
e) - a paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
f) - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
g) - o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
h) - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1odo art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
i) - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
j) - a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
k) - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
l) - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
m) - a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
n) - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
o) - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
p) - a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução de entrega, nos prazos contratuais;
q) - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
r) - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16 - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
A rescisão deste Contrato poderá ser:
a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, no item 15, nas letras a, á l, q e r, desta cláusula;
b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
c) judicial, nos termos da legislação.
d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
e). Quando a rescisão ocorrer com base nas letras j a q desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
f) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
g) A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
h) O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
j) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
k) Indenizações e multas

17 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

17.1. É participante desta ata a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente – SEMINFRAM que compõe à Administração de Jaru/RO.

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao artigo 20 do Decreto Municipal 10.534/2018 e, Lei nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
18.4 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.
Fica eleita a Prefeitura Municipal de Jaru/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Órgão Gerenciador:

THAÍS ELER ANTUNES
Gerente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S):
Qualificada (s) no Anexo Único desta Ata

Anexo Único

G.V. MARTINS & CIA LTDA						
CNPJ: 11.572.506/0001-91						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**APRESENT.**	**QUANT.**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
03	QUADRADO DE MADEIRA 15 X 15CM X4,5 /5,00/5,50/6,00 OU 7,00 MTS	M³	75	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 1.560,00	R$ 117.000,00
04	QUADRADO DE MADEIRA 15 X 15CM X4,5 /5,00/5,50/6,00 OU 7,00 MTS	M³	25	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 1.560,00	R$ 39.000,00
05	QUADRADO DE MADEIRA DE 20 X 20CM X 4,50/5,00/5,50/6,00 OU 7,00 MTS	M³	75	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 1.560,00	R$ 117.000,00
06	QUADRADO DE MADEIRA DE 20 X 20CM X 4,50/5,00/5,50/6,00 OU 7,00 MTS	M³	25	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 1.560,00	R$ 39.000,00
07	QUADRADO DE MADEIRA 30 X 30CM X 4,50/5,00/5,50/6,00 OU 7,00 MTS	M³	300	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 1.450,00	R$ 435.000,00
08	QUADRADO DE MADEIRA 30 X 30CM X 4,50/5,00/5,50/6,00 OU 7,00 MTS	M³	100	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 1.450,00	R$ 145.000,00
09	TABUA MADEIRA DE LEI-1° QUALIDADE 2X22 CM X 3 MTS	UND	300	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 29,00	R$ 8.700,00
10	TABUA MADEIRA DE LEI – 1° QUALIDADE 2 X 22 CM X 4 MTS	UND	400	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 34,25	R$ 13.700,00
11	TABUA PARA CAIXARIA 2X25CM X 5 MTS	UND	200	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 26,00	R$ 5.200,00
12	TABUA PARA CAIXARIA 2X30CM X 5 MTS	UND	200	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 39,70	R$ 7.940,00
13	VIGA DE MADEIRA DE LEI 5CM X 12CM X 2,50 MTS	UND	100	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 19,40	R$ 1.940,00
14	VIGA DE MADEIRA DE LEI MEDINDO 5CM X 12CM X 3,00 MTS	UND	200	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 22,75	R$ 4.550,00
15	VIGA DE MADEIRA DE LEI MEDINDO 5CM X 12CM 3,50 MTS	UND	200	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 28,40	R$ 5.680,00
16	VIGA DE MADEIRA 5CM X 12CM X 4,00 MTS	UND	300	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 29,66	R$ 8.898,00
17	VIGA DE MADEIRA DE LEI 5CM X 12CM X 4,50 MTS	UND	200	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 34,50	R$ 6.900,00
18	VIGA DE MADEIRA DE LEI 5CM X 12CM X 5,00 MTS	UND	200	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 38,50	R$ 7.700,00
19	VIGA DE MADEIRA DE LEI 5CM X 12CM X 6,00 MTS	UND	200	FABRICAÇÃO PRÓPRIA	R$ 45,00	R$ 9.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						**R$ 972.208,00**

G.V. MARTINS & CIA LTDA
CNPJ: 11.572.506/0001-91
Rua Tanguá, Esq. Com Rua Cristovão Colombo,S/N
Jaru/RO
CEP: 76.890-000
FONE: (69) 9215-2064
Email: Gvmartinsmadeiras@gmail.com
GENECI VIEIRA MARTINS
CPF: 421.835.882-68
Representante

Publicado por:
Thaís Eler Antunes
Código Identificador:EF3C6715

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VALE DO ANARI
EDITAL 006

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2018
PROCESSOS Nº 10/2018
PREÂMBULO
(Artigos 3o, IV; 4o, VI; e 9o da Lei 10.520/2002)

O SUPERINTENDENTE DO MUNICIPIO DE VALE DO ANARI RO, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão**, do tipo Menor Preço Global conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº: 1604/GP/2006, Termo de Referência (Projeto Básico) e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos, deverão ser entregues ao Pregoeiro até às 08:00 horas, do dia 04 de maio de 2018**,** no prédio da prefeitura municipal de Vale do Anari/ro, na Av. Capitão Silvio de Farias nº4571 na Cidade de Vale do Anari/Ro.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:
Endereço: Av. Capitão Silvio de Farias, 4571– Fone/3525-1058 **VALE DO ANARI/RO**
Pregoeiro (a): Fabiana Dorigo Silva.
Fone/Fax: 69 35251018 ou 69 35251450.

1 – 1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO.
(Artigo 3o, II, da Lei 10.520/2002)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA PRESTAR SERVIÇOS TECNICOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIARIA; ASSESSORIA NA CONCESSÃO DE BENEFICIOS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA; ESTUDOS, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÕES DE EVENTOS RELACIONADOS À RPPS, CONSULTORIA ATUARIAL E ELABORAÇÃO DE CALCULO ATUARIAL ANUAL, LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO IMPRES DO MUNICIPIO DE VALE DO ANARI.

2. ANEXOS DO EDITAL

Anexo I - Descrição do Objeto por Item
Anexo II – Termo de Referencia
Anexo III - Modelo de Declaração de Preenchimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo IV – Modelo de Declaração em atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º CF
Anexo V - Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de Micro Empresa
Anexo VI – Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes
Anexo VII - Modelo de Credenciamento.
Anexo VIII – Modelo de Carta Proposta

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3.1.1 - Poderão participar da presente licitação, os interessados **CADASTRADOS** inscrito no Cadastro de Licitantes desta Prefeitura com certificado fornecido pela CPL, válido na data da abertura da presente licitação **OU NÃO CADASTRADOS,** no ramo pertinente ao objeto desta licitação.
3.1.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
3.1.3 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
3.1.4 - Na presente licitação é vedada à participação de empresas em consórcio.
3.1.5 - O licitante deverá promover o seu credenciamento para participar do pregão, até o horário fixado no edital para o recebimento da proposta inicial de preços.

3.2 – DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.2.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, e em conformidade com o que dispõe a Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 06** para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **no envelope 2 – HABILITAÇÃO**, mesmo que esta apresente alguma restrição, ficando a mesma subordinada aos seguintes procedimentos, obrigatoriamente:

3.2.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a **critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.2.1.2 – A não - regularização da documentação dentro do prazo previsto no item acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato;

3.2.2 – Dos empates:

3.2.2.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte **sejam iguais ou até 5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada nesta Licitação;

3.2.3 - Havendo empates, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

3.2.3.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada **poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame**, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
3.2.3.2 - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais microempresas e empresas de pequeno porte que porventura se enquadrem na hipótese previstas no item **3.2.2.1** deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
3.2.3.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item **3.2.2.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
3.2.3.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item **3.2.3.1** deste edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta **originalmente vencedora do certame**;

3.2.3.5 – O disposto nos itens acima somente se aplicará quando a melhor proposta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.2.3.6 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para **apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão**, depois do que, não poderá mais reclamar os direitos previstos na Lei Complementar 123/2006;

3.2.4 – Para efeitos de utilização dos benefícios de que trata este capítulo, as licitantes deverão preencher e apresentar no ato do Credenciamento a Declaração constante do Anexo VI deste Edital, **salientando que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios da LC 123/2006, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas cabíveis;**

4 - DO CREDENCIAMENTO

(Artigo 4o, VI, da Lei 10.520/2002)

4.1 No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, quando solicitado, exibindo a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, **por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de lances verbais, oferta de descontos e para a prática dos demais atos do certame**.

4.2. O representante legal da Licitante, quando presente na sessão de abertura, deverá estar munido dos seguintes documentos:

4.2.1. Cédula de identidade acompanhada de contrato social ou ultima alteração que comprove a condição de integrante da constituição social;
4.2.2. Quando procurador; apresentar cédula de identidade e procuração lavrada em cartório.
4.2.3. Termo de credenciamento particular; apresentar cédula de identidade e o termo de credenciamento, conforme modelo em anexo;

4.3 As Empresas que se enquadrarem na Lei 123/06 deverão no momento do credenciamento apresentar DECLARAÇÃO para microempresa ou empresa de pequeno parte QUANDO desejarem usufruir o tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar 123/06, declarando não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º.
4.4 Os documentos para credenciamento deverão ser apresentados no início da sessão de abertura, fora dos envelopes, com cópia para o processo;
4.5. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, deverá apresentar cópia autenticada do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem o representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
4.6. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes de números 01 e 02.
4.7. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.8. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 4.2 não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifesta-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

4.1. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES
(Artigo 4o, e VII, da Lei 10.520/2002)

4.1.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no preambulo do edital.

4.1.2. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representantes(s) da(s) licitante(s) apresentará(ão) e entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes

4.1.3. Não será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de via postal, fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
(Artigos 4o, VII, e 6oda Lei 10.520/2002)

5.1. A Proposta de Preços deverá ser datilografada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa, com as seguintes indicações:

ENVELOPE N° 01 - "PROPOSTA DE PREÇO"
DE: (RAZÃO SOCIAL)
À: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSOS DE LICITAÇÃO Nº: 10/2018
Pregão N°: 6/2018
Abertura dia 05 de Maio de 2018 as 08:00 horas.
5.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e total dos itens e valor total geral, sendo admitido somente 2 casas decimais após a vírgula, com marca para todos os itens cotados.
5.3. A proposta deverá conter especificação clara do objeto.
5.4. O prazo de validade da proposta será 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura do envelope.
5.5. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.
5.6. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestadamente inexeqüíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.
5.7. A apresentação da(s) propostas(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
5.8. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.
5.9. Todos os insumos que compõe o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.
5.10. Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o Menor Preço Global
5.11. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;
5.12. O modelo de Proposta Comercial, não é obrigatório que seja elaborada igual ao modelo fornecido ANEXO IV, razão pela qual não se desclassificará a proposta apresentada de forma diversa, desde que a mesma contenha todos os dados exigidos no edital.

6 - DOCUMENTAÇÕES REFERENTES À HABILITAÇÃO
(Artigo 4o, XIII e XIV da Lei 10.520/2002)

6.1. Para habilitação, o vencedor deverá apresentar, no envelope 02 – os documentos de habilitação em 01 (uma) via original ou autenticada, com exceção daqueles emitidos via internet que terão sua autenticidade confirmada na página do órgão que o expediu.
6.2. O proponente fica obrigado a fornecer à Comissão Julgadora os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.
6.3. Os documentos deverão estar autenticados ou acompanhados com os originais para a conferência do pregoeiro.
6.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 30 (trinta) dias contados da data de emissão.

6.5. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:
a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (Contrato Social e Alterações), em caso de apresentação de contrato social consolidado é dispensada as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de sua atual administração; registro comercial, no caso de empresa individual; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
b) Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
c) Certidão Negativa ou Positiva, com efeito Negativo para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
d) Declaração do licitante que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
e) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93.
f) Declaração de plena submissão às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, nos ternos na Lei nº: 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) Declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação que deverá ser entregue fora dos envelopes de Proposta e Habilitação;
i) Declaração em atendimento ao inciso VII, ART. 4º da lei federal Nº: 10.520.

6.6 O (A) Pregoeiro (a) reserva-se no direito de solicitar dos licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

6.7 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa, com as seguintes indicações:

ENVELOPE N° 02 - "HABILITAÇÃO"
DE: (RAZÃO SOCIAL)
À: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSOS DE LICITAÇÃO Nº: 10/2018
Pregão N°: 6/2018
Abertura dia 05 de Maio de 2018 as 08:00 horas

7 - DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO
(Artigo 4o, VIII, IX, X, XI, XII, XV, XVI, XVII e XXIII da Lei 10.520/2002)

7.1. Na sala de Licitações, será feito o credenciamento dos fornecedores e recebido o envelope nº 01 "Proposta de Preços", devidamente lacrado e em separado do envelope, a declaração dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação.
7.2. Serão abertos, pelo Pregoeiro, os envelopes contendo as propostas de preços, dos fornecedores, ocasião em que se procederá à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
7.3. Havendo divergência entre valor unitário e global, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.
7.4. No curso da Sessão, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores crescentes não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.
7.5. Logo após o cadastro e classificação das propostas, será aberta a Sessão Pública – Etapa de Lances, na sala de Licitações, sendo que nessa etapa, obedecerá a ordem dos lotes, onde os fornecedores vencedores, ou seus representantes legais, entregarão ao Pregoeiro, o envelope nº 02 "Documentos para Habilitação", devidamente lacrado.
7.6. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no subitem 7.4, o Pregoeiro classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subseqüentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
7.7. Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor, devendo a oferta ser feita por valor unitário.
7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para julgamento o valor da proposta escrita.
7.9. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
7.10. Dos lances ofertados não caberá retratação e os subseqüentes deverão ser sempre de menor valor que o anterior.
7.11. Caso não se realize lances verbais, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.
7.12. Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "Habilitação" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 8 deste Edital.
7.13. Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.
7.14. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, quanto às amostras, proposta e documentação, o proponente será declarado vencedor.
7.15. Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei 8.666/93, prazo para apresentação de nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.
7.17. Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.
7.17.1. Os recursos deverão ser entregues à Equipe de Apoio, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.
7.17.2. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.
7.18. Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Equipe de Apoio remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.
7.19. Nessa Sessão, o Pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo às regras e condições fixadas neste Edital.
7.20. A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso na Sessão importará na decadência do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.
7.21. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os proponentes presentes.
7.22. Em nenhuma hipótese serão recebidas amostras, proposta e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. Será considerada vencedora a proposta de Menor Preço Global**, de acordo com as especificações do objeto, conforme o anexo I, constantes neste Edital.**
8.2. O (A) Pregoeiro (a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor;
8.3. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei 8.666/93.
8.4. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referencia definido pela administração pública.
8.5. O (A) Pregoeiro (a) poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer cidadão ou participante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, na Prefeitura Municipal de VALE DO ANARI cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
9.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame, ficando sem validade qualquer pedido feito via fax ou eletrônico.
9.3. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos que até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Após a declaração do vencedor da licitação não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o (a) Pregoeiro (a) opinará pela adjudicação do objeto licitado o que posteriormente será submetido à autoridade competente.
10.2. No caso de interposição de recurso depois de proferida a decisão, será adotada os mesmos procedimentos já previstos neste Edital para a adjudicação e homologação do resultado da licitação.
10.3. A autoridade competente adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame e homologará o resultado da licitação.

11 - FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Prefeitura do Município VALE DO ANARI - RO firmará contrato específico com o PROPONENTE VENCEDOR visando à execução do objeto desta licitação nos termos da Nota de Empenho;
11.2. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o Contrato firmado, independente de transcrição;

12 - DAS PENALIDADES
(Artigo 7o da Lei 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93)

12.1. O não cumprimento da proposta apresentada pelo proponente vencedor, implicará nas penas previstas nos Art. 81 a 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que a multa, se aplicada, poderá ser de:
12.1.1. De 10% (dez por cento) sobre o valor da respectiva contratação no caso de inexecução total do contrato;
12.1.2. De 1% (um por cento) sobre o valor da respectiva contratação, por dia de atraso no prazo de entrega.
12.1.3. - De 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação no caso de inexecução parcial do contrato.
12.1.4. A contratada será advertida por escrito sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis.
12.1.5. Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13 - RESCISÃO

13.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS

14.1 Os recursos orçamentários necessários para cobertura das despesas deste edital serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.001 – INSTITUTO DE PREVIDENCIA
09.122.0017.2.058 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IMPRES
3.390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

14.2. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 05 (cinco) dias, após a entrega da Nota Fiscal/recibo na qual devera ser devidamente certificada e após a conferência da regularidade fiscal da empresa vencedora.

14.3. O IMPRES fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da prestação dos serviços ora contratados a empresa não estiver cumprindo as exigências do Projeto Básico, Carta Contrato do Edital.

14.4. O pagamento será realizado a cada 30 (trinta) dias mediante apresentação de nota fiscal devidamente certificada e atestada pela Diretora Executiva do IMPRES, e acompanhadas das requisições, ou relatório de serviço e as certidões negativas INSS, FGTS, MUNICIPAL e TRABALHISTA.

14.5. O desembolso será realizado de acordo com os meses contratados e será pago após atestada a entrega do produto.

14.6. Na ocorrência de inadimplência da administração, com o não pagamento de algumas das parcelas no prazo previsto, o valor avençado será reajustado pelo I.N.P.C., ficando ainda estabelecida a título de compensação pelo atraso, multa de 1% sobre o valor do contrato.

14.7. Quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo 1° do artigo 65, da Lei n°. 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do parágrafo 2°, inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei n°. 9.648, de 27 de maio de 1998.

15 DO CONTRATO
(Artigo 4o, XXII, da Lei 10.520/2002 e artigo 65, §1o da Lei 8.666/93)

15.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Instituto de Previdência - RO firmará contrato com a empresa vencedora, o qual consignará direito e obrigações das partes e instrumento que faz parte integrante e complementar deste edital, independente da transcrição;

15.2 - O licitante vencedor será convocado a assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação.

15.3 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 - É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
15.5 - Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.6 - As alterações contratuais serão processadas mediante Termo de Aditamento, devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente, após os devidos pareceres.

15.7 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.8 - O licitante que vier a ser contratado deverá apresenta no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos após a assinatura do contrato a seguinte documentação: Certidão negativa de regularidade perante o INSS e FGTS;

16 - DA EXECUÇÃO

16.1 – O objeto será executado Conforme, condições previstas no Processo Administrativo nº 10/2018 e especificação do objeto anexo I do presente Edital, conforme termo de referencia e conforme necessidade da Secretaria.

16.2 - A entrega do objeto será conforme necessidade da Secretaria após a emissão da Nota de Empenho e contrato.

17 - DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

17.1 Ao vencedor da licitação cabe total responsabilidade quanto ao correto atendimento do pedido, no tocante as especificações.

17.2 Apuradas em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados ao fornecedor sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

18.1 - Pela inexecução total ou parcial de qualquer das cláusulas deste Edital e/ou proposta apresentada, a PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI - RO, poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% sobre o valor global da contratação.

19 – RECURSOS
(Artigo 4o, XVIII, XIX, XX e XXI da Lei 10.520/2002)

19.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

19.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

19.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

19.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.5. Decididos os recursos, a autoridade será realizada a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

19.6. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de **VALE DO ANARI** sito na Av. Capitão Silvio de Farias, 4571, Centro – VALE DO ANARI - RO, Estado de Rondônia

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora serão partes integrantes do Instrumento Contratual, independentemente de transcrição.

20.2. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.3.1. A anulação do procedimento induz à do instrumento contratual.

20.3.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

20.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Prefeitura Municipal de **VALE DO ANARI** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Prefeitura.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

20.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

20.10. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Jaru - RO considerado aquele a que está vinculado o (a) Pregoeiro(a);

20.11 - Esclarecimentos relativos a presente licitação somente serão prestados quando solicitados formalmente ao Pregoeiro, na **Av. Capitão Silvio de Farias, 4571 – Bairro Centro - CEP 76.866.000 – VALE DO ANARI - Rondônia, Fone 0xx69 3525-1018/1058.**

20.12 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93.

VALE DO ANARI/RO, 10 de Abril de 2018.

FABIANA DORIGO SILVA
Pregoeira

ANEXO I
DESCRIÇÃO DO OBJETO

Valor Máximo do Lote: 71.199,96 (setenta e um mil, cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

Ordem	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA PRESTAR SERVIÇOS TECNICOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIARIA; ASSESSORIA NA CONCESSÃO DE BENEFICIOS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA; ESTUDOS, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÕES DE EVENTOS RELACIONADOS À RPPS, CONSULTORIA ATUARIAL E ELABORAÇÃO DE CALCULO ATUARIAL ANUAL, LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO IMPRES.	MES	12	5.933,33	71.199,96

ANEXO II.
PROJETO BÁSICO

01 – INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento as Legislações vigentes de acordo ao disposto no Art. 6º VIII, "b", e Art. 7º da Lei Federal nº 8.666/93, bem como Art. 3º, inciso I, II e III da Lei Federal nº 10.520/2002, inciso I do Art. 8º **Decreto nº 5.450** de 31/05/2005 e **Decreto Nº 3.555** de 08/08/2000, elaboramos o presente Termo de Referência, o qual contém todas as informações necessárias à aquisição pretendida, conforme segue abaixo.

02 – OBJETO

2.1 Constitui objeto deste Termo de Referência a Contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos de Assessoria Previdenciária; Assessoria na Concessão de Benefícios e Compensação Previdenciária; Estudos, Planejamento e Realizações de Eventos Relacionados à RPPS, Consultoria Atuarial e Elaboração de Calculo Atuarial Anual, Locação de Software de Sistema de Gerenciamento para Regime Próprio de Previdência, incluindo a sua instalação, importação/migração de todos os dados existentes, bem como serviços de manutenção, suporte, atualização e capacitação da equipe do IMPRES.

03 – JUSTIFICATIVA

3.1 Considerando a necessidade de transparência, segurança, confiabilidade, solvência e liquidez Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Municipais de Vale do Anari – IMPRES, em atendimento às exigências contidas nas respectivas Emendas Constitucionais nº 20/98, 41/03, 47/05, 70/12 e 88/2015, bem como na Lei Complementar 101/00 e Portaria MPAS 402/2008, Lei 9.717/98 e legislação municipal vigente.

3.2 Considerando que a prestação dos serviços aqui descritos seja de caráter contínuo e obrigatório aos RPPS, sendo assim, imprescindível a contratação de empresa qualificada para prestar serviços técnicos de Assessoria Previdenciária; Assessoria na Concessão de Benefícios e Compensação Previdenciária; Estudos, Planejamento e Realizações de Eventos Relacionados à RPPS, Consultoria Atuarial e Elaboração de Calculo Atuarial Anual, Locação de Software de Sistema de Gerenciamento para Regime Próprio de Previdência, para o bom desenvolvimento dos serviços prestados pelo IMPRES, uma vez que através deles são mantidas todas as informações necessárias ao adequado gerenciamento e a boa administração dos benefícios sociais junto aos segurados deste Instituto de previdência.

3.3 Assim sendo, em respeito aos princípios que regem a Administração Pública direta e indireta, assim como o disposto no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, que as licitações serão processadas e julgadas na conformidade com os princípios da legalidade, Impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos demais que lhe são correlatos, entendemos por bem estarem devidamente justificadas as razões para a abertura de processo visando à aquisição dos serviços ora solicitados.

3.4 O Instituto de Previdência Municipal de Vale do Anari (IMPRES) identificou a necessidade de contratação de ferramenta específica para a melhoria dos processos de concessão de benefícios, bem como, para monitoração e controle dos benefícios concedidos. Os cálculos atuariais vêm demonstrando que a quantidade de segurados inativos tende a crescer, elevando a quantidade de benefícios concedidos. Tal fato demandará a necessidade de uma ferramenta de gestão mais completa referente à concessão de benefícios, de modo a automatizar processos, minimizar retrabalhos e potencializar o grau de segurança das informações.

04 - AS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO ORA LICITADO SÃO:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA; ASSESSORIA NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA; ESTUDOS, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÕES DE EVENTOS RELACIONADOS À RPPS, CONSULTORIA ATUARIAL E ELABORAÇÃO DE CALCULO ATUARIAL ANUAL, LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO IMPRES.	Serviços	12	5.933,33	71.199,96
TOTAL: R$ _____					71.199,96

Obs. Os serviços contratados deverão ser totalmente orientados à administração pública, **focado na gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).** Deverão atender a todas as exigências da legislação vigente, contendo todas as informações necessárias a atender o funcionamento do IMPRES e as exigências previdenciárias legais tanto do Ministério da Previdência Social - MPS como dos órgãos públicos com que estiver vinculado por força de lei. Os serviços oferecidos deverão atender às necessidades previstas no presente Termo de Referência, bem como no Edital de Licitação.

05 – DOS SERVIÇOS:

5.1 Assessoria Previdenciária:

5.1.1 Assessoria no acompanhamento da Legislação Federal pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social, com objetivo de manter a entidade autárquica sempre atualizada com as novidades ocorridas neste campo;

5.1.2 Assessoria na orientação na elaboração de Projetos de Leis e Atos Administrativos normativos necessários para adequar o Regime Próprio de Previdência Social às mudanças ocorridas na Legislação Federal;

5.1.3 Oferecer os subsídios necessários para solucionar os recursos interpostos contra o regime próprio de previdência social em âmbito administrativo;

5.1.4 Assessoria e Elaboração de pareceres técnicos previdenciários nos processos de aposentadoria e pensão, solicitados pelos segurados/dependentes do regime próprio de previdência - IMPRES referente aos assuntos relacionados ao regime próprio de previdência, quando solicitado pelo IMPRES;

5.1.5 Assessoria na elaboração de defesa do regime próprio de previdência social junto ao Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público, no quesito previdenciário.

5.1.6 Treinamento e suporte técnico aos processos de benefícios;

5.1.7 O treinamento a ser prestado será aos funcionários do setor, para desenvolvimento normal do IMPRES, e será realizado nas dependências do Instituto em horário comercial;

5.1.8 O suporte técnico consistira em mão de obra técnica para solucionar os problemas de manutenção do IMPRES, independente de jornada de trabalho;

5.1.9 Suporte técnico com visitas técnicas realizadas **"in loco"** e em horário comercial, com **carga horária de 08 (oito)** horas pelo menos ***01(uma) vez por mês;***

5.1.10 Assessoria no levantamento do tempo de serviço prestado pelos segurados a outros regimes de previdência;

5.1.11 Assessoria no cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 9.717/98 e Portaria MPAS n.º 402/2008 e alterações posteriores;
5.1.12 Assessoria e Envio e acompanhamento nos Preenchimentos dos Demonstrativos Previdenciário, Comprovante de Repasse, DIPR (Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses/Cadprev), junto ao MPAS – Ministério da Previdência Social;
5.1.13 Elaboração/acompanhamento de Termo de Acordo de Parcelamentos, quando houver, e documento solicitado pela diretoria executiva do IMPRES;
5.1.14 Emissão de Parecer Técnico previdenciário da empresa ao IMPRES para esclarecer assuntos específico, quando solicitado pelo IMPRES;
5.1.15 Acompanhamento em visitas às escolas pólo do Município de Vale do Anari, ou outros departamentos para levar conhecimento sobre assuntos relacionados à RPPS;
5.1.16 Assessoria aos Conselhos do Instituto, quando solicitado pelo Conselho;
5.1.17 Assessoria para a Realização de Conferências/Assembleias Municipais em que o tema seja o RPPS;
5.2 Assessoria na Concessão de Benefícios e Compensação Previdenciária:
5.2.1 Assessoria e acompanhamento na realização de cálculos dos benefícios a serem concedidos ao segurados/dependentes, bem como das revisões que por ventura ocorrerem.
5.2.2 Assessoria e acompanhamento na elaboração de Parecer Técnico e Planilha de Calculo de Proventos nos processos de Aposentadorias e Pensões solicitados pelo segurado ou dependentes;
5.2.3 Assessoria e acompanhamento na instrução dos processos de aposentarias e pensões, solicitados pelos segurados/dependentes do regime próprio de previdência.
5.2.4 Assessoria na realização da compensação previdenciária entre o Regime Próprio e o Regime Geral de Previdência Social e demais regimes;
5.2.5 Treinamento e Acompanhamento na realização da Compensação.
5.3 Estudos, Planejamento e Realização de Eventos/Palestras para RPPS:
5.3.1 Suporte, Planejamento e realização de apresentação de palestras, sobre assuntos relacionados ao Regime Próprio de Previdência Social, perante os Poderes Executivo e Legislativo, Sindicato dos Servidores Públicos, Conselhos Municipal Previdenciário e a outros que se fizerem necessários.
Consultoria Atuarial e Elaboração de Cálculo Atuarial:
Levantamento in-loco e análise da base de dados municipal realizando testes de consistência;
Realização da Avaliação Atuarial, conforme legislação previdenciária vigente (data base de 31/12 de cada exercício);
Elaboração da Nota Técnica Atuarial;
Cálculo das reservas matemáticas e das alíquotas previdenciárias;
Atendimento a LDO (LRF);
Elaboração das projeções atuariais;
Contabilização das provisões matemáticas;
Preenchimento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA;
Comparativo entre as 03 (três) últimas avaliações atuariais;
Acompanhamento atuarial das ações recomendadas pelo Cálculo Atuarial;
Apresentação da Avaliação Atuarial.
Obs. Todo o levantamento de dados/informações que servirão de base para elaboração da avaliação atuarial será levantado na sede da Autarquia Municipal (IMPRES) pela empresa prestadora do serviço ***em visita in loco***. Nenhuma informação inicial será enviada através de telefone, fax e/ou correio eletrônico.
5.5 Locação de software de Sistema de Gerenciamento para Regime Próprio de Previdência:
O sistema deverá apresentar as seguintes funcionalidades:
5.5.1 Cadastro dos segurados efetivos, inativos, Pensionistas e de seus dependentes, (nome, sexo, estado civil, endereço, telefones, data de nascimento, data da posse, etc.);
5.5.2 Cadastro de Contribuições Anteriores (Privada ou Pública);
5.5.3 Impressão de relatórios de:
5.5.3.1 Salário Família;
5.5.3.2 Dos dependentes;
5.5.3.3 Ficha Simples ou Completa do Segurado;
5.5.3.4 Relatório de Aniversariantes do mês e Inconsistências;
5.5.3.5 Emissão de Layout contendo informações para elaboração da Avaliação Atuarial;
5.5.3.6 Declarações de Ciência e Acordo com o benefício;
5.5.3.7 Declaração de Não responder Processo Disciplinar;
5.5.3.8 Declaração de Não Acumulação de Cargo Remunerado
5.5.4 Módulo para calcular o valor do benefício, seja ele um auxílio, uma aposentadoria ou uma pensão;
5.5.5 Implantação de benefícios (via processo ou manualmente);
5.5.6 Conversão de datas;
5.5.7 Cadastro de Contribuições;
5.5.7.1 Individualização das contribuições dos segurados e dos órgãos e secretarias;
5.5.7.2 Emissão de relatórios para a contabilização individual;
5.5.7.3 Descriminação dos valores consignados, empenhados e recolhidos por períodos;
5.5.7.4 Emissão de extratos para os segurados;
5.5.7.5 Importação das contribuições da folha de pagamento da Prefeitura Municipal para o Cadastro de Contribuições dos servidores por competência;
5.5.8 Confecção de G.I.R.S - Guias de Informação e Recolhimento das Contribuições Previdenciárias;
5.5.8.1 Emissão de encaminhamento de G.I.R.S ***com código de barras***;
5.5.8.2 Extratos de G.I.R.S, bem como emissão de relatórios;
5.5.8.3 Relatório de Guias pagas / não pagas;
5.5.9 Emissão de Planilha de Cálculo de Proventos, conforme EC. 20, EC. 41, EC. 47, EC. 70 e EC. 88;
5.5.10 Simulador de Aposentadoria seja na regra da EC. 20, EC. 41, EC. 47 e EC. 70 e consequentemente a emissão do mesmo;
5.5.11 Emissão de Certidão de tempo de Serviço/Contribuição nos moldes da Portaria Ministerial 154/2008, de forma avulsa, por parte do órgão Instituidor;
5.5.12 Emissão de todos os modelos de Requerimento de aposentadoria/Pensão nos casos em que o servidor já tiver o direito;
5.5.13 Cadastro de alíquotas de contribuições, (órgão/segurados);
5.5.14 Cadastro de órgãos e entidades vinculadas ao RPPS, com todas as informações institucionais;
5.5.15 Cadastro de lotações, departamentos e/ou unidades orçamentárias, dos órgãos e entidades vinculadas ao RPPS;

5.5.16 Cadastro de Perícia Médica;
5.5.16.1 Relatórios de servidores afastados de Auxílio Doença junto ao RPPS;
5.5.17 Controle Bancário;
5.5.17.1 Emissão de Contracheque e cópia de cheque emitida a servidores que estão percebendo benefícios previdenciários, quando necessário e consequentemente a emissão do mesmo,
5.5.18 Emissão dos **ANEXOS TC-31, TC-32 e TC-36** de acordo com a **Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia** para compor o processo de aposentadoria ou pensão por morte.
Obs. A empresa vencedora do certame terá um prazo de 10 *(dez) dias* para instalar, importar/migrar todos os dados existentes do IMPRES para o novo software de gerenciamento previdenciário;
Todos os trabalhos mencionados acima terão que ser feito nas dependências do Instituto em horário comercial, e após instalação e importação do mesmo, a empresa vencedora terá que dar treinamento aos funcionários do setor.

06 - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. As atividades em parte, poderão ser desenvolvidas na sede do contratado, comprometendo-se o mesmo a comparecer na sede do IMPRES pelo menos ***uma vez por mês***, com no mínimo 08 (oito) horas cada visita, para prestar suporte técnico, devendo ainda manter contato on-line, visando à perfeição dos serviços contratados.
6.2. Toda a estrutura e material necessários à perfeita execução dos serviços serão fornecidos pelo contratado, inclusive despesas com locomoção, hospedagem e alimentação da equipe técnica.
6.3. Os serviços objeto do presente Termo de Referência, serão executados mediante acompanhamento e orientação quanto aos problemas de natureza previdenciária e de benefícios, com visitas de técnicos especializados na solução de problemas quando solicitados, bem como através de contato via telefone, fax e/ou correio eletrônico.
6.4. O prazo máximo para iniciar a operacionalização é de 05 (cinco) dias consecutivos a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

07 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA PARA HABILITAÇÃO:

7.1. A empresa vencedora do certame terá que apresentar equipe de profissionais com experiência na área de RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social.
7.2. No mínimo 01 (um) advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, com experiência profissional na área de RPPS que possua título acadêmico, para cumprimento do item **5.3** do Termo de Referência. O advogado representante da empresa terá que apresentar Certificados que comprove que o mesmo já realizou eventos/palestras/assembleias/fórum/cursos na área de RPPS;
7.3. No mínimo 01 (um) consultor previdenciário com experiência profissional que prestará o suporte necessário às exigências do item **5.1 e 5.2** do Terno de Referência, que tenha no mínimo uma certificação na área de RPPS;
7.4. No mínimo 01 (um) profissional técnico com formação acadêmica de nível superior na área de Tecnologia da Informação (Análise de Sistemas/Ciência da Computação/Sistemas de Informação) que terá que apresentar Certificado/Diploma de conclusão de curso para cumprimento do item **5.5**;
7.5. No mínimo 01 (um) profissional (atuário) com qualificação técnica como Atuário Técnico e Atuário Auditor nas áreas de Previdência Complementar Aberta, Previdência Complementar Fechada e Previdência Social. Esta comprovação se dará através da consulta realizada pelo Prefeitura/IMPRES no site do IBA (http://www.atuarios.org.br/certificados), para comprimento do item **5.4** do Termo;
7.6. A Empresa contratada deverá comprovar a realização de capacitações/assembleias já oferecidas pela mesma, no momento da habilitação da licitação. Para a comprovação, serão aceitos folders/portfólios e/ou certificados que comprovem que a Empresa já realizou eventos sobre RPPS;
7.7. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica com firma reconhecida, devendo conter as seguintes informações: Nº do contrato, nº Edital, acompanhado com cópia da Nota de Empenho e Contrato de Prestação de Serviços, comprovando o desempenho anterior de atividade igual ao objeto da licitação, expedido por instituições de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional (RPPS).
7.8. A Comprovação dos profissionais do item **7.2, 7.3, 7.4 e 7.5** será mediante apresentação de no mínimo 01 (um) dos documentos relacionados a seguir:
1. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
2. Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;
3. Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

08 - SEGURANÇA E SIGILO DA INFORMAÇÃO:

8.1 Para fins de segurança e sigilo são vedado à Contratada armazenar os dados após a confirmação de recebimento pelo Contratante;
8.2 A Contratada obriga-se a manter total sigilo e confidencialidade nos serviços prestados à Contratante, bem como as informações contidas nos documentos que a mesma colocar à sua disposição;
8.3 Caso a Contratada utilize, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, será rescindido, de imediato o acordo firmado com a retenção dos créditos decorrentes do contrato até os limites dos prejuízos causados a contratante, além da abertura de procedimento administrativo para fins de aplicação de sanções em conformidade com a Lei 8.666/93.

09 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

9.1 As obrigações decorrentes a serem firmadas entre o IMPRES e a empresa vencedora, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus Anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.
9.2 O IMPRES convocará formalmente a licitante vencedora para assinar o Contrato, que deverá comparecer dentro do prazo de 03 (três) dias consecutivos, contados a partir da convocação.
9.3 O prazo estipulado no subitem **9.2** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela PREFEITURA/IMPRES.
9.4 O IMPRES poderá, quando a convocada não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas no Edital, convidar as demais proponentes classificadas, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Permitir acesso dos técnicos da empresa contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste certame;
10.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, com relação ao objeto deste certame;
10.3 Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados;
10.4 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;
10.5 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, inclusive quanto à não interrupção dos serviços a serem prestados;
10.6 Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio do gestor do contrato;
10.7 Requisitar para a pessoa jurídica CONTRATADA a necessidade de aumento ou diminuição dos serviços prestados, dentro dos limites legais possíveis;
10.8 Autorizar o livre acesso aos funcionários da pessoa jurídica;
10.9 Impedir que terceiros, que não a Contratada efetue o serviço prestado.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Na execução do Objeto obriga-se a Contratada a envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
11.2 Executar os serviços objeto desse certame dentro do prazo máximo determinado;
11.3 A empresa contratada se compromete a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias em caso de ações de terceiros. Na hipótese de perda ou extravio de qualquer documento, a empresa contratada se obriga a recuperá-lo, junto ao usuário, sob orientações;
11.4 Cumprir todos os requisitos deste Termo de Referencia, referentes às características da prestação dos serviços, procedimentos gerais e obrigatórios, serviços inerentes, prazos, bem como todos e quaisquer outros requisitos exigidos, partes integrantes do Edital;
11.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução dos serviços;
11.6 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
11.7 Respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
11.8 A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
11.9 Responsabilizar-se à integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não-prestação dos referidos serviços;
11.10 Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
11.11 Garantir a preservação do conteúdo armazenado;
11.12 Emitir ao final de cada mês relatório de atendimento;
11.13 Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;
11.14 A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;
11.15 Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a Lei Federal Nº 8.159/91 e sua regulamentação pela Lei 11.111/05;
11.16 Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
11.17 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
11.18 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
11.19. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
11.20 Comunicar à CONTRATANTE durante a execução dos serviços quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público.

12 - DO PREÇO E DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irreajustáveis de acordo com a Lei 8.800 de 27 de maio de 1994, no prazo de vigência contratual igual ou inferior a 12 (doze) meses, havendo prorrogação do prazo de vigência nos termos da Lei de Licitação, será corrigido na forma do Índice Geral de Preço do Mercado – IGPM – FGV, referente os últimos 12 meses cumulados.
12.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.
12.3. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Instituto de Previdência Municipal de Vale do Anari (IMPRES), devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à procuradoria jurídica do município para o devido parecer.

- PRAZO PARA EXECUÇÃO

O contrato decorrente desta licitação vigorará a contar da data de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante celebração de Termo Aditivo, observada a limitação legal, previsto no art.57 da lei 8666/93.

- DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 05 (cinco) dias, após a entrega da Nota Fiscal/recibo na qual devera ser devidamente certificada e após a conferência da regularidade fiscal da empresa vencedora.
14.2 O IMPRES fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da prestação dos serviços ora contratados a empresa não estiver cumprindo as exigências do Projeto Básico, Carta Contrato do Edital.
14.3 O pagamento será realizado a cada 30 (trinta) dias mediante apresentação de nota fiscal devidamente certificada e atestada pela Diretora Executiva do IMPRES, e acompanhadas das requisições, ou relatório de serviço e as certidões negativas INSS, FGTS, MUNICIPAL e TRABALHISTA.
14.4 O desembolso será realizado de acordo com os meses contratados e será pago após atestada a entrega do produto.
14.5 Na ocorrência de inadimplência da administração, com o não pagamento de algumas das parcelas no prazo previsto, o valor avençado será reajustado pelo I.N.P.C., ficando ainda estabelecida a título de compensação pelo atraso, multa de 1% sobre o valor do contrato.

- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.1 A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo 1° do artigo 65, da Lei n°. 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do parágrafo 2°, inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei n°. 9.648, de 27 de maio de 1998.

- DAS PENALIDADES

16.1 O não cumprimento das obrigações assumidas ensejará a aplicação das seguintes penalidades:
16.2 Advertência, por escrito;
16.3 Multa diária de 0,3% (três décimos de uma unidade por cento), do valor do contrato, acrescido dos reajustamentos quando for o caso, pela não entrega do produto no prazo de três dias, contados da data do pedido da contratante.
16.4 Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
16.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.6 As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionadas judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Vale do Anari, decorrentes das infrações cometidas.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

17.1 A Dotação Orçamentária para as despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação ocorrerá à(s) conta(s) do IMPRES - Instituto de Previdência Municipal de Vale do Anari.
03.001- Instituto de Previdência de Vale do Anari.
09.122.0017.2.058 - Manutenção das Atividades- IMPRES.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00, Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídico.

- TIPO DE LICITAÇÃO

18.1 O tipo de licitação será Pregão Presencial – Menor Preço Global.

ANEXO III

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO VII, ART. 4º DA LEI FEDERAL Nº: 10.520 DE 17/07/2002.

_____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº: _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (ª): _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº: _____, e do CPF nº: _____, DECLARA, em atendimento ao Inciso VII, Art. 4º da Lei Federal nº: 10.520/2002, e sob as penas da lei, de que se encontra em situação regular perante a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal), Seguridade Social – INSS e com o FGTS, bem com o que atende às exigência do Edital do Pregão na Forma Presencial nº: ------/2018, relativas a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômica - financeira e que cumpre plenamente a todos os requisitos de habilitação previstos no edital e seus anexos, estando todos os documentos comprobatórios desta situação devidamente inclusos no envelope respectivo.

DECLARA ainda ter ciência que; "A falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93".

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)
OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº -----/2018.

A Empresa _____, CNPJ:_____, com sede à _____, através de seu representante legal _____declara para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº ------/2018, instaurado por esse órgão público, em cumprimento ao inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

DECLARA ainda ter ciência que; "A falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93".

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)
OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ------/2018.

(nome/razão social)
_____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) do RG nº_____ e inscrito(a) no CPF sob nº _____ **DECLARA**, **para fins do disposto no item 4.6 do Edital de Pregão nº -------/2018,** sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº: 123/06, e tendo interesse em se beneficiar dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

DECLARA ainda ter ciência que; "A falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93".

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)
OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Nome da Empresa_____ inscrita no CNPJ nº: _____,sediada (endereço completo) _____, declara sob as penas da lei, para fins de participação do Pregão, na forma Presencial nº ___/2018 da Prefeitura de VALE DO ANARI – RO, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se encontra em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da

administração publica Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
DECLARA ainda ter ciência que; "A falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93".

(Local e Data)

_____
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO VII
MODELO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. -----/2018

_____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, portador da cédula de identidade RG _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatório, confere-os à _____, portador da cédula de identidade RG _____, e inscrito no CPF nº _____ com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de VALE DO ANARI, no Pregão Presencial nº ----**/2018**, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, _____ de _____ de 2018.

_____
Outorgante (reconhecer firma)
_____
Outorgado

(PAPEL TIMBRE DA EMPRESA)

MODELO

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: .....
REFERÊNCIA: Pregão Presencial N.º... **/2.018.**

Ao
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO ANARI

Senhor Pregoeiro,

Para fins de participação da licitação denominada Pregão Presencial nº..... **/2.018**, tendo tomado conhecimento do Edital correspondente, D E C L A R A M O S que aceitamos plenamente os termos e condições estabelecidas no mesmo, bem como, de seus anexos.

Local , _____de _____ de _____

Atenciosamente,

Nome e assinatura do Representante Legal
O CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IX
CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO (OPCIONAL)
PREGÃO PRESENCIAL Nº. ------/2018

A Prefeitura Municipal de Vale do Anari/RO

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO nº -----/2018– Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.
Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total.
VALOR TOTAL LOTE						

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
NOME DO FORNECEDOR:_____
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: _____
ENDEREÇO e TELEFONE: _____

2. CONDIÇÕES GERAIS
2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.
VALOR POR EXTENSO: _____
Deverá ser cotado, preço unitário e total de acordo com o Anexo I do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura das propostas.

O Prazo de Entrega de todo o objeto conforme Edital do Pregão nº: 6/2018 **e Projeto Básico e Executivo (Termo de Referência) e Processo Administrativo nº:** 10/2018

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

local e data: _____
assinatura/CARIMBO CNPJ: _____

ANEXO X
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VALE DO ANARI E A EMPRESA: _____

A SUPERINTENDENCIA DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE VALE DO ANARI, com sede na Av. AV. ACIR JOSE DAMASCENO, 3604 - CENTRO, Município de Vale do Anari, Rondônia, daqui em diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Superintendente Sr. **CLEBERSON SILVIO DE CASTRO**, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob o n.º _____ e Registro Geral sob o n.º _____ SSP/___, expedida na Secretaria de Segurança Pública do Estado de _____, residente e domiciliado na Av._____ n.º _____, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n°: _____, com sede a Av/Rua. _____, n.º _____, Setor ____ – Município de _____, Estado de Rondônia, doravante denominada de **CONTRATADA** representada pelo Sr. _____, portador do CPF n°: _____ e RG nº: _____ – SSP/___, resolvem celebrar o presente instrumento de prestação de serviços com forma de execução Execução Indireta pelo menor preço por item, de acordo com o Edital de **Pregão Presencial nº. _____/2018, Processo nº: 0010/2018**, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº123/2006, na forma a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 55, inciso I):

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA PRESTAR SERVIÇOS TECNICOS DE ASSESSORIA PREVIDENCIARIA; ASSESSORIA NA CONCESSÃO DE BENEFICIOS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA; ESTUDOS, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÕES DE EVENTOS RELACIONADOS À RPPS, CONSULTORIA ATUARIAL E ELABORAÇÃO DE CALCULO ATUARIAL ANUAL, LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DO IMPRES DO MUNICIPIO DE VALE DO ANARI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII).

O respaldo jurídico do presente Contrato se encontra consubstanciado na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, **no Edital de Pregão Presencial nº: 006/2018** nos termos da proposta constante no Processo nº. **010/2018** e que não contrariem o interesse público nos casos omissos.

§ 1º Os casos omissos, por ventura existente, serão comunicados ao Excelentíssimo Superintendente Municipal, que o encaminhará à Assessoria Jurídica, para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II).

O regime de execução do presente Contrato será de forma Execução Indireta com o Menor Preço/Global, com cumprimento do descrito na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO (art. 55, inciso III).

O valor do presente instrumento Contratual, é de R$: _____ - (_____) de acordo com os valores especificados na Proposta. Os preços contratuais não estão sujeitos a reajustes.

§ 1º A SUPERINTENDENCIA DO MUNICIPIO DE VALE DO ANARI/RO, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da realização dos serviços, objeto desta licitação, se estes não estiverem de acordo com o Projeto Básico.

§ 2º. Fica o Instituto de Previdência de Vale do Anari/RO, após a execução dos serviços, responsável em efetuar pagamento concernente ao objeto do presente, mediante a emissão de nota fiscal, acompanhada do **Relatório dos serviços executados**.

§ 3º. O desembolso máximo por período será efetuado conforme a liberação dos recursos, de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros observados o § 2º da Cláusula Quarta, desta Carta Contrato.

§ 4º. Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos no objeto desta licitação.

§ 7º. As penalizações por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no § 4º.

§ 8º. Não haverá pagamento de mobilização de instalações, equipamentos ou pessoal.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 55, inciso IV).

O prazo de execução do objeto desta Carta Contrato será de até 12 (doze) meses, podendo havendo interesse entre as partes e de acordo com o artigo 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, através de Termo de Aditamento.

§ 1º O início da execução será a contar da data da assinatura do presente Contrato e seu término de acordo com o estabelecido na Cláusula Quinta.

§ 2º. O contratado prestará e entregará os serviços, objeto deste Contrato, bem como procederá sua execução nos moldes estabelecidos no projeto básico e executivo, neste Contrato.

§ 3º Os serviços serão recebidos pelo responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços, devendo o contratado emitir nota fiscal, que será devidamente certificada e acompanhada do respectivo relatório de execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V).

A despesa com a execução do presente serviço correrá, no presente exercício, por conta da Dotação Orçamentária conforme a seguir:

03.001. – INSTITUTO DE PREVIDENCIA
09.122.0017.2.058 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IMPRES
3.390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII).

A CONTRATADA obriga-se a:

Executar os serviços de acordo com a cláusula primeira deste Contrato e no Projeto Básico e seus anexos.
Na execução do Objeto obriga-se a Contratada a envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
Executar os serviços objeto desse certame dentro do prazo máximo determinado;
A empresa contratada se compromete a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias em caso de ações de terceiros. Na hipótese de perda ou extravio de qualquer documento, a empresa contratada se obriga a recuperá-lo, junto ao usuário, sob orientações;
Cumprir todos os requisitos deste Projeto Básico, referentes às características da prestação dos serviços, procedimentos gerais e obrigatórios, serviços inerentes, prazos, bem como todos e quaisquer outros requisitos exigidos, partes integrantes do Edital;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução dos serviços;
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
Respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
Responsabilizar-se à integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não prestação dos referidos serviços;
Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
Garantir a preservação do conteúdo armazenado;
Emitir ao final de cada mês relatório de atendimento;
Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;
A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;
Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a Lei Federal Nº 8.159/91 e sua regulamentação pela Lei 11.111/05;
Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e previdenciárias vigentes;
Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;
Comunicar à CONTRATANTE durante a execução dos serviços quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público.
Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de **Pregão Presencial nº. 006/2018**.
A CONTRATANTE obriga-se a
Permitir acesso dos técnicos da empresa contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste certame;
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, com relação ao objeto deste certame;
Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados;

Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;

Fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, inclusive quanto à não interrupção dos serviços a serem prestados;

Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio do gestor do contrato;

Requisitar para a pessoa jurídica CONTRATADA a necessidade de aumento ou diminuição dos serviços prestados, dentro dos limites legais possíveis;

Autorizar o livre acesso aos funcionários da pessoa jurídica;

Impedir que terceiros, que não a Contratada efetue o serviço prestado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII).

O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções à CONTRATADA, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

§ 1º - As sanções de que trata o "caput" desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:
a) Advertência;

b) Multa;
c) Rescisão do Contrato;
d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Prefeitura Municipal.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causado, após decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 2º. Fica fixado o percentual de 0,05% sobre o valor da adjudicação, a título de multa de mora, por dia de atraso na execução dos serviços, até o 10º (Décimo) dia, salvo comprovadamente justificado pela empresa e aceito pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal;

§ 3º. Ultrapassado o prazo acima mencionado, a empresa adjudicatória ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado.

§ 4º. O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 5º. As sanções previstas alíneas "*a*", "*c*", "*d*" e "*e*", poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea "b", facultado a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO (art. 65).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93 e alterações, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII e IX).

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, de acordo com o previsto no inciso I, do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo o pagamento dos serviços já realizados e devidamente comprovados.

§ 2º - Fica reconhecido os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO (art. 67).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei 8.666/93 e alterações, fica designado o Superintendente do Instituto de Previdência responsável para acompanhar a execução e fiscalizar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO (art. 55, inciso XI).

Fica este Contrato vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº. 006/2018, a proposta constante no Processo nº **010/2018**, e as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO (art. 55, § 2º).

As partes contratantes elegem o Foro do Município de Machadinho do Oeste/RO, como único competente para dirimir as questões que por ventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

_____ /RO, _____ de _____ de _____.

_____
Contratante

_____
Contratada

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

Publicado por:
Cleberson Silvio de Castro
Código Identificador:7CC352AB



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2017 A DEZ/2017

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)													R$ Milhares
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL(ÚLTIMOS12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2017	FEV/2017	MAR/2017	ABR/2017	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.457.060,66	6.364.501,09	5.532.070,62	5.530.144,81	7.522.728,76	5.750.868,90	6.807.151,62	6.127.463,66	6.050.611,52	5.183.571,60	4.968.920,48	7.778.108,66	73.073.202,38	77.539.386,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	191.823,47	291.803,93	303.162,13	348.685,02	1.422.886,91	453.472,55	427.934,73	451.322,41	328.514,44	283.473,63	333.380,09	417.111,01	5.253.570,32	5.292.014,77
IPTU	8.962,64	232,56	226,16	15.718,71	603.852,39	148.354,86	60.936,01	60.794,21	49.278,11	24.138,15	41.451,98	33.349,35	1.047.295,13	1.113.092,12
ISS	120.204,02	134.689,22	111.479,48	144.378,16	154.655,22	129.514,61	110.449,24	160.376,34	117.628,86	94.741,00	110.293,99	120.440,67	1.508.850,81	1.611.434,30
ITBI	10.299,33	6.733,97	12.608,42	4.239,61	21.388,04	13.735,56	16.294,43	25.612,34	13.462,72	9.289,23	13.345,73	12.745,80	159.755,18	350.496,38
IRRF	8.136,32	84.633,23	91.668,44	105.842,44	201.766,80	48.530,70	149.267,54	125.830,93	77.267,54	114.116,19	119.649,72	210.394,77	1.337.104,62	1.215.555,20
Outras receitas Tributárias	44.221,16	65.514,95	87.179,63	78.506,10	441.224,46	113.336,82	90.987,51	78.708,59	70.877,21	41.189,06	48.638,67	40.180,42	1.200.564,58	1.001.436,77
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.054,65	264.568,55	198.487,94	254.862,14	327.494,84	124.985,62	226.840,46	140.592,79	245.764,51	237.594,02	172.494,65	461.435,32	2.658.175,49	3.016.656,61
RECEITA PATRIMONIAL	667.115,76	616.754,66	601.012,25	429.556,77	458.118,06	459.339,59	653.423,10	501.480,41	438.909,38	324.165,73	308.677,78	332.827,96	5.791.381,45	8.216.243,43
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	0,00	0,00	1.707,50	389,20	4.450,00	1.850,48	4.745,24	11.108,12	2.515,22	2.379,40	992,40	334,00	30.471,56	120.000,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.460.991,55	5.021.426,96	4.267.468,31	4.373.213,65	5.112.593,29	4.542.469,60	5.350.132,83	4.861.098,23	4.920.793,09	4.221.348,81	3.999.607,16	6.409.288,23	57.540.431,71	59.347.797,25
Cota Parte do FPM	1.421.818,67	1.822.733,27	1.142.054,08	1.375.981,00	1.560.812,95	1.438.625,84	2.044.087,76	1.260.104,46	1.058.063,33	1.199.087,74	1.046.745,41	2.373.026,49	17.743.141,00	16.826.501,63
Cota Parte do ICMS	1.110.162,68	972.388,20	965.826,61	987.748,70	1.235.237,44	962.130,49	1.197.462,59	1.236.923,87	1.127.802,81	1.104.566,61	1.008.364,47	1.137.782,02	13.046.396,49	14.685.718,46
Cota Parte do IPVA	168.535,92	133.092,35	234.469,13	192.548,77	300.109,76	292.131,87	257.440,72	245.101,66	146.662,58	139.785,81	101.693,66	87.738,88	2.299.311,11	2.589.548,60
Cota Parte do ITR	10,30	159,51	48,08	149,95	104,22	488,19	255,17	174,86	1.745,50	5.577,26	809,58	181,31	9.703,93	6.307,35
Transf. da LC 87/1996	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	1.565,91	18.790,92	21.243,28
Transf. da LC 61/1989	4.686,81	5.905,18	6.251,57	4.090,85	7.083,61	5.577,57	5.475,65	6.643,65	5.673,19	7.069,06	7.803,78	7.702,89	73.963,81	75.934,99
Transferencias do FUNDEB	1.303.184,37	1.398.348,51	1.228.657,01	1.256.626,73	1.481.767,41	1.314.522,59	1.279.293,98	1.387.439,17	1.201.937,05	1.219.032,26	1.222.691,15	1.430.239,07	15.723.739,30	15.635.241,32
Outras Transferências Correntes	451.026,89	687.234,03	688.595,92	554.501,74	525.911,99	527.427,14	564.551,05	723.144,65	1.377.342,72	544.664,16	609.933,20	1.371.051,66	8.625.385,15	9.507.301,62
Outras Receitas Correntes	134.075,23	169.946,99	160.232,49	123.438,03	197.185,66	168.751,06	144.075,26	161.861,70	114.114,88	114.610,01	153.768,40	157.112,14	1.799.171,85	1.546.674,73
DEDUÇÕES (II)	544.410,74	764.205,20	629.886,53	676.982,98	948.477,62	627.424,58	890.006,56	690.695,70	630.654,41	729.124,48	456.611,00	938.709,30	8.527.189,10	9.347.957,74
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	3.054,65	176.697,54	159.843,45	164.565,84	327.494,84	87.320,57	226.840,46	140.592,79	162.351,74	237.594,02	172.494,65	323.707,04	2.182.557,59	2.506.906,87
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	541.356,09	587.507,66	470.043,08	512.417,14	620.982,78	540.104,01	663.166,10	550.102,91	468.302,67	491.530,46	284.116,35	615.002,26	6.344.631,51	6.841.050,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	4.912.649,92	5.600.295,89	4.902.184,09	4.853.161,83	6.574.251,14	5.123.444,32	5.917.145,06	5.436.767,96	5.419.957,11	4.454.447,12	4.512.309,48	6.839.399,36	64.546.013,28	68.191.429,05

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:1F874C49

GABINETE DO PREFEITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2017/BIMESTRE Novembro – Dezembro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)													R$ 1
PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2016 (b)				Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		144.416,51	147.264,59	271.240,91	-4.275,00	16.165,19	1.807.317,91	8.548.150,15	3.987.027,26	3.973.095,29	-1.110.462,03	5.271.910,74	5.288.075,93
02	PODER EXECUTIVO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	144.416,51	147.264,59	271.240,91	-4.275,00	16.165,19	1.807.317,91	8.548.150,15	3.987.027,26	3.973.095,29	-1.110.462,03	5.271.910,74	5.288.075,93
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.947,43	7.656,48	7.656,48	-6.290,95	0,00	0,00
0203	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.772,05	2.772,05	0,00	0,00	0,00	123.424,33	122.643,98	122.643,98	-780,35	0,00	0,00
0204	SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO	0,00	2.049,70	2.049,70	0,00	0,00	329.160,72	426.518,98	429.413,49	421.863,49	-191.105,02	142.711,19	142.711,19
0205	SECRETARIA MUN. DE FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.518,57	5.835,01	5.835,01	-683,56	0,00	0,00
0206	SEC. MUNIC DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	3.804,40	33.731,50	29.456,50	-4.275,00	3.804,40	962.776,20	1.339.367,62	1.259.132,80	1.259.132,80	-368.595,80	674.415,22	678.219,62
0207	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORT	0,00	5.338,04	3.910,30	0,00	1.427,74	0,00	4.899.271,73	867.372,68	867.372,68	-41.629,55	3.990.269,50	3.991.697,24
0208	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	95.495,10	94.222,11	185.120,21	0,00	4.597,00	23.799,02	1.038.223,94	410.112,16	408.742,32	-374.780,34	278.500,30	283.097,30
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	253,98	253,98	0,00	0,00	102.171,37	4.849,39	88.306,14	88.306,14	-4.731,75	13.982,87	13.982,87
0210	SEC. MUN. DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	7.161,35	1.010,79	1.836,09	0,00	6.336,05	0,00	210.756,56	80.540,82	75.528,69	-121.633,31	13.594,56	19.930,61
0213	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABI	37.955,66	0,00	37.955,66	0,00	0,00	389.410,60	485.040,20	716.013,70	716.013,70	0,00	158.437,10	158.437,10
0214	AGERB - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	7.886,42	7.886,42	0,00	0,00	0,00	231,40	0,00	0,00	-231,40	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)		144.416,51	147.264,59	271.240,91	-4.275,00	16.165,19	1.807.317,91	8.548.150,15	3.987.027,26	3.973.095,29	-1.110.462,03	5.271.910,74	5.288.075,93

Publicado por:
Cintia Carvalho da Silva
Código Identificador:4984A1F6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARÚ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002-SEMUSA/2018 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA do Município de Jaru, Estado de Rondônia, através da Comissão designada para esta finalidade através do Portaria Nº 0054/GP/2018, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, da Lei Municipal Nº 2.083/GP/2016, torna público que estão abertas as inscrições para realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação *Emergencial e Temporária para os cargos constantes deste edital* – **Médico Clínico Geral 40h - ESF, Médico Clínico Geral 40h - Hospital Municipal, Médico Clínico Geral 20h**, **Médico Ortopedista 20h, Médico Ultrassonografista 20h, Médico Cardiologista 20h, Médico Radiologista 20h, Médico Obstetra 40h, Médico Obstetra 20h, Médico Pediatra 40h, Médico Pediatra 20h, Fonoaudiólogo 40h, Psicólogo 40h, Enfermeiro 40h ESF, Técnico em Enfermagem 40h, Motorista de Veículo Pesado 40h, Auxiliar de Odontologia 40h.** Para se candidatar às vagas abertas neste Edital, o candidato deverá atender os requisitos abaixo, bem como apresentar os documentos relacionados no item 1, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles implicará no impedimento da inscrição.

1. DA INSCRIÇÃO

1.1. Os candidatos poderão inscrever-se gratuitamente.

1.2. As inscrições ocorrerão no período de **20/04/2018 a 27/04/2018.**

1.3. O candidato deverá realizar a inscrição em formulário eletrônico a se dar no portal da Prefeitura na internet (www.jaru.ro.gov.br), onde declarará ciência e anuência ao inteiro teor do presente Edital, e deverá ainda imprimir o formulário constante do Anexo I e entregar juntamente com os demais documentos para a efetivação da inscrição.

1.4. As inscrições poderão ser realizadas também pessoalmente na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Jaru, das 07h30m às 11h30m e das 13h30 as 17h30, com endereço à Avenida Florianópolis, 3062, Centro, Jaru/Rondônia, CEP 76890-000; por meio de terceiros mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida e com especificações de poderes e documentos de identidade do procurador devendo a documentação do candidato inscrito estar autenticada ou acompanhada dos originais.

1.5. O formulário de inscrição estará disponível no Anexo I deste edital e deverá ser entregue devidamente preenchido no ato da inscrição, anexando a ele as fotocópias dos documentos constantes do quadro seguinte para servir de suporte na análise de títulos os quais deverão ter correlação com o cargo ao qual o candidato estiver concorrendo.

A). A efetivação da inscrição se dará no período, horário e local indicados nos itens 1.2, 1.3 e 1.4, quando os candidatos deverão entregar DUAS VIAS do formulário de inscrição devidamente preenchido, DUAS VIAS do comprovante de entrega dos documentos exigidos para a inscrição e daqueles exigidos como requisitos mínimos para o cargo pretendido, acompanhado dos documentos comprobatórios discriminados no Quadro de documentação a seguir.

QUADRO DE DOCUMENTAÇÃO

DOCUMENTOS
01 cópia – Curriculum Vitae
01 cópia - Cédula de identidade civil – RG (autenticada em cartório de notas e registro civil).
01 cópia - Cadastro de Pessoa Física – CPF (autenticada em cartório de notas e registro civil).
02 vias do Formulário de inscrição devidamente preenchidas e assinadas.
01 cópia - Diploma ou comprovante de escolaridade, Certificado ou Declaração de Conclusão, *(autenticado em cartório de notas e registro civil).*
NÍVEL SUPERIOR - Diploma ou comprovante de graduação, Certificado ou Declaração de Conclusão do Curso atualizada, emitida pelo Chefe de Registro Acadêmico e/ou Reitor ao cargo equivalente que estiver concorrendo e acompanhado de histórico *(ambos autenticados em cartório de notas e registro civil).*
NÍVEL TÉCNICO – Diploma ou comprovante de conclusão de Curso Técnico específico da área referente ao cargo que o candidato concorre *(autenticado em cartório de notas e registro civil).*
NÍVEL MÉDIO –Diploma ou comprovante de conclusão de Ensino Médio, reconhecido pelo MEC *(autenticado em cartório de notas e registro civil).*
01 cópia – Diploma ou comprovante de Pós-graduação (*Strictu Sensu* ou *Lato senso*, Mestrado ou Doutorado), Certificado ou Declaração de Conclusão do Curso atualizado, emitido pelo Chefe de Registro Acadêmico e/ou Reitora ao cargo equivalente que estiver concorrendo e acompanhado de histórico *(autenticado em cartório de notas e registro civil).*
01 cópia - Registro no Conselho de Classe Competente. *(autenticado em cartório de notas e registro civil).*
01 cópia – Certificados de cursos na área de interesse com carga horária mínima de 50 horas, *(autenticada em cartório de notas e registro civil).*
01 Cópia - **CNH categoria mínima D** e **certificados** conforme Resolução do CONTRAN Nº 168/2004 - Condução de Veículo de Transporte de Emergência, Transporte de Produtos Perigosos e Transporte Coletivo de Passageiro, **obrigatório para cargos de motorista**. *(autenticada em cartório de notas e registro civil).*
Comprovante de tempo de serviço na área, podendo ser: certidão de tempo de serviço, registro de controle de trabalho na carteira de trabalho e previdência social – CTPS – ou outro cuja comissão de inscrição julgue ter validade para comprovação. (todos os comprovantes deverão apresentar as datas de admissão e rescisão, este último se for o caso e/ou contrato de trabalho acompanhado de declaração de tempo de serviço ou documento equivalente), *(autenticada em cartório de notas e registro civil).*

1.6. Serão aceitas inscrições por meio de terceiros, mediante a entrega de:
a) procuração com firma reconhecida e com a especificação de poderes;
b) 01 cópia autenticada do documento de identidade do procurador.
1.7. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:
a) Deixar de comprovar qualquer requisito mínimo estabelecido.
b) Deixar de assinalar no formulário a função pretendida.
c) Não possuir disponibilidade no CNES de 40h.
d) Lançar no formulário de inscrição informações inverídicas, incompleta ou incorreta.
1.8. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos ou alteração.
1.9. Não serão aceitas, em qualquer hipótese, inscrições provisórias, condicionais ou extemporâneas.
1.10. São requisitos para investidura no cargo público:
a) a nacionalidade brasileira;
b) o gozo dos direitos civis e políticos;
c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
d) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
e) a idade mínima de 18 anos;
f) aptidão física e mental;
g) ter sido aprovado e classificado no presente processo seletivo simplificado.
1.11. As inscrições recebidas pela Comissão serão publicadas no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaru, endereço www.jaru.ro.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.com.br/arom de acordo com o anexo II.
2. DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
2.1. Das vagas existentes 05% serão providas na forma do § 2º do artigo 5º da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações.
2.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem deste edital resulte em número fracionado, o resultado será arredondado para cima.
2.3. Os candidatos portadores de deficiência deverão apresentar ***no ato da inscrição*** atestado médico, original ou cópia autenticada, que indique a espécie, o grau ou nível da deficiência de que são portadores, com expressa referência ao código correspondente a Classificação Internacional de Doenças (CID) e à sua provável causa ou origem, emitido nos últimos 12 (doze) meses.
2.4. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos portadores de deficiência participarão do presente certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário e aos critérios de aprovação e desempate e todas as demais normas de regência deste edital.
3. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORARIA SEMANAL, REMUNERAÇÃO.

CARGO NIVEL SUPERIOR	**VAGAS**	**C/H**	**VENCIMENTO BASE**
MÉDICO CLÍNICO GERAL -ESF	02	40	R$ 6.535,08 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO CLÍNICO GERAL - HOSPITAL MUNICIPAL DE JARU	01	40	R$ 6.535,08 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO CLÍNICO GERAL	01	20	R$ 3.414,79 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO ORTOPEDISTA	01	20	R$ 3.414,79 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA	01	20	R$ 3.414,79 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO CARDIOLOGISTA	01	20	R$ 3.414,79 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO RADIOLOGISTA	01	20	R$ 3.414,79 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO PSIQUIATRA	01	40	R$ 6.535,08 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO OBSTETRA	C/R	40	R$ 6.535,08 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO OBSTETRA	C/R	20	R$ 3.414,79 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO PEDIATRA	01	40	R$ 6.535,08 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
MÉDICO PEDIATRA	01	20	R$ 3.414,79 + Insalubridade e Gratificações conforme Lei Municipal Específica
FONOAUDIÓLOGO	01	40	R$ 1.937,21 + Insalubridade
PSICÓLOGO	01	40	R$ 1.937,21 + Insalubridade
ENFERMEIRO ESF	C/R	40	R$ 1.937,21 + Insalubridade
CARGO NIVEL MÉDIO	**VAGAS**	**C/H**	**VENCIMENTO BASE**
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	C/R	40	R$ 1.163,48 + Insalubridade
CARGO NIVEL FUNDAMENTAL	**VAGAS**	**C/H**	**VENCIMENTO BASE**
MOTORISTA DE VEICULO PESADO	01	40	R$ 1.308,75 + Insalubridade e Diárias para descolamento conforme a legislação.
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	01	40	R$ 1.075,68 + Insalubridade e Diárias para descolamento conforme a legislação.

4. DO REGIME DE TRABALHO

4.1. Os candidatos aprovados serão admitidos em caráter emergencial e temporário, pelo prazo de 12 meses, não podendo ser prorrogado, a contar da data de assinatura do Contrato de Trabalho, sob o regime da à Lei 2.228/2017 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e 20 (vinte) horas semanais.

4.2. A contratação, de que trata o item anterior, somente poderá ocorrer durante o prazo de validade do presente Processo Seletivo, que será de 12 meses, a contar da data de publicação de seu resultado final.

4.3. Os profissionais contratados deverão ser substituídos por ocasião da posse de candidatos aprovados em concurso público, em cargo equivalente.

4.4. Em caso de desistência, óbito ou mudança de domicílio do profissional contratado e, para não haver prejuízo na continuidade da oferta de serviço, a administração poderá, dispensar e substituir o contratado por outro que atenda aos dispositivos legais.

5. DOS LOCAIS DE TRABALHO

5.1. Os contratados deverão desempenhar suas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal de Saúde de Jaru, sendo definido seu local de exercício pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, no ato de apresentação do contratado naquela Secretaria.

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Será realizado em uma única fase, de caráter classificatório e eliminatório, *SENDO REALIZADA ATRAVÉS DE ANÁLISE DE CURRICULUM*.

6.2.Os títulos para análise deverão ser entregues juntos com a inscrição na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Jaru, das 07h30m às 11h30m e as 13h30 as 17h30, no período de **20/04/2018 a 27/04/2018**;

6.3.A Análise de Títulos terá caráter classificatório e eliminatório;

6.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para entrega de título;

6.5. Os títulos deverão ser apresentados por meio de cópias autenticadas no ato da inscrição, anexando formulário próprio para entrega, disponível em Anexo I- Formulário de Inscrição e Entrega de Títulos;

6.6.Somente serão considerados os títulos obtidos pelos candidatos até a data da entrega dos mesmos;

6.7.Os títulos deverão se enquadrar nos critérios previstos neste Edital e ainda, que sejam voltados para a área específica do emprego/habilitação que concorre;

6.8.Todos os cursos previstos para pontuação na avaliação de títulos deverão estar concluídos;

6.9.Somente serão considerados como documentos comprobatórios diplomas, certificados ou declarações de conclusão do curso, atestando a data de conclusão e a carga horária;

6.10.A nota final dos títulos corresponderá à soma dos pontos obtidos;

6.11Os títulos requeridos como requisitos de Escolaridade/Graduação do cargo NÃO serão somados cumulativamente;

6.12. Para ser considerado selecionado o candidato deverá obter uma pontuação igual ou superior a 10 pontos;

6.13.As listagens com as notas dos candidatos, cujos títulos forem analisados, serão divulgadas nos portaiswww.jaru.ro.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/arom na data constante no - Cronograma em anexo II;

6.14. A análise dos currículos profissionais levará em consideração, prioritariamente, os requisitos necessários ao cargo (formação acadêmica e experiência profissional), devendo constar dos currículos os respectivos títulos e/ou certificados, de acordo com o Quadro a seguir:

ÍTEM	VALOR DE CADA TITULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Escolaridade exigida para o cargo	10 pontos (máximo 1 graduação é indispensável)	10 pontos
Diploma ou certificado de Curso de pós-graduação em nível de **Especialização** específico para área de atuação.	2 pontos (máximo de 3 cursos)	6 pontos
Diploma ou certificado de Curso de pós-graduação em nível de **Mestrado** na área pretendida.	4 pontos (máximo 1 curso)	4 pontos
Diploma ou certificado de Curso de pós-graduação em nível de **Doutorado** na área pretendida.	6 pontos (máximo 1 curso)	6 pontos
Cursos na área de interesse com carga horária mínima de 50 (sessenta) horas – Modalidade Presencial	1 ponto (máximo 3 cursos)	3 pontos

Cursos na área de interesse com carga horária mínima de 50 (sessenta) horas – Modalidade EAD	1 ponto (máximo 1 cursos)	1 pontos
Total de pontos	30 pontos	

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
7.1. Serão considerados classificados aqueles candidatos que obtiverem a pontuação mínima de 10 pontos.
7.1.1 A ordem de classificação do processo seletivo será obtida com base na maior pontuação em ordem decrescente, a qual determinará a ordem de ingresso no serviço público e terá divulgação na página www.jaru.ro.gov.br, www.diariomunicipal.com.br/arom e nos murais da Prefeitura de Jaru, de acordo com anexo II.
7.1.2. Em caso de empate entre dois ou mais candidatos, terá preferência o candidato que:
a) tiver mais idade (em cumprimento ao art. 27, da Lei nº 10.741/2013).
b) tiver maior pontuação, considerados subsequentemente e nesta ordem, nos itens Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado;
c) tiver o maior tempo de serviço/experiência profissional comprovadamente na área de interesse seja na esfera pública ou privada;
8. DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÕES DAS INSCRIÇÕES E DO RESULTADO FINAL
8.1. A relação dos candidatos inscritos no presente Processo Seletivo será divulgada no dia **02/05/2018** e publicada no endereço eletrônico www.jaru.ro.gov.br;www.diariomunicipal.com.br/arom
8.2. O Resultado Provisório do presente Processo Seletivo será divulgado no dia **03/05/2018** através do endereço eletrônico www.jaru.ro.gov.br;www.diariomunicipal.com.br/arom e fixado nas dependências da Prefeitura Municipal de Jaru e Secretaria Municipal de Saúde.
8.3. Após a divulgação do Resultado Provisório, o candidato terá até 48 (quarenta e oito) horas para interpor recurso, o qual deverá ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Saúde e/ou a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Teste Seletivo Simplificado para Contratação de cargos para área da saúde.
8.4. Após a análise dos possíveis recursos, o Prefeito Municipal homologará o resultado final do Processo Seletivo, no dia **08/05/2018**, divulgando-o no Site: www.jaru.ro.gov.br e no diário oficial dos municípios/AROM www.diariomunicipal.com.br/arom, fixado nas dependências da Prefeitura Municipal de Jaru e Secretaria Municipal de Saúde.
09. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO
9.1. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 12 meses, não podendo ser prorrogado.
9.2. O classificado, após convocado, deverá se apresentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, à contar da data da publicação do edital de convocação.
9.2.1 O candidato convocado para assinatura de contrato de trabalho que não comparecer dentro do prazo pré-estabelecido será tido como desistente, podendo o departamento de recursos humanos, convocar o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação para devida substituição e contratação.
9.3 Para o **ato da contratação** serão exigidos os documentos comprobatórios originais acompanhados das respectivas cópias ou apresentar cópias autenticadas dos seguintes documentos:
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de Quitação Eleitoral;
- Certificado de Quitação do Serviço Militar (para o sexo masculino);
- PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certidão de Nascimento ou casamento;
- Comprovante de escolaridade compatível com o cargo;
- Certidão de nascimento dos filhos menores, com caderneta de vacinação (para os menores de 06 anos) e comprovante de escolaridade (até 14 anos);
- Declaração de bens reconhecida em cartório;
- Carteira de órgão de classe ou conselho competente;
- Certidão negativa de ações cíveis e criminais (estadual);
- Certidão negativa de ações cíveis e criminais (federal);
- Certidão negativa da Fazenda estadual;
- Certidão negativa da SEMFAZ - Secretaria da Fazenda do Município de Jaru;
- Comprovante de conta corrente;
- Comprovante de Residência (água, energia, telefone ou declaração);
- Declaração de não acumulação de cargo público e/ou acumulação legal com firma reconhecida em cartório, conforme anexo III deste edital;
- 1 foto recente 3x4;
- atestado médico admissional - ASO.
- 9.4. O candidato classificado não poderá passar procuração para terceiros para assinatura do contrato.
10. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO
10.1. Os contratos serão de natureza empregatícia, celebrado exclusivamente em caráter emergencial e temporário, sob a égide da CLT e vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.
11. DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
11.1. A cessação do Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, antes do prazo, poderá ocorrer:

a) por iniciativa do contratado;
b) por conveniência da Administração;
c) quando o contratado incorrer em falta disciplinar;
12. DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1. Da homologação do resultado final consistirá de candidatos classificados, por ordem *decrescente*, e será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia www.diariomunicipal.com.br, no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaru www.jaru.ro.gov.br, no mural de publicações oficiais do Município de Jaru na data pré-estabelecida.
12.2. Os candidatos selecionados dentro do limite de vagas oferecidas serão contratados de acordo com a necessidade do município.
12.3. O candidato convocado que não comparecer na data estipulada pelo Edital de Convocação será considerado desistente, sendo convocado imediatamente o classificado subsequente.
12.4. Preenchidas as vagas oferecidas por este edital, os demais candidatos classificados constarão do Cadastro de Reserva para convocação, quando da existência de vagas e na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/SEMUSA.
12.4.1 Finalizando os aprovados para área específica de atuação, sendo o mesmo cargo, poderá a administração convocar candidato aprovado para atender a necessidade do município.
12.5. A fraude nas informações ou em qualquer dos documentos apresentados ensejará o cancelamento da inscrição e a responsabilidade criminal correspondente, devendo a Comissão noticiar o crime aos Órgãos competentes.
12.6. A comissão do Teste Seletivo Simplificado para contração de cargos para a SEMUSA/JARU através do Decreto Nº 10.206/GP/2017 retificado pelo Decreto Nº10263/GP/2017 constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
12.7 Os casos omissos deste edital serão observados a Luz que dispõe a Lei 2.086/GP/2016 c/c a IN. Nº 013/TCE-RO/2004.
13. ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS
13.1 Médico Clínico Geral
Prestar atendimento médico hospitalar ou ambulatorial, examinando pacientes, solicitando e interpretando exames complementares, formulando diagnósticos e orientando-os no tratamento; Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos de forma legível, na especialidade de Clínica Médica, e realizar outras formas de tratamento para demais tipos de patologia, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica; Priorizar a prescrição dos medicamentos pelo princípio ativo; Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico preventivo, voltados para a comunidade em geral; Registrar de forma legível os atendimentos realizados anotando a conclusão diagnostica, tratamento prescrito e evolução da doença; Prestar atendimento de urgência em Clínica Médica; Prestar serviços de âmbito de saúde pública, executando atividades clínicas, epidemiológicas e laboratoriais, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde da coletividade; Atuar em equipes multiprofissionais no desenvolvimento de projetos terapêuticos em unidades de saúde; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação (nacionais, estaduais e municipais); Grau máximo de responsabilidade imprescindíveis à função; Efetuar outras tarefas correlatas, mediante determinação do titular da pasta (Secretário Municipal de Saúde).
13.2 Médico Ortopedista
Prestar assistência médica em ortopedia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; Medicar pacientes dentro de sua especialidade; realizar solicitação de exames - diagnósticos especializados relacionados à sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
13.3 Médico Ultrassonografista
Realizar atenção à saúde do usuário, apresentando-se, buscando o diagnóstico e orientando o paciente quanto aos procedimentos a serem realizados. Efetuar atendimento integral ao paciente, antes da realização de exames. Prescrever e ministrar substância necessária à realização dos exames para elucidação diagnóstica. Realizar, supervisionar e interpretar exames por imagem, empregando técnicas especiais para atender às solicitações médicas. Emitir laudos e sugestões para novos exames, orientando o médico solicitante. Participar de reuniões técnico/clínicas na elaboração de protocolos de solicitação de exames. Realizar procedimentos intervencionistas com auxílio de equipamento de imagem. Orientar e supervisionar os Técnicos de Radiologia, propondo adequações de técnicas de exames, quando necessário. Responder tecnicamente pela sua área específica de atuação. Preencher os prontuários dos pacientes dentro da sistemática do SUS, além de atestados, relatórios e documentação relativa ao atendimento do usuário. Executar atividades correlatas e outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade, obedecendo à regulamentação da respectiva categoria profissional.
13.4 Médico Cardiologista
Examinar os pacientes, auscultando, apalpando ou fazendo uso de instrumentos especiais, no sentido de determinar diagnósticos ou, se necessário, receitar exames complementares; analisar e interpretar resultados de exames de Raio-X, bioquímicos, hematológicos e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar doenças e proceder a diagnósticos; prescrever medicamentos, indicando dosagens e respectiva via de administração, bem como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde dos pacientes; manter ficha médica dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, evolução das doenças, para efetuar orientação adequada e acompanhamento médico necessário; emitir atestados médicos de saúde, sanidade, aptidão física e mental, óbito, visando atender determinações legais; atender às urgências cirurgicas ou traumatológicas. Requisito: Curso Superior em Medicina, Especialização na área e Registro no Consleho Regional de Medicina da Especialidade.
13.5 Médico Radiologista
Realizar os procedimentos radiológicos/diagnósticos e terapêuticos e seus respectivos laudos; Desenvolver atividades didáticas conjuntas com o Corpo Clínico; Discutir e orientar as solicitações de exames radiológicos no contexto clínico, tendo em vista sempre o benefício e a segurança do paciente; Adequar-se as necessidades coorporativas da Instituição; Participar das Atividades Científicas, Ensino e Pesquisa; realizar orientações aos técnicos de radiologia; avaliar os equipamentos de radiologia/radiografia instalados;Coordenar, supervisionar e executar demais atividades qualificadas na área de radiologia. Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; Participar,articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à

melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades;Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

13.6 Médico Psiquiatra

Descrição Analítica: - Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes psiquiátricos (crianças, adolescentes e adultos), internados e de ambulatório e a seus familiares, através de técnicas e métodos de exame e tratamento, visando propiciar condições de escuta e inclusão do enfoque psicológico; - Realizar atendimento individual, grupal, visitas domiciliares, atividades comunitárias, sessões clínicas; implementar ações para promoção da saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica; desempenhar as atividades de assistência, promoção e recuperação da saúde e habilitação social de modo interdisciplinar; prestar assistência em saúde mental ambulatorial e/ou hospitalar nos diversos níveis primário, secundário e terciário; - Participar em reuniões de equipe; - Proporcionar um tratamento que preserve e fortaleça os laços familiares; - Realizar a elaboração do plano terapêutico individual (PTI); realizar o acolhimento dos pacientes; ser o responsável técnico pela prescrição de medicamentos; adotar uma postura ética frente à equipe e aos pacientes do CAPS.

13.7 Médico Obstetra

Realizar atendimento na área de gineco-obstetricia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área inclusive atendimento pré-natal de baixo e alto risco. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado. Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínico-Obstétricos mais complexos; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

13.8 Médico Pediatra

Realizar atendimento na área de pediatria; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área. Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado. Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar,
interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

13.8 Fonoaudiólogo

Atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica naárea de comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como o aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz. Desenvolve trabalho de prevenção no que se refere à áreada comunicação oral e escrita, voz e audição; participa de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação de comunicação oral e escrita, voz e audição; Realiza terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realiza o aperfeiçoamento dos padrões da voz e da fala; colabora em assuntos Fonoaudiológicos ligados a outras ciências; projeta, dirige ou efetua pesquisas fonoaudiológicas promovidas por outras entidades; encaminha o paciente ao especialista, orientando-o e fornecendo-lhe indicações, para solicitar parecer quanto ao melhoramento ou possibilidade de reabilitação; emite parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico; programa, desenvolve e supervisiona o treinamento de voz,

fala, linguagem, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, impostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o paciente; opina quanto às possibilidades fonatórias e auditivas do indivíduo, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas, para possibilitar a avaliação profissional ou escolar; participa de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade, para estabelecer o diagnóstico e tratamento; auxilia autoridades superiores, preparando informes e documentos em assuntos de fonoaudiologia, pareceres, palestras orientativas e outros; participa da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos; executa outras atividades correlatas. Requisito: Curso Superior em Fonoaudiologia e Registro no Conselho Competente.

13.9 Psicólogo

Executar atividades profissionais típicas, correspondentes à sua respectiva habilitação superiores, de acordo com as competências da Secretaria ou órgão onde atua. Planejar, coordenar e executar programas, projetos e atividades relativas à sua área de competência. Prestar assessoramento técnico em sua área de conhecimento. Elaborar estudos, pesquisas e análises relativas às atividades da unidade onde atua. Orientar e supervisionar trabalhos executados por seus auxiliares. Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas. Requisito: Curso Superior em Psicologia e Registro no Conselho Competente.

13.10 Enfermeiro

Dirigir o órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde pública; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; prestar consultoria, auditoria e emitir parecer sobre matéria de enfermagem; exercer consultas de enfermagem, bem como cuidados diretos de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados à capacidade de tomar decisões imediatas; participar na elaboração do planejamento, execução e avaliação da programação de saúde e dos planos assistenciais de saúde; prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde; participar em projeto de construção ou reforma de unidades de internação; prevenir e controlar sistematicamente a infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões; participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes, durante a assistência de enfermagem; participar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica; prestar assistência de enfermagem a gestante, parturiente puérpera e ao recém-nascido; participar dos programas e das atividades de assistência integral à saúde individual e grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; acompanhar a evolução e o trabalho de parto, executar e assistir serviços de obstetrícia em situação de emergência e executar parto sem distorcia; participar de programas e atividades de educação sanitária visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente dos programas de educação continuada; participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais de trabalho; participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde; prestar assistência à parturiente e ao parto normal; identificar as distóticas obstétricas e tomada de providência até chegada de médico; realizar episiotomia e episiorrafia, com aplicação de anestesia local quando necessária. Requisito: Curso Superior em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem.

13.11 Técnico em Enfermagem

Organizar, orientar e participar da supervisão e treinamento de pessoal auxiliar na área ambulatorial; acompanhar o atendimento individual ou em grupo de pacientes, de acordo com programas de ações preventivas e curativas de saúde; executar ações de enfermagem atendendo e preparando pacientes, aplicando injeções, vacinas, soro, curativos e acompanhando tratamento, conforme prescrição médica; executar tarefas de maior complexidade; auxiliar médicos e enfermeiros em suas atividades específicas; participar nas ações de vigilância epidemiológica, coletando notificações, orientando equipes auxiliares na investigação de surtos, tabulando e analisando dados de mortalidade; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas. Curso técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Competente.

13.12 Motorista de Veículos Pesados

Dirigir veículos automotores de transporte de passageiros, carga, coleta de lixo, zelar pela manutenção, limpeza e reparos certificando-se de suas condições de funcionamento, fazendo consertos de emergência e trocando pneus furados; solicitar ao órgão competente da Prefeitura os trabalhos de manutenção necessários ao bom funcionamento do veículo; providenciar o abastecimento do veículo sob sua responsabilidade; desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência. Requisito, Carteira de Habilitação equivalente.

13.13 Auxiliar de Odontologia

Recepcionar as pessoas no consultório dentário, procurando identificá-las e averiguar suas necessidades, para prestar informações, receber recados ou encaminhá-las ao cirurgião dentista e executar tarefas auxiliares ao trabalho do cirurgião dentista, visando a agilização dos serviços; - Efetuar o controle da agenda de consultas, verificando horários e disponibilidade dos profissionais; - Receber os pacientes com horário previamente marcados, procurando identificá-los averiguando as necessidades e o histórico dos mesmos; - Auxiliar o profissional, no atendimento aos pacientes, em tarefas tais como: segurar o sugador de saliva, fazer o afastamento lingual e alcançar materiais e instrumentos odontológicos; - Fazer a manipulação de material provisório e definitivo usado para restauração dentária; - Preparar o material anestésico, de sutura, polimento, bem como procede a troca de brocas; - Preencher com dados necessários a ficha clínica do paciente, após o exame clínico ter sido realizado pelo dentista; - Fazer a separação do material e instrumentos clínicos em bandejas para ser utilizado pelo profissional; - Zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças; - Preparar, acondiciona e esteriliza materiais e equipamentos utilizados; - Colaborar com limpeza e organização do local de trabalho; - Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior Imediato.

14. ANEXOS

ANEXO I: Formulário de Inscrição e entrega de títulos;
ANEXO II: Cronograma
ANEXO III: Declarações de Acumulo de Cargos.

Jaru/RO, 19de Abril de 2018.

TATIANE DE ALMEIDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO 002-SEMUSA/2018

INSCRIÇÃO Nº	

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE JARU

Nome do candidato (se necessário abrevie os nomes intermediários)																																				
Data de Nascimento											Idade				Número do documento de Identidade															Órgão Expedidor					UF		
		/			/																																
Sexo											CPF											DDD								Telefone							
	M - Masculino																		-																		
	F - Feminino																																				
Endereço																																				
Número											Bairro																										
CEP											Cidade																				UF						
Cargo a que concorre																																				

INDIQUE COM UM “X” SE DESEJA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.

DECLARO ESTAR CIENTE QUE MINHA QUALIFICAÇÃO COMO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E A COMPATIBILIDADE DA DEFICIÊNCIA DECLARADA COM AS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO DEPENDERÃO DE AVALIAÇÃO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO, NA FORMA ESTABELECIDA NO EDITAL DESTE TESTE SELETIVO. (anexar laudo médico comprobatório, declarando o nome da deficiência, o código CID a sua provável causa).

Declaro, sob as penas da lei, que satisfaço ás exigências dos atos reguladores deste Teste Seletivo Simplificado, aceitando as regras que lhes são pertinentes.

DATA: _____/_____/2018
Assinatura: _____

RELAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS/TÍTULOS ENTREGUES:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARU
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Portaria Nº 0054/GP/2018
RECIBO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO E EMERGENCIAL DE PROFISSIONAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JARU RO	INSCRIÇÃO Nº	
Nome do candidato (se necessário abrevie os nomes intermediários)		
Cargo a que concorre		

DATA: ___/___/2018
Responsável pela inscrição_____
Carimbo/Assinatura
ANEXO II – CRONOGRAMA

DATA	ATIVIDADE
20/04/2018	Divulgação do Edital

20/04 a 27/04/2018	Período das inscrições com a entrega de documentos
02/04/2018	Homologação das Inscrições
02/05 a 03/05/2018	Período de Seleção
03/05/2018	Divulgação do Resultado Provisório
03/05 a 04/05/2018	Recurso do Resultado Provisório
07/05/2018	Julgamento do Recurso
08/05/2018	Resultado Final após julgamento de recurso e Homologação do Resultado

ANEXO III

DECLARAÇÕES DE ACUMULO DE CARGOS

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS (modelo sugestão para os que não acumulam) deverá ser feita de próprio punho
Eu,_____ CPF _____ declaro sob pena de responsabilidade, que não exerço cargo, emprego ou função/atividade no âmbito do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda em Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, bem como não percebo proventos decorrentes de aposentadoria em cargo ou função pública.
Por ser expressão de verdade, firmo o presente.

Jaru, RO, ___ de _____ de 2018.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS
(modelo sugestão para os que acumulam) deverá ser feita de próprio punho

Eu,_____CPF_____ declaro sob pena de responsabilidade, que EXERÇO _____de _____cargo, função denominação do cargo, função ou emprego ,localizada à_____ em regime jurídico_____ endereço completo com telefone estatutário, celetista, outros em jornada _____ de trabalho, com carga horária semanal de ____ horas.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Jaru, RO, ___ de _____ de 2018.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO
(modelo sugestão para os aposentados) deverá ser feita de próprio punho

Eu,_____CPF:_____ declaro sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada que sou aposentado(a) e exercia o _____ e prestava serviços no (a) _____.
cargo, Função ou Emprego

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Jaru/RO, ___ de _____ de 2018.

Assinatura do declarante

Publicado por:
Tatiane de Almeida Domingues
Código Identificador:603AA419